

**ANTÓNIO JOSÉ LOPES FERREIRA**

**O 18 DE JANEIRO DE 1934 NA MARINHA GRANDE:  
A IMPRENSA LOCAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DO MITO**

**Orientador: Professor Doutor Nuno Estêvão Ferreira**

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação**

**Lisboa**

**2018**

**ANTÓNIO JOSÉ LOPES FERREIRA**

**O 18 DE JANEIRO DE 1934 NA MARINHA GRANDE:  
A IMPRENSA LOCAL NA (RE)CONSTRUÇÃO DO MITO**

Tese apresentada para obtenção de grau de Doutor em Ciências da Comunicação, no curso de Doutoramento em Ciências da Comunicação, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Orientador: Prof. Doutor Nuno Estêvão Ferreira

Composição do Júri:

Presidente: Prof. Doutor José Gomes Pinto - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Arguentes:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Inácia Razola - Escola Superior de Comunicação Social;

Prof. Doutor Carlos Camponez - Universidade de Coimbra.

Vogais:

Prof.<sup>a</sup> Doutora Carla Agostinho Martins - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias;

Prof.<sup>a</sup> Doutora Carla Rodrigues Cardoso - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

**Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias**

**Unidade Orgânica: Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação**

**Lisboa - 2018**

### **Epígrafe**

“O mais importante na comunicação é ouvir o que não foi dito.”<sup>1</sup>

Peter Drucker

---

<sup>1</sup><http://kdfrases.com/autor/peter-drucker>, consultado em 6 de dezembro de 2014.

### **Dedicatória**

À minha querida filha, Catarina;  
Às pessoas que me admiram pelo que sou e não pelo que tenho.

### **Agradecimentos**

Ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Estêvão Ferreira;  
Ao Professor Doutor José Filipe Pinto, pelos ensinamentos;  
Aos colegas de trabalho, pelo apoio nas minhas ausências;  
À Carla Fragoso, pela lealdade e profissionalismo;  
Ao Hermínio Nunes, pela resposta às dúvidas;  
Ao Luís Neto, pela partilha de informação;  
Ao Luís de Abreu e Sousa, pela leitura atenta do texto;  
Ao Vergílio de Lemos, pelos esclarecimentos e entrevista concedida;  
Ao Prof. Fernando Catarino, pelas respostas às dúvidas administrativas;  
Às funcionárias da Biblioteca Municipal da Marinha Grande;  
Aos/às colaboradores/as do Arquivo Distrital de Leiria;  
Aos meus fiéis amigos, que estão sempre lá quando é necessário.

## Resumo

Em 18 de janeiro de 1934 eclodiu em várias localidades de Portugal, nomeadamente na então vila da Marinha Grande, hoje cidade com cerca de 40 mil habitantes, um movimento insurrecional que pretendia derrubar o Estado Novo e, dessa forma, abolir a legislação que pretendia condicionar o sindicalismo livre.

A ação revolucionária do operariado português, intentada fundamentalmente por anarco-sindicalistas e comunistas, unidos numa Frente Única, foi «esmagada» por Salazar, sem grandes dificuldades.

O homem que liderou Portugal com «mão-de-ferro» até 1968 aproveitou a oportunidade para usar habilmente a imprensa escrita e, assim, passar ao povo a mensagem que mais lhe interessava, ou seja, permitiu que os jornais de referência à época publicassem as ações que contribuíram para desestabilizar a ordem pública, designadamente atentados bombistas, cortes de linhas férreas e interrupção de energia elétrica.

Se por um lado o novo regime autoritário utilizou engenhosamente a comunicação, em contraponto esta foi uma das falhas dos revoltosos que conceberam e promoveram a ação insurrecional, uma das mais duras derrotas do movimento operário português.

Oito décadas após o *18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande, continua muito por esclarecer. Esta tese visa observar as representações do movimento insurrecional na imprensa regional e local do distrito de Leiria (*O Mensageiro*, *A Voz do Domingo*, *Região de Leiria*, *Jornal da Marinha Grande*, *O Correio*, *Jornal da Marinha Grande* e *Jornal de Leiria* - 1934-1984), verificando-se de que forma o conteúdo político da ação foi plasmado no papel, desde logo entre a ditadura e a democracia, presumindo-se que existem diferenças significativas, devido à presença permanente do censor durante os anos em que perdurou em Portugal o Estado Novo.

Há ainda a ter em conta a dimensão como a efeméride foi comemorada e as apropriações que foram sendo feitas ao longo dos anos, designadamente pelo Partido Comunista Português, ou melhor, pelos seus dirigentes, bem como as controvérsias que daí resultaram.

**Palavras-chave:** movimento operário, Estado Novo, comunicação, imprensa, efeméride

### Abstract

On January 18th of 1934 erupted in several locations of Portugal, in particular in the then village of Marinha Grande, today a city with about 40 thousand inhabitants, an insurrectional movement that pretended to take down the Estado Novo, and, thereby, nullify the legislation that wanted to condition the free syndicalism.

The revolutionary action of the portuguese working class, fundamentally brought by anarcho-syndicalist and communists, united in a Single Front, was “smashed” by Salazar, without great difficulties.

The man who led Portugal with an “iron hand” until 1968 seized the opportunity to use cleverly the written press and, in this way, pass to the people the message that interested him the most, or, in other words, allowed that the newspapers of reference of the era, to publish the actions that helped to destabilize the public order, in particular, bomb attacks, railway cuts and electricity interruption.

If, by one hand, the authoritarian regime used artfully the communication, in opposition, this was one of the flaws of the rebels who conceived and promoted the insurrectional action, one of the most harsh defeats of the movement of the Portuguese working class.

Eight decades after the 18th of January of 1934 in Marinha Grande, a lot is still to clarify. This thesis aims to observe the representations of the insurgent movement on the regional and local newspapers of the Leiria district (*O Mensageiro, A Voz do Domingo, Região de Leiria, Jornal da Marinha Grande, O Correio, Jornal da Marinha Grande and Jornal de Leiria - 1934-1984*), verifying in what way the political content of action was molded into paper, right after and between dictatorship and democracy, assuming that there are significant differences, due to the permanent presence of censor during the period in which the Estado Novo has lasted in Portugal.

It is also necessary to consider, the dimension in which the ephemeris was commemorated and, the appropriations that have been made through the years, particularly by the Portuguese Communist Party, or rather, by its leaders, and as well as the controversy that has resulted.

**Keywords:** labor movement, Estado Novo, communication, press *media*, ephemeris

## Resumen

El 18 de enero de 1934 estalló, en varias ciudades de Portugal principalmente, en Marinha Grande, en la época, villa, hoy ciudad con más o menos 40 miles habitantes, un movimiento insurrecto que pretendía derribar el Estado Novo y, así, abolir la legislación que quería condicionar el sindicalismo libre.

La acción revolucionaria de la clase obrera portuguesa, intentada fundamentalmente por anarcosindicalistas y comunistas, unidos en un Frente único, fue “aplastada” por Salazar, sin grandes dificultades.

El hombre que lideró Portugal con “mano de hierro” hasta 1968 aprovechó la oportunidad para usar hábilmente la prensa escrita y, así, difundir al pueblo el mensaje que más le interesaba, o sea, permitió que los periódicos de referencia en la época publicasen las acciones que contribuyeron para desestabilizar el orden público, sobre todo atentados con bombas, cortes de vías férreas e interrupción de corriente eléctrica.

Si por un lado el nuevo régimen totalitario utilizó hábilmente la comunicación, al revés, este fue uno de los defectos de los revolucionarios que concibieron y promovieron la acción insurrecta, una de las más duras derrotas del movimiento proletario portugués.

Ocho décadas después del 18 de enero de 1934 en Marinha Grande, mucho sigue por esclarecer. Esta tesis apunta a la observación de las representaciones del movimiento insurrecto en la prensa regional y local de la Comunidad de Leiria (*O Mensageiro, A Voz do Domingo, Região de Leiria, Jornal da Marinha Grande, O Correio e Jornal da Marinha Grande y Jornal de Leiria - 1934-1984*), verificándose de que forma el contenido político de la acción fue plasmada en el papel, desde ya entre la dictadura y la democracia, presumiéndose que existen diferencias significativas, a causa de la presencia permanente del censor durante los años en que perduró en Portugal el Estado Novo.

Hay todavía que tener en cuenta la dimensión como la efeméride fue conmemorada y las apropiaciones que fueron hechas a lo largo de los años, principalmente por el Partido Comunista Portugués, o sea, por sus dirigentes, así como las controversias que, de ahí, dimanaron.

**Palabras-llave:** movimiento proletario, Estado Novo, comunicación, prensa, efeméride



## Índice Geral

<b><i>Epígrafe</i></b> .....	<b>3</b>
<b><i>Dedicatória</i></b> .....	<b>4</b>
<b><i>Agradecimentos</i></b> .....	<b>5</b>
<b><i>Resumo</i></b> .....	<b>6</b>
<b><i>Abstract</i></b> .....	<b>7</b>
<b><i>Resumen</i></b> .....	<b>8</b>
<b><i>Índice Geral</i></b> .....	<b>9</b>
<b><i>Índice de Gráficos</i></b> .....	<b>13</b>
<b><i>Lista de Siglas</i></b> .....	<b>15</b>
<b><i>Introdução</i></b> .....	<b>17</b>
<b><i>Capítulo 1 - Enquadramento teórico</i></b> .....	<b>27</b>
1. <i>O conceito de comunicação</i> .....	27
2. <i>Comunicação de massas</i> .....	35
3. <i>Comunicação Política</i> .....	41
4. <i>O jornalismo de proximidade</i> .....	45
5. <i>A informação e a desinformação</i> .....	48
6. <i>Memória e representação</i> .....	51
7. <i>Os Movimentos Sociais</i> .....	53
7.1. <i>Evolução do Conceito</i> .....	54
7.2. <i>Os Grupos de Interesses</i> .....	59
7.2.1. <i>O Movimento Operário Português</i> .....	63
<b><i>Capítulo 2 - Da Ditadura Militar ao Estado Novo</i></b> .....	<b>68</b>
1. <i>A Ditadura Militar</i> .....	68

2. A Constituição de 1933.....	76
3. O Estado Novo.....	81
<b>Capítulo 3 - O 18 de Janeiro de 1934.....</b>	<b>90</b>
1. Antecedentes Sociais e Económicos.....	90
1.1. Em Portugal.....	90
1.2. Na Marinha Grande.....	93
2. Preparação da Greve Geral.....	99
3. Relato dos Acontecimentos na Marinha Grande.....	104
3.1. Um Relato «quase» Anónimo.....	112
3.2. O Relato de Pedro “Amarante” Mendes.....	114
3.3. A Visão de José Gregório.....	115
4. Como a Imprensa Nacional viu o 18 de Janeiro de 1934.....	117
4.1. Os Acontecimentos da Marinha Grande.....	121
5. A Reação de Salazar.....	124
6. Balanço do Movimento Insurrecional.....	125
7. Consequências do 18 de Janeiro de 1934.....	128
8. Derrota do Movimento Operário.....	129
9. As Acusações entre Comunistas e Anarquistas.....	131
10. O Reforço dos Mecanismos de Repressão.....	134
11. A Marinha Grande pós-18 de Janeiro.....	135
11.1. Consequências Políticas.....	135
11.2. Consequências Económicas e Sociais.....	137
12. O Envolvimento da Igreja.....	139
13. O Avante e o 18 de Janeiro de 1934.....	141

14. <i>A visão anarco-sindicalista</i> .....	147
<b>Capítulo 4 - Análise de Conteúdo e Caracterização da Imprensa Regional de Leiria</b>	<b>150</b>
1. <i>Análise de Conteúdo</i> .....	150
2. <i>A Imprensa do Distrito de Leiria</i> .....	155
3. <i>Os Jornais da Igreja</i> .....	161
3.1. <i>O Mensageiro</i> .....	161
3.2. <i>A Voz do Domingo</i> .....	164
4. <i>Região de Leiria</i> .....	167
5. <i>Jornal da Marinha Grande</i> .....	170
6. <i>O Correio</i> .....	174
7. <i>Jornal de Leiria</i> .....	176
<b>Capítulo 5 - Dados, análise e interpretação</b> .....	<b>178</b>
1. <i>O que escreveu a imprensa de Leiria sobre o 18 de Janeiro de 1934</i> .....	178
1.1. <i>A informar desde 1914</i> .....	180
1.2. <i>A outra voz da Diocese de Leiria</i> .....	235
1.3. <i>O jornal da família Baptista dos Santos</i> .....	262
1.4. <i>O sonho de José Martins tornado realidade</i> .....	297
1.5. <i>A voz da esquerda em formato de papel</i> .....	337
1.6. <i>Dos bancos de escola para as bancas</i> .....	362
2. <i>Análise e tratamento de dados</i> .....	364
2.1. <i>Número de notícias publicadas por ano</i> .....	366
2.2. <i>O 18 de Janeiro nos jornais: análise de conteúdo</i> .....	371
3. <i>Categorização dos Dados</i> .....	385
4. <i>Comparação entre Jornais</i> .....	399

<i>5. Inferência e Interpretação dos Resultados.....</i>	<i>404</i>
<i>6. O 18 de Janeiro pós-1984 na imprensa regional e local de Leiria.....</i>	<i>407</i>
<i>6.1. Os jornais da Marinha Grande .....</i>	<i>408</i>
<i>7. O Fim de um Mito?.....</i>	<i>411</i>
<b>Conclusão .....</b>	<b>414</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>425</b>
<b>Páginas web .....</b>	<b>437</b>
<b>Apêndice documental .....</b>	<b>438</b>
<b>Anexo I - O Mensageiro de 3 de fevereiro de 1934.....</b>	<b>438</b>
<b>Anexo II - Jornal da Marinha Grande de 24 de janeiro de 1975 .....</b>	<b>439</b>
<b>Anexo III - Avante de 20 de janeiro de 1976.....</b>	<b>440</b>
<b>Anexo IV - O Correio de 15 de janeiro de 1982 .....</b>	<b>441</b>
<b>Anexo V - A Voz do Domingo de 24 de janeiro de 1982 .....</b>	<b>442</b>

## Índice de Gráficos

<i>Gráfico 1 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 na imprensa regional de Leiria .....</i>	<i>365</i>
<i>Gráfico 2 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro.....</i>	<i>367</i>
<i>Gráfico 3 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal A Voz do Domingo.....</i>	<i>368</i>
<i>Gráfico 4 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal Região de Leiria.....</i>	<i>369</i>
<i>Gráfico 5 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no Jornal da Marinha Grande.....</i>	<i>370</i>
<i>Gráfico 6 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Correio .....</i>	<i>371</i>
<i>Gráfico 7 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 nos jornais analisados no estudo.....</i>	<i>373</i>
<i>Gráfico 8 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1935 .....</i>	<i>374</i>
<i>Gráfico 9 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1939 .....</i>	<i>375</i>
<i>Gráfico 10 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1975 .....</i>	<i>377</i>
<i>Gráfico 11 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1976 .....</i>	<i>378</i>
<i>Gráfico 12 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1977 .....</i>	<i>378</i>
<i>Gráfico 13 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1978 .....</i>	<i>379</i>
<i>Gráfico 14 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1979 .....</i>	<i>380</i>
<i>Gráfico 15 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1980 .....</i>	<i>381</i>
<i>Gráfico 16 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1981 .....</i>	<i>382</i>
<i>Gráfico 17 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1982 .....</i>	<i>383</i>
<i>Gráfico 18 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1983 .....</i>	<i>384</i>
<i>Gráfico 19 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1984 .....</i>	<i>385</i>
<i>Gráfico 20 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro.....</i>	<i>386</i>
<i>Gráfico 21 - Notícias/opinião publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro .....</i>	<i>386</i>
<i>Gráfico 22 - Notícias publicadas sobre a liderança do 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro.....</i>	<i>387</i>
<i>Gráfico 23 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro.....</i>	<i>388</i>
<i>Gráfico 24 - Palavras-chave nos textos do 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Mensageiro .....</i>	<i>389</i>
<i>Gráfico 25 - Localização dos textos do 18 de Janeiro de 1934 no jornal A Voz do Domingo .....</i>	<i>389</i>
<i>Gráfico 26 - Tipo de textos publicados sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Voz do Domingo.....</i>	<i>390</i>
<i>Gráfico 27 - Palavras-chave mais utilizadas nas peças sobre o 18 de Janeiro na Voz do Domingo.....</i>	<i>391</i>

<i>Gráfico 28 - O Soviete nas peças sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Voz do Domingo.....</i>	<i>392</i>
<i>Gráfico 29 - Palavras-chave nas peças sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Voz do Domingo.....</i>	<i>393</i>
<i>Gráfico 30 - Fotografia nas notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no JMG.....</i>	<i>394</i>
<i>Gráfico 31 - Constituição do Soviete da Marinha Grande em 18 de Janeiro de 1934 na MG .....</i>	<i>394</i>
<i>Gráfico 32 - Palavras-chave sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no JMG .....</i>	<i>395</i>
<i>Gráfico 33 - Destaque dado ao 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no jornal O Correio.....</i>	<i>396</i>
<i>Gráfico 34 - Publicação de fotografia nas peças do 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Correio.....</i>	<i>396</i>
<i>Gráfico 35 - Constituição do Soviete em 18 de Janeiro de 1934 na MG no jornal O Correio .....</i>	<i>397</i>
<i>Gráfico 36 - Apoio dado ao 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no jornal O Correio .....</i>	<i>398</i>
<i>Gráfico 37 - Palavras-chave nas notícias sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal O Correio .....</i>	<i>398</i>
<i>Gráfico 38 - Destaque dado nas notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 .....</i>	<i>399</i>
<i>Gráfico 39 - Local da ação em todos os jornais analisados no estudo.....</i>	<i>400</i>
<i>Gráfico 40 - Liderança do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande.....</i>	<i>401</i>
<i>Gráfico 41 - Ocupação da Câmara em 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande .....</i>	<i>401</i>
<i>Gráfico 42 - Constituição do Soviete em 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande .....</i>	<i>402</i>
<i>Gráfico 43 - Posição dos jornais relativamente à ditadura entre 1934 e 1984 .....</i>	<i>403</i>

### Lista de Siglas

- AC** - Associação de Classe  
**ACM** - Atlético Clube Marinhense  
**AD** - Aliança Democrática  
**ADC** - Análise de Conteúdo  
**AIT** - Associação Internacional dos Trabalhadores  
**ANTT** - Arquivos Nacionais da Torre do Tombo  
**APA** - American Psychological Association  
**BCE** - Banco Central Europeu  
**CE** - Comunidade Europeia  
**CGT** - Confederação Geral do Trabalho  
**CIS** - Comissão Inter-Sindical  
**COSA** - Comité das Organizações Sindicais Autónomas  
**DL** - *Diário de Lisboa*  
**DN** - *Diário de Notícias*  
**ECATI** - Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias de Informação  
**ERC** - Entidade Reguladora para a Comunicação Social  
**ETN** - Estatuto do Trabalho Nacional  
**FA** - Forças Armadas  
**FAO** - Federação das Associações Operárias  
**FEIS** - Fábrica-Escola Irmãos Stephens  
**FEPU** - Frente Eleitoral Povo Unido  
**FMI** - Fundo Monetário Internacional  
**FO** - Fraternidade Operária  
**FUS** - Frente Única Sindical  
**GNR** - Guarda Nacional Republicana  
**ICS** - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa  
**INE** - Instituto Nacional de Estatística  
**ISDOM** - Instituto Superior D. Dinis  
**JCF** - Juventude Católica Feminina  
**JL** - *Jornal de Leiria*

**JMG** - *Jornal da Marinha Grande*

**JN** - *Jornal de Notícias*

**JOC** - Juventude Operária Católica

**ONG** - Organização Não Governamental

**PCP** - Partido Comunista Português

**PIB** - Produto Interno Bruto

**PIDE** - Polícia Internacional de Defesa do Estado

**PRD** - Partido Renovador Democrático

**PR** - Presidente da República

**PS** - Partido Socialista

**PSP** - Polícia de Segurança Pública

**PVDE** - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado

**RL** - *Região de Leiria*

**RTP** - Radiotelevisão Portuguesa

**SNI** - Secretariado Nacional da Informação

**SNTIV** - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro

**SOM** - Sport Operário Marinhense

**SPN** - Secretariado de Propaganda Nacional

**STIV** - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira

**TME** - Tribunal Militar Especial

**ULHT** - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

**UN** - União Nacional

**VD** - *Voz do Domingo*



## Introdução

Na madrugada do dia 18 de janeiro de 1934, ainda o Estado Novo dava os «primeiros passos», algumas centenas de cidadãos saíram à rua, um pouco por todo o país, na sequência da decisão do regime político liderado por António Oliveira Salazar em aniquilar os sindicatos e a sua ação, uma conduta que acabaria por merecer repúdio não só de sindicalistas mas também do operariado nacional.

A Marinha Grande foi uma das localidades portuguesas que aderiu ao movimento e, pela espetacularidade das ações executadas e levadas a cabo na então vila, designadamente a tomada do posto da GNR, acabou por colocar a «capital vidreira» num baluarte da luta operária, estatuto que ainda hoje mantém, ainda que esbatido.

Aquela que se previa vir a ser uma greve geral nacional contra a decisão política em «abater» o movimento sindical, acabou por ir mais além, com a ocupação de edifícios públicos, corte de linhas férreas, explosão de bombas, tiros e uma enorme agitação social.

Mais de oito décadas após o movimento insurrecional, subsistem dúvidas relativamente aos autores do acontecimento histórico, ao que efetivamente aconteceu e às consequências da ação do operariado, tantas são as contradições sobre o que realmente ocorreu naquela madrugada, manhã e dias subsequentes.

Não é consensual a verdadeira importância do *18 de Janeiro de 1934* nos contextos nacional e regional, embora tenha sido por esta altura que o Estado autoritário intensificou as medidas repressivas para todos quantos se lhe opusessem.

No plano da comunicação, Salazar reforçou as restrições no acesso à informação, política que contribuiu para que a sociedade portuguesa se tivesse perpetuado no tempo sob o signo da ignorância. Paralelamente, usou os *media* para passar a mensagem que mais lhe convinha, censurando tudo o que se lhe opunha.

O *18 de Janeiro de 1934* é festejado na Marinha Grande ano após ano, desde 1975. Aliás, esta passou a ser uma das datas históricas a que o Partido Comunista Português (PCP) tem dado maior importância num município que já foi um dos seus principais baluartes, de tal forma que o seu líder histórico, Álvaro Cunhal, participou nas primeiras comemorações oficiais do movimento na Marinha Grande, em liberdade, após a queda do regime, em 18 de janeiro de 1975. Este é certamente um momento de viragem entre o quase esquecimento e a exultação que passou a ser dada ao acontecimento.

O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV), apesar de já não ter a força e o número de filiados de outros tempos, tem tentado manter viva a tradição de festejar o movimento, associando a Câmara Municipal da Marinha Grande - liderada ora por comunistas ora por socialistas<sup>2</sup> - nas diversas iniciativas que têm como palco principal, entre outros, a Praça do Vidreiro, local onde se encontra implantado um monumento que exulta o feito dos participantes no *18 de Janeiro de 1934* e da classe operária.

Há ainda a tradição de juntar à mesa, anualmente, na noite de 17 de janeiro, a população que se revê nos princípios da luta insurrecional, com morteiros a partir da meia-noite da madrugada seguinte para evocar a iniciativa do operariado.

Políticos e sindicalistas locais, mesmo não tendo vivido o acontecimento, têm falado insistentemente sobre esta temática, sempre em tom elogioso, não parecendo abusivo concluir que pretendem extrair do movimento dividendos políticos, aquando das comemorações oficiais da efeméride.

A «história» já foi contada várias vezes, muitas vezes de forma contraditória, mas os factos podem conduzir hoje a outras leituras, pois o tempo é uma espécie de bom conselheiro, que leva a esclarecer os enviesamentos e a natureza panfletária com que são apresentados determinados acontecimentos históricos.

Esta tese pretende verificar como a imprensa periódica regional e local da região de Leiria «olhou» para o movimento na Marinha Grande, demonstrado que está que os objetivos dos revoltosos do *18 de Janeiro de 1934* não foram alcançados e, pelo contrário, o Estado Novo venceu em toda a linha, usando habilmente os *media* nacionais - e não só - que tinha à sua disposição, os quais, ao longo da sua história, apresentam óbvios equívocos, em função não só de conveniências políticas mas, sobretudo, dos esquecimentos que o tempo impõe às sociedades.

Importa, assim, clarificar se os jornais de proximidade contribuíram para a (re)construção de um acontecimento mítico que faz parte do património coletivo dos marinhenses e se estas memórias têm alguma correspondência com a realidade dos factos ocorridos na vila operária há mais de oito décadas.

---

<sup>2</sup> Na Marinha Grande tem existido alternância, com PS e PCP a dividirem o poder nas quatro décadas de democracia. Em 2013, o PS venceu as eleições, sem maioria, e dividiu os pelouros com o PCP. O acordo, denominado de «compromisso político», foi motivado pelo crescimento acentuado dos movimentos de cidadãos independentes, que conquistaram dois dos sete mandatos. A coligação foi desfeita em 2015, devido à falta de entendimento no encerramento de escolas de proximidade em detrimento de um centro escolar. Em 2017, venceu de novo o PS (3 eleitos), à frente da CDU (2 eleitos) e do Movimento pela Marinha (2 eleitos).

Tentar-se-á demonstrar se os seis jornais analisados neste estudo contribuíram para o enviesamento do movimento, ou seja, se um certo *18 de Janeiro de 1934* foi diferente daquele que realmente ocorreu. Ou melhor, se afinal não existe apenas um único *18 de Janeiro*, mas vários, narrados de forma diferente em função das conveniências pessoais, políticas ou partidárias.

A investigação tem ainda como objetivo perceber as consequências para o país, em geral, e para a então vila da Marinha Grande, em particular, pela participação no movimento revolucionário e identificar se o que falhou foi fundamentalmente o processo de comunicação entre os revoltosos, que tiveram avanços e recuos, datas sucessivamente adiadas para a ação insurrecional e muita desconfiança entre as diversas correntes que se aliaram na denominada Frente Única, integrando comunistas, anarco-sindicalistas, socialistas e autónomos.

Pretende-se igualmente verificar se o que é anunciado na imprensa regional e local de Leiria e pela classe política e sindical aquando das comemorações não é, simplesmente, um mito construído à medida, com fins meramente partidários, porquanto a verdade e a retórica são dois conceitos que nem sempre têm compatibilidade científica. Ou melhor, aproximam-se muito da incongruência.

Finalmente, este estudo tem como alcance expurgar toda a espuma que foi lançada para o movimento e constatar se, a esta distância - mais de oito décadas -, é possível dar algum relevo político à luta dos operários contra o Estado Novo ou se, pelo contrário, este foi apenas um movimento mal organizado que, feitas as contas com o tempo, não passou de uma ação insurrecional desorganizada, que levou dezenas de homens às prisões, deixando «órfãs» muitas famílias pobres, nomeadamente na Marinha Grande.

É provável que, no final deste trabalho académico, as conclusões não vão ao encontro daquilo que é designado como politicamente correto, fundamentalmente na *capital do vidro*, cidade onde a luta operária foi não só mitificada como amplificada ao ponto de ser um dos grandes momentos da história da localidade.

Não há quem ouse afrontar esse «feito histórico», remetendo-se os céticos ao silêncio e respeitando a memória de quem o viveu e pactuando com quem o perpetua.

Esta investigação procura «observar» as discrepâncias do discurso que foram sendo expressas sobre o movimento na imprensa regional e local de Leiria na convicção de que o tempo «desfigurou» uma parte substancial da realidade, daquilo que realmente ocorreu - e não aconteceu - naquela madrugada e manhã.

O objetivo desta investigação é precisamente construir um «novo olhar» a partir da imprensa sobre a efeméride, despartidarizando-a, sem que a ideologia político-partidária inquie a investigação.

Vasconcelos (2002, p. 258), no trabalho académico que desenvolveu sobre a temática, assegura que para a polémica muito contribuiu a imprensa, que se tornou “um dos veículos favoritos com a Marinha Grande quase sempre presente”.

Neste sentido, identifica-se a hipótese de trabalho desta investigação: *o 18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande sofreu contornos contraditórios e mitológicos que estão patentes na imprensa regional e local de Leiria.

Para comprovar esta hipótese de trabalho recorreu-se a uma metodologia qualitativa, que envolveu pesquisas de natureza documental e bibliográfica, designadamente a leitura dos jornais regionais e locais do distrito com maior notoriedade e distribuição, até ao ano de 1984<sup>3</sup>: *O Mensageiro*, *A Voz do Domingo*, *Região de Leiria*, *Jornal da Marinha Grande*, *O Correio* e *Jornal de Leiria*. Note-se que, no caso do *Mensageiro*, a pesquisa foi até à data de fundação (1914) com o propósito de perceber «como era» a Marinha Grande neste período, tentando assim encontrar explicações para a conjuntura social, económica e política da vila.

Os documentos analisados na investigação foram consultados na Torre do Tombo, em 2011 e 2012, e a bibliografia encontra-se devidamente identificada no final deste trabalho.

Recorreu-se, ainda, ao Arquivo Distrital de Leiria, à Biblioteca da Marinha Grande e aos arquivos do *Jornal da Marinha Grande*, bem como a documentos e obras dos marinhenses Hermínio Nunes, Luís Neto e Luís Abreu e Sousa, investigadores que nos últimos anos se têm dedicado à história do país e da região, com relevo para o movimento revolucionário. As edições clandestinas do jornal *Avante*, que se publicaram durante o Estado Novo, foram observadas na Biblioteca Nacional, em Lisboa.

Sublinhe-se que as publicações periódicas escolhidas para a investigação tiveram uma «vida longa», ao contrário de outras que se limitaram a meses ou poucos meses/anos de vida. Este foi um critério que norteou a opção pelos seis semanários: jornais de referência.

Por outro lado, desde o início deste trabalho que se refletiu bastante sobre o período cronológico: se se analisavam os periódicos apenas de 1934 a 1974, com censura, ou se era aconselhável verificar e comparar os jornais censurados com a imprensa «livre».

---

<sup>3</sup> Em 1984, o *18 de Janeiro de 1934* atingiu a marca simbólica do meio século, que por si só foi uma data com grande simbolismo, sobretudo para os marinhenses.

Optou-se por esta segunda via, até para confrontar o conteúdo dos jornais antes e depois do *25 de Abril de 1974*.

O que pode enriquecer esta tese é precisamente o estudo comparativo do conteúdo dos periódicos, definindo como período temporal da análise o meio século do *18 de Janeiro de 1934*, pela sua simbologia.

Prolongar no tempo o ano de 1984 seria conduzir a investigação e o seu conteúdo para o campo da «eternidade», pois estamos a falar de 52 edições por ano de cada jornal. Fica, no entanto, caminho aberto para se investigar a efeméride de 1984 em diante, o que certamente será mais um contributo importante para a história do movimento.

Assim, este trabalho visa observar, apenas, os 50 anos desta data mítica nos periódicos da região de Leiria e a escolha dos jornais foi bem ponderada. Desde logo há que destringer a imprensa com alvará de publicação e aquela que navegava nos mares da clandestinidade.

Neste último caso, o *Avante* era um bom exemplo, ao contrário dos jornais que estudaremos. Note-se, porém, que o *Jornal da Marinha Grande* só conseguiu publicar-se através da Gráfica Editora de Rio Maior, que era a proprietária do título, apenas no papel, pois foi uma forma de contornar a desconfiança que o Estado Novo tinha relativamente à vila da Marinha Grande, que era muita, sobretudo a partir da madrugada de 18 de janeiro de 34, mas que já vinha do passado com as greves nas fábricas de vidro e os problemas da gestão da fábrica doada ao Estado pela família Stephens.

Há ainda que distinguir a imprensa de âmbito nacional e os jornais de proximidade. São realidades totalmente diferentes. Esta investigação socorre-se da primeira para observar o que se escreveu sobre os acontecimentos na Marinha Grande, e não só. Trata-se de uma imprensa diária, que apresenta muita informação sobre a temática nos dias que se seguiram à ação do operariado. Optou-se pelos jornais *O Seculo* e *Diário de Notícias* pela sua vasta distribuição nacional, apesar de ambos estarem claramente alinhados com o regime.

Ao contrário destes títulos com dimensão nacional, a imprensa regional e local tem uma área de penetração substancialmente inferior. Apesar de terem leitores fora dos seus territórios de origem, é «em redor das suas redações» que têm uma maior distribuição... e influência.

Nesta investigação a opção recaiu, assim, nos jornais com maior projeção regional, que se mantiveram mais anos nas bancas mas a leitura da investigação revela que, dos títulos que constituem o *corpus*, dois são «próximos» da Igreja, conservadores (*O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*), dois têm sede na Marinha Grande (JMG e *O Correio*), sendo os únicos que se

publicaram no período em análise, e os restantes são os mais prestigiados da capital de distrito, generalistas, ainda hoje com forte implantação no concelho de Leiria.

Sublinhe-se que, atualmente, dos jornais escolhidos para esta investigação, apenas o *Região de Leiria*, *Jornal de Leiria* e *Jornal da Marinha Grande* se mantêm ativos, os restantes deixaram de se publicar.

Para além da componente qualitativa recorreu-se a uma metodologia quantitativa. Damásio (2011, p. 18) lembra-nos que “a investigação em ciências da comunicação é um trabalho quer qualitativo, quer quantitativo” e este estudo recorre a estes dois caminhos, que a ciência tem à sua disposição.

Relativamente à estrutura, a presente Tese assenta em duas partes distintas, que se complementam. Os primeiros quatro capítulos enquadram a temática em várias dimensões: teórica, metodológica, política, económica, social e histórica.

Desconstruídas estas dimensões, abre-se caminho para a segunda parte: a recolha dos dados impressos nos jornais de proximidade. Terminado este longo processo de leitura de milhares de edições, será feita a análise e interpretação.

Assim, na componente teórica, o enfoque vai para o conceito de comunicação, ao qual se fará uma análise interpretativa e crítica às diferentes correntes de pensamento. E sendo esta investigação baseada no estudo de um importante meio de comunicação de massas, o jornal, importa perceber o que são mas sobretudo a influência que possam ter junto dos leitores.

Outra dimensão determinante é a comunicação política, pois o Estado Novo sabia da sua importância e teve o maior cuidado em filtrar a informação que chegava aos portugueses. E sendo o *18 de Janeiro de 1934* um acontecimento que teve na sua origem os movimentos sociais, designadamente o movimento operário, caracterizam-se sucintamente estes dois conceitos, bem como os grupos de interesses e de pressão, que foram - e são - atores importantes nas sociedades.

É verdade que a origem destes movimentos já é longínqua, mas também não é menos verídico que o conceito evoluiu ao longo dos séculos, com um enfoque mais evidente a partir do momento em que as novas tecnologias aceleraram o processo de globalização, já que os expuseram e lhes deram uma visibilidade global.

No que respeita aos denominados novos movimentos sociais, estes iniciaram o seu trajeto histórico no século XIX, deixando para trás a perspetiva meramente classista que Marx teorizou.

Por isso, importa proceder à sua caracterização, até para se perceber a motivação do operariado que participou na ação insurrecional, o que norteava este tipo de realidade social e o contexto em que foi para o terreno.

O jornalismo de proximidade é outra componente deste enquadramento teórico pois esta tese é em Ciências da Comunicação mas o seu enfoque vai para os jornais mais próximos das pessoas, assumindo evidente influência sobre o seu pensamento.

A temática da informação e desinformação, os conceitos de memória e representação são igualmente tratados neste capítulo inicial. Os *media* «alimentam-se» de informação, tantas vezes desinformada e baseada na memória de quem viveu o acontecimento mas que nem sempre tem correspondência com a realidade.

O enquadramento político é outro elemento da maior importância uma vez que há que perceber em que contexto ocorreu a ação insurrecional, desde logo a queda da I República, a instauração da Ditadura Militar de 1926 e a Constituição de 1933 - aprovada por plebiscito em 19 de março e que entrou em vigor em 11 de abril - que abriu caminho ao Estado Novo e ao fim do sindicalismo livre. Terá sido, aliás, a gota de água que faltava para despoletar uma ação armada contra o regime que não olhou a meios para coartar as liberdades de expressão e reunião.

Interessa ainda perceber a capacidade de mobilização do Partido Comunista Português, fundado em 6 de março de 1921, com fragilidades e pouca base teórica, mas revigorado com algum fulgor em 1929 por Bento Gonçalves, e a influência dos sindicatos em 1934. Ou seja, o peso que estes tinham na sociedade portuguesa, designadamente a corrente anarco-sindicalista, sem descurar a força do PCP e do seu braço sindical.

As decisões dos atores políticos, em Lisboa, tinham consequências na província e aqui reagia-se como se podia, sem liberdade e com recurso, na Marinha Grande, a greves em que normalmente todos os trabalhadores vidreiros aderiam, em solidariedade.

É neste contexto social, económico e político, muito desfavorável ao operariado, que surge o *18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande, acontecimento que é relatado com algum pormenor na investigação, não só o que se passou, como reagiram os mentores ao fracasso, como procedeu o regime, que consequências teve na Marinha Grande, como se envolveu a Igreja junto do poder político em favor dos revoltosos e destrinçar a realidade do mito, pois o movimento foi ganhando «novas dimensões». A criação do soviete é um desses «acrescentos» que, até hoje, não se comprovou. Pelo contrário, adensou-se a polémica em seu redor.

O que escreveu o *Avante*, na clandestinidade e depois de abril de 1974, é um elemento igualmente essencial para se perceber a importância que o órgão oficial do PCP deu ao movimento e se o mitificou. Desde logo importa saber se abordou o tema durante a clandestinidade ou se o «abandonou» durante esse período e o ressuscitou após a restauração da democracia em Portugal. A visão anarco-sindicalista, expressa no jornal *A Batalha*, é outra visão essencial para o estudo.

No capítulo seguinte é apresentada a metodologia da investigação e caracterizados todos os jornais analisados no estudo. Primeiramente um olhar sobre a imprensa no distrito, em geral, depois cada um dos seis meios, desde o mais antigo, *O Mensageiro*, até ao que surgiu mais recentemente, o *Jornal de Leiria*.

Os semanários escolhidos para esta investigação serão estudados em pormenor: quem foram os seus fundadores, que propósitos editoriais tinham, que conteúdos publicaram, entre outras particularidades que foram surgindo ao longo das leituras.

A partir do capítulo 5, a investigação centra-se na forma como os jornais noticiaram o movimento revolucionário, designadamente as suas representações na imprensa regional e local de Leiria, ou seja, no que os periódicos escreveram - e não escreveram - sobre o movimento durante meio século (1934-1984), durante o Estado Novo, com censura, e como o fizeram depois, em liberdade. Será que a abordagem foi diferente?

O tratamento dos dados será feito através da técnica de análise de conteúdo de todas as peças jornalísticas que foram sendo publicadas na imprensa leiriense no período pré-definido (1934-1984) e as diferenças que os diversos jornais apresentam entre si, embora isso nem sempre seja possível devido à disparidade entre as datas de fundação dos diferentes semanários. Pode parecer controversa a escolha do *Jornal de Leiria*, fundado no último ano do estudo. Mas o objetivo é verificar o seu conteúdo, se a Marinha Grande era notícia e se em 1984 existiu alguma alusão, ainda que ligeira, ao *18 de Janeiro de 1934*.

O capítulo termina com uma questão central neste estudo: após esta investigação estaremos perante o fim de um mito?

Na conclusão espera-se que, tendo em conta os suportes documentais e bibliográficos consultados, seja possível comprovar a hipótese de trabalho, verificar de forma minuciosa como foi representado o movimento insurrecional na imprensa regional e local, identificar as contradições associadas à ação e confirmar os fenómenos que ganharam cariz mitológico, entre os quais a constituição do *soviete* e a sua aclamação na principal praça da então vila.



Não é desadequado sublinhar que desde a instauração da *Ditadura Militar* até ao *25 de Abril de 1974* a censura não deu tréguas aos jornais, impedindo a publicação de textos que fossem críticos ao regime de Salazar. Daí que seja fundamental observar a existência de eventuais publicações onde estejam implícitas referências ao movimento insurrecional, fugindo desta forma às «garras» dos censores, sempre muito atentos a tudo o que a imprensa nacional, regional e local publicava.

Pretende-se ainda, com este trabalho, dar um contributo ao conhecimento sobre a temática do *18 de Janeiro de 1934*, acrescentando algo de novo ao que já foi produzido por outros investigadores, esperando-se que se abram novas linhas de pesquisa, pois haverá ainda tanto por esclarecer passadas que estão mais de oito décadas sobre a iniciativa do operariado.

Sublinhe-se, desde já, duas limitações neste estudo. Por um lado, o número de textos publicados ao longo de 50 anos na imprensa regional de Leiria, pelas razões que mais adiante se perceberão.

Por outro, os participantes no movimento na Marinha Grande já não se encontram entre nós, o que dificulta muito o trabalho do investigador, que assim terá que recorrer apenas a documentos, estudos e obras já publicadas.

Sobre o *18 de Janeiro de 1934* especificamente não é muita a informação disponível, designadamente trabalhos científicos. Destacam-se os contributos de Fátima Patriarca, falecida em março de 2016, e Maria Filomena Mónica, que se dedicaram intensamente à temática e escreveram sobre ela.

Outros investigadores, designadamente o marinhense Hermínio Nunes, tem vários livros editados sobre a temática, tendo-lhe dedicado muito do seu tempo.

O trabalho doutoral que aqui se inicia é a sequência lógica da dissertação de mestrado em ciência política que o autor defendeu em 2012.

Se neste estudo se teve em conta a dimensão social, económica e política, esta tese aproveita esse trabalho e vai mais além, ao verificar como a imprensa regional e local de Leiria olhou para o movimento.

Ou seja, esta tese foca-se nas representações, na forma como a ação foi tratada pelos *media* de proximidade.

Este sublinhado visa clarificar eventuais dúvidas relativamente à temática em causa, que não descarta as vertentes sociais e políticas, mas que se assume como um estudo em ciências da comunicação.

Refira-se ainda que sendo o autor da investigação jornalista de profissão, há mais de 20 anos, o conteúdo do texto possa conter especificidades próprias de quem passa a vida a escrever notícias de jornal, correndo o risco de se afastar de uma linguagem mais científica, que se aconselha neste tipo de trabalhos académicos. Assume-se, desde já, essa eventual fragilidade, sem desmerecer, evidentemente, a qualidade da prosa jornalística que felizmente abunda em Portugal.

Finalmente, é importante salientar que o jornalismo dos anos 30 do século passado nada tem a ver com o jornalismo pós-1974, sobretudo pelos constrangimentos causados pelo censor durante o regime autoritário.

Tentar-se-á perceber, nesta investigação, essas diferenças.

Apesar de um aparente desequilíbrio na estrutura, o objetivo da investigação caminhou no sentido de contextualizar a temática nos primeiros capítulos - um terço da investigação - abrindo espaço nos seguintes para a caracterização dos jornais e o que escreveram sobre a Marinha Grande em geral e o *18 de Janeiro de 1934* em particular.

Note-se que a maioria dos textos sobre a efeméride não são assinados, presumindo-se nestes casos que são da autoria do diretor da publicação. Quando assinados, é identificado no texto o autor, o ano da publicação e a página do jornal. Nestes casos, surge em nota de rodapé a identificação das citações retiradas da imprensa.

Assim, esta tese, tanto no que diz respeito à estrutura, como às citações e referências bibliográficas, seguirá as normas aprovadas pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, através do Despacho Reitoral nº 101/2009 de 26 de maio.

## Capítulo 1 - Enquadramento teórico

### 1. O conceito de comunicação

A comunicação é uma componente da vida humana que assume uma enorme importância, individual e coletiva. Aliás, este paradigma sugere, desde logo, uma questão: haveria vida sem comunicação?

Na ótica de Fleur (1971, p. 12), “os processos de comunicação do homem são tão vitais para êle, como ser humano, quanto são seus processos biológicos”. Serra (2007, p. 2) vai mais longe ao afirmar que “a sociedade é, basicamente, comunicação”<sup>4</sup>, o que é factual e a realidade mostra-nos isso mesmo, ainda que tenhamos que constatar uma dinâmica mais virtual do que social. Vivemos numa «sociedade em rede», ou melhor, na rede.

Damáσιο (2007, p. 15) lembra, neste contexto, que “a comunicação esteve e está presente das formas mais variadas em todos os processos de evolução história e social da tecnologia. Mas a própria comunicação também se foi transformando ao longo desta história, quer como prática individual ou colectiva quer como actividade científica”.

O próprio silêncio, tantas vezes entendido como ausência de comunicação, é uma das múltiplas formas de interação, poderosa nalguns casos, podendo dessa opção extrair-se as mais variadas conclusões, sejam elas próximas ou distantes da realidade, pois como defende Luhmann há fortes razões para acreditar na improbabilidade comunicacional<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> [www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-serra\\_paulo\\_manual\\_teorias\\_comunicacao.pdf](http://www.livroslabcom.ubi.pt/pdfs/20110824-serra_paulo_manual_teorias_comunicacao.pdf), consultado em 11 de março de 2015.

<sup>5</sup> Segundo Paulo Gameiro, Luhmann “considera a comunicação como uma operação improvável de se concretizar mas necessariamente superável para poder chegar a realizar-se”. Elege os sistemas sociais como os únicos que são capazes verdadeiramente de o fazer. O problema da comunicação assenta em três improbabilidades. A primeira é que “alguém compreenda o que o outro quer dizer” e é motivada pelo isolamento e a individualização da consciência de cada indivíduo, - fruto da auto-referência do seu sistema psíquico - e depende do contexto (do meio) que por sua vez está circunstanciado pela memória de cada um (Luhmann, 2006: 42). A segunda improbabilidade consiste em aceder aos receptores. É relativa às contingências de tempo e espaço em que a comunicação é feita. Isto significa a manifestação da improbabilidade em comunicar junto de mais pessoas do que aquelas que estão presentes no mesmo espaço e tempo. A terceira improbabilidade apontada pelo autor é a da comunicação ser aceite, isto é que “o receptor adopte o conteúdo selectivo da comunicação” (Luhmann, 2006:43). Note-se que esta improbabilidade pressupõe que a operação comunicação, em estrito senso, já foi conseguida ou seja que a síntese da “unidade da informação, acto de comunicar e acto de entender” (Luhmann, 1998:148) foi efectuada com sucesso e por isso ultrapassadas as improbabilidades anteriores. Todavia, entender não pressupõe aceitar, e esta diferença entre o acto de entender e o de aceitar implica a diferença, por um lado, entre a criação de um “acontecimento emergente” (Luhmann, 1998:143) ou dito de outra forma da “realidade emergente” (Luhmann, 2006:71) e por outro, em obter o “resultado desejado” (Luhmann, 2006:43)”. - Fonte: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-glyaydson-improbabilidade.pdf>, consultado em 6 de julho de 2016.

Contudo, Fiske (1993, p. 13) sustenta que a comunicação “é passível de estudo, mas que necessitamos de várias abordagens disciplinares para conseguirmos estudá-la exaustivamente”, além de que “envolve signos e códigos”<sup>6</sup>.

Damáσιο (2007, p. 15) esclarece que “a comunicação evoluiu e os seus métodos e processos também evoluíram”. Nunca como hoje estas palavras foram tão atuais.

Cornu (1994, p. 23) lembra-nos que “o conhecimento da comunicação, fenómeno complexo, parece passar necessariamente por contributos da maioria das disciplinas das ciências humanas. Existe uma história, um direito, uma sociologia, uma semiologia dos *media*. E os *media* suscitam o interesse da ciência política, da filosofia, da economia”.

Esta lógica de pensamento é corroborada por Freixo (2011, p. 124) para quem “a teoria da comunicação caracteriza-se sobretudo pela heterogeneidade das correntes e conceções que abriga no seu seio”. A este propósito, Mattelard (2002, p. 8) lembra que “se a noção de comunicação é problemática, a de teoria da comunicação não o é menos. Também ela é geradora de clivagens”.

Serra (2007, p. 22) explica a razão da complexidade do conceito: “O actual campo das ciências da comunicação é epistemologicamente problemático: como conciliar a multiplicidade e diversidade de disciplinas, cada uma com as suas perspectivas, os seus centros de interesse e os seus métodos próprios?”

O mesmo autor acrescenta: “Como estudar o que há de comum na multiplicidade e diversidade de “fenómenos comunicacionais” que as diversas disciplinas estudam? Em que medida se pode falar de um conjunto unificado de “ciências” que têm como objecto específico a “comunicação”? E o que se entende por “comunicação”?”<sup>7</sup>

Mesquita (1995, p. 9) sustenta que a comunicação é uma “área interdisciplinar das ciências sociais e humanas que se desenvolveu devido à necessidade de estudar de forma sistemática os fenómenos comunicacionais nas sociedades contemporâneas”. Atravessa todas as atividades: “lazer, trabalho, educação, política, diz respeito a todos os meios sociais” (Wolton, 2006, p. 11). Luhmann (2000, p. 18) sublinha que “los temas, por razón de su elasticidad y diversificación, pueden alcanzar a toda la sociedad a través de los medios de masas”.

---

<sup>6</sup> O autor acrescenta que “os signos são artefactos ou actos que se referem a algo que não eles próprios, ou seja, são construções significantes. Os códigos são os sistemas nos quais os signos se organizam e que determinam a forma como os signos se podem relacionar uns com os outros” (Fiske, 1993, p. 14).

<sup>7</sup> Serra (2007, p. 22).

Segundo Fiske (1993, p. 13), “a comunicação é daquelas actividades humanas que todos reconhecem, mas que poucos sabem definir satisfatoriamente”. Basta confrontar os conceitos dos diversos teóricos desta temática para constatar que não existe, desde logo, uma uniformidade de pensamento. E é por isso que a ciência avança, com contributos dos mais variados pensadores.

Mesquita (2003, p. 71) garante que “a questão comunicacional transformou-se numa espécie de problemática recorrente e obsessiva das sociedades contemporâneas” e Wolton (2006, p. 11) vai ao ponto de afirmar que “parece tão natural que, sobre ela, não há, a priori, nada a dizer”. Mas há, e muito.

Mattelard (2002, p. 11) recorda que a noção de comunicação abarcou nos finais do século XIX “a gestão das multidões humanas. A visão da sociedade enquanto organismo, enquanto conjunto de órgãos desempenhando funções determinadas, inspira as primeiras concepções de uma «ciência da comunicação»”.

A este propósito, Damásio (2011, p. 15) revela que é a emergência dos meios de comunicação de massa que confere, “a partir da década de 30 do século passado, um propósito relevante e um lugar aos estudos em comunicação”.

Freixo (2011, p. 121) lembra que “devido à natureza complexa e multidisciplinar do processo, a comunicação é muito difícil de definir. A palavra comunicação é abstrata e, como todas as palavras, possui múltiplos significados”. O autor acrescenta: “a verdade é que têm sido feitas numerosas tentativas para definir comunicação, contudo a verdade é que procurar uma única definição operacional talvez esteja longe de ser tão proveitoso e fecundo quanto explorar em profundidade os vários conceitos nela subentendidos”. Mas tem sido graças a essas «tentativas» que o conceito tem vindo a progredir.

Estamos perante uma palavra que “pode ser legitimamente usada de várias formas” (Freixo, 2011, p. 121) e que, segundo Wolton (2006, p. 12), é, portanto, “um direito para cada um, uma espécie de *serviço público da vida*”.

Mesquita (2003, p. 71) entende que “a noção de comunicação é polissémica - alguns dirão volátil -, sendo susceptível de comportar diferentes significados”, em que cada indivíduo olha para ela de forma distinta.

Assim, antes de se tentar chegar a uma definição mais ou menos aceite na comunidade científica, ainda que distante de consensos generalizados, há que recuar às origens e, a partir daí, reconstituir a história da comunicação e perceber a evolução do conceito, sem esquecer a

comunicação de massas, com especial relevo para a imprensa escrita e o jornalismo de proximidade. Estes conceitos têm uma importância capital, pois o que se pretende verificar é como os jornais locais e regionais do distrito de Leiria, entendidos como meios de massas, que exercem influência junto das populações, trataram o movimento revolucionário que é abordado neste trabalho de investigação.

Foi esta a metodologia escolhida para tentar demonstrar a hipótese de trabalho identificada na fase pré-textual desta tese, até porque “o poder é comunicação e a comunicação produz poder” (Mesquita, 1995, p. 373).

Tal como defende Fiske (1993, p. 14), “a comunicação é central para a vida da nossa cultura: sem ela, toda e qualquer cultura morrerá”. Logo, conclui o autor, “o estudo da comunicação implica o estudo da cultura na qual ela se integra” e é isso que se fará mais à frente nesta investigação, quando se caracterizar a Marinha Grande de boa parte do século XX.

Segundo Hall (1994, p. 215), “a cultura é comunicação e a comunicação é cultura”. Daí que “el éxito social de los medios para las masas se basa en que imponen la aceptación de los temas” (Luhmann, 2000, p. 18).

Freixo (2011, p. 131) reforça esta ideia: “a comunicação constitui um dos símbolos mais brilhantes deste início de milénio. O seu ideal de aproximar os homens, os valores e as culturas (...) compensa grandemente os horrores e as barbaridades da nossa época”.

Crato (1992, p. 11) lembra que “a história da comunicação é a história da luta travada pelo homem para a apropriação colectiva do mundo exterior. É a história do pensamento e da sua expressão para organizar e fundamentar a actividade colectiva”. O autor acrescenta que “não há por isso nenhuma história da comunicação, nem tão pouco nenhuma resenha simplificada do seu progresso”.

Assim, “o acto de comunicar, longe de representar uma mera evolução técnica, acompanha a aventura do homem sobre a terra” (Crato, 1992, p. 12).

Wolton (2006, p. 21) acredita que “a comunicação existe desde que os homens vivem em sociedade, isto é, desde sempre”.

“Os conceitos de comunicação e de relações humanas estão de tal modo relacionados que são quase sinónimos. É extremamente difícil estudar um sem envolver o outro. (...) É impossível haver relações humanas sem comunicação, e vice-versa”, afirma Minter (2010, pp. 107-108).

Ferin (2002, p. 23) diz-nos que “a complexidade dos fenómenos inerentes ao conceito de Comunicação torna difícil definir este conceito numa perspectiva unívoca”.

Segundo Serra (2007, p. 9), “os estudos de comunicação remontam pelo menos a Platão e a Aristóteles e às suas tematizações da linguagem em geral e da retórica e da poética em particular”. Todavia, só «recentemente» é que a comunicação foi alvo de estudo aprofundado. Contudo, Ferin (2002, p. 15) garante que “o conceito moderno de comunicação tem as suas raízes mais próximas quer nos movimentos culturais, científicos, religiosos e económicos que antecederam as grandes viagens marítimas dos séculos XV e XVI, quer nas alterações culturais, sociais, políticas e económicas desencadeadas logo após o estabelecimento destes acontecimentos”.

Freixo (2011, p. 25) recorda que até ao Século XVIII o conceito de comunicação esteve muito associado à visão aristotélica de retórica: “a meta principal da comunicação consiste na persuasão, ou seja, a tentativa de levar as outras pessoas a adotarem o ponto de vista de quem fala”.<sup>8</sup>

*O Século das Luzes* traz novos contributos ao conceito, designadamente Dennis Diderot, para quem a comunicação tinha um grande número de significações, era a língua de várias ciências, artes e ofícios<sup>9</sup>.

Marcos (2007, p. 12), por sua vez, sublinha que a expressão e noção de teoria da comunicação “remonta aos anos 40 do séc. XX, como teoria matemática de processamento de sinais; mas a noção de comunicação, autonomizada como um problema explícito, surgiu entre 1880 e 1890, na sequência do contexto resultante da Revolução Francesa e das contradições históricas”.

Para Mattelard (1994, p.10), “cada época histórica e cada tipo de sociedade possuem uma determinada configuração que lhes é devida. Esta configuração com os seus níveis (económico, social, técnico ou mental) e as suas diferentes escalas (local, nacional, regional ou internacional) produz um conceito de comunicação hegemónica”. Cada configuração é acompanhada, segundo Freixo (2011, p. 26), de “continuidade e ruturas”<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Mattelard (2002, p. 11) afirma que “é necessário recuar aos finais do século XVIII para encontrar em Adam Smith (1723-1790) a primeira formulação científica”.

<sup>9</sup> Cf. Mattelard (1994, p. 9).

<sup>10</sup> Segundo Freixo (2011, p. 26), “os discursos circulam primeiro no interior de uma sociedade, ou seja, de um grupo que possui uma língua, um código cultural comum, mesmo que existam também, no seu seio, diferenças entre classes sociais, entre subgrupos religiosos, étnicos, profissionais, entre crenças religiosas, entre convicções políticas. Mas também circulam entre civilizações, ou seja, entre grupos separados por distâncias geográficas muitas vezes consideráveis, por fronteiras, por diferenças linguísticas, culturais, etc.”.

Mattelard (2002, p. 25) sustenta que por volta de 1910, “a comunicação está já ligada, nos Estados Unidos, ao projecto de construção de uma ciência social sobre bases empíricas”. Marcos (2007, p. 13) sustenta que “esta abordagem microssociológica, desenvolvida na Escola de Chicago, desenvolveu-se de 1910 até aos anos anteriores à II Guerra”.

Ainda de acordo com Mattelard (2002, p. 7), “a proliferação das tecnologias e a profissionalização das práticas mais não fizeram do que acrescentar novas vozes a esta polifonia”.

Santos (1992, p. 9) sustenta que “se no tempo de Burke se entendia que comunicar era um processo técnico, hoje esse conceito evoluiu num sentido diferente”.

O autor acrescenta: “É certo que a palavra comunicação está ainda associada ao transporte de objectos físicos, mas, em geral, ela já é entendida sobretudo como sendo o transporte de ideias e emoções expressas através de um código. Ou seja, comunicar significa essencialmente transmitir sentidos, casuais ou intencionais, de um ponto para o outro” (Santos, 1992, pp. 9-10).

James Anderson (1996) identificou duas dezenas de teorias da comunicação e mais de duas centenas de definições conceptuais sobre comunicação<sup>11</sup>. Etimologicamente, afirma Cazeneuve (1999, p. 68), “comunicar é tornar comum”.

Marcos (1995, p. 35), nesta linha de pensamento, olha para a comunicação como “um processo factual de tornar comum mensagens entre seres humanos”<sup>12</sup>. Trata-se de um “fenómeno psicossociológico infinitamente complexo”.

Todavia, Freixo (2011, p. 14) defende que a palavra comunicar significa, simplesmente, “partilhar”.

Beaudichon (2001, p. 36) sustenta que “os suportes da informação são as mensagens e a comunicação permite a transmissão de mensagens”<sup>13</sup>. Porém, “sin información no es posible llevar a cabo la comunicación, ya que debe hablarse sobre algo que merezca la pena participar” (Luhmann, 2000, p. 28).

Santaella (2001, p. 46) diz, simplesmente, que “a comunicação apenas existe quando algo é transmitido de um lugar a outro. O objectivo do processo de transmissão é exercer alguma forma de influência ou produzir algum tipo de mudança no lugar de destino”.

---

<sup>11</sup> Cf. Marcos (2007, p. 17).

<sup>12</sup> In Mesquita, M. (1995). *Comunicação e política*. Lisboa: Edições Cosmos.

<sup>13</sup> A autora acrescenta que “o conceito de mensagem é central em qualquer tentativa para compreender a comunicação. Ele vai muito além das ciências humanas, uma vez que os neurónios, as feromonas... transmitem mensagens, sendo este termo utilizado em numerosos ramos da ciência” (Beaudichon, 2001, p. 55).



A autora conclui:

“Só pode haver transformação quando aquilo que é transmitido contém alguma espécie de informação. Toda a informação precisa estar corporizada em algo. Esse algo é feito daquilo que costuma ser chamado de mensagem. A mensagem, por seu lado, existe apenas quando está materializada em signos de alguma espécie, os quais, para serem capazes de informar, devem de algum modo estar codificados. Para ser transmitida de um lugar para outro, da fonte ao seu destino, a informação, materializada em mensagens, precisa de um canal” (Santaella, 2001, p. 46)<sup>14</sup>.

Fiske (1993, p. 14) apresenta uma definição geral: “interacção social através de mensagens”. O teórico, todavia, identifica “duas escolas principais no estudo da comunicação”. A primeira olha para a comunicação como transmissão de mensagens, a segunda como produção e troca de significados<sup>15</sup>.

A primeira tende a aproximar-se das ciências sociais e dos atos de comunicação, “é o que é transmitido pelo processo de comunicação” (Fiske, 1993, p. 15). A segunda está mais associada à linguística e às artes, debruçando-se sobre os trabalhos de comunicação.

O emissor perde importância e o leitor “traz aspectos da sua experiência cultural e os relaciona com os códigos e signos que formam o texto”, acrescenta o autor. “Para muitas pessoas comunicar consiste apenas em se expressarem através da fala ou da escrita”, sustenta Freixo (2011, p. 25).

A comunicação é, para Sfez (1990, p. 117), “normativa e faz comunicar - pôr em comum - o que não deve continuar no domínio privado”.

Wolton (2006, p. 13) sustenta que resulta “da mistura inextricável entre duas dimensões, uma *normativa* e outra *funcional*”. Cazeneuve (1999, p. 68) acrescenta que “ela é um processo essencial, não só da socialização, mas também da formação do indivíduo”.

Rebelo (2000, p. 65) olha para o ato de comunicar como “uma troca entre duas instâncias - a de enunciação e a de recepção”, pressupondo três lugares de pertinência: as condições de produção, as condições de interpretação e as construções do discurso.

---

<sup>14</sup> As conclusões que se extraem daqui são as seguintes: “a) não há comunicação sem transmissão de informação; b) não há informação que não esteja encarnada numa mensagem; c) não há mensagem sem signos; d) não há transmissão de mensagens sem um canal de transporte. Todos esses aspectos são aqueles que revelam as inter-relações entre comunicação, semiótica e informação” (Santaella, 2001, pp. 46-47).

<sup>15</sup> “Estudo como as mensagens, ou textos, interagem com as pessoas de modo a produzir significados, ou seja, estuda o papel dos textos na nossa cultura. Usa termos como significação, e não considera que os mal-entendidos sejam necessariamente evidência de fracasso de comunicação - eles podem resultar de diferenças culturais entre o emissor e o receptor. O principal método de estudo é a semiótica (a ciência dos signos e significados)” (Fiske, 1993, p. 14).

O autor acrescenta que o conceito “implica um duplo processo de semiotização” e assenta em três princípios: “alteridade, pertinência e regulação”.

Comporta ainda condições externas: finalidade, identidade, representação, conteúdo e dispositivo. Finalmente, comporta condições internas: de locução, de relação e de tematização. Assim, afirma Cazeneuve (1999, p. 68), “a linguagem, por sinais visuais ou palavras, é evidentemente a maneira mais clara da comunicação, na medida em que esta é uma troca de significações e, mais vulgarmente, a comunicação é uma transmissão de informações que implica a emissão da mensagem e a sua recepção”.

Habermas sustenta que “a comunicação está no social, na língua que é social, no implícito, no pré-conceito. A comunicação não é mecanicista, mas compreensiva, emerge no momento das rupturas” (Sfez, 1990, pp. 108-109). Daí que possa estar a surgir “uma nova religião, ou pelo menos uma nova teologia” a que Sfez (1990, p. 110) apelida de “comunicação sem partilhas”, a uma sociedade “que se olha a si mesma como o seu duplo”.

Identificam-se vários fatores que podem condicionar a transmissão, “seja no ponto de partida, seja no ponto de chegada, e que podem alterar o significado da mensagem” (Cazeneuve, 1999, p. 68).

O teórico acrescenta que “a mensagem pode transmitir informações que excedam a intenção consciente” e, na visão de Freixo (2011, p. 25), há quem olhe para a comunicação como “a solução para todos os problemas do homem e da própria sociedade”. O conceito “invade assim todos os campos”, afirma o autor.

Esta ideia é acompanhada por Freixo (2011, p. 121) uma vez que “se tivermos presente o sentido conferido pela máxima utópica, para quem tudo é comunicação, o vocábulo surge-nos complexo e manifestamente despido de qualquer sentido preciso. A verdade é que se utiliza a palavra em diferentes contextos, servindo para designar realidades bem distintas e muitas vezes heterogéneas”. O autor esclarece que “tanto pretende indicar o setor das novas tecnologias da informação” como a área de intervenção de um jornalista ou a política de comunicação de uma empresa. Estamos, assim, longe de ter uma “ciência única de comunicação” (Freixo, 2011, p. 121).

Damáσιο (2011, p. 15) sustenta que o campo da sua atenção foi “variando sucessivamente ao longo do tempo” mas em qualquer das sucessivas abordagens teóricas, “adquire sempre particular importância a relevância que é concedida ora ao meio de comunicação como sistema de mediação, ora ao conteúdo desse processo”.

O problema surge “à medida que nos afastamos dessa nossa intuição inicial e mais imediata” que olha para a comunicação como um conceito “fácil de dar”. Todavia, conclui Mattelard (2002, p. 155), “a comunicação retomou o facho e afirma-se como o parâmetro por excelência da evolução da humanidade”, apesar de, segundo Santos (1992, p. 73), o homem “tornou-se impessoal, frio, solitário, tecnocrata e burocrata”.

Marcos (2007, p. 11) sustenta que “a comunicação é um dos conceitos característicos do século XX. Só (nós) nos preocupamos com a comunicação como se estivéssemos separados por milhas”. Wolton (2006, p. 23) sublinha que a comunicação “é inseparável desta dupla aspiração que caracteriza as nossas sociedades: a liberdade e a igualdade. Ao mesmo tempo *individualista* e de *massas*”. Nesta linha de pensamento, Faustino e Monteiro (2012, p. 11) sublinham que o interesse científico pelo estudo das ciências da comunicação “é relativamente recente. Aparecem como objeto de estudo de várias ciências sociais no período posterior à Segunda Guerra Mundial, como resposta ao extraordinário desenvolvimento dos meios de comunicação de massas”, os quais tiveram um papel determinante na história das sociedades e que, por essa razão, se abordarão seguidamente.

Em conclusão, percebe-se pela leitura de alguns dos autores de referência na temática que o conceito de comunicação apresenta diferentes abordagens, configurando a existência de emissores e recetores de mensagens, que reagem ao que lhes é transmitido, formando opinião. Daí a relevância de analisar os meios de comunicação de massas e os efeitos que estes produzem nas sociedades, e observar as incongruências na publicação de conteúdos e as consequências que poderiam suscitar nas sociedades.

## **2. Comunicação de massas**

“A sociedade moderna, urbana e industrial, não poderia existir como sistema social sem a comunicação de massa”, defende Fleur (1971, p. 13). Na ótica de Rebelo (2000, p. 14), “remonta à segunda metade do século XIX, época em que surgiram, pela primeira vez, grandes órgãos de comunicação de massas destinados a extensos e variados públicos”.

Cazeneuve (1999, p. 174) sustenta que os *mass media* procedem à “transmissão de uma mensagem de um centro emissor para uma pluralidade de indivíduos receptores”. Ou seja, permite ao autor da mensagem dirigir-se simultaneamente a um grande número de destinatários, existindo uma espécie de “amplificação das mensagens dando resposta ao desejo do homem de as ver multiplicadas” (Freixo, 2011, p. 60).

Lasswell<sup>16</sup> entende que para se compreender os processos de comunicação de massas “precisamos de estudar cada um dos estádios do seu modelo: quem, Diz o quê, Em que canal, A quem, Com que efeito?”<sup>17</sup>. Daí que os *mass media* sejam “intermediários, meios de difusão das mensagens [...]. Designam, pois, essencialmente técnicas de comunicação dirigidas a determinados públicos e a própria comunicação em si” (Cazeneuve, 1999, p. 173).

A propósito da teoria de Lasswell e das suas cinco interrogações (quem, diz o quê, em que canal, a quem, com que efeito), Santos (1992, p. 23) defende que o estudo científico do processo comunicativo “tende a concentrar-se numa ou noutra destas interrogações”<sup>18</sup>.

Já Camponez (2002, p. 83) defende que o conceito de *mass media* e, em particular, o de comunicação de massa “encerram em si uma pluralidade de significações e de possibilidades comunicativas”, sendo visto por Saperas (1993, p. 46) como “construtores da realidade social”. Este autor reconhece que os *media* “não determinam o que as pessoas pensam, mas aquilo sobre que pensam” (Saperas, 1993, p. 56).

Para Katz & Lazarsfeld (1955, p. 4), os *mass media* constituem “uma espécie de sistema nervoso simples que se espalha até atingir olhos e ouvidos, numa sociedade caracterizada pela escassez de relações interpessoais e por uma organização social amorfa”. Todavia, Wolf (1992, pp. 46-47) lembra que “os contactos pessoais são mais eficazes do que os *mass media*, precisamente porque podem atingir mesmo aqueles que, potencialmente, estão mais predispostos a mudar de atitude”.

Saperas (1993, p. 54) justifica que os meios de comunicação de massas “exercem para influenciar e determinar o grau de atenção que o público dedica a determinados temas expostos à atenção e ao interesse colectivos”.

Já Cazeneuve (1999, p. 72) afirma que a maior parte das pessoas retém “mais facilmente as mensagens que confirmam as suas opiniões do que aquelas que as contradizem”. Assim, conclui, “os efeitos das comunicações de massa tendem quase sempre a confirmar e a consolidar as opiniões existentes”. Todavia, numa perspetiva marxista<sup>19</sup>, “a comunicação

---

<sup>16</sup> Harold Dwight Lasswell (1902-1978) foi cientista político e teórico da comunicação americano. É considerado um dos fundadores da psicologia política. Pertenceu à Escola de Chicago e presidente da Academia Mundial de Arte e Ciência. Teorizou sobre o poder dos *media* de massas.

<sup>17</sup> Fiske (1993, p. 49).

<sup>18</sup> Segundo Santos (1992, p. 24), “o paradigma de Lasswell foi a primeira fórmula comunicacional, tendo sido adaptada e desenvolvida por quase toda a pesquisa posterior”.

<sup>19</sup> “Os pensadores marxistas concluíram que uma das suas principais funções era a de perpetuar a lógica do mercado. A comunicação social passou a ser encarada como fazendo parte do sistema económico” (Santos, 1992, pp. 40-41).

social tem tendência a calar as vozes dos que não têm capacidade económica e a reforçar a mensagem dos grupos firmemente estabelecidos” (Santos, 1992, p. 41).

Wolf (1992, p. 94) lembra que “os *mass media* desempenham uma função importante, na medida em que agem como elementos activos” das estruturas e instituições sociais<sup>20</sup> e segundo Saperas (1993, p. 26), “os meios de comunicação podem ter um impacto muito mais decisivo do que os investigadores crêem”. Este autor não tem dúvidas quando afirma que “quanto maior for a ênfase dos *media* sobre um tema, maior será o incremento da importância que os membros de uma audiência atribuem a este tema enquanto orientadores da atenção pública” (Saperas, 1993, pp. 55-56).

Na ótica de Cazeneuve (1999, p. 69), “quando se considera a vida social no seu conjunto, não é tanto o conteúdo das mensagens, mas sim o modo de transmissão utilizado, isto é, o *medium*, o sistema técnico que assegura a difusão do conteúdo”. Ou por outras palavras, “a cultura difundida é transformada pelo órgão da difusão”, acrescenta.

Damáσιο (2011, p. 20) sustenta que “os *media* distribuem mensagens, textos de natureza variável, sobre coisas, ações e acontecimentos, com os quais a audiência se relaciona”.

Há ainda a ter em conta o conceito de manipulação para o estudo da temática desta tese, na perspectiva de que, em sentido mais lato, poderá ser entendida como “uma técnica de mudança forçada das consciências” e em sentido restrito “uma modificação sub-reptícia da informação” (Cazeneuve, 1999, p. 171).

O autor acrescenta que no primeiro caso existe no manipulador “a intenção deliberada de suscitar uma mudança de opinião empregando técnicas psicológicas e, no manipulado, uma inconsciência dos mecanismos e dos fins”. Esta manipulação, sustenta, “implica uma comum atitude maquiavélica, própria da propaganda”. Neste sentido, Wolton (2006, p. 133) sustenta que comunicar “é a mesma coisa que manipular ou vender algo. É, em todo o caso, influenciar”. Santos (1992, p. 47) frisa que “os indivíduos não passam de fantoches manipulados pela sociedade”. A manipulação da informação, acrescenta, “só é bem sucedida se a propaganda for apresentada como informação e a informação como objectiva”. Caso contrário, o efeito pode ser o contrário, favorece o adversário e retira credibilidade ao *media* (Cazeneuve, 1999, p. 172). E quando este perde credibilidade o fim é uma questão de tempo, a não ser que um ou vários mecenas o mantenham nas bancas.

---

<sup>20</sup> O autor esclarece que no conceito de cultura, “estão englobados quer os significados e os valores, que surgem e se difundem nas classes e nos grupos sociais, quer as práticas efectivas através das quais esses valores e esses significados se exprimem e nas quais estão contidos” (Wolf, 1992, p. 94).

Importa ainda “tentar descobrir como é que o jornal diz o que diz e porque é que diz o que diz. Lentamente. Na consciência de que a rapidez pode ser uma das estratégias mais eficazes para nos esconder o como e o porquê” (Rebelo, 2000, p. 11). Além de que, segundo Wolf (1992, p. 31), “quanto mais expostas as pessoas são a um determinado assunto, mais o seu interesse aumenta e, à medida que o interesse aumenta, mais as pessoas se sentem motivadas para saberem mais acerca dele”. Contudo, Roberts (1972, p. 377) lembra que a influência dos *mass media* é admitida sem discussão, na medida em que ajudam a estruturar “a imagem da realidade social, a longo prazo, a organizar novos elementos dessa mesma imagem, a formar opiniões e crenças novas”.

Saperas (1993, p. 138) defende que a informação se assume como “construtora da realidade social” e Cazeneuve (1999, p. 72) lembra que “certas tensões e dificuldades de evolução se reduzem a problemas de comunicação”.

A relação entre jornalista e fontes é, de acordo com Rebelo (2000, p. 29), “uma questão central”, pois é em torno dessa relação que se desenvolve a estrutura fundadora do sistema de comunicação de massas, “constituída pelo jornalista, activo ou operacional, em relação com uma fonte ou com um stock de informações”.

Tengarrinha (1989, p. 263) recorda que “a história da Imprensa portuguesa não poderá ser observada como um fenómeno isolado e sui generis, mas como um dos aspectos - certamente um dos aspectos mais vivos e expressivos - da história da nossa cultura”.

A imprensa escrita é, assim, um fenómeno muito mais recente quando comparado com o aparecimento da escrita. Os jornais, acrescenta, “podiam responder diariamente a esta inquieta mutabilidade”.

O autor sustenta que “a imprensa mudou a base do entendimento que os homens têm de si próprios”, embora como faz notar Jeanneney (1996, p. 15) “desde sempre que o homem tem sede de notícias simultaneamente exactas, completas e frescas, e é na rapidez que a concorrência joga de forma mais patente”.

A origem da imprensa escrita está diretamente relacionada com uma data histórica: 1440. É por esta altura que é criada a chamada *Galáxia Gutenberg*<sup>21</sup>, invenção capaz de difundir maciçamente o conhecimento através de uma máquina, a prensa. Contudo, Breton e Proulx (1997, pp. 74-75) dizem-nos que “o jornal, enquanto fonte regular de informações, apareceu em princípio do século XVII”.

---

<sup>21</sup> Designação teorizada por McLuhan.

Tengarrinha (1989, p. 36) garante que “o jornalismo nasceu, em Portugal, como em qualquer outro país, da confluência de três factores distintos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela *notícia*”. Por outro lado, “a generalização do ensino obrigatório vai suscitar simultaneamente a individualização da leitura e o alargamento dos motivos de interesse” (Cazeneuve, 1999, p. 154).

Assim, sustenta Fontcuberta (2002, p. 14), há que lembrar que “uma pessoa sem informação é uma pessoa sem opinião”. Segundo Crato (1992, p. 163), “se a objectividade pura não existe o certo é que o jornalismo informativo poderá ter como base os factos objectivos”. Ou seja, acrescenta o teórico, “o jornalismo deverá procurar a objectividade tendo consciência de conter em si subjectividade. Isto quer dizer que o jornalista deverá aproximar os seus relatos da realidade dos factos, procurando a exactidão e não a exclusão de dados essenciais”. Os jornais fizeram o seu caminho enquanto suportes de comunicação, entre outros como a rádio ou as redes sociais, funcionando como “elo de ligação entre o acontecimento, situado a montante, e o público, a jusante” (Rebelo, 2000, p. 16).

Segundo Cádima (1996, p. 89), “a história dos *media* como a história de um fluxo unívoco de dominação. Um sistema intrinsecamente censório, que corresponde, em síntese, à auto-legitimação das ideias que um grupo impõe como concepção do mundo num determinado período histórico”. Faustino e Monteiro (2012, p. 97) não têm dúvidas: “a censura acompanhou o nascimento e evolução da imprensa portuguesa, constituindo, juntamente com os monopólios, entrave ao seu desenvolvimento”<sup>22</sup>.

Gomes (2006, p. 18) garante que, com a instauração da Ditadura Militar, “vai iniciar-se um novo ciclo no relacionamento entre o poder do Estado e a Imprensa”. O autor acrescenta que a censura prévia, instituída em 1926, “só aparecerá consagrada em diploma legislativo” a partir da aprovação da Constituição de 1933. No ano anterior, “são vários os casos de intervenção directa do Ministério do Interior para aplicação de multas, suspensão de jornais ou até demissão de uma comissão de censura” (Gomes, 2006, p. 43). Entre 1933 e 1936, o ano mais ativo da censura é 1934, com a emissão de 20 multas, 8 suspensões e 1 supressão<sup>23</sup>. Este facto estará evidentemente relacionado com o *18 de Janeiro de 1934*, que apesar do fracasso colocou o regime de prevenção e atento a novas rebeliões.

---

<sup>22</sup> A censura é um procedimento anterior à Ditadura Militar. Já durante a I República a legislação restringia a liberdade de expressão. A censura prévia passa a lei em 1916, em plena I Guerra Mundial (Lei nº 495 de 28 de março), “quebrando uma tradição de liberdade de imprensa que remontava a triunfo do liberalismo em 1834” (Gomes, 2006, p. 17).

<sup>23</sup> Cf. Gomes (2006, p. 87).

Tengarrinha (1989, p. 262) garante que os jornais, “em contraste com a relativa facilidade com que dantes se fundava”, passaram a confrontar-se, com o Estado Novo, com “pesados investimentos de capitais, cujos interesses, depois, é necessário defender”. Jeanneney (1996, p. 103) lembra que “nas democracias em que a liberdade total da imprensa é assegurada, é o choque com que se confrontam por um lado o interesse do Estado encarregado da sobrevivência da nação e por outro lado o direito à verdade”. Fontcuberta (2002, p. 30) defende que “a informação é uma condição básica para uma sociedade livre”.

Freixo (2011, p. 68) vai mais longe ao afirmar que “não existem sociedades livres sem liberdade de imprensa”.

Todavia, o fenómeno da comunicação em geral e da imprensa em particular é, como se constata, de uma enorme complexidade, sobretudo num país que teve “a mais rigorosa de todas as censuras inquisitórias. Dos Index quinhentistas à Censura Prévia salazarista” (Cádima, 1996, p. 88). O autor conclui que “vivemos no limbo de todas as ignorâncias” em que “imprensa, propaganda e expansão do espaço público são três realidades indissociáveis a partir dos séculos XVII-XVIII na Europa, constitutivas do conceito moderno de comunicação”.

Tuchman (1977, p. 45) sustenta que “o objecto declarado de qualquer órgão de informação é fornecer relatos dos acontecimentos significativos e interessantes. Apesar de ser, evidentemente, um propósito claro, este objetivo é, como muitos outros fenómenos aparentemente simples, inextricavelmente complexo”. Porém, Wolf (1992, p. 169) garante que “as notícias são aquilo que os jornalistas definem como tal” e a comunicação política faz parte do dia-a-dia não só dos profissionais dos jornais bem como dos que tratam da causa pública.

Na imprensa regional verifica-se que a escassez de meios humanos obriga a que os profissionais tenham que escrever sobre os mais variados temas mas são os diretores ou editores que, em alguns casos, definem o que se publica e o que fica de fora do alinhamento editorial.

Porém, o jornalista é um produtor de conteúdos que, por norma, são integrados nas edições dos jornais. É importante lembrar que o jornalismo em Portugal foi totalmente diferente até abril de 1974 e depois dessa data histórica para o país.

Daí que seja importante perceber o que é a comunicação política e como foi usada por Salazar, através dos jornais.



### 3. Comunicação Política

“A função política dos jornalistas está subordinada à questão recorrente do quarto poder e à questão corolária da legitimidade. Ambas podem ser abordadas tanto do ponto de vista da sociologia como da ciência política”, defende Cornu (1994, p. 385). Assim, “a política pode considerar-se o estudo das relações humanas”, sustenta Inglês (1993, p. 32).

Mateus (1977, p. 9) sugere que “a política invade a nossa vida quotidiana” e é por isso que Aristóteles “afirmava que o homem é um «animal político»”, que fala.

O dia-a-dia, acrescenta o autor, “é feito de uma multiplicidade de actos políticos”. Segundo Beaudichon (2001, p. 123), “a comunicação e a política estão ligadas. Qualquer tentativa de tomada de poder é acompanhada pelo domínio sobre órgãos de comunicação oral e escrita”. E Salazar tinha a noção de que a comunicação é um elemento central da atividade política. Desde sempre o foi. Segundo Mesquita (1995, p. 385), entende-se por comunicação política “um conjunto de técnicas e processos utilizados pelos actores políticos, sejam eles pessoas singulares ou colectivas, a fim de influenciarem a opinião”. Na perspetiva de Beaudichon (2001, p. 125), “a liberdade de palavra, como a liberdade de pensamento estão inscritas nos textos fundadores das democracias. Nos regimes totalitários, a censura é obrigatória”. A manipulação é outro dos conceitos que não se pode dissociar da política, até porque, como defende Woodrow (1996, p. 214), “a manipulação pode ser política”.

Ainda assim, o autor lembra que “toda e qualquer informação é forçosamente subjectiva”, não sendo necessariamente “uma ciência exacta”. Santos (1992, p. 73), na linha de pensamento de McLuhan, explica que “os novos meios electrónicos não são extensões dos olhos ou dos ouvidos, mas do próprio sistema nervoso”.

Segundo Breton e Proulx (1997, p. 157):

“Até 1940, os investigadores que se interessavam pelos *media*, independentemente das suas orientações políticas, estavam de acordo quanto à possibilidade de a imprensa, o cinema e a rádio exercerem uma influência fundamental nas pessoas: pensava-se que os *media* eram susceptíveis de transformar significativamente as atitudes e os comportamentos dos indivíduos enquanto eleitores e consumidores”.

É no regime anterior ao 25 de Abril que “muitos trabalhadores foram reduzidos e mantidos na ignorância, viviam esmagados pela repressão, não sabiam explicar a causa dos seus sofrimentos e não podiam livremente contribuir para os atenuar” (Mateus, 1977, p. 10).

E o pior é que a imprensa estava longe de ser livre e a influência da política sobre os *media* reveste-se de três formas, segundo Cazeneuve (1999, p. 207): “a influência da ideologia sobre os programas, o controlo da informação política pelo poder, os conflitos políticos entre o poder e os *media* em regime democrático”.

Segundo Mesquita (1995, p. 376), “a força de Estado em Portugal tende sistematicamente à manipulação, quando pode, através da censura pura e dura, quando não pode, através de formas de censura oculta”.

Gil (1995, p.12) revela que Salazar recusa efeitos oratórios emocionais, “assim como a polémica dirigida contra pessoas”. Contudo, “nunca exclui brutalmente a oposição, procurando sempre, pelo contrário, integrá-la na situação”.

Por outro lado, acrescenta o autor, “nunca lança as massas contra os inimigos”.

Segundo Rebelo (2000, p. 151), “Salazar não reconhece, no plano da discursividade, nem a existência de oposição, nem a existência de inimigos”. Estamos perante um político que “nunca discute os argumentos dos seus adversários, ignora-os deliberadamente”, ou seja, “não entra em polémica: não há opositor com o qual partilhe o espaço da argumentação” (Gil, 1995, pp. 25-26).

O autor revela ainda que Salazar “sabe bem para quem fala” e olha para os *media* como “instrumento que torna possível essa ligação com as consciências individuais” (Rebelo, 2000, p. 152).

Tengarrinha (2006, p. 178) defende que, desde 28 de maio de 1926 até à queda do Estado Novo, “podemos reconhecer três fases na relação comunicacional do poder político com a sociedade. Na primeira, até 1931, a atenção principal incidiu sobre a triagem da informação, mas sem critérios suficientemente definidos e estabilizados. A segunda, até princípio da década de 1950, foi marcada pela preocupação central de afirmação do regime, segundo linhas de orientação bem identificadas, com o objectivo último de criar uma opinião pública favorável”.

O autor lembra que “o primeiro objectivo do Poder logo após o 28 de Maio relativamente à Imprensa, mais do que procurar calar as vozes incómodas, foi tentar alcançar um apoio consensual em torno da ditadura, que de algum modo fosse a expressão da ampla e diversificada convergência política obtida inicialmente por aquele pronunciamento militar”. Esta postura rapidamente seria abandonada, falhado que foi o objetivo de obter o apoio generalizado da imprensa.

O poder passa a “manobrar a influência sobre os jornais, para o que seria necessário criar alguns que lhe fossem favoráveis e condicionar os existentes” (Tengarrinha, 2006, p. 184).

Apesar de não ser um regime totalitário, e muito menos uma democracia, Portugal adota uma Constituição em que estabelece a liberdade de pensamento. Todavia, impõe leis especiais para regular o exercício da liberdade de pensamento com o objetivo de impedir a perversão da opinião pública e defender que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum.

Segundo Tengarrinha (2006, p. 179), Salazar “sabia da importância dos *media* na formação de uma consciência pública favorável ao regime, cuja propaganda através dos jornais pretendia, como objectivo último, alcançar a ‘unidade nacional’ em torno do Estado Novo”.

Ou seja, acrescenta o autor, “a imprensa escrita - nenhum dos responsáveis do regime e muito menos Salazar o duvidava - era a arma essencial do esforço de propaganda”. Ferin (2002, p. 115) olha para o conceito de propaganda “como instrumento de persuasão” e Veríssimo (2003, p. 11) lembra que o Estado Novo, tentando moldar a sociedade civil aos seus valores nacionalistas, levará a cabo uma política que passa, “entre outras medidas, pela criação dos Sindicatos Nacionais”.

A censura, palavra cuja origem está na Roma Antiga<sup>24</sup>, é um elemento que tem percorrido um vasto caminho na história dos países e Portugal não foge infelizmente à regra<sup>25</sup>. Salazar cria a Direcção-Geral dos Serviços de Censura, através do Decreto 22756 de 29 de Junho de 1933, a quem compete “proibir a criação de jornais, impedir a entrada de periódicos estrangeiros e suspender ou encerrar empresas editoriais”.

Segundo Crato (1992, p. 205), “de 1926 até 1974 o funcionamento da censura registou poucas alterações, apenas estreitou os seus critérios ou diminuiu um pouco a sua

---

<sup>24</sup> Em 1275, Filipe, o *Intrépido*, institui em França a censura, colocando sob vigilância da Universidade todos os escritos, ou seja, eram os clérigos que procediam a este controlo. Ora não é de todo descabido concluir que a origem da censura está na igreja, “que exercia essencialmente um controlo de conformidade aos dogmas religiosos e à moralidade” (Cazeneuve, 1999, p. 51).

<sup>25</sup> Segundo Cazeneuve (1999, p. 49), “a censura corresponde à obrigação, imposta pela autoridade pública, de lhe serem apresentados, a fim de os submeter ao seu controlo antes da publicação, todos os escritos e obras, para que assim os possa - se quiser - modificar, suprimir ou interditar, no seu todo ou em parte”. O autor acrescenta que em sentido mais amplo, “a censura designa todos os obstáculos, freios, entraves e oposições que visam impedir «a livre comunicação de pensamentos e opiniões», qualquer que seja a sua natureza, razão ou causa, técnica, método ou manifestação e seja qual for o nível ou momento em que se verifique a intervenção no processo de comunicação”.

inflexibilidade, conforme a evolução da conjuntura política”. O autor revela ainda que “de 1926 a 1933, a censura foi apertando as suas malhas de forma gradual”, entrando depois “num período extremamente severo”. Com a censura prévia e a criação do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em setembro de 1933, observa Tengarrinha (2006, pp. 179-180), “estavam criados os meios legais e os instrumentos de intervenção adequados” para a concretização dos objetivos centrais: a filtragem da informação.

A propósito do SPN, Tengarrinha (2006, p. 184) afirma:

“O primeiro instrumento fundamental foi o Secretariado da Propaganda Nacional (S.P.N.), criado em Setembro de 1933, que tinha como um dos principais objectivos (...) a intermediação entre a Imprensa e o Estado. Nesse sentido, desenvolve imediatamente uma acção ampla e rigorosamente planeada, que teve como primeiro passo essencial o levantamento minucioso dos jornais existentes no País, suas tendências e, em consequência, saber que medidas adoptar para captar uns e limitar outros”.

Cádima (1995, p. 319) lembra que Salazar, ainda nos anos 30, pretendia “sobretudo a acalmção dos espíritos, o esquecimento de ódios e paixões” e que “a censura foi um dos mais eficientes instrumentos, capaz de manter o regime durante quatro décadas”.

Para isso, a partir de maio de 1936 a criação de jornais passa a ser regulada. Em alguns jornais, o Estado veda-lhes a publicidade institucional bem como a respetiva receita.

Segundo Tengarrinha (2006, p. 184), os homens do Estado Novo tinham a noção de que havia necessidade de neutralizar “os focos republicanos e respectivos jornais”.

Crato (1992, p. 206) defende que, para Salazar, a imprensa “não tinha um papel decisivo na política do estado”, considerando que o essencial era “travar-lhe a hostilidade ao regime”, garantindo assim a “tranquilidade social” e a “despolitização das massas populares”. Apesar desta postura, o líder do Conselho não via com bons olhos a imprensa que não lhe era afeta. Cazeneuve (1999, p. 51) lembra que “mesmo as censuras mais oficiais não ousam chamar-se pelo seu verdadeiro nome, camuflando-se pudicamente sob o de controlo”.

Aliás, Mateus (1977, p. 95) recorda que “o fascismo suprimiu as liberdades mais elementares: não havia liberdade de imprensa, de reunião, de organização, de associação, de expressão e de pensamento, ainda que tais liberdades estivessem consignadas na Constituição de 1933”.

Cádima (1995, p. 319) observa que “a censura foi sem dúvida uma das armas decisivas para a sua continuidade - foi, claramente, um dos sustentáculos determinantes do regime: «a arma mais temível de Salazar»”.

Salvo um ou outro caso, o Estado deixou de controlar diretamente a comunicação social em democracia. Ainda que esta conquista provoque excessos, “os abusos à liberdade de expressão são vistos como um mal menor” quando comparados com a censura do Estado Novo (Almeida, 2008, p. 8). O que significa que, acrescenta este autor, “a sociedade prefere esta opção à ingerência do poder político”.

Abril de 1974 trouxe, assim, a liberdade de imprensa e todas as transformações que daí advieram, entre as quais melhorias significativas no conteúdo dos jornais. Cornu (1994, p. 382) sustenta que “a responsabilidade do jornalista é, antes de tudo, para com o público, pelo direito deste último a ser informado”, sem ter na retaguarda ninguém que o condicione, sobretudo o poder político.

Importa recordar que o poder económico e religioso nunca escondeu que teve - e tem - ao seu serviço órgãos de comunicação social, que servem para comunicar mensagens.

Em Portugal, só para dar um exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus tem uma televisão a operar no cabo, a *Record*, e diversas rádios locais e regionais de norte a sul do país. Logo, o jornalismo de proximidade é um fenómeno de uma enorme importância e que requer um estudo com alguma profundidade, pois são os meios locais e regionais que serão profundamente analisados mais à frente.

#### **4. O jornalismo de proximidade**

“Os *media*, se não nos dizem como é que devemos pensar, indicam-nos, pelo menos, sobre o que devemos pensar”, afirma Rebelo (2000, p. 17). E o olhar do jornalista, acrescenta o autor, “não é o do historiador que se confronta com acontecimentos já esgotados no tempo”.

O autor destrinça ainda o conceito de fazer jornalístico que, com Gadamer, “assenta em pré-conceitos que exprimem, em cada momento, a tradição e a autoridade comumente reconhecidas”. Com Habermas, diríamos que o fazer jornalístico “assenta em esferas de interesses que exprimem, em cada momento, posições ideológicas mais ou menos dissimuladas” (Rebelo, 2000, p. 21). Ou melhor, sustenta Almeida (2008, p. 22), os *media* são, neste caso, “apenas mais um actor, numa realidade frequentemente defendida em vários campos da sociedade”.

Será que esta visão se adapta a todos os meios de comunicação, sejam de cariz nacional ou local?

Segundo Sousa (2000, p. 31), mais do que falar de jornalismo, deveríamos “falar de jornalismos” uma vez que “diferentes pessoas querem e precisam de diferente informação, tratada e apresentada de forma diferente”. Ou seja, conclui, “o jornalismo não é igual em toda a parte”.

Raposo (1993, p. 17) defende que “os *media* locais destinam-se a preencher o espaço que existe entre a comunicação individual [...] e os *media* de âmbito nacional ou internacional, que cobrem uma actualidade diferente”. Já Almeida (2008, p. 16) concebe que o jornalismo local “compreende uma realidade delimitável dentro do fenómeno da comunicação social, com especificidades e características que permitem uma diferenciação, imediata, em relação ao jornalismo com uma abrangência menos localizada”.

Duarte (2005, p. 13) não tem dúvidas: a informação de proximidade é um “importante instrumento de desenvolvimento económico e social das diversas regiões”. O autor olha para a comunicação de proximidade como aquela que mantém “uma relação mais directa e próxima com a vida dos cidadãos”, distinguindo-se da nacional “pela sua capacidade de gerar informação mais útil e com impacto mais imediato no dia-a-dia das populações”.

Em Portugal, “só no final dos anos 80 começa a ser notada uma nova atitude sobre a importância da comunicação social local e regional, até aqui reduzida globalmente ao estatuto de menoridade”, afirma Camponez (2002, p. 114).

Este autor cita Gerbaud, que olha para o jornal local como uma entidade que “estabelece uma relação mais convivial e calorosa, regida pelo dever de informar: em primeiro lugar, sobre o que está à sua volta, em segundo lugar, acerca dos acontecimentos no seu país e, finalmente, sobre o mundo, interpretando os factos à luz das vivências locais” (Camponez, 2002, p. 121).

Segundo Duarte (2005, pp. 14-15), tendo a informação de proximidade características muito específicas, sendo observado como “algo menor e sem estatuto” e, por outro lado, “amador e proteccionista”.

Na perspectiva de Mercadé (1997, p. 21), os *media* locais destinam-se “a públicos muito concretos, normalmente reduzidos, com nomes e apelidos, e é aí que o jornalismo resulta mais humano e mais verdadeiramente social, ao colocar em contacto, ao relacionar aqueles que informam ou opinam, editoralizam e dão conselhos, com um público não só receptivo, como enormemente activo, que por sua vez, informa, opina, recrimina, aceita, valoriza, aplaude ou censura de forma eficaz”.

Na ótica de Lopes (2010, p. 18), a imprensa regional “desempenha um papel notável de reforço de um conceito rico em cidadania. Cultiva a proximidade, é útil para quem a lê, estimula ou, pelo menos, conserva, laços identitários, culturais e históricos da maior importância”.

Cazeneuve (1999, p. 158) defende que a imprensa escrita tem um trunfo a seu favor: “o da informação local”. O autor considera que este trunfo está associado à “fidelidade dos seus leitores”. Para Duarte (2005, p. 200), a informação de proximidade é “um instrumento importante do desenvolvimento de Portugal a nível cultural, económico e social”.

Areal (1992, p. 31) sublinha que o jornal “nasce sempre ligado a uma comunidade”. Deve, pois, servir “os interesses nobres dessa comunidade a que deve a sua existência e que o sustenta. O jornal local ou regional é, concluamos, o mais claro exemplo de serviço a uma comunidade reduzida - por contraste com a nacional”, acrescenta o autor. Contudo, Camponez (2002, p. 272) diz que “não é possível sustentar-se que é a região enquanto espaço que faz a imprensa regional. As novas tecnologias tornaram ainda mais radical a noção de espaço enquanto espaço que faz a imprensa regional”<sup>26</sup>. Ou seja, “o local não é o outro extremo das redes globais; é o espaço onde a globalização se recria potenciando-se” (Camponez, 2002, p. 273). Trata-se, assim, de um “jornalismo de proximidade, fundamentalmente comprometido com a sua região e as suas gentes”. O autor conclui que a imprensa regional “resulta do seu compromisso específico, do seu pacto comunicacional com um território que não pode deixar de representar um recorte parcial de um espaço mais vasto”.

Almeida (2008, p. 20) chama a atenção para a globalização “como não destruidora de identidades locais, podendo antes produzir novas identidades locais e globais”.

Lopes (2010, p. 18) frisa que os meios regionais cultivam a língua portuguesa, “num plano cada vez mais raro na imprensa em geral”. Todavia, “a rigorosíssima censura agravou as dificuldades da imprensa” até 1974, fazendo com que o jornalismo “definhe e se não desenvolva” (Crato, 1992, p. 191). Contudo, Duarte (2005, p. 187) defende que a informação de proximidade tem uma importância “inegável”.

Mas o que é ser local?

Para Almeida (2008, pp. 3-4), o jornal regional, de proximidade, “é um bom espelho do todo. E que o seu melhor conhecimento poderá ajudar-nos a melhor interpretar a realidade”.

---

<sup>26</sup> Segundo Fontcuberta (2002, p. 14), “o progresso tecnológico possibilita hoje receber notícias no exacto momento em que se produzem”.

Segundo Duarte (2005, p. 45), de acordo com a lei, a imprensa regional é aquela que “pelo seu conteúdo e distribuição, se destina predominantemente às comunidades regionais e locais”. E, por outro lado, “a informação de proximidade é insubstituível porque chega onde a outra informação, a nacional, não chega” (Duarte, 2005, p. 110).

O problema é que “a realidade da imprensa regional e local é ainda um campo rico e muito carecido de estudo aprofundado” (Almeida, 2008, pp. 3-4). E no caso da imprensa regional e local de Leiria, acrescenta o autor, “são escassos os exemplos de investigação sobre esta importante dinâmica local”.

## **5. A informação e a desinformação**

Volkoff (2000, p. 21) diz-nos que “a informação nunca tem 100% de verdade” e que “erros infiltram-se por todos os lados, mesmo quando nenhum elemento da cadeia de informação, do informador ao informado, tem más intenções”. O autor sustenta que “pense-se o que se pensar, a objectividade não só não existe em matéria de informação, como qualquer pretensão à objectividade deve ser encarada com suspeita”. Todavia, Fontcuberta (2002, p. 30) chama a atenção para o facto de “um indivíduo desinformado é incapaz de tomar as decisões adequadas nos diferentes contextos da vida”.

Na perspetiva de Woodrow (1996, p. 145), “qualquer tentativa para fazer singrar um jornal que só desse «boas» notícias estaria condenada ao fracasso”. Isto porque a grande maioria das notícias provenientes do mundo “é negativa”.

O autor remata considerando que “o homem não é mais do que um animal sedento de sexo e de sangue e o telespectador um pobre diabo”.

Esta perspetiva leva-nos para a dúvida “se o conteúdo dos meios é o resultado da exigência do público ou se o público procura o que os meios lhe oferecem” (Fontcuberta, 2002, p. 34). As correntes mais recentes apontam no sentido de ajustar, ou seja, acrescenta a autora, “deve oferecer-se aos leitores o que eles realmente desejam ler, não o que os editores pensam que o seu potencial público necessita de saber ou em que pode estar interessado”.

Aristóteles (2010, p. 248) recorda-nos que “é, com efeito, a partir de bons enigmas que se constituem geralmente metáforas apropriadas”. Por outro lado, acrescenta o autor, “há palavras mais apropriadas do que outras, e mais semelhantes ao objecto e mais próprias para trazer o assunto para diante dos olhos”.



E há também os mitos, ou seja, “uma história pela qual uma cultura explica ou compreende um dado aspecto da realidade ou da natureza” (Fiske, 1993, p. 120).

Barthes dirá simplesmente que um mito é “a maneira de dada cultura pensar sobre algo, uma forma de o conceptualizar e de o compreender”<sup>27</sup>. O autor entende que os mitos são, na realidade, “o produto de uma classe social que conseguiu o domínio através de uma determinada história”. Nesta linha de pensamento, “os mitos mistificam ou obscurecem as suas origens e, conseqüentemente, a sua dimensão político-social”. Assim, “a objectividade só existe - se existir - na informação de carácter científico” (Volkoff, 2000, p. 22).

Fontcuberta (2002, p. 43) observa que “o conteúdo dos meios não depende apenas dos interesses do público e dos do próprio meio de comunicação: é igualmente resultante dos interesses de distintos sectores da sociedade que, através dos meios de comunicação, pretendem tornar conhecidos do público certos factos e opiniões”. Segundo Luhmann (2000, p. 26), “el código del sistema denominado medios de comunicación para las masas, se constituye a partir de la distinción información/no información”.

As ditaduras usaram habilmente a imprensa para transmitir o que mais lhes convinha. Volkoff (2000, p. 25) chama-lhe propaganda, ou seja, “transmissão a um público de uma informação que lhe deve ser útil e que o informador não toma como falsa mas, pelo contrário, como expressão da única verdade existente”. O autor sublinha que “a grande diferença em relação à desinformação é que a propaganda se apresenta de rosto descoberto”.

Breton e Proulx (1997, p. 261) recordam-nos que este conceito “nasceu, paradoxalmente, da democracia. Com efeito, para que haja propaganda, é necessário que exista uma luta de ideias e que o parecer do povo conte”. Isto não significa que em ditadura não haja luta de ideias, ainda que em privado. Entre 1933 e 1974 esta foi uma constante, não só no seio do PCP como também no movimento anarco-sindicalista, para dar apenas dois exemplos. Assim, a desinformação pressupõe três elementos: “uma manipulação da opinião pública, senão seria intoxicação; processos ocultos, senão seria propaganda; fins políticos, internos ou externos, senão seria publicidade” (Volkoff, 2000, p. 31).

Breton e Proulx (1997, p. 261) afirmam que “o objectivo da propaganda é suprimir a possibilidade de escolha que está na base da democracia”. Ou melhor, a propaganda é “a maneira de apresentar e de difundir uma informação política de tal modo que o receptor esteja, ao mesmo tempo, de acordo com ela e incapaz de fazer outra escolha nesse aspecto”.

---

<sup>27</sup> Fiske (1993, p. 121).

Na ótica de Sousa (2000, p. 34), no modelo comunista de jornalismo “existe censura, até porque se entende que a imprensa socialista deve estar ao serviço do proletariado, impedindo a contra-revolução e a tomada do poder pela burguesia”.

Anti-comunista convicto, Salazar, afinal, parece ter tido uma visão próxima dos ventos que sopravam de leste.

Veríssimo (2003, p. 27) defende que “a política de informação confunde-se, como se continuará a confundir durante bastante tempo, com propaganda”.

Assim, “ao passo que a propaganda pode muito bem enganar com informações justas, a desinformação é uma técnica que utiliza deliberadamente a mentira e a falsificação” (Breton e Proulx, 1997, p. 261).

Fontcuberta (2002, p. 44) observa, por outro lado, que “os meios dão maior importância a umas notícias do que a outras, e os vários meios não dão igual importância à mesma notícia”.

Em resumo, o autor propõe que a desinformação “é uma manipulação da opinião pública para fins políticos através de informação trabalhada por processos ocultos”. A este respeito, Castells (2007, p. 323) faz notar que “não é que no passado os governos fossem uma maravilha, mas sabíamos menos sobre eles e eles podiam fazer mais, a favor ou contra nós”. Daí que a censura prévia poderá ter sido “um grave erro político” (Veríssimo, 2003, p. 36).

Breton e Proulx (1997, p. 264) lembram que “desinformar consiste, na prática, em construir «logros» e pô-los a circular como verdades”. Trata-se, segundo estes autores, de uma “técnica de comunicação que corrompe mais a causa que pretende defender”.

Segundo Sousa (2000, p. 23), “se os *media* agirem, realmente, como agentes de sustentação do *statu quo* e de amplificação de poderes, a sua imagem dominante, ao nível do ser humano comum, poderá, por consequência, facilitar perigosamente a manipulação e a desinformação do público”.

“La información es el valor positivo, el valor de designación con la que el sistema describe la posibilidad de su propia operación. Pero para tener la libertad de ver algo como información o como no información, debe existir la posibilidad de considerar a algo como no informativo”, sublinha Luhmann (2000, p. 26).

Definidos os conceitos de comunicação, jornalismo de proximidade, comunicação política, informação e desinformação, é oportuno abordar duas temáticas relevantes para esta investigação: memória e representação.

## 6. Memória e representação

Antes de surgir a escrita, “existia apenas um canal: a palavra apoiada na memória”, lembra Jeanneney (1996, p. 17). Mas “a memória é finita”, afirma Inglis (1993, p. 17). Daí que, acrescenta o autor, “requer-se o armazenamento e acesso ao que foi relevante. Tudo o resto pode ser deitado fora”. Cazeneuve (1999, p. 73) sugere que “assim como foi possível definir a memória como a arte de esquecer, de igual modo a comunicação tende a transformar-se na arte de se isolar para se compreender a si próprio”.

Paul Ricoeur olha para a ideia de representação do passado “como memória” e o esquecimento como “dimensão da condição histórica de humanos que somos”<sup>28</sup>.

A imagem-recordação, refere o autor, “está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve”. Ou seja, acrescenta, “o passado é reconhecido como tendo estado” e o carácter seletivo da memória “implica que os mesmos acontecimentos não sejam memorizados da mesma forma em períodos diferentes”.

Benjamin, na obra *Thèse sur la philosophie de l'histoire*, de 1940, lembra que “o verdadeiro rosto da história afasta-se a galope. Do passado só se retém uma espécie de imagem, a qual, quando se deixa reconhecer, emite um vislumbre que não mais se verá” (Cádima, 1996, p. 92). Assim, “não temos nada melhor do que a memória para nos assegurar de que alguma coisa se passou realmente antes que declarássemos lembrar-nos dela”<sup>29</sup>.

O testemunho é, num sentido, “uma extensão da memória, tomada na sua fase narrativa. Mas só há testemunho quando a narrativa de um acontecimento é publicitada”, designadamente na imprensa, que será o foco central desta investigação.

Segundo Sfez (1990, p. 31), “a representação apela a um mundo objectivo e a um representado, ligados por um mediador, voltado de um lado para o mundo objectivo e do outro para o signo que garante”.

Ricoeur sustenta que o testemunho é “o ponto fraco do estabelecer da prova documental. É sempre possível opor os testemunhos uns aos outros, quer no que diz respeito aos factos relatados, quer no que respeita à fiabilidade das testemunhas”<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup>[http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia), consultado em 14 de agosto de 2014.

<sup>29</sup>[http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia), consultado em 14 de agosto de 2014.

<sup>30</sup>[http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia), consultado em 14 de agosto de 2014.

O autor remata afirmando que “uma parte importante da batalha dos historiadores para o estabelecimento da verdade, nasce da confrontação dos testemunhos, principalmente dos testemunhos escritos”. É esse trabalho que se desenvolverá no capítulo seguinte, não deixando de ter presente, que “são os cidadãos que fazem realmente a história - os historiadores apenas a dizem”<sup>31</sup>. Claro que para os historiadores, conclui o autor, “a dimensão incomparável de um evento só pode ser afirmada depois de se terem avaliado as semelhanças e as diferenças” e, numa dimensão mais individual, “cada um de nós tem o dever de não esquecer mas de dizer o passado, de um modo pacífico, sem cólera, por muito doloroso que seja”.

Importa ainda recordar o pensamento de Jacques Vergès, que nos lembra que não há justiça, há justiças, ou seja, um terrorista condenado num local pode ser um herói noutros locais e noutros tempos. Por outro lado, não é despropositado refletir sobre se é um jornal que influencia o público ou se é precisamente o inverso: será o público que influencia o órgão de informação?

Certamente que uma parte influencia a outra. Rebelo (2000, p. 163) defende que os *media* são como “máquinas produtoras de representações. Como instrumentos geradores de virtual. Como fábricas de sonhos”.

Torna-se, assim, complexo “separar história e mito”, defende Inglis (1993, p. 19) e para tornar possível a existência de um conhecimento objetivo em ciência “deverá aí residir uma ideia precisa e imparcial do registo dos acontecimentos”.

A questão do mito, como se verificou anteriormente, assume nesta temática uma importância crucial, até porque o *18 de Janeiro de 1934* foi assumindo contornos mitológicos, conceito que Lévi-Strauss define como “história que é uma transformação local e específica de uma estrutura profunda de conceitos binariamente opostos, conceitos esses que são importantes para a cultura no seio da qual o mito circula” (Friske, 1993, p. 165).

Eliade (1989, p. 12), por seu turno, olha para o mito como “uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares”.

Carmelo (2001) lembra que, em *Mythologies*, Barthes pretendeu provar que a maior parte dos nossos usos sociais se alimentam de ilações conotativas programadas que designou por «mitos».

---

<sup>31</sup> [http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos\\_disponiveis\\_online/pdf/memoria\\_historia](http://www.uc.pt/fluc/lif/publicacoes/textos_disponiveis_online/pdf/memoria_historia), consultado em 14 de agosto de 2014.

Como refere Eliade (1989, p. 10), o mito “fornece modelos para o comportamento humano e, por isso, confere significado e valor à existência humana”.

Acrescenta que “compreender a estrutura e a função dos mitos nas sociedades tradicionais [...] não é apenas explicar uma etapa na história do pensamento humano, é também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos”. Observa ainda que o mito é “a narração de uma criação: descreve-se como uma coisa que foi produzida, como começou a existir” (Eliade, 1989, p. 13)<sup>32</sup>.

Cádima (1996, p. 75) lembra-nos que “no passado, o poder tinha a palavra. Hoje, a história é discurso, e a palavra tem o poder”. Ou seja, “se há um século atrás cabia ao historiador a legitimação do passado, hoje é o jornalista e o campo dos *media* que ocupam o lugar do historiador”. O autor remata dizendo que “a história tem uma profundidade, uma complexidade que o jornalista nem sempre tem tempo de ter”. Daí que seja determinante fazer a análise de conteúdo dos textos publicados na imprensa, tirando daí conclusões importantes para sustentar - ou não - a hipótese de trabalho, sem esquecer que o *18 de Janeiro de 1934*, ao ser comemorado 40 anos depois, terá sido eventualmente reconstruído em função do que se pretendia. É isso que se tentará desconstruir neste estudo, sendo certo que “a língua e as outras linguagens de que os jornalistas se servem não são a única condicionante para a produção de sentido de uma mensagem (...). Existem outros condicionalismos, como a percepção e a descodificação” (Sousa, 2000, p. 16).

## 7. Os Movimentos Sociais

O estudo específico do *18 de Janeiro de 1934* e as suas representações na imprensa regional e local implicam compreender o que são movimentos sociais e como o conceito evoluiu para contextualizar a temática deste trabalho académico porque, como faz notar Fonseca (1976, p. 31), “os movimentos sociais ocupam um lugar privilegiado, digamos fulcral, na historiografia contemporânea”.

Marx e Engels, no *Manifesto do Partido Comunista*<sup>33</sup>, dizem-nos que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”.

---

<sup>32</sup> O autor revela ainda que “certos comportamentos míticos sobrevivem ainda sob os nossos olhos. Não que se trate de sobrevivências de uma mentalidade arcaica. Mas determinados aspectos e funções do pensamento mítico são constitutivos do ser humano” (Eliade, 1989, p. 152).

<sup>33</sup> Cf. [http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997\\_manifesto\\_partido\\_comunista\\_editorial\\_avante.pdf](http://www.pcp.pt/sites/default/files/documentos/1997_manifesto_partido_comunista_editorial_avante.pdf), consultado em 8 de agosto de 2016.

Hadjinicolaou (1978, p. 27) garante que “a luta de classes é uma luta de práticas de diversas classes e que as classes têm não só uma prática económica e uma prática política, mas também uma prática ideológica”. Sendo esta uma questão que engloba diversos comportamentos coletivos, em sociedade, onde com frequência ocorrem conflitos - designadamente políticos, sociais, económicos e religiosos - existem várias correntes de opinião sobre esta temática que, dada a sua heterogeneidade e complexidade, deram origem a um acervo bibliográfico que será objeto de levantamento e confrontação nesta tese.

Ainda no âmbito dos movimentos sociais, destacam-se os grupos de interesses em geral e o movimento operário em particular, que esteve na origem do movimento insurrecional no país e, claro, na Marinha Grande, cidade industrial que historicamente tem na sua matriz um considerável número de trabalhadores fabris, no passado associado ao vidro, atualmente integrados no sector de moldes para plástico, que emprega milhares de pessoas, apesar de subsistirem centenas de trabalhadores em fábricas de vidro de embalagem.

### **7.1. Evolução do Conceito**

Os movimentos sociais tiveram origem nos primórdios da própria civilização, acompanhando-a na sua evolução. Embora só entre os séculos XVIII e XIX tenham sido identificados enquanto tal, não faltam exemplos de movimentações sociais ao longo da História da Humanidade.

Os conflitos religiosos em Roma são apenas um exemplo, já para não falar nas lutas contra a escravatura ou pela abolição da pena de morte em muitos países. Os combates contra as monarquias e sociedades feudais e agrárias, pela instauração de repúblicas, têm igualmente um longo caminho percorrido nas páginas da história.

No entanto, a propósito da origem dos movimentos sociais, Tilly e Wood (2009, p. 3) têm uma visão diferente, pois defendem que durante o século XVIII, “pessoas na Europa Ocidental e na América do Norte deram início à decisiva criação de um novo fenómeno político. Elas começaram a criar movimentos sociais”.

Para os autores da denominada «Teoria do Confronto Político», apenas nesta altura foram criadas as condições para que os movimentos sociais começassem a operar nas sociedades, criando desta forma novos atores políticos.

Assim, na visão destes autores, foi apenas no século do triunfo do liberalismo que os movimentos sociais assumiram um papel determinante nas sociedades, na sequência do

declínio das monarquias absolutas, da formação de organizações populares, da vontade das elites em governar em nome do povo e no surgimento de novos meios de comunicação, embora tenha sido somente a partir da década de 60/70 do século passado que esta temática passou a ser denominada pelo nome que hoje se lhe atribui - movimentos sociais -, deixando de ser conotada simplesmente como movimentos de trabalhadores sindicalizados.

Aliás, convém não esquecer que os movimentos sociais estão associados a diversos paradigmas, pois a sua criação e atuação têm sido distintas nas diferentes latitudes, seja na Europa, nos Estados Unidos ou na Ásia.

A referência aos movimentos sociais foi feita de forma indireta nas abordagens clássicas. A ação social ou o comportamento coletivo, assim se designavam os movimentos sociais, eram vistos em duas perspetivas: por um lado através da irracionalidade das motivações das massas, por outro um questionamento da ordem social (Pasquino, 1992, p. 787).

Uma perspetiva diferente aponta para os coletivos sociais como um modo específico de ação social que, segundo Émile Durkheim, dariam lugar a vários tipos de solidariedades complexas.

Weber fala em mudanças sociais do tradicionalismo para o racional-legal e Marx (1979, p. 307) aponta para o início de um processo revolucionário, pois, segundo este autor alemão, “o estabelecimento de uma jornada normal de trabalho é o resultado de uma luta multissecular entre o capitalista e o trabalhador”.

Nesta linha de pensamento, Tarrow, McAdam e Tilly (1996, p. 21) definem um movimento social como “uma interação sustentada entre pessoas poderosas e outras que não têm poder: um desafio contínuo aos detentores de poder em nome da população”.

Os movimentos sociais surgem, assim, para organizar uma força social, que emana da sociedade, que tem como objetivo central alterar a relação de poder estabelecida.

Apesar da complexidade dos movimentos sociais, Castells (2000, p. 20) simplifica o conceito ao falar em “ações colectivas que, dependendo do seu êxito ou fracasso, transformaram valores e instituições”.

Por sua vez, Boudon (1995, p. 284) fala em “conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferência pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade”, definição que não se afasta muito daquela que é proposta por Gohn (1995, p. 44) que caracteriza os movimentos sociais

como sendo “acções colectivas de carácter sociopolítico, constituídas por actores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais”.

Touraine (1984, p. 97) afirma que “não é possível definir um objecto chamado movimentos sociais sem escolher desde logo um modo geral de análise da vida social, a partir do qual poderá ser constituída uma certa categoria de factos chamados movimentos sociais”.

Para o autor, uma referência inquestionável nesta matéria, um movimento social é “uma acção conflitual pela qual certas orientações culturais, um campo da historicidade, são transformadas em formas de organização social, definidas tanto por normas culturais gerais como por relações de dominação social” (Touraine, 1984, p. 102).

Relativamente aos conflitos associados aos movimentos sociais, podem ser resolvidos, segundo Bobbio (1987, p. 35), pelas instituições - governos, por exemplo - “através de duas formas: mediação e repressão”.

Ilse Scherer-Warren (2005, p. 18) sustenta que “toda a acção coletiva com carácter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independentemente do alcance ou significado político ou cultural da luta”.

Voltando a Touraine (1984, p. 103), o autor considera que a noção de movimento social “não é separável da de classe. Mas o que opõe o movimento social à classe é que esta pode ser definida como uma situação, enquanto o movimento social é uma acção, a acção de um sujeito”.

Ainda segundo este autor, “o movimento operário foi um dos movimentos sociais mais reivindicativos do século passado ao combater a dominação e procurando dar aos trabalhadores, ou ao conjunto da colectividade, o controlo da organização do trabalho e dos recursos criados pela actividade industrial” (Touraine, 2007, p. 33).

Porém, os movimentos sociais nunca estão isolados dos outros tipos de conflito. Touraine (1984, p. 104) explica que “o movimento operário, que põe em causa o poder social dos senhores da indústria, não é separável das reivindicações e das pressões com vista a aumentar a influência dos sindicatos nas decisões económicas, sociais e políticas”.

Gohn (2010, p. 41) lembra que os movimentos sociais têm sido considerados “elementos e fontes de inovações e mudanças sociais”. Camino (1988) defende que os estudos sobre os movimentos sociais, que se iniciaram no princípio do Séc. XIX e nos primeiros anos do Séc. XX, “acompanham a história desses conflitos e fazem parte dessa história”<sup>34</sup>.

---

<sup>34</sup> Cf. <http://www.infocien.org/Interface/Simpos/An02T81.pdf> (p. 420), consultado em 28.04.2014.



Contudo, segundo o mesmo autor, o interesse dos cientistas sociais “era menos o de entender os fenómenos sociais que estavam acontecendo” mas, sobretudo, “desacreditar os movimentos de massas e criar as condições de uma «solução científica» do problema”, sendo que as aspas baixas mostram que não era a verdade científica que se procurava.

O autor associa autores a explicações e a eventos de massas e conclui que os movimentos são os sintomas de uma difusão social, que tem de ser de algum modo superada para que o sistema continue a subsistir.

Estas definições levam à ideia de que um movimento social representa uma forma de organização que tem por base um conjunto de valores e interesses comuns aos seus membros e visa alterar a ordem social - ou parte dela -, através de ações não institucionais.

As mais visíveis são os protestos de rua contra as decisões dos governos. Aliás, esses protestos de rua constituem prova de que os movimentos sociais estiveram associados, durante décadas, a grupos revolucionários que desenvolviam ações de carácter muitas vezes radical.

Só a partir da década de 1960 é que este paradigma mudou, pois até então os movimentos sociais confundiam-se com a luta de classes nas sociedades capitalistas, numa lógica de ações contra as contradições do capitalismo.

Mas não, os movimentos sociais são, afinal, muito mais que isso. Surgiram, assim, os «novos» movimentos sociais, de características urbanas, algo distantes das lutas entre classes e mais virados para as questões ambientais e para aquelas que se prendem com os direitos humanos e a paz entre os povos.

Gohn (1995, p. 44) considera novos “os movimentos que se afastam do carácter classista”, que não pretendem criar um novo tipo de sociedade, mas aperfeiçoar a vida e apelar a valores tão diversos como o direito à vida, à livre expressão ou à liberdade.

Estes novos movimentos sociais, segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p. 49) atuam no sentido de estabelecer um equilíbrio de forças entre Estado e sociedade civil, bem como no interior da própria sociedade civil, nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.

Os movimentos sociais passaram, assim, a desempenhar funções muito importantes nas sociedades contemporâneas, assumindo o papel de catalisadores das causas sociais muitas vezes ignoradas ou não reconhecidas pelo(s) Estado(s), o que levou Pasquino (1994, p. 791) a afirmar que “não podem ser mais definidos como não-institucionais”.

Nem sempre têm como objetivo a obtenção de dividendos imediatos, como o fim de medidas impopulares, ou seja, nem sempre existe um «adversário», pois podem ter em vista, simplesmente, a preservação cultural ou a promoção de um ideal religioso, entre outros exemplos, numa lógica de diversificação multicultural que as sociedades contemporâneas atravessam com cada vez maior mobilidade.

A democracia tem tido, segundo Touraine (1995, p. 263), uma grande importância para os movimentos sociais à escala global porque “o principal objectivo da democracia deve ser permitir que indivíduos, grupos e colectividades se tornem sujeitos livres, produtores da sua história, capazes de reunir na sua acção o universalismo da razão e as particularidades de identidade pessoal e colectiva”. Enquanto catalisadores das tensões e conflitos sociais, podem - e devem - contribuir para um aperfeiçoamento das democracias, assumindo-se como atores políticos em Estados democráticos.

Porém, a relação entre os Estados e os movimentos sociais nem sempre é pacífica, sobretudo quando os interesses são divergentes, situação que acontece com frequência.

O processo de globalização e a conseqüente queda de fronteiras tornou a Internet um palco privilegiado para a troca de ideias entre a sociedade civil.

É a partir daqui que se têm organizado muitos movimentos, nas mais variadas partes do mundo. Olhe-se, por exemplo, para a «Primavera Árabe»<sup>35</sup>.

Segundo Gohn (2010, p. 24), neste milénio “muitas ações coletivas que são movimentos sociais de fato tiveram que alterar suas práticas e reivindicações para não ficar à margem da história”. Voltando, mais uma vez, a Touraine (1995, p. 88), o autor defende que “só existe movimento social quando a acção colectiva é dotada de objectivos sociais [...], reconhece a existência de valores e interesses sociais gerais e, em consequência, não reduz a vida política a um confronto entre campos ou classes, ainda que organize e acirre conflitos”.

O autor acrescenta que “somente nas sociedades democráticas é que os movimentos sociais se formam sozinhos, pois a livre escolha política obriga cada actor social a lutar

---

<sup>35</sup> Onda revolucionária de manifestações e protestos que vêm ocorrendo no Médio Oriente e no Norte de África desde dezembro de 2010 e que se prolongaram nos anos seguintes, nuns casos com profundas transformações sociais e políticas, noutras quedaram-se por guerras civis mortíferas de origem religiosa, onde reina a anarquia e a desordem. A Líbia, por exemplo, no início de 2015, era liderada por dois governos, sendo absolutamente impossível garantir a paz e os serviços sociais mínimos a uma população martirizada pela guerra. Se em alguns países as revoltas populares trouxeram avanços, noutras verifica-se precisamente o inverso. A Síria é um exemplo que se aproxima do caos, com uma guerra civil que já destruiu uma parte significativa do país. O Iraque, após a saída das tropas americanas e britânicas, bem como o Afeganistão, estão longe de garantir alguma estabilidade política e religiosa.

simultaneamente pelo bem comum e pela defesa de interesses particulares” e finaliza concluindo que “por essa razão, os movimentos sociais mais expressivos recorreram a temas universalistas: liberdade, igualdade, direitos do homem, justiça, solidariedade, temas que estabelecem um nexo directo entre o actor social e o programa político”.

## 7.2. Os Grupos de Interesses

Os atores sociais estão normalmente associados a grupos de interesses, sejam eles sindicatos, associações representativas dos trabalhadores ou entidades patronais, entre outros.

No âmbito do estudo dos movimentos sociais, não se poderá deixar de refletir sobre este domínio importante na tomada de decisões em sociedades democráticas.

Os grupos de interesses têm um papel importante, talvez determinante, em democracias que obedeçam a lógicas participativas, deliberativas ou associativas, alavancadas por transformações sociais e políticas induzidas pelo processo de globalização, que tendem a transformar as formas de poder, exigindo uma intervenção de atores sociais especializados.

Este é, de resto, um tema atual quando se constata que nalguns países - como já sucedeu em Itália e na Grécia - os líderes eleitos pelo povo estão a ser substituídos pelos denominados tecnocratas, cujas competências técnicas se sobrepõem às competências políticas.

Importa aqui esclarecer a diferença entre grupo de interesses, grupo de pressão e *lobby*. Fernandes (1995, p. 179) defende que “os grupos de interesses procuram realizar os seus fins de acordo com a lei vigente, actuando apenas na esfera da vida privada [enquanto] os grupos de pressão são associações que exercem uma pressão sobre os poderes públicos, para que as decisões destes sejam favoráveis à realização dos seus interesses e aspirações”.

Para Moreira (2001, p. 154), “um grupo de pressão é sempre um *grupo de interesses*, mas um grupo de interesses não é necessariamente um *grupo de pressão*”. Isto porque, sublinha, “ao grupo de interesses tem de acrescentar-se alguma coisa para se transformar em grupo de pressão”.

O conceito de *lobby* está associado à atividade de grupos organizados, com o objetivo de interferir diretamente nas decisões do poder público, em especial do poder legislativo, em favor de interesses privados. Pinto (2009, p. 86) esclarece que “quando um *lobby* procura que o Governo altere a lei em benefício dos interesses desse *lobby*, não estamos perante uma actuação de um grupo de interesses mas de um grupo de pressão ou de influência”.

Apesar de alguns autores não fazerem ainda essa distinção, Finer criou a expressão tipológica “grupos de influência”, uma forma de suavizar o termo “grupos de pressão” - que tem uma conotação pejorativa -, apesar da ação dos «lobistas» ser uma parte do processo político e, além disso, ser reconhecida e regulamentada em alguns países - designadamente nos Estados Unidos da América - e junto de organizações internacionais.

Alguns autores não seguem a definição de Finer, defendendo que os grupos de interesses, para fazerem valer a sua vontade, “terão de se transformar em grupos de pressão”. Segundo Pinto, (1999, p. 86), trata-se de uma questão “muito discutível” uma vez que nesta problemática “o que está em causa é a forma de actuação dos grupos [...] e os interesses, individuais ou colectivos, que estão em jogo”.

Os grupos de interesses fazem parte de sistemas políticos há séculos, mas as formas de participação têm vindo a mudar, sobretudo nos últimos trinta anos. Contudo, existem ainda algumas entidades demasiado viradas para o passado, que não se aperceberam do processo de globalização com uma conseqüente variedade de relações entre atores sociais e poder político.

Grossman e Saurugger (2006) olham para os grupos de interesses como organizações que procuram representar no espaço público os pontos de vista de agentes que atuam na esfera económica e social e, ao mesmo tempo, influenciar os poderes públicos num sentido favorável aos seus interesses.

Independentemente do país ou do continente, parece ser dificilmente questionável a ideia de que os grupos de interesses, quer tenham cariz económico, social, cultural ou religioso, têm uma intervenção importante, nalguns casos até determinante, nas decisões dos governos eleitos democraticamente, mas não só, pois exercem igualmente um papel de controlo democrático que não deixa de ser também um aspeto a ter em conta numa altura em que os recursos são cada vez mais escassos.

Os grupos de interesses, cuja origem se perde no tempo, têm como objetivo principal influenciar o poder político ou o público em geral.

Assim sendo, podem ser considerados, atualmente, como atores da vida política contemporânea. Claro que, num mundo global, é natural que alguns grupos de interesses tenham uma abrangência quase mundial, como é o caso do movimento ecologista Greenpeace<sup>36</sup>. Noutros casos terá uma abrangência mais restrita, ou seja, por ordem decrescente: europeia, nacional, regional ou meramente local.

---

<sup>36</sup> O movimento Greenpeace pode ser simultaneamente considerado um grupo de pressão.

Grossman e Saurugger têm vindo a analisar as formas de participação - e os limites - dos grupos de interesses nos Estados, nomeadamente a urgência de uma governação multinível, a que chamam novos níveis de governação, em que os governos dispersam determinadas tarefas, delegando-as para níveis supranacionais, por exemplo organizações internacionais ou agências especializadas, e por outro lado, verticalmente, para níveis infra estaduais, o chamado Estado de atores sociais.

Pinto (2009, p. 85) lembra que, como Florestan Fernandes identificou no seu capitalismo dependente, no século XIX “as relações nunca chegavam a ser entre países mas entre burguesias e pressupunham mais do que simples relações comerciais”.

Assim sendo, “exigiam relações de dominação tanto a nível externo como interno”.

No que concerne à dominação externa, acrescenta o autor, a mesma era realizada “por meio da dominação interna” e exercia-se “sobre o trabalho e a massa da população submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobreexpropriação capitalista”.

Por exemplo, no Brasil retratado por Florestan Fernandes, “a burguesia dependente, débil enquanto classe e no contexto internacional, era, contudo, poderosa nas sociedades que dominava não apenas economicamente, tal a influência que exercia ao nível das decisões do poder político”, concluiu Pinto (2009, p. 85).

Na Europa assiste-se a uma soberania de serviço dos estados-membros, através de um número crescente de novos centros de decisão, ou seja, órgãos supranacionais.

A este respeito, Grossman e Saurugger (2006, p. 219) defendem que “la multiplication des niveaux de gouvernance et, notamment, de niveaux supranationaux est l’un des facteurs pour comprendre l’activités des groupes d’intérêt et leur participation dans l’élaboration des politiques”.

Estes autores refletem ainda sobre o papel do Estado e as condições para o exercício do poder em interação com os grupos de interesses, ou melhor, as relações entre os Estados e os grupos de interesses enquanto produtores de normas.

Os grupos de interesses reforçam, assim, a sua presença nos Estados enquanto «parceiros sociais» nos vários patamares da governação, garantindo a representatividade da sociedade nos órgãos de decisão, constituindo um veículo importante de legitimação, mas sobretudo de eficácia. Daí que seja determinante a integração dos grupos de interesses no processo de tomada de decisão. Os Estados têm as suas competências continuamente desafiadas e têm delegado, nalguns casos, alguma da sua soberania.

Mas os grupos de interesses também podem suscitar questões de legitimidade política uma vez que causam ameaças à governação democrática, pois um número crescente de atores participa na deliberação, tomada de decisões e implementação das medidas.

Assiste-se a um aumento importante do número de grupos de interesses na medida em que as sociedades testemunham uma procura de participação crescente dos cidadãos e de certos setores da sociedade. Esta evolução pode ser descrita em termos de «sociedade de grupos de interesse».

As principais tendências da atuação dos grupos de interesses, segundo Grossman e Saurugger (2006, p. 219), são três: “les transformations de l’action collective, les transformations de l’État et du politique et la tendance vers un pluralisme croissant qui en résulte”.

Os grupos de interesses deixaram de ser apenas económicos, passando a alastrar-se aos mais variados domínios.

Associações profissionais, empresas, Organizações Não Governamentais, entre outros, são atores sociais que têm recorrido às técnicas de grupos de interesses. É o caso dos sindicatos e patronato, grupos de interesses que se têm assumido como intermediários entre o Estado e a sociedade.

Importa, ainda, frisar que Estado e grupos de interesses nem sempre têm objetivos comuns, o que pode suscitar a eclosão de conflitos. Porém, Pinto (2009, p. 86) lembra que “nas sociedades democráticas, os governantes têm o dever de ouvir e de respeitar os interesses daqueles que os elegeram.

Assim, a actuação dos grupos de interesse está prevista e constitui mesmo um exemplo, necessário e desejável, para a valorização da vida democrática”.

Também não é menos verdade que a ação dos grupos de interesses pode variar fortemente, de país para país, e até no mesmo espaço nacional.

No *18 de Janeiro de 1934*, os dois principais grupos de interesses - Confederação Geral do Trabalho (CGT) e Comissão Inter-Sindical (CIS) - tinham estratégias diferentes e pode ter sido esse pormenor que esteve na origem do fracasso da tentativa de derrube do regime pelo operariado português, que até ao dia do movimento insurrecional passou por um processo evolutivo conturbado.

Daí que seja imperioso estudar a sua evolução histórica em Portugal.

### 7.2.1. O Movimento Operário Português

O caminho do movimento operário português está longe de constituir uma narrativa de sentido único. De facto, como Losurdo (2004, p. 10) afirma, essa história tem sido marcada por “vitórias exaltantes” a que se seguiram “derrotas desastrosas” porque “à experiência exaltante da emancipação, ou seja, da conquista de direitos anteriormente não desfrutados, bem pode se seguir a amargura da desemancipação”. Em suma, acrescenta o autor, assiste-se a uma “perda dos direitos tão arduamente conquistados”.

A História mostra, aliás, que se assistiram às mais variadas tentativas de neutralização das lutas de emancipação dos trabalhadores, não só por parte das classes dominantes mas também do próprio movimento operário. O *18 de Janeiro de 1934* é um exemplo de resistências internas na preparação do movimento insurrecional.

Marx, que deu ao movimento operário conteúdo ideológico, considerava que as vitórias da luta operária eram parciais, mas importantes, como, por exemplo, a redução do horário de trabalho, vista pelo pensador como a primeira vitória proletária sobre a burguesia.

Já Lenine (1978, p. 281) manifestava a ideia de que as restrições “excluem, eliminam os pobres da política, da participação activa da democracia”. No que concerne ao movimento operário português, o mesmo começou a ganhar forma no século XIX, com o fim do absolutismo e o triunfo do liberalismo.

No final da década de 1830 surgiram as primeiras associações de trabalhadores em Portugal e assumiram um papel de classe, prestando apoio aos seus associados, fosse ele de cariz económico ou na área da saúde. Neste último caso é de destacar a constituição de associações de socorros mútuos - denominadas montepios - e quase todas à «sombra» de um santo protetor, que mantiveram, ainda que parcialmente<sup>37</sup>, o espírito das confrarias medievais, agrupamentos de artífices e mercadores fundadas muito antes, na Idade Média.

---

<sup>37</sup> Importa esclarecer que há uma distinção entre os conceitos de confraria, montepio e misericórdia. Apesar da sua vocação social, o seu modelo de organização é diferente. No reinado de D. Afonso V, entre 1432 e 1481, foram criadas em Portugal as confrarias leigas. Eram associações voluntárias de irmãos que tinham como missão o socorro mútuo aos seus membros. Caracterizaram-se, primeiramente, pelo seu carácter corporativo de associação por profissão para ajuda mútua em caso de carência social. Eram organizações de natureza material com valores espirituais. Mais tarde, surgiram as misericórdias, que tinham como base os princípios das confrarias leigas e das unidades, organizações de auxílio aos mais carenciados. A primeira Misericórdia a nascer em Portugal ocorreu nas Caldas da Rainha. Constituiu-se em 1498 sob a égide da Rainha D. Leonor. Seguiu-se a de Lisboa. Em 1578 surgiu em Portugal um outro movimento, o Celeiro de Évora. Tinha como objetivo proporcionar empréstimos em sementes em anos maus do ponto de vista meteorológico aos agricultores mais desfavorecidos, constituindo-se como uma espécie de seguro de colheitas denominado de Monte Pio.

Em Portugal existiram várias. Eram espaços de solidariedade, na vida e na morte, pequenos hospitais e casas de recolhimento, que protegiam peregrinos e pobres. Mas, por norma, a assistência de saúde era prestada apenas aos confrades numa espécie de albergarias. As confrarias medievais estavam, assim, muito viradas para os seus membros e não tanto para o exterior.

As associações de trabalhadores, gradualmente, foram ganhando cariz sindical, apoiadas por uma imprensa operária aguerrida, onde era exposta a sua ideologia e denunciadas as injustiças sociais, bem como as reivindicações da classe operária.

Na década de 1840 foram convocadas as primeiras greves na indústria, com reivindicações de vária ordem: pagamento de salários, melhores condições de trabalho e de vida. Em 1852, o Código Penal proibiu as greves mas regulou o movimento associativo. O movimento operário português ganhou força após a Comuna de Paris<sup>38</sup> e a filiação na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT). A secção portuguesa da AIT foi fundada em dezembro de 1871 e os seus Estatutos são do ano seguinte. Em 1872 ocorreu um surto grevista em Portugal, com cerca de cinquenta greves em dezoito meses.

Na edição nº 32 do jornal *O Pensamento Social*<sup>39</sup>, de 1872, podia ler-se: “entrámos finalmente no movimento moderno europeu [...], nós, trabalhadores portugueses, podíamos também constituir-nos em classe”. O movimento operário em Portugal assumiu-se como uma luta de classe tipicamente de trabalhadores, afastando os membros daquilo que designavam como pequena burguesia, a quem consideravam «desagregadores». Paralelamente foi crescendo o número de jornais afetos ao movimento operário, bem como o número de associações. Porém, dentro do movimento operário existiam grandes clivagens, facto que, por si, só o debilitou. Estas clivagens, para além de políticas, eram também ideológicas, pois no seu seio existiam as mais variadas sensibilidades. Claro que em função destas diferenças nem sempre foi pacífica a atividade do movimento operário.

O triunfo da revolução russa de 1917 motivou a classe operária europeia e entre 1918 e 1922 assistiu-se a um período de lutas revolucionárias do proletariado europeu, que acreditava na vitória do comunismo.

---

<sup>38</sup> Primeiro governo operário da história, que durou de 26 de março a 28 de maio de 1871 (40 dias), em França. Esta iniciativa foi esmagada com crueldade. Estima-se que tenham sido mortas 20.000 pessoas.

<sup>39</sup> *Jornal da Fraternidade Operária*, organização que se viria a fundir com a Associação do Trabalho Nacional. A Associação dos Trabalhadores chegou a reunir cerca de 3.000 sócios, assumindo largamente o papel de liderança do movimento operário que o Centro Promotor de Melhoramentos das Classes Laboriosas havia ocupado nas décadas anteriores. O jornal seria encerrado em 1873, após uma dura repressão governamental e patronal sobre os trabalhadores.



Paralelamente, assiste-se à criação de partidos fascistas, que acabariam por chegar ao poder. Aliás, na Europa vigoravam vários regimes autoritários e surgiram como alternativa aos sistemas liberais e democráticos. Eram disso exemplos, o pretense corporativismo português<sup>40</sup> e, mais tarde, o franquismo espanhol, a partir de 1939.

O surgimento destes regimes na Europa, também na sequência da Crise de 1929 (Grande Depressão) e da fragilização da classe média, não pode ser dissociado da incapacidade dos movimentos operários que, nas lutas insurrecionais que travaram, apenas se conseguiram impor na Revolução Russa. Em Portugal, entre 1926 e 1934, o movimento operário sofreu um dos mais duros golpes com o fim do regime republicano e, mais tarde, com a instauração de «sindicatos corporativos» e clivagens políticas muito profundas devido às interpretações da III Internacional de 1919.

As ideologias, comunista e anarquista, geraram ódios entre si e foram precisamente as duas correntes de pensamento que estiveram na origem do *18 de Janeiro de 1934*, com visões distintas das ações a levar a cabo.

Nos primeiros anos do século XX, o sindicalismo revolucionário e o anarcossindicalismo<sup>41</sup> ganharam força em Portugal, em contraponto com o declínio da monarquia. Por esta altura a agitação social nos centros industriais era crescente, com o movimento sindical a apresentar-se organizado e muito combativo, pugnando pela luta de classes.

A monarquia constitucional portuguesa chega ao fim em 1910, mas a luta social intensificou-se, com a burguesia republicana a assumir-se como anti-operária, uma vez que os interesses dos dirigentes republicanos não eram coincidentes com as pretensões da classe operária, gerando assim conflitos, nalguns casos profundos<sup>42</sup>. As greves foram reprimidas e as reivindicações alastraram aos meios rurais.

Em 1914 surgiu a primeira central sindical operária em Portugal - a União Operária Nacional - que congregava mais de uma centena de associações.

---

<sup>40</sup> Segundo Pinto (2011, p. 21), o Estado Novo “não representou uma forma de corporativismo. [...] O Estado Novo, na sua visão monista, não revelou qualquer pressa no estabelecimento das corporações”.

<sup>41</sup> Movimento social de carácter anarquista, que se desenvolveu, principalmente, no início do século XX. O anarcossindicalismo atribuiu aos movimentos sindicais um papel importante na luta pela emancipação da classe trabalhadora. Usavam o instrumento da greve como mecanismo de pressionar os proprietários a atenderem as suas reivindicações.

<sup>42</sup> Apesar de o Partido Republicano ter uma base de apoio muito diversificada, certo é que os seus principais dirigentes pertenciam à burguesia, logo, quando assumiram o poder, fizeram prevalecer os seus interesses, que eram naturalmente opostos aos dos operários, o que suscitou conflitos.

Em 1918 transformou-se em Confederação Geral do Trabalho, de inspiração anarco-sindicalista, que participaria no *18 de Janeiro de 1934*, mas que acabaria por deixar de ter expressão no final da década.

Entre 1910 e 1926 Portugal assistiu a milhares de greves, a maioria das quais pelo aumento de salários<sup>43</sup>. Neste cenário estavam reunidas as condições para o desenvolvimento das organizações sindicais<sup>44</sup>.

Em 1920 vive-se um período difícil com uma grave crise económica e social. Politicamente, o país não estava melhor, com oito governos em apenas um ano. A criação do Partido Comunista Português, em 1921, foi um elemento importante na história do movimento operário nacional, que passou a ter uma organização política que se assumia como defensora dos seus interesses, além de que propunha uma sociedade sem classes.

O novo partido assumia-se como uma organização que há muito se impunha, pois o entendimento dos seus dirigentes era de que os sindicatos não eram suficientes, pois não tinham capacidade revolucionária e administrativa para derrubar e substituir as instituições burguesas.

A CGT tinha uma posição totalmente diferente, pois considerava que a ação do operariado bastava, tal como se poderá ler na edição de 17 de julho de 1921 no jornal *A Batalha*, de inspiração anarco-sindicalista.

O aparecimento do PCP dividiu o movimento sindical, num país em que os tempos estavam longe de ser de unidade.

---

<sup>43</sup> Os trabalhadores lutaram ainda pela redução do número de horas de trabalho e em solidariedade para com outros trabalhadores.

<sup>44</sup> “O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira tem as suas raízes em finais do século XIX, através do aparecimento das Associações de Classe. A primeira destas Associações a ser criada foi a Associação de Classe dos Operários Vidreiros em 1894. A classe operária vidreira evoluiu na sua organização durante e após a 1.ª Guerra Mundial, havendo notícias do surgimento da Associação de Classe dos Manipuladores de Vidraça em 1917, em 1919 a dos Garrafeiros e em 1924 uma dos Cristaleiros e outra dos Lapidários. A constituição de um sindicato único veio a ter lugar na Marinha Grande em 17 de Dezembro de 1931, tendo os seus estatutos sido aprovados oficialmente em 21 de Janeiro de 1932, com o nome de Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro. [...] Logo a seguir a 25 de Abril de 1974, o Sindicato Nacional foi reagregado com o nome de Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, nome esse que hoje continua a manter” (<http://www.sindicatovidreiro.com/>, consultado em 31 de maio de 2016). Perdeu muita da sua influência após o encerramento de diversas empresas de vidro manual na Marinha Grande, entre as quais a Fábrica Escola Irmãos Stephens, Manuel Pereira Roldão, IVIMA, J. Ferreira Custódio e Jorgen Mortensen. O fecho destas importantes unidades fabris conduziu ao desemprego centenas de trabalhadores e, conseqüentemente, a uma drástica diminuição do número de associados e da atividade reivindicativa do STIV, já sem o fulgor de outros tempos em que as paralisações, greves, manifestações e viagens a Lisboa faziam parte do quotidiano dos operários vidreiros. Hoje assiste-se a alguma acalmia, embora o sindicato afeto à CGTP-IN tente defender os interesses dos seus associados junto das entidades patronais. As comemorações do 18 de Janeiro de 1934, com o apoio da Câmara, têm sido um dos momentos altos da atividade do STIV. Tem 2769 trabalhadores inscritos (Fonte: STIV).

A Confederação Geral do Trabalho começou a entrar em declínio, por esta altura, com derrotas, diminuição do número de efetivos e um desfasamento relativamente ao operariado ao mesmo tempo que passava a ver o PCP como uma ameaça ao domínio libertário do movimento sindical.

Segundo Pereira (1971, p. 26), “a actividade destes ex-anarquistas ainda cheios de mitos libertários caracteriza a actuação confusa e dispersa do PCP de 1921 a 1923”.

O partido era formado, segundo o autor, “por operários dos arsenais (Marinha e Exército) e das fábricas de armas, alguns ferroviários, marinheiros, trabalhadores rurais, operários padeiros e confeitores, sectores da construção civil, etc.; e uma franja de empregados comerciais e de escritório, caixeiros e alguns intelectuais”.

O Partido Comunista Português foi criado numa altura em que Portugal vivia um clima de intensa agitação social, política, económica e financeira, que viria a desembocar na ditadura militar de 1926. Existiam ainda profundas divergências entre anarco-sindicalistas e comunistas, que se viriam a intensificar após a ação insurrecional, designadamente na imprensa.

Explicados os conceitos de comunicação, jornalismo de proximidade, comunicação política, informação e desinformação, memória e representação, e movimentos sociais em geral e dos grupos de pressão e de interesse em particular, passando pela criação das primeiras associações de trabalhadores em Portugal que deram origem ao movimento operário português, importa agora conhecer o contexto político que antecedeu o *18 de Janeiro de 1934*.

## Capítulo 2 - Da Ditadura Militar ao Estado Novo

### 1. A Ditadura Militar

A monarquia constitucional portuguesa terminou em 5 de outubro de 1910, numa altura em que o país ansiava por uma nova ordem. “O liberalismo republicano foi derrubado por um exército dividido e politizado”, garante Pinto (1994, p. 67).

Este final anunciado abriu caminho à I República, que não teria muitos anos de vida - apenas 16 -, devido a uma permanente instabilidade política e económica que desembocou num clima de constante agitação social, que esteve longe de ser uniforme devido à alternância de poder de diversos atores políticos. Há, assim, diversos contextos ao longo deste período temporal da história de Portugal.

No período compreendido entre 1910 e 1926, a I República, “apresentada pelos seus partidários como herdeira dos ideais da Revolução Francesa” (Pinto, 2011, p. 63), mostrou grandes debilidades, com o fantasma da guerra civil a pairar no país, na sequência de confrontos graves nas principais cidades, com mortos, feridos, cidadãos presos e deportados.

Neste ponto, importa referir que muitos desses problemas encontravam justificação num problema político: a dependência constitucional do poder executivo relativamente ao poder legislativo numa conjuntura marcada pela divisão dos republicanos. De facto, a queda da monarquia acentuou divisões entre os republicanos.

Mesmo no período da propaganda, o partido apresentava-se profundamente balcanizado e no poder as divisões sempre foram assumidas.

Assim, formaram-se o Partido Republicano Português - os democráticos, partido liderado por Afonso Costa; o Partido Republicano Evolucionista - os evolucionistas de António José de Almeida -; e a União Republicana - os unionistas - dirigida por Manuel Brito Camacho. De notar que enquanto o primeiro partido se manteria até ao final do regime, os restantes extinguiram-se em 1919. De acordo com a Constituição de 1911, o poder legislativo era exercido pelo Congresso, formado por duas Câmaras (dos Deputados e Senado) - Artigo 7º - reunia quatro meses por ano - Artigo 11º. Entre as suas competências legislativas destacam-se a eleição do Presidente da República - Artigo 38º - e o controlo político do Ministério - Artigo 52º. O poder executivo era partilhado pelo Presidente da República e pelos Ministros - Artigo 36º.

Ao primeiro estava atribuído um papel menor e dependente do Congresso, que não só o elegia como o poderia destituir, através de resolução fundamentada e aprovada por dois terços dos membros do Congresso - Artigo 46º.

Entre os Ministros haveria um nomeado pelo Presidente da República, que ocuparia o cargo de Presidente do Ministério, responsável não só pelos negócios da sua pasta mas também pelos de política geral - Artigo 53º.

Segundo Rosas (1994, p. 152), Portugal viveu um período em que esteve, sem dúvida, perante “uma guerra civil mais ou menos larvar” e em que foi necessário “pôr termo à corrupção, à demagogia, à ditadura dos democráticos”, substituindo-a por “um vago regime de ordem, de excepção, que saneasse as finanças, relançasse a economia na metrópole e nas colónias e criasse as condições de uma nova ordem política”.

Havia uma imperiosa necessidade de «arrumar a casa» e esse objetivo há muito que era almejado mas essa ambição de muitos portugueses só se tornaria real ao fim de dezasseis anos de republicanismo, apesar de estudos recentes apontarem no sentido de existir um período de relativa recuperação financeira no final da I República.

Em 28 de maio de 1926 a «aventura» republicana sucumbiu, dando lugar a uma Ditadura Militar, liderada pelo General Gomes da Costa<sup>45</sup> e pelo Comandante Mendes Cabeçadas<sup>46</sup>, com o objetivo central de devolver a ordem ao país. O governo caiu e o Presidente da República, Bernardino Machado, renunciou, tendo sido criada uma estrutura constitucional provisória e suspensos os direitos consignados na Constituição de 1911.

Rosas (1994, p. 159) esclarece que “os partidos e o pessoal político da I República são afastados do Poder e o sistema liberal-parlamentar, com as suas instituições, vai desaparecer”.

Pinto (2011, p. 67) acrescenta que “os novos detentores do Poder não iriam pactuar com a instabilidade, que fora regra no período imediatamente anterior”.

---

<sup>45</sup> Manuel de Oliveira Gomes da Costa (1863-1929), militar e políticoportuguês, décimo presidente da República Portuguesa e o segundo da Ditadura Nacional. Enquanto militar, destacou-se nas campanhas de pacificação das colónias, em África e na Índia, e ainda na I Grande Guerra. Enquanto político, foi o líder da Revolução de 28 de maio de 1926. Não assumiu de início o Poder, que foi confiado a Mendes Cabeçadas. Gomes da Costa viria a alcançar o Poder após um golpe ocorrido em 17 de junho de 1926. Em 9 de julho do mesmo ano, uma nova contrarrevolução, chefiada pelo general Carmona, derrubou Gomes da Costa, incapaz de lidar com os dossiês governativos. Exilado para os Açores, viria, em setembro de 1927, a regressar ao Continente, tendo falecido em condições miseráveis, sozinho e pobre.

(Fonte: <http://viajandonotempo.blogs.sapo.pt/4097.html>, consultado em 9 de agosto de 2016).

<sup>46</sup> José Mendes Cabeçadas Júnior (1883-1965), Oficial de Marinha. Teve um papel importante no 5 de outubro de 1910. Foi deputado. Aquando do 28 de maio de 1926 estava ligado há vários anos à oposição ao Partido Democrático então no Governo. Chefiou a conspiração em Lisboa mas foi afastado em 17.06.1926. Desde então, passou para as fileiras da oposição.

Os militares assumiram o poder em Portugal, apoiados por monárquicos e algumas facções republicanas, sem que o movimento sindical colocasse qualquer resistência. Os reviralhistas ainda tentaram repor a República, mas sem êxito.

O PCP não teve intervenção neste processo de transição política, pois só com a chegada de Bento Gonçalves à liderança do partido, em 1929, e no ano seguinte com a criação da Comissão Inter-Sindical, houve oposição política dos comunistas. Foi neste período que o PCP acabou por suplantar a supremacia dos anarquistas da CGT, que vinha desde o início do século, mas com maior evidência após o fim da monarquia em Portugal.

Segundo Rosas (1994, p. 151), “a I República caía sem luta nem resistência. O pronunciamento militar não conheceu oposição significativa onde quer que fosse, e a marcha de Gomes da Costa sobre Lisboa mais parecia uma parada vitoriosa, culminante com a entrada em triunfo na capital, a 6 de Junho”.

Ainda segundo o mesmo historiador, “o carácter consensual e pacífico do 28 de Maio” explica-se pelo facto “de ele, precisamente, se limitar a apelar o Governo e o partido que o apoiava, do poder - pretensão amplamente partilhada pelo geral dos meios políticos e económicos”. Segundo Ferreira, Carvalho e Pinto (2012, p. 129), “o colapso da I República Portuguesa (1910-1926) teve lugar durante a vaga de crises dos regimes democráticos europeus do pós-Primeira Guerra Mundial e foi provocado por uma coligação heterogénea de militares e civis conservadores, e não por um movimento fascista”.

Mendes Cabeçadas, que não era um chefe militar e dirigente político particularmente brilhante, seria empossado como Presidente do Ministério em 30 de maio de 1926, mas a sua liderança duraria pouco, pois apresentaria a demissão no dia 18 de junho. Carvalho (1957, p. 47) considera que Cabeçadas, como chefe político e militar, se revelou “literalmente, um zero”. Derrubado Cabeçadas sucedeu-lhe Gomes da Costa, em 19 de junho<sup>47</sup>, que não teve também um mandato longo e foi derrubado em 9 de julho de 1926<sup>48</sup> e ordenada a sua prisão no Palácio de Belém até ser conduzido ao Forte de Caxias de onde seria enviado para o exílio, nos Açores<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Em 26 de junho, por decreto, é nomeado Presidente da República, função que acumula com a de chefe do governo.

<sup>48</sup> Rosas (1994, p. 162) considera que Gomes da Costa, durante o período em que teve o poder em Portugal, “recebe toda a gente, concorda com todos sem prestar atenção a ninguém, interrompe os seus atónitos interlocutores com pesadas graças [...], toma medidas e profere declarações contraditórias e desconexas, sem tratar de coisa nenhuma a sério”.

<sup>49</sup> Dia 11 de julho de 1926.

Sucedeu-lhe, no próprio dia 9 de julho de 1926, como Presidente do Ministério, o General Óscar Carmona, nomeado interinamente Presidente da República, em 26 de novembro de 1926.

Face ao exposto, constata-se que no espaço de menos de três meses, Portugal teve três Chefes do Governo: Cabeçadas, Gomes da Costa e Carmona que, segundo Rosas (1994, p. 164), viria a ser “uma personagem essencial no processo de transição para o Estado Novo”.

Segundo Rosas (1994, p. 164), “afastado o velho republicanismo partidário da área do Poder, com Mendes Cabeçadas, esconjurada a ameaça hegemónica da direita radical, com a queda de Gomes da Costa, o Governo está, finalmente, nas mãos do bloco militar conservador”.

Os primeiros dois anos de Ditadura Militar foram extremamente despesistas<sup>50</sup>, com apoios significativos às forças vivas e às grandes empresas em dificuldades, apesar das debilidades financeiras do Estado, situação que levou a um saneamento das contas a partir de 1928, “feitas à custa da classe operária” (Costa, 1979, pp. 7-8). Salazar é chamado precisamente neste contexto.

Esta foi uma das razões que levaria à revolta do movimento operário, tendo como principal alvo o homem que vai liderar a política de saneamento das Finanças: Salazar. Com a vitória dos militares, as liberdades individuais permanecem suspensas em nome de um regresso à ordem, colocada em causa por um revirinho<sup>51</sup> que não se conformava. Mas não só. O PCP e os anarco-sindicalistas tinham o sonho de impor os seus ideais e o *18 de Janeiro de 1934* é uma tentativa de concretizar esse desiderato.

Ansiava-se por estabilidade política, mas esta só surgiria alguns anos mais tarde com a institucionalização do denominado Estado Novo, pois até então assistiu-se a uma intensa luta política e militar pelo controlo do poder.

Esta nova ordem surgiria na sequência de divergências políticas muito profundas entre a classe política, que originaram no país 45 Governos, 8 Presidentes da República e 7 Parlamentos... em pouco mais de uma quinzena de anos.

---

<sup>50</sup> Neste particular destacou-se Sinel de Cordes. Foi Ministro das Finanças. Deixou as finanças públicas do país, no período da Ditadura Militar, num estado lastimável. Sucedeu-lhe Salazar em 1928.

<sup>51</sup> Reviralhismo é a designação dada à atividade política pró-insurrecional desenvolvida a partir de 1926 pela oposição republicana, democrática e liberal contra o regime ditatorial saído do Golpe do 28 de maio em Portugal e mais tarde contra o Estado Novo. Segundo Rosas (1994, p. 210), é a “aliança da pequena burguesia urbana com a «plebe», o operariado e as camadas mais pobres dos empregados e funcionários”. Uma frente tutelada e dirigida pela “elite político-militar”.

A queda da I República foi, assim, a oportunidade para as forças conservadoras imporem uma ditadura. Contudo, o movimento reviralista iria resistir, tal como o movimento operário, mais tarde, ou seja, já na vigência do Estado Novo.

De facto, o 18 de Janeiro de 1934 viria a constituir um exemplo inequívoco de resistência após sete anos de ditadura militar em que ocorreram dois golpes de Estado, sete rebeliões armadas com alguma gravidade nas quais morreram centenas de pessoas. Um caminho que Leal (1930, p. 72) apelidaria de “solução bárbara, criminosa e arcaica” e Rosas (1994, p. 212) “uma batalha perdida”. Os republicanos, conscientes dos erros do passado e da consequente impopularidade, demarcaram-se da herança dos «bonzos» e preconizavam uma nova ordem constitucional, renovada, pura, assente no prestígio das Forças Armadas.

Algo que não passaria de uma desesperada tentativa de restaurar um regime que os próprios republicanos tinham tornado inviável, no período de 1910 a 1926<sup>52</sup>.

No entanto, a direita republicana optou pelo diálogo e uma aproximação ao setor mais conservador da *Ditadura Militar*, a chamada «tática da penetração», com o objetivo de gerar uma solução que exterminasse os velhos hábitos do passado e abrisse caminho a uma nova república liberal.

Este foi o tempo em que, segundo Oliveira (1988, p. 66), “se governava de pistola na algebeira, num alerta constante, com noites sucessivas passadas nos quartéis aguardando a anunciada revolução”. Havia uma ampla convergência em torno da luta contra a corrupção e o compadrio, mas por outro lado o caminho a seguir não era claro e as divergências profundas.

Segundo Rosas (1994, p. 165), “o destino mostra-se incerto, sendo muito poucos os que sabiam com clareza o que queriam e para onde iam”. Estava-se, assim, perante um regime que poderia cair a qualquer instante, sem uma clara estratégia de atuação nem capacidade para responder à grave crise que se instalara em Portugal, à beira da bancarrota, e com dificuldades em obter financiamento externo.

É neste ambiente de muita indefinição e de crise, económica e financeira, que Salazar chega ao poder, ainda no período da Ditadura Militar, “na sequência da eleição do General Carmona, numa conjuntura em que os militares evidenciavam grandes dificuldades na gestão do golpe que tinham desencadeado” (Pinto, 2011, p. 70).

---

<sup>52</sup> Os reviralistas levaram a cabo várias ações insurrecionais tendentes a restaurar o regime republicano. Entre estas, destaque para o movimento de 3 e 4 de fevereiro de 1927, que na ótica de Rosas (1994, p. 214) foi “o primeiro, e o único, a constituir uma verdadeira ameaça para a ditadura”.



No entender de Rosas (1994, p. 170), “em fins de 1929 era claro que havia que escolher entre dois objetivos [...]: entre salvar a economia e as finanças, sacrificando o liberalismo, como propunha Salazar, ou manter a República liberal, apoiada nos velhos partidos ou numa versão atualizada, prescindindo de Salazar” e do seu “milagre financeiro”.

A opção acabou por recair na segurança oferecida pelo professor de Santa Comba Dão, sobretudo a partir de 26 de agosto de 1931<sup>53</sup>, quando foi afastada a ideia de uma República liberal, bem como o diálogo com os políticos do passado.

Paralelamente, Salazar saiu reforçado perante a *Ditadura Militar* e ficou com o caminho aberto para a liderança do país. Porém, o professor de finanças não era, de todo, uma figura consensual na sociedade portuguesa, nem entre os militares. Rolão Preto (1933, p. 4) tinha a convicção de que Salazar não era “o chefe forte, cheio de fé, para quem todos olham confiados na hora da luta”<sup>54</sup>.

Segundo Pinto (2016, pp.356-357), o Nacional-Sindicalismo, fundado em 1932, “representou uma manifestação tardia e minoritária de uma corrente fascista no interior da vasta coligação antiliberal que sustentava a Ditadura Militar”.

Na ótica de Caldeira (1994, p. 954), “ao aceitarem, em Abril de 1928, as exigências que lhes fazia o «cidadão» António de Oliveira Salazar antes de ocupar a pasta das Finanças, os militares não só reconheciam a sua própria incapacidade técnica, como outorgavam, provavelmente sem consciência disso, a cedência a médio prazo do domínio que de facto tinham de todo o aparelho do Estado”.

Salazar acabaria por ser convidado por Carmona para a pasta das Finanças em 1928<sup>55</sup>, “negociado, por vezes, com grande tensão (Pinto, 2016, p. 359), e acabou por ganhar credibilidade e notoriedade nos governos da Ditadura Militar de tal forma que, volvidos

---

<sup>53</sup> Tentativa de golpe militar fracassado. Foi uma das últimas movimentações associadas do *revirinho*, ocorreu em Lisboa e teve como protagonistas as forças militares do Regimento de Caçadores nº 7 e um grupo de aviadores estacionados na Base Aérea de Alverca. A revolta durou cerca de 9 horas e causou 40 mortos. Os principais líderes da revolta foram deportados para Timor.

<sup>54</sup> Para Rosas (1994, p. 177), “em 1934, a parte do Movimento Nacional-Sindicalista que não adere à União Nacional será banida, e Rolão Preto exilado”. Pinto (1994, p. 306) assegura que “os fascistas representavam um segmento minoritário dos sectores mais tocados pelo radicalismo republicano”, acabando por ser secundarizados no regime. Segundo Gomes (2006, p. 71), “o movimento de Rolão Preto seria ilegalizado em Julho de 1934, depois de em Maio ter tido lugar o I Congresso da União Nacional”.

<sup>55</sup> Aceitou o cargo com a condição de supervisionar os orçamentos de todos os Ministérios e de ter direito de veto sobre possíveis aumentos de despesas. Impôs um regime de austeridade e controlo das contas públicas. Aumentou impostos e reduziu despesas, o que lhe permitiu ter um saldo orçamental favorável no primeiro ano de exercício ministerial.

quatro anos, ascendeu à liderança do governo<sup>56</sup>, afirmando que sabia bem o que queria e para onde ia. Oliveira (1988, p. 11) faz notar que “o poder salazarista se construiu por dentro do poder saído do movimento militar de 28 de Maio e que a sua liderança se afirmou no interior desse mesmo poder”.

Segundo Caldeira (1994, p. 943), “quando, em Julho de 1930, por decisiva intervenção de Salazar, se funda oficialmente a União Nacional, concretizava-se um dos projectos «impossíveis» da Ditadura Militar: a criação de uma «força civil de apoio»”<sup>57</sup>.

Paralelamente, as elites militares e Salazar conseguem “amalgamar os grupos conservadores da União Nacional e dominar, por via administrativa e repressiva, os polos de resistência” (Pinto, 2016, p. 359).

Em 5 de julho de 1932 assume o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, posição que não mais abandonaria até ao final da década de sessenta, mais concretamente 1968, não existindo grandes dúvidas que a ditadura militar, desde o início, foi “um movimento portador de desígnios claramente autoritários” (Oliveira, 1988, p. 12), que Salazar não teve dificuldades em manter e aprofundar. Foi, de resto, o regime autoritário que mais tempo perdurou no poder na Europa do Séc. XX, suportado politicamente pela União Nacional. Segundo Cruz (1988, p. 130), “a ideia de criação de uma organização política de civis para apoiar a Ditadura surgiu quando esta, uma vez instalada militarmente, começa a pensar consolidar-se politicamente, com o intuito de neutralizar os ataques políticos dos partidos afastados de cena, e de preparar uma nova legitimidade eleitoral e uma nova legitimidade constitucional”.

A União Nacional assumia-se como uma associação sem carácter de partido e independente do *Estado*, destinada a assegurar, na ordem cívica, pela colaboração dos seus filiados, sem distinção de escola política ou de confissão religiosa, a realização e a defesa dos princípios consignados nestes Estatutos, com pleno acatamento das instituições vigentes.

Segundo Parreira et al. (1982, p. 219), a União Nacional “não é um partido nem o partido único que só pela violência podia ser”. Cruz (1978, p. 378) assegura que a UN negou “assumir-se como partido, afirmando a sua independência política perante o Estado, e

---

<sup>56</sup> Em 1930 tinha criado a União Nacional, com a anuência do Presidente da República. Esta organização era muito semelhante aos partidos únicos dos regimes autoritários europeus e simbolizava o carácter nacionalista, antidemocrático e antipluralista do regime. Os demais partidos ou passaram à clandestinidade - o PCP, por exemplo - ou extinguiram-se.

<sup>57</sup> Cf. <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223553909H4gHN7tg9Hb28GI2.pdf>, consultado em 9 de agosto de 2016.

atribuindo-se como esfera de actuação o terreno da sociedade civil, aqui chamado «ordem cívica», de intervenção transformadora da sociedade civil.

Afinal, grande foi a diferença que separou o normativo da realidade, pois “o partido foi mesmo elevado a órgão do Estado, de modo que quase se pode afirmar que o Estado tende a confundir-se com o partido”. Pinto (2016, p. 361) garante que “o partido foi débil, pouco mobilizador e complemento da máquina burocrático-administrativa”. Cruz (1988, p. 131) garante que a União Nacional “surge precisamente quando a Ditadura Militar, quatro anos volvidos sobre a sua instauração, se propõe resolver o problema político ainda em aberto, tornando-se regime constitucional e Estado de direito”.

Salazar, num período de grave crise, económica e financeira, erigiu uma complexa teia de alianças, tendo como base um programa político comum, e congregando no aparelho de Estado as mais diversas sensibilidades. Na ótica de Rosas (1994, p. 185), o salazarismo representou “um compromisso entre as diversas correntes políticas da direita e os vários sectores de interesses das «forças vivas»”. O principal inimigo desta nova ordem era o liberalismo herdado da I República, que muitos pretendiam repor, bem como os vícios que a República instalara na sociedade portuguesa.

Por outro lado, havia algum consenso de que o Estado deveria ser forte e interventor, superador das liberdades que o liberalismo trouxera à sociedade portuguesa. Só assim seria possível dar resposta à crise e aos problemas que esta transportava. Contudo, era notório “um complexo, instável e frequentemente contraditório equilíbrio de interesses” (Rosas, 1994, p. 185). Os militares, impotentes para encontrarem um novo rumo para o país, acabaram por não criar grandes dificuldades a Salazar, apesar de inicialmente lhe serem hostis, pois não viam com bons olhos a entrega do poder da Ditadura Militar a um civil. Aliás, eram ténues os apoios à corrente salazarista entre as altas patentes militares.

Salazar defendia o regresso aos quartéis dos militares porque a estes não competia fazer política. Porém, a sujeição dos militares a orientações civis, exigiu um preço pois, para além de lhe ser atribuído o papel de supremo garante e penhor da revolução nacional, receberiam “meios financeiros, técnicos e materiais indispensáveis à sua modernização e plena capacitação para o cumprimento das suas missões” (Rosas, 1994, p. 187).

O Presidente da República, Óscar Carmona, desempenhou um papel importante na relação entre Salazar e os militares, enquanto mediador de conflitos, posicionamento que lhe granjeou o respeito do professor de Santa Comba Dão.

Pinto (2016, p. 359) sustenta que “Salazar foi extremamente prudente no afastamento dos oficiais que exerciam funções políticas”.

Como defende Rosas (1994, p. 243), o Salazarismo acabou por se impor no seio da Ditadura Militar através de “uma direita das várias direitas que concorreram para o derrube do liberalismo e do parlamentarismo”.

Nessa fase, os sindicatos estavam longe de se entender, nomeadamente na luta contra o desemprego, tanto assim é que em 1932 a CIS, afeta ao PCP, convocou uma greve geral para 28 de maio e a CGT, controlada pelos anarco-sindicalistas, marcou uma outra para 30 de maio. Este exemplo mostra o afastamento das duas estruturas sindicais num momento delicado do país. Segundo Rosas (1994, p. 233), as greves gerais convocadas por CGT e PCP, entre fevereiro de 1931 e maio de 1932, redundaram em fracasso e não passaram de uma “fuga para a frente”.

Segundo Ferreira, Carvalho e Pinto (2012, p. 129), “os militares mantiveram o controlo da maioria das pastas ministeriais e dos cargos da administração local até 1932”. Na perspetiva de Pinto (2008, p. 25), “o regime ditatorial foi atravessado por diversos (e contraditórios) projectos até à consolidação do autoritarismo no início dos anos 1930, já sob a direcção de Salazar”.

Logo que chegou à chefia do governo português, precisamente em 1932, Salazar promoveu reformas económicas e financeiras, reduzindo substancialmente as despesas do Estado e criando várias taxas, equilibrando assim as Finanças<sup>58</sup>. Mas foi mais longe. Para legitimar a «ditadura», acelerou o processo de criação de uma nova Constituição, na qual assentaria o novo regime que idealizava implementar - o Estado Novo -, designação dada ao período subsequente à aprovação da Constituição de 1933, que será analisada de seguida, pois foi ela que ditou o futuro da política de Salazar.

## **2. A Constituição de 1933**

“Sobre as origens da Constituição de 1933 praticamente só há dúvidas”, garante Araújo (2003, p. 175). O autor encontra uma explicação para este problema: “o processo constituinte ter sido fortemente personalizado em torno de Oliveira Salazar”.

---

<sup>58</sup> No período compreendido entre 1928 e 1932, Salazar liquidou a dívida do país, que se cifrava em 128 milhões de dólares e que tanto feria o orgulho nacional.

O Decreto-Lei nº 20 643 de 22 de dezembro de 1931, publicado na I Série do *Diário do Governo* n.º 294, criou o Conselho Político Nacional, que tinha como missão dar parecer sobre o projeto de Constituição que consagrasse um Estado forte.

Era presidido pelo Presidente da República, Carmona, e integrava o então Ministro das Finanças, Salazar, além de outras personalidades, mas que tinham em comum o facto de apoiarem a Ditadura Militar.

Reuniu pela primeira vez em 5 de maio de 1932 para dar parecer sobre um projeto de texto constitucional proposto por Salazar, ainda enquanto líder da pasta das Finanças e, como tal, muito respeitado.

Mais tarde, assim que assumiu a presidência do Conselho de Ministros, Salazar limitou-se a dar continuidade ao trabalho de elaboração de uma nova Constituição.

O documento tinha como objetivo central a legitimação de um regime autoritário, substituindo a organização liberal da economia por uma nova ordem.

Importava reforçar o poder executivo do país, dando-lhe estabilidade e prestígio, tão mal tratado que fora durante a I República.

Ou seja, tinha chegado a hora de recuperar os poderes que perdera em 1926 para os militares.

Em 28 de maio de 1932, a imprensa portuguesa publicou o projeto para a nova Constituição, com um relatório explicativo, abrindo caminho para um debate público, que se fingia pretender ser livre. Acabou por ser morno.

O próprio Salazar classificou as críticas ao texto constitucional como “poucas e pálidas” (Ferro, 1982, p. 98). Porém, os liberais-conservadores tentaram, através do Presidente da República, fazer valer um contraprojeto que, no essencial, tinha como intuito a estabilidade, evitar a desordem, manter a democracia e as liberdades individuais e de pensamento.

Algumas das propostas dos liberais acabaram por ser integradas na versão final, designadamente a eleição da Assembleia Nacional através de sufrágio direto e a possibilidade de reeleição do Presidente da República.

O documento era ainda provisório e, segundo Caetano (1981, p. 107), terá dado o seu contributo ao projeto, ainda que marginal, “o texto constitucional manteve, quase na íntegra a Constituição de 1911 em tudo quando era possível aproveitar e que estava de acordo com o espírito ditatorial”. Visava, segundo este autor, “acabar com os excessos e desordens parlamentares” que venham desde a I República.

Vieira (1999, p. 33) defende que o texto constitucional “dá com uma mão o que tira com a outra”. Isto porque “garante as «liberdades fundamentais» mas sujeita-as à regulamentação de «leis especiais» que competem ao Governo”. Para além disso, “respeita a «liberdade de expressão do pensamento» mas [...] as reuniões de natureza «política e social» devem ser previamente autorizadas pelos governadores civis, podendo as autoridades enviar agentes para interromper os oradores ou suspender a sessão”.

Os catorze capítulos do texto constitucional, identificados à medida do líder do governo, eram os seguintes:

- Da Nação Portuguesa; Dos Cidadãos; Da Família, Das Corporações Morais e Económicas; Da Família, Das Corporações; Das Autarquias como Elementos Políticos; Da Opinião Pública; Da Ordem Política, Administrativa e Civil; Da Ordem Económica e Social; Da Educação, Ensino e Cultura Nacional; Das Relações do Estado com a Igreja Católica e demais Cultos; Do Domínio Público e Privado do Estado; Da Defesa Nacional; Das Administrações de Interesse Colectivo; Das Finanças do Estado.

Esta listagem torna evidentes as linhas gerais que norteariam a política de Salazar, o mentor da nova Constituição.

Esta proposta de Constituição consagrava a soberania nacional, assente no Chefe de Estado, Governo, Assembleia Nacional e Tribunais, e tinha por base um regime corporativo subordinado aos supremos objetivos da Nação.

Foi igualmente proposta a criação de uma Câmara Corporativa<sup>59</sup>, burocrática, composta, sobretudo, por membros das autarquias locais, universidades, Igreja e administração pública. A sua criação visava a emissão de pareceres sobre as propostas endereçadas à Assembleia Nacional.

Contudo, Moreira (2005, p. 108) lembra que a criação de um Estado Corporativo “foi uma tese constitucional mas nunca foi uma hipótese”.

Aliás, “ainda que a Constituição mantivesse a separação clássica de poderes, a Câmara de Deputados tinha poucos poderes e a Câmara Corporativa só tinha funções «consultivas» (Pinto, 2012, pp. 229-230).

Antes da criação das corporações, os membros da Câmara Corporativa eram escolhidos pelo Conselho Corporativo, que era constituído por Salazar e pelos ministros e secretários dos sectores envolvidos.

---

<sup>59</sup> A sua missão era auxiliar a Assembleia Nacional.

O Decreto-Lei nº 22 229 de 21 de fevereiro de 1933, constante na I Série do *Diário do Governo n.º 42*, fixou que a Constituição fosse aprovada através de um novo mecanismo: o plebiscito<sup>60</sup>.

O então Ministro das Finanças, Oliveira Salazar, através da Ata nº 1 do Conselho Político Nacional de 5 de maio de 1932, afirmou que “embora o povo não esteja, na sua grande maioria, apto para votar em perfeita consciência o texto completo da Constituição, o seu voto tem um significado político que não é lícito desprezar: é um voto de confiança nos dirigentes”.

O texto constitucional, que visava fundamentalmente o fim do liberalismo, parlamentarismo e partidarismo, foi submetido a plebiscito nacional no dia 19 de março de 1933. Os eleitores que não fossem às urnas e não apresentassem impedimento legal, veriam o seu voto ser considerado tacitamente concordante com o texto constitucional, que acabou por ser aprovado com 1.292.864 votos a favor e apenas 6.190 contra, segundo revela a ata da Assembleia-Geral de apuramento dos resultados do Plebiscito Nacional.<sup>61</sup>

Assim, a nova Constituição entrou em vigor em 11 de abril, depois de percorrer várias etapas, iniciadas com a “elaboração do texto preliminar por um grupo restrito de pessoas” (Araújo, 2004, p. 45).

Existiram, até então, diversas versões, sendo que estas foram elaboradas em função de contributos de diversas personalidades e dos debates em Conselho de Ministros, os debates e alterações no Conselho Político Nacional e publicamente após a divulgação do projeto nos

---

<sup>60</sup> Plebiscito e referendo são termos frequentemente usados como sinónimos, uma vez que representam, ambos, instrumentos de consulta popular. Há autores, contudo, que os diferenciam e mesmo entre estes não existe consenso. Aliás, as diferenças entre plebiscito e referendo variam de país para país. Carvalho (2010, pp. 138-139) defende que “numa acepção ampla pode-se reconduzir os dois institutos a um só”, podendo observar-se apenas “uma certa diferença histórica no uso de um ou outro termo”. O autor lembra que “o termo plebiscito é adoptado habitualmente para designar eventos excepcionais, normalmente à margem das previsões constitucionais”. Canotilho (2002, p. 80) esclarece que, embora a distinção entre referendo e plebiscito não seja clara e tenha havido mesmo a utilização indiscriminada dos dois termos, “o plebiscito passou a designar a votação popular de um projecto de Constituição unilateralmente fabricado pelos titulares do poder e dirigido a alterar em termos de duvidosa legalidade a ordem constitucional vigente”. Bobbio (1995, p. 937) lembra que “a noção de plebiscito é controversa”. Trata-se de uma vontade popular sobre assuntos de relevância constitucional sendo, por isso, “um instrumento de democracia directa, se bem que, como todos os dispositivos deste tipo, possa ser instrumentalmente usado por correntes autoritárias ou totalitárias para legitimar o seu poder autocrático”. O referendo, retornando a Canotilho (2002, pp. 123-124), “é a consulta popular directa que, respeitando os princípios básicos de direito democrático-constitucional, tanto no procedimento como no conteúdo e sentido, visa alterar total ou parcialmente a ordem jurídico-constitucional existente”. Outros autores definem plebiscito simplesmente como um instrumento de consulta da população antes da elaboração da norma, tendo cariz meramente consultivo, e referendo igualmente um instrumento de consulta à população podendo anteceder ou não a criação da norma, com carácter vinculativo, e não apenas consultivo.

<sup>61</sup> Transcrita no *Diário do Governo n.º 83* de 11 de abril de 1933 (Pinto, 2010, p. 76).

jornais. Finalmente, depois da introdução das alterações que se seguiram ao debate público, o texto foi submetido a plebiscito.

Depois de historiada a questão da Constituição, poder-se-ia passar para a fase seguinte - o Estado Novo. No entanto, optou-se por narrar alguns aspetos que «completaram» os alicerces do novo regime. Assim, para a temática desta tese interessa referir que foi ainda no ano de 1933 que o regime liderado por Salazar criou a polícia política, que denominaria por Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), e o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN). Os estudiosos do Estado Novo “salientam o impacto que a eclosão da Guerra Civil de Espanha teve na natureza do regime”, sustenta Pinto (2012, p.230).

Segundo Vieira (1999, p. 34), a polícia podia “prender «para averiguações» por tempo indeterminado, sem culpa formada e mandado judicial, assim como manter os detidos incomunicáveis e torturá-los para obtenção de declarações usadas como prova condenatória nos tribunais especiais para casos políticos”. O Estado pretendia também coordenar a vida económica e social, não se coibindo de o assumir no texto constitucional.

Para manter o poder, o «mago das finanças» terá de vencer a oposição de várias sensibilidades: militares, liberais, republicanas, anarquistas e comunistas. Devido a esta plêiade oposicionista, Salazar criou um aparelho repressivo que tinha por base a força e que operou livre do controlo judiciário, sob a alçada do chefe.

O novo regime, embora não sendo totalitário<sup>62</sup>, assumiu contornos totalitários através de uma conceção de moral e vida dominantes. Por outro lado, o texto constitucional continha uma carga ideológica em áreas tão distintas como a família e o trabalho.

Segundo Rosas (1994, p. 152), “o supremo sucesso de Salazar consistiria, efectivamente, em fazer das várias direitas uma direita”, ou seja, “conseguir reunir em torno de uma plataforma política, ideológica e institucional comum, em torno de um «compromisso constitucional», o essencial das elites e das forças das várias direitas”. Nesta conjuntura foram lançadas as bases da legislação corporativa, que levaria à liquidação dos sindicatos livres, à proibição das associações operárias e à criação de sindicatos nacionais, grémios patronais poderosos - onde se agrupavam patrões e trabalhadores do mesmo ofício -, Casas do Povo para a população rural e Casas de Pescadores. O centralismo era notório porque as direções destas instituições estavam sujeitas a homologação do Governo. Criavam-se, assim, as condições para um novo rumo em Portugal, mas o governo enfrentaria dificuldades.

---

<sup>62</sup> Esta afirmação será objeto de clarificação no subcapítulo seguinte.



Se por um lado ultrapassou “com relativa facilidade [...] os acontecimentos de 18 de Janeiro de 1934” (Rosas, 1994, p. 206), ver-se-ia obrigado a enfrentar as derradeiras resistências dos republicanos conservadores e nacionais-sindicalistas, “mais complexas e delicadas de resolver”.

O ano de 1934 acalmou a resistência em geral e a Salazar em particular e, simultaneamente, alguma aparente unidade, patente no I Congresso da União Nacional, que decorreu de 26 a 28 de maio com o objetivo de mostrar a vitalidade da organização que teria como missão central desenvolver e apoiar as ideias do Estado Novo e segundo Parreira et al. (1982, 227), “a alternativa desejada ao papel das F. A. no suporte da ditadura”<sup>63</sup>.

Com a aprovação da nova Constituição, “fortemente desmentida pela prática política e governativa do novo regime” (Rosas, 1994, p. 202), estava aberto o caminho para o Estado Novo, consagrando o salazarismo como o grande vencedor da luta que se travou no interior da Ditadura Militar.

### 3. O Estado Novo

Com a aprovação da Constituição de 1933 em Portugal, terminou a Ditadura Militar iniciada em 1926, e iniciou-se um novo período na história do país.

Salazar denominou essa nova era por Estado Novo, regime político autoritário e corporativista também conhecido por salazarismo, designação inspirada no seu fundador e líder, que conseguiu, segundo Rosas (1994, p. 245), “um elevado grau de autonomia e de autoridade relativamente à sua base social de apoio”.

Segundo Veríssimo (2003, p. 12), não é fácil fazer “o retrato fiel” do novo regime: tinha inspiração fascista, era contrário aos valores liberais e comunistas, assente num regime autoritário e conservador, católico e colonialista, assemelhando-se aos regimes fascistas de Mussolini em Itália e, mais tarde, de Franco em Espanha.

Segundo Pinto (2008, p. 47), “o salazarismo enviou missões de estudo a Itália e adquiriu modelos, que alterou e adaptou”. Contudo, Salazar nunca assumiu que o novo regime era fascista, considerando inclusive que o ditador italiano tinha uma intervenção excessiva na vida da Nação.

---

<sup>63</sup> O I Congresso da União Nacional entregou o poder absoluto da organização a Salazar de forma vitalícia. Para Parreira (1982, p. 228), foi “acima de tudo, a cerimónia de consagração do comando único”.

Para Veríssimo (2003, p. 15), ao contrário do que acontece nos regimes totalitários como o italiano e o alemão, o Estado Novo “não foi particularmente entusiasta da mobilização das massas, excluindo-as mesmo da participação activa na vida política”. O regime reforçou, por outro lado, “a presença do Estado na economia, limitou a autonomia das elites e disciplinou-as com um cerrado controlo” (Pinto, 1994, pp. 214-315).

Segundo Cruz (1988, p. 48), “o salazarismo surgiu como tentativa de superar o liberalismo e a fraqueza do Estado provocada pela agitada vida política da 1.<sup>a</sup> República, numa época em que se esboçavam pela Europa reacções totalitárias”.

A soberania do Estado português residia “na Nação”<sup>64</sup> e tinha como órgãos o Chefe de Estado, a Assembleia Nacional, o Governo e os tribunais.

Portugal passou a ser uma república corporativa<sup>65</sup>, um Estado forte e estável, assente numa espécie de ditadura do presidente do Conselho, apesar de o Presidente da República ser a principal figura do país, eleito por sufrágio universal e direto por um período de sete anos e com o poder de “nomear e exonerar os membros do Governo, dissolver ou interromper os trabalhos da Assembleia e suscitar revisões extraordinárias da Constituição” (Vieira, 1999, p. 33). O texto constitucional reduzia o papel do órgão máximo do poder político - o Presidente da República - a funções próprias de um “presidencialismo atípico”, segundo Canotilho (2003, p. 183), quiçá “bicéfalo”, que a juntar a uma liderança forte do líder executivo, tornou o papel do Chefe de Estado numa mera conduta de representatividade.

Cruz (1986, p. 100) fala em “ditadura pessoal do chefe do Conselho”, embora a Constituição apontasse no sentido de existir, segundo Rosas (1994, p. 200), uma “mútua vigilância e contenção entre os titulares óbvios desses cargos, com compromissos e ligações distintos dentro da Ditadura”.

Apesar do Presidente da República ser a principal figura do país, certo é que quem mandava era o Presidente do Conselho, a quem competia definir o programa do Governo, referendar “todos os actos do chefe de Estado e centralizar as vastas competências atribuídas ao Governo para elaborar leis” (Vieira, 1999, p. 33). O autor acrescenta que “nem o Presidente da República nem nenhum ministro podem dar um passo político que não seja sancionado pelo chefe do Governo”. Tratou-se claramente de uma situação na qual a sede formal do poder não coincidia com a sede real do mesmo.

---

<sup>64</sup> Artigo 71º da Constituição aprovada em 1933.

<sup>65</sup> Assente em corporações representativas dos mais variados interesses: económicos, industriais ou profissionais.

O país caminhou, assim, para um apagamento político do Chefe de Estado e da Assembleia Nacional e, simultaneamente, para um excessivo protagonismo do Presidente do Conselho, o líder do regime. Apesar do poder legislativo estar confiado à Assembleia Nacional - Artigo 91º -, a sessão legislativa tinha a duração anual de apenas três meses - Artigo 94º. Este órgão acabou, portanto, por não ter um grande desempenho legislativo. Uma ideia partilhada por Pinto (2010, p. 76) para quem “a Assembleia deveria ser o órgão titular do poder legislativo”. No entanto, durante o Estado Novo, esteve longe de ser da sua exclusiva competência. Segundo Georgel (1985, p. 158), “de 1935 a 1970, a Assembleia votou duzentas e setenta e uma leis, o que representa uma média de sete por ano”. Este modesto desempenho demonstra a escassa produção legislativa deste órgão.

Salazar entendia que as assembleias legislativas estavam condenadas a acabar e que não se lhes poderia dar o poder de fazer obstrução ao governo e muito menos derrubar ministros. Ou seja, o presidente do Conselho tinha receio do carácter desestabilizador deste órgão, não admitindo a existência de qualquer equilíbrio de forças, apesar de só a Assembleia ter poderes de revisão constitucional. Os deputados, tal como os eleitos da atual Assembleia da República, tinham mandatos de quatro anos.

O Governo era liderado com mão-de-ferro pelo todo-poderoso Presidente do Conselho. Esta postura esvaziou não só os poderes do Presidente da República mas também da Assembleia Nacional, uma vez que Salazar tinha ao seu dispor a possibilidade de legislar, logo retirou a este órgão “capacidade legislativa” e o “enfraquecimento efectivo da sua função fiscalizadora (Cruz, 1988, p. 58).

Havia, assim, uma concentração de poderes no Presidente do Conselho a quem competia ainda escolher os membros do seu governo. O Conselho de Ministros reunia esporadicamente, nem sempre com todos os Ministros. Ocorreram encontros informais que serviam para Salazar ouvir a opinião das pessoas que lhe estavam, politicamente, mais próximas. Ou seja, Portugal estava perante um regime autoritário assente no Presidente do Conselho que, nas ausências do Presidente da República, assumia também esta responsabilidade a que Caetano (1981, p. 116) chamou “presidencialismo bicéfalo”.

O Estado Novo, como já foi dito, tinha como marcas centrais o facto de ser conservador e autoritário, além de corporativista, anticomunista e antidemocrático. Esta foi, de resto, uma das facetas do regime, assente em corporações dirigidas ou controladas pelo Estado<sup>66</sup> e não

---

<sup>66</sup> Totalmente dominadas pelo aparelho de Estado.

pelas associações, ou seja, pela sociedade civil. O regime era igualmente antiparlamentar e antipartidário, duas realidades que tinham marcado pela negativa o domínio republicano de Portugal.

Salazar e os seus apoiantes recusavam liminarmente os antigos partidos e o seu escol político, considerando ainda que a democracia parlamentar tinha «falido».

A União Nacional assumiu-se como partido único, embora Salazar a considerasse uma associação cívica. Os demais partidos foram ilegalizados, tendo o PCP passado para a clandestinidade. Durante este período, defende Madeira (1996, p. 14-15), o Partido Comunista viverá sob uma “disciplina férrea”, autoimposta como forma de sobrevivência em condições adversas, muito difíceis para um partido clandestino.

Dos mais de setecentos sindicatos registados sobreviveram pouco mais de cinquenta. Até dezembro de 1933 seriam todos extintos e as classes profissionais teriam de formar novos sindicatos de acordo com o modelo de estatutos imposto pelo poder político, ou seja, continuaram a operar apenas aqueles que aceitaram a nova lei corporativa que os colocava sob a tutela do Estado. Aliás, Salazar olhava para as organizações operárias como opositoras aos princípios do Estado Novo.

A ideologia associada ao movimento operário, maioritariamente comunista e anarquista, era considerada pelo líder do Conselho como contrária à Nação e aos seus interesses e, desta forma, contrária aos interesses do próprio operariado.

Lemas como “Tudo pela Nação, nada contra a Nação” ou “Deus, Pátria, Família” mostram a ideologia do regime. Porém, ao contrário de outros ditadores, Salazar não gostava de multidões, pois estas intimidavam-no, e teve dificuldades em construir o modelo corporativo o que, segundo Mesquita (2007, p. 148), foi intencional, uma vez que “Salazar não gostava da iniciativa individual e confiava pouco na sociedade”.

Veríssimo (2003, pp. 15-16) concorda: “a própria personalidade discreta e reservada de Salazar, assim o determinava”. A autoridade do Estado era imposta por uma polícia política, com grande poder e que, segundo Vieira (1999, p. 23), dispunha de “discrecionários poderes de detenção, tortura e custódia ilimitada”<sup>67</sup> para reprimir qualquer tipo de oposição ao regime.

As prisões receberam dezenas de opositores ao Estado Novo e, por isso, “a sociedade atemoriza-se, resigna-se, conforma-se, integra-se, seja por convicção, seja por inação”. Da Marinha Grande seguiram para as prisões muitos opositores do regime.

---

<sup>67</sup> Cf. Vieira (1999, p. 23).

Ao mesmo tempo que reprimia os opositores<sup>68</sup>, Salazar criou o *Secretariado de Propaganda Nacional*, que tinha como missão fazer a apologia da doutrina do Estado Novo e que chegou ao ponto de, nas palavras de Vieira (1999, p. 23), “impor uma moral, um conceito de vida e até, como muitas outras ditaduras então em voga, a formação de um homem novo”.

Ou seja, segundo o autor, Salazar idealizou “um modelo de sociedade: anticosmopolita, paroquial, protegida por perniciosas influências estrangeiras, voluntariosa, puritana, disciplinada, não consumista, industrializada só no essencial, onde os patrões e operários vivam em harmonia, abastecendo e abastecendo-se no império colonial”.

Outra das prioridades foi o reforço dos mecanismos repressivos que Salazar justificava com a necessidade de dar «meia dúzia de safanões» a quem se lhe opunha. Os seus alvos principais foram os sindicatos e operários, ou seja, a Comissão Inter-Sindical, controlada pelo PCP, e a Confederação Geral do Trabalho, anarco-sindicalista. Mas não só. Os *reviralthistas* tiveram sempre a ambição de repor um regime republicano que acabasse com a instabilidade e mantivesse o sistema de partidos e o órgão parlamentar, um sistema regenerado e sem os vícios do passado. Uma intenção que só viria a ser uma realidade a partir de abril de 1974.

Se é verdade que foi o insucesso das ações *reviralthistas* que deu força a Salazar, criando-lhe condições para se afirmar como a alternativa mais credível para alcançar a paz social, não é menos verdade que o radicalismo republicano nunca deixou de conspirar e tentar repor o regime que vigorou até 1926.

A resistência a Salazar também se fez através do movimento operário, onde militavam anarco-sindicalistas, comunistas e socialistas reformistas, mas com evidentes fragilidades motivadas pela depressão de 1921, a política de equilíbrio financeiro de 1924 em Portugal e a grave crise internacional de 1929, ou seja, uma espécie de crise continuada à qual se juntaram divisões internas quase insanáveis, bem expressas na preparação do *18 de Janeiro de 1934*.

Embora tivesse mostrado sempre publicamente um grande desprendimento pelo Poder, certo é que as ações de Salazar revelavam o contrário, ou seja, que pretendia conquistar e preservar a liderança do país.

---

<sup>68</sup> Para além do movimento operário, à esquerda, Salazar teve uma forte oposição de direita, assente no Movimento Nacional-Sindicalista, liderado pelo carismático Francisco Rolão Preto. Os “camisas azuis”, como ficaram conhecidos, pretendiam que a revolução fosse feita à direita, através de um regime radical e fundamentalista. Consideravam que Salazar era conciliador. Segundo Pinto (2004, p. 309), “em Portugal, o processo de «integração» dos fascistas no novo regime de Salazar foi tímido e sofreu a prudência burocrática imprimida pela elite do «Estado Novo»”. O presidente do Conselho acabou por encerrar as instalações do grupo, bem como o seu jornal, *Revolução*. Já em 1934, Rolão Preto é detido e enviado para o exílio, em Espanha. O movimento é ilegalizado e dissolvido, deixando de ser um incómodo para o líder do país.

Neste sentido afastou “da ditadura os militares que a fundaram, neutralizando a extrema-direita e anulando uma a uma as intencões do que ainda resta de oposição republicana” (Vieira, 1999, p. 24).

Na perspectiva de Rosas (1994, p. 152), o salazarismo foi “um hábil processo de eliminações, integrações e compromissos, conduzido por mão segura e com notável sentido de oportunidade, por entre as curvas e contracurvas da política da ditadura”. Segundo Pinto (1994, p. 310), o «Estado Novo» foi “símbolo da hegemonia de uma direita antidemocrática de matriz tradicionalista e católica, no seu processo de formação”.

A este propósito, Cruz (1998, p. 193) sublinha que “não é possível compreender a queda da 1ª República e a ascensão do regime autoritário, sem referência à política religiosa republicana e à insatisfação das grandes massas rurais e católicas de um país maioritariamente agrícola e tradicional”. Todavia, Araújo (2004, p. 188) faz notar que “o processo constitucional de 1933 infirma por completo a ideia de Salazar como um “agente”, passivo, dócil e obediente da Igreja Católica”.

O autor acrescenta que no início da sua carreira “pode ter sido uma criação da Igreja, mas, como nas histórias de ficção, a criatura libertou-se do criador”. Certo é que a formação do Estado Novo “resulta dos compromissos encontrados como resposta aos vários conflitos que se foram produzindo ao longo desta transição” (Cruz, 1986, p. 75), ou seja, desde o levantamento militar de 28 de maio de 1926.

Passando para o estudo de caso desta tese, importa considerar que, em setembro de 1933, foram publicados Decretos-Lei que acabaram por estar na origem do *18 de Janeiro de 1934*: o Decreto-Lei nº 23 048, que promulgou o Estatuto do Trabalho Nacional, e o Decreto-Lei nº 23 050, que reorganizou os sindicatos nacionais.

Foram, portanto, estes diplomas que levaram à revolta sindical e posterior convergência contra o regime de Salazar em geral e a sua decisão de silenciar o movimento sindical em particular<sup>69</sup>. Estava, assim, aberto o caminho para a luta dos sindicatos contra o poder político, numa Europa em que os regimes liberais caíam e as ditaduras emergiam.

Recorde-se que, até 1933, a luta contra a Ditadura foi fundamentalmente *reviralhista*. Segundo Rosas (1994, p. 227), o ano de 1933, com a institucionalização do Estado Novo, “marca o fim da já débil actividade legal dos velhos partidos republicanos, que desaparecem, efectivamente, do mapa”.

---

<sup>69</sup> O Estatuto do Trabalho Nacional considerava a greve como crime. A Constituição de 1933 proibia.

A partir do momento em que são ilegalizados os sindicatos livres, após a aprovação da legislação corporativa do trabalho, o movimento operário assumiu um papel central na luta contra o regime, uma vez que rejeitava, totalmente, a unicidade sindical corporativa em que só eram permitidos os sindicatos nacionais após aprovação dos seus estatutos pelo Governo.

Isto para não falar da proibição das greves, da negação do direito de filiação internacional com outros sindicatos e do controlo governamental dos sindicatos através da aprovação prévia pelo governo das direções sindicais eleitas.

A esmagadora maioria dos sindicatos portugueses não estavam disponíveis para colaborar com o Estado, pois tal significaria, segundo Rosas (1994, p. 235), “a liquidação pura e simples da sua liberdade e autonomia perante o Poder”. E estes eram princípios que os sindicalistas consideravam “sagrados e intocáveis”.

Sublinhe-se que o operariado “tinha a experiência anterior de que as tentativas de estabilização económica e financeira se faziam, basicamente, à custa do sacrifício acrescido da situação dos assalariados” (Rosas, 1994, p. 229). Afinal, as conjunturas de crise podem acabar por servir os interesses do Poder.

Com as finanças delapidadas desde os tempos da I República, Portugal estava a atravessar uma crise profunda. E o regime de Salazar pretendia, com a proibição do sindicalismo livre, prevenir a luta de classes e a agitação social provocada por republicanos e sindicalistas, protegendo desta forma, na sua ótica, os interesses e a unidade da Nação. Procurava o equilíbrio económico e social com a inevitável “contenção/repressão do movimento operário”, segundo Rosas (1994, p. 245), através da redução dos custos do trabalho, da retirada de regalias e do aumento da jornada de trabalho. Salazar pretendia conter a agitação social num período de crise económica em que os efeitos eram nefastos para os trabalhadores.

Em outubro de 1933, no encerramento do I Congresso da Indústria, o Presidente do Conselho não escondeu que pretendia “conter e «disciplinar» o movimento sindical”<sup>70</sup>. Porém, o regime acabaria por ter uma resposta contra a chamada *fascização* dos sindicatos e proibição das reivindicações laborais, nomeadamente de anarco-sindicalistas - através da CGT -, comunistas - através da CIS - e alguns socialistas - através da Federação das Associações Operárias (FAO) - para além do Comité das Organizações Sindicais Autónomas (COSA).

---

<sup>70</sup> Cf. Salazar (1937, p. 249).

Foram estas as quatro entidades responsáveis pelo *18 de Janeiro de 1934*, assumindo-se como Frente Única Sindical, um movimento que, de acordo com Vieira (1999, p. 33), avançou para o terreno, mesmo “dividido e desfalcado por uma série de detenções” nos meses que o antecederam.

Rosas (1994, p. 233) lembra que, entre 1930 e 1933, se travou uma “luta pela hegemonia no movimento operário organizado entre anarco-sindicalistas da CGT e comunistas da CIS”.

Nessa conjuntura, ainda na ótica de Rosas (1994, p. 232), “o Partido Comunista Português pouco passaria, na altura, de um pequeno grupo de agitação política e sindical, assente num punhado de activistas com elevado espírito de militância e iniciativa, implantado em certos segmentos do operariado (ou dos empregados) lisboetas ou da Marinha Grande”, onde tinha influência sindical, “e entre os estudantes universitários e certos meios intelectuais da capital”.

A importância da capital portuguesa para o Partido Comunista Português é confirmada por Pereira (1981, pp. 696-699), quando afirma que “a análise da distribuição geográfica do PCP revela não só o carácter predominantemente urbano do Partido, como a sua excessiva centralização em Lisboa”<sup>71</sup>.

De acordo com o mesmo autor, “em 1929, o partido contaria com 49 membros, dos quais 29 em Lisboa, e, em 1933, teria 50” (Pereira, 1982, p. 281)<sup>72</sup>.

Aliás, ainda segundo a mesma fonte, a partir de 1923, o PCP era um partido “sem bases, constituído por «notáveis»”.

Porém, convém frisar que não se revela fácil a confirmação destes números porque, como garante Pereira (1982, pp. 269-270), “o PCP é a instituição política contemporânea sobre a qual menos se sabe em Portugal” e uma das maiores dificuldades na investigação é a “extrema raridade das fontes disponíveis”.

Por outro lado, acrescenta Pereira (1982, p. 273), “o PCP arroga-se o direito de trincar, alterar, modificar os textos que publica”. Alguns documentos serão, assim, «falseados». Nesta linha de pensamento, Madeira (1996, p. 17) assume que se conhecem casos de “correções incómodas para o PCP”, entre as quais destaca *Duas Palavras* de Bento Gonçalves, tal como

---

<sup>71</sup> “Contribuição para a história do Partido Comunista Português na I República”, José Pacheco Pereira in *Análise Social*, V. XVII, n.ºs 67/68.

<sup>72</sup> O PCP sofreu um duro golpe no número de membros entre 1924 e 1928, tendo diminuído de 700 para 70. Pereira (1982, p. 282) fala em “crise de crescimento” e associa-a à “passagem à clandestinidade”.



demonstrou Fernando Rosas, na parte da Política Nova, apelidando tal comportamento como “cuidadosamente censurado”<sup>73</sup>.

Na realidade, se um documento original ou genuíno, isto é, sem alterações formais, nem sempre é autêntico, pode não corresponder à realidade. Esta conduta do PCP atuar ao nível da forma tem evidentes repercussões ao nível do conteúdo. Sousa (2000, p. 34) faz notar que a procura da verdade no jornalismo “torna-se irrelevante se não contribuir para a construção do comunismo”.

Ou melhor, acrescenta, a imprensa comunista orienta-se para dois princípios: “(1) há coisas que não se podem publicar; e (2) há coisas que se têm de publicar”. Nesta lógica, “deve ser informação que sirva os interesses e objectivos do estado socialista e do partido comunista”.

Regressando ao Estado Novo, anti-comunista, Cruz (1978, p. 376) garante que o salazarismo “não precisou de um movimento de massas, jacobino e subversivo”, limitando-se a “colar ao golpe militar de 28 de Maio e de colaborar técnico-politicamente com a ditadura, de tirar partido das condições político-sociais por ela criadas para afirmar, perante a inexistência de propostas alternativas (nem militares, nem operárias) de superamento do Estado liberal, o seu próprio projecto de reconstrução do Estado”.

O Estado Novo surgiu assim como “novo regime, resultante da Revolução Nacional”, afirma Cruz (1986, p. 100). O autor faz notar que “estamos pois perante uma II República, não democrática, mas antes autoritária, nacionalista e corporativa”.

Percebida a conjuntura em que os militares colocaram fim à I República, em 1926, bem como o contexto que levou Salazar ao Poder e à aprovação da Constituição de 1933, que abriu caminho ao Estado Novo, importa agora conhecer os antecedentes sociais e políticos do *18 de Janeiro de 1934* e, seguidamente, o relato dos acontecimentos deste dia histórico para o movimento operário uma vez que foi mais uma machadada para a perda de influência que vinha tendo desde a imposição da Ditadura Militar, liderada por “um ultraconservador no sentido mais literal do termo” (Pinto, 2016, p. 363). Em 1934, conclui Pinto (2008), com alguns sobressaltos, o liberalismo político estava erradicado e as velhas instituições republicanas substituídas.

---

<sup>73</sup> Cf. *O PCP e a II Guerra Mundial* in Estudos sobre o Comunismo de Julho de 1983, p. 7.

### Capítulo 3 - O 18 de Janeiro de 1934

#### 1. Antecedentes Sociais e Económicos

Apresentadas as principais características políticas do Estado Novo, bem como a conjuntura que o antecedeu, é tempo de entrar no objeto de estudo desta tese e no seu local de desenvolvimento.

Apesar de ter ocorrido em várias localidades de norte a sul, foi na então vila, hoje cidade, da Marinha Grande que o movimento teve maior projeção, devido à tomada do posto da GNR e rendição dos guardas que ali prestavam serviço, ações que, pela sua espetacularidade, catapultaram a vila vidreira para as primeiras páginas dos jornais nacionais e regionais.

No estudo que se segue impõe-se caracterizar antecipadamente a envolvência social, económica e política da vila marinhense, sem a qual não é possível perceber o seu peso no *18 de Janeiro de 1934*. Porém, antes da passagem à «capital do vidro» impõe-se uma referência geral. Isto porque, como diz Sertório (1984, p. 5), “está ainda por fazer a verdadeira história, história globalizante, do movimento insurrecional e estão, até, por corrigir muitos erros entre o material já publicado, ao nível da simples historiografia”. São esses erros que esta investigação tentará desmitificar, sendo certo que este é mais um contributo a outros que certamente se seguirão.

##### 1.1. Em Portugal

No final do século XIX a economia portuguesa era das mais débeis da Europa e, consequentemente, o nível de vida da população era baixo quando comparado com outros países. O endividamento atingiu valores insustentáveis de tal forma que, em 1892, seria declarada a bancarrota do Estado português.

Segundo Monteiro (2010, p. 33), a dívida pública era de “89% do PIB” e “só os seus encargos anuais representavam quase metade das despesas públicas”. O pior é que, mais que financeira, esta foi uma crise igualmente económica, que provocou uma estagnação do crescimento e consequentemente da riqueza, crise que seria «resolvida» apenas em 1902, “dez anos após o início da bancarrota, por um reescalonamento da dívida externa a 99 anos, com

uma taxa de juro de 3%”. Este cenário acabou por debilitar a monarquia constitucional portuguesa, numa altura em que “a moral da população portuguesa era baixa e a instabilidade política estava uma vez mais a piorar” (Monteiro 2010, p. 34). A instauração do novo regime, em 1910, acrescenta o autor, “limitou-se a piorar a situação, devido à instabilidade política, à descoordenação (...)”.

Nos primeiros anos de liderança republicana, Portugal continuava com uma das maiores dívidas públicas, sobretudo interna, devido às dificuldades de financiamento no exterior, motivadas, sobretudo, pela declaração de bancarrota no final do século anterior.

Em 1913, “a dívida pública alcançou 130% do PIB, pelo que 40% do orçamento de Estado era apenas destinado ao pagamento da mesma” (Monteiro, 2010, p. 34). O autor acrescenta que o país “entrou numa profunda recessão”.

A participação portuguesa na I Guerra Mundial, pouco consensual na sociedade portuguesa, acabou por ter implicações na economia nacional, com a redução do Produto Interno Bruto (PIB), a riqueza produzida no país.

Os custos da guerra conduziram o país ao aumento da dívida pública, com a necessidade de intervenção do Banco de Portugal. Além disso, registou-se um aumento da taxa de inflação.

Segundo Mata e Valério (2003, p. 181), os principais problemas que Portugal teve que enfrentar durante a Primeira Guerra Mundial foram “de ordem económica”, podendo resumir-se em dois aspetos: “uma crise de escassez e inflação”. Entre 1914 e 1920 os gastos do Estado quadruplicaram e a dívida pública mais que duplicou.

Portugal teve ainda que enfrentar uma grave escassez de cereais e de carvão, bens que afetaram negativamente a atividade económica portuguesa, devido aos problemas de abastecimento de combustíveis e matérias-primas à indústria. Na perspetiva de Mata e Valério (2003, pp. 181-182), “a guerra perturbou o abastecimento destes bens” a Portugal, mas não só, pois “também eram vitais para o esforço de guerra dos principais beligerantes”.

Como se constatou, a juntar à crise económica e financeira, o país vivia uma situação de instabilidade política. Socialmente o panorama não era melhor, com milhares de mortos na sequência da I Guerra Mundial e uma taxa de analfabetismo elevada. Segundo Mata e Valério (2003, p. 181), as perdas portuguesas atingiram “cerca de 10 mil homens”.

A década de 1920 não foi fácil para o país, pois a situação económica e social era débil, com taxas de desemprego superiores a 20% entre o operariado e quebras salariais elevadas,

nalguns casos de 40%, às quais se juntou o aumento do custo de vida. Este foi, assim, o culminar de anos de elevados défices orçamentais e uma crescente dívida pública e, segundo Mata e Valério (2003, p. 182), os problemas económicos e financeiros “conduziram a um aumento muito significativo da intervenção do Estado na vida económica”. Uma intervenção que, segundo estes autores, acabaria por se tornar “ineficiente” e conduziu “ao desenvolvimento de um imenso mercado negro”.

Os défices orçamentais “continuaram altamente desequilibrados, alcançando -15% do PIB em 1920” (Monteiro, 2010, p. 35).

No entender de Mata e Valério (2003, p. 184), num certo sentido, “a instabilidade social e política era consequência inevitável dos problemas económicos e financeiros”. Contudo, o aumento das receitas públicas resultantes da reforma fiscal de 1922 e da reforma dos direitos aduaneiros de 1923 “permitiu obter uma redução significativa dos saldos negativos das contas públicas”, um equilíbrio que não foi alcançado de imediato “porque houve um esforço simultâneo de aumentar certas rubricas das despesas públicas” (Mata e Valério, 2003, p. 187).

A partir de 1924 assiste-se a alguma estabilização económica e financeira mas esta não bastou para assegurar a estabilização política.

Com a instauração da Ditadura Militar, em 1926, as finanças públicas mantiveram-se equilibradas o que provocou uma redução da dívida pública. Para tal muito terá contribuído a reforma fiscal iniciada em 1928.

Na ótica de Mata e Valério (2003, p. 189), “as alterações de 1928 consistiram sobretudo em aumentos das taxas dos impostos”. Recorde-se que Salazar tinha regressado à pasta das Finanças em abril de 1928.

Foi, aliás, no período entre 1928 e 1929 que as contas públicas apresentaram o primeiro saldo positivo desde os anos anteriores à Primeira Guerra Mundial e esse resultado significou um triunfo político de e para Salazar. Todavia, segundo Rosas (1994, p. 243), “o Portugal do início dos anos 30 era uma sociedade periférica, dependente, com peso predominante da agricultura”, com uma burguesia industrial “em emergência, mas débil” porque os efeitos das crises de 1921, a valorização do escudo em 1924 e a Grande Depressão de 1929 “tinham afectado gravemente a economia, os negócios e as finanças públicas”.

Segundo Mata e Valério (2003, p. 190), “os problemas imediatos da Grande Depressão para a economia portuguesa residiram na área dos pagamentos externos”, uma vez que as exportações diminuíram, tal como as remessas dos emigrantes.

Ainda segundo estes autores, a redução das importações e o regresso de capitais portugueses “impediram que ocorresse uma crise profunda”.

Assim, “o impacto da Grande Depressão na economia portuguesa foi bastante suave” (Mata e Valério, 2003, p. 191). Isto porque a diminuição do PIB foi pequena “e as actividades rurais absorveram o desemprego”.

Regressando a Rosas (1994, p. 243), Portugal assistiu a um clima de “instabilidade social, de «escândalos», de incapacidade geral de fazer face à crise”. Ou seja, o Estado não tinha estratégia ou se a tinha a mesma não estava a resultar. No entender de Pinto (2005, p. 197), em 1930 “Portugal apresentava uma balança comercial deficitária”, revelando um “reduzido grau de desenvolvimento da economia portuguesa e da dependência do estrangeiro, tanto para o fornecimento de matérias-primas como de produtos transformados e de maquinaria”.

Na perspetiva de Mata e Valério (2003, p. 191), os principais objetivos da política económica portuguesa, na década de 1930, passaram por “promover o crescimento económico e preservar o equilíbrio entre a oferta e a procura”. Neste sentido, o Estado, além de um “relativo controlo da actividade económica”, estimulou a produção e o investimento e conteve o consumo. Simultaneamente, a política cambial “tentou preservar a competitividade externa da economia portuguesa sem desencadear inflação interna”.

A Marinha Grande não fugiu à regra uma vez que, segundo Mónica (1981, p. 553), “no início da década de 1930, a crise económica mantém-se muito grave”. Por outro lado, acrescenta a autora, a queda do regime republicano, em 1926, constituiu “um revés para o movimento operário”. Essa é a matéria a trabalhar no ponto que se segue.

## **1.2. Na Marinha Grande**

Desde o século XVIII, quando o Marquês de Pombal, por intermédio do inglês Guilherme Stephens, em 1769, retomou a indústria do vidro na Marinha Grande, o concelho torna-se “um dos mais importantes centros industriais do país, desenvolvendo uma cultura industrial própria” (Neto, 2014, p. 25). Para esta cultura diferenciadora muito terá contribuído a ação educativa dos Stephens e a chegada, alguns anos antes com John Beare, principalmente, de mestres vidreiros de vários países europeus, entre os quais Alemanha, Itália e Inglaterra. Foi aqui que se fixaram, trazendo hábitos mais desenvolvidos.

Segundo Mónica (1986, p. 83), “no fim do século XIX, a Marinha Grande era uma pequena vila, de cerca de 5000 habitantes, situada na orla do pinhal de Leiria”. Antes da instalação da fábrica, acrescenta a autora, “era uma povoação em tudo semelhante aos lugares vizinhos. Viviam da agricultura, pobre, e da mata”. Esta posição não é totalmente rigorosa e muito menos consensual entre os que estudaram a história da região em geral e da Marinha Grande em particular, já que aqui existiam, muito antes do vidro, indústrias ligadas à exploração da mata nacional, como o pez<sup>74</sup> e outros produtos resinosos.

Guilherme Stephens gostava de afirmar que a Marinha Grande transformou-se na «Manchester do distrito de Leiria»<sup>75</sup>. Daí que Mónica (1986, p. 87) garanta que “a vida local era rica”, sobretudo no plano cultural, pois “havia várias festividades e pretextos para reuniões conjuntas”. O historiador marinhense Hermínio Nunes, a este respeito, tem as maiores reservas, não se revendo de todo na convicção da autora.

Nas primeiras três décadas do século XX, a então vila viveu vários períodos de crise económica e social, com falta de trabalho nas fábricas de vidro e variadíssimas greves<sup>76</sup>. Longe iam os anos da I Guerra Mundial em que a indústria vidreira encontrou, segundo Mónica (1986, p. 80), “condições particularmente propícias”, pois, como acrescenta a autora, no pós-guerra “o vidro começa a deslocar-se para zonas onde a mão-de-obra era mais barata”, nomeadamente Porto, Figueira da Foz e Oliveira de Azeméis.

Assim, “os dias felizes depressa desapareceram” e, na Marinha Grande, “a situação depressa se tornou dramática”, pois o país exportava menos vinho, construía menos casas e comprava menos objetos de luxo, o que fez com que as fábricas de vidro da vila vendessem menos do que era habitual.

Segundo Neto (2014, p. 26), “com o tempo surgiram na Marinha Grande muitas outras empresas para o fabrico de diversos tipos de vidro, mas nem por isso o concelho deixou de se manter muito pobre”. Este cenário criou descontentamento na classe operária e levou a um forte associativismo na comunidade, nomeadamente do seu operariado vidreiro, que se organizou em várias associações de classe. Mónica (1986, pp. 89-90) lembra que “os vidreiros marinhenses organizam-se quando já não eram capazes de impor naturalmente os seus

---

<sup>74</sup> Substância resinosa do pinheiro usada para calafetagem de barcos e toneis, vernizes, ceras e tintas.

<sup>75</sup> Cf. Mónica (1986, p.84).

<sup>76</sup> Na opinião de Mónica (1982, p. 28), “nem todas as greves passaram à história, pois nem de todas nos falam os jornais, nacionais ou operários. Até muito tarde, os vidreiros da Marinha Grande, que não eram conhecidos pela sua submissão, raramente aparecem mencionados na imprensa, mesmo operária. As ausências não significam necessariamente menor militância, embora sejam um dado sociologicamente significativo”.

direitos”. A autora assegura que o principal objetivo da criação de associações “era a manutenção do segredo da arte”. Estas foram fortemente influenciadas por várias correntes ideológicas, sobretudo comunistas e anarco-sindicalistas, num concelho habitado por cerca de 13.000 pessoas, das quais “9.000 residem na vila” (Monteiro, 2012, p. 238). Ainda de acordo com a mesma fonte, desses 9.000 habitantes, cerca de 2.000 eram vidreiros. Aliás, em 1934, “existiam no Concelho da Marinha Grande 33 empresas e oficinas das quais 13 Fábricas de Vidro” (Monteiro, 2012, p. 237).

Recuando alguns anos, Mónica (1986, pp. 65-66) afirma que os vidreiros “recebiam salários elevados e tinham segurança no emprego”, ou seja, “até à década de 1930, o ofício de vidreiro sofreu poucas alterações”.

O quadro de pessoal, acrescenta a autora, “mantinha-se o mesmo durante longos anos”, o que permitia o estabelecimento de relações íntimas, apesar das “más” condições de trabalho. “Nos anos 1920, ao menor desacordo com os patrões, as AC ameaçavam com a retirada do pessoal das fábricas” (Mónica, 1986, p. 93)<sup>77</sup>. Todavia, ao longo da década de 1920 a situação foi-se degradando, ao ponto do Ministro Ramada Curto afirmar que na Marinha Grande “morre-se de fome”<sup>78</sup>.

Em 1931 as AC - Associação de Classe dos Manipuladores de Cristal, da Associação de Classe dos Operários Garrafeiros e do Sindicato Único dos Lapidários de Vidraria<sup>79</sup> - viriam a fundir-se no poderoso Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria do Vidro (SNTIV)<sup>80</sup>, fortemente politizado, que naturalmente não poderia ficar de fora do movimento insurrecional face à perspectiva do fim do sindicalismo livre. Bento Gonçalves, em *Duas Palavras*, assegura que “este sindicato foi organizado sob a direcção da C.I.S.”<sup>81</sup>, apesar da Ditadura Militar impor fortes restrições, designadamente ao movimento sindical, bastante vigiado. Voltando a Mónica (1981, p. 559), “em 1934, os vidreiros pressentiram que a sua derradeira arma, as AC, lhes ia ser definitivamente retirada”. Aliás, Manta (1975, p. 213) afirma que no final de 1933 os trabalhadores vidreiros “tinham adquirido a certeza” de que contra eles estavam, além dos patrões, “as autoridades locais, distritais e governamentais”.

---

<sup>77</sup> Segundo Mónica (1986, pp. 95-96), na década de 1920 “a situação da indústria piora” e a partir de 1924, “o desemprego aumenta rapidamente”.

<sup>78</sup> Cf. Mónica (1986, p. 98).

<sup>79</sup> Monteiro (2012, p. 232).

<sup>80</sup> Em 1933 juntou-se a Associação de Classe dos Manipuladores de Vidraça (Monteiro, 2012, p. 232).

<sup>81</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), consultado em 24 de maio de 2014.

Daí que a notícia de que estaria a ser preparada uma jornada de luta em todo o país contra a fascização dos sindicatos tenha tido “bom acolhimento entre os trabalhadores da Marinha”.

Na perspetiva de Nunes (2006, p. 13), a participação decidida e entusiasta do escol revolucionário dos vidreiros na tentativa de revolução do *18 de Janeiro de 1934*, teve “raízes profundas, muito profundas, no subconsciente colectivo de gerações de explorados e famintos, oprimidos num círculo vicioso quase crónico de doença e miséria”<sup>82</sup>.

Nesta linha de pensamento, Mónica (1981, p. 561) entende que o *18 de Janeiro* foi fundamentalmente “um gesto de desespero”, enquanto, segundo Manta (1975, pp. 213-214), os trabalhadores viam nesse movimento a oportunidade para “instaurar um novo regime”.

O movimento revolucionário na Marinha Grande não surgiu, assim, do nada pois Mónica (1986, p. 86) sublinha que “os vidreiros constituíam uma verdadeira aristocracia operária, antiga e orgulhosa”.

Voltando a Nunes (2006, p. 25), o operariado marinhense foi submetido “a condições de trabalho duríssimas” e “sujeitos às maiores arbitrariedades e vexames” por parte dos patrões e tiveram ainda que conviver com as doenças profissionais, “como a tuberculose, aliadas à mais crónica indigência de uma considerável fatia da população”, cenário que tornou “a miséria avassaladora em muitos lares operários”. Longe iam os tempos em que, como Mónica (1986, p. 104) lembra, “os vidreiros marinhenses eram um grupo privilegiado”, que não tinham grande poder, “mas nas oficinas eram eles quem mandavam”, vivendo numa espécie de “redoma dourada”. Porém, no pós-guerra, acrescenta a autora, “tudo muda” e no final da década de 1920 “muitas fábricas fechavam definitivamente as portas”. Na leitura de Nunes (2006, p. 47), a Marinha Grande começara, por esta altura, a afundar-se progressivamente. A crise atingia a totalidade das empresas vidreiras, incidindo particularmente nas garrafeiras, e arrastara largas centenas de operários para o desemprego e para a fome e com a rápida disseminação das ideias bolchevistas<sup>83</sup> saídas da revolução russa de 1917, e a criação do Partido Comunista Português, “eram já nítidos os sinais de fraccionamento do operariado vidreiro entre comunistas e anarquistas, mergulhados numa luta fratricida pelo domínio

---

<sup>82</sup> Hermínio Nunes é um autor local que estudou intensamente os antecedentes sociais do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande. Daí que seja citado com alguma insistência neste capítulo.

<sup>83</sup> Bolchevique é uma palavra de origem russa que significa maioritário. Assim eram denominados os membros da facção do Partido Operário Social-Democrata Russo, liderada por Lenine. O Partido Bolchevique comandou o processo da Revolução Russa de 1917, que derrubou o governo czarista de Nicolau II e implantou o sistema/regime socialista na Rússia. Em 1918 os bolcheviques mudaram o nome do partido para Partido Comunista da União Soviética.



ideológico do importante bloco constituído pelos milhares de trabalhadores da indústria de fabricação de vidro”.

Os anarquistas da CGT perdiam força e terreno perante a CIS, de inspiração comunista, panfletária e cegamente fiel à revolução russa, com os seus agentes a enfraquecer rapidamente o sindicalismo libertário.

O PCP, na década de 1930, ganha força com a crescente perda de influência dos anarquistas e o definhar do *reviralthismo*, o que levou Gonçalves (1971, p. 125) a escrever que “passámos a ser tomados a sério”.

Aliás, o movimento libertário denotava dificuldades em atuar na clandestinidade. Segundo Rosas (1994, p. 233), foi precisamente entre 1930 e 1933 que se centrou a “luta pela hegemonia do movimento operário organizado entre anarco-sindicalistas da Confederação Geral do Trabalho e comunistas da Comissão Inter-Sindical”.

Tratou-se, segundo este autor, de “uma disputa por se ultrapassarem mutuamente em radicalismo verbal e de posições, com programas reivindicativos maximalistas, insusceptíveis de mobilizar mesmo os sindicatos, quanto mais a massa operária”.

Na perspetiva de Gregório (1975, p. 7), a unificação dos trabalhadores da indústria vidreira, que congregava muitas centenas de trabalhadores, entre vidraceiros, cristaleiros, garrafeiros, lapidários e maçariqueiros, embora cerca de 50% dos operários vidreiros não pertencessem a nenhum sindicato<sup>84</sup>, era um passo importante, fundamentalmente porque “algumas das suas derrotas anteriores se deviam à ausência da sua unificação à escala nacional”.

Nesta altura, acrescenta o autor, a indústria do vidro “contava aproximadamente 5.000 trabalhadores” a nível nacional.

Além da Marinha Grande, Oliveira de Azeméis e Covina eram outras localidades com forte implantação vidreira.

Em 1932 o SNTIV ganharia, assim, uma considerável implantação, alargando a sua influência à quase totalidade da classe vidreira, dinamizando e organizando as ações reivindicativas do operariado, “procurando travar o cortejo de miséria e fome que o desemprego arrastava, no qual se debatia e afundava a classe vidreira, e com ela a própria Marinha Grande” (Nunes, 2006, p. 100).

---

<sup>84</sup> Cf. Sertório (1984, p. 13).

Em 1932, o Governador Civil de Leiria deu instruções para o encerramento do Sindicato, por este “coartar a liberdade de trabalho nessa localidade”<sup>85</sup>. Na sequência desta decisão os trabalhadores vidreiros - exceto os da Fábrica Nacional - entraram imediatamente em greve, “paralisando a produção em protesto pelo encerramento do Sindicato e a prisão da Direcção do mesmo” (Nunes, 2006, p. 179).

O Sindicato seria reaberto meses depois com uma nova Direcção, em 27 de outubro de 1932, “decisão que originou uma verdadeira explosão de alegria por parte da comunidade operária vidreira, à qual se associou o comércio e a generalidade da população”. Todavia, a maioria da população continuava a viver muito próximo dos níveis mais baixos da normalidade alimentar e “uma parte considerável dessa maioria vivia num estado de fome crónica” (Nunes, 2006, p. 193).

Gregório (1975, p. 8) assegura que “todos os trabalhadores eram alvo da mais desenfreada exploração e de inúmeros atropelos levados a cabo pelo patronato”, que assim aumentava as suas “avultadas fortunas”.

A reabertura do Sindicato foi o culminar de oito meses e meio de greve, iniciada em 9 de março de 1932 e desconvocada em 24 de novembro do mesmo ano, numa altura em que havia “um punhado de operários e suas famílias a passarem por momentos extremamente difíceis, sempre com o espectro da fome a rondar à sua volta” (Nunes, 2006, p. 206).

A greve dos Roldões<sup>86</sup>, como ficou conhecida, acabou por ser um marco importante para a luta dos vidreiros, “um hino em louvor à resistência, à capacidade de sacrifício, à luta e à dignidade do operariado e dos trabalhadores da indústria do vidro”, afiança o autor marinhense. José Gregório também se refere à greve dos Roldões no seu Relatório de 1955, no qual aborda a temática do movimento revolucionário.

O dirigente comunista afirma que os patrões “foram forçados a dar o aumento do salário exigido” e a aceitar os operários que antes não queriam na sua fábrica, além de terem que “aceitar no quadro do pessoal outros operários desempregados, por imposição do Sindicato e finalmente a pagar de indemnização, ao Sindicato, 35 contos” (Gregório, 1975, p. 11).

Regressando a Nunes (2006, p. 234), a semente da revolta, pesem embora todas as teorias da presumível politização do operariado vidreiro, também “encontrou terreno fértil no seio dessa miséria”, para germinar e eclodir de tal forma que “nada poderia deter o avanço do

---

<sup>85</sup> Cf. Nunes (2006, p. 174).

<sup>86</sup> Assim designada porque se iniciou na Fábrica de Vidros da Boa Vista de Guilherme Pereira Roldão & Filhos.

operariado mais jovem e revolucionário para a aventura do 18 de Janeiro de 1934”. E acrescenta: “eram bem evidentes os sinais da iminência do descalabro, com o restabelecimento da aparente normalidade laboral nas fábricas de vidros a revelar-se frágil, demasiadamente frágil, perante as tensões e ódios acumulados durante aqueles complicados anos de 1932 e 1933”, uma vez que “pouco ou nada havia mudado desde a alvorada de esperança depositada na República de 1910. Os pobres ficavam mais pobres e a fome continuava a bater à porta de demasiada gente, num país parado no tempo (Nunes, 2006, p. 235)”. Esta visão é refutada por Mónica (1981, p. 527) uma vez que, numa dezena de anos - 1907/1917 -, “havia sido criados, só na Marinha Grande, 400 novos empregos”, sendo que mais de metade do operariado do vidro em Portugal “vivia na pequena vila” e foi apenas a partir do fim da guerra que “a situação da indústria na Marinha Grande começa a deteriorar-se”.

Para Nunes (2006, p. 236), as raízes do *18 de Janeiro de 1934* terão de ser procuradas, em última análise, “nos meandros de um povo dominado durante séculos por duas péssimas conselheiras: a fome e a ignorância”.

Uma visão rejeitada por Mónica (1981, p. 561) que olha para o movimento revolucionário do operariado marinhense como “uma revolta de um grupo de operários de *élite* ameaçados económica, social e politicamente”.

A perspetiva de Gregório (1975, p. 14) aproxima-se daquela que é defendida por Nunes, uma vez que o dirigente comunista garante que os trabalhadores viam no movimento “a única maneira de pôr cobro às injustiças de que vinham sendo vítimas e verem satisfeitas as suas justas aspirações”.

Face ao exposto e apesar das discrepâncias verificadas, talvez não seja abusivo concluir que o *18 de Janeiro de 1934* acabou por ser o resultado de um longo processo de luta, social e sindical, pela melhoria das condições de vida da classe trabalhadora.

## **2. Preparação da Greve Geral**

António de Oliveira Salazar criou legislação para condicionar o sindicalismo operário. Esta ofensiva não ficaria sem resposta tal a contundência do Decreto-Lei nº 23 048, que promulgou o Estatuto do Trabalho Nacional, e do nº 23 050, conhecido como «decreto colete-de-forças», que reorganizou os sindicatos nacionais, ambos lesivos dos interesses do

operariado. Em causa estava a intenção governamental de instaurar a unicidade sindical corporativa<sup>87</sup>, o controlo dos sindicatos pelo governo<sup>88</sup> e a colaboração entre classes sociais: o objetivo era a harmonia do capital e do trabalho, no âmbito do interesse nacional, com proibição de greves.

As organizações sindicais repudiavam a ideia de dependência relativamente ao Estado, cenário que as levaria a perder grande parte da sua autonomia, além de que era inaceitável a colaboração entre patronato e operários devido ao desequilíbrio de forças. A partir do momento em que se ficou a conhecer a intenção governamental, os sindicatos partem para o diálogo, com o intuito de responder, com contundência, às pretensões do Presidente do Conselho.

Na perspetiva de Patriarca (2000, pp. 163-164), “a ideia de greve geral remonta a meados de 1933”, com a CGT, na clandestinidade, a organizar-se no sentido de lutar contra os decretos que iriam pôr fim ao sindicalismo livre. Numa primeira fase, acrescenta a autora, a CGT “exclui a CIS e a FAO”.

Ainda segundo Patriarca (2000, pp. 166-168), “é ainda no mês de Julho que se registam os primeiros encontros entre representantes da CGT e os sectores militares republicanos”.

O objetivo era claro: “a greve geral revolucionária a lançar pela CGT deveria coincidir no tempo com o movimento dos sectores republicanos”, o que não viria a acontecer.

Em 16 de julho, a CGT dirigiu ofícios aos sindicatos comunistas, socialistas e autónomos, convidando-os a participar na greve geral. A CIS recusou e passou a ignorar as posições da CGT, como “se elas não tivessem existido” (Patriarca, 2000, p. 169).

Segundo Sertório (1984, p. 10), “foi a CIS, como braço sindical do PCP, que propôs a frente única à CGT, em 7 de Agosto de 1933”, contra o futuro Estatuto do Trabalho Nacional.

Na carta-circular que enviou à CGT, a Comissão Inter-Sindical falava em questão de vida ou de morte para todo o movimento de classe do proletariado. Foi precisamente neste documento que foi proposta a constituição de uma «frente única» contra os decretos, com inclusão de todas as fações sindicais.

A CIS defendia uma campanha de agitação social em Portugal, que culminasse com uma greve geral do proletariado, mas, segundo Patriarca (2000, p. 175), a CIS pretendia que a greve tivesse carácter “pacífico e defensivo”.

---

<sup>87</sup> Eram permitidos apenas sindicatos nacionais, após prévia aprovação dos seus estatutos pelo governo.

<sup>88</sup> Cabia ao governo aprovar as direções eleitas, para além de as poder demitir.

A CGT, por seu turno, queria ir mais além. Aliás, também entre o PCP e a CIS não existiu sintonia de posições. Bento Gonçalves, líder do PCP, era defensor de uma greve geral contra a fascização dos sindicatos e conheceria o alegado plano para um levantamento ibérico conjunto.

José de Sousa, responsável da CIS desde dezembro de 1930, torneiro mecânico oriundo do anarcossindicalismo, aderiu à linha da greve geral insurrecional. Vasconcelos (2002, p. 81) encontra a explicação para esta adesão nas “origens sindical-anarquistas” do homem forte da Confederação Inter-Sindical, cargo que acumulava com o de secretário sindical no secretariado do PCP.

Assim, enquanto a CIS pretendia “aprovar moções de repúdio da nova legislação e dos sindicatos nacionais, gerando um movimento de massas que poderia vir a desembocar numa greve geral contra a «fascização dos sindicatos»” (Rosas, 1994, p. 236), a CGT, pelo contrário, preconizava uma greve geral revolucionária de carácter insurrecional.

Por isso, as estratégias da CGT e CIS criaram “divergências táticas insanáveis” (Rosas, 1994, p. 235).

Na realidade, a CGT, liderada por Mário Castelhana, defendia uma resposta contundente, só possível através de uma greve geral insurrecional com ações armadas, ataques à bomba e sabotagens. Uma tática que acabaria por ser aceite pela comissão coordenadora da CIS. Esta, rapidamente, deixou de lado a linha defendida pelo PCP, embora se tivessem realizado algumas assembleias de trabalhadores que aprovaram moções de rejeição da nova legislação.

No que concerne à já mencionada frente única, numa primeira fase, a CGT, que iniciou em julho de 1933 a preparação de uma greve geral revolucionária e insurrecional, recusou liminarmente a proposta da CIS para integrar essa frente. Só mais tarde aceitou integrar a plataforma de sindicatos que iniciará a preparação do *18 de Janeiro de 1934*. Até então, assistiu-se a tentativas por parte da CIS e da CGT no sentido de não permitirem que a outra liderasse o processo.

Mais, quer uma quer a outra tentaram ser elas a liderar, assumindo uma postura de supremacia e definindo desde cedo que não estavam dispostas a participar no movimento numa situação de inferioridade.

Na perspetiva da CGT, a composição da frente única proposta pela CIS, “que colocava os anarcosindicalistas em minoria, era-lhes totalmente inaceitável” (Patriarca, 2000, p. 172).

Porém, a CGT acabou por fazer cedências e decidiu participar no comité nacional, assumindo que só seria possível obter êxito na luta contra a ditadura numa plataforma de unidade sindical.

Apesar desta aparente unidade, certo é que CIS e CGT - as maiores e mais representativas forças no movimento operário - tinham, como já foi referido, concepções díspares, quase incompatíveis, sobre as ações a levar a cabo para responder aos decretos governamentais. E essas diferenças viriam a evidenciar-se fundamentalmente depois do *18 de Janeiro de 1934*, com troca de acusações mútuas nas reações que cada qual proferiu relativamente aos acontecimentos.

Segundo Pereira (1999, p. 69), Bento Gonçalves “tenta a todo o custo” evitar a greve geral de janeiro de 1934 e usa “de toda a sua autoridade para impedir um movimento que tem a certeza irá ser catastrófico para o movimento sindical português e para a oposição operária ao regime”. Contudo, Rodrigues (1981, p. 56) recupera a rivalidade entre comunistas e anarco-sindicalistas, afirmando que “para o PCP era muito mais importante o esmagamento, a liquidação da CGT e do movimento anarquista, pela morte de seus mais destacados militantes, do que vencer o fascismo, ganhando a greve”<sup>89</sup>. Ou seja, “a prisão, a deportação, a morte, e como consequência a desagregação, o enfraquecimento da CGT até à absorção dos operários para a causa de Moscovo, era o maior sonho, a mais desejada vitória de Bento Gonçalves e dos seus chefes!”.

Importa ainda clarificar o poder da liderança do PCP na CIS, sobretudo porque esta acabou por alinhar com a CGT na Frente Única, apesar das reservas comunistas.

Esta questão é explicada por Patriarca (2000, p. 189), que se aproxima da posição de Bento Gonçalves<sup>90</sup>, ao defender que “o insurreccionalismo anarco-sindicalista e provavelmente também o republicano exercem um tão grande fascínio sobre os meios comunistas que de pouco valem as suas exortações, admoestações ou chamadas de atenção”.

A autora lembra ainda a “impotência e o isolamento” a que chegou o líder do PCP, “a ponto de nem os seus manifestos conseguir fazer publicar”. Esta situação levaria o líder comunista a Espanha, em outubro de 1933, “a fim de, entre outras coisas, procurar apoios junto da delegação da Internacional Comunista” (Patriarca, 2000, p. 190).

---

<sup>89</sup> Sertório (1984, p. 19) tem, a este respeito, uma afirmação categórica: “com a água suja da banheira, o PCP jogara fora o menino”.

<sup>90</sup> A este respeito, Patriarca (2000, p. 189) afirma que Bento Gonçalves “não andarรก muito longe da verdade”, ou seja, a autora revê-se, com poucas reservas, na posição do antigo líder comunista.

Constata-se, assim, que a liderança do PCP tinha as maiores dificuldades em controlar a CIS e o pior é que, segundo Patriarca (2000, p. 192), “o putschismo havia contaminado os militantes comunistas”, ou seja, “os comunistas estavam, definitivamente, convertidos às palavras de ordem da CGT”.

Apesar das diferentes concepções, CIS, CGT, FAO e COSA chegaram a um entendimento, nas poucas reuniões que tiveram lugar.

No manifesto que fez chegar aos operários, a Plataforma apelou à greve geral e insurrecional, pela reconquista da liberdade de reunião e de imprensa. A linguagem utilizada é, contudo, claramente anarcosindicalista, facto que indicia alguma preponderância revolucionária e insurrecional.

A greve geral revolucionária acabou por sofrer vários adiamentos devido à repressão, designadamente da PVDE, que, em novembro de 1933, prendeu e deportou Sarmento de Beires<sup>91</sup> e outros reviralhistas. O próprio líder da CGT, Mário Castelhana, foi detido em 15 de janeiro de 1934.

Este sindicalista, segundo Santana (1985, p. 213), “tinha na sua mão grande parte da articulação do movimento”.

No entanto, as autoridades portuguesas, governo e polícia incluídos, pareciam denotar algum desejo de que o movimento fosse por diante para, dessa forma, o poderem dismantlar e, em seguida, castigar os revoltosos. Aliás, Salazar estaria ao corrente dos preparativos do movimento insurrecional.

Tanto assim é que a PVDE, no dia 17 de janeiro e na madrugada do dia seguinte, deteve alguns dos principais sindicalistas<sup>92</sup> e reviralhistas<sup>93</sup>, embora essas detenções não se destinassem a impedir a greve. A adesão à greve geral revolucionária acabou por ocorrer apenas numa dúzia de localidades, entre as quais a Marinha Grande<sup>94</sup>.

Na ótica de Patriarca (2000, p. 349), “os jornais insistem até à saciedade na paternidade comunista do movimento” e alguns membros mais ativos no *18 de Janeiro de 1934*, entre os quais António Guerra e Manuel Baridó, “atribuem a direcção da revolta ao Comité Local do PCP”, afastando assim a participação dos anarquistas no movimento. Contudo, a autora

---

<sup>91</sup> Militar português que exerceu intensa atividade política contra o regime de Salazar. Em 1934 foi condenado a dez anos de desterro.

<sup>92</sup> Mário Castelhana, por exemplo.

<sup>93</sup> Carlos Vilhena, por exemplo.

<sup>94</sup> Segundo Pimentel (2007, p. 26), a partir de Junho de 1934, foram “atribuídas à PVDE competências prisionais, sendo criada, no seu seio, uma Secção de Presos Políticos e Sociais”.

reconhece ser “difícil sustentar que, em 1933-34, os vidreiros marinhenses e os seus sectores militantes fossem exclusiva ou até maioritariamente comunistas” (Patriarca, 2000, p. 351).

Esta afirmação comprova-se, por exemplo, pela não integração do Sindicato Nacional dos Trabalhadores Vidreiros no CIS, afeto ao PCP, muito provavelmente porque a sua base social estaria longe de ser estritamente comunista. Aliás, Santana (1978, p. 91) garante que o “Sindicato dos Operários Vidreiros da Marinha Grande estivera sempre integrado na CGT, sem nunca dela se retirar”, apesar do “foco de propaganda comunista competir com militância anarco-sindicalista”. O Sindicato tinha como Secretário-Geral Armando Correia de Magalhães, na linha legalista de Bento Gonçalves.

A preparação do movimento na Marinha Grande, segundo Patriarca (2000, p. 357), “terá contado com elementos de outras correntes” além da comunista e tanto assim é que “as ligações com os organismos centrais de Lisboa envolvem tanto a CIS como a CGT”.

Por isso, a maior influência comunista não anula “a existência de outras correntes”, assegura Patriarca (2000, p. 358). Segundo Rodrigues (1981, p. 50), “todas as tendências tomaram parte na luta: na Marinha Grande os elementos da Inter-Sindical também participaram, não aceitaram a volta-atrás do PCP. Noutros pontos do país esconderam-se ou sabotaram o que puderam”. Esta acusação não é nada abonatória para os comunistas e contraria a apropriação que estes fizeram do movimento após abril de 1974.

Ora se unidos já seria difícil concretizarem os seus objetivos, divididos e com suspeitas de sabotagens e traições, percebem-se algumas das razões que estiveram na origem do fracasso das ações insurrecionais levadas a cabo em 18 de janeiro de 1934. Mas essa é uma análise que deverá ser guardada para mais tarde. Agora é tempo de «dar a palavra» à então vila da Marinha Grande, embora se imponha uma breve contextualização nacional.

### **3. Relato dos Acontecimentos na Marinha Grande**

Numa “fria e enevoadada quinta-feira”, segundo Mónica (1981, p. 554), ocorreram greves de cariz pacífico em Silves, Sines, Almada e Barreiro e manifestações operárias violentas na Marinha Grande, Setúbal, Cacilhas, Seixal e Alfeite. Verificaram-se ações noutras localidades industrializadas, designadamente Coimbra, Leiria, Martingança, Cacém, Vila Boim, Algoz, Tunes e Funcheira. De acordo com Patriarca (2000, p. 233), as forças policiais ocuparam, nesse dia, “as principais cidades e vilas do país”, mas, mesmo assim, assistiu-se à sabotagem



de estruturas de transportes - linhas férreas<sup>95</sup>; comunicações - estradas; linhas telefónicas e energia a sul de Coimbra<sup>96</sup>, nomeadamente na Martingança, Leiria e Póvoa de Santa Iria.

Há ainda registo de arremesso de bombas e pedras. Os confrontos armados com as forças de segurança ocorrem na Marinha Grande e em Lisboa.

Na capital rebentou uma bomba no Poço do Bispo e foi cortada a linha de caminho-de-ferro em Xabregas.

Seria, contudo, na capital vidreira que o movimento atingiria maiores repercussões, talvez porque tinha sido “onde as lutas anteriores dos vidreiros tinham criado um ambiente propício” (Rosas, 1994, p. 236).

Na visão de Sertório (1984, p. 12), “foi o proletariado da Marinha Grande que, no 18 de Janeiro, demonstrou uma maior capacidade para se lançar a formas de luta objectivamente superiores: a insurreição armada”.

O *18 de Janeiro de 1934* é sistematicamente associado à Marinha Grande pelas ações ali desencadeadas, nomeadamente a tomada do posto da GNR, tornando-se assim numa espécie de símbolo do movimento insurrecional.

Mas o que se passou afinal naquela madrugada na vila do centro do país?

Uma das fontes consultadas (Patriarca, 2000, p. 310) revelou que foi a partir das 12 horas do dia 17 de janeiro de 1934 que “os dirigentes começam a convocar os seus colegas para uma reunião a realizar nessa noite no Casal Galego”.

Segundo outra fonte, Mónica (1981, p. 554), o quartel-general era um “barracão branco, em cuja porta estava pintada uma cruz vermelha”. No entanto, não é possível definir a hora precisa a que se iniciou a reunião.

Contudo, Patriarca (2000, p. 311) afirma que a mesma teve lugar “num barracão pertencente a Carlos Pais<sup>97</sup> em Casal Galego” e que teria começado entre as 22 horas e a 1 hora da manhã e tinha reunido algumas dezenas de operários.

Também o número exato não é possível de contabilizar, embora, segundo Patriarca (2000, p. 313), “a concentração em Casal Galego teria contado, no mínimo, com a presença de 59 pessoas”. Nesta reunião os operários foram divididos por grupos a quem foram

---

<sup>95</sup> Para Mónica (1981, p. 555), “registaram-se descarrilamentos de comboios, por exemplo, em Braga e Póvoa de Santa Iria”.

<sup>96</sup> A cidade estudantil ficou “totalmente às escuras” (Mónica, 1981, p. 555), devido à sabotagem na central elétrica perpetrada pelos anarquistas de Anadia.

<sup>97</sup> Para Monteiro (2012, p. 239), “foi numa velha casa pertencente a Nazaré Pais que, no Casal Galego, uma centena de revoltosos guardou o arsenal de armas que utilizaram na Revolta contra o regime de Salazar”.

atribuídas missões e distribuídas armas e ferramentas, nomeadamente machados e serrotes, para o corte de pinheiros nos principais acessos à vila<sup>98</sup>.

Segundo Manta (1975, p. 215), “a acção organizadora e dirigente do movimento teve à cabeça o camarada Manuel Esteves de Carvalho - o Manecas - que, mesmo tuberculoso em último grau e imobilizado na sua cama, deu belas provas de firmeza e acção revolucionária”.

Todavia, esta visão também não é consensual pois Patriarca (2000, p. 309) revela que a direcção do movimento na Marinha Grande foi “garantida pelo alfaiate Pedro Amarante Mendes, pelo barbeiro Miguel Henrique e pelos vidreiros José Gregório, Teotónio Martins e Manuel Baridó”. A estes cinco elementos, acrescenta, “deveriam juntar-se outros dois: o empregado de comércio António Guerra e o operário Manuel Esteves de Carvalho”.

Como se constata, também na questão da liderança do movimento na Marinha Grande não existem certezas, pois esse elemento difere de autor para autor, situação que indicia que não terá existido a figura do líder carismático, incontestado, que se distinguia dos demais pela sua capacidade de chefia. Aliás, a falta de consenso volta a manifestar-se no que concerne a outros passos do movimento.

Patriarca (1997, p. 1) revela que “os autos de declarações dos militantes presos e condenados pelo TME são unânimes num ponto: a direcção do movimento na Marinha Grande é garantida pelo alfaiate Pedro Amarante Mendes, pelo barbeiro Miguel Henrique e pelos vidreiros José Gregório, Teotónio Martins e Manuel Baridó”. A autora acrescenta que “tanto o vidreiro Manuel Baridó, como o empregado de comércio António Guerra declaram que todos eles fazem, então, parte do Comité Local do PCP”.

Nunes (1998, p. 67) garante que “seriam cerca das duas da manhã, quando os principais dirigentes do movimento, José Gregório, Manuel Domingues, Pedro Amarante Mendes e António Guerra, chegaram ao local da reunião em Casal Galego, após os últimos acertos com Manuel Esteves de Carvalho, impossibilitado de os acompanhar”.

Manta (1975, p. 215) defende que na madrugada de 18 de janeiro de 1934 saíram cinco brigadas de cinco operários cada<sup>99</sup> “para o assalto ao posto da GNR, dirigida por António Guerra<sup>100</sup>, para o assalto ao edifício dos correios, 2 para a interrupção da via-férrea e várias outras para cortarem as árvores” e “outras brigadas saíram, igualmente, para cortar as linhas

---

<sup>98</sup> Os principais acessos à Marinha Grande são através de Leiria, Nazaré e Vieira de Leiria.

<sup>99</sup> Na ótica de Patriarca (2000, p. 322), “a brigada que tem por alvo a estação dos correios e telégrafos é formada por seis elementos”.

<sup>100</sup> De acordo com Mónica (1981, p. 555), António Guerra “comandava cinco brigadas (compostas cada uma por cinco homens)”.

telefónicas”. Patriarca (2000, p. 314) sustenta que foram “formados seis grupos: três destinam-se a sabotar as vias de acesso à Marinha Grande; Outras três destinam-se a actuar no interior da vila”. Ou seja, os alvos eram a estrada de Vieira de Leiria e de Leiria, a via-férrea, a estação de telégrafo-postal, o posto da GNR e à sexta brigada foi atribuída a missão de circular pelas principais ruas da vila. Segundo Mónica (1981, p. 554), “os responsáveis por cada brigada levam uma braçadeira vermelha”.

Ainda a propósito da questão da liderança, Patriarca (1997, pp. 1-2) assegura que António Guerra, no depoimento que fez, procurou “minimizar a sua importância, a fim de evitar revelar o que não quer”. Todavia, acrescenta, “o seu papel no desenrolar das operações é crucial e alguns militantes consideram-no, expressamente, nos seus autos, um dos principais líderes do movimento”.

Ainda segundo Patriarca (2000, pp. 317-321), é de admitir que os grupos de revoltosos tenham começado a ocupar posições na vila “a partir das 2 horas e iniciado os assaltos à estação dos correios e posto da GNR pouco depois das 3h da madrugada”, isto é, os atos teriam decorrido “praticamente em simultâneo”.

De acordo com Gregório (1975, p. 16), o início do movimento deu-se após o ecoar de um tiro de pistola, “quando a vila estava no mais completo silêncio”<sup>101</sup>. O autor do disparo foi o «Alfaiate Amarante», responsável comunista na vila operária<sup>102</sup>.

A partir do momento em que foi dado o sinal de partida, acrescenta o antigo militante comunista, “viveram-se horas de emoção que não nos é possível descrever com o realismo, intensidade e alegria que as caracterizavam”.

Na verdade, apesar do tempo que decorreu entre os acontecimentos e a elaboração deste relatório em 1955, talvez não seja abusivo concluir que a descrição realística dos acontecimentos foi muito dificultada pelo entusiasmo resultante da participação nos mesmos ou da forma como se queria contar o evento.

Neste contexto, Gregório (1975, p. 20) garante que “da Marinha, do Engenho, da Ordem, da Embra, Picassinos, Amieirinha, Casal Galego, Trutas, etc., acorreram pessoas”. Homens, mulheres e jovens que se “dispuseram a participar no movimento”<sup>103</sup>.

---

<sup>101</sup> Pedro Pereira Mendes - o alfaiate Amarante -, em entrevista ao Jornal *Linha Geral*, de 8 de fevereiro de 1975, assegura que foi ele que “deu o sinal para a revolução, com uma pistola que ainda conservo como recordação”.

<sup>102</sup> Cf. Vasconcelos (2002, p. 255)

<sup>103</sup> As referências a localidades feitas por José Gregório dizem respeito a lugares da freguesia da Marinha Grande, que distam poucos quilómetros do centro da então vila.

Os revoltosos, depois de cortarem as linhas telefónicas e telegráficas com Leiria e obstruírem as estradas que ligam a Leiria e Vieira de Leiria - atual EN 242 -, “ocupam a estação telégrafo-postal, atacam à bomba o quartel da GNR, desarmam os 12 elementos daquela corporação, lançam uma bomba contra a residência do industrial Emílio Galo, procedem à abertura do Sindicato Vidreiro e tomam conta da vila durante pouco mais de uma hora” (Patriarca, 2000, p. 234). Santana (1978, p. 93) assegura que, depois de aberto o sindicato, “toda a gente corria para lá”. Uma euforia que duraria pouco tempo depois de serem recebidas “notícias doutros lados”.

O acontecimento mais marcante foi, sem dúvida, o ataque ao posto da GNR, com tiroteio e arremesso de bombas<sup>104</sup>.

Cercado o edifício da GNR, os membros do «Comité Revolucionário» iniciaram, por telefone, o processo de rendição, evitando-se assim um banho de sangue<sup>105</sup>. Segundo Patriarca (2000, p. 327), “o sargento [Oliveira Pio] começa por se recusar a obedecer” mas, mais tarde, acabou por ceder no pressuposto que a sua vida, a da sua família e a dos seus soldados seria garantida.

Na perspetiva de Gregório (1975, p. 17), a guarda foi de tal modo surpreendida, que não teve ânimo para esboçar a mais ligeira resistência, “pelo que não deu sequer um tiro”.

Para Patriarca (2000, pp. 327-329), “a força da GNR [...] fica à mercê dos revoltosos por volta das 5 horas da manhã”. Os doze elementos da GNR, depois de se renderem, “são conduzidos, entre as 5 e as 6 horas, para a Nacional Fábrica de Vidros”.

Segundo Gregório (1975, p. 19), “os guardas que pensavam ter chegado a hora do fuzilamento, viram com espanto que apenas foram colocados junto a um muro e revistados e por fim presos dentro de uma dependência da Fábrica Nacional do Vidro com o maior respeito pela sua vida”.

O sargento, por seu turno, “foi preso ficando sob a guarda de dois operários armados de carabina”, afirma o revoltoso.

---

<sup>104</sup> De acordo com Mónica (1981, p. 555), “o material mais importante - onze bombas de choque e rastilho - havia-lhes sido enviado pela CGT”. Contudo, Pedro Pereira Mendes, «Alfaiate Amaranter» garante que foi ele que levou as bombas para a Marinha Grande. Em entrevista ao Jornal *Linha Geral* (edição nº 24 de 8 de fevereiro, pp. 1 e 4) afirma: “foi por meu intermédio que a Marinha Grande recebeu as munições, que aliás, consistiam numas pequenas bombas do tamanho talvez de laranjas grandes”. Santana (1978, p. 92) afirma que “o Comité de acção da CGT enviou para a Marinha Grande onze bombas de choque e de rastilho para serem aplicadas em pontes ou locais de importância estratégica e vital”. O portador de tais bombas terá sido “um Duarte, alfaiate, que a Lisboa se deslocou para as receber”.

<sup>105</sup> É António Guerra quem faz a negociação.

A tomada do posto de correio foi mais rápida e fácil. Segundo Gregório (1975, p. 17), “o chefe Manuel Leal, conhecido pelo ódio que tinha ao operariado, não teve mais remédio que pôr-se ao serviço deste e ensinar à brigada o modo de proceder para se estabelecer a ligação permanente pelo telefone com o comando da GNR”.

Retomando a Patriarca (2000, p. 234), os revoltosos terão lançado “uma bomba contra a residência do industrial Emílio Galo”.

Há ainda dúvidas relativamente à ocupação dos Paços do Concelho, ao hastear da bandeira vermelha e à eleição do *soviete*. Patriarca (2000, pp. 332-333) garante que não foi encontrada “qualquer referência” a estas ações, descritas apenas por alguns autores, entre os quais L. H. Afonso Manta, após o 25 de abril de 1974.

Os revoltosos e a polícia também “não fazem menção” a qualquer daqueles acontecimentos. No entanto, há quem, como Rosas (1994, p. 236), defenda que “sob impulso do sindicato, grupos de operários ocupam o posto da GNR, a câmara e os CTT, proclamando o «soviete da Marinha Grande»”. Esta posição está em linha com o pensamento de Manta (1975, pp. 7-8) para quem o levantamento da Marinha Grande foi “um ato heroico” uma vez que a classe operária, “liderada pela organização local do PCP (então um partido revolucionário proletário), se ergueu de armas na mão, dominou as forças repressivas, tomou a Câmara Municipal, hasteou aí a bandeira vermelha, elegeu um Soviete e reabriu o Sindicato revolucionário dos operários vidreiros”.

Voltando a Patriarca (2000, p. 359), após percorrer os autos de António Guerra, Manuel Baridó e de dezenas de outros militantes, não encontrou “qualquer referência à eleição ou nomeação de um soviete e ao hastear de uma bandeira vermelha”, tal como a polícia, que “não lhe faz qualquer menção” nem nos escritos que são produzidos nos anos seguintes.

Pedro Pereira Mendes, o «Alfaiate Amarante», a este respeito garante que o movimento “não teve por princípio algum a intenção de implantar na Marinha Grande um soviete”<sup>106</sup>.

Gregório (1975, p. 19) também falou na questão do soviete, mas apenas em 1955, mais de vinte anos após o movimento insurrecional, no Relatório em que dava conta da implantação de um regime operário sob a direção do Soviete local e afirmava que os trabalhadores, na madrugada de 18 de janeiro de 1934, quando proclamavam a vitória gritavam “vamos nomear o Soviete”. Ora, segundo Patriarca (2000, p. 360), “José Gregório não afirma que o soviete tenha sido eleito ou nomeado”.

---

<sup>106</sup> Cf. Jornal *Linha Geral* de 8 de fevereiro de 1975, edição n.º 24, Ano 1.º, pp. 1 e 4.

Porém, “a lenda do soviete da Marinha Grande, acrescida do símbolo da bandeira, estava criada e iria adquirir o imbatível estatuto de verdade absoluta”. Na perspetiva de Mónica (1981, p. 554), o soviete da Marinha Grande “passou à história como um episódio de afirmação proletária”. Contudo, é admissível que na época o operariado marinhense não tivesse cultura política suficiente para dominar este tipo de linguagem, nomeadamente no que concerne à nomeação de um soviete. Contudo, Carvalho (2013, p. 64) afirma: “gesticulei, engrandeci, hiperbolizei a existência de uma conquista totalmente inaudita e grandiosa: a ocupação da vila e a instauração de um soviete na Marinha Grande. Está bem, durou só algumas horas, mas, durante essas horas, houve realmente um soviete na Marinha Grande que desafiava o regime. Durante algumas horas a terra era de quem nela trabalhava”.

Tal como outros pormenores alusivos ao movimento, também a ação das forças policiais e militares não reúne consenso de fonte para fonte, nem mesmo a hora de chegada à Marinha Grande. Na perspetiva de Gregório (1975, p. 26), as forças de segurança “só chegaram de manhã à Marinha, às 7 horas, por terem encontrado a estrada interrompida com os obstáculos ali postos pelo operariado”. Mónica (1981, p. 556) diz que “ainda é noite quando se ouvem as primeiras rajadas de metralhadoras inimigas”. Manta (1975, p. 129), que cita um dirigente do PCP e do Sindicato, afirma que a Marinha Grande estava tomada às 5 da manhã e o ataque das forças do governo começou próximo das seis horas. Ou seja, a vila esteve tomada menos de uma hora.

A Marinha Grande acabaria cercada por tropas do Regimento de Artilharia 4 e Regimento de Infantaria 7, não dando qualquer possibilidade de resistência ao operariado, cuja reação não terá ido além das 9h da manhã. Do sonho ao pesadelo foi um ápice, pois as “tropas vindas de Leiria tomam conta da vila poucas horas depois, sem dificuldades” (Rosas, 1994, p. 236). Sem capacidade para resistir muito tempo, os operários dispersaram “em grupos de quatro ou cinco a fim de iludirem o cerco” (Patriarca, 2000, p. 334).

A fuga deu-se para o pinhal que rodeava a vila, nuns casos, e para suas casas, noutros. Segundo Mónica (1981, pp. 556-557), foram “presos operários que efectivamente participaram no movimento, juntamente com bêbados que numa taberna cantavam a Internacional”. Por outro lado, “alguns, poucos, conseguem fugir para Espanha ou para a clandestinidade<sup>107</sup>. Muitos outros, contudo, sem qualquer apoio, entregar-se-ão à Polícia, desmoralizados e cansados da vida clandestina”.

---

<sup>107</sup> Para Espanha fogem José Gregório e Manuel Domingues.

Não há relatos de grande resistência, apenas um ou outro tiro a que se seguiu a fuga e o abandono das armas em diversos locais da vila, tal como afirma Mónica (1981, p. 556) para quem “a resistência foi praticamente nula” uma vez que “a luta era impossível”. Daí que “às 11h as forças armadas domina[sse]m totalmente a vila”, sem qualquer reação dos revoltosos.

Na ótica de Patriarca (2000, pp. 335-336), “se a maioria reclama a simples fuga, outros reconhecem expressamente ter resistido ou terceiros testemunham que outros o fizeram” mas a impressão com que se fica é de que os revoltosos foram “apanhados de surpresa e resistem algo desordenadamente, como forma apenas de protegerem a sua fuga”. Assim, “a vila teria estado sob controlo dos revoltosos, sem lutas e sobressaltos, no máximo pouco mais de uma hora”.

A revolta do operariado terminou, assim, em ocupação militar, tendo sido instaurado o «estado de sítio», com encerramento das fábricas e condicionamentos nas estradas<sup>108</sup>.

Alguns operários que participaram no movimento terão tentado ir trabalhar, sem êxito.

Os militares, que permanecem na vila “alguns dias”<sup>109</sup>, ordenaram a reabertura das fábricas no dia 19 de janeiro e, simultaneamente, “pedem aos industriais que forneçam listas nominativas dos operários que venham a faltar nesse dia”.

Ficaria clara, assim, a identidade dos revoltosos ainda em fuga bem como dos grevistas que aderiram ao movimento do dia anterior. Porém, Patriarca (2000, p. 347) assegura que “greve é algo que não chega a existir na Marinha Grande, nem a 18, nem a 19, nem a 20” e, segundo a imprensa da época, terão aderido ao movimento “entre os 150 e os 200 participantes”.

Segundo Mónica (1981, p. 557), “a avaliação dos jornais governamentais oscila entre os 150 e os 300 homens”.

À margem do número de revoltosos, mais de uma centena de soldados, segundo Patriarca (2000, pp. 339-340), “prosseguem as buscas e prisões”. O governo, com esta atitude, pretendia fazer “uma exibição de força”.

Para Patriarca (2000, p. 348), os atos insurrecionais terão sido obra “de uma minoria activa de uma vanguarda”. Aliás, só assim se explica a fraca resistência aquando da chegada dos militares, que resultou num número escasso de feridos (dois entre os revoltosos, o mais

---

<sup>108</sup> Santana (1978, p. 93) indica que foram obstruídas “as estradas de Leiria, de Pataias e de Vieira de Leiria com as árvores que foram cortadas”.

<sup>109</sup> Mónica (1981, p. 556).

grave dos quais foi Manuel Jubileu<sup>110</sup>, e dois entre as forças policiais) e a inexistência de mortos. Ainda no dia 19, deu-se a expulsão dos doze elementos que compunham o ativo da GNR da Marinha Grande que, na madrugada de 18 de janeiro, se tinham rendido a “um bando de comunistas” (Patriarca, 2000, p. 340). Registe-se que o edifício da Câmara Municipal, escriturado em 1928, antiga casa de habitação, foi parcialmente destruído por um incêndio em 25 de janeiro de 1934, “ocasionado, ao que consta, por curto circuito” (Monteiro, 2012, p. 240). O sinistro limitou-se a uma parte do 1º andar.

### 3.1. Um Relato «quase» Anónimo

A narração dos acontecimentos depende - e muito - do papel que o narrador teve nos mesmos. Ora, assim que o movimento foi dominado, alguns dos intervenientes pronunciaram-se, ainda que não publica e livremente, sobre o mesmo.

Na realidade, três meses após a ação insurrecional, na edição de abril, o jornal *O Proletário*<sup>111</sup>, órgão oficial da Comissão Inter-Sindical, editado entre Março e Julho de 1934, publicou uma entrevista com um dirigente do PCP e do Sindicato da Marinha Grande, cujo nome não era revelado. Pela importância deste documento, muito citado pelos autores que investigaram o *18 de Janeiro de 1934*, recuperam-se as partes mais significativas da entrevista.

O dirigente lembra que o agravamento da crise, as violentas medidas de repressão, da ditadura, a desilusão do «revirinho», dos chefes republicanos e anarco-sindicalistas, o exemplo de Cuba e os sucessos políticos e económicos do proletariado da União Soviética “contribuía para dar, à luta contra a fascização dos sindicatos, na Marinha Grande, um carácter mais amplo, mais profundo”. E depois explica que “pelas 0 horas do dia 18 fizemos a distribuição das nossas forças de choque”, de forma organizada, com os membros do movimento a distinguirem-se “por uma braçadeira vermelha com a foice e o martelo”.

Um grupo “numeroso” seguiu a cortar as comunicações e, ao mesmo tempo, “três outros grupos marchavam a ocupar, simultaneamente, os Paços do Concelho, a Estação Telegráfica e o Quartel da GNR”.

---

<sup>110</sup> Para Gregório (1975, p. 20), “o camarada Manuel Jubileu foi ferido por uma rajada de metralhadora e transferido em braços para o posto de socorros dos Bombeiros onde recebeu os primeiros tratamentos, pelo médico da terra”.

<sup>111</sup> Ano IV, Série Ilegal, nº 2, pp. 3-4.



As armas eram apenas o que se tinha podido arranjar: “algumas espingardas caçadeiras, duas pistolas e umas cinco bombas”, acrescenta.

O dirigente do Sindicato garante que antes mesmo da rendição dos guardas do posto da GNR “já todos os pontos estratégicos, da vila, se encontravam nas nossas mãos. Por outro lado, já toda a massa operária, da Marinha Grande estava na rua, apoiando os poucos homens armados que possuíamos”, afirma.

O entrevistado assegura que “às cinco horas da manhã toda a Marinha Grande estava nas mãos do proletariado e milhares de trabalhadores percorriam a vila vitoriando o nosso Partido” e que os ataques das forças do governo se iniciaram “próximo das seis horas, na pior ocasião”, uma vez que “os serviços de abastecimento não tinham sido assegurados”.

Os operários, cerca de “duas escassas dezenas de homens armados”, terão resistido “até às nove da manhã”. Altura em que “era loucura prolongar a resistência” uma vez que a diferença de armamento era abissal: “possuíamos pouco mais de vinte armas de fogo. O Governo opunha-nos a artilharia, cavalaria, infantaria, metralhadoras... e até um avião que já voava sobre a vila, para regular o tiro da artilharia”. Constatando-se a diferença de forças, “retirámos portanto, em boa ordem, para o pinhal”. Porém, “só cerca das doze horas os «heroicos» mantenedores da ordem entraram na Marinha Grande”.

Referindo-se às ações desenvolvidas, o dirigente comunista defende que foram praticadas “pelas forças da ordem”, nomeadamente “as prisões, os espancamentos, as torturas, as prisões de mulheres e crianças para denunciarem os maridos e os pais”. Antes, “foi a população na rua em regozijo. Alegria nos rostos... e nem uma só vingança”, conclui.

Relativamente à não adesão ao movimento pela maioria da população, o dirigente questiona: “como se explica então que, apesar da repressão e ocupação militar da vila, a greve se mantivesse geral durante dois dias e só ao terceiro dia começasse a fraquejar?”.

A terminar, o entrevistado garante que apesar dos “erros e vacilações do nosso jovem Partido, se mostra já, nitidamente, como a única força capaz de derrubar a ditadura”.

Contudo, “quando o problema de um levantamento armado se coloca, não devemos pensar apenas no armamento dos combatentes; é preciso pensar também na sua barriga. Não se combate com a barriga vazia”. E quanto ao futuro, “aproveitar bem as lições recebidas, reagrupar as forças à base dessas lições e a caminho de novos combates... até à luta final”.

Este resumo é elucidativo para se perceber como se pode condicionar a história e contribuir para a construção do(s) mito(s).

### 3.2. O Relato de Pedro “Amarante” Mendes

Dado que atualmente, na Marinha Grande, já faleceram todos os participantes no movimento insurrecional recorreu-se, entre outros, a documentos escritos pelos revoltosos que participaram ativamente no *18 de Janeiro de 1934*.

Um desses documentos é um manuscrito datado de 20 de maio de 1936 que foi encontrado no espólio do PCP, da autoria de Pedro “Amarante” Mendes, secretário da organização, mais conhecido por alfaiate Amarante, que teve um papel preponderante no movimento. O manuscrito, denominado «Os dias da tomada da Marinha Grande»<sup>112</sup>, conta ao pormenor como decorreu a ação.

Assim, depois de referir que, pela 1 hora da madrugada, se reuniram em Casal Galego “os membros Comité Local em conjunto com os componentes de todas as células ao todo 9 e cada uma composta de 9 camaradas”, o documento afirma que “todos os trabalhadores se faziam acompanhar de ferramentas diversas para ser empregadas consoante as necessidades”<sup>113</sup>. Por outro lado, “o plano da autoria do camarada Alfaia (António Guerra), Secretário da organização, foi aprovado por todos e nomeando para seu executor o mesmo camarada, para isso juraram obedecer às suas ordens”.

Terminada a reunião às 2 horas, “começaram a partir as brigadas armadas de espingardas, caçadeiras e machados, estes últimos para ser utilizados na obstrução das linhas e estradas”. O primeiro tiro soou às 3 horas da madrugada e “4 brigadas atacam simultaneamente o posto da Guarda Nacional Republicana e a estação dos correios e telégrafos, esta foi tomada sem resistência, o que não aconteceu com o posto da guarda”.

Aqui, após troca de tiros e negociações, “os guardas acompanhados do seu comandante abandonaram o posto deixando todo o material”. O posto foi imediatamente ocupado pelos operários, que rapidamente distribuíram as armas “por camaradas aptos”.

Os guardas, a seu próprio pedido, “ficaram detidos pois receavam coacções do povo”. Assim, de acordo com o documento, às “6 horas da manhã todos os postos de comando se encontravam em poder do comité revolucionário”. Já no que diz respeito ao que se passou nos momentos posteriores à tomada do posto da GNR, Pedro “Amarante” Mendes afirma que “o camarada Alfaia, chefe do movimento, improvisa um pequeno auditório e em seguida pede

---

<sup>112</sup> O texto encontra-se integralmente publicado no sítio eletrónico do Partido Comunista Português - <http://www.pcp.pt>, consultado em 15 de maio de 2014.

<sup>113</sup> Todas as citações foram feitas a partir do documento que figura em anexo.

para o acompanharem ao sindicato dos trabalhadores vidreiros para assistirem à sua abertura”, o qual se encontrava fechado há cinco meses.

Fazendo, de novo, uso da palavra, “exortou à união de todos os trabalhadores demonstrando que sempre que se unem saem triunfantes”. O documento indica que “às 8 horas da manhã, devido à falta de alimentação, as massas começam a desfalecer e alguns vão às suas casas confortar o estômago”.

Em face deste problema, o comité criou “imediatamente um comissariado de alimentação concedendo a este a liberdade de mobilizar tudo que fosse necessário”. Porém, este não chegou a prestar serviços, “em virtude de [...] novo ataque” feito por “uma força de polícia e de guarda republicana já de Leiria”.

Pedro “Amarante” Mendes garante que “por pouco não fomos todos fuzilados”. No entanto, apenas refere “2 feridos” do lado dos revoltosos a juntar aos 5 da parte das forças policiais. Mas a chegada da cavalaria e infantaria e a “fadiga duma noite completa de luta” fez com que os revoltosos tivessem recuado “em direcção das matas”, onde permaneceram “2 dias” após os quais deliberaram dividir-se “em pequenos grupos e procurar escapar às garras da canalha”. Mas rapidamente começaram as prisões, sendo “levados todos os presos para Leiria, pois aqui a canalha podia exercer à vontade as patifarias”. O documento denuncia que os “camaradas” foram “barbaramente espancados pelos canalhas da informação e do sr. chefe da polícia”, não escapando às suas garras “menores ou tuberculosos”.

Face às citações feitas, parece possível afirmar que o depoimento evidencia frequentes marcas ideológicas e um peso forte da componente subjetiva. Afinal, trata-se de um testemunho na primeira pessoa.

### **3.3. A Visão de José Gregório**

José Gregório, filho de operários, nasceu em 19 de março de 1908. Iniciou a sua atividade profissional aos 8 anos, tal como tantas outras crianças. Não foi à escola. cedo despertou para a luta da classe operária, como forma de garantir uma vida digna. Ingressou no PCP em 1933 e no ano seguinte é um dos participantes mais ativo no *18 de Janeiro de 1934*. Foge para Espanha precisamente neste ano. É preso em Orense mas depois libertado. Passou pela União Soviética e faleceu na Checoslováquia em 1961. Foi dirigente do Sindicato Vidreiro, destacado militante do PCP e resistente antifascista.

O *Avante* escreve que José Gregório, conhecido por Alberto, foi “um homem de carácter íntegro e dotado de uma extraordinária força de vontade”.

A participação em greves por melhores condições de trabalho e de vida fizeram parte da sua ação política e a sua participação ativa no *18 de Janeiro de 1934* foi uma consequência natural, pois nesta altura já havia ingressado nas fileiras do PCP. Foi, aliás, um dos principais membros da direção do movimento revolucionário e, como tal, o seu depoimento sobre os factos ocorridos é fundamental para perceber o que realmente se passou.

Contudo, importa referir que o relato de José Gregório ocorreu mais de vinte anos após a ação insurrecional, em agosto de 1955, e só seria publicado em 1975.

No que concerne a esse relato há, desde logo, uma diferença abissal com o depoimento de Pedro Pereira Mendes, o alfaiate Amarante, pois enquanto este garante que o comando esteve a cargo do “camarada Alfaia” (António Guerra), Gregório (1975, p. 16) revela que toda a ação organizadora e dirigente “teve à cabeça o camarada Manuel Esteves de Carvalho (o Manecas)”. Ora as contradições são marcas distintivas deste movimento.

Admite-se como provável que a preparação do movimento esteve a cargo de Guerra e Manecas, até porque Gregório e Domingues estavam em Espanha.

Também na questão do número de brigadas as posições se dividem porque Gregório (1975, p. 16) assegura que se formaram cinco, “de cinco operários cada” ao passo que “Amarante” fala em “células, ao todo 9, e cada uma composta de 9 camaradas”.

A tomada do posto da GNR foi aproveitada por Gregório (1975, p. 19) para uma espécie de «ação de charme» ao afirmar que a mulher e filha do comandante “foram levadas para a Pensão «Martinho» onde encontraram cama, comida e o devido respeito pela sua honra e vidas”. No relato, Gregório (1975, p. 20) faz rasgados elogios à participação popular: “Ali estava reunida boa parte da família vidreira, na esperança de que desde então tudo iria melhorar para os trabalhadores” e conclui que “por isso há vivas, há lágrimas nos olhos, há abraços”, posição contrariada por Monteiro (2012, p. 239) para quem os revoltosos “não terão tido o apoio esperado da parte da população marinhense”. José Gregório identifica ainda alguns aspetos menos positivos do seu partido na Marinha Grande. Criado oficialmente em 1932, só a partir de 1933 começou a funcionar de forma mais regular. Por isso admite-se que “nas fábricas não havia organismos, o contacto com a Direção do Partido fazia-se muito raramente” e conclui que “os camaradas do Partido não se reuniam numa base do Partido, não actuavam dentro das normas de disciplina do Partido, não se sentiam obrigados a prestar-lhe

contas da sua acção” (Gregório, 1975, p. 23). Assim se poderá explicar que apenas uma ínfima minoria tenha participado no *18 de Janeiro de 1934*.

Um elemento a reter prende-se com o facto da visão de José Gregório ser contrariada por Santana (1978, p. 102). Este autor afirma que, no seu Relatório, deu “uma contribuição falsa para a história pré-fabricada atribuindo ao partido o que fora da iniciativa do sindicato”.

José Gregório faleceu em maio de 1961, em Praga. Dá nome a uma das principais avenidas da cidade. Os restos mortais foram trasladados para a Marinha Grande já em democracia. As cerimónias fúnebres reuniram milhares de pessoas na vila vidreira.

Importa agora verificar como a imprensa portuguesa descreveu o movimento nas suas páginas.

#### **4. Como a Imprensa Nacional viu o *18 de Janeiro de 1934***

A consulta da imprensa com maior distribuição nacional da época - noutro capítulo desta tese tratar-se-á da imprensa regional e local especificamente - poderia ser um exercício essencial para a compreensão do que realmente ocorreu na madrugada e manhã de *18 de Janeiro de 1934*.

Abordam-se apenas dois diários generalistas, pela sua importância, distribuição e notoriedade pública: *O Seculo* e o *Diário de Notícias*. Contudo, Mónica (1981, p. 554) refere que “não existe nenhum jornal da época que possa ser considerado uma fonte minimamente objectiva”. Esta opinião é corroborada por Gomes (2006, p. 63) para quem “o movimento de 18 de Janeiro de 1934, de repúdio pela corporativização dos sindicatos, alcançou alguma repercussão na actuação dos serviços de censura”.

O autor defende que o Governo deu ordens expressas para terem a maior atenção aos textos que “visem à propaganda de ideias ou doutrinas extremistas consideradas de prejuízo público” (Gomes, 2006, p. 63).

Contudo, existiam orientações no sentido de não colocarem em causa os postos de trabalho, sobretudo no setor dos operários gráficos, área onde o desemprego tinha sofrido de forma preocupante<sup>114</sup>.

---

<sup>114</sup> Apesar desta recomendação, acrescenta Gomes (2006, p. 64), “após o 18 de Janeiro de 1934, deixou sem sustento, por dois meses 28 tipógrafos”. Aliás, acrescenta o autor, em 30 de janeiro de 1934 a Direcção-Geral recomenda o «maior cuidado e rigor» relativamente a uma relação de 28 «jornais perigosos». O serviço de censura de jornais da província passa a ser “remunerado com 4\$00 por cada número censurado” (Gomes, 2006, pp. 65-66).

A convicção de Maria Filomena Mónica e Joaquim Cardoso Gomes faz sentido. Basta ler as edições de *O Seculo* e perceber a sua inequívoca ligação ao Poder instituído, designadamente nesta ação revolucionária, e a forma aparentemente «pensada» como publicou os acontecimentos ocorridos em 18 de janeiro de 1934.

Também o *Diário de Notícias* foi uma espécie de “órgão oficioso do regime”, garante Tengarrinha (2006, p. 214).

Ainda assim, a leitura atenta d’*O Seculo*<sup>115</sup> e *Diário de Notícias*<sup>116</sup>, torna-se indispensável, uma vez que dão amplo destaque às alterações da ordem pública no país na madrugada e manhã de *18 de Janeiro de 1934*.

Para além das questões de interesse jornalístico, Patriarca (2000, pp. 28-29) acredita que “o excesso de ruído é tudo menos obra do acaso” uma vez que o governo, ao estar convencido que venceria este confronto, pretendia que a imprensa “dele abundantemente falasse”. Ou seja, “o governo quis que o movimento se transformasse num acontecimento impressionante e de grandes proporções” (Patriarca, 2000, p. 476). A imprensa, conclui, “coloca-nos perante a evidência de uma encenação, e de uma encenação que terá sido tudo menos inocente”.

Nessa conjuntura, os jornais ou publicavam aquilo que o governo desejava ver publicado, ou eram vítimas do filtro, leia-se censura, governamental. Assim, o *18 de Janeiro* terá sido “o que os jornais e o governo quiseram que ele fosse”.

Na edição de 18 de janeiro de 1934, *O Seculo* titula:

“Uma tentativa de greve geral em todo o País foi dominada. De madrugada, deram-se vários incidentes e foram efectuadas prisões. Descarrilou um comboio de mercadorias junto da estação da Povoia de Santa Iria”.

O jornal cita o Diretor da Polícia de Segurança Pública garantindo que “o movimento se malogrou”. O *Diário de Notícias* escreve: “Produziu-se, esta madrugada, uma tentativa de carácter extremista, que foi prontamente sufocada pela Polícia e Guarda Republicana”.

O jornal diz ainda terem ocorrido “cortes de linha telefónica entre Porto e Coimbra e em Leiria” e “acontecimentos na Marinha Grande”, não podendo ser dada “notícia pormenorizada” devido a encontrarem-se “cortadas as comunicações”.

---

<sup>115</sup> Tengarrinha (2006, p. 225) garante que durante o Estado Novo “manteve uma linha tradicionalista de republicanismo moderado, embora justificadamente a sua atitude perante o regime fosse tida como louvaminheira”, ou seja, bajuladora. Era o jornal que apresentava a mais vasta rede de correspondentes no país e o maior em número de assinantes, sendo “o jornal de maior circulação em Portugal”, assegura o autor.

<sup>116</sup> Patriarca (2000, p. 23) afirma que “ao longo da manhã de 18 de Janeiro de 1934, enquanto o jornal matutino *O Seculo* faz duas edições, o *Diário de Notícias* oferece três aos seus leitores”.

Apenas na edição de 19 de janeiro *O Seculo* foi mais pormenorizado na narração dos factos que tinham ocorrido pelo país.

No canto superior direito pode ler-se:

“A greve geral revolucionária eclodida ontem malogrou-se, completamente, devido à energia com que a força pública actuou para a sua rápida repressão”. Porém, não deixava de reconhecer que “o descarrilamento da Povoia de Santa Iria foi o maior até hoje registado na C. P.”.

Aliás, o jornal mostrava, com grande destaque, as fotografias do descarrilamento, bem como a visita ao local do Ministro das Obras Públicas. Na primeira página do jornal alinhado com o poder político era ainda possível ler que “com extraordinária rapidez o Governo tomou providências eficazes para fazer gorar, à nascença, o movimento”<sup>117</sup>. Só no interior o assunto era desenvolvido, começando o texto por “uma rápida resenha dos acontecimentos” apresentada pelo Capitão Gomes Pereira, Ministro do Interior:

“Foram presos, em vários pontos do país - como Lisboa, Setúbal, Anadia, Marinha Grande, Coimbra - algumas dezenas de indivíduos, dos mais perigosos, que pretendiam provocar um ambiente de terrorismo, com a prática de actos criminosos de toda a ordem, tanto por assaltos à propriedade, como por atentados pessoais, lançando bombas, cortes de comunicação telegráficas, de água e da luz. Assim, temos os cortes de linhas no sul do País, na Marinha Grande, e Leiria; Porto e Coimbra. (...) Esboçaram-se algumas greves, uma das quais na Marinha Grande, com ataques à bomba e a tiros, ao posto da G. N. R. e a estação de telegrafo-postal. Resistiram os perturbadores e atacaram as forças de Policia e G. N. R. que foram enviadas de Leiria. Ficaram gravemente feridos os atacantes e levemente um policia e um soldado da Guarda.”

Ainda no mesmo jornal, o Ministro do Interior acrescentou:

“Os discolos puseram-se em fuga e internaram-se nos pinhais circunvizinhos da Marinha Grande. Forças do Exército, Policia e G. N. R. batem toda aquela região e procuram prender todos os criminosos, dos quais já foram capturados 17. Em Almada deu-se a greve dos corticeiros, descarregadores e motoristas. Foram tomadas providências para serem presos e punidos os responsáveis. Houve, ainda, incitamento à greve em Silves. Em Setúbal, foram apreendidas 80 bombas de alta potência; e, em Lisboa, uma centena de bombas e algum armamento. Durante a noite foram abandonadas, em diferentes pontos da cidade e em escadas de prédios, muitas bombas. Além disso, deu-se o assalto, à bomba e a tiro, do posto policial de Chelas, e o rebentamento de duas bombas, cerca das 6 horas, nas Avenidas Novas”.

---

<sup>117</sup> *O Seculo* era dos diários mais lidos em Portugal e daí a importância que tinha para o regime, sobretudo numa altura em que a imprensa contribuía decisivamente para influenciar a opinião pública portuguesa. E o poder político tinha essa convicção.

Neste jornal fazia-se, ainda, uma referência à tentativa de descarrilamento na linha do Oeste, “felizmente sem resultado” e à paralisação em algumas fábricas de Almada onde “não se registou alteração da ordem”.

No que concerne ao Norte, o diário afeto ao regime garantia que o movimento “não teve repercussão alguma e não se registaram, ali, senão medidas de ordem”, enquanto em Coimbra, “duas poderosas bombas de dinamite destruíram a central eléctrica, pelo que a cidade ficou às escuras”. Além disso, em Silves, “forças da G. N. R. e do Exército mantêm a ordem” após grupos de operários corticeiros terem abandonado o trabalho, em Setúbal, “foram presos vários indivíduos e apreendidas 68 bombas” e, no Barreiro, “rebentou uma bomba, cujos estilhaços feriram seis pessoas”.

O *Diário de Notícias*, por seu turno, escreveu na edição de *19 de janeiro de 1934* em manchete: “A tentativa de Greve revolucionária que o Sr. Ministro do Interior justamente considera um movimento sem finalidade definida e destinado apenas a criar um ambiente terrorista falhou por completo em todo o país”. O jornal dedicou ainda o editorial - «Uma lição» - ao movimento e um artigo de fundo bastante desenvolvido, com vários subtítulos. No texto surgiam várias declarações oficiais, bem como a descrição de algumas ações desencadeadas no país, nomeadamente em Coimbra, Guimarães e Marinha Grande.

O *DN* preocupou-se, assim, em descrever o que se passou no país e a emitir a posição das entidades oficiais, deixando de lado a opinião dos grevistas, que nem sequer foram ouvidos. Contudo, o autor do artigo não deixou de emitir juízos de valor ao garantir que o movimento tinha tido mão da “Internacional de Moscovo” e que a primeira conclusão a retirar era o “divórcio do operariado dos seus supostos dirigentes”.

O jornalista do *Diário de Notícias* afirmou, ainda, que “a grande massa trabalhadora, quando ainda explodiam bombas na cidade e não tinham amortecido as prevenções policiais, compareceu ao trabalho, alheias às perturbações”, facto que provava que os trabalhadores tinham mostrado “personalidade” e um “sentimento de emancipação e equilíbrio”.

No artigo era feita referência ao descarrilamento ocorrido na Póvoa de Santa Iria, considerado “assombroso e revoltante, traiçoeiro e indigno” e falava-se, ainda, nos rapazes de 14 e 15 anos presos, a quem teriam sido fornecidas bombas “quando as suas mãos ainda estavam mal treinadas para a dureza do trabalho”. O jornal dava, assim, enfoque à natureza criminosa das ações desencadeadas pelo movimento operário e acentuava a fraca resposta dos operários às instruções dos seus dirigentes.



Na edição de 20 de janeiro, *O Seculo* continuou a fazer eco dos acontecimentos, centrando a ação sobretudo na Marinha Grande, com a publicação de duas fotografias no topo da página 2, embora também houvesse relatos de pormenores das iniciativas levadas a cabo em várias localidades do país, entre as quais Coimbra.

O jornal *O Seculo* de 21 de janeiro voltou a fazer eco do assunto, com referência a diversas ações levadas a cabo pelos revoltosos, até porque ainda se estava no rescaldo e, em Santa Apolónia, tinham sido encontradas “ontem, duas bombas, ali abandonadas pelos sediciosos”. Referia-se, ainda, à perseguição que as autoridades mantinham aos participantes - “por meio de edital, as autoridades do Barreiro oferecem cem mil escudos a quem entregar o bombista João Montes” -, bem como ao retomar dos serviços prejudicados com as ações levadas a cabo pelos grevistas - “Em Coimbra já estão normalizados os serviços eléctricos de iluminação e tracção”.

O *DN* também continuou a dar grande destaque de primeira página ao movimento nas edições de 20 e 21 de janeiro. A partir de então as informações passaram para as páginas interiores, mantendo-se essa situação nos meses de janeiro e fevereiro. No que concerne à paternidade do movimento, o *DN* atribuiu-a aos comunistas<sup>118</sup>, versão que continua por demonstrar.

No *Seculo*, as manchetes mantiveram-se até 26 de janeiro. Só depois passaram para o interior do jornal, com notícias quase diárias até ao mês de fevereiro.

Os jornais voltaram-se para as sanções que o governo anunciou em nota oficiosa na noite de 19 de janeiro e para as visitas do Ministro do Interior às corporações que participaram ativamente na manutenção da ordem no país.

A partir de fevereiro os diários deram amplo destaque às sessões do Tribunal Militar Especial (TME) que começaram a julgar os participantes na ação insurrecional.

#### **4.1. Os Acontecimentos da Marinha Grande**

O enviado especial de *O Seculo* à Marinha Grande fez o relato do que ocorreu na vila na edição de 19 de janeiro, titulando: “Dum verdadeiro arsenal dispunham os revoltosos que fizeram, da Marinha Grande, o seu campo de operações”.

---

<sup>118</sup> “Triste aventura comunista”, assim escreve o *DN* na edição de 20 de janeiro de 1934, sem contudo não deixar de afirmar que “raros são os que se declaram anarco-sindicalistas”.

O jornalista explicava que a população “ordeira” tinha passado horas “muito aflitivas” e que dos 5.000 habitantes da “laboriosa vila”, apenas 200 “se deixaram arrastar à prática de actos condenáveis”.

Esta afirmação, por si só, mostra de que lado da barricada estava o jornalista de *O Seculo*, ou seja, totalmente afeto ao regime.

Outras passagens do texto jornalístico confirmam isso mesmo: “Com requintes de crueldade, os revoltosos preparavam uma chacina em que não poupavam, sequer, mulheres nem crianças”; “A realizarem-se os seus maléficos intentos, teríamos, a esta hora, que lamentar grande numero de vítimas”, embora alguns elementos parecessem destoar do conjunto: “A feroz investida resistiu, heroicamente, durante três horas”; “Em várias ruas, viam-se longos rastros de sangue, proveniente de ferimentos causados pelas tropas aos revoltosos”.

O enviado à Marinha Grande descreveu ainda os ataques ao quartel da G. N. R. e aos Correios e Telégrafos.

Na edição de 19 de janeiro, o *Diário de Notícias* fez o relato dos acontecimentos ocorridos na Marinha Grande, utilizando expressões como “assaltantes” e “revolucionários”, associando-as a um movimento comunista. Desta forma, o jornal mostrava não existirem dúvidas sobre a autoria das ações insurrecionais e não fez qualquer referência aos anarco-sindicalistas. Foi na edição de 20 de janeiro que a Marinha Grande ganhou destaque de primeira página:

“O Governo resolveu considerar a greve como um acto revolucionário e aplicar sanções pesadas. Os funcionários públicos, civis e militares que professem ideias avançadas serão demitidos e substituídos nos cargos que ocupam. A repercussão do movimento em Coimbra e na Marinha Grande foi contrariada pela justa repulsa e indignação das populações”.

O jornal revelava que se tinha entrado no “rescaldo da lamentável e condenável tentativa de greve geral” e anunciava que “os principais responsáveis do movimento vão seguir, dentro de poucos dias, para um campo de concentração no sul de Angola”.

Era, ainda, dada a conhecer uma decisão do Conselho de Ministros relativa à vila da Marinha Grande e com grande impacto no mundo laboral da vila:

“Foi comunicado às entidades patronais (...), vítimas de greves parciais, que não lhes é permitido admitir ao trabalho os operários que a ele faltaram nos dias fixados para a greve revolucionária, estando, já, as autoridades de posse das respectivas listas para fiscalizar o rigoroso cumprimento desta determinação”.

Explicitando um elemento anterior, *O Seculo* acrescentava que o Conselho de Ministros tinha decidido organizar ao sul de Angola, na Foz do Cunene, “um campo de concentração, para onde seguirão, dentro de poucos dias, os principais responsáveis na preparação e direcção do movimento revolucionário e os demais implicados nos actos criminosos que são do conhecimento publico”.

Ainda na edição de 20 de janeiro a Marinha Grande voltou a ter um grande destaque no interior do jornal, na página 2, com duas fotografias: uma da fachada do telégrafo-postal e outra da casa do industrial onde rebentou uma bomba. Em baixo podia ler-se: “Na Marinha Grande, os sediciosos não fizeram maiores desactos devido à rápida intervenção das forças chegadas de Leiria”.

O jornal voltava a falar de “lamentáveis acontecimentos que perturbaram o espírito da sua população, habituada à ordem e ao trabalho”.

Depois informava que “os acontecimentos são condenados e lamentados por todos”, além de que “hoje, com os ânimos mais sossegados, reconstituíram-se os acontecimentos, que unanimemente se lastimam”.

O jornal revelava que o movimento na Marinha Grande se tinha iniciado às 3 horas com o rebentamento de um morteiro no Largo Ilídio de Carvalho, junto ao Sindicato, e dava conta que a vila continuava ainda ocupada militarmente.

Dizia ainda que o movimento revolucionário na Marinha Grande levava à demissão do Sargento Oliveira, comandante do posto da GNR, “por se ter provado que não procurou actuar, como lhe competia, na defesa do posto, pois, apesar de ali se encontrar com poucas praças, estas não chegaram, segundo se averiguou, a disparar um tiro”.

Na edição de 21 de janeiro novo destaque na primeira página: “Os revoltosos da Marinha Grande continuam a ser perseguidos e têm aparecido bombas”. No interior, o enviado especial revelava que não se falava de outra coisa na vila e que o próprio jornal tinha esgotado e nalguns casos tinha sido vendido “por preço superior ao normal”.

Pode, ainda, ler-se que algumas famílias, e sobretudo senhoras, receosas de qualquer incidente, se haviam refugiado noutras localidades, nomeadamente Leiria, Caldas da Rainha e Lisboa. Quanto às ruas, continuavam a ser patrulhadas por militares.

No que concerne aos mentores locais do movimento, o jornal revelava que o líder dos revoltosos na Marinha Grande fora “Pedro Amarante Mendes, alfaiate de profissão”. A partir daqui começaram a ser menos frequentes as notícias sobre o movimento.

Na edição de 26 de janeiro, foi dado a conhecer que o Ministro do Interior tinha manifestado ao diretor de *O Seculo* o “agradecimento do Governo pela atitude que o nosso jornal tomou aquando da tentativa de greve geral revolucionária”. Certamente que o uso do determinante possessivo «nosso» não foi acidental. Aliás, revela a subserviência do jornal ao poder político.

Assim, conclui-se que a verificação das páginas deste diário com distribuição nacional mais não é do que a constatação, por um lado, do apoio inequívoco ao poder político, e por outro a condenação dos participantes na ação insurrecional, ou seja, a imparcialidade é algo que esteve ausente nos textos publicados sobre o tema. Evidentemente que a censura não deixaria que outra coisa acontecesse.

## 5. A Reação de Salazar

O Presidente do Conselho terá sido informado do que se estava a passar no país cerca das 23 horas do dia 17 de janeiro, altura em que o Ministério do Interior e a polícia lhe deram conta que, pelas ruas de Lisboa, circulavam bandos armados. Mais tarde, chegou ao conhecimento de Salazar que havia outras perturbações da ordem pública em diversas localidades do país.

O líder do governo decidiu, então, abandonar a sua residência habitual, abrigando-se, numa primeira fase, no Governo Civil de Lisboa onde foi recebendo informações<sup>119</sup>.

Entretanto, os locais nevrálgicos da capital foram ocupados pelo exército e o Ministro da Guerra acabou por convencer Salazar a deslocar-se para o Regimento de Caçadores 5, de onde manteve contacto com o Presidente da República e onde permaneceu toda a noite.

Segundo Nogueira (1977, p. 252), juntaram-se ao líder “alguns ministros e altos comandos militares”. Durante as horas de incerteza, acrescenta o autor, “nunca tergiversa, nem hesita” e regressou à sua residência já depois das 9 horas da manhã.

Deitou-se por volta das 10 horas e levantou-se, pouco depois, ao meio-dia. Almoçou pelas 13 horas com Costa Leite<sup>120</sup>, mostrando-se “sereno, tranquilo” (Nogueira, 1977, p. 252). Por esta altura já tinha sido restabelecida a ordem pública.

---

<sup>119</sup> CF. <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/328/Historia/842/>, consultado em 20 de agosto de 2016.

<sup>120</sup> Homem de confiança de Salazar, Costa Leite integrou vários governos, não só durante a Ditadura Militar, como no Estado Novo. Foi Ministro das Finanças entre 1940 e 1950.

Seria apenas no dia seguinte, 19 de janeiro de 1934, que Salazar tomaria as principais decisões, convocando o Conselho de Ministros.

Nogueira (1977, pp. 253-254) revela que “da crise, Oliveira Salazar não emerge com maior prestígio; mas sai respeitado pela sua decisão e energia e temido pela sua firmeza e coragem. E a todos impressionou a sua serenidade, e a sua inabalável capacidade de intransigência nas crises”. Neste contexto, Lancelot (1974, p. 18) lembra que o autoritarismo “parece resultar da experiência individual das relações de autoridade”.

Na verdade, o governo aproveitou o *18 de Janeiro* para “intensificar a caça aos libertários e comunistas” (Rosas, 1994, p. 236). Os adversários do regime mostraram o rosto e como as instituições preventivas não funcionaram na plenitude, entraram em campo as ações repressivas e com maior violência, militar, judicial e política. “A imagem que Salazar cultivou foi a do ditador reservado, puritano e provinciano, marca que perdurou até à sua morte”, afirma Pinto (2008, p. 35). Segundo Trábulo (2004, p. 100), Salazar defendia que “nenhum país é capaz de progredir com tantas intencionalidades”. Foram estas as suas palavras, escritas no seu diário pessoal.

Conhecida a reação de Salazar ao movimento, é tempo de verificar o balanço feito pelos intervenientes.

## **6. Balanço do Movimento Insurrecional**

O movimento de janeiro de 34 esteve longe de atingir os objetivos e, por isso, no que concerne aos interesses dos trabalhadores, pode falar-se de fracasso, ao ponto de Nunes (2006, p. 237-238) reconhecer que o mesmo se “transformou numa pesada derrota para o operariado revolucionário”.

São várias as justificações invocadas para a derrota do movimento insurrecional. Como se verá adiante, anarco-sindicalistas e comunistas trocaram acusações, atribuindo o fracasso ao parceiro de «coligação». Contudo, parece claro que não existiu um fator único na origem da derrota. Na visão de Gregório (1975, p. 24), para o movimento ter êxito era “absolutamente necessário montar a organização do partido [PCP] nas fábricas e melhorar a actividade do Comité local”. Para Rosas (1994, p. 237), vários fatores estiveram na origem do desaire, desde logo “a descoordenação do movimento por parte da CGT, dados os golpes desferidos previamente pela polícia na sua estrutura dirigente”.

Por outro lado, acrescenta, “a desigual acatãção dos planos da greve por parte do PCP/CIS, consoante as organizações onde preponderava a linha oficial do partido [...] ou a dos sindicalistas da Comissão Intersindical (caso dos vidreiros da Marinha Grande)”. O autor lembra, ainda, a “abstenção dos reviralhistas” nesta luta contra o Estado Novo. Contudo, Gregório (1975, p. 24) encontra outras explicações, desde logo o facto de se ter preparado os operários para a luta armada, não se considerando nem “a greve nem a luta de massas”. Esta é a explicação para a “ínfima minoria da classe que participou no movimento, o que tornou mais fácil a repressão”.

O autor fala ainda no “pouco amadurecimento político do partido em geral” para além da presença no seio do PCP de “elementos e de ideias anarquistas e putchistas de que só mais tarde se limpou” (Gregório, 1975, p. 25), para além de não ter sido tomada em conta “a necessidade de encarar uma retirada, de modo ordenado”.

O antigo militante do PCP, que atualmente dá nome a uma das principais avenidas da Marinha Grande, reconheceu que a chegada dos militares e forças de segurança à então vila provocou uma “retirada desordenada, sem quaisquer possibilidades de resistência momentânea”. Todavia, Mónica (1981, p. 558) lembra que “nas vésperas do dia marcado são feitas prisões de importantes dirigentes anarco-sindicalistas”, pois o governo sabia “o dia e a hora da eclosão do movimento, tendo-se limitado a esperar e a preparar a repressão”.

Em entrevista que deu ao jornal *Linha Geral*, de Leiria, em 1975, Pedro Pereira Mendes, conhecido por «Alfaiate Amarante», garantiu que o *18 de Janeiro* “era para coincidir com o movimento revolucionário que estava projectado chefiado pelo aviador Sarmento de Beires”.

Aconteceu que a prisão de Beires levou ao adiamento “desse movimento”. O operariado marinhense acabou por se sentir isolado e, segundo Pereira Mendes, “só desse isolamento é que resultou o fracasso”.

Patriarca (2000, p. 475) lembra que o *18 de Janeiro de 1934* se inseriu “fundamentalmente na tradição do «revolucionarismo» republicano”, mas o «Alfaiate Amarante» tocou num ponto de extrema importância e que poderá ter estado na origem da derrota do movimento operário: a não adesão maciça de políticos e militares republicanos. Existem, aliás, reservas relativamente à participação republicana, embora Patriarca (2000, p. 487) garanta “não restarem dúvidas” na movimentação dos republicanos e no seu envolvimento “antes da eclosão do movimento”.

Já Sertório (1984, p. 10) não garante que tenham existido conversações com os militares republicanos, limitando-se a aceitar a possibilidade de “ter havido contactos entre elementos militares, ou ex-militares, e dirigentes operários, como ocorrera em ocasiões anteriores”.

Também Bento Gonçalves abordou esta questão na obra que escreveu na prisão. O antigo líder comunista concordou que alguns camaradas de partido, entre outros, estavam convencidos de que uma greve geral “eclodiria em todo o país, à qual se juntaria o revirvalho”<sup>121</sup>. Porém, na sua perspetiva, o partido “não apareceu como um bloco homogéneo” e “a C.I.S. concedeu demasiadamente à C.G.T.”, uma vez que “o partido ainda não tinha expurgado o terrorismo completamente das suas fileiras”<sup>122</sup>.

Relativamente à Marinha Grande, as palavras de Bento Gonçalves são claras: “o caso da Marinha Grande foi apresentado como um «modelo» de boa tática. Só em Angra viemos a verificar que o feito ali, também, nem por isso tinha sido menos putchista”<sup>123</sup>.

Ou seja, o antigo líder do PCP concluiu que “o 18 de Janeiro foi pura e simplesmente ridículo. Foi a expressão da própria impotência da organização operária proletária na luta pela continuidade da sua própria existência independente”<sup>124</sup>.

Mais, tinham sido “acções de provocação inconsciente”<sup>125</sup>. Estamos, assim, perante uma organização sindical influenciada por “lutas intestinas” em torno da hegemonia do movimento que opunham “com particular virulência” anarquistas e comunistas e que acabaram por “contaminar” socialistas e autónomos (Patriarca, 2000, p. 489).

Ora se o êxito do movimento já era problemático sem o apoio dos militares e dos políticos republicanos, as lutas internas no seio da Frente Única acabaram por fragilizar a intentona contra o fim do sindicalismo livre.

E mesmo na eventualidade de ser percebida esta realidade, “às tantas, torna-se impossível qualquer inversão de marcha ou tão só qualquer hipótese de recuo” (Patriarca, 2000, p. 489), mesmo sem as armas que estavam para vir de Espanha. Carvalho (2013, p. 107) lembra que “a abnegada e combativa luta dos trabalhadores pela liberdade contra a

---

<sup>121</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

<sup>122</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

<sup>123</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

<sup>124</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

<sup>125</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

exploração, por uma vida mais digna e justa, foi abortada pela desarticulação do movimento e pela desigualdade de forças”.

As armas para o *18 de Janeiro de 1934*, segundo Hermínio Nunes, “não chegam a sair de Espanha”.

Pedro (2014, p. 67), que participou no movimento, em Lisboa, garante que para aquela noite estava preparada “uma tentativa de greve geral revolucionária destinada a protestar contra o Decreto-Lei nº 23 050 e, eventualmente, a derrubar o regime salazarista”.

O autor recorda que aquele decreto “impunha a dissolução dos sindicatos livres e a sua substituição pelos chamados «sindicatos corporativos»”.

Nunes (1998, p. 34) lembra que “o 18 de Janeiro de 1934 não foi um acto isolado em relação ao país, inserindo-se, pelo contrário, num enquadramento perfeito com sentido mais vasto na história das lutas sociais, levadas a cabo pelo operariado português”.

Falhado o movimento, era chegado o tempo da vingança do regime e para “muitos camaradas o calvário da prisão e do desterro para o Tarrafal” (Santana, 1978, p. 98). Mas não só. Para além do “travo amargo da derrota”, sublinha o autor, começaria para todos os trabalhadores “a negrura duma maior servidão sob o estigma do olhar sombrio da polícia”.

Trabulo (2004, pp. 100-101) cita o *Diário de Salazar*: “às vezes sinto-me farto de tudo isto. [...] Quantas prisões mais, quantos degredos serão ainda exigidos para que o País sossegue e possa prosperar?”. Nesta altura, o professor de Santa Comba estaria longe de pensar a resistência que teria até ao fim da sua longa carreira política, que duraria mais de trinta anos.

Feito o balanço, importa agora perceber quais as consequências sociais e políticas do movimento insurrecional.

## **7. Consequências do 18 de Janeiro de 1934**

O movimento insurrecional saiu para a rua em 18 de janeiro de 1934, muito desarticulado, e com uma fraca adesão que o condenou ao fracasso, sobretudo porque não teve o apoio militar. E, assim, assistiu-se a um cenário de evidente desigualdade de forças em que a heroicidade dos operários não chegou para vencer uma batalha que estava perdida à partida.

Segundo Mónica (1981, p. 558), “o plano da Frente Única fracassara”.



Nos dias seguintes à greve geral revolucionária o governo não colocou entraves à divulgação dos acontecimentos, sobretudo os mais violentos em detrimento das greves. No entanto, esta conduta tinha um objetivo político claro: assustar a população e despertar o seu repúdio pelos acontecimentos verificados. Esta atitude entronca naquilo que Lancelot (1974, p. 8) define como “um comportamento que não é natural, uma conduta simulada”.

O autor fala ainda de “uma resposta a uma situação”, sendo a atitude “a variável intermediária que permite explicar a passagem do segundo ao primeiro destes termos”. Ou seja, “é uma disposição ou mesmo uma preparação para agir de determinada maneira preferível a outra”.

No que diz respeito ao plano nacional, o *18 de Janeiro de 1934* acabou por ter pouca repercussão. Mónica (1981, p. 555) garante que “para o pacífico cidadão, o 18 de Janeiro pouco representou”.

A autora conclui dizendo que os jornais do dia “traziam a notícia de que o tremendo plano, sanguinário e vingativo, fora completamente jugulado”, o que reforçou o poder do presidente do Conselho. Aliás, tinha sido esta a estratégia usada por Salazar para emergir durante o período da Ditadura Militar, aproveitando as intencões do *revivalho* não só para mostrar força como para ganhar notoriedade entre os militares que então detinham o Poder em Portugal. Face ao exposto, importa proceder a um sucinto inventário das consequências desse fracasso.

## **8. Derrota do Movimento Operário**

A História mostra que é depois das derrotas que se extraem lições e se melhora a eficácia organizacional de forma a atingir os objetivos. Não foi bem isto que sucedeu após o *18 de Janeiro de 1934*.

Rosas (1994, p. 237) lembra que “a apreciação do significado do «18 de Janeiro» não se pode fazer unicamente à luz do seu manifesto insucesso objectivo”, ou seja, “da radical discrepância entre os propósitos da «greve geral insurreccional» e a magreza dos seus resultados práticos”. Aliás, “o desfecho da «greve geral» não podia ser outro, com o regime forte e consolidado e um operariado globalmente desmobilizado, já privado dos seus sindicatos”. Este terá sido o primeiro grande combate contra o Estado Novo, a ditadura, a censura e o corporativismo.

Uma ousadia que teve custos elevados e que levou à decisão governamental de criar junto à foz do Cunene, em Angola, um espaço para os responsáveis revolucionários e construir a Colónia Penal do Tarrafal<sup>126</sup>, o chamado «campo da morte lenta», em Cabo Verde, que Pinto (2010, p. 148) apelida de “uma espécie de campo de concentração”.

Na mesma perspetiva, Nunes (1999, p. 73) lembra que no Tarrafal “os prisioneiros não tinham qualquer espécie de direitos. A única exceção dizia respeito à morte. O prisioneiro era livre de morrer”. Inaugurado em 29 de outubro de 1936<sup>127</sup>, o Tarrafal recebeu centenas de prisioneiros. Lá perderam a vida 32 pessoas, entre as quais dois marinhenses: Augusto Costa<sup>128</sup>, falecido em setembro de 1937, e António Guerra, falecido em dezembro de 1948, ambos participantes no *18 de Janeiro de 1934*. A juntar a estas duas mortes no Tarrafal há que considerar as de Francisco da Cruz e Manuel Esteves de Carvalho, falecidos respetivamente na Prisão de Angra do Heroísmo e no Hospital de Leiria.

A luta contra a ditadura militar e o Estado Novo deixou atrás de si um rasto de vítimas assinalável. Segundo Rosas (1994, p. 209), “de 1926 a 1939 foram presas, por motivos políticos, pelo menos cerca de 12.000 pessoas, entre militares e civis de todas as correntes políticas”. Destas, “terão sido deportados para as colónias e para as ilhas atlânticas mais de 1.500”. Relativamente aos combates de rua, entre 1927 e 1931, “morreram mais de 200 pessoas e houve cerca de 1.000 feridos” (Rosas, 1994, p. 210).

Ainda segundo Rosas (1994, p. 237), “o «18 de Janeiro» marca uma rotura histórica no movimento operário português, o fim de uma época”. Desde logo porque chegou ao fim meio século de sindicalismo livre. Por outro lado, representou o fim da hegemonia anarco-sindicalista no movimento sindical e operário e praticamente a decapitação da CGT, que passou a operar na clandestinidade. E o comunismo, também ele clandestino, passou a ser o grande inimigo do regime a que Salazar chamaria «a grande heresia da nossa idade»<sup>129</sup>.

Na realidade, com o definhar das correntes reviralthistas e o desmantelamento anarco-sindicalista e socialista, o PCP passou a assumir-se como a única organização política a fazer oposição, embora na clandestinidade, ao novo regime.

---

<sup>126</sup> Segundo Pinto (2010, p. 148), a colónia penal do Tarrafal resultou da vontade do Poder Central, “como se comprova pelo facto de a sua criação ter resultado do Decreto-Lei nº 26 539 de 23 de Abril de 1936”.

<sup>127</sup> Encerraria em 1954 mas acabaria por ser reaberto na década de 60 para receber prisioneiros suspeitos de apoiarem os movimentos de libertação das colónias.

<sup>128</sup> Hermínio Nunes, em janeiro de 1998, publica o livro «Augusto Costa, um vidreiro no Tarrafal», no qual fala sobre a vida do operário, bem como da sua participação no *18 de Janeiro de 1934*.

<sup>129</sup> Trabulo (2004, p. 101).

O *18 de Janeiro de 1934* acabaria por abrir “feridas e recriminações que jamais seriam sanadas” (Rosas, 1934, p. 238). Mais, “a elite anarco-sindicalista e comunista fora não só decapitada como, de alguma maneira, eliminada: os dirigentes da CGT e do PCP vão passar longos anos no Tarrafal e noutras cadeias” (Rosas, 1994, p. 240).

O movimento revolucionário colocou, assim, um ponto final na hegemonia anarco-sindicalista no movimento operário e sindical, devido à forte repressão que foi imposta aos dirigentes da CGT e do movimento libertário.

Depois de ter vencido os reviralhistas, o regime ajustou contas com o movimento operário, vencendo-o em toda a linha, com milhares de prisões em todo o país.

Estava assim concluído um ciclo histórico em Portugal: o fim do sindicalismo livre. Mas começaria um outro: o combate ao comunismo. Este só teria fim com a queda do regime, ocorrida em 25 de abril de 1974. Até lá, os comunistas nunca desistiram de derrubar Salazar e os seus seguidores, apesar das perseguições e das prisões.

## **9. As Acusações entre Comunistas e Anarquistas**

Após a derrota dos revoltosos no *18 de Janeiro de 1934*, comunistas e anarquistas vieram a público manifestar as suas posições sobre o movimento, refutando responsabilidades e atribuindo ao parceiro na Frente Única as culpas daquilo que tinha corrido mal.

O primeiro a fazê-lo foi a CIS, em fevereiro de 1934, dedicando ao movimento dois breves parágrafos.

Segundo Patriarca (2000, p. 57), “a sua principal preocupação é responsabilizar os dirigentes das outras correntes pelo fracasso do movimento”. Por outro lado, acrescenta Manta (1975, p. 97), a CIS apresenta-se como “o único organismo capaz de reagrupar as forças dispersas e prosseguir a luta”. Apesar de reconhecer que o movimento foi uma “miséria”, a CIS não deixa de elogiar as dezenas de milhares de trabalhadores que entraram em greve, que se tornou geral em algumas regiões, entre as quais a Marinha Grande.

No manifesto a CIS não faz referência a algumas ações mais radicais, como as sabotagens em Coimbra e Leiria e a explosão de bombas em Xabregas e Benfica, num aparente esquecimento das ofensivas anarquistas. O PCP, por seu turno, veio a terreiro falar em vitória, afirmando que o movimento tinha mostrado o desejo das massas “de seguirem as palavras de ordem do Partido Comunista”, (Pereira, 1984, pp. 50-51).

Numa outra perspetiva acusou a CGT, FAO e sindicatos autónomos pelo falhanço do movimento, apelidando os parceiros da Frente Única de “traidores”, responsáveis pelo “fracasso da greve”, afiança Patriarca (2000, p. 61).

O Partido Comunista acusou, ainda, a CGT de não ter enviado as instruções aos seus “próprios setores”, para além de a greve ter sido anunciada “por meio de estampidos de bombas e tiros de pistola a cerca de 12 horas antes da entrada das massas para o trabalho” (Patriarca, 2000, p. 61).

O PCP assumia, assim, os sucessos e atribuía aos demais participantes no movimento o que tinha corrido menos bem, nomeadamente aos anarquistas. Nessa linha de ideias, Bento Gonçalves defendeu que as ações de carácter sedicioso “foram a expressão das tendências anarquistas ainda enraizadas no movimento sindical português”<sup>130</sup>.

Aliás, os comunistas viriam a assumir a paternidade do *18 de Janeiro*, indo um pouco a reboque servindo-se daquilo que a imprensa tinha publicado, pois, segundo Patriarca (2001, p. 63), “os comunistas constroem, a partir dos relatos dos jornais [...] um outro 18 de Janeiro, na senda do que a imprensa havia tão insistentemente propalado, a sua autoria”.

Como parece evidente, a linha anarquista refutou que o movimento tivesse liderança comunista, tanto mais que, nessa altura, “o partido não estava apto a exercer esse lideralismo pois atravessava uma crise interna profunda e confessa” (Santana, 1978, p. 98).

A CGT reagiu apenas em abril através de um artigo que denominou «Especulação infame», publicado no jornal *A Batalha*, no qual se mostrava incomodada com a derrota sofrida em 18 de janeiro e com o que foi publicado na imprensa “venal”<sup>131</sup>.

Os responsáveis da CGT acabavam por lembrar que o objetivo central do movimento era mostrar o desagrado pela legislação corporativa, desvalorizando assim o carácter revolucionário da ação. O texto não deixava de responder à posição do PCP, nomeadamente à autoria comunista do movimento, considerando tal posição um descaramento que tinha como objetivo ganhar terreno.

A CGT assumiu a paternidade de várias ações, entre as quais a da Marinha Grande e, apesar de reconhecer a influência bolchevista, mais que a «cegêta», lembrou que os êxitos ali obtidos se tinham ficado a dever aos materiais que a CGT lhes fornecera.

---

<sup>130</sup> Cf. [http://www.ocomuneiro.com/paginas\\_m\\_bento\\_goncalves\\_DuasPalavras\\_1941.html](http://www.ocomuneiro.com/paginas_m_bento_goncalves_DuasPalavras_1941.html), jornal eletrónico consultado em 24 de maio de 2014.

<sup>131</sup> O principal alvo foi o jornal *O Seculo*, acusando-o de “propaganda baixa e repelente contra a organização operária”.

A CGT reconheceu, ainda, que o movimento não tinha correspondido ao que se pretendia e dividiu as culpas por si, pela errada mentalidade de algumas classes e pelos chefes bolchevistas. Contudo, não deixou de reafirmar que o movimento fora obra sua.

Em junho de 1934, no jornal *Avante*, o PCP respondeu à CGT. Começou por identificar os erros e progressos relacionados com o *18 de Janeiro*, deixando claramente de lado qualquer triunfalismo.

O PCP assumiu, ainda, que sabia do descarrilamento do comboio em Santa Iria de Azóia e que teria sido um militante seu a engendrar o plano.

Os comunistas reconheciam que os atos de terrorismo não tinham sido apenas obra da CGT como em fevereiro tinham feito crer. Isto porque, segundo Patriarca (2000, p. 69), “muitos comunistas comungavam dos mesmos ideais e com igual fervor”.

A autora acrescenta que a confissão comunista relativamente ao mistério acerca da autoria do descarrilamento em Santa Iria se encontrava “resolvido e explicado” bem como “o ostensivo silêncio que a CGT sobre ele guardara”.

No denominado «Project de lettre au PC du Portugal»<sup>132</sup>, de setembro e novembro de 1934, foram feitas duras críticas ao movimento em geral e à Marinha Grande em particular, que “não pode ser citado como um exemplo da aplicação do leninismo”. Isto porque, acrescentava, “esta acção foi desencadeada apesar de não existirem condições necessárias de encetar a luta decisiva pelo poder”. A partir do momento em que estas críticas foram produzidas, “a verdade é que o movimento deixa de ser um tema público nos meios comunistas” (Patriarca, 2000, pp. 72-73). Em suma, o PCP surgiu, numa primeira fase, com um discurso triunfalista, mais tarde um pouco mais realista, ao qual se seguiu uma reação da CGT amargurada pela derrota. Patriarca (2000, p. 482) é perentória ao afirmar que as palavras e os atos de comunistas e anarquistas “surgem invertidos”.

No caso das ações insurrecionais da Marinha Grande, “no fundo, era o que os anarquistas gostariam de ter feito e não fizeram”.

Relativamente aos comunistas, construíram uma realidade que se adaptou ao seu discurso oficial, chamando a si apenas o que lhe convém.

O PCP teve ainda o cuidado de responder ao que tinha sido escrito na imprensa, que apelidava de «burguesa».

---

<sup>132</sup> Arquivo do Instituto de Ciências Sociais (ICS), fundo da Internacional Comunista, (documento 111, maço 31, caixa 2, e documento 68, maço 7, caixa 1).

## 10. O Reforço dos Mecanismos de Repressão

Como já foi referido no relato da imprensa, o governo liderado por Salazar tomou uma série de medidas, não só para castigar duramente os participantes mais ativos no *18 de Janeiro de 1934*<sup>133</sup>, pois aproveitou a ocasião para aperfeiçoar os mecanismos de repressão. O objetivo era claro: prevenir a eclosão de futuras ações insurrecionais e assegurar os valores da pátria. Por outro lado, assistiu-se ao “reforço do poder político do ditador e a radicalização do regime” (Caldeira, 1986, p. 968).

O governo limitou, assim, os direitos e as liberdades individuais dos cidadãos, subordinando-os aos superiores interesses do Estado que se encontravam plasmados na Constituição de 1933.

Desde logo, o governo anunciou que os principais responsáveis pelo movimento seguiriam para um campo de concentração na Foz do Cunene, no sul de Angola.

A casa de muitos participantes no *18 de Janeiro de 1934* seria, contudo, o Tarrafal<sup>134</sup>.

A criação de prisões e colónias penais, para onde foram enviados muitos dos opositores ao regime, fundamentalmente comunistas, foi um dos mais visíveis mecanismos de repressão. E para além do campo de concentração cabo-verdiano, foram ainda construídas as prisões de Caxias e Peniche. O governo criou ainda a Legião Portuguesa, em 30 de setembro de 1936, organização paramilitar dependente do Ministério do Interior para “defender o património espiritual da Nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo”<sup>135</sup>. A censura à imprensa estendeu-se a outros meios de comunicação, tais como a rádio, o cinema e os livros.

No que concerne à censura literária, de acordo com Pinto (2011, p. 36), a tipologia da censura “pode variar em função do critério” e, por essa razão, para além da forma preventiva prévia ou *a priori*, uma modalidade da vivência diária dos jornalistas, há uma outra “modalidade de censura, aquela que incide sobre elementos já publicados, ou seja, a censura à *posteriori*”, que teve nos editores e nos escritores as principais vítimas.

O autor lembra que, apesar de a Constituição de 1933 garantir “a liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”, certo é que não foi o que ocorreu, pois a mesma

---

<sup>133</sup> Patriarca (2000, p. 482) considera que a ação repressiva do governo decorreu de forma “desigual”, chegando mesmo a “recuar” em vários pontos do país, nomeadamente na greve dos corticeiros do Barreiro.

<sup>134</sup> Em 18 de outubro de 1936 partiram de Lisboa os primeiros 152 detidos, entre os quais se contavam participantes do 18 de janeiro de 1934 na Marinha Grande. O Campo do Tarrafal, ou Campo de Concentração do Tarrafal, como ficou conhecido, começou a funcionar em 29 de outubro de 1936, com a chegada dos primeiros prisioneiros.

<sup>135</sup><http://josembdouradinha.blogspot.pt/2010/09/mocidade-portuguesa.html>, consultado em 20 de agosto de 2016.

Constituição “encarregava-se de ‘moderar’ tanta liberdade”, através da criação de leis especiais para regular o exercício da liberdade de expressão (Pinto, 2011, p. 71), ou melhor, há um evidente propósito de limitar as liberdades.

Outro instrumento disponível era a polícia política, inicialmente designada de Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE), criada em 1933 e posteriormente substituída pela Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE).

Esta organização perseguia e reprimia os opositores do regime e controlava a vida dos cidadãos, mantendo informadores em todo o país que denunciavam as atividades consideradas subversivas. Tinha como missão a vigilância de fronteiras e o conseqüente controlo de estrangeiros e emigração, e a segurança do Estado.

## **11. A Marinha Grande pós-18 de Janeiro**

O movimento insurrecional levou à detenção, na Marinha Grande, de mais de uma centena de revoltosos, dos quais 45 foram condenados pelo Tribunal Militar Especial com penas de prisão e ao pagamento de multas pesadas.

Segundo Patriarca (2000, p. 458), “as três localidades que apresentaram maior número de detidos são Lisboa, Marinha Grande e Coimbra/Anadia, com, respectivamente, 227, 122 e 83 presos”. Pela participação nos atos, os revoltosos da Marinha Grande receberam castigos «exemplares», nalguns casos duríssimos. António Guerra, por exemplo, foi condenado a “20 anos de degredo e multa de 20 contos” (Nunes, 1997, p. 22).

O movimento levou a que o Estado Novo passasse a dispensar “maiores cuidados ao operariado vidreiro, facto que por si só, garantiu à Marinha Grande, uma situação de privilégio a níveis salariais e sociais durante os anos em que vigorou o fascismo português” (Nunes, 1997, p. 7). Face ao exposto, importa perceber as conseqüências que o *18 de Janeiro* teve para a Marinha Grande nos domínios político, económico e social.

### **11.1. Consequências Políticas**

O balanço do *18 de Janeiro*, segundo Mónica (1981, p. 557), “não é tarefa fácil”. Se por um lado “os vidreiros insurrectos falharam” uma vez que não concretizaram, de todo, os seus objetivos, por outro, pelo menos inicialmente, os operários em geral, na Marinha Grande, foram poupados “ao agravamento brutal das condições de vida verificado noutras indústrias”.

A imagem da Marinha Grande como uma espécie de «barril de pólvora social» acabou, em parte, “por funcionar a seu favor”, pois, para evitar desacatos, o Estado Novo “estava pronto a deixar que, paralelamente a uma especial supervisão e repressão, os patrões lhes concedessem algumas regalias económicas” (Mónica, 1981, p. 557). No entanto, estes aspetos são mais de natureza laboral ou económica.

No que diz respeito às consequências políticas, face a tudo o que já foi exposto em capítulos anteriores, era previsível, até pela gravidade das ações registadas na Marinha Grande, que o Poder Central tivesse «mão de ferro» com os revoltosos, até porque foi, segundo Caldeira (1986, p. 968) “a primeira revolta popular contra um regime que contara sempre com a relativa passividade das massas trabalhadoras”. E teve, como se constata através das perseguições, detenções e condenações verificadas entre os revoltosos da então «capital do vidro».

Não deixa de ser curiosa a realização de uma sessão extraordinária da Câmara da Marinha Grande, em 25 de maio de 1934 - pouco mais de quatro meses após o movimento revolucionário - na qual o presidente do Conselho, Salazar, foi nomeado “Cidadão Honorário da Marinha Grande”.

Não há relatos de que esta decisão tenha provocado alguma reação ou desacato com a autarquia ou seus decisores, o que se compreende uma vez que «os olhos do regime» estariam muito mais atentos e ninguém, dado o tratamento que estava em curso - prisão dos revoltosos - ousaria expressar qualquer distanciamento ou crítica.

Além disso, a permanência de Calazans Duarte na administração da Fábrica Nacional pode ser vista como um sinal de boa vontade governamental na gestão política das pretensões dos vidreiros marinhenses uma vez que o gestor era muito acarinhado pelos operários.

O poder político, em contraponto, não teve a mesma boa vontade para com o sargento Oliveira Pio, comandante do posto da GNR marinhense, que não resistiu após o episódio humilhante de rendição perante os revoltosos, sem que as forças de segurança tivessem disparado um único tiro.

No entendimento de Mendes (1993, p. 191), existia uma certa desconfiança do poder central para com a Marinha Grande, “motivada em grande parte pela recordação das lutas operárias dos anos 1930”, mas já antes havia um historial grevista que não passou despercebido na capital.



Após o *18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande verificaram-se duas alterações na Comissão Administrativa que liderava a Câmara Municipal. Contudo, o presidente, Domingos Silvestre Ferreira, manteve-se até ao final de 1935. As alterações registaram-se na vereação.

## 11.2. Consequências Económicas e Sociais

A vida do operariado marinhense nem sempre foi a mais feliz, sobretudo em época de pouco trabalho. As inúmeras greves são o exemplo do descontentamento que reinava no setor há vários anos e o *18 de Janeiro de 1934* acabou por ser uma consequência direta dessa insatisfação que se verificava nas fábricas.

Ora se já não era fácil numa conjuntura pacífica mais se agudizou com a revolta ocorrida nos primeiros dias de 1934, sobretudo porque muitos dos que asseguravam o sustento das famílias foram perseguidos, presos, interrogados, condenados e nalguns casos assistiram-se a deportações.

O antigo líder comunista, Álvaro Cunhal, diria várias décadas depois - precisamente em 18 de janeiro de 1975, na Marinha Grande - que a luta dos trabalhadores marinhenses ao longo de 50 anos de fascismo “foi paga com pesadas perdas, com perseguições, torturas, prisões, com o assassinio e a deportação de muitos dos seus filhos”<sup>136</sup>.

Nesta linha de pensamento, Patriarca (2000, p. 490) lembra que os custos pessoais e familiares que o movimento teve “são impossíveis de calcular”. Depreende-se, assim, que as consequências sociais do *18 de Janeiro de 1934* foram, em geral, duras para o povo da Marinha Grande e duríssimas nalguns casos em concreto. Mas nem tudo foi negativo na vila nos anos que se seguiram ao movimento revolucionário. Não havendo qualquer relação de causa e efeito, a expansão demográfica é um indicador importante para perceber como evoluiu a povoação. Na década de 20 residiam na vila vidreira cerca de 7.000 pessoas ao passo que na década seguinte o número de moradores elevou-se para 8.600, um crescimento superior a 20% (Mendes, 1993, p. 119).

Este aumento voltaria a repetir-se na década de 1940, com a população residente a ultrapassar a barreira das 10.000 pessoas, que se fica a dever ao clima de expansão económica que ali se verificava, mercê da situação “privilegiada, estável, sem crises periódicas como outrora, com reformas, subsídios de famílias, salários mínimos” (Barosa, 1993, p. 148).

---

<sup>136</sup> Cf. <http://www.dorl.pcp.pt/index.php/obras-alvaro-cunhal-menumarxismoleninismo-107/3861-lvaro-cunhal-18-de-janeiro-de-1975-comcio-do-pcp-na-marinha-grande>, consultado em 24 de maio de 2014.

Contudo, em 1937, três anos após o movimento insurrecional, “garotos com menos de 14 anos ainda continuavam a trabalhar como aprendizes nas fábricas de vidro” (Monteiro, 2012, p. 247). Grave era o facto de, segundo o autor, por causa das condições a que eram sujeitos nas fábricas, a sua esperança de vida não ultrapassar “a idade dos 60 anos”.

Outro indicador importante nesta análise prende-se com o número de unidades industriais em laboração.

Em 1937 existiam, na Marinha Grande, as seguintes fábricas de vidro: Nacional Fábrica de Vidros, com 256 trabalhadores; Fábrica Marquês de Pombal, com 283; Lusitana, onde trabalhavam 214; Companhia Industrial Portuguesa, com 371; J. Ferreira Custódio & C.<sup>a</sup>, que empregava 130; Santos Barosa, com 333; Ricardo Santos Gallo, que recorria a 303; Guilherme Pereira Roldão, com 280; Empreza Produtora de Garrafas, onde trabalhavam 140; e Fábrica de Carlos Pereira dos Santos, que, no entanto, estava parada<sup>137</sup>.

Em suma, existiam na Marinha Grande, na década de 1930, dez fábricas de vidro que empregavam cerca de dois mil trabalhadores numa freguesia com cerca de 8.600 habitantes e um concelho de mais de 12.000.

Comparando estes números com os que Mónica (1981, p. 562) apresenta relativamente aos anos de 1917 - 10 fábricas e 1690 operários - e 1930 - 11 fábricas e 1984 operários<sup>138</sup>-, há um evidente aumento do número de trabalhadores, ou seja, o *18 de Janeiro* acabou por não ter uma consequência direta na redução do número de trabalhadores. Pelo contrário, assistiu-se a alguma estabilidade no número de unidades fabris na área do vidro e um crescimento do emprego, acompanhado por um incremento demográfico.

Esta ideia é subscrita por Mendes (1993, p. 72) para quem, apesar das muitas contrariedades, a Marinha Grande continuaria a ter “a maior concentração da indústria vidreira, no País”. Contudo, sem negar o progresso que a indústria vidreira trouxe à vila, foi com o nascimento da empresa de moldes Aníbal H. Abrantes, em 1945, “que se iniciou um processo de mudança profunda do concelho e da região, que passou de um tecido industrial monoprodutor para uma produção mais diversificada” (Neto, 2014, pp. 26-27)<sup>139</sup>.

---

<sup>137</sup> Cf. Monteiro (2012, p. 1937).

<sup>138</sup> Vasconcelos (2002, p. 86) assegura que no ano de 1930, “o concelho da Marinha Grande contava com 12.258 habitantes, trabalhando 1910 pessoas no sector do vidro”. No total, “ocupavam-se da indústria 5537 pessoas”. O autor revela ainda que das 31 fábricas existentes no país (cerca de 3.000 trabalhadores), “8 funcionavam na Marinha Grande (980 operários).

<sup>139</sup> O autor lembra que esta diversificação leva a que as crises cíclicas não sejam simultâneas, “nem tão devastadoras”. Por outro lado, acrescenta, “a monoprodução sempre foi uma característica de sociedades pobres” (Neto, 2014, p. 27).

Ainda assim, no período compreendido entre 1939 e 1945 o número de fábricas de vidro na vila da Marinha Grande elevou-se para vinte, “várias dezenas de oficinas de transformação e muitos artesãos individuais” (Monteiro, 2012, p. 254), “o que envolvia cerca de 5.000 operários especializados”.

Em 1948, acrescenta o autor, das 31 unidades vidreiras existentes no país, “21 (68%) localizavam-se naquele concelho” (Mendes, 1993, p. 68). Ora, face às consequências sociais do 18 de Janeiro de 1934 em algumas famílias da Marinha Grande, importa verificar como a Igreja Católica se posicionou - se é que se posicionou - neste conflito entre o Estado e o operariado.

## 12. O Envolvimento da Igreja

A Igreja envolveu-se na questão resultante do movimento insurrecional de *18 de Janeiro de 1934*, nomeadamente nos meses seguintes. Frise-se que a esmagadora maioria dos revoltosos “não foram detidos e criminalmente processados” (Patriarca, 2000, p. 490).

Contudo, o Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, intercedeu junto do Presidente da República (PR) e do Governo na tentativa de atenuar as penas dos operários da Marinha Grande detidos na sequência do ato insurrecional.

Em 6 de fevereiro de 1935, escreveu ao PR, apelando ao “coração magnânimo de Vossa Excelência, pedindo uma ampla anistia para os exilados da Marinha Grande vítimas do gorado movimento revolucionário de Janeiro de 1934”<sup>140</sup>. O líder da Igreja católica no distrito revela na missiva as razões da sua intercessão junto do Poder Central:

“As mães e esposas desses infelizes vieram pedir-me para, em seu nome, expor a Vossa Excelência as circunstâncias angustiosas que atravessam. Os maridos e filhos eram o sustento das suas pobres casas, onde se não havia o conforto, tinham ao menos um bocado de pão. Com o seu exílio a miséria entrou nos seus lares, os filhos choram de fome e frio, agravando-secada vez mais esta situação crítica”.<sup>141</sup>

O Bispo de Leiria lembrava o Presidente da República que “se os maridos e filhos entraram nesse movimento foi porque os iludiram abusando da sua boa fé e, enquanto os que os aliciaram andam em liberdade, os seus aguentam com o peso das culpas que não tinham”.

---

<sup>140</sup> A carta foi recebida em 14 de fevereiro de 1935 e registada sob o nº 1917, Livro 7, Folhas nº 275.

<sup>141</sup> Cf. Jornal da Marinha Grande de 8 de abril de 1976, pp. 1-2.

Era uma tentativa de a Igreja separar os mentores dos executores. A carta terminava apelando para os operários “voltarem ao seio das suas famílias”<sup>142</sup>.

Em 15 de fevereiro de 1935, o Presidente da República respondeu ao Bispo sobre o apelo recebido:

“Encarrega-me Sua Excelência o Sr. Presidente da Republica, da subida honra de acusar a recepção da carta de Vossa Excelência Reverendíssima que acompanhava uma petição referente à situação dos presos do movimento de Janeiro de 1934, na Marinha Grande, bem como, uma lista dos mesmos presos, e de levar ao conhecimento da Vossa Excelência Reverendíssima que Sua excelência com o maior interesse recomendou o assunto à consideração de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Justiça.”

D. José Alves Correia da Silva escreveu igualmente ao Ministro da Justiça, em 20 de fevereiro de 1935, informando que tinha pedido ao Presidente da República “uma ampla anistia” para os exilados da Marinha Grande.

Os apelos do Bispo de Leiria foram encaminhados para o Ministro do Interior, “por se tratar de assunto desse Ministério”<sup>143</sup>.

O capitão Maia Mendes, em resposta, não deixava dúvidas sobre a posição do governo:

“Nada mais humano do que a petição feita pela mulher e pelos filhos. Nada mais comovente do que a interferência do Exmo. Bispo de Leiria, em assunto tão lamentável. Preza a Deus que não haja outra revolta na Marinha Grande, por estes tempos mais próximos, o que a Polícia se tem esforçado por garantir, embora tenha ainda sérias apreensões sobre tal assunto. Estes males, estes cuidados, estes perigos não os atinge, felizmente o Exmo. Bispo, porque a sua altíssima missão e inexcedível bondade tem vastíssimo campo de aplicação, sem se lhes abeirar. Seja-me permitido, ao ambiente de paz, de caridade mesmo, que transpira a mensagem, fazer uma alusão passageira à expressão que refere aqueles que aguentam “com culpas que não tinham”. Bem o sabe o Exmo. Bispo, como é falível a justiça dos homens, ainda quando, como neste caso, se tenham cumprido todas as formalidades da lei, até e durante o julgamento que os condenou. Que não conheça limites a bondade, que se não pese a tolerância, que não se negue a taboa salvadora no mar revolto das paixões. Mas... No campo das realidades, o sentido da oportunidade domina todas as questões; é essa oportunidade que não julgámos chegada ainda.”

O poder executivo recusou o pedido do Bispo. Aliás, era esse o espírito que se podia captar na resposta enviada, em 1 de março, pelo Chefe de Gabinete do Ministro do Interior: “Em referência às petições endereçadas a Suas Excelências os Senhores Presidente da República e Ministro da Justiça, encarrega-me Sua Excelência o Ministro do Interior de

---

<sup>142</sup> O Bispo de Leiria falava, ainda, da bondade do Presidente da República, definindo-o como “o apaziguador das paixões e ódios que fervilham no nosso meio social”.

<sup>143</sup> Esta comunicação foi feita em 16 de fevereiro de 1935 pelo Chefe de Gabinete do Ministro da Justiça.

informar que o Governo recebeu com a atenção devida a solicitação de V. Exa. Reverendíssima, tendo o maior empenho em que as oportunidades lhe permitam exercer a sua acção de benevolência, sem prejuízo da ordem e da paz social.”<sup>144</sup>

O Bispo de Leiria acusou, “muito penhorado”, o ofício do Ministério do Interior e aproveitou a resposta para reafirmar o pedido de libertação “dos pobres operários da vila Marinha Grande presos sob a acusação de terem tomado parte no gorado movimento revolucionário de Janeiro do ano passado”. O membro do clero em Leiria lembrava ao Ministro do Interior que ia “uma grande miséria nas famílias daquela pobre gente” que eram “as principais vítimas”. Por isso, voltava a sugerir que se o Ministro do Interior “os mandasse regressar à sua terra, embora sob certas condições e até vigilância, tudo aceitariam de bom grado” e despedia-se apelando ao “coração magnânimo de V. Exa. que lhes fará tudo o que puder”<sup>145</sup>. O poder político acabou por se mostrar, pelo menos parcialmente, sensível aos pedidos de clemência e apenas uma pequena parte dos revoltosos da Marinha Grande acabou por ser julgada e condenada.

Para além do Bispo de Leiria, o pároco da freguesia de Amor, Joaquim Margalhau, teve um papel importante após a eclosão do movimento. Apesar de ser “um acérrimo e visceral anticomunista”, tal como afirma Nunes (1998, p. 168), “estiveram escondidos na residência paroquial de Amor uma série de homens, em busca de refúgio e auxílio”.

Observada a intervenção religiosa do Bispo de Leiria, importa agora verificar de que forma o jornal oficial do PCP tratou a efeméride, na clandestinidade e em liberdade, até para perceber se o discurso mudou antes e depois de abril de 1974.

### **13. O Avante e o 18 de Janeiro de 1934**

A leitura da imprensa próxima das organizações que estiveram na génese do *18 de Janeiro de 1934* impõe-se como forma de verificar se também ela contribuiu para a construção do(s) mito(s). O *Avante* é um jornal com importância para a investigação uma vez que é o órgão oficial do PCP. Fundado em 15 de fevereiro de 1931, só uma década mais tarde começa a ser publicado com maior regularidade, pelo menos uma vez por mês.

---

<sup>144</sup> Ofício nº 222 do Ministério do Interior datado de 1 de março de 1935 e assinado por Gaspar Marques d’Oliveira, Chefe de Gabinete do Ministro do Interior. - Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. *Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro*, «Correspondência recebida», *maços 458 a 487*.

<sup>145</sup> Carta enviada ao Ministro do Interior em 6 de março de 1935- Arquivos Nacionais da Torre do Tombo. *Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro*, «Correspondência recebida», *maços 458 a 487*.

Em janeiro de 1942, o órgão oficial comunista nada escreverá sobre o movimento. O jornal utiliza como principal slogan “A URSS vencerá” e em algumas edições, designadamente em fevereiro, apela a que se salvem “os condenados à morte do Tarrafal”.

Entre estes, fala por exemplo no operário marinhense Augusto Costa. Em outubro, o *Avante* titula: “Lembremo-nos dos nossos mártires do Tarrafal”.

No mês seguinte, anuncia a morte do homem que liderava o partido desde 1929: “foi o governo fascista que matou Bento Gonçalves”, preso desde 1935, após regressar da URSS. O PCP estará sem secretário-geral até 1961, data em que Álvaro Cunhal assume a sua liderança, até 1992.

Em janeiro de 1944, o *Avante* aborda o *18 de Janeiro de 1934*. É este, de resto, o título, no canto superior direito da página 3: “10 anos se passaram sôbre o heróico movimento”. E acrescenta:

“Ainda estão bem vivas na recordação de todos os militantes operários, as jornadas de luta na Marinha Grande, em que a classe operária pegou em armas para defender as suas liberdades (...). O fascismo conseguiu então infligir uma derrota à classe operária que, durante anos, se manteve na defensiva”.

O jornal acrescenta que “os sacrifícios do 18 de Janeiro não foram vãos. Só pedantes, pseudo-revolucionários, puderam dizer posteriormente que não havia que fazer a greve, que não havia que pegar em armas”. O *Avante* defende que “as experiências colhidas no 18 de janeiro foram um facho para toda a luta posterior da classe operária” uma vez que as lições “foram aproveitadas”.

Em 1956 o jornal do PCP volta ao assunto, com uma breve, afirmando que “o 18 de Janeiro representa uma heróica jornada contra o regime fascista”.

De igual forma, em 1971 - segunda quinzena de janeiro - o periódico, no ano da comemoração do 50º aniversário do PCP, relembra “esta data da história do nosso partido e do movimento operário português”. Em baixo, publica “extratos da nota” que o *Avante* dedicou ao tema em 1944. Finalmente, no decurso do Estado Novo, o jornal afeto ao PCP publica em janeiro de 1974, na página 4, uma peça com o seguinte título: “18 de Janeiro de 1934 - Uma grande jornada da classe operária”.

Quarenta anos depois, o jornal afirma que “foi o proletariado da Marinha Grande que (...) melhor expressou pela sua acção o sentimento de revolta contra a camarilha militar-fascista que ia liquidando todos os direitos e conquistas das massas trabalhadoras.

Todavia, a luta era desigual”. O jornal chama-lhe “heróica jornada” e garante que “ainda se podem colher dela valiosos ensinamentos”.

“Um dos mais significativos é aquele que nos indica ser simplesmente absurdo pensar-se que uma greve geral revolucionária, como o pretendia ser o 18 de Janeiro de 1934, se pode improvisar. Uma acção de tal grandeza exigia condições objectivas e subjectivas que então não existiam. Nem a classe operária estava devidamente organizada e consciencializada, nem as massas populares tinham sido ganhas para a necessidade de derrubar o fascismo pela violência”.

Assim sendo, não tinham sido reunidas “as condições mínimas indispensáveis para sair vitoriosa” numa jornada em que, apesar de tudo, representa “um feito histórico da classe operária portuguesa, na luta em defesa dos seus direitos e contra a opressão”.

*O Avante* destaca a “valentia dos operários vidreiros da Marinha Grande que nela escreveram uma das mais brilhantes páginas da luta dos trabalhadores portugueses”.

Verifique-se a contradição patente no texto: por um lado fala-se em absurdo, que não estavam reunidas as condições para uma acção desta natureza, por outro rotula-se o movimento de feito histórico.

O fim das publicações clandestinas termina em 14 de maio de 1974. “Este é o primeiro «Avante» legal”, pode ler-se na capa da primeira edição em liberdade, acrescentando mais abaixo: “foi um órgão de informação livre, num Portugal amordaçado. (...) Foi uma grande trincheira da resistência ao fascismo”.

Em 1975, o jornal “preparou o caminho” para as celebrações que tiveram lugar na Marinha Grande, afirma Vasconcelos (2002, p. 231). Este autor não tem dúvidas sobre os objetivos do PCP:

“Mostravam a força do Partido e a sua capacidade de mobilização frente ao poder de então, “redimiam-se” por ter “silenciado” o acontecimento durante a ditadura e procuravam atingir as vozes “esquerdistas” que ousavam pôr em causa o Partido (que reclamavam José Gregório e o 18 de Janeiro para si, embora ainda fossem muito poucas as posições conhecidas). Ainda não se assistia ao relançamento da polémica por parte dos anarquistas”.

Na edição de 16 de janeiro de 1975, o *Avante* publica uma página dedicada ao movimento. Apresenta aos leitores vários artigos. Precisamente quatro e uma breve, além de um anúncio sobre as comemorações.

Num dos artigos titula, no topo da página: «O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande - Jornada Heróica do Proletariado», afirmando-se que “foi o PCP que encabeçou a luta dos

trabalhadores” e, por outro lado, “foi a CIS vermelha quem propôs às outras organizações a formação de uma «frente única sindical»”.

Relativamente à Marinha Grande pode ler-se que nesse dia, a classe operária “escreveu uma das mais heróicas páginas do proletariado português, passando da greve geral a uma tentativa insurreccional”.

Ora estamos perante uma contradição entre o que se escreve em 1975, sobretudo a imprensa da época, e o que revelam os periódicos nacionais e regionais em 1934.

Relativamente a esta aparente contradição, Vasconcelos (2002, p. 231) lembra que “as admoestações da Internacional Comunista já iam longe” e quaisquer divergências ocorridas entre dirigentes do PCP, com visões distintas sobre o movimento, “não teriam importância em Janeiro de 1975”.

O *Avante* não perde a oportunidade para justificar a derrota, transferindo o ónus para as “orientações anarquistas e esquerdistas”. Diz que o PCP saiu “prestigiado”, o mesmo não sucedendo aos anarquistas.

A investigação não corrobora esta posição. Pelo contrário. Anarquistas e comunistas saíram mal da madrugada de 18 de janeiro de 1934, desde logo por que estiveram do mesmo lado da barricada e até criaram uma Frente Única.

Estando juntos na ação, para o bem e para o mal, é reprovável que quatro décadas depois venham apontar o dedo aos anarquistas e afirmar que saiu prestigiado de uma derrota estrondosa, em toda a linha. Vasconcelos (20012, p. 246) cita a revista *O Tempo e o Modo*, próxima do MRPP, que considera: “o principal culpado da derrota foi o PCP, que se degladiava num conjunto de contradições e não dirigiu correctamente a classe operária na luta contra o salazarismo”.

O *Avante* assume “os erros cometidos na preparação da jornada do 18 de Janeiro e às influências anarquistas e esquerdistas que levaram a orientá-la no sentido de uma greve insurreccional, para a qual não estavam criadas as condições”. Esta linha de pensamento está próxima do que defendeu José Gregório no seu *Relatório*.

O jornal apresenta ainda, na edição de 16 de janeiro de 1975, «As lições do 18 de Janeiro»<sup>146</sup>, destaca alguns sobreviventes, promove José Gregório e a sua biografia e publica um pequeno cartaz das comemorações, nas quais marcou presença o líder do PCP. E esse facto é bem destacado no anúncio, no canto inferior direito da página 12.

---

<sup>146</sup> O *Avante* transcreve passagens do livro *Duas Palavras* de Bento Gonçalves e do *Relatório* de José Gregório.



Relativamente aos sobreviventes, que participaram numa mesa redonda sobre o assunto, no dia 17 de janeiro de 1975, o *Avante* identifica-os: Manuel Baridó, Adriano Neto Nobre, Bernardino Brás e António Jubileu. Contudo, a fotografia apresenta pouco mais de uma quinzena de homens, um dos quais sentado, de bengala em punho. No artigo pode ler-se que o *18 de Janeiro* foi “um marco histórico na luta dos vidreiros, é um marco histórico na luta do proletariado português”.

Neste texto pode ler-se que “o nosso Partido criou raízes, lançou a semente à terra, semente que só depois do 18 de Janeiro começou a florescer. A florescer como? Precisamente com o sangue derramado pelos antifascistas da Marinha Grande”.

Mas seria a figura de José Gregório a estar no centro das atenções, devido à vigília ao seu corpo no Centro de Trabalho do PCP, e à romagem ao cemitério, acompanhada por milhares de pessoas.

Segundo Vasconcelos (2002, p. 232), nas manifestações comemorativas, “a figura de José Gregório funcionava como um símbolo mítico, o símbolo do símbolo que representava a Marinha Grande para o operariado, em que este, de armas na mão e dirigido pelo partido, tinha dado o exemplo mostrando o caminho da revolução”.

O investigador conclui: “o 18 de Janeiro acabava por chegar à Mitificação, sobrepondo-se à sua própria História”. Esta investigação aponta precisamente neste sentido e a mitificação está bem patente na imprensa regional e local de Leiria<sup>147</sup>. Mas não só. O *Avante* de 23 de janeiro de 1975, com grande destaque e uma enorme fotografia, titula: “Na Marinha Grande e em todo o país milhares de pessoas comemoraram o levantamento de 18 de Janeiro”.

Joaquim Carreira, nesta altura um dos mais respeitados dirigentes do partido, afirma que os comunistas são “herdeiros do espírito revolucionário do 18 de Janeiro”.

O texto, iniciado na capa, tem continuidade na página 6, com duas fotografias, onde se afirma que no âmbito das comemorações foi feita uma “homenagem do povo da Marinha Grande a José Gregório”. Na legenda de uma das fotografias publicadas é referido que “foi sublinhada a coragem dos combatentes do 18 de Janeiro”.

O *Avante* volta ao tema em 15 de janeiro de 1976 apelidando a ação de “data gloriosa”. Na página quatro, com uma pequena fotografia de José Gregório, fala-se em “mais uma brilhante página do movimento operário português”.

---

<sup>147</sup> Vasconcelos (2002, p. 233) defende que a partir de 1975 as comemorações foram “perdendo pouco a pouco o relevo e o brilho”, inserindo-se “num ritual simbólico e mítico”.

Pode ler-se ainda: “saibamos extrair e adaptar as lições que nos foram deixadas pela valente classe operária da Marinha Grande e, com elas, em novas condições e com outros meios, marchar rumo à vitória”.

Em 22 de janeiro mais um artigo, este na sequência das comemorações do 18 de Janeiro em que as palavras de ordem foram: “a luta da classe operária continua”.

Em 1977, na edição de 20 de janeiro, de novo o 18 de Janeiro: “Na Marinha Grande comemorou-se a unidade construindo o futuro”. O jornal relata as iniciativas levadas a cabo para assinalar a efeméride.

Em 1978, o órgão central do PCP faz uma breve sobre as comemorações e no ano seguinte, precisamente em 18 de janeiro, apresenta o programa e diz que esta foi “uma data na luta contra o fascismo” e um “ensinamento para a unidade”. No ano de 1980 o tema nem sequer faz parte do alinhamento do jornal. Comprova-se, assim, que a partir de 1975, o *Avante* começa a esmorecer nos destaques à efeméride.

Esta investigação poderia ir ao encontro de outros jornais próximos do PCP, anarquistas ou socialistas.

Cada um contará a história à sua maneira. Mas não deixa de ser relevante a posição d’*A Alavanca*, próximo da CGTP, que em 1976 dedica quatro páginas ao movimento. Relativamente à Marinha Grande fala em batalha “parcialmente ganha” durante um dia. Os dados recolhidos não apontam neste sentido.

O jornal escreve ainda que “foram içadas nos edifícios públicos «bandeiras rubras» a substituir a «verde-vermelha» republicana que Salazar utilizava «mistificadamente». Por outro lado, em muitas localidades do Algarve, “muitas centenas de operários e de pescadores teriam aderido ao movimento, só que a ordem não chegou”.

Manuel Baridó assumirá na edição de 20 de janeiro de 1976 que o movimento foi um “tremendo fracasso”.

Esta investigação e as representações na imprensa de Leiria confirmam esta ideia. Contudo, o *Avante* e outros jornais afetos ao PCP manterão a convicção de que o *18 de Janeiro de 1974* foi “um feito operário com valor actual”<sup>148</sup>.

Verificado o conteúdo do órgão oficial do PCP, importa analisar com alguma atenção como os libertários trataram o *18 de Janeiro* na imprensa que lhe era próxima.

---

<sup>148</sup> Cf. *O Avante* de 16 de janeiro de 1997 (nº 1208).

#### 14. A visão anarco-sindicalista

Conhecida que é a posição da CGT relativamente ao fracasso do movimento nos meses que se seguiram à efeméride, atirando as culpas para a CIS e PCP, vamos verificar como é que os anarco-sindicalistas noticiaram o movimento em liberdade através do seu órgão oficial, *A Batalha*.

Em 4 de janeiro de 1975, o jornal anarco-sindicalista questiona: “onde estás, liberdade?”. Os libertários, filosofia política que tem a liberdade como seu principal objetivo, nunca se conformaram com a apropriação comunista da ação insurrecional. Na edição de 18 de janeiro de 1975, em mais de três páginas (1, 3, 6 e 7), com o título «18 de Janeiro de 1934» escrito em cima de alguns textos de jornal, a imitar uma parede ensanguentada, não são ignorados os longos “silêncios” do PCP e muito menos a “pirueta” dada a partir das comemorações com Cunhal na Marinha Grande, “de forma festiva e triunfal”.

Vasconcelos (2002, p. 249) lembra que a Marinha Grande foi “uma espécie de tabú para os anarquistas, da mesma forma que assim foi para os comunistas a partir do VII Congresso da Internacional Comunista, em 1935”, e até ao 25 de Abril, “salvo raras exceções”. Estas raras exceções são as que se identificaram em algumas edições do *Avante* anteriormente mencionadas.

Os anarco-sindicalistas, tal como em 1934, não esmorecem nas divergências relativamente aos rivais comunistas e contribuem, também eles, para a polémica em torno do *18 de Janeiro* e para os mitos e as contradições. Sob o título «Jornada Memorável dos Trabalhadores Contra a Fascização dos Sindicatos», *A Batalha* reconhece que a greve geral foi “esmagada e vencida”, mas ficou sempre como “um marco imperecível e eloquente na luta contra o fascismo, a mais significativa luta, a dos trabalhadores ligados na Confederação Geral do Trabalho”.

Na mesma linha do PCP, os libertários referem que a 25 de abril de 1974, “a alma que se erguera em 18 de Janeiro de 1934 (...), irrompe e proclama de novo que os sindicatos seriam livres de qualquer tutela”.

No mesmo artigo, não perdem a oportunidade de considerar “absolutamente aberrativo que seja agora a Intersindical que se torne a glosa solicitante duma lei estranguladora da liberdade sindical”. Acrescenta-se que a liberdade sindical só pode ser desejada pelos trabalhadores, “mas incómoda para as cúpulas que pretendem transformar o sindicalismo em

coutadas de caça política. O jornal “sindicalista revolucionário”, liderado por Emídio Santana, não pode ser mais claro no ataque aos comunistas:

“Do mesmo modo que o P.C., acomodado então ao manejo reformista dum triunfalismo soviético, apelidou o 18 de Janeiro de ‘anarqueirada’, agora, e só agora, pretende festejá-lo como uma das suas lutas, como uma das suas jornadas”.

No artigo fica clara a tentativa de desvalorizar a participação comunista no *18 de Janeiro de 1934* e exultar o trabalho da CGT e dos anarco-sindicalistas.

Tal como tinha sucedido 41 anos antes, comunistas e anarquistas voltam a confrontar-se de forma aberta, cada um chamando a si a autoria do movimento e, paralelamente, ignorando a participação do outro.

Invariavelmente, os anarquistas voltaram ao assunto em tempo de aniversário da ação insurrecional, considerando-a “imperecível” e uma luta que continua “actual”. O PCP está no centro das críticas anarquistas.

Em 1 de fevereiro de 1975 pode ler-se «Ainda o 18 de Janeiro», com a garantia de que “os trabalhadores lutaram pelo seu e autêntico sindicalismo revolucionário”.

Na edição de 1 de fevereiro de 1975, *A Batalha* publica um texto assinado por quatro anarquistas, ataca Bento Gonçalves e «Duas Palavras», considerando-o um “livrinho” em que o autor “já não estaria no completo uso das suas faculdades mentais”.

No artigo voltam a ser ressuscitadas “as contra-ordens do PCP”, autênticos travões para que a ação tivesse êxito. É ainda denunciado que foi a CIS que esteve por detrás dos adiamentos, dos avanços e recuos da operação.

Finalmente, os anarquistas, através do “antigo órgão da Confederação Geral do Trabalho”, acusam os comunistas de “deslealdade no cumprimento dos acordos”, reafirmam que foi a CGT que lançou o movimento e que “passados quarenta anos são os militantes libertários que podem reivindicar com verdade, toda a glória que possa haver nele”. Relativamente à dita glória, denunciam que o que no passado foi considerado uma «anarqueirada» é, alguns anos mais tarde, considerada uma gloriosa jornada revolucionária do PCP, “nessa data quase inexistente” (Vasconcelos, 2002, p. 250).

O destaque ao movimento esmorece em 1976 no jornal liderado por Emídio Santana mas regressa em fevereiro do ano seguinte, com o título: «18 de Janeiro de 1934 - um objectivo a atingir”.

O jornal acrescenta: “combatentes do 18 de Janeiro, mortos dessa jornada! Estão na ordem do dia os motivos que vos empolgaram. O 18 de Janeiro não pode ser deturpado como tem sido. É preciso continuá-lo”.

Em 1978, na primeira edição do ano, no canto inferior direito da primeira página, uma pequena notícia onde se volta a referir que “passados 43 anos novas unicidades se tentam, e o objectivo do 18 de Janeiro ainda não foi alcançado”.

No ano de 1979, o jornal anarco-sindicalista prossegue a mesma narrativa: “permanecem os seus objectivos”.

Na edição de janeiro de 1980, o jornal anarco-sindicalista escreve que o 18 de Janeiro continua a ser “uma luta actual”, lembrando que “a CGT era a única força que recusava todos os compromissos de ordem capitalista”. Remata garantindo que “de algum modo se entende que os comunistas tivessem conscientemente traído o 18 de Janeiro”, logo o movimento “está de pé”.

Um ano depois, *A Batalha* garante que “o 18 de Janeiro está por fazer” e, mais à frente, frisa que foi a CGT a propor a todos os setores sindicais “a organização de uma acção comum”. A consulta de outra imprensa anarquista segue a mesma orientação editorial, sendo o alvo o PCP e a apropriação que fez do movimento a partir de 1975<sup>149</sup>.

Relativamente à Marinha Grande, a iniciativa é atribuída à CGT, mostrando orgulho na acção e não identificando outras tendências na base da greve geral. Porém, há anarco-sindicalistas que confirmam a importância comunista na revolta marinhense, vila onde o PCP estaria mais organizado e ativo politicamente que a CGT<sup>150</sup>. Se o PCP se apropriou do movimento, os anarquistas mostram contradições óbvias já que ora chamam a si a acção no seu todo, ignorando comunistas, socialistas e autónomos, ora o partilham com o partido de Bento Gonçalves. Há posições para todos os gostos, incluindo a atribuição do domínio na Marinha Grande ao PCP.

Observada a visão anarco-sindicalista sobre o *18 de Janeiro de 1934*, bastante heterogénea e contundente, apesar de defender que os ideais continuam por concretizar, importa agora apresentar a metodologia da investigação e analisar a imprensa regional e local do distrito de Leiria sobre a qual se baseará esta investigação.

---

<sup>149</sup> Cf. *A Voz Anarquista* de janeiro de 1976.

<sup>150</sup> Cf. Vasconcelos (2002, p. 251).

## Capítulo 4 - Análise de Conteúdo e Caracterização da Imprensa Regional de Leiria

### 1. Análise de conteúdo

A técnica empírica escolhida para analisar os dados recolhidos e assim tentar confirmar a hipótese de trabalho foi a análise de conteúdo, que de forma espontânea sempre existiu “como leitura da intenção latente de uma mensagem literária, política ou religiosa, a partir do seu conteúdo manifesto” (Cazeneuve, 1999, p. 14).

Breton e Proulx (1997, p. 201) lembram-nos que “as primeiras análises de conteúdo foram realizadas nos anos 20 na escola de jornalismo da Universidade de Columbia em Nova Iorque. Tratava-se, na época, de determinar a importância, em termos de «superfície utilizada», concedida pelos jornais a certos temas gerais”.

Bardin (2009, p. 17) garante que “o primeiro nome que de facto ilustra a história da análise de conteúdo é o de H. Lasswell: fez análises de imprensa e de propaganda aproximadamente desde 1915”.

A técnica ganhou importância na II Guerra Mundial, acrescenta o autor, “quando o Ministério da Guerra a utilizou como instrumento oficial de previsão do comportamento do adversário, de detecção da propaganda e espionagem, a partir da A.D.C. da rádio e da imprensa americana nazi”<sup>151</sup>. Desde então esta metodologia de pesquisa popularizou-se.

Na ótica de Santos (1992, p. 119), “as análises de conteúdo surgiram para estudar a mensagem. O seu objectivo é apresentar um cálculo mensurável e verificável do conteúdo manifesto das mensagens”.

Já para Quivy (2005, p. 226), “a análise de conteúdo incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, actas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco directivas”. Bardin (2009, p. 11) observa que “enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”.

Segundo Fiske (1993, p. 182), esta técnica “destina-se a produzir uma explicação objectiva, mensurável, verificável, do conteúdo manifesto das mensagens” e funciona melhor em grande escala: “quanto mais tiver que analisar, mais exacta é”.

---

<sup>151</sup> Bardin (2009, p. 29) garante que são “técnicas”

Quivy (2005, p. 227) divide a análise de conteúdo em duas categorias: “os métodos quantitativos e os métodos qualitativos”. Os primeiros consideram-se extensivos (grande número de informações), os segundos intensivos.

Para Wolf (1992, p. 41), a análise de conteúdo “permite tirar conclusões” ou, pelo menos, “eliminar algumas outras possibilidades”.

Cazeneuve (1999, p. 14) cita Berelson, o autor da primeira definição clássica de análise de conteúdo: “uma investigação técnica para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto de uma comunicação”.

A análise de conteúdo “professa uma objectividade científica” e tanto pode estudar “a forma como o conteúdo” (Friske, 1993, p. 184). O autor cita ainda George Gerbner, para quem “a grande força da análise do conteúdo reside no facto de esta analisar todo o sistema de mensagens, e não a experiência selectiva que o indivíduo tem dele”. Ou por outras palavras: “o que é significativo é a massa, aquilo que está ao dispor da cultura como um todo, e é essa massa que a análise do conteúdo está apta a estudar” (Fiske, 1993, p. 191). Objectivamente, acrescenta o autor, a análise de conteúdo “revela os valores alicerçados no sistema total de mensagens de uma cultura”.

Assim, Cazeneuve (1999, p. 15) propõe outra definição: “é toda a técnica que permite inferências pela identificação objectiva e sistemática de características específicas da mensagem”.

Santos (1992, p. 120) esclarece que “a análise de conteúdo é feita através da contagem de determinadas unidades dentro de uma mensagem. Por exemplo, quem contar o número de homens e mulheres que durante um certo tempo apareceram numa série de televisão descobrirá que, em média, há duas vezes mais homens do que mulheres. É isso a análise de conteúdo. Não está interessada em extrapolar ou especular, mas sim simplesmente em contar objectivamente os dados identificados para pesquisa. Se a objectividade é realmente conseguida, já será algo discutível, na medida em que a selecção do elemento para estudo se baseia numa escolha subjectiva e deliberada do investigador”.

A análise de conteúdo é, assim, uma ferramenta importante para verificar se “os detentores do poder caem na tentação de abusar dele” (Woodrow, 1996, p. 12) e, por outro lado, como os jornalistas - entre outros - comunicam, pois “nenhuma regra ou lei diz claramente o que podemos e, sobretudo, não podemos fazer”. Ainda segundo o autor, estamos perante “uma espécie de poder absoluto”.

Santos (1992, pp. 119-120) esclarece que as análises de conteúdo nasceram, “em boa verdade, com o aparecimento da escrita e com a tentativa de interpretar os textos”. Eis um exemplo: “Um dos clássicos do género é um estudo de W. Paisley sobre o debate entre Nixon e Kennedy, para as eleições presidenciais dos Estados Unidos, em 1960. Paisley contou o número de vezes em que cada candidato mencionava determinada palavra e as suas conclusões foram curiosas. Descobriu que enquanto Kennedy pronunciara catorze vezes a palavra «tratado», Nixon apenas o referira quatro vezes. Pelo contrário, Nixon disse doze vezes «ataque» perante seis vezes de Kennedy, e dezoito vezes «guerra» comparada com as doze vezes em que o seu rival mencionou a mesma palavra. A análise de conteúdo terminou nesta mera contagem, embora tenha servido de base para a extrapolação segundo a qual Kennedy adoptara uma atitude mais conciliatória, enquanto Nixon optara por uma postura belicosa”.

Woodrow (1996, pp. 13-14) lembra que “empolaram-se factos, inventaram-se situações, manipularam-se povos inteiros, mentiu-se deliberadamente”, além de que “uma meia verdade é a pior das mentiras em informação”.

Daí que a análise de conteúdo seja uma técnica para colocar a nu as fragilidades do jornalismo, tantas vezes utilizado para fins que se sobrepõem aos mais elementares princípios deontológicos da profissão.

Quivy (2005, p. 226) esclarece: “A escolha dos termos utilizados pelo locutor, a sua frequência e o seu modo de disposição, a construção do «discurso» e o seu desenvolvimento são fontes de informações a partir das quais o investigador tenta construir um conhecimento. Este pode incidir sobre o próprio locutor (por exemplo, a ideologia de um jornal...) ou sobre as condições sociais em que este discurso é produzido. Os métodos de análise de conteúdo implicam a aplicação de processos técnicos relativamente precisos (como, por exemplo, o cálculo das frequências relativas ou das co-ocorrências dos termos utilizados). Contrariamente à linguística, a análise de conteúdo em ciências sociais não tem como objectivo compreender o funcionamento da linguagem enquanto tal”.

Cazeneuve (1999, p. 15) coloca a análise de conteúdo em três domínios: “a) as características da mensagem; b) os antecedentes; c) as consequências”.

Nas características da mensagem há que ter em conta o quê?, como? E junto de quem?, já em relação aos antecedentes da mensagem, considera-se o porquê? e o quem?. No que concerne às consequências da mensagem, considera-se a dimensão com que efeito?.



Ainda de acordo com este autor, a análise de conteúdo “compreende as seguintes fases: a escolha do problema; a escolha das categorias; a escolha dos índices; a escolha das unidades; a inferência” (Cazeneuve, 1999, p. 17). No que concerne à escolha do problema, o teórico sustenta que “pode ir-se da análise de conteúdo para a escolha do problema ou da hipótese para a análise de conteúdo”.

Por outro lado, a análise de conteúdo “pode fazer surgir uma amostragem de correlações positivas ou negativas entre as categorias ou dar origem a um problema”. Por norma, conclui, na análise de conteúdo qualitativa, “a leitura intuitiva preliminar, fornece a hipótese que comanda o método”.

Cazeneuve (1999, p. 17) dá como exemplo o jornal francês *Le Monde*, que passou de uma “opção científica a uma atitude esquerdizante em matéria de cultura e de política interna”. Torna-se, assim, necessário elaborar as categorias próprias do problema “para pôr à prova a hipótese”.

A escolha das categorias “devem reflectir a questão do investigador e as variáveis que implica. É a questão que vai decidir o grau de subtilidade das distinções internas às categorias. Estas, por outro lado, devem ser exaustivas, no sentido de que todo o item possa ser colocado numa categoria. As categorias devem excluir-se mutuamente, para que um item não possa colocar-se em mais que uma categoria. Cada categoria deve derivar de um único princípio classificador” (Cazeneuve, 1999, p. 17).

Com Berelson, acrescenta o autor, “podem distinguir-se as categorias que se referem à substância do assunto e as que estudam a forma. Actualmente, as categorias mais utilizadas são as que investigam a matéria do assunto”. O autor dá como exemplo o estudo das representações do Estado de Israel na imprensa francesa: “política interna israelita; vida económica e social em Israel; vida cultural e religiosa; «faits divers»; relações entre Israel e a França; entre Israel e os países ocidentais, os países de Leste e os Estados árabes”.

Relativamente à escolha dos índices, não basta que os investigadores que façam análise de conteúdo estejam de acordo quanto às categorias. Segundo Cazeneuve (1999, p. 18), requer-se ainda “uma definição operacional das categorias, isto é, das regras que especificam os aspectos do conteúdo que se devem classificar em cada categoria”<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> O autor acrescenta: “se no estudo de um conto popular a categoria é o estatuto socioprofissional, os índices ou indicadores serão: a ocupação, o rendimento, as possessões, as actividades dos tempos livres, a posição na comunidade; quando se estuda a categoria do sensacional toma-se como indicador a proporção de adjectivos e advérbios superlativos”.

As unidades de análise pressupõem três variáveis: unidades de registo<sup>153</sup>, unidade de contexto<sup>154</sup> e unidade de numeração<sup>155</sup>.

Finalmente, a inferência, a derradeira etapa da investigação, a que Bardin (2009, pp. 41-43) apelida de “deduções lógicas”. O autor dá o exemplo do médico que “faz deduções sobre a saúde do seu cliente graças aos sintomas”.

Na ótica de Cazeneuve (1999, p. 19), “neste estágio, a análise de conteúdo torna-se tanto uma arte como uma ciência”. É o momento de generalizar, “concluir a análise a partir dos valores encontrados”.

A análise de conteúdo, a partir de McLuhan, orienta-se para o estudo dos media, “generaliza-se no estudo das tendências da cultura de massa, no qual os meios de comunicação social ocupam um lugar tão importante: a mensagem emitida é condicionada pelos media e é isto que a análise de conteúdo pode mostrar” (Cazeneuve, 1999, p. 25).

Quivy (2005, p. 227) assegura que “o lugar ocupado pela análise de conteúdo na investigação social é cada vez maior, nomeadamente porque oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade”.

O autor defende que esta técnica permite “satisfazer harmoniosamente as exigências do rigor metodológico e da profundidade inventiva, que nem sempre são facilmente conciliáveis”.

É talvez por isso que Bardin (2009, p. 11) o apelide de “instrumento polimorfo e polifuncional”, que conduz o investigador a uma “atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito)”. Daí que, conclui a autora, o investigador deve transformar-se numa espécie de “agente duplo, detective, espião...”.

Assim, conclui Eliade (1989, p. 154), as estruturas míticas das imagens e dos comportamentos impostos às coletividades são produzidos “através dos mass-media” e estes, sustenta Santos (1992, p. 12), “produzem efeitos na sociedade”. São precisamente esses efeitos, a partir do que escreveram os media regionais e locais sobre o 18 de Janeiro de 1934, que se tentarão identificar as contradições e os mitos criados precisamente a partir da imprensa de proximidade.

---

<sup>153</sup> Segmento do conteúdo que é necessário examinar para o classificar e caracterizar.

<sup>154</sup> É o maior corpo do conteúdo que se pode examinar para compreender a unidade de registo.

<sup>155</sup> É o instrumento utilizado para contar no interior da unidade de registo e no quadro da unidade de contexto. Alguns exemplos: o número de editoriais ou o número de palavras indicadoras da extensão de um texto relativo ao assunto.

## 2. A Imprensa do Distrito de Leiria

A imprensa regional em Leiria dá os primeiros passos no século XIX, acompanhando a tendência do país. Até então, só Lisboa e Porto apresentam atividade editorial, designadamente a capital portuguesa, apesar da primeira fábrica de papel se ter instalado precisamente em Leiria, no ano de 1411<sup>156</sup>. Em 1492 abre a primeira tipografia na cidade do Lis. Mas é apenas em meados do século XIX que surge o primeiro jornal publicado em Leiria, “acompanhando a tendência sentida no País” (Almeida, 2008, p. 25). Aconteceu em 1854, no dia 1 de julho<sup>157</sup>.

*O Leiriense* apresenta-se aos leitores como um periódico administrativo e noticioso e era distribuído às quartas e aos sábados. Apresentava quatro páginas e tinha um custo de 30 reis. Tinha como administrador Miguel Leitão, correspondente no periódico *Ecco dos Operários*. O título tinha como intuito elevar o distrito, um jornal aberto a todos os credos. Tal como outros jornais da época, *O Leiriense* dedicava-se a temas locais, mas não só. A componente nacional, religiosa e política faziam parte do alinhamento, tal como os pequenos anúncios que davam alguma sustentabilidade ao projeto.

“Assuntos do quotidiano como o ódio das vinhas, a produção de arroz e batatas, as viagens do bispo ou as decisões da Junta Geral eram parte da primeira edição. Mas também não faltavam referências à actualidade internacional e mesmo áreas do jornal dedicadas à diversão”, afirma Almeida (2008, p. 26).

O jornal tinha uma distribuição bissemanal mas acabou por passar a semanário e, mesmo nestas condições, teve que cessar a sua atividade em 1859, cinco anos após o arranque do projeto, devido a questões de natureza financeira.

Permanece como marco no arranque da imprensa leiriense e ficou para a história como o primeiro jornal a ser publicado em Leiria, antecipando-se dois anos ao jornal *O Lis*, fundado em 1856. É, contudo, no final do século XIX que se verifica um *boom* no número de publicações em Portugal em geral e em Leiria em particular.

Até 1900 identificam-se treze publicações periódicas e até ao final da monarquia constitucional existia pelo menos um jornal na generalidade dos concelhos do distrito, à exceção das zonas mais distantes do litoral, como por exemplo Castanheira de Pera.

---

<sup>156</sup> Cf. Santos, 2014, p. 54.

<sup>157</sup> Em 1853 estabelece-se em Leiria uma tipografia, “em que trabalhavam dois compositores, um aprendiz, um impressor e um ajudante” (Almeida, 2008, p. 26).

Todavia, em muitos casos, a duração dos projetos é curta e as razões quase sempre associadas à sustentabilidade financeira.

Segundo Almeida (2008, p. 27), “entre a data de surgimento do primeiro jornal de Leiria e 1909, quase todos os concelhos do distrito de Leiria tinham pelo menos um jornal nado nas suas fronteiras”.

É natural que cada concelho quisesse ter, por esta altura, um título representativo dos seus interesses, ainda que por períodos efémeros.

Seria fastidioso enumerar todos os periódicos que se publicaram até ao fim da monarquia.

Entre estes, para além do *Leiriense*, destacam-se o *Collipo*, de 1891; *Correio de Leiria* (1895 a 1900); *Correspondência de Leiria* (1874-1877); *O Alcobacense* (1879); *O Distrito de Leiria* (1882 a 1910); *O Correio de Pombal* (1886-1890); *Correio da Nazareth* (1899); *Echos do Liz* (1907 a 1908); *A Nazareth* (1904-1911); *Leiria Illustrada* (1905-1916); *A Batalha Nova* (1909-1910), do concelho da Batalha; *O Correio de Porto de Moz* (1909-1911); *Autonomia*, da Marinha Grande, que se publicou a partir de finais de 1889 até 1895, ano em que suspendeu as publicações até 26 de julho de 1901.

É nesta data que retoma o contacto com os leitores. Encerrou definitivamente a 9 de março de 1902. O autor lembra que “a interioridade que ainda hoje se sente, era na altura ainda mais ampliada”.

Na Marinha Grande, a *Autonomia* instala-se em 13 de outubro. Trata-se de um “órgão informativo, cultural e defensor dos interesses locais” (Azambuja, 1998, p. 292).

Fundado por José Ferreira Custódio Júnior, o periódico tem um objetivo concreto: defesa e engrandecimento da terra e fundamentalmente lutar pela restauração do Concelho.

A implantação da República em 1910 fomenta o nascimento de publicações, entre as quais *O Mensageiro*<sup>158</sup>, em 1914<sup>159</sup>, em Leiria.

Santos (2014, p. 56) lembra que “o início do século XX, registou em Leiria, um significativo emergir de títulos jornalísticos, devendo-se esse facto aos títulos do jornalismo republicano que assumem um papel importante na sua vida social e política”.

---

<sup>158</sup> “Sem recusar o carácter confessional, «O Mensageiro» esteve longe de ser um jornal reverente, quer dentro da Igreja, quer para as instituições políticas da altura” (Camponez, 2002, p. 209).

<sup>159</sup> Camponez (2002, p. 195) afirma que *O Mensageiro* “fez da restauração da diocese de Leiria uma das principais causas da sua fundação”.

Em 12 de abril de 1917 é fundado na Marinha Grande, por António Gomes, *A Restauração*.

*O Marinhense* nasce em 1 de maio de 1917 e *O Regional* em 25 de maio de 1919. Estes jornais, tal como tantos outros, não tiveram uma longa história de vida.

Mas é na década de 20 que se assiste ao incremento da vida útil dos títulos. Por exemplo, António Gomes, que tinha criado *A Restauração*, surge em 1927 como mentor de um outro jornal, denominado *A Marinha Grande*. Teve quatro anos de existência.

Camponez (2002, p. 208) lembra “a existência de uma imprensa periódica dinâmica durante o tempo da Primeira República, especialmente na década de 20”.

Segundo Santos (2014, p. 55), a restauração da República trouxe a Leiria uma realidade diferente ao jornalismo, “com novas correntes, fruto dos ideais republicanos que colidiram fortemente com os princípios monárquicos do passado”.

O autor acrescenta que “regra geral, quase todos os jornais se afirmam com conteúdos de apoio à República (à exceção de *O Mensageiro*)”.

A simpatia do jornal do Padre Lacerda pela monarquia, bem como contra as temáticas do aborto e do divórcio, vão levar a que *O Mensageiro* seja alvo de grande contestação republicana, no entanto, “as peripécias escaldantes não colocaram em causa a função do jornal nem o seu contributo para a história leiriense” (Santos, 2014, p. 57)<sup>160</sup>.

Relativamente a Leiria, o balanço era “favorável ao regime, sendo pouco relevante a anti-situacionista”, afirma Tengarrinha (2006, p. 190).

Na cidade vidreira a década de 1920 assiste ao aparecimento de alguns jornais. Em 1922 nasce *A Foz do Liz*; em 1923 *A Luz* e a *Página da Marinha Grande*; em 1924 *Amanhecer* e *O Imparcial*; e *A Marinha Grande*, em 1927. Na década de 30, Leiria é dos distritos com menos títulos: apenas oito.

Em Coimbra, por exemplo, existem por esta altura dezanove jornais. É precisamente em 29 de junho de 1930 que é fundado o jornal *A Voz do Oeste*, em Vieira de Leiria. Segundo Azambuja (1998, p. 296), “teve vida efémera”, pois foi criado no período das grandes crises económicas, o que faz toda a diferença pois a manutenção de um jornal nas bancas acarreta custos significativos.

---

<sup>160</sup> Santos (2014, p. 59) revela que entre 1914 e 1918 “o jornalismo não se regeu por critérios de objetividade e imparcialidade, muito menos por códigos de conduta, éticos e deontológicos. Os seus textos foram revestidos de adjectivos, de provocações, de lutas entre a Monarquia arredada do poder e uma recente República que se queria afirmar objectivamente”.

Luís Neto faz, a propósito da imprensa regional e local, um retrato dos meses que antecederam o *18 de Janeiro de 1934*:

“Logo nos antecedentes do 18 de Janeiro, em 1932 e especialmente em 1933 em que houve grandes lutas operárias, os correspondentes da Marinha Grande nos jornais leirienses, se calaram, como foi o caso do “O Mensageiro” e da “A Voz do Domingo”, voltando uns meses após o 18 de Janeiro com pequenas notícias de melhoramentos...e começando uma intensa campanha anti-bolchevista ou anti-comunista e de vivas ao Estado Novo e a Salazar, sob a batuta da União Nacional, dos organismos do Estado Novo, da Censura, etc. Na Marinha faziam-se conferências, palestras, autênticos comícios, no Teatro Stephens, de apoio à Ditadura e condenando os comunistas, dizendo sempre que o povo da Marinha era ordeiro, relegando para meia dúzia de energúmenos o que se tinha passado anteriormente, etc”.

O autor acrescenta:

“O jornal “A Marinha Grande” tinha-se extinguido já em 1929 e o “A Voz do Oeste” em 1930.

Houve cerca de 10 anos sem que saísse notícia alguma da Marinha. E com sede na Marinha não vai existir qualquer publicação durante 33 anos.

Após 1934 só apareceu a secção “Notícias da Marinha Grande”, no “Região de Leiria”, e isso em 1939, seguido dos títulos “Correio da Marinha Grande”, em 1942 e “A Voz da Marinha Grande”, em 1943, no mesmo leiriense “Região de Leiria”.

Relativamente ao facto de não se escrever sobre o *18 de Janeiro de 1934*, o autor encontra explicações plausíveis:

“Nunca se escreveu sobre o 18 de janeiro, porque não se podia (nem se queria, no que respeita à maioria dos jornalistas...pois eram afetos ao regime) - apenas surge uma ou outra vaga alusão, como foi o caso de “A Voz da Marinha Grande”, de 30/12/1943 em que se diz que “regressaram de comboio 9 pessoas ausentes desde janeiro de 1934” - eram alguns presos que foram libertados...mas não se podia dizer que havia presos políticos, daí também o estilo da notícia.

Desde janeiro de 1930, portanto, até à saída do JMG não houve publicação na Marinha Grande. Pelo que só os jornais leirienses davam notícias do nosso concelho por modo próprio ou através de correspondentes (a maior parte desses periódicos, sem secção ou página própria para a Marinha Grande).

Desse modo é apenas o “Mensageiro” e um ou outro que disseram, logo após o 18 de janeiro, quem eram os presos e pouco mais, para além do pedido de amnistia feito pelo Bispo de Leiria em 1935.”

A Marinha Grande esteve, assim, privada de órgãos escritos de comunicação social durante vários anos. A crise económica explica, por um lado, esta realidade, mas Azambuja (1998, p. 297) lembra “a impossibilidade de se conseguir um alvará”, pois o Secretariado Nacional da Informação (SNI) “não concedia alvarás para novos jornais, muito menos na Marinha Grande, centro tradicionalmente reivindicativo”.

A alternativa foi encontrar um jornal que aceitasse publicar algumas notícias relativas à Marinha Grande. Foi o caso do semanário *Região de Leiria*, fundado em 10 outubro de 1935, numa altura em que o Estado Novo dá os primeiros passos e impõe as aludidas restrições à criação de títulos jornalísticos.

Identifica-se uma ou outra exceção, designadamente a *Voz de Alcobaça* e a *Voz de Pombal*<sup>161</sup>. Nas Caldas da Rainha surge em 1929 o jornal *Álbum das Caldas*, dirigido por J. Fernandes dos Santos que durará até 1940.

É no *Região de Leiria* que nasce em 8 de julho de 1939 a página «Notícias da Marinha Grande», um gesto ao qual muito se deve José Baptista dos Santos, proprietário e diretor do semanário leiriense. A criação desta página, ou melhor, desta secção regional, defensora dos interesses do concelho, é dirigida por João da Silva Reis, gerente da Fábrica Nova (IVIMA), e Rafael de Magalhães, diretor técnico da fábrica Emílio Gallo, Lda.

Segundo Azambuja (1998, p. 297), a criação da página «Notícias da Marinha Grande» foi recebida “com efusivo regozijo pela população marinhense, que assim viu satisfeitas velhas aspirações”.

A página manteve-se até 1940, altura em que passa a ter novos colaboradores e a designar-se por «Correio da Marinha Grande»<sup>162</sup>. A partir de 1943 assume a designação «A Voz da Marinha Grande».

A década de 1940 assiste a um rude golpe para a imprensa regional por força de um regime autoritário que se opunha a todo o tipo de publicações que não lhe fossem afetas. Neste quadro ganham espaço os jornais próximos da Igreja e, em sentido inverso, os títulos conotados com os ideais republicanos e democráticos não tinham grande margem de manobra face ao poder da censura<sup>163</sup>. Claro que se entendem as razões de não existirem grandes entraves a publicações de natureza religiosa, pois estas não se apresentavam como opositoras do regime. Em alguns casos, eram utilizadas as publicações detidas pela igreja para a transmissão de mensagens de cariz político.

---

<sup>161</sup> No caso do periódico da *Região de Cister*, publicou-se no início da década de 1930 e encerrou em 1934, proibido pelo regime. O administrador era José de Oliveira Júnior. O jornal *Voz de Pombal* nasceu em 1929 e dirigido por Joaquim Augusto da Silva Júnior.

<sup>162</sup> Não confundir com o semanário *O Correio* que nasceria na década de 1970 e que mais tarde, curiosamente, seria adquirido pela empresa detentora do *Região de Leiria* pertencente ao Grupo Lena.

<sup>163</sup> Sublinhe-se que as dificuldades da imprensa regional e local já vinham do passado, mantendo-se na década de 1940 e nas seguintes. Trata-se de uma atividade que depende da venda de jornais e da publicidade que, em muitos casos é escassa. E os mecenas têm limites financeiros, além de que o século XX foi fértil em poderes políticos que facilmente encerravam jornais.

O *Jornal da Marinha Grande* foi detido durante décadas - setenta, oitenta e noventa - pela paróquia local sem que esta tivesse qualquer intervenção no conteúdo editorial.

O *Correio* e o *Jornal de Leiria* já não tiveram que se preocupar com o regime, pois nasceram depois do 25 de Abril de 1974.

Aliás, um dos fundadores do *Jornal de Leiria*, António José Laranjeira, não hesita em considerar que a recente história da imprensa da região pode ser dividida em duas épocas: pré e pós *Jornal de Leiria*.

Na opinião do antigo jornalista e agora empresário na área da comunicação, “até à fundação do novo título, a imprensa leiriense estava na pré-história” (Camponez, 2002, p. 207).

Já em democracia, a imprensa regional e local de Leiria fez o seu caminho, com altos e baixos, em função da maior ou menor sustentabilidade económica e financeira.

Faustino e Martinho (2012, p. 99) garantem que “no século XX português, é possível distinguir dois períodos na imprensa, nacional e regional”: a fase correspondente ao Estado Novo, de 1926 a 1974, e a fase correspondente à Democracia, a partir de 25 de Abril de 1974. Ou seja, acrescentam os autores, “a existência de limitações à liberdade de imprensa durante o regime de Salazar, com as publicações a serem visadas pela censura, é razão suficiente para traçar uma linha de divisão entre as duas épocas”.

Segundo Faustino e Martinho (2012, p. 99), o controlo da imprensa pelo Estado durante o Estado Novo, através da censura mas também pela via da posse de meios de comunicação, “impedia igualmente o seu desenvolvimento”.

Voltando a Camponez (2002, p. 21) e a Leiria, “estamos perante uma imprensa que se orgulha do trabalho realizado. Não raras as vezes apresenta publicamente os números do seu sucesso e, frequentemente, autoproclama-se como a melhor imprensa regional do país”.

Feito um breve resumo da imprensa do distrito de Leiria, importa conhecer de forma um pouco mais aprofundada a história dos jornais que serão analisados neste estudo e que são os mais importantes que existiram entre 1934 e 1984, pois ao longo deste período foram existindo outros com pouco tempo de vida.

Refira-se que se seguirá a ordem cronológica, começando pelo mais antigo - *O Mensageiro* - e terminando no mais recente - o *Jornal de Leiria*.



### 3. Os Jornais da Igreja

A diocese de Leiria-Fátima teve o privilégio de dispor, durante muitos anos, não apenas de um, mas de dois semanários católicos: *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*. Foram fundados, o primeiro pelo Padre José Ferreira de Lacerda<sup>164</sup>, em 1914, e o segundo pelo Padre José Galamba de Oliveira, em 1933.

Em 2013, a diocese decidiu que os dois jornais seriam fundidos num só, respeitando-se a memória histórica dos títulos, mas trilhando o futuro com um novo nome. Terá sido uma forma airosa de sair bem da situação menos prestigiante de encerrar dois jornais deficitários do ponto de vista financeiro.

Surge, assim, um único jornal diocesano, denominado *Presente*, que está ao serviço da ação pastoral da Igreja leiriense<sup>165</sup>. Não tem grande projeção regional, apesar de ter surgido da fusão de dois «pesos pesados», *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*, estes sim jornais que no passado tiveram uma grande notoriedade no distrito, designadamente o primeiro, que durante anos foi o mais lido, mercê da antiguidade e dos fins perseguidos pelo seu fundador, os quais conheceremos seguidamente.

#### 3.1. *O Mensageiro*

*O Mensageiro* surgiu no «início» do século XX (1914), poucos anos após a queda da monarquia e a ascensão republicana.

A diocese de Leiria tinha sido extinta, por razões de natureza política, em 1882, e “tal decisão desagradou profundamente ao clero leiriense, a todo o povo cristão e à população em geral”<sup>166</sup>. E, com o passar dos anos, foram surgindo várias iniciativas, infrutíferas, visando a sua restauração.

Até que, a dada altura, “o génio corajoso e empreendedor do padre José Ferreira de Lacerda sentiu que era chegada a hora de lançar uma nova tentativa”<sup>167</sup>.

---

<sup>164</sup> “O homem que iria marcar durante muitos anos aquela publicação” (Camponez, 2002, p. 205). Na perspetiva de Santos (2014, p. 19), José Ferreira de Lacerda (1881-1971) “é uma das personalidades incontornáveis da história leiriense do século XX”.

<sup>165</sup> O semanário pode ser consultado em <http://jornalpresente.wordpress.com>.

<sup>166</sup> Cf. [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671), consultado em 22 de agosto de 2014.

<sup>167</sup> Cf. [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671), consultado em 22 de agosto de 2014.

Santos (2014, p. 19) revela tratar-se de uma “figura polémica, mesmo dentro dos meios eclesiásticos, foi sempre um homem de causas, enquanto cidadão, político, sacerdote e jornalista”. O autor acrescenta que Lacerda “revelou-se como um filantropo excepcional do início do século XX em Leiria” (Santos, 2014, p. 79-80)<sup>168</sup>.

Em Novembro de 1913, na sequência da morte do bispo de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, as cerimónias de 7º Dia realizaram-se na velha Sé de Leiria. Foi por esta altura que foi retomada a aspiração antiga de ressuscitar o antigo bispado.

José Ferreira de Lacerda colocou em marcha a ideia. Escreve uma carta e entrega-a aos seus colegas presentes na cerimónia da Sé de Leiria, “pedindo-lhes sugestões e apoio para, em conjunto, se lançarem na difícil campanha de restauração da querida diocese leiriense”. Uma das sugestões avançadas pelo padre na referida circular era a da criação de um jornal, “que fosse o grande veículo para difundir e dinamizar a nova campanha”<sup>169</sup>.

Santos (2014, p. 129) recorda que Lacerda “caracterizou-se pelo seu elevado sentido de cidadania, facto que o levou a participar nas grandes causas da sociedade leiriense”.

A ideia estava lançada mas só em 7 de Outubro de 1914 é que surge o primeiro número de *O Mensageiro*, com direcção do seu mentor.

Logo na primeira edição, o jornal anuncia ao que vai: “Viva a diocese de Leiria! Católicos da antiga diocese de Leiria, O Mensageiro, ao iniciar a sua publicação, ao mesmo tempo que vos saúda, solta o brado que lhe sae do fundo da alma: Viva a diocese de Leiria!”.

Lacerda transformou o jornal “no principal instrumento das causas que defendeu” (Santos, 2014, p. 19).

---

<sup>168</sup> José Ferreira de Lacerda nasceu em 23 de abril de 1881, em Monte Real, na casa dos seus pais. A sua família era muito pobre, tal como a generalidade das famílias portuguesas na época. Aos 12 anos ingressou no Seminário de Leiria, destacando-se como um aluno exemplar. Em 1903 parte para Macau como missionário, onde permanece até dezembro. No ano seguinte é ordenado sacerdote, precisamente em 6 de novembro, na Sé Nova de Coimbra. É colocado na paróquia de Alvorge, no concelho de Ansião. Em 1906 assume a paróquia de Vieira de Leiria e em 1908 segue para os Milagres. Apenas com 26 anos, Lacerda inicia uma relação de seis décadas à paróquia dos Milagres, “uma das freguesias mais pobres do concelho de Leiria”, escreve Santos (2014, p. 82). Foi vereador na Câmara de Leiria, de 1908 a 1910. Com a instauração da República, contrária aos seus ideais monárquicos, cessa funções políticas na autarquia. Seria preso em 1912 e é libertado pouco tempo depois por falta de provas. Aliás, o cárcere foi o destino de vários padres por alegado aliciamento dos seus paroquianos para a causa monárquica. Em 1914 funda o jornal *O Mensageiro*, o único jornal de Leiria que não defendia os ideais republicanos, pois estes tinham-se afastado dos valores cristãos, que tanto prezava. Regressou à atividade política em 1951, na Junta de Freguesia de Milagres. Em 1964 faz o testamento e deixa os seus bens ao Seminário Diocesano de Leiria. Festeja os seus 90 anos em 23 de abril de 1971 mas em setembro não resiste à rotura de uma hérnia e morre no Hospital D. Manuel de Aguiar, em Leiria, na sequência de uma intervenção cirúrgica.

<sup>169</sup> Cf. [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79&Itemid=671), consultado em 22 de agosto de 2014.

O fundador era, segundo este autor, “um entusiasta do jornalismo regional”. Aliás, o periódico era “um órgão católico dos concelhos de Leiria, Alcobaça, Porto de Mós, Batalha, Ourém e Pombal”.

A difícil campanha para a restauração do bispado, que se prolongará por mais de três anos, encontrará naquele jornal, semana após semana, um permanente grito de alerta para manter vivo o fogo do entusiasmo.

*O Mensageiro* informa, lança apelos, recolhe fundos, promove iniciativas, esclarece dúvidas, sacode obstáculos. “É a chama sempre acesa, até à vitória final, que vem no dia 17 de Janeiro de 1918, pela bula da restauração diocesana Quo vehementius, do papa Bento XV”<sup>170</sup>.

Segundo Santos (2014, p. 20), *O Mensageiro* “introduziu no jornalismo leiriense algo mais do que um espaço de debate político e ideológico”. No texto publicado no sítio da Diocese de Leiria-Fátima pode ainda ler-se:

“Claro que a fundação do jornal, feita pelo padre Lacerda, não foi apenas para dinamizar aquela nobre campanha. A sua profunda visão da força que tem o jornalismo, o seu fervoroso zelo apostólico de pastor e o temperamento vivo de lutador pelas grandes causas, levou-o a acrescentar, desde o início, outros objectivos ao seu programa. (...)

*O Mensageiro* era um jornal católico. Por isso, em período de tão exacerbado anticlericalismo e tão aceso combate contra a Igreja e os cristãos, ele seria o seu atento e permanente defensor e amigo. Era um jornal leiriense. Por isso lutaria sempre com vigor por esta região. Pelo progresso das suas gentes, pela defesa dos seus anseios e necessidades, pela resolução dos seus problemas e atrasos. (...)

Ao mesmo tempo que defende a Igreja e leva ao conhecimento dos leitores a riqueza da sua doutrina, “*O Mensageiro*” é, ao longo dos anos, uma voz forte e poderosa, que promove incansavelmente o desenvolvimento de Leiria e da sua região.”<sup>171</sup>

Segundo Camponez (2002, pp. 210), “o jornal foi objecto de censura, visível em algumas edições onde apenas apareciam excertos de artigos no meio de colunas em branco. O título esteve mesmo suspenso nos primeiros meses de 1919”. Santos (2014, p. 85) sustenta que apesar de todas as pressões e dificuldades, o padre José Lacerda fazia deslocamentos semanais ao periódico, “dinamizando e preocupando-se com o jornal durante toda a sua vida”,

---

<sup>170</sup> Cf. Jornal Presente Leiria-Fátima de 03.07.2013 ou em [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79:noticias&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79:noticias&Itemid=671), consultado em 19 de agosto de 2014.

<sup>171</sup> Cf. Jornal Presente Leiria-Fátima de 03.07.2013 ou em [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79:noticias&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8124:memoria-da-fundacao-de-o-mensageiro-7-10-1914&catid=79:noticias&Itemid=671), consultado em 19 de agosto de 2014.

mantendo-se à sua frente até à morte<sup>172</sup>. Em síntese, *O Mensageiro* “foi a voz do seu proprietário e director, mas juntando também os interesses da Igreja Católica e de alguns movimentos da cidade de Leiria” (Santos, 2014, p. 131).

### 3.2. *A Voz do Domingo*

O jornal *Voz do Domingo* é lançado em 19 de março de 1933 com a missão de evangelizar e servir pastoralmente a Igreja, designadamente a Diocese de Leiria-Fátima<sup>173</sup>. É um veículo com vocação puramente religiosa.

A propósito da criação do periódico, a Diocese de Leiria-Fátima recorda a paixão e o sentido de missão evangelizadora que faz nascer no padre José Galamba a ideia de fundar “um semanário católico que seguisse a orientação da Igreja”, como refere em entrevista publicada na edição comemorativa dos 50 anos do jornal, a 19 de março de 1983:

“Certo dia, metemo-nos a caminho e fomos ao paço a pôr a ideia ao Senhor Bispo. Se ele havia sido da direcção do grande jornal católico e monárquico do Porto *A Palavra*, iria decerto acarinhar a ideia...”.

Na mesma entrevista, o padre Galamba confessa que a primeira reacção do Bispo D. José “foi um balde de água fria”, rejeitando a ideia por ser “necessário muito trabalho, dinheiro, colaboradores e assinantes. (...)”

Passado cerca de um ano, mandou-nos chamar. E, com o ar mais natural deste mundo, diz-nos - Sabem? Tenho estado a pensar que precisamos dum jornal católico na diocese. E gostava de saber a vossa opinião”. A opinião era óbvia e o Bispo logo tomou a decisão: “Então o senhor fica Director. E o Pe. Silva, Administrador. Que seja um jornal barato, bem feito, para o povo, de forma que toda a gente o compreenda e o possa comprar”.

Quanto ao título, “queríamos O Domingo, mas não pudemos porque já havia, não sei onde, outro jornal com esse nome. Ficou *A Voz do Domingo*”.<sup>174</sup>

---

<sup>172</sup> Na perspectiva de Santos (2014, p. 89), José Lacerda “deixou uma marca indelével, não só pelo alcance dos projetos que abraçou mas também pelas convicções, assumindo posições por vezes pouco populares para a sua acção de sacerdote, defendendo convictamente os seus ideais”.

<sup>173</sup> O projeto diocesano é liderado pelo padre José Galamba de Oliveira, nascido a 4 de fevereiro de 1903, no lugar de Aldeia Nova, freguesia do Olival, concelho de Ourém. Em 1914 entra no Seminário de Santarém e volvidos cinco anos parte para Roma, onde frequenta a Universidade Gregoriana. Torna-se Bacharel em Teologia e Doutor em Filosofia. É ordenado em 1926, na Sé de Leiria. Em 1943 é nomeado Cónego e em 1983 Monsenhor. Faleceu a 25 de setembro de 1984. Galamba de Oliveira tem um vasto património de ação pastoral na diocese de Leiria. Foi professor do Seminário de Leiria e em diversas escolas da cidade do Lis. Participou em diversas iniciativas da Ação Católica (conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, com o objetivo de aumentar a sua influência na sociedade). *A Voz do Domingo* é um legado que deixou e ao qual dedicou muito da sua vida, sempre com um misto de exuberância e paixão. A sua formação intelectual brilhante permite-se escrever textos de elevada qualidade jornalística, um pensamento profundo que revela um grau cultural elevado. Foi um pregador da verdade, sempre com a presença da Igreja e de Deus.

<sup>174</sup> Cf. [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671), consultado em 24 dezembro 2014.

A primeira edição foi publicada em 19 de março de 1933. O jornal assume-se como “semanário católico de propaganda religiosa e noticioso”. José Galamba de Oliveira é, simultaneamente, diretor, proprietário e editor. O administrador é Luís Fernandes.

No nº 1 o periódico apresenta o seu “programa”, dizendo-se “a voz do Senhor espalhando por toda a parte os ensinamentos da nossa santa Religião”.

Revela ainda que a par dos acontecimentos históricos, “não se desinteressará do presente, de tudo quanto concorra para o progresso espiritual e material da nossa Diocese”. O texto é assinado por José, Bispo de Leiria.

Nas edições seguintes o jornal publica sucessivamente temas religiosos, muito relacionados com a atividade da Igreja nas diversas paróquias do distrito. Das freguesias surge igualmente alguma informação, breve.

Em 30 de abril, por exemplo, é anunciado que a Maceira vai estar em festa. Referências à Marinha Grande são escassas, tal como a publicidade. São raros os anúncios nas páginas do semanário.

A *Voz do Domingo* apresenta em praticamente todas as edições de 1933 fotografias na capa associadas a motivos religiosos. O semanário não deixava dúvidas sobre ao que vinha.

Em 18 de junho o periódico publica que é «Visado pela censura». Aliás, esta prática era extensiva à generalidade dos jornais.

A Diocese de Leiria-Fátima esclarece que “quando foi fundada, a missão de A Voz do Domingo era claramente ser um jornal da diocese”, como afirma o fundador na referida entrevista, lembrando que já existia *O Mensageiro*, também católico, mas que “era também um jornal monárquico e, mais do que diocesano, era o defensor dos interesses do distrito de Leiria”.

Sobre a polémica logo espoletada de um surgir para “matar” o outro, respondia o padre Galamba que “em breve se viu que isso não tinha fundamento”<sup>175</sup>.

Num apontamento de redação refere-se que “qualquer notícia interessante que saibam pelas suas freguesias, contem-na aos colectores de A Voz do Domingo ou mandem-na num simples bilhete postal. E não fiquem zangados se cá o nosso capataz entender que a não deve publicar. Olhem que não é por mal. Não se esqueçam!”<sup>176</sup>

---

<sup>175</sup>Cf. [http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671), consultado em 24 dezembro 2014.

<sup>176</sup>[http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671), consultado em 24 dezembro 2014.

Segundo Luís Miguel Ferraz, “o Dr. Galamba de Oliveira falava de tudo, escrevia sobre tudo, e escrevia com coragem, sem medo. (...) Tão depressa falava da juventude como do escutismo, da Igreja ou da Acção Católica, dos grandes homens ou do Calvário e do Tabor, da família ou do domingo, do Comunismo ou de Jesus Cristo, de Nossa Senhora ou da mulher, da morte como do Natal de hoje e de sempre, da Ressurreição e da vida nova, da Eucaristia como da vivência da Fé, das missões ou da vida moderna, da acção pastoral ou do mês do Rosário, do Seminário ou da Pátria”.<sup>177</sup>

A despedida de Galamba de Oliveira ocorre em 16 de junho de 1974. Nesta edição, o «pai» de *A Voz do Domingo*, intitulado “Despedida”, o cónego alude a uma reunião polémica do Conselho Presbiteral que acusou o periódico de ser “de tipo reacionário”, muito “personalizado” e que dava “uma falsa imagem da Igreja de Leiria”.

Naturalmente que este tipo de críticas, pouco construtivas, levou não só ao abandono do cargo mas a uma espécie de defesa da honra. É como se o «pai» tivesse que abandonar o «filho» que criara ao longo de anos.

Esta abrupta mudança levou inclusivamente o Bispo de Leiria-Fátima a vir a público elogiar o padre Galamba de Oliveira, reconhecendo-lhe méritos merecedores de reconhecimento da Diocese.

O líder da igreja no distrito apela ainda a uma congregação de esforços para ajudar o Seminário Diocesano na espinhosa missão de melhorar o jornal.

O padre Henrique Fernandes da Fonseca assume a Direção até agosto de 1974, altura em que o padre Augusto Ascenso Pascoal o substitui, cargo que ocupou até outubro de 1977. É nomeado diretor o padre Joaquim Domingues Gaspar, chefe de redação desde dezembro de 1974<sup>178</sup>.

Na primeira página da última edição (n.º 4130), sob o título “Terminar...”, o padre Gaspar despede-se dos leitores, “agradece aos colaboradores de tantos anos” e conclui desta forma: “Vamos terminar a publicação de *A Voz do Domingo*. Que o Presente que se avizinha seja por todos acarinhado para que a Diocese «tenha finalmente o jornal de que precisa».”<sup>179</sup>

---

<sup>177</sup> Idem.

<sup>178</sup> Nascido a 12 de dezembro de 1928, em Monte Redondo, entrou para o Seminário de Leiria a 15 de outubro de 1940 e foi ordenado sacerdote em 29 de junho de 1951. Entre diversos outros serviços eclesiais, esta iria ser a grande missão da sua vida, levada a cabo até 19 de maio de 2013, quando este título passou a ser Presente Leiria-Fátima e para ele foi nomeado diretor o leigo Carlos Carvalho.

<sup>179</sup> [www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671](http://www.leiria-fatima.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=8466:memoria-da-fundacao-de-a-voz-do-domingo&catid=79&Itemid=671), consultado em 24 dezembro 2014.

#### 4. *Região de Leiria*

O *Região de Leiria* foi fundado em 10 de outubro de 1935, uma quinta-feira, por iniciativa de José Baptista dos Santos<sup>180</sup>, um homem influente, de fortes convicções, pertencente a uma família tradicional da cidade, bastante influente, e que se dedicou de corpo e alma ao projeto jornalístico. Era, simultaneamente, editor, diretor e proprietário<sup>181</sup>.

A leitura do semanário, em formato reduzido, mostra uma postura assumida de jornal de anúncios, gratuito, através do qual se pretendia contribuir para “avolumar consideravelmente” as transações do comércio e indústria da região de Leiria, conforme se pode ler na primeira página da sua edição inaugural.

Assumia-se, assim, como “um jornal de propaganda, distribuído gratuitamente”<sup>182</sup> e a abrangência geográfica ia de Leiria à Batalha, Alcobaça, Nazaré, Marinha Grande, S. Pedro, Monte Real, Vieira, Figueira da Foz, Fátima, Torres Novas, entre outras localidades<sup>183</sup>.

Almeida (2008, p. 30) lembra que o *Região de Leiria* apresenta uma componente comercial “vincada, deixando claro que presidia a esta publicação um carácter empresarial, visando, portanto, a rentabilidade económica”. O primeiro número tem apenas uma referência informativa, intitulada «Ruas de Leiria». Esta edição, por outro lado, apresenta mais de quarenta anúncios, a esmagadora maioria de entidades locais.

Em 30 de março de 1939 é anunciado que o jornal deixará de ser gratuito e passará a custar 3\$60 por trimestre. Nota-se imediatamente uma alteração no alinhamento do semanário, pois a capa passa a ser toda ela informativa, sem publicidade, que se confina ao interior do jornal.

Por um lado, cria “a primeira secção com verdadeira vocação territorial” (Almeida, 2008, p. 41), apostando no vizinho concelho da Marinha Grande, que “ganhou um jornal”, que não tinha há alguns anos. Melhor dizendo, passou a ter uma página num jornal.

---

<sup>180</sup> Em janeiro de 1927, José Baptista dos Santos funda com outros elementos ligados à imprensa republicana local o jornal *Notícias de Leiria*. O projeto teve vida efémera pois encerrou cerca de um ano e meio depois. Teve quatro diretores: Teófilo da Costa Santos, Rebelo Alves, José Baptista dos Santos e Silvério dos Reis. Tinha como missão combater o atraso do desenvolvimento de Leiria e a republicanização do povo. O fundador do *Região de Leiria*, ligado à Tipografia Leiriense, era um republicano convicto e estava, assim, longe do enfeudamento que os jornais tinham à Igreja ou ao Estado Novo. Integrou a loja maçónica Gomes Freire de Leiria, fundada em 1907 mas interrompeu a sua atividade entre 1917 e 1922. Ainda reabriu mas fechou no ano de 1923. Reabriu após o 25 de Abril de 1974.

<sup>181</sup> Manteve-se à frente do jornal até 23 de julho de 1966.

<sup>182</sup> <http://www.regiaodeleiria.pt/about/historia/>, consultado em 28 de Outubro de 2015.

<sup>183</sup> Almeida (2008, p. 123) lamenta que “muitos dos intervenientes na sua publicação já faleceram, outros têm dificuldades em se recordar e há casos de quem se recusa a falar sobre o assunto”.

Por outro lado, passa a custar 1 escudo, abandonando a gratuidade que o caracterizou durante quatro anos pois, para o editor, esse facto era uma garantia da sua larga circulação.

Com a nova estratégia, o *Região de Leiria* entra numa outra fase da sua existência, com maior receita, e começa a olhar para apostar em secções regionais.

Para além dos anúncios, que viabilizam financeiramente o projeto, começam a integrar o periódico as notícias, a que hoje chamamos conteúdos, e os leitores foram chamados a pagar por eles, tal como acontece atualmente, não só em papel como mais recentemente no formato digital, embora este «negócio», para alguns títulos, esteja numa fase embrionária.

Nos primeiros anos de existência, “a componente informativa foi conquistando algum espaço” (Almeida, 2008, p. 35) e nalguns casos, acrescenta, o jornal socorreu-se “dos textos de outros jornais”.

Todavia, a aposta na Marinha Grande foi ganha, apesar da capital do vidro conservar “a sua tradição operária” e rejeitar Leiria “por ela representar o capital e ali se encontrarem os órgãos do Estado e da repressão”.

O autor conclui: “ao contrário da generalidade dos jornais regionais que aqui chegava, o Região de Leiria / Voz da Marinha Grande não tinha qualquer ligação à Igreja Católica, e a Marinha Grande era pouco amistosa para com as questões religiosas”.

Em 1939 a secção denomina-se «Notícias da Marinha Grande» mas mudará de designação para «Correio da Marinha Grande», em 1940 e, finalmente, para «A Voz da Marinha Grande», em 1943.

A página da Marinha Grande deixa de ser publicada até entre 5 de setembro e 10 de outubro de 1940, regressando com o redator-correspondente Júlio de Oliveira Baio<sup>184</sup>. Apresenta quatro páginas, com informação muito diversificada. Surge com uma nova secção: «Coisas da Marinha».

O corpo de letra cresce o que aumenta a leitura dos textos. O jornal apresenta igualmente a *Página de Alcobaça*.

---

<sup>184</sup> Nasceu em 19 de dezembro de 1910. Foi responsável, em 1940, pelo posto de socorros da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, onde praticava todos os atos de enfermagem. Comerciante com loja de artigos fotográficos, livraria e brinquedos, era “proprietário da Casa Havaneza” (Almeida, 2008, p. 43). Tinha igualmente o gosto pela fotografia. A fotografia era, aliás, uma das suas grandes paixões. Passou pela empresa Santos Barosa, na Marinha Grande, onde foi enfermeiro. Grande associativista, foi correspondente de diversos jornais da região e não só. Colaborou com *A Legenda*, de Coimbra, o *1º de Janeiro* do Porto e a revista *Stadium* de Lisboa. Esteve ligado ao teatro, entrando na peça «Cantigas e Cristais», em 1955, exibida no Teatro Stephens. Faleceu na Marinha Grande em 14 de dezembro de 2004. Fonte: Luís de Abreu e Sousa.



A mudança de correspondente leva a uma alteração do conteúdo e, claro, os temas passam a ser outros. Baio opta pela diversidade, optando por pequenos apontamentos, pela diversificação das temáticas a abordar. Segundo Almeida (2008, p. 45), existiam “dificuldades em encontrar correspondentes na Marinha Grande”, que levaram inclusivamente a que “de Março a Maio de 1949, o *Voz da Marinha Grande* esteve ‘afónico’, sem qualquer correspondente em funções”. Apesar destes contratemplos, era um “autêntico jornal dentro de um jornal” (Almeida, 2008, p. 47)<sup>185</sup>. Esta secção manter-se-á por várias décadas.

No ano de 1966, José Ângelo Baptista assume a direcção, cargo que manteve até 1990. Joaquim Santos, sobre o novo responsável editorial, escreve:

“Vivia no Terreiro, no edifício que pertenceu ao Barão do Salgueiro, no piso de cima. Era uma pessoa espiritual por profunda convicção, tinha o hábito dos produtos naturais, gostava do convívio e de dançar em discotecas, mas, acima de tudo, amava Leiria e o jornalismo”.<sup>186</sup>

Ainda segundo o jornalista leiriense, o *Região de Leiria* foi “um veículo que promoveu a história local e as colunas de opinião, diversificando assuntos, informando e formando. O jornal era feito na Tipografia Leiriense”, local onde funcionou durante vários anos. Segundo Almeida (2008, p. 98), durante o Estado Novo, na redacção do jornal, “tendia a adoptar-se uma postura cautelosa, procurando transmitir pelas entrelinhas as mensagens que não podia escrever objectivamente por linhas direitas”.

A família, durante décadas, dirigiu o jornal, uma intenção do fundador que perdurou no tempo. Em abril de 1990, Lucínia Azambuja, sobrinha do fundador, assume a direcção do jornal. Dirigiu o *Região de Leiria* até outubro de 1998 e foi a última diretora da linhagem fundadora do jornal, “dando-lhe um carácter mais moderno, fomentando a passagem do jornal para a era da informática”. Desde cedo, “Lucínia Azambuja percebeu que era necessário clarificar as fronteiras entre informação e opinião” e que a qualidade de um jornal se media pela qualidade dos seus jornalistas. Lançou-se à descoberta de novos talentos, apostou na qualificação dos jornalistas e constituiu uma redacção profissional. A ela se deve também a adesão às novas tecnologias, a transferência para a impressão em rotativa, a introdução da cor e o abandono do espírito amador que caracterizava as redacções da época. Em julho de 1996, o Grupo Lena assume a gestão do *Região de Leiria*, que se mantém na atualidade.

---

<sup>185</sup> O autor acrescenta que “o verdadeiro jornal dentro do jornal haveria de durar até à década de 90 do século XX. «A Voz da Marinha Grande» foi publicado pela última vez em 22 de Fevereiro de 1991”.

<sup>186</sup> Cf. *Diário de Leiria* de 27 de outubro de 2015, p. 8.

## 5. *Jornal da Marinha Grande*

O *JMG* foi fundado em 1 de junho de 1963 por José Martins Pereira da Silva e Vergílio Oliveira de Lemos, redatores principais, dois antigos colaboradores da «Voz da Marinha Grande» publicada no semanário *Região de Leiria*. O periódico surge “numa altura em que parecia não ser viável um alvará para imprimir qualquer jornal local” (Neto, 2013, p. 29).

Tal só se conseguiu “demovidas algumas dificuldades junto da Gráfica Editora (de Rio Maior), proprietária do Alvará” (Azambuja, 1998, p. 298).

Nesta altura era extremamente difícil aceder a alvarás uma vez que o Estado Novo impunha condições aos proponentes e em muitos casos recusava os pedidos por temer informação menos favorável ao regime. Neste domínio, a Igreja e as gráficas com influência junto do poder político tinham mais facilidade.

A publicação, com direção de Fernando Duarte, tinha, inicialmente, apenas seis páginas. O proprietário era João Pereira e o editor R. Ricardo Lopes. Este jornal é uma emancipação de uma secção de outro na sede do distrito, o *Região de Leiria*.

O semanário regionalista, no nº 1, prometia estar ao serviço da indústria, comércio, escolas, coletividades, desportos, letras, ciências e de todas as curiosidades artísticas, históricas e etnográficas.

“O seu aparecimento, embora modesto, preenche uma lacuna e satisfaz, por isso, a legítima e antiga aspiração dos marinhenses; e como órgão informativo, tem deveres a cumprir: defender com estímulo e amor-próprio os direitos civis que as leis vigentes asseguram aos cidadãos portugueses e servir de porta-voz a todas as reivindicações consubstanciadas na razão e na legitimidade desses mesmos direitos”.<sup>187</sup>

No primeiro número é publicado um longo artigo denominado *Gratidão* no qual são homenageados antigos jornais e jornalistas marinhenses. Azambuja (1998, p. 298) chama-lhe “acto louvável”.

O primeiro diretor abandona o jornal vidreiro no final de 1963, por afazeres de ordem profissional noutras publicações da gráfica editora. Esta é a explicação oficial mas não será de todo descabido recordar que a Gráfica de Rio Maior foi uma espécie de «barriga de aluguer» do alvará do *Jornal da Marinha Grande*.

---

<sup>187</sup> Cf. Azambuja (1998, p. 298).

Falecido já o seu sucessor natural, José Martins Pereira da Silva, que a partir daí passa a figurar no cabeçalho como fundador, é escolhido para diretor Diamantino da Silva André, que fazia parte do corpo redatorial e que tinha experiência pois já colaborara noutros jornais, designadamente na página da Marinha Grande no *Região de Leiria*. Dirige o título durante dezoito longos anos.

Neste período integram a publicação Telmo Ferreira Neto, Vítor Ferreira, Padre Luciano Guerra, Álvaro da Silva André e, mais tarde, Adriano Ferreira Paiva<sup>188</sup>, este ainda colaborador do JMG, que durante um curto período de tempo liderou o jornal, no ano de 1974. Antes, em 1971, o advogado Joaquim João Pereira<sup>189</sup> chefiou o título, tendo contribuído para a sua consolidação editorial, depois de alguns problemas de ordem financeira, política e editorial, que quase o levaram ao encerramento.

Entre 1968 e 1969, o *Jornal da Marinha Grande* vive problemas de redação e distribuição.

É nesta altura que o semanário é adquirido à Gráfica de Rio Maior, passando a ser detido pelo Património dos Pobres da Marinha Grande, instituição da paróquia local. Diamantino André<sup>190</sup> passa a editor/diretor e o JMG é, finalmente, “um jornal feito por marinhenses para marinhenses” (Azambuja, 1998, p. 299). Frise-se que o título, até então, pertencia a uma entidade exterior ao concelho, que «emprestou» o seu nome para que este pudesse chegar aos leitores.

---

<sup>188</sup> Nasceu em Miragaia, no distrito do Porto, em 4 de agosto de 1936, mas veio trabalhar para a Marinha Grande em 1963. Esteve ligado à empresa vidreira Ricardo dos Santos Gallo e colaborou com o JMG alguns anos depois, com pequenos apontamentos. Foi diretor do Jornal da Marinha Grande alguns meses, numa fase de transição. A sua vida profissional passou também pelo Externato Afonso Lopes Vieira, ligado à Igreja, mas acabou por regressar à empresa Ricardo Gallo, hoje GalloVidro, do grupo espanhol Vidrala. É ainda colaborador do JMG. Conta 81 anos, completados em 4 de agosto de 2017. Politicamente assume-se como um homem de esquerda.

<sup>189</sup> O advogado não é natural da Marinha Grande. Veio para a vila ainda jovem. Trabalhava e simultaneamente estudava. Aulas, era coisa que não frequentava, limitando-se a fazer os exames da licenciatura de Direito, em Coimbra. Para além de advogado, esteve envolvido em vários negócios, dos quais se destacam as piscinas de S. Pedro de Moel e a fábrica de plásticos Upla, mais tarde Grandupla. É militante do PSD, foi presidente da Comissão Política Concelhia e membro da Assembleia Municipal da Marinha Grande, da qual foi seu presidente. Foi ainda vereador na autarquia marinhense. Liderou o JMG entre 1971 e 1974.

<sup>190</sup> Diamantino da Silva André nasceu no lugar de Pedrulheira - Marinha Grande, em 27 de outubro de 1925. É o mais velho de nove irmãos. Filho de um oficial de vidraça e mãe doméstica, experimenta várias profissões ainda criança, aos 7 anos. Fez um pouco de tudo, desde ajudante de pedreiro a moço de recados. Aos 8 ingressa na escola e conclui a 4ª Classe três anos depois. Tinha veia poética e vocação para as letras. Lia o jornal O Seculo, foi correspondente do Região de Leiria e do Diário de Notícias, e dirigiu o Jornal da Marinha Grande durante vários anos. Participou na execução do livro do centenário da empresa Ricardo Gallo. Casou em 1948 e teve oito filhos. Trabalhou 16 anos na Caixa de Previdência. Politicamente, foi tesoureiro da Junta de Freguesia e membro do Conselho Municipal. Era um homem inteligente, que dissertava sobre vários assuntos. Foi sócio de diversas coletividades e auxiliou-as na elaboração dos seus estatutos. Fonte: Jornal da Marinha Grande de 24 de Fevereiro de 2000 e <http://mggrande.net/mg/palavras/diamantino-da-silva-andre/>, consultado em 15 de outubro de 2016.

O jornal, como tantos outros, “foi também objeto de censura, com cortes parciais, cortes completos, proibições, e até com ‘cortes de palavras que distorciam o sentido do texto’” (Neto, 2013, p. 30). Entre os seus desígnios estão os interesses do povo, entre os quais as causas sociais, a construção de um hospital e o tão ambicionado Museu do Vidro, que só muitos anos mais tarde seria uma realidade: 1998.

Alegando motivos de ordem profissional, Diamantino André sai em 1971 da direção do jornal, cargo que sempre desempenhara de forma desinteressada. Sucede-lhe então o jovem Joaquim João Pereira, que na altura era trabalhador-estudante. Coursou Direito em Coimbra e tornar-se-ia num dos mais ilustres advogados da terra.

Deu um forte impulso ao jornal mas acabaria por sair em 1974, já depois de concluir os estudos. Este foi um período “muito conturbado”, lembra Azambuja (1998, p. 299), “tornando-se difícil ao novo director conciliar os interesses dos muitos leitores, todos obviamente pretendendo que o jornal tivesse uma orientação consentânea com os seus ideais políticos”. Esta situação acabou por colocar em perigo a sobrevivência do jornal, que perderia muitos assinantes.

Na edição de 3 de outubro de 1975, o JMG informa os leitores que está a atravessar uma crise motivada pelo aumento dos custos de produção aos quais se junta a redução do número de assinantes: “após a saída do número 602 desistiram 58 assinantes; e após a saída do número 603 desistiram mais 84 assinantes. Novos assinantes, nem um sequer”.

Em função deste cenário questiona: “Que decisões se terão de tomar? Continuar? Suspender temporariamente ou definitivamente? A atitude dos assinantes do Jornal da Marinha Grande é que o vai determinar”.

Fernando Augusto de Sousa Lopes<sup>191</sup>, em dezembro de 1975, assume a chefia do *Jornal da Marinha Grande*, cargo que ocupou durante mais de vinte anos, sucedendo-lhe António José Ferreira<sup>192</sup>, em janeiro de 2001.

---

<sup>191</sup> Nasceu em 1948 na freguesia de Sejães, concelho de Oliveira de Frades, distrito de Viseu, é casado e tem quatro filhos de dois casamentos. É jornalista (Carteira Profissional 1772) aposentado. Frequentou o 2º ano do curso de Sociologia (Faculdade de Ciências Humanas), pós graduações em Direito da Comunicação e Direito de Consumo (Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra). Tem o Curso de Jornalismo do CENJOR, Curso de Jornalismo no CFJ (Centro de Formação de Jornalistas/Paris), estágio na Universidade de Marselha. Foi Diretor do Jornal da Marinha Grande até janeiro de 2001. Foi docente de Jornalismo/Turismo no 11º e 12º anos da Escola Secundária da Marinha Grande. Dirigiu as revistas “Paisagem Regional” e “Saber Mais” e foi membro do Conselho Consultivo da Imprensa Regional (AIND), no período 1990-1992. Foi colaborador/correspondente dos jornais Expresso e Tempo. Politicamente, concorreu às Eleições Autárquicas de 1997, como independente, numa lista do CDS/PP. É militante do PSD e integrou a respetiva Comissão Política da Marinha Grande.

<sup>192</sup> Autor desta tese.

Nesta altura o título é adquirido, em partes iguais, pelo novo diretor, pelo economista João Cruz e pelo advogado Mário Francisco. Este último alienou a sua participação poucos anos depois.

O JMG passou, em janeiro de 2001, a ser um jornal fundamentalmente de notícias, com forte componente de opinião, aberto à comunidade da Marinha Grande, em geral, e aos seus assinantes e leitores, em particular.

Em 2014, o semanário mantém-se generalista, fiel aos princípios dos fundadores, aos quais se juntam desafios mais contemporâneos, como sejam as novas tecnologias. Além da edição em papel, o JMG é distribuído em versão digital e tem ainda uma edição on-line.

A tiragem média mensal ronda os 14 mil exemplares. Partilha instalações na Travessa Vieira de Leiria, na Marinha Grande, com a Rádio Clube Marinhense (RCM 96fm), da qual é proprietária.

O *Jornal da Marinha Grande* dedica-se à edição semanal de jornais e à publicação de revistas, entre as quais as *Páginas Verdes*, a lista telefónica do concelho da Marinha Grande, que se publica há cerca de 30 anos, embora as novas tecnologias tenham vindo a afastar alguns anunciantes.

O estatuto editorial do JMG, publicado no sítio eletrónico, por imposição da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social, está “vocacionado para servir a comunidade do concelho da Marinha Grande e dos concelhos limítrofes, nomeadamente prestando informação sobre os vários domínios da vida social e colectiva”, regendo-se por “parâmetros de deontologia e de ética inerentes ao serviço público que presta”.

O *Jornal da Marinha Grande* olha para o “rigor, isenção e objectividade” como valores essenciais, garantindo “independência política, religiosa e económica”, além do pluralismo na informação, tratando “em pé de igualdade, informações políticas e sindicais, credos religiosos e forças económicas”.

Ainda de acordo com o seu atual estatuto editorial, o *Jornal da Marinha Grande* dá uma especial atenção aos “aspectos recreativos e culturais apoiando-os, divulgando-os e promovendo-os”, apostando “numa informação diversificada, abrangendo os mais variados campos de actividade, correspondendo às motivações e interesses de um público plural”.

O *Jornal da Marinha Grande* reconhece como seu único limite “o espaço privado dos cidadãos e tem como limiar de existência a sua credibilidade pública”. Ao longo dos seus mais de 50 anos de vida, o JMG tem dado um contributo importante na prossecução deste

objetivo, dando voz aos atores económicos, políticos, sociais e culturais do concelho e região da Marinha Grande. O JMG apresenta atualmente 24 páginas, com diversas secções: da sociedade à economia, do desporto aos classificados.

## 6. O Correio

O semanário *O Correio* foi criado em 22 de abril de 1977 para rivalizar com o *Jornal da Marinha Grande*. Era um semanário de “ideologia democrata”, segundo Azambuja (1998, p. 300), que tinha como lema *Compreender o Presente Construir o Futuro*. Esta frase encontrava-se inscrita no logótipo do jornal, no topo da primeira página, a vermelho, a cor mais usada no periódico e percebe-se facilmente as razões desta opção. *O Correio*, segundo Neto (2013, p. 34), situou-se editorialmente “na área da esquerda política marinhense tradicional dos anos 70”.

Na fundação, o semanário era liderado por João de Almeida Fernandes, embora na sua génese estivesse o advogado José Henriques Vareda, antigo correspondente da «Voz da Marinha Grande» e fundador do jornal leiriense *Linha Geral*. Ocupou-se fundamentalmente das questões do trabalho, da cultura do povo, da ação social, ou seja, “agir na defesa dos princípios criados pela Revolução de Abril” (Azambuja, 1998, p. 300).

O jornal não se publicou entre 17 de agosto e 2 de novembro de 1984 e reaparece com um novo diretor: José Henriques Vareda<sup>193</sup>. O periódico, que se apresenta com um novo aspeto gráfico, explica que “razões de índole financeira estiveram na base do breve compasso

---

<sup>193</sup> “José Henriques Vareda nasceu na Marinha Grande em 2 de Março de 1927, tendo falecido em 16 de Março de 1989. Filho de gente humilde e trabalhadora conheceu os tortuosos caminhos de uma vida nascida em meios humildes. O pai, ferrador de profissão, era um dos seus orgulhos. Fez o percurso escolar na sua terra natal. Já a trabalhar, como empregado de escritório, logrou tirar o curso comercial, o liceu e finalmente ingressar na Faculdade de Direito de Coimbra onde se viria a licenciar aos 27 anos. (...) Homem de singular sentido humanista encarou a vitória sobre a ditadura como forma de exprimir a sua tolerância. Tendo recusado diversos cargos políticos para que foi convidado, optou antes por continuar as suas tarefas pelo desenvolvimento da sua terra e da sua região. Vereador da cultura na Câmara Municipal da Marinha Grande nos anos de 1976 e 1977 veio também a ser um dos mais destacados deputados na Assembleia Municipal da Marinha Grande, entre 1986 até à sua morte. Teve sempre papel de grande relevo no devotamento à cultura e ao associativismo. (...) Fundou e dirigiu os jornais regionais “Linha Geral” em Leiria e “O Correio” na Marinha Grande. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra no ano de 1954, José Vareda dedicou-se desde então à advocacia, onde veio a atingir renomada notoriedade profissional. O seu escritório em Leiria tornou-se um verdadeiro centro de estágio para os advogados em início de carreira. Advogado ilustre, ficaram célebres muitas das suas peças jurídicas. Orador fluente e de fino recorte, José Vareda levantou inúmeras vezes a sua voz em defesa dos desfavorecidos e de todos aqueles que careciam do seu apoio jurídico. Foi igualmente uma iminente personalidade da oposição democrática ao regime fascista. Preso duas vezes pela ditadura integrou todos os movimentos de cariz antifascista em luta pela liberdade. Foi dirigente do Sport Operário Marinhense, coletividade da qual assumiu a Presidência, em 1982 e até 1989.” - Fonte: <http://planeta.ip.pt/~ip224640/vareda.htm>, consultado em 18 de agosto de 2014.

de espera”. É apresentado o agradecimento ao até então diretor, João de Almeida Fernandes, e ao redator principal Fernando Marrazes. O jornal diz que “é justo que a ambos se agradeça o que, durante sete anos, fizeram por «O Correio», sendo de realçar que sem a abnegação do Fernando Marrazes, sem o seu esforço denodado e lúcido este semanário há muito teria cessado a sua publicação por falta de seiva regeneradora”.

*O Correio* mantém as oito páginas semanais nos primeiros números mas depois cresce para dez e no final do ano para catorze, apesar de a publicidade não ser abundante, pelo contrário. Opta graficamente por menos texto e mais imagens na capa.

Nota-se imediatamente que o jornal não é tão corrosivo nos temas que trata, apostando mais no social e menos no sindical e nas lutas dos trabalhadores. Com a anterior edição, o semanário estava muito entrincheirado no mundo laboral e sindical. Com José Vareda nota-se uma lufada de ar fresco, o jornal como que passa a «respirar» melhor, embora os temas fraturantes da saúde, da indústria e da cultura não deixassem de ter palco no periódico. A página «Trabalhadores & Sindicatos» deixa de existir, passando à secção «Trabalho e Economia».

Vareda lidera o jornal até 1989, ano em que viria a falecer. Nunca conseguiria fazer frente ao *Jornal da Marinha Grande*, cuja implantação foi sempre mais significativa pela força do tempo. Seguiu-se no cargo o filho, Rui Vareda, e em 1993 assume a direção o advogado Osvaldo Sarmiento e Castro<sup>194</sup> - já falecido -, que não sendo natural da Marinha Grande viveu na localidade durante várias décadas e que, mais tarde, seguiria uma carreira política, que o levaria ao Parlamento e à Secretaria de Estado do Comércio no governo socialista de António Guterres. A saída de Osvaldo de Castro da direção do jornal, por motivos políticos<sup>195</sup>, abre caminho a um outro advogado, Rui Rodrigues.

Esta solução dura cerca de um ano já que o jornal seria adquirido pelo *Grupo Lena*, de Leiria, através da *holding* para a comunicação social.

---

<sup>194</sup> Nascido a 10 de agosto de 1946, no Porto, Osvaldo Sarmiento e Castro faleceu em 2013, aos 66 anos, após doença prolongada. Teve uma vida cheia, começando bem cedo a luta contra a ditadura. Pertenceu à direção da Associação Académica de Coimbra na crise de 69. Foi na cidade estudantil que concluiu a licenciatura em Direito. Militante do PCP, fez estágio na Marinha Grande e aqui abriu escritório. Passou pela Plataforma de Esquerda, com Joaquim Pina Moura e Vital Moreira, mas filiou-se no Partido Socialista, onde ganharia notoriedade política, regional e nacional. Residia na Marinha Grande desde 1973 mas a política levou-o para a Assembleia da República, eleito na lista do PS, onde chegou a presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. Foi Secretário de Estado do Comércio no governo de António Guterres. Localmente, foi um dos mais respeitados políticos. Integrou a Assembleia Municipal vários mandatos e chegou a ser seu presidente. O seu percurso político valeu-lhe a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade, atribuída pelo Presidente Jorge Sampaio. Foi diretor do semanário *O Correio* e era colunista do *Jornal da Marinha Grande*.

<sup>195</sup> Foi eleito deputado na Assembleia da República em 1995 e, por essa razão, deixou a Direção do jornal.

Assim, em 1997, Telmo Ferreira Neto, cooperante e mais tarde presidente da única rádio local da Marinha Grande (RCM), é o homem escolhido para liderar o novo projeto do jornal *O Correio* mas o empresário ligado ao Partido Socialista acabaria por ceder o seu lugar a Francisco Rebelo dos Santos, em 1998, e mais tarde a Fernando Mendes<sup>196</sup> numa tentativa de viabilizar editorial e economicamente o título, que acabaria por se extinguir em 2003.

Os assinantes do jornal passaram a receber o semanário *Região de Leiria*, o principal título do Grupo Lena.

Já depois deste semanário, surgiram no concelho da Marinha Grande mais dois jornais: a *Tribuna da Marinha Grande* (2003-2007) e *Expressões* (2008-2009). O primeiro liderado pelo empresário Horácio Moita Francisco, o segundo pela jovem jornalista Daniela Silva. Quer um quer o outro estiveram escassos anos nas bancas, devido a problemas de natureza económico-financeira, não resistindo à escassez reinante no mercado publicitário, designadamente a debilidade do comércio.

O fim destes jornais mostrou que não havia espaço para mais que um título no concelho e mesmo o que resiste, apresenta dificuldades uma vez que as redes sociais vieram rivalizar com o semanário marinhense.

## 7. *Jornal de Leiria*

Praticamente meio século após o «nascimento» do *Região de Leiria*, é criado na cidade do Lis o *Jornal de Leiria*, que saiu para as bancas em 1984, liderado por um grupo de jovens da cidade que se conheceu nos bancos do liceu e que aí iniciou a atividade jornalística com uma revista escolar, a *Limiar*<sup>197</sup>.

O título acabou por ser vendido à Jorlis, empresa de comunicação social regional, fundada em 1988 para editar precisamente o *Jornal de Leiria*.

---

<sup>196</sup> Fernando Alberto Pascoal Mendes nasceu em 15.10.1963, em Moçambique. É licenciado em Relações Humanas e Comunicação Organizacional (ESECS) e Pós-Graduado em Direito da Comunicação (FDUC). Fundou a revista *Limiar*, na Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo (1982/83); fundador do *Jornal de Leiria* - 1984 (diretor); jornalista/coordenador no semanário *Região de Leiria* (1989-1999); diretor do jornal local *O Correio* (Marinha Grande) de 1999-2001. Regressou ao RL entre 2001 e 2003. Ingressou na empresa Lizonline (2003-2006) onde desempenhou o cargo de publisher no portal regional orelhas.pt. Atualmente é diretor da editora Imagens&Letras, função que desempenha desde 2007. Não se conhece qualquer filiação partidária. É um homem discreto, afastado hoje das lides jornalísticas.

<sup>197</sup> Para além dos jornais da igreja, o *Região de Leiria* teve a vida facilitada entre 1935 e 1984 uma vez que prosperou num clima praticamente monopolista, sem grande concorrência. O RL era o jornal de referência da cidade, detido por uma família tradicional, e a criação do JL tinha como missão desafiar o grande jornal da cidade leiriense.



Participada maioritariamente pela Movicortes<sup>198</sup>, grupo empresarial com sede em Leiria, a JORLIS está presente em Leiria através de centros de produção de informação e de apoio logístico e comercial. Segundo Camponez (2002, p. 199), “a ligação entre o jornalismo e o desenvolvimento da região é um assunto recorrente. No caso do *Jornal de Leiria*, essa ligação surgiu logo com a fundação daquele semanário”.

Além do semanário *Jornal de Leiria*, são produzidos e editados pela JORLIS suplementos temáticos, revistas, livros e outras publicações para instituições, empresas e particulares.

A revista *250 Maiores Empresas do Distrito de Leiria*, publicada desde 1991, tem marcado o desenvolvimento deste tipo de projetos e é atualmente uma referência. A edição de livros e publicações especializadas é outra área de atuação da empresa. Com esta estratégia, a JORLIS criou um sistema de comunicação e informação regional interativo e dimensionado para cobrir com eficácia uma região com mais de 500 mil habitantes.

O *Jornal de Leiria* é lido por quem procura um complemento à informação nacional e pelos que se preocupam e estão atentos às questões e acontecimentos que têm lugar na região. É um espaço de informação, que dá conta do que de mais importante se passa no distrito, com especial incidência nas áreas da economia, cultura, educação, ambiente, segurança e lazer<sup>199</sup>.

Em suma, no espaço de meio século (1934-1984), o distrito de Leiria teve algumas dezenas de jornais, em praticamente todos os concelhos. A maioria teve vida curta e, nalguns casos, deram origem a outros projetos. Os dois jornais próximos da Igreja resistiram durante o meio século deste estudo.

Apesar de diferentes tinham os valores católicos como matriz, ao contrário do *Região de Leiria*, distante da Diocese e próximo do comércio, afinal a sua principal fonte de receita. Na Marinha Grande, o jornal fundado por José Martins teve altos e baixos mas foi resistindo, o mesmo sucedendo com *O Correio* que apesar de alguma intermitência inicial acabou por resistir para além de 1984.

O *Jornal de Leiria* sempre foi um projeto editorial sólido.

Caracterizados os principais jornais regionais que se publicaram até 1984 no distrito de Leiria, analisa-se seguidamente o que cada um escreveu sobre o movimento perpetrado pelo operariado em 1934.

---

<sup>198</sup> O Grupo foi pensado e liderado pelo empresário José Ribeiro Vieira, falecido em janeiro de 2012.

<sup>199</sup> Fonte: <https://www.jornaldeleiria.pt/portal/index.php?id=1131>, consultado em 19 de agosto de 2014.

## Capítulo 5 - Dados, análise e interpretação

### 1. O que escreveu a imprensa de Leiria sobre o *18 de Janeiro de 1934*

Feito o enquadramento teórico, social e político, verificados os acontecimentos da madrugada de 18 de janeiro de 34 e caracterizados a imprensa de Leiria em geral e os jornais estudados nesta investigação em particular, impõe-se a recolha dos dados, a sua análise e interpretação.

Será esta fase que confirmará - ou não - a hipótese de trabalho identificada no início deste estudo, sem perder de vista que os jornais locais tiveram limitações até abril de 1974, além do cariz incipiente das práticas jornalísticas. A censura foi um filtro num período em que os jornais eram uma arma para quem os detinha, pois permitia marcar posições, influenciar a opinião pública. Porém, há que levar em linha de conta que é um exercício de elevada complexidade analisar textos de 1934 a 1984, pois são escritos por pessoas diferentes em contextos totalmente distintos.

A técnica utilizada nesta investigação é a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2009, p. 121) se organiza em três polos cronológicos: “1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”.

Qualquer destas fases é essencial para a obtenção de resultados, embora a segunda tenha subjacente o fator tempo como um elemento fundamental para quem trabalha largas centenas de edições de jornais.

Frise-se, contudo, que a derradeira fase é a que carrega maior complexidade, desde logo o tratamento dos dados, nalguns casos labirínticos e fortemente codificados, e depois as deduções e interpretações que os textos deixam transparecer ao investigador. Sendo um trabalho solitário, torna a tarefa mais árdua ainda.

Fiske (1993, p. 16) lembra-nos que os “jornais diferentes relatam o mesmo acontecimento de maneira diferente”. Daí que seja importante perceber “esse entendimento, essa visão do mundo que cada jornal partilha com os seus leitores”.

Este é um facto irrefutável e isso é visível na imprensa atual, tantas vezes motivada por interesses que muitas vezes se desconhecem. Ou seja, conclui o autor, “leitores com experiências sociais diferentes, ou de diferentes culturas, poderão encontrar significados diferentes no mesmo texto”.

O trabalho que se segue tem muito a ver com o que acabou de se escrever. Se por um lado se pretende verificar se os jornais regionais e locais escreveram sobre o *18 de Janeiro de 1934* de forma diferente - e as razões para que assim fosse -, importa ainda perceber se em determinados momentos o relataram numa perspetiva e noutros momentos noutra, em função do contexto social e político que se vivia, ou por razões de natureza editorial. Neste último caso basta a mudança de proprietário de uma publicação ou a alteração do corpo redatorial para se verificarem essas mudanças.

Importa aqui esclarecer que há sempre dificuldades inerentes à investigação, designadamente no acesso às fontes: os jornais. Num caso estamos a falar de um jornal centenário, noutros com mais de meio século de existência e, relativamente ao *Jornal de Leiria*, surgiu precisamente no último ano do período em análise, mas entendeu-se que seria importante o seu estudo para perceber, sobretudo, que tipo de conteúdos fazia parte do seu alinhamento editorial. A Marinha Grande era noticiada? Que tipo de temática?

Por outro lado, a maioria das edições analisadas foram publicadas durante o período do Estado Novo em que a censura prévia não facilitava em matérias de natureza política. O *18 de Janeiro de 1934* era precisamente uma temática que não tinha espaço nos jornais ou, se o tinha, era de forma disfarçada, obrigando o investigador a ler minuciosamente os textos na busca de referências à ação insurrecional.

Entre os anos de 1934 e 1974 são, efetivamente, raras as referências na imprensa regional e local ao movimento, o que nos leva a questionar se tal se deveu à censura salazarista - muito provavelmente, sim - ou se a ação caiu no esquecimento daqueles que tinham por missão informar os leitores - neste caso provavelmente também.

As respostas a estas dúvidas remetem-se para as conclusões deste trabalho, no qual se pretende verificar se foi a imprensa regional e local quem criou o(s) mito(s) ou se foram estes que alimentaram os principais jornais de Leiria e da Marinha Grande em função dos seus interesses, eventualmente políticos ou se ambos simultaneamente.

A verificação das representações nos jornais regionais e locais obedecerá ao seguinte critério: dos semanários mais antigos para os mais recentes.

Será realizada primeiramente uma análise diacrónica - através do tempo - e depois sincrónica - ao mesmo tempo - dos diversos periódicos relativamente ao que escreveram sobre o *18 de Janeiro de 1934*.

Este capítulo inicia-se com a verificação dos jornais da Igreja. São dois os semanários religiosos com projeção regional, que se publicaram na sede do distrito de Leiria no século passado: *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo*.

Todavia, outros jornais religiosos deram à estampa no século XX no distrito, mas de menor dimensão e com abrangência muito localizada, sobretudo em freguesias. Uns semanários, outros mensários.

Pode parecer estranho que os dois hebdomadários se tenham mantido ao longo de várias décadas, mas é um facto. E quer um quer o outro lá foram fazendo o seu caminho, muito virados para a comunidade cristã, menos urbana e mais rural, se bem que esta caracterização carece de alguma objetividade, pois ambos tinham leitores nas cidades e nas mais pequenas freguesias da região.

Nas observações feitas entre si não se notam rivalidades entre os periódicos, mas também não se verificam rasgados elogios ao trabalho do «concorrente».

Terá existido, assim, uma certa rivalidade camuflada pelos líderes dos dois projetos, cada um com as suas idiossincrasias e objetivos pessoais específicos, quiçá divergentes, até pela distância temporal entre a criação de um e do outro: cerca de duas décadas. Quer um quer o outro tiveram o seu papel na região. *O Mensageiro* a partir de 1914, e não foram necessários muitos anos para que atingisse o seu objetivo central. *A Voz do Domingo*, duas décadas depois, veio colmatar eventuais carências do seu concorrente, num campo mais religioso, orientado para a fé.

A realidade veio mostrar que ambos tiveram o seu tempo e que, caso tivessem optado pela união, ainda hoje poderia ser uma referência no jornalismo regional. Acabaram por dar lugar a um jornal que não tem a projeção que os seus antecessores granjearam. Descreve-se, seguidamente, o que os jornais afetos à Diocese de Leiria disseram, edição a edição, ano após ano, não só sobre o *18 de Janeiro de 1934*, bem como o que evidenciaram sobre a realidade social e política da região em geral e do concelho da Marinha Grande em particular.

### **1.1. A informar desde 1914**

*O Mensageiro* iniciou a sua longa maratona editorial no longínquo ano de 1914, vinte anos antes do *18 de Janeiro de 1934*. Para se entender o percurso do semanário leiriense e perceber os seus objetivos, o seu posicionamento e os temas que mais tratou neste período de tempo, expõem-se sumariamente alguns dos seus principais conteúdos.

Convém sublinhar que este trabalho visa, nesta fase, observar como a imprensa que se publicou no distrito representou o movimento insurrecional da então vila da Marinha Grande desde que eclodiu até ao ano de 1984.

O conteúdo dos jornais que se publicavam antes de 1934 têm, todavia, importância eventualmente para se perceber em que contexto eclodiu a ação revolucionária, mas o foco desta tese não é esse, é a forma como os jornais olharam para a iniciativa dos operários.

O «confronto» entre o que os diversos jornais publicaram será feito no ponto 3 deste capítulo.

Na edição nº 1 de *O Mensageiro*, publicada em 7 de outubro de 1914, a manchete revela, desde logo, ao que vinha a publicação: “Viva a Diocese de Leiria!”. Em baixo repete o título e exorta os católicos para que soltem o “brado que lhe sáe da alma”. Neste mesmo número diz-se que “há muito que a necessidade dum jornal católico se fazia sentir nesta região”. Com apenas quatro páginas, o semanário apresenta pouca informação local e regional e tem como diretor, proprietário e editor o padre José Ferreira de Lacerda.

Na edição de 21 de outubro - nº 3 - o jornal volta a referir que “um dos grandes deveres - senão o maior - que o Mensageiro se impôz é a campanha patriótica da restauração do Bispado de Leiria”. Sobre a Marinha Grande, nos primeiros números, há escassas referências. Vieira de Leiria, por vezes, é notícia no semanário.

Em 9 de dezembro escreve-se que um trabalhador da fábrica de vidraça caiu numa fossa e “foi levado para casa, em ombros, sem fala, sendo gravíssimo o seu estado”. Em baixo lê-se que um menino de 4 anos faleceu após ter ingerido dois decilitros de aguardente. Dois assuntos que hoje certamente que teriam repercussão em alguma imprensa e que *O Mensageiro* considerou relevante publicar, indo além dos temas religiosos.

Em 6 de janeiro de 1915 o jornal surge com um formato maior - mais largo - com o objetivo de “corresponder ao desejo manifestado por muitos amigos e poder inserir com regularidade as correspondências e colaboração que lhe é enviada”. Mantêm-se as 4 páginas semanais, a última das quais publicidade.

Semanalmente, o jornal publica a secção «Correspondências», que visa dar voz aos diversos concelhos e freguesias do distrito. Por norma são publicadas duas, no máximo três notícias.

As referências à Marinha Grande são escassas. O jornal não esconde a sua vocação católica e assume-o no cabeçalho.

Na edição de 12 de maio de 1915, em manchete, pode ler-se que “é indispensável a união”. Só assim será possível “pugnar pela defesa da liberdade religiosa”.

Em 11 de junho o jornal faz campanha pelo seu diretor, José Ferreira de Lacerda: «Votar em listas que não contenham o seu nome é votar contra o Programa dos Centros Católicos. É, pois, dever de todos, votar no nome do deputado proposto pelos Centros Católicos deste círculo». E mais em baixo diz-se: “votar, sendo-se católico, num deputado que o não seja é um crime porque é votar num inimigo da sua religião”. Na semana seguinte anuncia-se que Lacerda obteve 1.124 votos. O jornal interessa-se, assim, por temas políticos chegando ao ponto de apelar ao voto numa candidatura contra outras, ou seja, pode considerar-se que estamos perante um «instrumento político».

Em 27 de outubro de 1915 é a Festa de Santa Bárbara, no lugar da Garcia, a merecer destaque.

Na edição de 5 de janeiro de 1916, *O Mensageiro* cita *O Seculo* e fala da vila da Marinha Grande, afirmando que “não faltam fontes de receita que darão ao futuro concelho vida desafogada, dando margem a poderem ser feitos benefícios que até hoje se não conseguiram”. O semanário assegura que Leiria “só póde ver com bons olhos a criação daquele concelho”. O jornal apoia esta pretensão dos marinhenses e noticia que a Vieira “não deseja pertencer ao novo concelho”, pois segundo o jornal “só tem a perder em pertencer à Marinha Grande”.

Em 12 de abril de 1916, R. Silva escreve sobre a fundação da Marinha Grande. Associa o crescimento do povoado à criação do pinhal de El-Rei, em 1240 por D. Sancho II. Mas seria D. Dinis a dinamizar a mata. Em 1590 era uma pequena aldeia mas em 1600 foi elevada à categoria de freguesia. Tinha cerca de 200 fogos. Em 1675 eram 268 fogos e em 1864 eram 716. Em 1916, identificam-se mais do dobro dos fogos.

J. Custódio, na edição seguinte, refuta alguns dados escritos por R. Silva, designadamente a *paternidade* do *Pinhal do Rei*, bem como as datas de elevação a freguesia (1837) e a vila (1892)<sup>200</sup>. Não é intenção do investigador entrar nesta «polémica», além de que o foco deste trabalho são as representações do *18 de Janeiro de 1934* na imprensa regional e local de Leiria. Contudo, é uma pista para outros investigadores, que tenham interesse nas origens da Mata Nacional de Leiria, um imenso pulmão à beira-mar plantado, ao qual está

---

<sup>200</sup> A Marinha Grande passou à condição de paróquia-freguesia em 1600 e foi concelho em 1936/1937 (apenas nove meses). Tornou-se vila em 1892. O concelho seria restaurado em 1917.

associada uma cidade que cresceu em redor de uma fábrica de vidro, um dos palcos da ação insurrecional do operariado.

Por esta altura a Marinha Grande era esquecida, por norma, pelo jornal. Só muito raramente era feita qualquer referência. Em 28 de março de 1917 festeja-se a restauração do concelho e *O Mensageiro* não ignora esse momento histórico. O texto termina com um efusivo “viva o novo concelho”.

Em 30 de maio de 1917, «A Nacional Fábrica da Marinha Grande» é notícia na primeira página a propósito de uma ida a Lisboa de alguns operários “afim de falar ao ministro sôbre a triste situação em que se encontram algumas centenas de pessoas desta vila”.

O jornal diz que o povo está “triste e faminto”. Contudo, tem recebido apenas “desprezo” o “pobre operário”. Ou melhor, escreve o semanário, “a resposta é a fome e a miséria que está entrando em tantos lares”.

Na edição seguinte - 6 de junho de 1917 - o periódico revela que o governo vai rescindir o contrato de arrendamento da Nacional Fábrica de Vidros, questionando se o objetivo é a venda ou um outro arrendamento. O jornal volta a apelar a uma solução pois os operários estão “a morrer à fome”.

Nesta mesma edição, *O Mensageiro* escreve que estes são “os primeiros brados dum povo que tem fome. Escute as suas palavras enquanto abafadas ainda pela natural reserva de correligionários que esperam... esperam e... já encravados na miséria começam a desesperar”.

O semanário, neste mesmo texto, com destaque de primeira página, lembra ao governo que “a fome não tem lei. É preciso dar trabalho ou subsídio mas sem demora, já, já”.

Em 11 de julho de 1917, o jornal anuncia que o *Diário do Governo* publicou o decreto que fixa o dia 19 de agosto para a eleição da Câmara Municipal. E nas semanas seguintes não mais se lerá qualquer notícia sobre a vila no jornal do padre Lacerda.

Em 25 de abril de 1918 a manchete vai para a ida às urnas: «A Patria exige que todos os Portuguezes, sem excepção, votem no próximo domingo. Cumpramos, pois, esse dever! Catolicos e conservadores, votae!».

Em 23 de maio volta a ser notícia «A restauração do Bispado e o dever presente». Em baixo informa-se que “foi nomeada a comissão de censura á imprensa no distrito de Leiria”. Mas é em 27 de junho de 1918 que *O Mensageiro* rejubila com a restauração do Bispado: «Viva a Diocese de Leiria».

Na edição de 23 de agosto dá-se conta da “insólita tentativa de agressão” a Chaves Costa, “grande entusiasta pela restauração ou criação do concelho da Marinha Grande”. E em 4 de outubro é dado destaque à 1ª procissão à antiga na vila operária.

Em 22 de novembro de 1918 a Marinha Grande é notícia pela realização de uma procissão que, segundo *O Mensageiro*, “se realizou no meio do maior respeito de toda a gente”.

Diz o jornal que foi “um comovente espectáculo” e, por outro lado, “não houve uma nota discordante, não houve uma falta d’educação, não houve um fogueiro”. Este discurso pode indiciar que a vila, tendo tradições operárias, poderia eventualmente não ser do agrado daqueles que se opõem ao Cristianismo.

Em 20 de dezembro a morte do Chefe de Estado, Sidónio Pais, faz manchete no nº 217, o que é natural uma vez que o sidonismo, também designado Consulado Sidonista ou República Nova, que vigorou em Portugal entre dezembro de 1917 e dezembro de 1918, de direita, foi bem acolhido pela Igreja, devido à inversão da política religiosa adotada em 1910.

O semanário liderado pelo padre José Ferreira de Lacerda faz um ataque à censura na edição de 11 de janeiro de 1919, num texto intitulado «Pela Marinha Grande»:

“Não tem sido permitido pela censura referir-se este jornal á demissão dada pelo sr. governador civil á comissão que há poucos mezes geria aquele concelho. O que neste jornal é nefasto não o é na imprensa de Lisboa”.

Por esta altura já a imprensa regional sentia a ação da censura que não deixava passar alguns textos que poderiam ser menos simpáticos para o regime republicano, que cairia em desgraça em 1926. Já se verá como *O Mensageiro* acolheu a queda da I República e a chegada dos militares ao poder.

Em 26 de setembro de 1919 o jornal insurge-se contra a recusa das autoridades locais de emitir licença para “uma vistosa procissão”.

O semanário sugere que tal recusa se deve ao facto de a autoridade local ser, simultaneamente, “chefe da Loja Maçónica da Marinha”. Com esta decisão, escreve *O Mensageiro*, “prejudica-se o comercio visto não se realizar a costumada festividade”.

A partir de 1920 observa-se que o jornal começa, em algumas edições, a apresentar apenas duas páginas. A partir de abril inicia uma série de artigos sobre a restauração do Bispado de Leiria, tendo como figura de destaque D. José Alves Corrêa da Silva.



A Marinha Grande é referida em 3 de setembro de 1920 a propósito de uma grande festividade na igreja da vila, no dia 5.

Se com quatro páginas já não era fácil fazer um retrato da atualidade informativa local e regional, com duas a tarefa passou a ser hercúlea.

Em 1921 há apenas uma referência à Marinha Grande.

É na edição de 10 de setembro que o jornal faz rasgados elogios à classe operária marinhense:

“A laboriosa vila da Marinha Grande deu no pretérito domingo exemplo a que não podemos deixar de fazer referências. Cremos bem que só a Covilhã, excederá a Marinha Grande em classe trabalhadora, que constitue nesta ultima a quási totalidade da sua população. Elemento trabalhador, inteligente e educado, o operário da Marinha Grande impôs-se sempre pela sua conduta. Entre o patrão e o operário há sempre amizade. Tem havido grèves, é certo, mas estas resultam mais da crise de trabalho, da falta de colocação dos seus produtos, proveniente dos govêrnos em olhar com carinho para as industrias portuguesas, do que de exageradas pretensões dos operários ou das exigências de patrões.”

*O Mensageiro* escreve ainda:

“E’ o verdadeiro tipo de operário honesto e trabalhador o operário honesto e trabalhador o operário vidreiro. E’ vê-lo junto aos fornos trabalhando afanosamente durante a semana e aos domingos procurando reparar as suas fôrças em passeios alegres, fugindo dos ambientes deletérios. Inteligente, o operário vidreiro, estuda e tem o desejo intimo de se aperfeiçoar, de progredir, imitando, e até excedendo, o que de melhor se fabrica no estrangeiro. Não fazemos excepções à produção das fábricas porque trabalhando por assim dizer cada uma em sua especialidade os seus produtos são por demais conhecidos. Contamos em algumas velhos amigos, noutras conhecidos e de todas somos um admirador dos seus trabalhos, dos seus operários.”

No texto percebe-se depois a razão destes rasgados elogios: “Realizou-se no ultimo domingo uma festividade religiosa nesta importante vila, fazendo parte da mesma uma procissão, cerimonia que há muito ali se não realizava. Foi imponente a festa da igreja e foi grandiosa a procissão que percorreu as ruas da vila, debaixo dos olhares respeitosos dos operários e dos habitantes”. Percebe-se que o objetivo do escrito se relaciona com a tolerância que os operários deram à cerimónia religiosa, não a boicotando:

“São católicos todos os habitantes da linda e laboriosa vila? Não! População heterogenea, vinda de várias partes, temos ali todas as crenças, que se respeitam. Andavam ao menos os operários noutros tempos de opas vestidas em procissões? Também não!”.

E os elogios continuam:

“O operário da Marinha Grande foi sempre o que é hoje, inteligente, educado e trabalhador.

Quási podíamos afiançar que se alguém se atrevesse a perturbar a cerimónia religiosa do ultimo domingo, o operário seria o primeiro a condenar êsse facto, porque êsse labeu recairia sobre a sua classe. Respeitou a crença do seu semelhante e êste tem de respeitar a sua. Julgou algum operário a procissão ser um acto provocador? Julgou vêr naquele cortejo uma parada da reacção? Nada disso. O operário viu naquele acto uma manifestação externa ao culto de que não havia prejuízo para a sua crença religiosa ou para o seu ideal politico e respeitou êsse acto. Descobriu-se e dignificou-se mais ainda.”

É curiosa a alusão às convicções políticas dos operários:

“Não é republicano o operário? Ainda os manifestantes de Leiria não tinham nascido ou andavam por ai de opas vestidas e já o operário da Marinha Grande era republicano socialista. O que o operário da Marinha nunca foi é pretendente á gamela do Estado, nunca quis subir calcando as crenças dos outros; para se elevar basta-lhe o seu trabalho, a sua inteligência, a sua educação.”

No ano de 1922, *O Mensageiro* não faz qualquer alusão à vila operária. Opta por outros temas, tais como a atividade religiosa da Diocese, Fátima, as paróquias, visitas pastorais, breves sobre algumas freguesias do distrito, política e a publicidade, indispensável para a sobrevivência do jornal.

Relativamente aos assuntos políticos, na edição de 18 de novembro de 1922 o jornal anuncia o «Grande triunfo dos monarquicos no concelho de Leiria». A lista liberal perdeu “não obstante as violencias, ameaças, votos duplos e outras alcavalas”.

Em 1923, *O Mensageiro* não altera a sua conduta editorial, nem o número de páginas. Em 22 de fevereiro, numa primeira página mais reduzida, pode ler-se: «O anuncio é o melhor agente de negocios. Portanto anunciai em O Mensageiro, que é o Jornal de maior circulação em Leiria e todo o distrito».

Das quatro páginas semanais, praticamente duas são publicidade, o que deixa pouco espaço para as notícias. Em 26 de maio de 1923 são publicadas três breves, muito breves, sobre a atividade da paróquia.

Em 16 de junho o semanário faz uma chamada de atenção ao que se passa no país: «A Republica está em perigo! Politico! Negociatas! O desgraçado povo!». Olhando para a realidade de Portugal de 2015, é muito provável que se encontrem algumas semelhanças com a realidade de há praticamente um século atrás.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 29 de setembro de 1923 a propósito da «Imponente festividade religiosa. As ruas da vila são percorridas por uma vistosa procissão. 1ª Comunhão de crianças. S. Ex.a Ver.ma visita mais uma vez a vila».

Em 26 de janeiro de 1924 o jornal fala do “grande industrial e capitalista sr. Guilherme Roldão”, a propósito de se ter lembrado dos “desprotegidos da fortuna”.

Na edição de 1 de março, na rubrica «Pela Marinha Grande», o jornal opina sobre a Fábrica Nacional:

“Faliu por completo a socialização desta Fábrica. O auxílio prestado pelo Estado, ou seja por todos nós, dando aos operários, lenha, edifício, e utensílios, não produziu os resultados desejados, a não ser aos que se aproveitaram daquela socialização para se locupletar.

O mais grave é serem sempre os operários que sofrem as consequências, quando estes pela sua sinceridade e pelo seu trabalho teem direito a não servirem de degrau para certos meneurs treparem na escala política e encherem as algibeiras, sem nada fazer, com o produto do trabalho dos outros.

Veio agora a esta vila o ex-ministro socialista, conhecido pelo camarada Augusto. Prometeu aos operários pôr a Fábrica a trabalhar com capital seu e de vários amigos. Oxalá esta promessa se cumpra, pois nos custa ver aquele magnifico edificio inutilizado e ao mesmo tempo assistir à situação dos operários.

O governo cedeu já lenhas, tendo alguma dado entrada na Fábrica.”

Observe-se a crítica política sobre a relação entre o poder central e os agentes económicos locais e a situação social dos operários.

Em 15 de março de 1924, na mesma rubrica «Pela Marinha Grande», são publicadas várias notícias breves, entre as quais uma «Festa íntima» promovida no seu palacete pelo empresário Carlos Galo e sua esposa.

Já em 3 de janeiro de 1925, devido à grave crise na sequência do encerramento de empresas, foi decretada a criação de uma “cosinha económica na Marinha Grande” para atenuar as dificuldades por que passa o operariado.

O ano de 1926 traz um novo formato. Trata-se de uma “nova etapa de vida gloriosa que cumpre pôr em relevo para convenientes evocações do passado e reanimar o espírito na caminhada que já vem de longe e há de seguir enquanto julgarmos útil a nossa acção para a vida religiosa, regional e política do nosso distrito”.

O periódico passa a oito páginas e apresenta-se com muito mais publicidade. Aliás, o jornal perde por esta altura vocação informativa e ganha no plano comercial.

Notícias sobre a Marinha Grande são coisa rara durante o ano em que se instaurou uma Ditadura Militar em Portugal. Sobre a revolução, ocorrida em 26 de maio, o jornal publica no dia 29 que o exército “vai tentar acabar, como em Espanha, com as quadrilhas políticas”.

Na edição de 5 de junho de 1926 questiona-se: «Temos enfim tranquilidade?». A operação militar merecerá nas semanas seguintes vários artigos sobre o fim da aventura republicana e o início de uma nova era na vida do país. Relativamente à vila operária as notícias são escassas e quando surgem estão relacionadas, quase sempre, com a atividade da igreja.

Na edição de 8 de outubro de 1927 aborda-se a «sindicância ao Chefe da Secretaria da Câmara» e em 29 de outubro fala-se de interesses regionais a propósito da «anexação da freguesia de Pataias ao concelho da Marinha Grande». Nesta mesma edição é referido que “há grande entusiasmo na vizinha freguesia de Pataias pela sua futura anexação ao concelho da Marinha Grande”. Ainda a este propósito questiona-se em 19 de novembro: «Alcobaça ou Marinha Grande?». O tema volta a ser debatido na edição de 26 de novembro.

Em 1928 não são muitas as notícias da Marinha Grande. Em 28 de abril é a estrada Leiria-Marinha-Nazaré a ser notícia e em 16 de junho dá-se conta do pedido de demissão do presidente da Câmara, António Paula Brito.

Em 29 de setembro de 1928, *O Mensageiro* noticia que o pároco da vila se encontra de férias em Mira. Na sua ausência tomou conta da paróquia o padre Galamba de Oliveira, que uns anos mais tarde fundará *A Voz do Domingo*.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 9 de março de 1929. O jornal aborda «A festa dos Bombeiros» e duas partidas de futebol disputadas no Campo da Portela.

A visita do Chefe de Estado ao distrito de Leiria merece grande destaque na edição de 18 de maio do jornal. Escreve *O Mensageiro*:

“O largo fronteiro aos Paços do concelho está repleto de pessoas, que num entusiasmo delirante aclamam o Chefe do Estado. Da Vieira tinham ocorrido à Marinha centenas de pessoas estão apinhadas de pessoas pendendo daquelas lindas colchas. A Rua Marquês de Pombal aparenta um aspecto deslumbrante pelo grande número de senhoras, que atira flores, pelos seus garridos e ricos vestidos e pelas colchas. O chão está atapetado de flores, tal a profusão com que são atiradas. O chefe de Estado apela-se para agradecer a manifestação, retomando momentos depois o automóvel que o levará a Leiria e que é seguido por dezenas e dezenas de carris de Alcobaça, Caldas, Marinha, Nazaré, Vieira e Leiria.”

Até ao final do ano de 1929 não há mais informação relevante sobre o concelho da Marinha Grande. Vejamos agora os anos de 1930, 1931 e 1932.

Na edição de 25 de janeiro de 1930 publica-se uma notícia sobre um «Lamentável desastre», na qual se reconhece algum sensacionalismo:

“Na estrada da Marinha Grande, deu-se na quarta-feira um desastre que ia custando a vida a duas pessoas desta cidade.

Manuel Simões Maia e o capitão Ferreira, de infantaria 7, dirigiam-se para a Marinha no carro de que aquele é proprietário, quando foram de encontro a um carro puxado por duas vacas, que vinha em sentido oposto.

Do choque resultou a danificação do automóvel, tendo uma das vacas sido abatida, em virtude de ter ficado com uma pata partida e um dos chifres.

Os passageiros do automóvel, assim como o condutor do carro das vacas, ficaram ligeiramente feridos, tendo sido pensados no Hospital D. Manuel de Aguiar, donde seguiram para as suas casas.

Segundo nos consta a vaca abatida foi pelo sr. Manuel Simões Maia, oferecida às casas de caridade, gesto que é de louvar.”

Por esta altura o jornal tem uma vocação bastante publicitária e pouco informativa. As notícias são quase sempre breves, à exceção da manchete, normalmente um texto de opinião do diretor.

Esporadicamente surgem informações da Marinha Grande. Na edição de 12 de abril anuncia-se que a autarquia vai investir na canalização de águas.

Em 31 de maio são os «Quatro anos de Ditadura» em destaque: “os benefícios que advieram dêste estado de cousas estão bem à vista para que seja necessário enumerá-los”. Por isso, “Viva a Ditadura!”.

Em 8 de junho mais notícias da Marinha Grande: a visita do Governador Civil à vila, a festa da Senhora do Rosário e a vinda da colónia marinhense residente em Lisboa.

Sobre a Marinha Grande pouco mais se escreveu, a não ser uma ou outra iniciativa de cariz religioso.

Em 1931 a primeira notícia sobre a Marinha Grande é publicada em 14 de março: «Num banquete que lhe foi oferecido e na estação do caminho de ferro foi feita uma calorosa manifestação ao secretário da Câmara Municipal, sr. Jaime Coutinho».

Na edição de 27 de junho fala-se da homenagem ao Delegado de Saúde, Cipriano Palhavã, da inauguração da cabine telefónica de S. Pedro de Moel e do breve regresso de Afonso Lopes Vieira a S. Pedro de Moel.

A crise operária na vila é abordada em 11 de julho de 1931: “É grave a crise que os operários da Marinha Grande estão atravessando. Com reduzido número de dias de trabalho nalgumas fábricas, com outras encerradas, algumas centenas de operários, estão sofrendo os efeitos dessa terrível crise”.

*O Mensageiro* acrescenta: “o governo mandou abrir alguns trabalhos na Mata Nacional estando a trabalhar na abertura de estradas e valas aproximadamente 400 operários”. Esta decisão “veio atenuar a aflitiva situação que estes operários estavam suportando”.

O movimento revolucionário de 26 de agosto é notícia em 5 de setembro. O jornal fala de uma “infeliz e impatriótica tentativa” de derrubar o regime, prontamente dominada pelas forças leais ao governo.

Sobre as revoluções, *O Mensageiro* titula: «Basta! Basta! Basta!». Nesta mesma edição aborda-se, de novo, a «Crise operária na Marinha Grande» por terem “paralisado quase por completo os trabalhos nas fábricas”.

Na edição de 10 de outubro o semanário dá conta da nomeação do novo administrador do concelho, Álvaro de Barros, numa altura em que todos “ambicionam a paz”.

Em 24 de outubro noticia-se que vão reabrir duas fábricas que estavam encerradas. Este assunto tem continuidade em 7 de novembro pois foram adjudicados 200 contos “para serem abertos trabalhos na Mata Nacional e, assim, se procurar acudir à crise da classe vidreira, encontrando-se esgotada”.

O objetivo é abrir “novas estradas, que muito vão beneficiar a Mata Nacional”. A 28 de novembro aborda-se a «Semana Antoniana e Visita Pastoral na Marinha Grande».

Chegados a 1932, *O Mensageiro* não é indiferente e cataloga os reviralhistas de «Medrosos, Despeitados e Equilibristas».

Em 5 de março pode ler-se que se realizou na vila “uma imponente manifestação em que se incorporaram milhares de pessoas”, as quais gritaram vivas ao Ministro do Interior, Finanças, Governador Civil e autoridades locais.

Na edição do dia 12 é noticiado “um grave incidente entre operários e patrões na fábrica de vidros Guilherme Pereira Roldão, Filhos”.

Este conflito terá novos esclarecimentos nos números de 16 e 23 de abril e é a face visível de uma vila em que o operariado não hesitava em recorrer à greve quando estava em causa a luta por mais e melhores regalias.

Na edição de 26 de março, *O Mensageiro* escreve que, na Marinha Grande, “foram levantados vivas à Ditadura, à Pátria, e às autoridades”.

Já em 21 de maio anuncia-se uma grave crise no comércio, agravada pelo “encerramento de fábricas”.

Mas é em 12 de novembro que é publicado um texto importante sobre a vila, do qual se podem extrair algumas pistas muito importantes para o que viria a suceder em 18 de janeiro de 1934:

“Por motivos, que é doloroso recordar, fôra encerrado o seu sindicato e presa a sua direcção.

Conduzidos os presos primeiramente para Leiria e depois para Lisboa, foram êstes soltos após dias de secretário do sindicato, o operário Sr. Armando Cato, o operário Sr. Armando Magalhães, que disfruta no meio dos operários gerais simpatias.

Pelo que nos foi dado presenciar, Armando de Magalhães não conta um único inimigo na classe operária. Durante longos dias acorreram aos quartos da Policia de Leiria e à sala do Aljube em Lisboa centenas e centenas de operários. Só os operários que se não podiam transportar, deixaram de visitar na prisão o secretário do sindicato.

Da Figueira da Foz vieram num dia 85 operários. A simpatia, Armando de Magalhães disfruta, provém lhe da forma como sabe zelar os interesses do operariado, que conseguiu reunir num Sindicato, onde alheio a políticas e a correntes estranhas, só se procura o bem estar moral e material dos que trabalham.”

Os elogios a Armando de Magalhães continuam: “Com um temperamento que nos não cansamos de admirar, pela serenidade com que encara os acontecimentos, a sua prisão, o encerramento do seu sindicato, que para êle é tudo, pelos boatos que lhe chegam sobre o seu destino, não tendo jamais uma palavra que denunciasses ódio, represália, vingança, Armando de Magalhães parece destinado a dirigir multidões. Deixemos o que podíamos dizer para nos referirmos ao que se passou nos dias 31 de Outubro e 1 de Novembro no meio operário da Marinha Grande.”

Em baixo a referência à reabertura do Sindicato: “No primeiro dia foi aberto o sindicato, cujas portas estavam seladas e o edifício guardado há quâsi dois meses por sentinelas da guarda republicana. A Direcção do Sindicato, nomeada pelo Ex.mº sr. Governador Civil de Leiria e a que ficava presidindo o nome prestigioso do operário Januário Martins, a quem todos os lugares da freguesia devem os mais relevantes serviços, é recebida com vivas de alegria pelo elemento operário. As salas dos edifícios do sindicato destinadas aos operários e operárias, perfeitamente separadas regurgitam. Em muitos olhos há lágrimas. A abertura do sindicato onde são tratados todos os assuntos referentes à classe operária desanuvia o futuro e dá a todos a esperança de que dentro em breve terão junto de si quem tudo sabe sacrificar pelo bem estar dos seus companheiros de trabalho.”

E depois o regozijo pela libertação de Armando Magalhães.

Apesar de longa, a citação é de uma enorme importância para se perceber o contexto social e político da Marinha Grande em 1932:

“São milhares e milhares de pessoas, homens, mulheres, crianças que rodeam, assaltam o carro, que o impedem de avançar. Soltam-se vivas ininterruptamente ao ex.mº Ministro do Interior, ao ex.mº sr. Governador civil, a Armando de Magalhães. Escondido no fundo do carro, êste, procura furtar-se à manifestação. E´ com dificuldade que atinge o largo em frente do teatro. Aí Armando de Magalhães é arrebatado, levado aos ombros, há flôres, há um entusiasmo indescritível. A multidão invade o teatro; há uma sessão, há discursos; nem uma ameaça, um insulto. Há vivas correspondidos com sentimento de agradecimento. A multidão que estaciona no largo, por no teatro, onde tudo está de pé não haver um só espaço vasio, embora não ouça os oradores, acompanha os vivas soltos no interior do teatro e por sua vez levanta novos vivas.

Daí a momentos forma-se um cortejo em direcção ao sindicato. Pelo caminho os milhares de operários aclamam incessantemente o ex.mº Ministro do interior, o ex.mº sr. Governador Civil, a Ditadura.

Temos ocasião de ver operários abraçarem-se, chorar de alegria, velhos e novos, pessoal de todas as classes manifestando o seu regosijo.”

*O Mensageiro* conclui nesta sua edição de 12 de novembro de 1932 que “do que vimos concluimos que o operário da Marinha Grande não é o operário desordeiro, bolchevista, que se pretendia fazer acreditar, mas operário que procura, dentro dos limites da justiça conquistar direitos que a lei e o seu trabalho dá”.

O tempo encarregar-se-á de mostrar o contrário, alguns meses mais tarde, embora não se possa generalizar à população da vila pois foi apenas um grupo de revolucionários que se aventurou.

Em 26 de novembro questiona-se a possibilidade do edifício da Resinagem poder vir a tornar-se num mercado municipal fechado.

Na última edição do ano, *O Mensageiro* transcreve o discurso do Governador Civil na tomada de posse do Administrador do Concelho. O político afirmou, entre outras coisas, que neste concelho “existe um grande número de pessoas que defendem e servem a Ditadura”.

Na edição de 14 de janeiro de 1933, fala da possibilidade de ser criada uma Caixa de Reformas, “com o auxílio de alguns industriais”. Na edição seguinte, em manchete, dá-se conta que Oliveira Salazar “vai-lhe ser prestada uma grandiosa homenagem acentuadamente nacional”.

Já em 11 de fevereiro de 1933 o correspondente na Marinha Grande aborda vários assuntos, de forma breve, designadamente dos melhoramentos nas escolas da Garcia e Picassinos e nos buracos nas calçadas.



Em 4 de março mais uma série de pequenas notícias sobre a mudança de instalações dos Bombeiros Voluntários e o grande número de pessoas atacadas pelo vírus da gripe.

A nova Constituição é noticiada em 11 de março de 1933, com a questão: «Sim? Não?». Nesta mesma edição, o correspondente escreve que visitou a Nacional Fábrica de Vidros “e ficámos maravilhados pelas evoluções por que tem passado, nos últimos tempos”. Pode ler-se ainda que “a velha fábrica do Estado passou ultimamente por uma fase de progresso, que faz, não só honra á Marinha Grande mas até ao nosso País que no mercado pode apresentar trabalhos que sem encómos rivalizam com os do estrangeiro. Felicitamos sinceramente o ilustre director da fábrica incansável trabalhador que tão inteligentemente se sabe desempenhar de árdua missão de que está incumbido”.

Na edição de 18 de março a capa do jornal vai para «A obra da ditadura no distrito de Leiria» e na semana seguinte são publicados os resultados do plebiscito no distrito de Leiria. Na Marinha Grande os eleitores eram 2.479 dos quais votaram a favor da Constituição 1.569. Abstiveram-se 906 pessoas e votaram contra apenas 6. Pela sua importância política, os resultados no distrito foram os seguintes (o primeiro valor refere-se ao número de eleitores, o segundo os que votaram, o terceiro os que se abstiveram e o quarto os votos contra):

“Alcobaça: 6.954 - 4.332 - 2.609 - 13; Alvaiázere: 3.113, 2.696, 414, 3; Ancião: 3.389, 2758, 553, 78; Batalha: 1.983, 1.552, 433, 3; Bombarral: 2.507, 1.228, 1.266, 13; Caldas da Rainha: 6.293, 3.848, 2.431, 14; Castanheira de Pera: 2.057, 1.725, 325, 7; Figueiró dos Vinhos: 1.979, 1.892, 87; Leiria: 10.614, 7.419, 3.127, 68; Marinha Grande: 2.479, 1.569, 906, 6; Nazaré: 2.027, 1.622, 399, 6; Óbidos: 2.270, 1.625, 642, 3; Pedrógão Grande: 1.407, 1.025, 382; Peniche: 3.437, 1.583, 1853, 1; Pombal: 12.490, 10.160, 2.309, 21; Porto de Mós: 3.753, 2.481, 1.267, 5; Totais: 66.757; 47.513; 19.003, 241”.

*O Mensageiro* não esconde a sua simpatia pelo Estado Novo.

Em 13 de maio o jornal noticia o nome do novo administrador: Joaquim Ferreira Domingues.

É o presidente da Comissão da União Nacional do concelho. Recorde-se que, por esta altura, estávamos a meses da eclosão do movimento insurrecional.

Na edição de 10 de junho o semanário publica uma série de decisões da Câmara Municipal da Marinha Grande, entre as quais a “instalação da rede urbana telefonica”.

Dá-se ainda conta que na Fábrica de Vidros Lusitana “surgiu há dias um conflito devido à disparidade de vencimentos, que em seguida foi solucionado devido a transigencias do patrão e empregados”.

Em 8 de julho de 1933 anuncia-se que “A Camara Municipal dêste concelho vai tratar com brevidade do abastecimento de água a esta vila para o que conta com uma verba do Estado, visto os recursos camarários não permitirem que se execute a obra em toda a sua totalidade a expensas suas”.

Na edição seguinte o jornal anuncia as principais decisões da autarquia. Este é um ano em que *O Mensageiro* publica diversas notícias sobre a vila operária.

Por exemplo, em 29 de julho, na capa, anuncia-se a inauguração da rede telefónica urbana e “verá satisfeita a sua tão justa e tão legítima aspiração de ver instalado na antiga Resinagem o seu mercado fechado”.

A 5 de agosto, na primeira página, mais uma notícia «Da Marinha Grande». Escreve-se que “o Governo da Ditadura acaba de dotar com 13 contos a futura escola do lugar das Trutas”.

Na edição de 16 de setembro o jornal titula: «Mais telefones. Inauguração da rede urbana da Marinha Grande» e em 30 de setembro é a política nacional a ter destaque: «Necessidade de agir. Estado Novo. O que urge fazer».

O jornal critica os velhos partidos políticos, que “morreram”, e manifesta-se a favor do polémico «Estatuto do Trabalho Nacional», que estará na origem da revolta do operariado.

*O Mensageiro* escreve a propósito do ETN: “Os indivíduos, a Nação, a propriedade, o capital e o trabalho, a organização corporativa e a Magistratura e o trabalho eis os magnos assuntos sobre que legisla esse Decreto. Nos *Sindicatos Nacionais* terão todas as profissões as defesas dos seus interesses”.

Na edição de 14 de outubro o correspondente na Marinha Grande escreve que “ainda se encontram presos em Leiria os quatro indivíduos que foram acusados de ter espancado o nosso amigo Januário Martins, ignorando-se se confessaram o crime”.

Em 29 de outubro o semanário questiona: «Crise? Por quê?» Em baixo diz-se que há “boatos em curso” que visam derrubar o Governo. O jornal cita Salazar dizendo que “não há crise” e que é inútil o estratagema de usar boatos para fazer cair governos.

Ora estes boatos podem estar relacionados com as movimentações do operariado. Aliás, em 4 de novembro fala-se de «Mais uma tentativa revolucionária», em Bragança. Foi assassinado um oficial por um 1º sargento e um grupo de revolucionários civis. Relativamente aos sindicatos nacionais, *O Mensageiro* diz em 25 de novembro que o operariado português está mais preocupado com “fins políticos do que de defeza económica”.

Daí que os exorte a seguir outra via e não fique “na esperança de que um *revirvalho* lhes trará o suspirado diploma de revolucionário civil ou manterá as regalias de antigos diplomas congéneres”.

Em 9 de dezembro o semanário publica uma parte da nota oficiosa do governo que dá conta do programa dos revolucionários e da ideologia democrática, realizações socialistas e métodos revolucionários. A ideia é desacreditar as suas ideias de forma a que o povo as rejeite. *O Mensageiro* concorda com a nova ordem política e garante que “a família, a mulher, a propriedade, o exército, a religião, tudo seria subvertido pela revolução, que lançaria o País na desordem, depois de o ter afogado num mar de sangue”.

Pressentia-se que algo estaria para acontecer. Neste mês de dezembro decorre em Leiria uma sessão de propaganda do Estado Novo e o semanário dedica-lhe uma página e meia na qual dá vivas a Portugal e a Salazar.

Em 23 de dezembro anuncia-se a «Construção dum dispensário anti-tuberculoso na Marinha Grande» para “atender às necessidades da população operária daquele importante centro fabril”.

Na última edição do ano há «Notícias da Marinha Grande» sobre o dispensário anti-tuberculoso e o calcetamento “desde a Praça até ao Lusirão”. Não há qualquer indício de que possa eclodir uma revolução.

O ano de 1934 abre com notícias sobre telefones, a vinda de 113 barras de ouro para Portugal, oriundas de França, o congresso regional dos ferroviários. No interior - página 2 - alude-se, em 6 de janeiro, ao natal dos pobres da Marinha Grande:

“A Juventude católica feminina da Marinha Grande confeccionou cêrca de 200 enxovais, que distribuiu no dia de Natal por outras tantas creanças, que na sacristia da Igreja compareceram pelas 12 horas, levando a competente senha.

Àquele local afluiu grande número de mães com os seus filhos, que não sendo portadoras de senhas apelaram também para a comissão que nada mais tinha para distribuir.

Ao ver a miséria que ia pela Marinha Grande o industrial sr. Carlos Salgueiro dos Santos Galo, que estava presente, fez distribuição de grande quantidade de esmolas por todos os pobres presentes, no que gastou algumas centenas de escudos. Este acto fez com que todos os pobres bendissem aquele bemfeitor, retirando todos satisfeitos por lhe ter proporcionado assim um Natal mais alegre”.

Este texto, publicado num jornal com sede na capital de distrito, revela que a situação na Marinha Grande era dramática para algumas centenas de famílias, que viviam na miséria. Talvez por isso se perceba que, alguns dias mais tarde, um punhado de operários tenha avançado para uma luta que acabariam por perder de forma inequívoca, alguns provavelmente

em desespero por não conseguirem sustento para as suas famílias. Para além da vertente política, que é inegável, o *18 de Janeiro de 1934* pode e deve ser observado numa lógica social. Na edição de 13 de janeiro a manchete vai para as «Casas do Povo», “a base de todo o Estado Corporativo”.

Não há, neste número, qualquer referência à possibilidade de eclodir uma ação insurrecional.

Seria, aliás, estranho que fosse anunciado na imprensa, porque o efeito surpresa talvez fosse importante, ainda para mais num jornal católico, que saudara a nova ordem corporativa e que apelava a uma atuação social e económica dos sindicatos em vez da sua politização.

Em 20 de janeiro de 1934, *O Mensageiro* dá amplo destaque ao «Movimento Extremista», assumindo desde logo uma posição óbvia.

Diz que “a rápida e enérgica acção do governo, apoiada por todas as autoridades, pelo Exército e pela Armada, impediu que Portugal fôsse inundado de sangue - Os acontecimentos. Na Marinha Grande e noutras terras”:

“(…) Os revolucionários só procuravam matar, incendiar, destruir, fazendo de Portugal um México, uma Espanha, uma Rússia, onde o sangue das vítimas desaparecesse, bebido pelos incendios.

O que se passou denota bem o espirito, que animava os revolucionários, caso êstes triunfassem.

O Governo, que tem nas suas mãos o destino de uma Pátria de Heróis e de homens dignos e não de assassinos, soube, como saberá sempre, cumprir o seu dever”.

Fica clara a linha editorial do jornal relativamente ao pensamento comunista. Relativamente à Marinha Grande, o jornal mostra, da mesma forma que o faz para o plano nacional, a sua veemente repulsa pela tentativa de derrube do poder orquestrada pelo movimento operário:

“A Marinha Grande, vila laboriosa, um dos grandes centros industriais de Portugal, não foi furtada aos tristes acontecimentos.

O operariado daquela vila, sempre tão comedido em todas as revoluções, dotado sempre de bons sentimentos, atirando-se algumas vezes para a greve no intuito de conseguirem melhoria de situação, apareceu-nos agora armado de bombas, de armas mortíferas, destruindo, tentando matar!

O operariado, não dizemos bem, um pequeno número de operários, pois não pode atribuir-se aos 4 ou 5 mil operários, que tem a Marinha Grande, o que se passou naquela laboriosa terra e foi praticado por algumas dezenas.”

*O Mensageiro* questiona: “Quem os ensinou no fabrico e arremesso de bombas? Quem lhes ensinou o manejo das armas e lhas facilitou? Quem aliciou os revolucionários, na sua

maioria rapazes de 18 ou 20 anos, dementando lhes os cérebros? Quem é o culpado de ir haver agora lágrimas e fome em alguns lares?

Ainda em relação à Marinha Grande, o jornal escreve que foi na vila operária “que o movimento comunista mais se manifestou” na “nevoenta e fria” manhã de 18 de janeiro de 1934.

O semanário revela que esteve na Marinha Grande “e ali ouvimos e observamos o que vamos contar aos leitores”:

“Pequenos grupos, que pela uma hora da noite começaram circulando nas imediações da Praça e Rua Marquês de Pombal, foram engrossando pouco a pouco, indo assaltar o quartel da guarda republicana.

Atacados com bombas, atiradas dum terraço, que fica em frente e domina êsse quartel, a guarda, que ao principio só tinha o sargento e três praças, estava impossibilitada de agir, resistindo no entanto.”

A reação dos guardas da GNR é um assunto controverso uma vez que a análise aos dados documentais e bibliográficos aponta noutro sentido, que não foi dado qualquer tiro. Esta é uma entre muitas outras contradições que se encontram plasmadas nos jornais, quer sejam de cariz nacional ou regional.

A citação seguinte já faz algum sentido, pois as fontes apontam todas neste sentido, apesar das dúvidas que se levantaram no regime relativamente à convivência do diretor da fábrica na ação do operariado:

“As janelas e portas voaram em estilhas, sendo depois o quartel assaltado pelos comunistas, que desarmaram a guarda, apoderando-se do armamento e munições, foram entregar os soldados e sargento na Fábrica Nacional, confiados à guarda do sr. director daquela Fábrica, que os recolheu num dos gabinetes para os livrar de qualquer outro atentado”.

O assalto à estação de Telégrafo-Postal é igualmente relatado, tal como os disparos e as bombas dirigidas à habitação do industrial Emílio Galo.

Estes episódios são transversais a toda a imprensa, nacional e regional:

“Enquanto êstes factos se passavam na Marinha Grande, uma força de policia e guarda republicana seguia em camionete para a Marinha. Ao chegarem à curva próxima da ponte de Albergaria, a camionete encontrou a estrada vedada por grossos pinheiros, que os revolucionários tinham cortado e atravessado na estrada.

Descendo da camionete as forças da policia e guarda marcharam apressadamente para a Marinha, ocultos pela noite e pelo denso nevoeiro. No caminho ouviam o tiroteio e o estrondo das bombas, nada detendo as forças, embora pouco numerosas.”

Ao chegarem à vila, acrescenta o jornal, “perguntam do lado dos comunistas: Se veem da parte do comité podem avançar. A resposta foi o matraquear da metralhadora, que fez ver aos revolucionários o que os esperava. Emboscando-se nas esquinas e disparando a esmo tiros, os revolucionários foram fugindo a pouco e pouco, podendo julgar-se sufocado por completo o movimento às 8 horas da manhã”.

A hora exata em que o hipotético *soviete* caiu às mãos dos militares também não é consensual, muito menos quanto tempo, os operários, tiveram o efetivo controlo da vila nas suas mãos.

Mais relevante que o tempo que a vila esteve sob as ordens dos operários, são as contradições existentes relativamente a este assunto, que inquinam a veracidade dos factos que foram desfilando ao longo dos anos, ao sabor dos interesses políticos e pessoais.

O jornal alude aos ferimentos que se verificaram: “ficou ferido um policia e um guarda republicano não sendo felizmente graves os ferimentos. Dos extremistas sabia-se haver pelo menos dois feridos, um deles com uma perna fracturada por uma bala. Um largo fio de sangue indicava o longo trajecto seguido pelo ferido, que o derramara”.

Os militares controlaram facilmente a situação e decretaram “o estado de sítio”, não sendo permitido a ninguém transitar “após as 6 horas”. Dia após dia, foram feitas “muitas prisões, apreendido parte do armamento roubado e duas dezenas de bombas”.

*O Mensageiro*, nesta edição, apresenta «Notas Soltas» relativamente às consequências do movimento, entre as quais se destacam as “56 prisões” e a condenação do movimento por parte de alguns operários, “visto não lhes faltar trabalho e este ser bem remunerado”. O semanário acrescenta “uma nota tristíssima” visto os “extremistas” presos serem, na sua maioria, “menores de 18 e 20 anos”.

Mais uma vez, o jornal mostra repulsa pelos acontecimentos, agravada pela idade dos operários, a maioria dos quais já trabalhava há mais de uma década. Por aquela altura a escola era a fábrica, o sustento de tantas famílias.

Relativamente à liderança do movimento na Marinha Grande, o jornal escreve: “são apontados por todos como chefes do movimento e fabricantes das bombas um tal Amarante, que se dizia alfaiate e viera há tempos de Lisboa residir na Marinha e um Guerra, natural da Figueira da Foz, elemento indesejavel, que há muito anda fugido á policia. Nenhum deles foi prêso”.

Também aqui há fortes divergências relativamente à liderança, pois há vozes que apontam em vários sentidos.

É mais um elemento que conduz a contradições, tal como a questão do *soviete*.

Na edição de 27 de janeiro de 1934, o jornal volta ao assunto do «Movimento Extremista», não esquecendo a Marinha Grande:

“Foi nesta vila, como dissemos, que o movimento extremista teve maior repercussão, devido aos atentados contra a Estação Telegrafo-Postal, Posto da Guarda Republicana e habitação do industrial sr. Emilio Galo. (...)

Os detidos para averiguações confessaram a parte que tomaram no movimento, indicando quem os aliciara, lhes distribuiu armamento, local das reuniões e fins do movimento”.

O jornal volta a apresentar «Notas» nas quais nega que os extremistas “assaltaram em primeiro lugar a Estação de Telégrafo-Postal e foi desta que enviaram um «ultimatum» pelo telefone ao sargento, comandante do Posto, que só depois foi assaltado”. O semanário informa ainda que “foram demitidos o sargento, cabo e praças do Posto da Guarda da Marinha Grande”. Pode ler-se, por outro lado, que os industriais da Marinha Grande telefonaram ao Ministro do Interior a agradecer as “rápidas providências tomadas aquando do movimento extremista”. Fica claro, em 1934, de que lado estavam os industriais. Era natural este posicionamento, uma vez que o movimento visava também as entidades patronais e o controlo dos meios de produção pelo operariado.

*O Mensageiro* informa que as tropas de caçadores 2 e artilharia “retiraram no dia 22 da Marinha Grande, estando ali apenas a cavalaria, guarda republicana e policia”.

Ainda na edição de 27 de janeiro - página 2 - pode ler-se uma peça no canto inferior direito sobre os «Acontecimentos na Marinha Grande». O jornal anuncia os nomes dos indivíduos libertados por não se ter provado a sua culpabilidade e revela que estão em Leiria “os hábeis agentes da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, srs. Antero Cruz e Gonçalves Dias, que têm trabalhado dia e noite no apuramento das responsabilidades dos presos”.

Na página 4, ainda na edição de 27 de janeiro de 1934, *O Mensageiro* noticia que “foram ontem presos os seguintes indivíduos: Augusto Sousa e Manuel da Embra, da Marinha Grande”. Em baixo o periódico publica: “Seguiram ontem para Lisboa numa camionete, acompanhados por uma fôrça de policia, os seguintes presos: António Guerra, chefe do movimento extremista da Marinha Grande; Bernardino Braz e Mário Marques de Oliveira que fizeram parte do grupo que assaltou a estação dos Correios; Francisco Pereira da Silva, Adriano Neto Nobre, João do Norte e João Ferreira Grácio, que tomaram parte no assalto ao

posto da Guarda Republicana; João de Sousa, Álvaro André, José Soares, Manuel Silverio, Jacinto Rodrigues Guerra, Antonio Baridó, Josué Domingues e João Ferreira Gracio, que confessaram ter andado armados de espingardas e bombas e Manuel Baridó, que chefiou o grupo que assaltou os correios”.

*O Mensageiro* volta ao assunto em 3 de fevereiro e anuncia que “a polícia prendeu António Carlos Castanheira, de Vieira de Leiria, implicado no movimento revolucionário da Marinha Grande”. Notícia ainda que “os agentes da Policia de Vigilancia e Defesa do Estado que se encontram nesta cidade, têm efectuado diversas diligencias no logar do Casal Galêgo, freguesia de Marinha Grande, aonde foram feitos os preparativos do movimento, tendo apreendido diverso material de guerra e entre êste as carabinas que pertenciam à Guarda Republicana”. O jornal acrescenta que durante as diligências “encontraram enterrada num pinhal, dentro de um caixote, uma maquina para produção de material de propaganda”.

Na edição de 10 de fevereiro de 1934 volta a falar sobre «A ultima tentativa revolucionaria», apontando o dedo aos chefes da ação revolucionária:

“Estão já prestando contas à justiça os indivíduos presos por terem tomado parte na revolução de 19 p. p. A maior parte dêsses presos é da Marinha Grande e é composta de operários, na sua maioria solteiros, a quem os chefes, graduados de Lisboa, que até hoje a policia não conseguiu prender, arrastaram para a intentona. Seduzindo-os com falsas promessas, depois de viverem à custa dos humildes trabalhadores, que dos seus magros salários de aprendizes e de operários ainda descontam para êles passearem nas ruas e tomarem belos cafés, fazerem passeatas e adquirirem armamento, êsses chefes ocultam-se na ocasião do perigo, atirando para a fogueira aqueles que se deixaram ludibriar, confiados nas suas falsas promessas.”

O semanário prossegue com a acusação dura aos líderes do movimento:

“Nas prisões, onde estão ou no desterro para onde vão seguir, êsses operários teem tempo de meditar no logro em que caíram. Onde estão os chefes que os aliciaram? Onde estão êsses milhares de companheiros com que os entusiasmavam quando do aliciamento? Se vencessem, os chefes, os grandes, apareciam para ocupar logares ainda mais rendosos do que aqueles que usufruem sem nada fazerem, logares pagos por aqueles, que vão sendo suas vítimas.”

Depois, o semanário fala dos julgamentos e que as sentenças visam “impedir novas intentonas”. Sobre a Marinha Grande, “foram encontrados ou se provou terem assaltado à bomba a estação do correio, o posto da guarda republicana e a casa do sr. Emilio Galo estão também a ser aplicadas penas, como se vê do resultado do julgamento feito no dia 2 do corrente”.



O jornal identifica ainda os réus, “todos da Marinha Grande: Adriano Neto Nobre, de 25 anos, solteiro, Bernardino Brás, de 32 anos, casado, Mário Marques de Oliveira, de 25 anos, solteiro, condenados em 5 anos de desterro em localidade escolhida pelo govêrno e na multa de 10 mil escudos; Manuel Silvêrio, de 24 anos, solteiro, José Domingues, de 40 anos, casado, em 4 anos de desterro e na multa de 8 mil escudos.” No dia 5 responderiam outros réus.

Terminada a audiência foi lida a sentença:

“Francisco Pereira da Silva, condenado a 14 anos de degrêdo com prisão no lugar de degrêdo e multa de 20 000 escudos; João de Sousa a 12 anos de degrêdo e 20 000 escudos de multa; Alvaro André, a 12 anos de degrêdo com prisão no lugar do degrêdo e 20 000 escudos de multa; Manuel de Sousa Baridó e António Baridó cada um em 10 anos de degrêdo e possessão de 2ª classe, com prisão no lugar de degrêdo e 20 000 escudos de multa; João Francisco Gracio, a 4 anos de desterro, 3.000 escudos de multa e perdas de direitos politicos por 6 anos; José Soares a 3 anos de desterro, 3.000 escudos de multa e perda de direitos politicos por 5 anos.

Já foram julgados réus doutras localidades e todos êles condenados a penas graves. Os julgamentos continuam.”

A 17 de fevereiro de 1934, *O Mensageiro* dá conta do louvor atribuído pelo governo a Manuel Leal Júnior, oficial de 2ª classe e chefe da estação de telégrafo-postal da Marinha Grande: “Reconheceu o Govêrno da Nação o relevante serviço, prestado com risco da própria vida pelo nosso presado amigo e digno Chefe da Estação Telégrafo-Postal da Marinha Grande, sr. Manuel Leal Júnior, quando do movimento extremista de 19 p.p. ocorrido naquela vila e noutras localidades. Quando mal intencionados procuraram desvirtuar a eficás e benéfica acção que tiveram na sufocação do movimento a Autoridade Superior do Distrito e aquele distinto funcionário, nós e conosco todos os portugueses se felicitam por estar á frente dos negócios do Estado um Govêrno, que a toda a parte e em todos os seus actos sabe fazer chegar a Justiça. Se não fossem as medidas tomadas na Estação Central Telegráfica da Marinha Grande e a presença da remessa de forças para aquela vila, que durante duas horas esteve á mercê dos revoltosos, que factos mais graves do que os que se deram não haveria agora a lamentar?”.

O jornal revela que só houve a lamentar o assalto a dois edifícios do Estado: o posto da GNR e a estação de telégrafo-postal.

Fala ainda do ataque a uma casa particular. Cai assim por terra a tomada pelos operários da Câmara Municipal.

Na edição de 24 de fevereiro há uma nova referência ao movimento: «Ecos do ultimo movimento extremista»:

“Publicámos no último número de «O Mensageiro» a Portaria de louvor ao digno chefe da Estação Telegrafo Postal da Marinha Grande, sr. Manuel Leal Júnior, portaria assinada pelo exmo. Ministro das Obras Publicas e Comunicações.

Se o acto praticado pelo distinto funcionário mereceu do exmo. Ministro a devida recompensa, não quis a Administração Geral dos Correios e Telegrafos deixar de salientar também o zêlo do mesmo e doutros funcionários, que, durante as horas do movimento extremista, deram igualmente provas do seu zêlo e fidelidade ao govêrno.”

O jornal, totalmente alinhado com o poder, fala ainda das condenações:

“António Guerra, condenado em 20 anos de degredo, com prisão, e multa de 20.000 escudos; Joaquim de Oliveira, 10 anos de degredo e 20.000 escudos; Firmino Domingues, José Domingues, e Joaquim da Silva, cada um, em 6 anos de destêro, 12 000 escudos de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; Manuel Francisco, Augusto Costa, Manuel Braz Júnior, Francisco da Cruz e José Pereira Mouco, cada um, em 5 anos de destêro, 10.000 escudos de multa e perda de direitos políticos por 8 anos.”

Regressando à questão da liderança do movimento, a condenação imposta ao operário António Guerra - 20 anos de degredo - pode indiciar que teve um papel mais relevante que os outros participantes.

Em 3 de março de 1934, *O Mensageiro* anuncia que a Câmara Municipal decidiu “mudar o nome da rua Parlamentares Democráticos para rua Dr. Oliveira Salazar, mandando já vir as placas para esta e outras ruas, que ainda não possuem, as quais principiaram já a ser numeradas”.

Nesta edição o jornal publica «As consequências do movimento extremista»:

“No Tribunal Militar Especial foram julgados no dia 26 p. p. por terem tomado parte nos lamentáveis acontecimentos ocorridos na Marinha Grande em 19 de Janeiro p. p. os seguintes individuos, todos vidreiros:

Rodrigo Henrique Santos, solteiro, de 22 anos de idade, acusado de ter em seu poder uma bomba de dinamite; Joaquim de Matos, casado, de 27 anos de idade, acusado de ter tomado parte no movimento de 18 de Janeiro; José de Almeida, casado, de 29 anos de idade, acusado de assaltar a estação telegrafo-postal da Marinha; José Mendes, solteiro, de 27 anos de idade, acusado de, acusado de fazer parte do grupo que assaltou o posto da G.N.R; André Santos Oliveira, solteiro, de 28 anos de idade, acusado de ser chefe de um grupo que cortou linhas telefonicas; José Martins, solteiro, de 22 anos de idade, acusado de tomar parte em reuniões e disparar dois tiros; Manuel do Carmo, casado, de 27 anos de idade, acusado de receber ordens revolucionarias e de ter em seu poder vario armamento; Antonio Pacheco, casado, de 34 anos de idade, acusado de ter procurado impedir a passagem de tropas; o agricultor Manuel Francisco, casado, de 27 anos de idade, acusado de ter tomado parte no movimento de 18 de Janeiro, assaltando o posto da G.N.R.; João de Sousa Marques, casado, de 28 anos de idade, acusado de ser o chefe do grupo civil que assaltou o posto da G.N.R.; Alvaro Julio, casado, de 27 anos de idade, acusado de tomar

parte no movimento e cortar fios telefónicos; Manuel Boiça, casado, de 24 anos de idade, acusado de cortar fios telefónicos; Manuel Calado, casado, de 24 anos, acusado de tomar parte no movimento; o florista Antonio de Sousa, casado, de 29 anos, acusado de procurar impedir o avanço das tropas.

Terminados os debates foi lida a sentença, que condena Henrique dos Santos a 10 anos de degredo, em colonia a escolher pelo governo, com prisão no lugar do degredo, 20 contos de multa e entregue ao governo; André dos Santos Oliveira e Julio de Sousa Marques, cada um a 5 anos de desterro, em local a escolher pelo governo, 10 contos de multa e perda de direitos políticos por 10 anos; José Palmeira, José Mendes, José Martinho, Manuel do Carmo e Manuel Boiça a 4 anos de desterro, em local a escolher pelo governo, 8 contos de multa e perda de direitos políticos por 5 anos; Joaquim de Matos, Antonio Pacheco, Manuel Francisco Agostinho, Alvaro Domingos Junior, Manuel Calado e Antonio de Sousa, a 3 anos de desterro, 6 contos de multa e perda de direitos políticos por 5 anos.”

Nas semanas seguintes as referências à Marinha Grande são escassas. Em 28 de abril, o jornal volta a falar do movimento extremista de janeiro, em concreto do descarrilamento de um comboio de passageiros em Povoia de Santa Iria e o lançamento de bombas contra um outro, na Damaia. Nesta mesma peça é dito que o movimento extremista teve repercussão em Leiria, “onde foram cortados os fios telegraficos e telefónicos, e na Marinha Grande, onde foram lançadas bombas e assaltados a estação telegrafo-postal e posto da G.N.R.”.

*O Mensageiro* viu o acontecimento de uma forma pouco neutra, indo ao encontro daquilo que o regime pretendia que fosse escrito. Não há lugar ao contraditório, à visão dos revoltosos, que se limitaram a ser censurados pelas suas ações insurrecionais. Outra coisa não seria de esperar de um jornal com a linha editorial como este, que ao longo do ano de 1934 vai apresentando alguns textos sobre o Estado Novo e, em 12 de maio, fala na sua “neutralidade religiosa”. Todavia, lembra que “é neutral não ateu, e faz ressurgir Portugal na tradição que o definiu e o exaltou na História”.

A inauguração do novo quartel de bombeiros é referida na capa, na edição de 26 de maio.

Se dúvidas existiam relativamente à linha editorial do jornal em geral e da sua simpatia política em particular, na edição de 2 de junho a manchete é dedicada ao presidente do Conselho: «Fala Salazar». Em baixo um longo discurso do líder do país. Em 16 de junho, o jornal explica que a liberdade de imprensa está, “como todas as liberdades, subordinada ao interesse da Nação”.

Na edição de 24 de junho mais um piscar de olho ao poder com um texto denominado «A vida de Salazar».

O jornal diz que “foi sempre o grande Mestre, na vida e na cátedra”.

Por esta altura, o jornal dedica alguns artigos ao novo regime, não escondendo a sua simpatia. Referências à Marinha Grande não são sistemáticas. Uma exceção acontece em 11 de agosto, com a notícia do novo médico municipal e a “falta de água na vila”.

Em 18 de agosto é anunciado que «O socialismo morreu» e, em 8 de setembro, um terço de página, na capa, vai para a cidade vidreira. Fala-se da atividade camarária. Na semana seguinte anuncia-se a posse da nova autoridade administrativa.

Até ao final do ano não há grandes referências à Marinha Grande.

Verifique-se, agora, a forma como *O Mensageiro* tratou o movimento no seu primeiro aniversário, em janeiro de 1935.

Na edição do dia 5, 12, 19 e 26 não há uma única alusão à ação revolucionária, nem tampouco à Marinha Grande. A ação insurrecional, do ponto de vista editorial, volta a ser notícia em 9 de fevereiro. O jornal aborda o assunto chamando-lhe «Acontecimentos da Marinha Grande», fazendo referência à carta do Bispo de Leiria endereçada ao Presidente da República, desta feita em 6 de fevereiro de 1935.

O líder da Igreja leiriense fala em “missão de paz e caridade” e pede “anistia para os exilados da Marinha Grande, vítimas do gorado movimento revolucionário de Janeiro de 1934”.

O Bispo garante que as mães e esposas “desses infelizes” encontram-se em “circunstâncias angustiantes”. Em 23 de fevereiro, jornal publica o conteúdo da resposta do Presidente da República, que remeteu o assunto para o Ministério da Justiça. Na edição de 23 de maio de 1935, *O Mensageiro* escreve:

“Que o digam os presos da Marinha Grande, encarcerados há longos meses, encontrando-se à solta os que os arrastaram para o movimento de Janeiro de 1934. A actual tentativa comunista só pode visar a impedir que êsses presos, sendo-lhes concedida a amnistia, viessem exigir dos que foram a causa do seu longo exílio e separação de suas famílias as devidas responsabilidades.”

O jornal volta, assim, a estar ao lado do governo e a condenar as tentativas comunistas para derrubar o regime. Até ao final do ano são raras as referências à Marinha Grande. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra.

O ano de 1936 volta a não ser rico em notícias sobre a vila vidreira. Não é descabido recordar que *O Mensageiro* é um jornal muito ligado à Igreja, com sede em Leiria e sem grandes meios para ter correspondentes pela região, embora os párocos ou alguém da sua confiança pudesse desempenhar essas funções.

Não existindo correspondentes, o jornal limita-se a um número reduzido de páginas e de notícias, além de que boa parte do espaço é ocupado por publicidade. Por outro lado, a Marinha Grande, desde 1934, passou a ser olhada «de lado» pelo regime, embora se tenha notado um esforço do Estado em avançar com alguns investimentos na vila, comprando assim o silêncio de uma boa parte da população.

Há ainda que ter em linha de conta que a censura não dava margem às redações e tudo o que pudesse incendiar o pensamento popular era retirado do alinhamento editorial, a não ser que passasse no crivo daqueles que observavam o que se ia escrevendo na imprensa.

Em 16 de janeiro de 1936 o jornal ocupa uma boa parte da página 3 com «Uma imponente festa na guia», em homenagem a Lúcio Tomé Feteira: “os operários da Fábrica de Vidros e suas famílias ofereceram um banquete ao seu patrão e descerraram-lhe o retrato no escritório, entre aplausos, foguetes e lágrimas de comoção”.

Na edição seguinte não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. O jornal opta por publicar, em manchete, o texto «Distinguir para compreender» no qual diz que “a democracia não tem pés nem cabeça na ordem interna”.

Em 30 de janeiro, *O Mensageiro* faz uma longa menção à exposição de pintura que Alberto Nery Capucho vai efetuar em Leiria, no mês de maio.

Nas semanas seguintes não há qualquer alusão à Marinha Grande, o que não sucede com a colagem que o jornal faz ao regime. Em 30 de abril o jornal diz que Salazar “foi o grande reformador que veio restituir à alma nacional a consciência dos seus próprios destinos”.

Em 7 de maio, num texto intitulado «O Corporativismo em marcha», *O Mensageiro* diz que “há, sem dúvida, ainda muita miséria a mitigar, muita injustiça a reparar. Para que ocultá-lo? E não se oculta precisamente porque há a intenção firme e inabalável de reparar os males existentes”.

Ainda nesta edição, uma questão: “há ainda no campo operário resistências e ódios?”. A resposta surge, inequívoca: “Há. Há os eternos descontentes, os inimigos de sempre, os mesmos que na Marinha Grande, em Coimbra e no Barreiro tentaram subverter a ordem social. Mas êsses, felizmente, constituem uma minoria tão ínfima que não devem causar preocupações”. O jornal volta, assim, a mostrar qual o seu posicionamento político, muito crítico para com o movimento operário que meses antes tinha avançado com a intentona para derrubar o regime de Salazar.

Com frequência, apresenta textos onde dá conta dos efeitos nefastos do comunismo, do socialismo, do liberalismo e até do nacionalismo. Paralelamente, publica artigos sempre muito elogiosos para com Salazar, apresentado como um exemplo a seguir.

Na edição de 3 de setembro, o jornal publica em manchete um artigo sobre «Portugal e Salazar» e titula: “Na Europa em convulsão há um país tranquilo”. Na edição seguinte mais um ataque aos comunistas: «É Mentira!». O jornal, entre outras coisas, questiona se “são mentira os incêndios de Igrejas”. O jornal não hesita em atacar em alguns números os comunistas espanhóis e russos. Na edição de 12 de novembro anuncia um comício anticomunista em Leiria, “contra a barbárie, que, oriunda da Rússia, pretende alastrar por todo o mundo”. Em 31 de dezembro nova ofensiva contra o comunismo: “é uma doutrina de morte e anti-humana porque nega o valor da personalidade; mais - nega a própria personalidade”.

Esta conduta permanece no início do ano de 1937. Em 21 de janeiro, “o comunismo é um monstro nauseabundo e repelente. Foi gerado por uma excrescência humana”. E mais, “não teve mãe, porque as mães não geram monstros...”.

O texto, assinado por Raúl Tomé Féteira, diz ainda que “urge, pois, combatê-lo, com armas na mão, se fôr preciso, até ao seu completo extermínio, extirpando os seus ovários e o ventre maldito onde o gerou, em nome da santa causa da Humanidade, da Família e da Pátria”. O autor do texto considera-se “anti-comunista até à medula”. Não seria necessário afirmá-lo pois as citações mostram-no com uma grande nitidez, não deixando espaço para qualquer dúvida.

Quer na edição de 21, quer na de 28, não há qualquer referência à Marinha Grande e muito menos ao movimento insurrecional que eclodira três anos antes. Porém, em 5 de fevereiro de 1937, em manchete, o jornal diz que os portugueses devem estar «Alerta» pois as bombas de grande potencial que estoiraram em ministérios, fábricas e duas emissoras “pressente-se o dedo de Moscovo a indicar a execução dos atentados”.

O semanário, além de muito ligado à Igreja, dá grande destaque nesta fase à luta contra o comunismo e não há semana em que não aborde o tema. Quando não o faz surgem artigos de apoio ao regime de Salazar. Sobre a Marinha Grande raramente é publicada qualquer informação. Uma exceção ocorre em 13 de maio e está relacionada precisamente com o *18 de Janeiro de 1934*, pois o jornal anuncia o «jantar de homenagem ao Sr. Manuel Leal Júnior», “distinto funcionário dos Correios e Telegrafos, de que há uns anos era chefe da Estação da Marinha Grande”.

O repasto ocorreu num hotel de Leiria e reuniu “três dezenas de amigos”, que brindaram às “qualidades de carácter e faculdade de trabalho de que é dotado o homenageado”.

O semanário informa que participaram no jantar diretores e proprietários de fábricas, pessoal camarário, professores da Escola Industrial e operários.

*O Mensageiro* escreve ainda que a Marinha Grande ficou a dever uma homenagem a Leal Júnior, de partida para Coimbra, pelos “relevantes serviços” que prestou à comunidade “por isso não nos surpreendeu ver na homenagem pessoas da mais elevada categoria social daquela vila e operários”. Entre os presentes, destaque para Calazans Duarte, o diretor da principal fábrica da vila marinhense.

Na edição de 8 de julho o jornal insurge-se relativamente ao atentado contra Salazar: “fremiu de indignação o coração de todos os portugueses ao ter conhecimento do infame e vil atentado que tinha por fim matar o maior dos portugueses dos tempos presentes”.

Depois de explicar a ação contra o presidente do Conselho, o jornal diz que “não há cidade, vila nem aldeia portuguesa onde se não tenham manifestado o amor, a veneração, gritando todos os portugueses: Salazar! Salazar! Salazar!”.

O atentado contra Salazar volta a ser notícia em 15 de julho de 1937:

“Marinha Grande demonstrou hoje quanto repele o vil atentado contra o sr. Dr. Oliveira Salazar. Pelas 9 horas foi celebrada uma missa em acção de graças pelo malogro do atentado, assistindo á mesma mais de 3.000 pessoas.

As fábricas paralizaram o trabalho àquela hora proporcionando aos operários o poderem assistir àquele piedoso acto.

À missa assistiram todas as autoridades da Marinha Grande tendo ido de Leiria o Sr. Bispo, que proferiu uma alocução alusiva ao atentado e o sr. Governador civil do Distrito, ex.mo sr. Dr. Mário de Vasconcelos”.

Na edição de 26 de agosto *O Mensageiro* anuncia que «Foram presos os autores do atentado contra o sr. dr. Oliveira Salazar». É revelado que na origem da ação contra o líder português estiveram “os comunistas”. O jornal lamenta que haja em Portugal “quem defenda os bandidos, que trabalham sob as ordens dos comunistas russos, de quem recebem o dinheiro para a práticas de todos os crimes”. Em 25 de novembro o periódico leiriense lembra que «Portugal tem inimigos e orgulha-se de os ter», referindo-se a “todos os que cá e lá fora estão ao serviço da Rússia”.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 9 de dezembro a propósito do pedido da Câmara ao Ministério da Agricultura para a cedência do “vasto terreno ocupado pela Fábrica de Resinagem” para aí ser instalado o mercado municipal, “que agora se realiza em plena via

publica”. Na edição de 16 de dezembro é noticiada a realização da festa de crianças, bem como a reunião da nova Câmara.

O ano de 1938 não traz grandes novidades editoriais. Sobre a Marinha Grande surge uma ou outra notícia, como por exemplo em 15 de janeiro a propósito do «Natal dos Pobresinhos». O jornal revela que o Governador Civil de Leiria entregou 3.000\$00 “à administração dêste concelho”.

Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934* não há qualquer menção. Porém, o jornal, na secção «Correspondências», vai dando alguma informação sobre a vila vidreira, ainda que escassa e pouco desenvolvida. Por exemplo, em 12 de março, anuncia-se o gozo de férias por parte dos operários vidreiros.

*O Mensageiro* diz: “nota-se grande contentamento no meio operário por esta regalia, que lhe foi concedida pelo Estado Novo”.

Até ao final do ano são esporádicas as notícias sobre a Marinha Grande. Aliás, durante vários números o nome da vila não é sequer citado no jornal.

Em 26 de novembro a manchete é *oferecida* a Vieira de Leiria, localidade que prestou “a um dos seus filhos, Lúcio Tomé Fêteira, a homenagem devida às suas faculdades de trabalho, inteligência e carácter”. Humildemente, o homenageado afirmou durante a cerimónia que “a vossa generosidade foi tão longe que viu em mim qualidades, méritos e virtudes que inteiramente me faltam”.

Em 1939 Salazar visita Leiria e *O Mensageiro* volta a prestar vassalagem ao chefe do governo. «A propósito de uma visita», o jornal diz que “o Castelo de Leiria viu dentro dos seus muros, a figura iluminada do Presidente do Conselho - o Homem que salvou Portugal”, pode ler-se na edição de 22 de janeiro. No número seguinte é revelado que os autores do atentado contra Salazar “foram julgados e condenados, mas aqueles que os impeliram, que os forçaram a executar o atentado, esses continuam em liberdade”.

Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934* o jornal não apresenta qualquer referência, como seria de esperar. O movimento como que caiu no esquecimento, ou seja, é como se não tivesse acontecido e se alguma alusão é feita, ainda que breve, é em tom crítico para a ação dos operários. Paralelamente, o regime acaba por ser a vítima, o dono da razão.

Na edição de 4 de março o jornal faz eco da manifestação de apoio a Salazar, em Lisboa, que contou com delegações de todo o país. O distrito de Leiria contou com a presença de delegados de diversas fábricas, entre as quais da Marinha Grande.



Em 11 de março o jornal dá destaque à Marinha Grande, designadamente às «primeiras reformas aos operários vidraceiros». O jornal afirma que a vila presta ao Estado Novo Corporativo “a sua homenagem pela concessão de reformas aos seus operários” e lembra que a população “é mais de noventa por cento operária e operária vidreira”.

Na edição de 8 de abril de 1939 há uma alusão explícita ao movimento. Com o título «Exilados da Marinha Grande», o jornal escreve: “Sua Ex.<sup>a</sup> Rev.ma o Senhor Bispo de Leiria dirigiu ao Senhor Presidente da República uma petição rogando ampla amnistia para os implicados no gorado movimento comunista de 1934, da Marinha Grande, e que se encontram desterrados em Angra do Heroísmo e Cabo Verde”. A censura, curiosamente, ou talvez não, deixou passar esta referência ao movimento e é de destacar o facto de o jornal associar o movimento apenas aos comunistas, deixando de fora os anarco-sindicalistas.

O jornal volta ao assunto em 15 de abril, publicando na íntegra a carta do Bispo de Leiria ao Presidente da República, na qual pede “ampla amnistia para os exilados da Marinha Grande, em Angra do Heroísmo e Cabo Verde”. Justifica este pedido com a “triste fama” que a Marinha Grande ganhou, “mas a verdade é que entre os habitantes desta vila só tenho encontrado amabilidade e respeito”. O líder da Igreja não esquece a parte humana:

“Fui procurado pelas mãis e espôsas dos exilados que me pintaram a sua triste situação – Faltando-lhes o braço dos filhos e maridos, vêm-se na maior penúria não tendo com que se sustentar nem educar as crianças.

Acresce a esta consideração o facto de muitos terem sido arrastados para o gorado movimento comunista de Janeiro de 1934 contra a sua vontade mas intimados por chefes que, como quási sempre sucede, puderam esconder-se e fugir, enquanto êstes desgraçados sofrem pesado castigo.”

Até ao verão não há informação que se destaque relativamente à Marinha Grande, salvo uma ou outra breve. Por esta altura a homenagem a Afonso Lopes Vieira ganha uma enorme dimensão. O poeta ofereceu a sua valiosa biblioteca a Leiria e a cidade pensou recompensá-lo com uma homenagem.

Em 7 de outubro *O Mensageiro* faz uma referência à Marinha Grande: «Em Pedreanes foi inaugurado um monumento em homenagem ao engenheiro Barros Gomes». Uma iniciativa dos Serviços Florestais e que decidiu reconhecer o mérito do “notável silvicultor”. Até ao final do ano não é publicada qualquer outra notícia sobre a vila.

Em 1940, o jornal abre o ano com uma notícia sobre o *Dia de Natal* na Marinha Grande, que teve lugar sob a égide da paróquia local. Foram distribuídas “centenas de peças de roupa, brinquedos e bolos aos pobrezinhos”, pode ler-se na edição de 6 de janeiro.

O jornal acrescenta que, de manhã, a Conferência de S. Vicente de Paulo distribuiu “também aos pobrezinhos café, bolos e alguns vestidinhos, numa das dependências da igreja. A sopa dos pobres foi também melhorada, o que causou muita satisfação nos beneficiados”. *O Mensageiro* revela ainda que “foi distribuído um bodo aos pobres no dia de Natal pela Administração dêste Concelho”.

Até ao final do mês de janeiro a vila não é notícia. O centro vidreiro volta a ser notícia em 23 de março de 1940, na página 3. A temática é religiosa: a comunhão pascal. A vila da Marinha Grande deixa de ser notícia durante algumas semanas e o jornal aproveita a edição de 13 de abril para saudar o General Carmona pelos doze anos de Presidência do país. O jornal não esconde o seu regozijo pelo desempenho do Chefe de Estado.

O apoio ao regime continua em 27 de abril: “Hoje (...) volvem-se doze anos sôbre a hora, já hoje histórica, em que o Presidente Oscar Carmona chamou para a pasta das Finanças do govêrno português, um professor de Coimbra”.

O docente é, naturalmente, Salazar.

A vila vidreira volta a ser notícia em 1 de junho por causa das festas em honra de Nossa Senhora do Rosário e da família operária católica.

Na edição seguinte a Marinha Grande é referenciada devido às Festas Centenárias, que tiveram como epicentro a Praça Guilherme Stephens. Foram proferidos discursos sobre a fundação e restauração de Portugal, que terminaram como vivas ao país, a Carmona e a Salazar. A vila regressa ao jornal em 15 de junho, desta feita a propósito do juramento de bandeira e inauguração do quartel da Legião Portuguesa na Marinha Grande. O tema volta a ser notícia na edição seguinte, mais desenvolvido.

Nas semanas seguintes são raras as referências à vila. Quando ocorrem têm associadas temáticas ora religiosas ora culturais. Uma exceção ocorre em 26 de outubro já que *O Mensageiro* alude à visita do Secretário de Estado das Corporações à Câmara Municipal e a algumas fábricas de vidro. Nas palavras que proferiu, o governante agradeceu a “carinhosa receção feita pela Marinha Grande”, destacando depois “os direitos e deveres dos patrões e operários, dos sacrifícios que todos devemos fazer para o nosso bem estar”.

Na edição de 14 de dezembro é notícia a inauguração do marco fontanário das Cruzes, “cuja cerimónia se revestiu de grande brilho e solenidade”.

Em baixo, referência à falta de azeite “neste grande meio operário” e a criação de uma estrada que ligue a vila ao lugar da Garcia.

O ano de 1941 inicia-se com um artigo que volta a ser simpático para o regime: «Estado Novo, Estado pacífico». A Marinha Grande é notícia em 11 de janeiro: “O digno Administrador dêste Concelho, sr. Adriano Marques Roldão, distribuiu a cêrca de duzentos pobres um avantajado bodo”. O jornal refere ainda que o responsável do concelho “também distribuiu senhas para a Conferência de S. Vicente de Paulo, que foram beneficiar algumas dezenas de pobres”.

Na edição de 25 de janeiro é anunciada a realização de uma conferência, em Lisboa, subordinada ao tema «A Indústria Vidreira na Marinha Grande».

O orador será Calazans Duarte, diretor da Nacional Fábrica de Vidros, sendo a iniciativa presidida pelo Ministro da Economia.

Em 1 de fevereiro é anunciado que o Sub-Secretário de Estado da Agricultura “autorizou a cedência de parte do Edifício da Resinagem para a instalação de um mercado fechado”. Esta decisão traduziu-se numa “alegria do povo desta terra”, fazendo “subir ao ar muitos morteiros e foguetes, içou a Bandeira Nacional e iluminou a fachada do Edifício dos Paços do Concelho”.

O temporal de 15 de fevereiro de 1941 na vila faz eco na edição do dia 22. *O Mensageiro* conta que na vila “muitas casas ficaram destelhadas, caindo algumas chaminés, e muitos muros abatidos”. É referido ainda que caíram centenas senão milhares de pinheiros, um dos quais “caiu sôbre um boi que era do sr. José Calado da Garcia, matando-o, salvando-se o dono milagrosamente”.

O líder do governo português volta a ser manchete em 19 de abril, sob o título «Obrigado, Salazar»: “pelo saneamento das finanças, pela reorganização da economia, como pela cristianização da vida social e pela dignificação da política”.

Semana após semana a Marinha Grande surge esporadicamente no jornal. E não se observa qualquer referência ao movimento do operariado que ocorreu em 1934. Em 9 de agosto é anunciada a inauguração do novo Teatro Stephens, aprazada para o dia 24, passando a ser “um dos melhores da província”, obedecendo a “todas as exigências modernas”.

Na edição de 30 de agosto, a vida operária tem destaque de primeira página: «Na Marinha Grande foi inaugurado o monumento à memória de Guilherme Stephens e o Teatro».

Em 25 de outubro é feita uma alusão à vila operária, no âmbito de uma ação de propaganda da União Nacional. Peculiar o jornal noticiar a possibilidade de um gato ter caído no “depósito da fonte desta vila. É provável que se trate duma mentira, mas seja como fôr, o

facto é que podia muito bem ter lá caído. Lembramos a conveniência de tapar o referido depósito, pois não faz sentido que um depósito de água que abastece uma população não esteja devidamente resguardado de qualquer impuridade que por ventura lá possa cair”.

No arranque de 1942, *O Mensageiro* anuncia, em 3 de janeiro, que o empresário Lúcio Tomé Fêteira “regressa do Brasil como triunfador”<sup>201</sup>.

Na edição seguinte o jornal defende que “pensar livremente e livremente expressar e expandir o pensamento é uma das aspirações mais nobres da humanidade”.

Em 17 de janeiro mais uma notícia simpática para o regime: «O Senhor General Carmona aceitou o convite para a sua reeleição para Presidente da República». Uma semana depois o jornal entrevista Lúcio Fêteira, o qual anuncia que, como se sente bem no Brasil, “é para lá que vou viver. Aquela gente é a minha gente. Povo admirável! Terra bendita!”.

Ainda em relação às eleições Presidenciais, o jornal escreve: «Viva o Ex.mo Sr. General Carmona!» na edição de 7 de fevereiro.

Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra. Em relação à Marinha Grande as referências continuam a ser poucas. Raras, até.

Em 4 de abril anuncia-se que a Marinha Grande “inaugura amanhã o seu Mercado Municipal”. Trata-se de uma velha ambição dos marinhenses, instalado no edifício da antiga Resinagem “que há muito estava desocupado e abandonado”.

Em 25 de abril o chefe do governo português volta a ser venerado: “perfaz no próximo dia 27, catorze anos que a política nacional é dirigida pelo eminente homem público, glória da nossa Pátria, conhecido e admirado em todo o Mundo”.

*O Mensageiro* apresenta em 9 de maio a reportagem sobre a inauguração do mercado fechado e a homenagem ao Governador Civil. Ao almoço, acrescenta o jornal, foram dados vivas “à Pátria, ao Carmona, ao Salazar, ao Estado Novo...”. Menos de uma década após o *18 de Janeiro de 1934*, são ouvidos vivas ao regime bem como ao homem que reprimiu algumas dezenas de operários.

Lúcio Tomé Fêteira volta a ser notícia na edição de 13 de junho. O empresário cumpre o que prometera semanas antes e regressa ao Brasil, onde teve uma “recepção imponente”. À sua chegada ao campo de aviação dos Afonsos, “para o saudar, mais de trezentas pessoas”.

---

<sup>201</sup> Trata-se do homem que foi notícia na sequência do homicídio da sua companheira, Rosalina Ribeiro, no Brasil, havendo indícios de que o crime foi cometido por um conhecido advogado português. É esta a convicção da polícia brasileira. O processo arrasta-senos tribunais.

A edição de 4 de julho de 1942, nº 1397, é distribuída normalmente, com os conteúdos do costume e sem que se perceba a edição seguinte - nº 1398 - é publicada apenas em 4 de julho de 1943.

Ou seja, o jornal não se publicou durante um ano. Em baixo pode ler-se que “O Mensageiro que há 29 anos se fundou em Leiria, publica êste número para garantia do seu título, em conformidade com a lei”.

O jornal volta a estar em silêncio mais um ano e regressa em 4 de julho de 1944 (nº 1399), não explicando claramente as razões para esta decisão. Alvaro Netto assina um pequeno texto no qual revela que *O Mensageiro* “ascendeu, entre os jornais da província, a um lugar de destaque”. Mas por motivos “que não veem para o caso nem me compete discutir, em determinada altura suspendeu sua publicação, o que trouxe para Leiria e seu Distrito prejuízos”. O autor do texto revela que o semanário “um dia voltará”. Ainda nesta edição, o Padre José Ferreira de Lacerda garante que o periódico “voltará a dar-lhes notícias semanalmente”. E voltou mesmo, em 7 de setembro de 1944 (nº 1400), com direção do pároco, que acumula com as funções de proprietário, editor e administrador. O responsável afirma: “nasceu no meio da luta para combater o mal pelo Bem; assim viveu e assim morrerá”. E acrescenta: “se o vento do desânimo faz balouçar e agitar ideias, nunca vergou o ânimo de quem sempre o dirigiu”. É anunciado o regresso do jornal com a convicção de que “o seu passado é a fiança do seu futuro”.

Neste regresso o jornal mantém as quatro páginas. Nos números seguintes são publicadas várias cartas de regozijo pelo regresso do semanário.

A Marinha Grande volta a ser notícia na edição de 5 de outubro. Assunto: “dois desastres”. Em 25 de novembro é noticiada a visita à vila do Subsecretário do Comércio e Indústria a fábricas de vidro e identificado o problema da falta de água.

Em 23 de dezembro o jornal partilha a informação com os leitores que o défice do jornal “é superior em muito às nossas possibilidades”. Anuncia por isso o aumento do preço das assinaturas. Ainda nesta edição, são identificados problemas no matadouro municipal e no facto do mercado fechado estar “transformado numa verdadeira feira de panos, o que prejudica extraordinariamente o comércio local”. Nota-se, nesta nova fase da vida do jornal, um distanciamento relativamente ao poder político. Se até determinada altura quase que não havia semana em que o semanário não publicasse textos de apoio a Salazar e ao seu regime, a partir de 1944 nota-se uma mudança na linha editorial.

Em janeiro de 1945 não é feita qualquer referência à Marinha Grande, notando-se uma falta de informação sobre as freguesias da região. As dificuldades económicas do jornal são visíveis nos seus conteúdos. Sobre o movimento operário de 1934 nem uma palavra. A Marinha Grande é notícia em 10 de fevereiro na sequência da morte de um operário na fábrica Carlos Santos Galo e detetado um morto na linha de caminho-de-ferro junto a Casal da Lebre.

Em 24 de março o jornal anuncia que a «Marinha Grande esteve no passado dia 19 em festa por motivo da visita do Futebol Club do Pôrto». Sendo um jornal religioso, a edição de 4 de agosto é ocupada, na capa, com um título em letras garrafais: «Viva a Diocese de Leiria - 5-VIII-1920 / 5-VIII-1945».

Em 17 de novembro, *O Mensageiro* diz que “um jornal de propaganda clandestina era impresso no Distrito de Leiria”. Ao lado, o jornal noticia que a Câmara da Marinha Grande foi palco de “uma sessão de propaganda eleitoral da União Nacional”.

O periódico, em 29 de dezembro, aborda a inauguração da luz elétrica na estação de caminho-de-ferro da vila operária e a distribuição de roupas a cerca de 400 crianças pobres. Nesta edição é ainda noticiado o temporal que “causou grandes prejuízos nesta vila”.

Em janeiro de 1946 volta a não existir qualquer alusão ao movimento. O destaque, neste início do ano, vai para «A morte de Afonso Lopes Vieira». Diz o jornal: “calou-se para sempre a voz mais portuguesa de Portugal, só nos restando, para consolação, a certeza de que o seu eco soará eternamente em livros sem par. A morte de Afonso Lopes Vieira deixa um vácuo que tão cedo não será preenchido”.

As notícias da Marinha Grande surgirão na edição de 9 de fevereiro. Por um lado é revelado que Afonso Lopes Vieira doou a sua casa de S. Pedro de Muel “para servir de repouso aos filhos dos Operários da Marinha Grande e aos dos guardas do Pinhal de Leiria”. Por outro, diz-se que na Marinha Grande “houve uma grande reunião de operários para ser tratado o aumento dos respectivos salários”.

Foi ainda tratada “a necessidade da criação de um bairro operário, pois muitos operários vivem em péssimas instalações”.

São esporádicas nas semanas seguintes as referências à Marinha Grande e quando ocorrem são em formato de pequena notícia.

Em 22 de junho, por exemplo, é anunciada a inauguração da luz elétrica em Picassinos, um dos lugares da vila. Na edição de 27 de julho o tema é a reparação da estrada que liga a Marinha Grande à Martingança, no concelho de Alcobaça.

É em 12 de outubro que o padre José Ferreira de Lacerda deixa no ar, em abstrato, as razões dos dois anos (1942-1944) de “repouso forçado, em que os gigantes de ontem, pigmeus de hoje, impuseram esse repouso”. Não há qualquer alusão ao *18 de Janeiro de 1934* e a Marinha Grande é notícia em 1 de fevereiro de 1947, a propósito do Natal e da obra de proteção à criança: “está em dívida um aplauso merecido, a um punhado de almas de elite da nossa terra, e sobretudo a apresentação de um bom exemplo, único no género, que deve ser conhecido para que seja apreciado”. Todos os anos “as criancinhas da Marinha Grande têm nos corações caridosos dos marinhenses (...) o seu Natal alegre e confortado”. Foram confeccionadas quatrocentas peças de vestuário, uma despesa de sete contos.

Em 22 de março é notícia o aniversário da restauração do concelho da Marinha Grande: “no dia 26 do corrente perfaz 30 anos”. E mais: “neste dia vão ser recordados os nomes dos que mais trabalharam para a criação do concelho, quase todos não pertencendo já ao número dos vivos”. O assunto é tema de capa na edição nº 1533 de 5 de abril. Trata-se de um dia especial para a Marinha Grande, que parou para festejar a data.

Na edição de 3 de maio de 1947 o destaque vai para o poeta Afonso Lopes Vieira: “Leiria rendeu uma sincera e justa homenagem a um dos seus filhos mais ilustres”.

Ainda neste número, *O Mensageiro* revela que a Fábrica de Vidros Industriais, Lda. “acaba de fechar, deixando os seus operários sem trabalho. Noutras o trabalho já é menos pela menos procura dos produtos que fabricam, circunstância que tem incontestável reflexo no comércio que luta com grande falta de negócio”.

Em 12 de julho é anunciada uma «Crise da indústria de vidro na Marinha Grande» que não se verificava há alguns anos. Algumas fábricas tiveram que encerrar por não conseguirem escoar os seus stocks, logo deixaram de ter condições para manter a laboração.

Em texto assinado por Adriano Roldão pode ler-se o drama dos empresários e operários:

“Paralizaram por completo as vendas, e as fábricas, dados os elevados encargos sociais, e outros que são com tributos de crédito a que se obrigaram para fazer face às elevadas despesas, não podem continuar a laborar.

A situação cada vez se torna mais insuportável e certamente milhares de operários serão afectados.

As fábricas de vidro, e duma maneira geral todos, desde que não tenham possibilidade de colocar os seus produtos num ritmo que compense as despesas gerais, não poderão trabalhar, a não ser que lhe sejam abertos créditos que possam suportar os seus elevadíssimos stoks.

Urge tomar providências para remediar um mal que está a afectar e a paralizar um dos maiores centros industriais do país, tendo em atenção também que é um dos importantes factores que pesam na vida económica do País.”

Em 11 de setembro de 1947, *O Mensageiro* anuncia que passará a publicar a «Página das Caldas da Rainha». Das quatro páginas semanais uma é dedicada às Caldas. Sendo um jornal com sede em Leiria, o espaço disponível para os concelhos vizinhos era escasso.

A Marinha Grande só muito raramente surge nas páginas do jornal do padre Lacerda.

Chegados a 1948, *O Mensageiro* volta a não abordar a temática do *18 de Janeiro de 1934*. Em 1 e 8 de janeiro não há qualquer notícia sobre a Marinha Grande. Na edição do dia 15 é noticiado o acidente de Calazans Duarte, que o obriga a internamento hospitalar. Esta notícia “causou viva emoção nesta vila”.

Em 29 de janeiro há «Notícias da Marinha Grande» no canto inferior direito da primeira página, onde se publica alguma da atividade camarária e se dá conta dos dois serões de variedades em benefício das famílias dos náufragos do Norte.

Na edição de 5 de fevereiro a visita do Governador Civil à Marinha Grande, “para se inteirar das necessidades do Concelho”, é destacada na capa.

Em 4 de março é destacado «O problema dos transportes na Marinha Grande». Na edição seguinte é comunicada a «Aprovação do Regulamento da Caixa de Previdência da Indústria Vidreira».

Em 1 de abril é o descanso dominical que preocupa o Grémio do Comércio da vila. É por isso proposto à Câmara Municipal o descanso obrigatório neste dia “a todos os ramos de comércio”.

No nº 1587 de 15 de abril é referido o segundo centenário da indústria de vidro na vila da Marinha Grande, através de uma “brilhante conferência do ilustre jornalista Alfredo Gândara”.

Sobre a veneração a Salazar, embora mais branda, ela continua em 22 de abril, a propósito do 20º aniversário da entrada para o governo da nação: “manifestar a Salazar a nossa admiração, o nosso apoio à sua obra no que ela tem de prestígio para Portugal é por isso um dever nosso”.

Em 6 de maio é noticiada a inauguração de novos edifícios escolares, “comemorando o 20.º aniversário da entrada para o Governo da Nação, do Sr. Presidente do Conselho”.

Até ao final do ano uma ou outra referência à Marinha Grande mas nada que tenha qualquer relevo político.

Em 1949, *O Mensageiro* anuncia a «Inauguração dum bairro operário na Marinha Grande», com a presença do Ministro do Interior, na edição de 20 de janeiro.



Na semana seguinte o jornal dá destaque ao assunto na primeira página, referindo que Cancela de Abreu “inaugurou um bairro com 36 moradias”. Daí que a vila tenha estado “em festa” devido à inauguração de casas para os pobres. Sobre o *18 de Janeiro de 1934* não há referências.

Na edição de 10 de fevereiro, *O Mensageiro* diz: «Chegou a hora decisiva: votai no Marechal Carmona». Mais à frente, escreve que “vamos reeleger o Senhor Marechal Carmona para a mais alta magistratura da Nação”.

Em 3 de março o jornal revela que “foi demitido duma Faculdade de Medicina da Roménia o respectivo reitor por não comungar nas ideias comunistas”. Fica claro o evidente anticomunismo do jornal. Sobre a Marinha Grande são raras as referências. Em 23 de junho fala-se de “um pavoroso incêndio destruiu um prédio e os três estabelecimentos nele instalados”, em 27 de outubro da inauguração da luz elétrica na Tojeira e, em 17 de dezembro, da constituição de uma comissão representativa das autoridades do concelho “para angariar artigos de vestuário, alimentação, dinheiro para distribuir um bodo aos pobres no dia de Natal”.

Em 1950 o jornal volta à questão dos mais desfavorecidos. Na edição de 14 de janeiro é referido que o salão nobre da Câmara Municipal foi o palco da “distribuição dum bodo a cerca de 400 pobres, que constou de uma vaca inteira, feijão, batata, açúcar, 350 pães, calçado, vestidos e cortes de agasalho, mais de 500 peças e dinheiro, cuja importância ascendia a 18 000\$00”.

Em 21 de janeiro é publicado que vai ter lugar na vila um rallye automóvel. Mas é em 18 de março que o jornal dá conta de uma série de informações, entre as quais a criação de um café popular e um centro de assistência social e falta de batata na vila. Relativamente ao centro social, *O Mensageiro* faz uma reportagem alargada na edição de 1 de abril. Nas edições seguintes são raras as referências à vila. Há uma ou outra exceção, como por exemplo a «inauguração duma escola» no lugar da Ordem ou a tomada de posse do presidente e vice-presidente da Câmara.

Em 23 de dezembro é anunciada a “distribuição dum bodo aos pobres pelo Natal, em que o frio tanto se faz sentir”. Com esta iniciativa que “se leve um pouco de conforto aos lares pobres”. Este assunto volta a ser abordado na edição de 30 de dezembro: “Centro operário dos maiores de Portugal, jamais o Natal foi comemorado com tantas manifestações de amor. De 23 a 25 p. p. viveu-se na Marinha Grande uma atmosfera de amor, de igualdade, de carinho

inultrapassáveis. Patrões e operários eram iguais nas manifestações de alegria, de bem fazer, de gratidão”.

O jornal revela ainda que as crianças mais pobres foram “socorridas com roupa: 350”. Foram ainda distribuídos pãezinhos “todos com marmelada ou outro condimento, 1.300; vários quilos de rebuçados, caixa de bolos (beijinhos); alguns quilos de chocolate e de bolos sortidos”. É ainda noticiado que foram distribuídas roupas às crianças. Chegados a 1951 a Marinha Grande é notícia pelo concurso de presépios e a tomada de posse da mesa da Misericórdia. Este voltará a não ser um ano muito produtivo em notícias marinhenses.

Em 21 de abril é anunciado o falecimento do Marechal Carmona. A este propósito, em 21 de julho *O Mensageiro* exorta: «Vamos às urnas, pelo General Craveiro Lopes, por Salazar, por Portugal”. O militar seria eleito e empossado em 9 de agosto.

A visita do Sporting à Marinha Grande não é ignorada, na edição de 26 de maio.

Em 4 de agosto, num terço de página, diz-se que «A Marinha recebeu apoteoticamente a Veneranda Imagem de Nossa Senhora de Fátima». A crise é notícia em 15 de setembro. O jornal diz que é “gravíssima” e que pode desembocar “numa catástrofe”. Em 15 de dezembro a Marinha Grande volta a ser notícia pela “bela atitude das alunas da Escola Industrial” que procederam à distribuição de roupas a crianças pobres.

Na última edição do ano, *O Mensageiro* observa que “não é possível classificar a barbárie comunista”, numa alusão ao desaparecimento de milhares de prisioneiros assassinados. O jornal mantinha, assim, a cruzada contra a ideologia comunista.

Em 1952 o semanário leiriense não altera significativamente a sua linha editorial. Logo na edição de 5 de janeiro é feita referência ao «Natal nos países comunistas”.

É referido que por estas bandas todas as cerimónias religiosas “são simplesmente ignoradas ou proibidas nos países controlados pelos comunistas”. Até as festas de fim de ano, “têm de seguir os programas impostos pelo estado”.

O mês de janeiro não apresenta nenhuma informação digna de registo para a vila da Marinha Grande. Temos que avançar para a edição de 1 de março para ler notícias sobre a localidade. O jornal fala da inauguração de um ramal de luz elétrica.

Em 29 de março é noticiada a visita do Padre Américo à Marinha Grande, a propósito da *Casa do Gaiato*. Até ao final do ano são publicadas pequenas notícias da terra: em 2 de agosto a visita do Governador Civil ao Jardim Infantil de Santa Teresinha, em 9 de agosto a falta de água em Vieira de Leiria, em 23 de agosto a homenagem a Afonso Lopes Vieira e o

rali automóvel de S. Pedro de Moel, e em 27 de dezembro é anunciada a construção dos “primeiros edifícios destinados a veraneantes”.

Em 1953 regressa a ofensiva contra a «blasfêmia comunista», na edição de 3 de janeiro. *O Mensageiro* escreve: “o comunismo negando Deus nega a Vida. E porque nega a Vida faz pacto de aliança com a Morte”.

Este pequeno texto explica a razão de não existir qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. E sendo a Marinha Grande um bastião comunista talvez seja lógico pensar que o jornal pouca importância dava ao concelho, a não ser a atividade social e religiosa da vila. Em 18 de abril é noticiada a inauguração da luz elétrica no lugar da Embra e nas edições seguintes não há referências ao centro vidreiro.

Em 26 de setembro é referido, na primeira página, que Leiria e Marinha Grande estão «Unidas numa Festa de Amizade». Há uma referência ao «Natal dos pobrezinhos na Marinha Grande», que contou com a presença do Governador Civil.

Chegados a 1954, a ausência de informação relativa à vila é notória nas primeiras semanas. A primeira notícia surge em 22 de maio, a propósito de alguns melhoramentos implementados pela Câmara Municipal e sobre a festa da padroeira. Mais tarde, em 10 de julho, é noticiada uma exposição na Escola Industrial e Comercial.

Na edição de 21 de agosto a vila volta a ser notícia com a visita do Governador Civil, que presidiu à cerimónia de homenagem a Arala Pinto e Abel Bettencourt.

Em 13 de novembro é noticiada “uma grande manifestação de homenagem ao Sr. Vítor Galo”, presidente da Câmara Municipal.

Em 1955, *O Mensageiro* continua a sua saga jornalística com um passo muito homogéneo. Os temas da igreja são gratos ao jornal fundado pelo padre Lacerda, bem como os temas nacionais e internacionais, normalmente favoráveis ao regime português e anticomunista. Aliás, ao longo da sua história o semanário leiriense fez duras críticas ao comunismo, o que se compreende dada a visão que esta ideologia tem da religião, ou da falta dela. Assim, é compreensível que o jornal não tenha feito qualquer referência ao movimento insurrecional durante as décadas de quarenta, cinquenta e sessenta e não lhe tenha dado importância nos anos seguintes ao 25 de abril de 1974. Claro que até à queda do regime a censura não permitiria a publicação de qualquer texto alusivo ao movimento operário da Marinha Grande. Mas é um facto que a linha editorial do jornal estava longe de dar palco à ação perpetrada pelos comunistas e anarquistas.

É claro que o jornal publicou alguns artigos sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nas semanas seguintes à eclosão do movimento, mas aí havia alguma conveniência do regime nesse sentido, pois a ideia seria colocar o povo contra os revoltosos.

Com apenas quatro páginas não é fácil ter um jornal rico em informação. Desde logo porque uma parte é ocupada com anúncios, poemas, falecimentos e textos de opinião. Assim, o jornal, produzido por um número reduzido de pessoas, era uma espécie de manta de retalhos, com textos muito diversificados. Até mesmo o dia-a-dia da cidade de Leiria estava ausente do alinhamento semanal do jornal. Aqui e acolá uma ou outra notícia da vila da Marinha Grande.

Por exemplo, em 5 de fevereiro de 1956, *O Mensageiro* escreve que a localidade operária “pede ao Governo da Nação a permanência do senhor engenheiro Calazans Duarte à frente da Fábrica Nacional de Vidros”.

O jornal explica que uma comissão, constituída pelos Presidentes da Câmara da Marinha Grande, da Comissão Concelhia da União Nacional e do Sindicato dos Vidreiros, avistou-se com o Ministro das Finanças a quem lembrou “que quando há mais de trinta anos o Engenheiro Calazans Duarte veio para a Marinha Grande, para dirigir a Nacional Fábrica de Vidros, esta era um dos grandes escândalos nacionais. Os credores levavam as suas queixas até ao Parlamento, os jornais tratavam do caso em artigos violentos e os próprios operários ou não recebiam salários ou eram pagos em vidro que depois vendiam ao desbarato. Nesse tempo a indústria vidreira portuguesa limitava-se á fabricação de artigos ordinários; os vidros de qualidade eram todos importados.”

A comissão não esquece o papel que Calazans Duarte desempenhou na empresa: “com uma tenacidade exemplar e uma dedicação total, ele conseguiu levantar sobre as ruínas da velha Fábrica, que se acumulavam e confrangiam, uma Instituição respeitosa, que milhares de pessoas visitam anualmente e onde hoje se fabricam vidros que rivalizam com os melhores do estrangeiro.”

A notícia da eventual substituição do administrador deixou a comissão preocupada, sendo “difícil compreender como depois de se dar à velha Fábrica o nome de Fábrica-Escola que de facto há muito lhe competia, se afasta o homem que depois dos Stephens mais fez para a honrar e engrandecer. Quem iria dirigi-la, onde encontrar os professores com a competência e o prestígio necessários, da Escola dos Vidreiros? Interrogações que todos fazem na Marinha Grande e às quais ninguém sabe responder.”

A comissão estava preocupada com as centenas de famílias que dependiam da fábrica e a possibilidade de regresso aos tempos conturbados, fontes de “constantes conflitos sociais”.

Victor Amaro Salgueiro dos Santos Gallo, Júlio Alves Vieira e Aguinaldo Marques Nobre terminam referindo que a FEIS “deve muito ao Engenheiro Calazans, ela é também uma obra do Estado Novo, que lhe forneceu os meios e o apoio necessários para a realizar. Várias vezes ele próprio o tem proclamado”.

O jornal escreve no interior que, afinal, a possibilidade de substituição de Calazans Duarte não passou de um “boato”.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 26 de fevereiro, a propósito da reivindicação dos moradores do lugar da Garcia em ter luz elétrica. O abastecimento de água à vila e o não descanso dos vendedores ambulantes aos domingos são igualmente temas tratados, ainda que de forma breve.

A questão do abastecimento de água volta a ser notícia na edição de 5 de maio, dando-se conta da inauguração, em breve, deste melhoramento, não só para a vila como para S. Pedro de Moel. A cerimónia ocorre em 23 de maio com a presença do Ministro do Interior, Trigo de Negreiros. Nas semanas seguintes a Marinha Grande não é notícia no jornal, nem mesmo em janeiro de 1956, o que revela bem a fragilidade deste semanário relativamente aos concelhos do distrito. É preciso ir à edição de 7 de abril para ler algo de palpável sobre a vila vidreira, no caso relativamente à «Inauguração da luz eléctrica no lugar da Garcia”.

Em 9 de junho de 1956 *O Mensageiro* fala dos incidentes ocorridos no final do jogo Avintes - Marinhense, durante os quais o barbeiro João Francisco foi detido e julgado no dia seguinte: “foi condenado em 15 dias de prisão”.

Na edição de 23 de junho é noticiada a inauguração do teatro de Picassinos e nas semanas seguintes há uma ou outra referência ao concelho.

Na edição de 21 de julho é feita a questão: «Se o comunismo é tão bom, porque não houve um só povo a aceitá-lo voluntariamente?».

O centenário da empresa de limas União Tomé Fêteira, em Vieira de Leiria, não é esquecido em 4 de agosto de 1956. Esta unidade industrial merecerá outros artigos em edições seguintes. Em 22 de setembro de 1956 faz notícia no semanário o «Plano de actividades da Câmara Municipal de Marinha Grande para o próximo ano de 1957». Já em 24 de novembro é o futebol que se destaca: a derrota do ACM no campo do Leixões (4-1). Os resultados do Marinhense são notícia nas edições seguintes.

Chegados a 1957, em janeiro a Marinha Grande volta a não ser notícia. Nem em fevereiro. É necessário ir à edição de 2 de março para saber que a vila marinhense “agradece ao Governo a Nova Escola Industrial e Comercial”.

Na edição de 16 de março é publicado um texto assinado por A. da F. sobre «O 24.º Aniversário da Constituição de 1933». Pela sua importância para este estudo, publica-se uma pequena parte do texto:

“Ora, há vinte e quatro anos que vivemos na vigência da Constituição de 1933, e que esta Constituição, embora respeitasse os direitos dos indivíduos, como pessoas humanas, não esqueceu a realidade social dos indivíduos integrados na sociedade nacional, nem esqueceu que sociedade sem autoridade que a governe, é caos e, ao final, ruína e extinção. Se compreendemos, e bem, a Constituição Política de 1933 - a que se chamava do Estado Novo - harmonizou, segundo os factos sociais e políticos, a liberdade dos indivíduos com a autoridade, dando a cada uma - ou, antes, reconhecendo - o lugar que lhes cabe. Esta doutrina realista, há decénios que ninguém se atreveu a pôr em prática, senão nós, com Salazar; e foi assim que se resolveu, entre nós, a questão das relações entre autoridade e liberdade com que se debatem ainda hoje vários países, que não logram nem ordem nem paz.”

*O Mensageiro*, com este texto, deixa clara a sua posição sobre o regime vigente e a sua linha editorial, durante a Ditadura, andará sempre nesta órbita. Assume o seu apoio ao presidente do Conselho e à sua política, destacando-se a questão da autoridade.

Lúcio Tomé Fêiteira é periodicamente notícia no jornal. Uma simples visita a Portugal, ainda que de férias, é noticiada. Claro que a homenagem que o governo brasileiro prestou ao empresário vieirense é noticiada com grande destaque.

A Marinha Grande volta a ser referida na edição de 14 de setembro, a propósito da inauguração da estrada do Pilado, da «Casa do Doente» e de mais duas habitações do Património dos Pobres.

O plano de atividades de 1958 para a vila é anunciado em 28 de setembro.

Na edição de 19 de outubro é notícia a visita do Ministro das Corporações à vila da Marinha Grande. O membro do governo visitou um bairro operário e um terreno para a construção de habitação para os mais carenciados.

Na edição de novembro anuncia-se que «À vila da Marinha Grande foi concedida a importante verba de 10 mil contos para a construção de casas económicas».

Em 1958, finalmente, há uma referência direta ao *18 de Janeiro de 1934*, que a censura deixou passar. Na edição de 11 de janeiro, *O Mensageiro* publica, na página 3, na secção «Efemérides do Distrito de Leiria de 1 a 19 de Janeiro», relativamente ao dia 18, que em 1934

ocorreu uma “greve revolucionária em vários pontos do país, com grave repercussão na Marinha Grande”.

Atente-se no facto do jornal falar em greve, o que não deixa de ser estranho já que não é consensual entre os investigadores que tenha ocorrido. Recorde-se que a linha comunista apontava neste sentido, ao contrário dos anarco-sindicalistas que optaram pela ação insurrecional armada.

Na edição de 18 de janeiro, o movimento obviamente que não é referido ao contrário do que acontece com a «Distribuição de agasalhos aos pobres», temática à qual é dado grande destaque. O jornal refere que “muitos dos vestidinhos foram confeccionados, durante o ano, ao serão, para virem a ser distribuídos nesta quadra”.

Em 3 de maio, o semanário diz que «O lugar da Ordem pede um carteiro”. Em baixo pode ler-se que este lugar “se encontra bastante distante da sede do Concelho”. Ora este lugar fica a cerca de um quilómetro do centro, no máximo dois. Veja-se como as distâncias têm comprimentos diferentes em meio século.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 30 de agosto a propósito do tratamento de tuberculosos, designadamente sobre a edificação de uma enfermaria para combater a enfermidade.

Na edição de 22 de novembro de 1958, na primeira página, *O Mensageiro* fala da «Homenagem ao sr. Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande», Vítor Galo. Sobre esta mesma notícia, o jornal volta ao assunto em 13 de dezembro.

Em 1959 a Marinha Grande volta a ser notícia no semanário leiriense, com destaque de primeira página: «Festa de Natal das Escolas Primárias e da Catequese Paroquial de Marinha Grande».

No mês de janeiro, sobre o movimento insurrecional, não há referências.

Em 28 de fevereiro é noticiado o apoio do Ministério da Economia à Marinha Grande para a remodelação e ampliação de parte da rede elétrica da sede do concelho.

Na edição de 18 de abril, numa pequena nota de primeira página, é dito que a Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande se encontra concluída, sendo apontada como “uma das melhores da Província”. Ainda nesta edição, igualmente na primeira página, diz-se que a «Marinha Grande prestou sentida homenagem ao seu Pároco».

Em 30 de maio de 1959 anuncia-se a inauguração da Escola Industrial e Comercial, cerimónia que é destacada na edição de 6 de junho. O jornal refere que “um dos maiores

centros operários e industriais do País, não tinha um edifício condigno onde os filhos dos Industriais e dos Operários pudessem aprender”. O novo edifício tem capacidade para 500 alunos e substitui as antigas instalações que se localizavam “num velho edifício da secular Fábrica Nacional”. Até ao final do ano são esporádicas as notícias da vila operária. Todavia, a freguesia de Vieira de Leiria tem palco no jornal, sobretudo a família Tomé Fêteira.

A homenagem ao Eng. Calazans Duarte é notícia na edição de 26 de dezembro.

Em 1960, a Marinha Grande é notícia na edição do dia 30, a propósito da necessidade de construção de uma estrada de ligação a Amor, no concelho de Leiria. Em 12 de março, na capa, *O Mensageiro* escreve que «Na Marinha Grande foram inaugurados 8 novos edifícios escolares com 18 salas de aula e duas cantinas escolares».

Na edição de 26 de março é anunciado que a Câmara Municipal da Marinha Grande tem um novo presidente.

Vítor Galo foi exonerado “a seu pedido”, sendo substituído por Manuel Afonso Taibner de Moraes Santos Barosa. O jornal explicará em 9 de abril que Vítor Galo abandonou o cargo “em virtude de incompatibilidade com a sua vida”.

Na edição de 12 de novembro, *O Mensageiro* questiona: «Cristianismo ou comunismo?”. O jornal cita Lenine e garante que “não é com a vossa doutrina, comunistas, que a humanidade pode ser salva”. Este tema terá vários desenvolvimentos em edições seguintes.

Em 1961, o jornal leiriense não se afasta da sua linha habitual. É verdade que os constantes elogios a Salazar e ao seu regime de outrora deixam de fazer parte do alinhamento editorial, mas em momento algum é feito qualquer reparo à política do homem que governou o país com «mão-de-ferro».

Em 14 de janeiro, «Ainda as Comemorações do Natal na Marinha Grande». O semanário recorda que durante alguns dias esteve em exposição “uma quantidade apreciável de roupas, confecções e outras utilidades para serem distribuídas pelas famílias pobres da freguesia”. Nesta mesma edição, nova referência à chegada a Lisboa do “nosso prezado amigo e grande industrial em Portugal e Brasil, sr. Lúcio Tomé Fêteira”.

Em 3 de junho é anunciado o falecimento de Vítor Galo, “o maior da nossa terra”, escreve Adriano Roldão.

Na edição seguinte *O Mensageiro* dirá que foi muito sentida a morte “do infatigável trabalhador e exemplar chefe de família”.



O jornal informa ainda que “o mar retém ainda no seu fundo os restos do avião em que Vítor Galo seguia e se supõe estarem os restos mortais de Vítor Galo e doutras vítimas”.

Na edição de 22 de julho é publicado o discurso do Ministro das Corporações feito na Marinha Grande na sessão solene de homenagem à memória de Vítor Galo.

A ligação entre a Marinha Grande e Amor volta a ser notícia em 21 de outubro. Diz-se que é “uma aspiração velha do povo”.

Em 25 de novembro a inauguração da capela e a estrada da Amieira fazem notícia.

Sendo certo que *O Mensageiro* deixou de fazer propaganda semanal do regime, aqui e acolá surgem alguns textos de apoio.

É o caso da manchete de 6 de janeiro de 1962: «Obrigado, Salazar», a propósito das “trágicas ocorrências de Goa”<sup>202</sup>. Este mesmo título repetir-se-á na edição de 28 de abril, a propósito dos 34 anos de dedicação à causa pública do antigo docente universitário de economia política e finanças em Coimbra.

Em 20 de dezembro, na rubrica «Notícias da Marinha Grande», que raramente é publicada, anuncia-se mais uma exposição de artigos confeccionados ao longo do ano, que vão ser distribuídos “pela pobreza”.

Chegados a 1963, a Marinha Grande é notícia de novo pela carência de uma estrada que ligue à freguesia de Amor. Também são referidas, nesta edição, as péssimas condições da estrada que liga o Engenho à Garcia.

Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, não existe qualquer referência. Todavia, na edição de 7 de março, Alfredo Gândara publica dois textos «Para a História do Vidro na Marinha Grande».

Seria fastidioso publicá-los na íntegra. Porém, é oportuna a publicação de algumas passagens, que revelam o espírito que reinou entre o operariado e as dificuldades por que passou:

“A fábrica pombalino-stephensiana resistiu a tudo. E resistiu a tudo porquê? Porque os que nela trabalhavam souberam defendê-la com unhas e dentes, graças à consciência dos direitos que lhes advinham da letra e do espírito do testamento de João Diogo Stephens; graças à sua qualidade de cidadãos esclarecidos, que sabiam falar, escrever e tratar com altas entidades políticas; graças à sua direitura cervical; à sua intransigência, ao seu heroísmo. Alguns morreram de fome, outros deixaram a tuberculose, como herança, aos filhos. Mas a fábrica não morreu!”

---

<sup>202</sup> Foi a capital do Estado Português da Índia, a partir de 1510. Em 1961 foi integrada na Índia, na sequência de uma ofensiva militar do exército indiano.

Alfredo Gândara não poupa nos elogios aos operários e à sua luta para a preservação do património legado pelos Stephens:

“Raras vezes um estabelecimento como o da Marinha Grande é tanto - ou mais - dos que o serviram e servem como daqueles que o criaram. Sem a luta dos vidreiros da hoje Fábrica-Escola, no princípio deste século, sem essa epopeia de perigos e ameaças bravamente enfrentadas, à custa de desgraças colectivas, e de catástrofes domésticas, que deixaram as marcas na carne e no sangue das gerações seguintes - sem tudo isso, que levou as almas às provas extremas, onde estaria a obra de Guilherme Stephens?!”.

O jornalista conclui:

“Esses marinhenses chegaram a ir à presença do Rei D. Carlos, que os ouviu, no Palácio das Necessidades; foram ao Parlamento, onde vozes eloquentes e generosas se ergueram, a defendê-los; foram à Imprensa, que, com o *Século* à frente, os amparou. Fizeram mais: ofereceram, em holocausto a um bem que tomavam como a razão e a base da sua vida, o pão dos filhos; e acabaram - uns por ir trabalhar, de enxada na mão, em limpezas do Pinhal, e outros por ir comer restos do rancho à porta do Regimento de Infantaria 7! O conhecimento destes factos é fundamental para a história da fábrica e do povo da Marinha Grande, tão íntimamente emparelhado com o intento solene dos dois Stephens que o arvorou em bandeira cívica.”

*O Mensageiro*, apesar de não apresentar textos elogiosos relativamente aos operários vidreiros, publicou os textos do jornalista Alfredo Gândara, que mostra um grande respeito - até admiração - pelos seus conterrâneos<sup>203</sup>.

A Marinha Grande volta a ser notícia no jornal em 2 de maio, a propósito da visita do Ministro das Corporações. Até 7 de outubro não existem referências de relevo à vila. Nesta data *O Mensageiro* publica um especial «50 anos» no qual relembra as invasões francesas, que também atingem a Marinha Grande, em 1807.

Em 17 de outubro de 1963 o jornal aborda a abertura do novo ano letivo e o flagelo dos roubos, “que têm o seu quê de misterioso”. Em 31 de outubro refere-se a ocorrência de um “violento incêndio” no lugar da Garcia.

Em 1964 a configuração do jornal não se altera, nem no conteúdo, nem na forma. A matriz já vinha de longe e o caminho estava mais que assimilado. Daí que não seja difícil antever o que aí vinha: informação da atividade das paróquias, apoio ao regime vigente - ou

---

<sup>203</sup> Alfredo Gândara nasceu na Marinha Grande em 13 de setembro de 1896. Foi jornalista do jornal *O Seculo*, a partir de 1921, mantendo-se ligado à publicação até 1972, data em que se aposentou. Foi redator da Emissora Nacional e da agência noticiosa alemã DNB. Esteve ligado ao Sindicato dos Jornalistas, que chegou a presidir em 1955. Era considerado uma autoridade na história da indústria vidreira.

pelo menos não o afrontar - críticas ao comunismo, destaque a tudo o que se relaciona com a família Fêteira, alguma publicidade e textos de opinião.

A Marinha Grande é notícia logo na edição de 9 de janeiro, a propósito da «Homologação do novo Contrato Colectivo do Trabalho dos operários vidreiros». O documento foi assinado na vila operária, com a presença do Ministro das Corporações.

O ano de 1964 é parco em informação marinhense. Uma exceção em 10 de setembro com a tomada de posse do novo presidente, Adriano Marques Roldão.

Na semana seguinte é noticiado que o novo presidente apresenta à vereação uma proposta de homenagem a Vítor Galo, com quem a Marinha Grande “tem uma dívida de gratidão”.

Em 1965 a edição de 14 de janeiro dá conta dos novos órgãos sociais da Biblioteca de Instrução Popular. Na semana seguinte o jornal volta a dar conta da vinda a Portugal do empresário Lúcio Tomé Fêteira, desta vez para participar no “casamento de seu filho”. Ainda na primeira página a informação de que está a concurso a estação depuradora da Marinha Grande.

A vila volta a ser notícia em 27 de maio relativamente à homenagem a Vítor Galo e aos Mortos do Ultramar, mostrando apoio mais ou menos velado à guerra colonial. Estas iniciativas terão desenvolvimento na edição de 17 de junho do jornal.

Em 15 de julho de 1965 é a inauguração de uma nova estrada em Picassinos que é destacada em *O Mensageiro*.

Em 7 de outubro publica-se o programa da visita do Ministro das Obras Públicas à Marinha Grande. Aqui visitará os Parques Heróis do Ultramar e Infantil e as obras da estação depuradora.

Na Praia da Vieira será visitado o local onde nascerão 20 casas para pobres e 30 para os beneficiários das Caixas de Previdência dos Metalúrgicos. A visita terá eco na edição de 14 de outubro.

Em 11 de novembro anuncia-se a nomeação e posse do novo pároco de Vieira de Leiria, Franklin Henriques da Cunha.

Finalmente, em 30 de dezembro, *O Mensageiro* revela que no dia 18 foram inaugurados “vários melhoramentos”, designadamente estradas e eletrificação de lugares.

O ano de 1966 volta a não ser rico em informação da Marinha Grande. Em janeiro não há sequer uma única referência à localidade operária, muito menos ao *18 de Janeiro de 1934*.

Sobre o concelho, apenas em 18 de agosto é que o jornal revela que a Praia da Vieira “vai ter uma nova Capela”.

Em 22 de setembro alvitra-se a possibilidade de criar, na Marinha Grande, um posto de venda de selos.

Já em 27 de outubro, *O Mensageiro* titula: «O Concelho da Marinha Grande no Governo Civil de Leiria». Em baixo pode ler-se:

“No dia 25 do corrente, pelas 17,30 horas chegou a Leiria um numeroso grupo de habitantes da industrial vila e do concelho da Marinha Grande que, transportando-se nalgumas dezenas de automóveis se dirigiu ao Governo Civil, onde fez entrega dum pergaminho encerrado numa rica pasta, dum medalha de prata com as armas do concelho e com alegórica figura e dum album de fotografias, colhidas quando da Comemoração do 40.º aniversário da Revolução Nacional.”

Esta ação surge na sequência de uma visita que o Governador Civil fez à vila da Marinha Grande para inaugurar algumas obras. Como gesto de agradecimento, a autarquia decidiu dar o nome de Olímpio Duarte Alves a uma praça da vila, bem como a concessão da medalha de prata de honra do concelho ao representante no distrito do governo.

Finalmente, em 15 de dezembro, noticiam-se as comemorações do 67º aniversário dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande.

Em 19 de janeiro de 1967, *O Mensageiro* anuncia a «Visita ministerial ao concelho da Marinha Grande» do Ministro das Obras Públicas, Arantes de Oliveira. Para além de inaugurar “vários melhoramentos”, recebeu a Medalha de Ouro do Concelho.

Na edição de 13 de abril fala-se na construção da piscina de S. Pedro de Moel. O equipamento é inaugurado em 1 de junho, com a presença do Presidente da República.

Em 6 de julho é a inauguração de uma exposição na Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande a fazer notícia no semanário leiriense.

A vila de Vieira de Leiria ganha espaço informativo a partir de 10 de agosto. Anuncia-se a publicação de uma página, com periodicidade quinzenal, “dedicada à capital das Limas e dos Aços Finos”.

A Marinha Grande perde espaço informativo em detrimento da sua freguesia. Ainda assim, surgem esporadicamente notícias da sede de concelho. Em 5 de outubro é o plano de atividade da autarquia para 1968 a merecer destaque.

Em 1968 o jornal mantém a sua linha editorial. Notícias da Marinha Grande são escassas. A exceção ocorre em 25 de janeiro em que *O Mensageiro* dá conta que o padre

Alcides Neves passou a ser coadjutor na freguesia. Em 18 de abril é noticiado um «Sensacional show na Marinha Grande» e, em 13 de junho, é dado a conhecer que a Câmara Municipal “vai inaugurar no dia 6 de Julho grandes melhoramentos”, entre os quais a ampliação dos Paços do Concelho, a abertura de ruas e a ampliação do bairro da Praia da Vieira. O jornal revela ainda que o presidente Adriano Roldão “bate a todas as portas a pedir, a suplicar, a chorar a pobreza do seu concelho, que de pobrezinho, nada tem”.

Na edição de 27 de junho o jornal titula que «Os Srs. Ministro do Interior e o Subsecretário das Obras Públicas visitam a Marinha Grande em 6 de Julho”.

Em causa estão os referidos melhoramentos na vila. Nesta mesma edição é publicado um artigo intitulado «Paulo VI e a Marinha Grande» no qual se dá conta que a autarquia ofereceu ao Santo Padre “duas valiosas e artísticas jarras de cristal”.

Em 11 de julho a visita ministerial merece destaque na capa do semanário. A comitiva governamental foi recebida com “lindos galhardetes de vistosas bandeiras com as cores do município”. Em 5 de setembro, *O Mensageiro* informa que o presidente da Câmara, Adriano Roldão, foi homenageado no decorrer de um jantar.

Na edição de 19 de setembro diz-se que o Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, “continua gravemente doente”. Na semana seguinte o periódico dá conta que o Presidente da República comunicou à nação a exoneração de Salazar. Marcello Caetano sucede-lhe no cargo. A saúde de Salazar será tema de vários artigos nas semanas seguintes.

Em 1969 volta a não existir qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. O jornal nem sequer dá uma única notícia da vila operária no mês de janeiro. São raras, aliás, as referências à Marinha Grande neste jornal.

Em 20 de fevereiro surge uma exceção: «Vai a Marinha Grande ter uma nova Igreja Matriz?», questiona-se. Em 6 de março é o novo relógio da torre da igreja marinhense a fazer notícia.

Na edição nº 2678 de 8 de maio é tema a «Inauguração do externato Dr. Afonso Lopes Vieira» e a «Nova Igreja na Marinha Grande». O Dia de Portugal na Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande é noticiado na edição de 7 de agosto.

Em 18 de setembro diz-se que «Visitam a vila e o concelho da Marinha Grande suas Ex.as os Srs. Subsecretário das Obras Públicas e da Administração Escolar». Na edição seguinte o tema é chamado à primeira página: «Inauguração de melhoramentos na Marinha Grande».

Na edição de 16 de outubro é referido que «Dois séculos tem a Fábrica-Escola Irmãos Stephens da Marinha Grande». Esta temática volta a ser notícia em 20 de novembro de 1969, sob o título «Para a história da Fábrica-Escola Irmãos Stephens da Marinha Grande»:

“Completo há pouco 200 anos de existência a importante fábrica da Marinha Grande, conhecida hoje por Fábrica-Escola Irmãos Stephens mas inicialmente com o nome de Nacional Fábrica de Vidros da Marinha Grande, que João Diogo Stephens por seu testamento de 24 de Maio de 1825 legou ao Estado em «benefício da Marinha Grande em particular e de utilidade deste reino em geral, e assim para sempre» e que o Estado aceitou com seus vastos domínios, em 1827.

Como todos sabemos a fábrica passou por diversas vicissitudes, chegando mesmo, por 1924, a entrar em grave decadência para não dizermos que era caótico o seu estado.”

O jornal não esquece os problemas por que passara a instituição alguns anos antes:

“Por um documento agora chegado às nossas mãos concluímos que por altura de 1920 e tal a fábrica foi um autêntico pomo de discórdia, enquanto por um lado o Estado pensou em vendê-la, por outro os operários vidreiros reclamavam a laboração fabril para seu sustento e por outro a Câmara Municipal, com o fundamento de que era legítima e primeira representante da população a quem foi dada em particular e que só ela, atenta a sua natureza e função local, podia tirar os benefícios que o testador preconizou para a Marinha Grande, reclamou-a e insistiu para que lhe fosse entregue.”

Em 11 de dezembro de 1969, *O Mensageiro* publica o projeto de intenções de 10 de junho de 1924 que o governo tinha em mente para a entrega da Fábrica Nacional de Vidros à Câmara Municipal da Marinha Grande mas que não passou do papel.

O projeto-lei acabou por não vingar e a fábrica manteve-se na esfera do Estado. Entraria, aliás, numa nova fase da sua já longa existência, agora sob a liderança de Acácio Calazans Duarte, “figura importante do século XX, que teve um papel cimeiro na vida marinhense” (Pina, 2017, p. 11).

Em 1970, *O Mensageiro* manteve a sua linha de sempre, o que é natural dada a manutenção de José Ferreira de Lacerda como diretor, proprietário, editor e administrador da publicação.

Em 12 de fevereiro o jornal anuncia: «O Chefe do Estado na vila da Marinha Grande». A visita prende-se com as comemorações do 2º centenário da FEIS. Na edição seguinte o jornal faz eco da cerimónia.

O jornal raramente aborda o dia-a-dia da vila operária, optando por noticiar o pulsar da sede de distrito, o que é natural.

Esporadicamente fala da Marinha Grande, quase sempre quando é visitada por membros do governo. Os temas religiosos são igualmente noticiados. Em 25 de junho é referida a exposição de trabalhos dos alunos da Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande.

A morte de Salazar faz manchete na edição de 30 de julho: «Portugal está de luto».

Em 22 de outubro comunica-se a passagem do novo Presidente do Conselho pela Marinha Grande, onde recebeu “a ovação quente de sentimentos de estima”.

Chegados a 1971 o mês de janeiro volta a não trazer nada sobre a Marinha Grande em geral e o *18 de Janeiro de 1934* em particular. O jornal apresenta 8 páginas e a publicidade que integra o seu conteúdo indicia alguma estabilidade financeira.

Notícias da Marinha Grande são coisa rara por esta altura. Há uma ou outra exceção mas informação oriunda da escola local, um festival de ginástica... e pouco mais.

A morte do padre Lacerda, aos 90 anos, faz a manchete da edição de 23 de setembro. O fundador do jornal deixou os seus bens, em partes iguais, ao Seminário Diocesano de Leiria e à Igreja Paroquial dos Milagres.

A inauguração da nova igreja da Marinha Grande, em 8 de dezembro, é igualmente tema trazido por *O Mensageiro*, na edição de 2 dezembro. Na semana seguinte nova referência ao tema.

Em 1972 o jornal mantém as edições semanais com 8 páginas, agora liderado pelo padre António Francisco Pereira, o novo pároco da freguesia de Milagres. Notam-se algumas melhorias gráficas, fotos na primeira página e títulos mais apelativos.

Quanto ao conteúdo sobre a Marinha Grande não se notam grandes alterações: o jornal tem mesmo muitas dificuldades de acesso à informação. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra.

Em 14 de setembro, após vários números sem uma única linha sobre o concelho, é noticiada a homenagem ao presidente da Câmara, Adriano Marques Roldão. Até ao final do ano destaque apenas para uma edição dedicada a João Tomhé Fêteira, “poeta, homem de ciência e grande industrial”. O jornal revela que “morreu há dois anos o introdutor da indústria de aço em Portugal e continuador técnico da obra do sábio Joaquim Tomhé, o mago das limas”.

Em 1973 mantém-se o quase «apagão» à Marinha Grande em geral e ao *18 de Janeiro de 1934* em particular. Já em 15 de fevereiro noticia-se que o «Secretário da Juventude de Saúde e Desportos visitou a Marinha Grande».

Depois só em 5 de julho é que a vila volta a ser notícia a propósito do regresso de Adriano Roldão à presidência da autarquia, após ausência por motivo de doença.

Em 9 de agosto é a inauguração da agência da Caixa Geral de Depósitos da Marinha Grande a merecer destaque informativo. Na edição de 11 de outubro o jornal refere que «A Marinha Grande avança e moderniza-se».

E eis-nos chegados ao ano que trouxe a liberdade ao país. Nos primeiros números a Marinha Grande volta a não marcar presença.

Na edição de 25 de abril de 1974 o editorial intitula-se «Dizer mal», uma prática “bastante generalizada e fácil”. Só na semana seguinte - 2 de maio - é que o semanário traz a boa nova: «Triunfou o movimento das forças armadas - Governo entregue a uma Junta de Salvação Nacional». Apesar da mudança política *O Mensageiro* pouco ou nada muda em termos editoriais. Sobre a Marinha Grande continuam a ser escassas as notícias. Em 30 de maio anuncia-se a visita do Bispo de Leiria à vila para presidir à cerimónia de Comunhão Solene das Crianças.

Em 22 de agosto de 1974 o semanário leiriense diz que “está na moda o termo reaccionário”. E explica que esta designação serve para classificar, na prática, “todo aquele que se encontra, no campo das ideias ou da acção, em oposição com outro”.

Na edição de 7 de novembro o jornal afirma em manchete que temos «Democracia... em Democracia». Até ao final do ano não há qualquer referência à vila da Marinha Grande.

Em 1975, já em liberdade, espera-se que *O Mensageiro*, tal como os outros jornais, volte a publicar artigos sobre a ação insurrecional da Marinha Grande, como o tinha feito em 1934. Mas não. Não só não publica uma única linha sobre o movimento como ignora por completo a Marinha Grande.

É natural que este alheamento se fique a dever a dificuldades do jornal em recrutar correspondentes, aos quais não tinha quaisquer possibilidades de remunerar. Aliás, em 1 de janeiro de 1976 o jornal revela que “a situação económica de «O Mensageiro» não é brilhante. É má até, pois findámos 1975 com dívidas não pequenas infelizmente”. Naturalmente que, com esta fragilidade financeira, o conteúdo do jornal ressentia-se e apesar das oito páginas semanais nota-se alguma pobreza nos conteúdos. A publicidade também não abunda. Ora nestas condições é natural que a perspetiva de melhoramento informativo não se altere em 1976. Nas edições de 1, 8, 15, 22 e 29 de janeiro não há uma única referência ao movimento insurrecional, nem se publica uma única notícia da Marinha Grande.



Nos números seguintes o jornal não se afasta da sua linha editorial tradicional, privilegiando temas religiosos e pequenas notícias das freguesias de Leiria. Raramente a Marinha Grande surge retratada no semanário.

O jornal apresenta ainda ao longo do ano outras temáticas distintas, que vão desde a política nacional a questões de natureza internacional.

Em 1977, *O Mensageiro* abre o ano com a «Posse das Autarquias Locais» no distrito. Em baixo uma referência à «Mensagem de ano novo do Presidente Eanes». Nesta edição de 6 de janeiro nem nas seguintes de 13, 20 e 27 há qualquer referência quer à Marinha Grande quer ao *18 de Janeiro de 1934*. Em 3 de fevereiro a vila marinhense é notícia a propósito do almoço de confraternização do PSD local.

A leitura das edições seguintes mostra-nos que o periódico mantém a sua linha editorial muito semelhante aos anos mais recentes, com oito páginas. A política nacional e regional integra o conteúdo do jornal e nalguns casos registam-se ataques muito bem definidos, como na edição de 24 de março que diz que «O comunismo empobrece os povos». O comunismo é, aliás, o grande «inimigo» do jornal leiriense. Em 19 de maio, o semanário questiona: «Que democracia é esta? E os direitos do homem em Portugal?».

A Marinha Grande não é uma localidade muito representada no jornal fundado pelo padre Lacerda. Há uma ou outra exceção, como por exemplo em 13 de outubro na qual se diz que a Rádio Renascença, emissora católica portuguesa, vai estar na vila vidreira.

Em 1978, na edição de 5 de janeiro, «Que ninguém se iluda! Comunismo é: contra a liberdade, a pátria e a religião». Ao lado; «Sim à paz».

Ainda nesta edição é publicado um texto de *A Voz do Domingo*, intitulado «Um comunista com cabeça!»:

“Pessoa amiga entregou-nos, um dia destes, uma folha volante da responsabilidade do «SIP da Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP» onde se ataca, com as estafadas frases, o pároco da freguesia por se ter recusado a acompanhar o corpo dum militante comunista local, cuja urna estava coberta com a bandeira do Partido. E diz a referida folha que «sempre foi claro para o Povo, que os comunistas nunca se opuseram ao uso de um dos direitos fundamentais: a Liberdade Religiosa»”.

O jornal escreve que “o Pároco só fez o que tinha a fazer”.

Este texto revela o distanciamento existente entre a igreja e a ideologia comunista. Assim se percebe a razão do jornal porventura não publicar nada sobre as comemorações do *18 de Janeiro de 1934*, que passou a ser, analogamente, um marco para o PCP.

Existindo divergências muito profundas, não seria de esperar que o jornal fundado pelo padre Lacerda desse qualquer destaque a uma «bandeira» comunista.

Repare-se como *O Mensageiro* aborda, na edição de 26 de outubro de 1978, o seu distanciamento ao PCP: «Por causa do crime de não ser comunista um doente foi abandonado na estrada».

No ano de 1979 volta a não existir qualquer alusão ao movimento insurrecional e sobre a Marinha Grande o paradigma não se altera. Definitivamente, o jornal «não morre de amores» pela vila operária.

Em 1980 tudo se mantém. O jornal dirigido pelo padre António Francisco Pereira opta pela linha de sempre, muito próximo da igreja, sem esquecer os temas nacionais. Perpassa a ideia de que *O Mensageiro*, embora não o assuma, apresenta uma proximidade política com a democracia cristã e a social-democracia.

Como já se referiu anteriormente, o comunismo é o «alvo a abater» pelo jornal. Este não perde uma oportunidade para atingir o «inimigo».

Em 1981 não se verificam alterações editoriais. *O Mensageiro* volta a não publicar qualquer notícia sobre o 18 de Janeiro de 1934 nem sobre a Marinha Grande.

Este «esquecimento» talvez encontre explicação na edição de 7 de janeiro de 1982 quando o jornal diz que “o comunismo não é somente uma ideologia ultrapassada pela evolução social da Humanidade, mas também e prioritariamente um maquiavélico plano de conquista da hegemonia mundial pela via política”. Com este artigo fica clara a linha editorial do jornal.

Em 1983, finalmente, uma notícia da Marinha Grande nas edições de janeiro. No dia 6 *O Mensageiro* escreve que vai decorrer o I Congresso da Indústria de Moldes, no final do mês. Em 20 de janeiro o jornal diz que a Marinha Grande, “já capital do vidro, passou a ser também, justificadamente, capital dos moldes para vidro e plástico”. Sobre o 18 de Janeiro, nada!

Finalmente, em 1984, *O Mensageiro* fala do surto de violência na região e alude a que “na estrada da Marinha Grande, dois bancários interceptados com rajadas de metralhadora”.

Em sete décadas de publicações, o jornal fundado pelo padre Lacerda manteve alguma coerência editorial.

A sua ligação à Igreja nunca foi escondida, pelo contrário, assumia-o, mas o semanário tentou ser muito mais que isso, apesar da escassez de meios, financeiros e humanos.

E essas limitações são visíveis na década de 40, quando está dois anos afastado dos leitores, mas são evidentes as dificuldades de apresentar artigos de investigação e fontes/correspondentes nos diversos concelhos do distrito. Daqui existia apenas informação ligada às paróquias e pouco mais. A Marinha Grande disso se ressentiu ao longo de anos pois não era uma comunidade muito noticiada nas suas páginas.

Visto o jornal mais antigo entre os que são analisados nesta investigação, é tempo de analisar o outro semanário muito próximo da Igreja, *A Voz do Domingo*, que curiosamente foi fundado alguns meses antes do *18 de Janeiro de 1934*.

## 1.2. A outra voz da Diocese de Leiria

O jornal *A Voz do Domingo*, “semanário católico de propaganda religiosa e noticioso”, surgiu em 19 de março de 1933, com apenas quatro páginas.

No nº 1 o periódico apresenta o seu “programa”, dizendo-se “a voz do Senhor espalhando por toda a parte os ensinamentos da nossa santa Religião”. Revela ainda que a par dos acontecimentos históricos, “não se desinteressará do presente, de tudo quanto concorra para o progresso espiritual e material da nossa Diocese”. O texto é assinado por José, Bispo de Leiria.

Nas edições seguintes o jornal apresenta sucessivamente temas religiosos, muito relacionados com a atividade da Igreja nas diversas paróquias do distrito. Das freguesias surge igualmente alguma informação, breve.

Em 30 de abril, por exemplo, é anunciado que a Maceira vai estar em festa. Referências à Marinha Grande são escassas, tal como a publicidade. São raros os anúncios nas páginas do semanário.

*A Voz do Domingo* apresenta em praticamente todas as edições de 1933 fotografias na capa associadas a motivos religiosos.

O semanário não deixava dúvidas sobre ao que vinha.

Em 18 de junho o periódico publica que é «Visado pela censura». Aliás, esta prática era extensiva à generalidade dos jornais, “institucionalizada em 1933 como censura prévia e perdura até ao 25 de Abril de 1974” (Gomes, 2006, p. 11).

Na edição de 17 de setembro, relativamente à Marinha Grande, o jornal informa que a fábrica «Marquez de Pombal» “paralisou há dias, o seu fabrico, por motivo de desacôrdo

entre os seus proprietários e os operários. O caso será entregue às autoridades que procuram solucionar o assunto”.

Em 19 de novembro o semanário dá conta que José Martins, oficial de cristal, quando saía de casa para a fábrica, “foi surpreendido por três indivíduos que, de cara tapada, descarregaram sobre êle à paulada, deixando-o muito ferido. A vítima recolheu ao leito”.

É ainda referido que este foi o quinto atentado e que os seus autores o fazem “sem terem a sorte de serem descobertos e punidos”.

O jornal exige que se tomem as providências que o caso requer, “pois a Marinha Grande, não pode, nem deve estar sujeita a coisas desta natureza”.

Termina dizendo que “parece confirmar-se a versão de que estão 18 na lista dos que hão-de ser sovados”.

O ano de 1934 chega com *A Voz do Domingo* a dar destaque à «Família» e, ao lado, «Espanha Nova».

Nas edições de 7, 14 e 21 de janeiro não há qualquer referência à Marinha Grande, nem política, nem social, nem religiosa.

A alusão ao movimento do operariado surge no nº 46, de 28 de janeiro de 1934.

O jornal faz referência ao movimento que eclodira precisamente dez dias antes na vila da Marinha Grande, usando o título «Sangue e fogo»:

“Comunistas, bolchevistas e anarquistas juntaram-se com o beneplácito dos antigos políticos para encherem Portugal de sangue e de fogo no passado dia 18. Graças a Deus, o exército dominou-os. Portugal está de novo em paz. Agora é o apuramento de responsabilidades. O que queriam afinal os revolucionários? Transformar Portugal numa Rússia, México ou Cuba, repetindo aqui as cenas há pouco realizadas em Espanha. Matar os industriais, os capitalistas, as autoridades, os padres: todos os que representam a ordem e o progresso da nossa querida Pátria. Incendiar quartéis, fábricas, seminários, igrejas e casas particulares. Destruir tudo o que diz respeito à ordem estabelecida e, em seu lugar, implantar a desordem, a confusão, o ódio, a vingança, o assassinato, a barbárie”.

Este texto é claro relativamente à condenação que o jornal faz dos intentos dos revoltosos. Aliás, o semanário garante que as igrejas seriam alvos dos operários, caso a sua luta chegasse a bom porto. Ora sendo este um jornal muito ligado à igreja, liderado por um padre, seria expectável que o seu posicionamento fosse precisamente este, em clara oposição com os ideais dos revoltosos. Por outro lado, o Estado Novo estava a dar os primeiros passos e as notícias nos jornais do regime eram muito controladas.

Quer na imprensa nacional, quer na regional de Leiria, a tónica foi de apoio a Salazar<sup>204</sup>. Nem poderia ser de outra forma. Aliás, Pinto (2008, p. 27) garante que “quer a Igreja, quer o partido do Centro Católico, se situaram no campo de apoio à ditadura militar”.

Na edição de 28 de janeiro de 1934, *A Voz do Domingo* apresenta uma outra referência à ação do operariado, sob o título «Palavras serenas»:

“Após a tempestade é bom deitar-se o balanço.  
Mas convém olhar as coisas com olhos de ver para descortinar as causas e, se possível  
fôr, removê-las quanto antes.  
E’ assim que procedem as pessoas prudentes.  
Ora que vêmos nós?  
Vemos antes de mais nada, que os prêsos como implicados no último movimento são, na  
sua maioria, rapazes dos 15 aos 25 anos.  
Rapazes que deviam ainda permanecer no seio aliciante da família e sentir-se bem no  
contacto dos pais e irmãos.  
Estudantes que, sem mentalidade formada, sem completar os seus cursos, sem cultura e  
ideal, uma só coisa querem: destruir”.

Fica evidente, com a leitura deste texto, o posicionamento do jornal relativamente à ação insurrecional e aos seus participantes, na sua grande maioria adolescentes e jovens sem grande formação e por isso manietáveis por quem já tinha alguma cultura política (comunistas, anarquistas, etc.).

Na edição seguinte - 4 de fevereiro - *A Voz do Domingo* não fala sobre o movimento. Num texto publicado na primeira página, denominado «A família», é publicado um diálogo “entre dois desconhecidos” no qual um afirma que com o bolchevismo “o pai não manda, não aconselha, não dirige, não guia, não ensina, não corrige”. E acrescenta: “se o menino prevarica, ri-se. Se a falta é maior, fecha os olhos”.

Em 11 de fevereiro o semanário leiriense escreve, na página 2, que “vai ser construído um novo quartel para a G.N.R.”.

Uma ideia aplaudida pelo jornal “pois estamos convencidos de que se o antigo quartel oferecesse as necessárias condições, os autores da «intentona» que tanto eco deu na Marinha Grande, teriam sido repelidos, evitando assim tantas lágrimas”.

O periódico defende que, com a conclusão desta obra, “a Marinha Grande não tem tudo o que precisa. É necessário ver quanto ganham os operários, pois se há alguns que ganham

---

<sup>204</sup> Em 1 de Janeiro de 1934, o Secretariado da Propaganda Nacional elaborou um extenso relatório sobre a imprensa da província. Segundo Veríssimo (2003, p. 33-35), rotulam-se os jornais de “situacionistas, simpatizantes, neutros, anti-situacionistas e jornais de classe”. Em 1933, acrescenta o autor, “existiam 101 jornais situacionistas, 69 neutros e 81 anti-situacionistas, em 1934 os números são diferentes: 148 situacionistas, 43 neutros e 56 anti-situacionistas”.

bem, há outros que não ganham o suficiente para viver, o que deve merecer as melhores atenções de quem de direito”.

Nas edições de 18 e 25 de fevereiro não há referências à Marinha Grande mas em 4 de março o jornal anuncia que a Rua dos Parlamentares Democráticos passará a designar-se de Rua Dr. Oliveira Salazar.

Ora tendo havido uma rebelião semanas antes contra o regime, como foi possível dar o nome de uma rua da vila ao homem que liderava o Estado Novo e que poucas semanas antes tinha reprimido duramente a intentona do operariado?

A resposta a esta questão não é fácil. Esta decisão da comissão administrativa da Câmara Municipal até pode ser vista como uma provocação ao operariado, um sinal de força.

Os revoltosos foram detidos e muitos fugiram para parte incerta. Outros refugiaram-se nas suas casas. Estes são factos indesmentíveis. Mas a população, se o *18 de Janeiro de 1934* tivesse sido mesmo um grande feito, permitiria tal provocação?

Apesar do medo que existia das autoridades, é plausível acreditar que o movimento não teve, nem de perto nem de longe, um massivo apoio popular, sendo perpetrado por um grupo de jovens sem grande cultura política mas que sabia ao que ia: derrubar o regime e tomar conta dos meios de produção.

Na edição de 11 de março - nº 52 - *A Voz do Domingo* noticia que o Comando-Geral da GNR “reprovou o actual quartel da Guarda nesta vila, por êste não satisfazer às necessárias condições, ameaçando retirar a Guarda, caso não seja feito outro quartel que ofereça as condições necessárias”.

A comissão entretanto criada para tratar da construção do novo quartel decidiu entregar à Câmara Municipal o valor apurado para comparticipar na construção do edifício escolar com 10 lugares, “já iniciado na Nacional Fábrica de Vidros, fazendo entrega depois à G.N.R. do amplo edifício onde actualmente funcionam as escolas”.

*A Voz do Domingo* surge, a partir da edição de 18 de março, com um novo cabeçalho mas o aspeto gráfico não sofre qualquer alteração, nem tampouco o conteúdo.

Na edição de 1 de abril o jornal, na rubrica «Pelos freguesias», fala da conferência de propaganda da União Nacional, levada a cabo no Teatro Guilherme Stephens, dedicada à classe operária da Marinha Grande. O jornal garante que “terminou esta concorridíssima conferência com vivas a Portugal, ao Estado Novo, ao Dr. Oliveira Salazar, Presidente da República, ao Govêrno, etc., que foram delirantemente aplaudidos”.

Presidiu a esta conferência, no lugar do Governador Civil, Manuel Leal Júnior, chefe da Estação Telégrafo Postal da vila.

O jornal faz manchete em 24 de junho de 1934 com uma entrevista a Ester Gil, operária vidreira da Marinha Grande e membro da Juventude Católica Feminina (JCF). A entrevistada não hesitou em falar do mal estar que se criou por pertencer ao sindicato e simultaneamente a uma instituição ligada à Igreja: “apenas o souberam (e soube-se logo) levantaram contra mim uma campanha infame. Atacaram a minha fama, caluniaram-me. Na primeira reunião do sindicato puseram-se a descoberto, que uma operária para ser boa camarada e defender os seus interesses não podia ser católica. Que me deixara iludir pelas meninas da JIC e pelos padres”.

Ester Gil esclareceu que “dentro do sindicato, defendo os meus interesses profissionais, ataquei eu. Na igreja trato da minha alma e ninguém tem nada com isso”. A operária esclarece ainda que “há alguns camaradas que não me falam... mas as raparigas, dão-se perfeitamente comigo”.

Esta entrevista mostra que existiam católicos no Sindicato. E logo uma mulher, o que gerava problemas com outras correntes e no seio do operariado marinhense, designadamente comunista e anarco-sindicalista.

Presume-se que esta presença católica pretendia reduzir outras influências, por um lado, e por outro, os apelos do Bispo sobre os presos facilitava a causa dos católicos sindicalizados junto do conjunto do operariado. Percebe-se igualmente alguma tensão dentro da própria Igreja uma vez que Ester Gil era mal vista e acusada de ser permeável à JIC, organização católica para as meninas de bem, de família, que não trabalhavam, muito menos nas fábricas.

Em 4 de novembro, «A Voz da Marinha Grande» revela que a vila necessita de melhoramentos, a vários níveis, designadamente no abastecimento de água. O jornal diz ainda que para uma população de 9.000 habitantes, “sendo metade operários”, há necessidade “dum hospital”. Até ao final do ano são escassas as referências à Marinha Grande. Destaque para uma notícia publicada em 30 de dezembro sobre uma conferência no Teatro Stephens da comissão da União Nacional. Objetivo: a apologia do Estado Novo. O jornal garante que os oradores foram “muito aplaudidos”.

Um ano após o movimento insurrecional, *A Voz do Domingo* não publica uma única linha sobre o tema. Nem sobre a Marinha Grande. Nas edições de janeiro de 1935 não há qualquer referência à vila vidreira.

Apenas na edição de 10 de fevereiro é que o jornal aborda o assunto ao publicar, na íntegra, a carta do Bispo de Leiria dirigida ao Presidente da República, na qual pede “anistia para os exilados da Marinha Grande, vítimas do gorado movimento revolucionário de janeiro de 1934. As mães e esposas desses infelizes vieram pedir-me para, em seu nome, expor a Vossa Excelência as circunstâncias angustiosas que atravessam”.

O Presidente da República, através do Secretário-Geral, responde em 15 de fevereiro ao Bispo de Leiria, informando-o que “recomendou o assunto à consideração de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro da Justiça”. O jornal publica o teor da carta na edição de 24 de fevereiro de 1935.

Ainda a este respeito, *A Voz do Domingo* cita o jornal «A Guarda» de 22 de fevereiro de 1935, que escreve: “O gesto do Sr. Bispo de Leiria, qualquer que seja o despacho que as condições do país lhe venham dar, continua na tradição gloriosa, pois os Bispos foram em todos os séculos os grandes amigos do povo e os ardorosos defensores da verdadeira liberdade”.

O semanário leiriense volta ao assunto em 10 de março de 1935, sob o título «Pedido de amnistia». O Ministério do Interior informa o Bispo de Leiria que terá “o maior empenho em que as oportunidades lhe permitam exercer a sua acção de benevolência, sem prejuízo da ordem e paz social”.

Nas edições seguintes o jornal faz breves referências à Marinha Grande, sem grande significado político e sem qualquer ligação ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 6 de outubro, o jornal *A Voz do Domingo* felicita *O Mensageiro* pela passagem de mais um aniversário, lembrando que este “prezado colega” é “o mais antigo dos jornais de Leiria”.

O jornal aborda, em várias edições, a falta de água na vila, nomeadamente nos marcos fontanários, “havendo dias que só com grande dificuldade se consegue uma bilha de água”.

Em 1936, edição de 12 de janeiro, *A Voz do Domingo* diz que a Marinha Grande, enquanto centro vidreiro do país, “ainda não tem luz eléctrica na estação do Caminho de Ferro, cuja falta muito se faz sentir devido ao seu grande movimento”.

Na edição de 19 de janeiro o jornal revela que “começou já a ser distribuída pelos pobres desta vila a sopa, cujo subsídio é concedido pelo Estado. Está a ser adaptada uma casa na Nacional Fábrica de Vidros, que se destina a esta distribuição. Há pobres nesta vila cujos filhos se governam muito regularmente”. Este texto revela que existiam na Marinha Grande muitas dificuldades e que era necessário o recurso à sopa dos pobres.



Durante o mês de janeiro não existe qualquer referência direta ao movimento insurrecional que eclodira dois anos antes.

Em 2 de fevereiro, o semanário volta ao assunto dos pobres, referindo que “a Juventude Católica Femenina desta vila, distribuiu aos pobres, cêrca de 250 peças de roupa, brôas, bolos, rebuçados, etc.”. Acrescenta que “também foi distribuído aos pobres o pão de Santo António, na igreja desta vila”. E que a sopa dos pobres “continua o seu progresso; já são distribuídas mais de 100 refeições por dia”. O semanário revela ainda que existem muitas pessoas que “esmoejam pelas portas”. Sobre estes diz que “cabe às autoridades saber quem são, e tomar as providências que o caso requiere”.

Na edição de 3 de maio de 1936 o periódico publica que “com uma vida muito precária ainda continua a Sopa dos Pobres mas se não se lhe acudir a boa vontade de todos em breve será asfiziada”. Em 24 de maio, *A Voz do Domingo* escreve:

“Uma quantidade de crianças e adultos, andrajosamente vestidos, percorrem, constantemente, a vila implorando esmola.  
Cremos piamente que algumas dessas crianças são filhas de criaturas que podiam muito bem evitar semelhante vergonha, pois pode dizer-se que esta terra ainda é, graças a Deus, uma das que tem melhores ganhos. À autoridade cabe averiguar êste assunto, providenciando para que acabe esta pedincha, que geralmente só serve para viciar.”

Ficava claro que a Marinha Grande apresentava mendicidade que, nalguns casos, não se justificava, defende o jornal.

Em 28 de junho volta a ser referida a questão da sopa dos pobres, que continua a ser distribuída na vila, “mas com grandes dificuldades por falta de recursos”. A comissão encarregue da distribuição fez uma circular “a pedir donativos, para que a sopa, que tão necessária é, continue a ser distribuída”.

Na edição de 6 de setembro, *A Voz do Domingo* assume uma posição muito clara, em manchete:

“A obra dos comunistas em Espanha  
O que fizeram e pretendem fazer em todo o mundo civilizado  
No dia em que o comunismo vencesse entre nós, Portugal seria como a Espanha de hoje:  
uma fogueira imensa, um enorme cemitério de almas e de corpos e um montão de  
ruínas!!!  
Por isso, dar um ‘viva’ à Rússia é levantar um ‘morra’ a Portugal”.

O jornal assume-se, assim, anticomunista. Até ao final do ano não existem grandes referências ao concelho, a não ser uma ou outra notícia breve.

Em 1937 o jornal apresenta-se com quatro páginas e a faceta anticomunista mantém-se. Na última página é notícia precisamente o «Comício anti-comunista na Freixianda» e que está em preparação uma iniciativa do género no Arrabal.

Sobre o *18 de Janeiro de 1934* não existe, «evidentemente», qualquer referência. A Marinha Grande é retratada em algumas edições mas os temas são de cariz social, como por exemplo a “falta de pêsno no pão”, o ruído dos moinhos das máquinas de café e a existência de muitos indivíduos que se dizem sem trabalho e pedem esmola na vila. O peso do pão volta a ser notícia na edição de 23 de maio. Mas não só. É denunciado que nalguns casos “não está cosido em condições”. O semanário informa ainda que tomou posse a nova comissão administrativa da Câmara.

Na edição de 18 de julho o jornal apresenta «Os ecos do atentado contra o Chefe do Governo Português». Na Marinha Grande, a igreja local “já há anos que não oferecia o espectáculo que hoje nos foi dado disfrutar”.

A missa de ação de graças realizou-se “por ter sido frustrado o atentado contra o Sr. Dr. Oliveira Salazar”. O periódico diz que “as fábricas fecharam. Patrões e operários, industriais e comerciantes, autoridades e simples particulares enchiam a igreja à cunha, ficando ainda muita gente de fora”.

Em 25 de julho, *A Voz do Domingo* dá conta de uma ação militar realizada na vila, que talvez tivesse como objetivo mostrar força após a tentativa de atentado a Salazar:

“Em demonstração de organização desfilaram ontem pelas ruas desta vila, dois têrços da Legião e uma coluna motorizada, composta por legionários de Leiria, Alcobaça e Vieira de Leiria, tendo efectuado exercícios de manejo de arma na Praça Guilherme Stephens. O comandante, capitão sr. Mário Ramos Silva, usou da palavra pondo em destaque o fim patriótico desta já grande organização, que saberá apoiar e defender o nosso grande chefe, Salazar.

Sendo nêsse momento aquí conhecido o miserável atentado contra o venerando Chefe do Governo, o sr. capitão Ramos Silva, afirmou a sua repulsa contra tão ignóbil atentado”.

Em 19 de setembro é a festa de S. Pedro de Moel que faz notícia no jornal católico de propaganda religiosa e noticioso. Na edição de 7 de novembro é a eleição para as Juntas de Freguesia a ser notícia.

No ano de 1938, o mês de janeiro é tudo menos pródigo em informação da vila operária. Todavia, as taxas de terrado em Leiria e Marinha Grande são abordadas na edição de 23 de janeiro. O problema é que a vila operária cobra mais do dobro aos vendedores de hortaliças, o que leva a que muitos vendedores se recusem a vender na Marinha Grande.

A Marinha Grande só muito raramente é notícia. Em 1 de maio fala-se da peregrinação a Fátima, de futebol e da Semana da Tuberculose.

Em 12 de junho anuncia-se a criação do talhão e mausoléu para “aqueles que com tanto heroísmo se souberam bater”. Esta inauguração terá reportagem na edição seguinte.

Em 10 de julho é «A eterna pedincha» que leva *A Voz do Domingo* a denunciar o caso, sugerindo que se “tomem medidas de molde a evitar estes abusos”. Na edição de 18 de setembro questiona-se: «Um tubarão na Vieira?».

Já em 6 de novembro o semanário fala de eleições, que decorreram na vila “com muita ordem e concorrência”.

A Lista da União Nacional teve uma votação de mais de 87%. Daí que o semanário escreva: “mais uma vez êste povo provou que está com Salazar”.

No ano de 1939, na edição de 8 de janeiro, *A Voz do Domingo* escreve que se faz sentir “falta de luz electrica na Estação de C. F. desta vila”.

Ainda nesta edição, o semanário alude às comemorações do Natal na Marinha Grande, com distribuição de centenas de peças de vestuário “aos pobres desta vila”.

Na edição de 15 de janeiro o periódico aborda o magusto da Liga Operária Católica, realizado no lugar da Embra. Na edição de 12 de fevereiro de 1939 é notícia «Um porco que come dinheiro». O jornal esclarece que, em Seia, um homem se recusou a colocar 10 contos de reis no banco, pois não depositava confiança nestas instituições, e o escondeu num buraco da parede do curral do porco, “que disfarçou com pedra”. Ora o animal “quis participar na fortuna; foi-se à carteira e esmordaçou coiro e papel”. *A Voz do Domingo* remata afirmando: “Podem imaginar a cara do homem”.

Em 9 de abril o jornal fala sobre o *18 de Janeiro de 1934*: “Deportados politicos da Marinha Grande”.

Em baixo publica-se, na íntegra, a carta que o Bispo de Leiria endereçou ao Presidente da República em 1934, na qual pede amnistia para os presos políticos.

Na edição de 14 de maio de 1939 o jornal informa que «A Marinha Grande vai, nos dias 21 e 22, celebrar com grande solenidade os seus dias concelhios da Família».

Na última página é publicado um texto que se intitula «Moralização nas fábricas», o qual se publica pois pode ter alguma ligação com o que acontecera cinco anos antes na vila: “A Maneira como se faz nos estabelecimentos de ensino, justo era que existisse nas fábricas idêntico ensino moral. É nesse ambiente fabril, precisamente, que os operários passam uma

grande parte da sua vida e cujos ensinamentos têm um reflexo extraordinário na educação do lar. É com uma educação sã que se conseguem homens sãos, conseqüentemente mais aptos a cumprir os seus deveres em toda a acepção da palavra. Esta circunstância devia interessar a todo o patrão, pois quanto mais moral o operário fôr, mais produz, melhor cumpre e melhor se pode tratar com êle”.

Em 4 de junho, *A Voz do Domingo* dá conta de como decorreu a Campanha da Família em várias localidades da região, entre as quais a Marinha Grande. Refere que na sessão “impressionava sobretudo a massa compacta de homens - havia mais homens que senhoras - e o aprumo com que todos se houveram”.

Na edição de 25 de junho o periódico dá conta do falecimento do comandante dos Bombeiros da Marinha Grande, Joaquim Carvalho de Oliveira. Distinguiu-se como “benemérito e artista”. Era um dos mais “distintos” lapidários da vila.

Já em 23 de julho o assunto é outro, as bebedeiras: «E dizem que não há dinheiro».

“Pode não chegar para o pão e para o fato mas para beber é que não pode faltar. Para certa gente o vinho é género de primeira necessidade.

E’ o caso da Amieirinha, ali perto da Marinha Grande, onde alguns pais de família vão com os filhos e filhas para a taberna, bebem todos à sociedade até ficarem mais que temperados, dançam nesse ambiente horrível e quási sempre desatam à trolha uns aos outros como fim de festa.

Não acham edificante?”

Na edição de 3 de setembro, *A Voz do Domingo* faz «Comentários... sem eco», nos quais titula: «Salvar-se-á ainda o Pinhal de Leiria». Em baixo pode ler-se que “o Pinhal do Rei, que com a mudança de instituições em 1910 passou a designar-se por Mata Nacional, tem tido pouca sorte de não ser considerado como um valor no tesouro das nossas riquezas panorâmicas e belezas naturais”. Mais à frente no texto diz-se que “ainda é tempo. Salve-se ao menos o que resta dessas maravilhosas estradas de São Pedro e os lindíssimos recantos que o Pinhal nos oferece a uma inesquecível contemplação”.

Em 26 de novembro de 1939 é a «Posse do novo Pároco na Marinha Grande» em destaque. Uma cerimónia que se “revestiu de grande solenidade”.

Na edição de 8 de dezembro é a falta de luz elétrica na estação de caminho-de-ferro a ser notícia, além das comemorações do 1º de Dezembro no concelho. Em 1940 o jornal inicia o ano sem grandes referências à vila.

Em 4 de fevereiro é noticiado o protocolo que vai permitir o reforço do número de carteiros, “pois o pessoal distribuidor é tanto como há 20 anos”.

Em 16 de junho, *A Voz do Domingo* relata «Como Portugal festeja os seus 800 anos de vida». Na Marinha Grande promoveu-se uma sessão pública na Praça Stephens. Tratou-se, segundo o jornal, de uma “comovedora e patriótica cerimónia”.

No dia 3 de novembro o periódico informa que o Secretário de Estado das Corporações, Trigo de Negreiros, visita a Marinha Grande. Ao lado, «A Câmara Municipal da Marinha Grande presta uma calorosa homenagem ao grande escritor Dr. Afonso Lopes Vieira”.

Em 1941 não há qualquer referência à Marinha Grande em geral e muito menos ao movimento insurrecional. Só em 2 de fevereiro é que o semanário dá conta que o Governo acaba de autorizar a cedência de parte do Edifício da Resinagem para a instalação de um mercado fechado. O povo, satisfeito, “fêz subir ao ar muitos morteiros e foguetes”.

Na edição de 20 de abril diz-se que a população do concelho “aumentou consideravelmente”. A Marinha Grande apresenta 10.626 habitantes e Vieira de Leiria 4.347.

Em 9 de novembro de 1941 noticia-se «O Dia da Acção Católica na Marinha Grande».

No ano de 1942, *A Voz do Domingo* mantém a sua linha informativa tradicional, muito associada às questões católicas.

Em 25 de janeiro, na página 3, é publicada uma rubrica denominada «Caridade católica». Na Marinha Grande, Pároco, Administrador do Concelho, Junta de Freguesia e Regedor, Presidente do Grémio do Comércio e Presidente da Conferência de S. Vicente de Paulo fizeram um peditório que levou à entrega de um bodo aos pobres, “em número superior a 300”. Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, não há qualquer referência.

Em 17 de maio o semanário fala da «Homenagem da Marinha Grande ao Senhor Governador Civil» em que “uma grande multidão aguardava a sua chegada à entrada da vila”.

Na edição de 9 de abril dá-se conta da «Inauguração do Quartel de Bombeiros na Marinha Grande».

Finalmente, na derradeira edição de 1942, *A Voz do Domingo* fala do Natal na vila da Marinha Grande e da sopa dos pobres: “mercê do gesto de alguns industriais e outras pessoas a Sopa dos Pobres vai ser melhorada”. Mais se diz que a administração do concelho “distribuiu agasalhos e víveres a mais de 300 pobres”.

Em 1943 o semanário católico continua a sua missão. Em 1 de janeiro a manchete vai para o 25º aniversário da restauração da Diocese de Leiria.

A Marinha Grande só será notícia em 31 de janeiro a propósito da “escassez de géneros alimentícios”, entre os quais “batata e milho”.

Na edição de aniversário do jornal, publicada em 19 de março, é feita referência à vida corporativa em Leiria e Marinha Grande. Diz o jornal que, “numa sessão magnífica, os operários quiseram agradecer ao Governo a realização dos seus sonhos”. A sessão era a assinatura do acordo coletivo de trabalho assinado entre vidreiros e industriais.

Em 10 de outubro de 1943 o jornal faz referência à avaria no relógio da torre da igreja. Até ao final do ano, nada de significativo.

Em 1944, o jornal pouca informação traz sobre a Marinha Grande. Destaque para a edição de 5 de novembro na qual é publicada uma peça sobre a indústria vidreira, designadamente a qualidade das garrafas e a remuneração dos operários.

Nas primeiras edições de 1945 não se identificam quaisquer notícias da Marinha Grande. Só em 11 de março é que o jornal dá conta da tomada de posse do novo Presidente da Câmara, Luís dos Santos Lopes.

Em 20 de maio o jornal aborda os festejos do «Dia da Vitória». Diz que cerca de quatro mil pessoas “desfilaram pelas ruas desta vila, festejando delirantemente o dia da vitória das nações aliadas”. Em baixo lê-se:

“Os operários fizeram uma manifestação de regozijo às autoridades distritais e do concelho, vitoriando o Governo, especialmente Salazar, que tão sabiamente conduziu a Nação, livrando-a do sangue em que o mundo se lançou”.

Repare-se que os vivas a Salazar ocorrem na Marinha Grande uma década após o *18 de Janeiro de 1934*, em que estaria ainda fresca a repressão que havia sido desencadeada sobre o operariado marinhense. O semanário católico revela em 18 de novembro de 1945 que “os comunistas em Espanha só souberam destruir. Mas a Espanha não morreu. Está a ressuscitar debaixo das cinzas”. Nesta mesma edição pode ler-se que a União Nacional levou a efeito na vila “uma sessão de propaganda eleitoral”.

Chegados a 1946, *A Voz do Domingo* volta a não publicar uma única palavra sobre a ação insurrecional dos vidreiros. Em 27 de janeiro dá conta que “depois dum período de racionamento de luz que se prolongou por bastantes meses, voltou a liberdade de consumo na energia eléctrica”.

Na edição de 24 de março o jornal dá destaque a Vieira de Leiria, designadamente às principais necessidades da vila e relata a importância da indústria do vidro. Dá como exemplo a fábrica de Dâmaso Luís dos Santos, construída em 1912. Empregava centenas de operários.

Em 31 de março o periódico publica «Os dez mandamentos do comunista». Escreve que há muita gente “que só dele espera a Salvação. Maus, idiotas ou transviados”. Entre os dez mandamentos, destacam-se o quarto - “Desprezar pai e mãe” - o sétimo - “Roubar o que se puder” - e o nono - “Desejar a mulher do próximo”.

Na edição de 23 de junho anuncia-se a visita do Governador Civil à Marinha Grande.

Em 6 de outubro o jornal dá conta da visita pastoral do Bispo à vila operária. Já em 27 de outubro anuncia-se o plano de atividades da Câmara para o ano seguinte.

Finalmente, em 10 de novembro, *A Voz do Domingo* anuncia o lançamento da primeira pedra para a construção de um bairro operário de 30 casas.

Em 1947, o semanário não apresenta, no início do ano, muita informação do concelho da Marinha Grande.

Na edição de 9 de fevereiro dá conta que as crianças receberam roupas, brinquedos e guloseimas. Tudo graças ao peditório feito ao longo do ano.

A 23 de março é a fusão entre clubes a merecer destaque no jornal leiriense. Na edição seguinte a Marinha Grande tem destaque devido às comemorações do 30º aniversário de elevação a Concelho. Neste sentido realizam-se várias iniciativas de cariz religioso, cívico, artístico e desportivo.

Em 10 de agosto o semanário católico dá conta da visita ministerial à Marinha Grande do Ministro das Obras Públicas. A oportunidade foi aproveitada pelo Presidente da Câmara para apresentar “um relatório das necessidades mais urgentes”. A vila volta a ser notícia em 28 de setembro de 1947 a propósito de uma “velha aspiração”: um colégio.

O jornal dá ainda conta de um conjunto de obras a iniciar brevemente no domínio das vias de circulação e abastecimento de água.

Em 2 de novembro, destaque para a homenagem prestada a Afonso Lopes Vieira pelo Sindicato Nacional dos Operários Vidreiros. Recorde-se que o poeta deixou a sua casa em S. Pedro de Moel à Marinha Grande para os filhos dos operários e dos guardas florestais ali gozarem as férias de verão.

Em 1948 a linha católica do jornal mantém-se inalterável. Sobre a Marinha Grande não há qualquer referência nas primeiras edições do ano.

Em 11 de abril de 1948 diz-se que «A Marinha Grande dá o exemplo», a propósito das medidas legislativas tendentes a “tornar o descanso dominical obrigatório em todo o País”.

Já em 9 de maio são as comemorações do 20º aniversário da entrada de Salazar para o Governo da Nação a ser referência do periódico. Neste sentido foram inaugurados na vila “novos edifícios escolares”.

Na edição de 30 de maio fala-se da concentração de cerca de 800 legionários do distrito de Leiria numa iniciativa que decorreu precisamente na Marinha Grande.

Em 8 de agosto é a tomada de posse da Comissão Concelhia da União Nacional a ser destacada. Já em 31 de outubro é a inauguração da estrada que liga a Marinha Grande ao lugar da Garcia a ser referenciada. Finalmente, em 12 de dezembro é a «Inauguração da luz eléctrica» na Tojeira e Pedrulheira a fazer notícia.

Em 1949, logo na edição de 1 de janeiro, a Marinha Grande é notícia a propósito da visita à Nacional Fábrica de Vidros feita pelos Ministros da Economia e da Guerra.

Já em 3 de abril é a homenagem ao Governador Civil do Distrito a merecer destaque. A cerimónia decorreu na vila operária.

Em 18 de dezembro de 1949, *A Voz do Domingo* fala do «Socorro de Natal». Diz-se que uma comissão administrativa do concelho angariou artigos de vestuário, alimentação e dinheiro “para distribuir um bodo aos pobres no dia de Natal”.

Nesta mesma edição é dado a conhecer que a Mocidade Portuguesa Feminina confeccionou um berço e enxoval para criança que contém 99 peças de roupa, “e distribuído para uma mãe pobre, casada e residente nesta vila”.

Na edição de 15 de janeiro de 1950 volta a ser a distribuição dum bodo a cerca de 400 pobres a fazer notícia no semanário. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra.

Em 5 de março o jornal anuncia «Um Centro de Assistência Social na Marinha Grande» e em 16 de abril é noticiada a abertura de um posto permanente da Polícia de Segurança Pública.

Na edição de 30 de julho o jornal fala da «Tomada de posse da Mesa da Misericórdia da Marinha Grande». O presidente da Câmara, na cerimónia, “explicou que a Mesa de Misericórdia tinha a altíssima função de criar e desenvolver todas as obras de assistência, mas especialmente o Hospital na Marinha Grande, onde a sua falta se faz sentir e cuja construção se encontra já no plano de urbanização a vila”.

Em 1 de outubro, *A Voz do Domingo* fala que pela Marinha Grande será feita uma «Homenagem ao Sr. Dr. Santos Lopes», que há cinco anos preside aos destinos da Câmara Municipal da Marinha Grande.



Já em 22 de outubro de 1950 o semanário informa que o Governador Civil presidiu à cerimónia de inauguração de um edifício escolar, no lugar da Ordem: “tendes um edifício escolar bonito, com óptimas condições, como os vossos pais não tiveram”. Finalmente, em 17 de dezembro, informam-se os leitores que o 1º de Dezembro foi comemorado de forma gloriosa na Marinha Grande.

Na edição de 1 de janeiro de 1951, *A Voz do Domingo* revela que “no Centro nº 1, da Mocidade Portuguesa Feminina, que funciona na Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande, as filiadas desse Centro executaram um enxoval de criança, que uma mãe pobre recebeu. Confeccionadas também muitas peças de roupa, vestidos, meias, etc., que, com respectivo calçado, foram distribuídas a crianças pobres”.

Em 6 de janeiro o semanário revela que a Fábrica de Vidro Ricardo dos Santos Gallo inaugurou um infantário “que bem pode considerar-se modelar”. Nesta mesma edição é referido que esta unidade industrial distribuiu “um bodo aos seus operários, em número de mais de 300”. Na edição do dia 21 o jornal questiona: «Cristianismo ou comunismo?». Em baixo pode ler-se que o Cristianismo “traz a resposta a todos os problemas transcendentais do espírito e a todas as aspirações profundas do coração”.

Em 22 de abril é a morte do «Chefe da Nação» a ocupar toda a primeira página. A Marinha Grande só volta a ser notícia em 20 de maio com a realização de uma conferência no âmbito da «Semana do Ultramar».

A visita do Sporting Clube de Portugal à Marinha Grande para defrontar o Atlético Clube Marinhense é destaque na edição de 10 de junho. A equipa lisboeta acabou por vencer, por 1-12.

Por esta altura o conteúdo do jornal torna-se ainda mais católico do que era habitual. Referências à Marinha Grande não acontecem neste período. Em 1952, logo na edição de 1 de janeiro, o Natal na vila é tema de primeira página: assistiu-se à “maior distribuição de roupas que já mais aqui se viu”.

Em 2 de março de 1952 é referido que a Câmara Municipal inaugurou «Outro ramal de luz eléctrica», no lugar da Mãe de Água.

Em 13 de julho o semanário católico não deixa passar em branco o 20º aniversário da entrada de Oliveira Salazar “para o alto e difícil cargo da Presidência do Governo”. Na edição seguinte, na capa, *A Voz do Domingo* fala da «Peregrinação de gratidão a Fátima», “para comemorar a passagem do 1.º aniversário da visita da Veneranda imagem de N. Sr.º da

Fátima a esta freguesia e em sinal de gratidão pelos benefícios e graças dispensadas a este povo”.

Na edição de 5 de agosto de 1952 o semanário titula: «A Marinha Grande consagra-se a Nossa Senhora da Fátima». O jornal dedica uma página à peregrinação dos marinhenses ao Santuário. Até ao final do ano nada de realce.

Em 1953, *A Voz do Domingo* aborda, na edição de 11 de janeiro, Picassinos e Comeira, que apresentam uma população de cerca de 2 mil habitantes, sendo “os lugares mais religiosos da Marinha Grande e não têm, sequer, uma capela”. O povo reuniu com o Pároco “e projetaram ali construir uma capela”. A construção de mais uma estrada faz notícia em 18 de janeiro. Na ocasião é solicitada a eletrificação de alguns lugares do concelho. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, não há qualquer referência.

No dia 1 de fevereiro o semanário católico afirma que «A Marinha Grande ouviu a voz do Papa», a propósito da inauguração de duas casas para os pobres. A iniciativa contou com uma cerimónia religiosa, para abrilhantar o momento.

«O comércio das aldeias não respeita o dia de descanso», pode ler-se na edição de 26 de abril de 1953.

Denuncia o semanário que “vendedores ambulantes andarem a vender de noite pelos cafés toda a espécie de artigos do comércio enquanto este se encontra fechado, o que além de ser uma deslealdade é uma infracção à Lei”. Nesta mesma edição é dada a boa nova: «Luz eléctrica na Embra».

Na edição de 3 de maio a manchete mostra a conduta editorial do jornal: «Em honra de Salazar - A mensagem do Chefe de Estado». Este texto surge após os 25 anos de dedicação à Nação em funções governativas.

Em 24 de maio de 1953 o jornal publica uma entrevista com o operário Aguiinaldo Marques Nobre a propósito do Grémio Nacional da Indústria Vidreira. A dada altura, o entrevistado revela que a classe operária vidreira “é ordeira, apesar da má fama que infundadamente lhe criaram”. Pressupõe-se que esta declaração está muito relacionada com os acontecimentos ocorridos na Marinha Grande em 1934, além das greves que marcaram a história da indústria do vidro na localidade.

O operário não termina a entrevista sem fazer uma série de reivindicações: “a assistência à mãe operária, a carteira profissional, férias, revisão de salários e reformas, a orientação profissional, etc.”.

Na edição de 9 de agosto de 1953 escreve-se que «O Património dos Pobres da Marinha Grande cresce». Esta entidade, ligada à paróquia local, seria mais tarde a proprietária do *Jornal da Marinha Grande*.

A edição de 27 de setembro é dedicada «À Marinha Grande», “como homenagem às qualidades de trabalho, espírito de iniciativa e bairrismo dos seus filhos e como humilde contributo para o seu progresso social, económico, moral e religioso”. Este destaque terá continuidade na edição de 4 de outubro mas desta feita a temática é a vida religiosa.

Em 1 de janeiro de 1954, *A Voz do Domingo* relata «O Natal através da Diocese”, em artigo que dá conta que organismos como a Conferência S. Vicente de Paulo “nem um momento esquecem os pobrezinhos”.

Foram, mais uma vez, distribuídas milhares de peças de roupa.

Na edição de 14 de fevereiro realce para a entrega de mais duas casas “a outras tantas famílias pobres da freguesia”. Ao lado, em manchete: «A Marinha Grande está em fogo».

Em baixo pode ler-se que a vila está a “arder em chama viva de caridade, empenhada em resolver por si, dispondo de suas próprias possibilidades, um magno problema local”.

Em 17 de junho o tema volta a ser religioso: «O Ano Mariano em Leiria». O jornal fala no caso da Marinha Grande.

Em 31 de outubro é a homenagem ao presidente da autarquia, Vítor Galo, a merecer destaque no semanário católico. Esta questão terá continuação na edição seguinte, com os ecos do que se disse na cerimónia.

Até ao final do ano, nada de relevo.

Em 1955 *A Voz do Domingo* apresenta quatro páginas, em algumas edições oito, nas quais não está retratado, nem de perto nem de longe, o pulsar da região. O semanário não esconde que é católico - esta referência surge aliás no cabeçalho - e denota muita fragilidade no acesso às fontes de informação.

Na edição de 1 de janeiro, por exemplo, dá-se conta que a igreja do Santuário de Fátima “recebeu o título de Basílica” e é publicada uma peça sobre «O Natal nos Estados Unidos».

Ao longo do mês de janeiro não há uma única referência à Marinha Grande e muito menos qualquer alusão, ainda que ao de leve, ao movimento do operariado.

Só em 13 de fevereiro é que o jornal se refere à vila dos Stephens, a propósito de «Uma Jocista da Marinha Grande - Heroína da Caridade».

A notícia é construída com base numa notícia do jornal *Seculo* que relata o ato heroico de uma jovem de 17 anos que colocou em risco a própria vida para salvar duas crianças do perigo do jogo.

A Marinha Grande só volta a ser notícia na edição de 29 de maio de 1955, a propósito da visita do Ministro do Interior, que «inaugurou, no dia 23, os abastecimentos de água à Marinha Grande e S. Pedro de Muel».

Em 9 de junho é a visita pastoral à Marinha Grande e festa da Padroeira a fazer notícia, ainda que breve. O jornal anuncia que voltará ao assunto “no próximo número” mas só o fará em 26 de junho, na capa. Na edição de 3 de julho de 1955 é destacado o «Curso de Donas de Casa em Mira de Aire e na Marinha Grande».

O comunismo volta a ser tema abordado no semanário em 17 de julho. Diz o semanário católico que “o comunismo ultrapassou de há muito os limites de simples sistema económico para consubstanciar toda a perfídia a fim de banir da terra o reino de Cristo”.

A Marinha Grande volta a ser notícia em 21 de agosto, a propósito da exposição-concurso de gado bovino e suíno, organizado pelo Grémio da Lavoura. E sobre a vila operária nem mais uma referência até ao final do ano.

Em 1956 a terra que muitos anos antes tinha recebido dois irmãos ingleses, que tiveram uma enorme importância para a região, não merece qualquer referência do semanário católico. Nem em janeiro, nem em fevereiro. Só em 25 de março é que *A Voz do Domingo* fala sobre os horários do comércio e indústria na vila durante a Semana Santa. Nesta mesma edição, aborda-se «O perigo do comunismo».

Apesar do aumento para oito do número de páginas, nem assim a Marinha Grande merece mais destaque. Pelo contrário, continua a estar quase sempre ausente do conteúdo informativo do jornal. Ao contrário do seu concorrente *O Mensageiro*, o jornal fundado pelo padre José Galamba de Oliveira pouca informação dá de Vieira de Leiria. A exceção ocorre em 5 de agosto, a propósito da comemoração do primeiro centenário da fundação da fábrica de limas União Thomé Feteira.

Na edição de 12 de agosto, Zé de Leiria assina um artigo intitulado «Casa do Doente na Marinha Grande». Trata-se de um espaço criado para “auxílio aos necessitados», apetrechado com camas articuladas, marquesas, agasalhos, louças, etc. O objetivo é tratar os “doentes desprotegidos”. Neste número, as páginas centrais são ocupadas com «O primeiro Centenário da Empresa de Limas União Thomé Feteira, Limitada».

A partir de 30 de setembro a última página do jornal é dedicada a Porto de Mós. Este espaço acaba por caminhar para o interior do jornal, designadamente para a página 5. Noutras semanas surge na 6 ou na 7. Há, assim, uma aposta nesta localidade do distrito, em detrimento de outras zonas mais industriais, como por exemplo a Marinha Grande.

A vila vidreira é claramente esquecida. Resta saber se por falta de acesso à informação ou por marginalização a uma localidade com uma forte cultura comunista, ou melhor, de esquerda.

Certa é que esta realidade manter-se-á bem patente em 1957. Os ataques ao comunismo continuam a figurar no jornal.

Em 27 de janeiro, *A Voz do Domingo* cita Douglas Hyde, antigo redator de um jornal comunista: “o Comunismo é diabólico. É talvez a coisa mais infernal que o mundo até hoje conheceu”. Nesta mesma edição é publicado que «A Marinha Grande não esqueceu o Natal dos seus pobrezinhos». O jornal anuncia que foram distribuídas 566 peças.

No 25º aniversário do semanário católico este muda de logótipo, na edição de 14 de abril. Mantém a página dedicada a Porto de Mós. Sobre a Marinha Grande... mais do mesmo! Não só não existem, por esta altura, quaisquer alusões ao movimento, como são raras as notícias da Marinha Grande, apesar da proximidade geográfica entre Leiria e a vila operária.

Em 13 de outubro de 1957 a Marinha Grande é notícia a propósito da festa que foi a “entrega de mais duas casas do Património dos Pobres a duas famílias”, bem como a “inauguração da Casa do Doente”.

Em 15 de dezembro, *A Voz do Domingo* anuncia a morte do Bispo de Leiria, D. José Alves Correia da Silva, o homem que pediu penitência para os revoltosos presos em *18 de Janeiro de 1934*. O semanário católico dará grande destaque à partida do prelado, incluindo uma edição especial em 7 de janeiro de 1958.

Em 26 de janeiro é noticiado que prestou homenagem a D. José Alves Correia da Silva durante uma “missa de sufrágio” pela sua alma, realizada no dia 3. Ainda nesta edição refere-se que “muitas centenas de pobres” receberam agasalhos.

Na edição de 11 de maio dá-se a conhecer que a Cantina Escolar da Marinha Grande distribuiu 45 sopas diárias nas escolas “aos alunos pobres”. Salazar vai merecendo da parte do jornal algum destaque, sempre em tom elogioso. Em 6 de julho pode ler-se: «Palavras de Salazar - Lição oportuna para todos!». Em 9 de agosto de 1958 é a posse de Américo Tomás na Presidência da República a ser destaque de primeira página.

Já na edição de 21 de setembro anuncia-se o novo Bispo de Leiria, D. João Pereira Venâncio: «Bendito seja o que vem em nome do Senhor!».

A morte de Pio XII faz manchete nas edições de 12, 19 e 26 de outubro. Naturalmente que as primeiras edições de outubro são dedicadas ao novo Papa, João XXIII. Até ao final do ano não há qualquer notícia relevante sobre a Marinha Grande.

Em 1959 o jornal, em edições esporádicas, refere-se à vila, muitas vezes às atividades da paróquia ou da principal escola do concelho.

Em 8 de março uma antiga aluna escreve que o Eng. Acácio Calazans Duarte, por ter atingido o limite de idade, “deixou de exercer as suas funções de professor da Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande”. Na publicação diz-se que o diretor do estabelecimento de ensino, Alberto Nery Capucho, dirigiu “palavras de louvor e agradecimento pelos valiosos serviços que prestou à Escola”.

Na edição nº 1361, de 3 de maio, anuncia-se que «O Senhor Bispo visita a Marinha Grande». Entre outras visitas, o líder da Igreja no distrito entregará três casas a famílias pobres. Este tema volta a ser notícia em 17 de maio, desta feita para dar conta aos leitores de como decorreu a visita de D. João Pereira Venâncio.

O semanário católico, em 14 de junho de 1959, refere-se à inauguração “solene e oficial das novas instalações” da Escola Industrial e Comercial. A cerimónia foi presidida pelo Ministro das Obras Públicas.

Em 20 de setembro anuncia-se que o Ministro das Corporações “manifestou a intenção de vir ainda no corrente mês, à Marinha Grande, com o fim de presidir à assinatura da nova convenção colectiva de trabalho entre o Grémio Nacional da Indústria Vidreira e a Federação Nacional dos Sindicatos dos Operários Vidreiros”.

Esta questão é desenvolvida na edição de 4 de outubro sob o título «Contrato Colectivo dos Vidreiros». A assinatura conta com a presença do Ministro das Corporações. O documento visa dar “uma acentuada melhoria para os operários, em salários e em regalias, como as férias e a assistência médica nos locais de trabalho”.

Finalmente, em 8 de dezembro, fala-se das eleições realizadas para a Câmara Municipal da Marinha Grande nas quais foram eleitos Albano Tomé Fêiteira, Manuel Afonso Taibner de Moraes Santos Barosa e Dr. António Joaquim Anaquim da Silva Copeira. Os substitutos são: Reinaldo Ferreira Marques, Gualdino Pereira Roldão, Alfredo Manuel dos Santos Marques e João Tomé da Costa Beleza.

Em 1960 a primeira notícia sobre a Marinha Grande surge em 14 de fevereiro, a propósito da «Festa do Santo Evangelho e Semana Bíblica na Marinha Grande».

Na edição de 28 de fevereiro, o jornal escreve sobre o «Natal dos Pobres na Marinha Grande», já tradicional e organizado por “um grupo de senhoras daquela vila, sob a orientação do Pároco”. Revela o semanário que se trabalhou “para pobres. Mas faziam-se as roupas com gosto, e com esmero”. No total foram distribuídas 925 peças.

O semanário volta a referir-se à vila operária em 27 de março a propósito da «Comunhão Pascal na Marinha Grande». Já em 5 de junho de 1960 é a visita do Presidente da República a merecer destaque, pois o Chefe de Estado foi conhecer “a encantadora e preciosa Mata da Marinha Grande”. Até ao final do ano nada de realce.

No ano de 1961 são raras as alusões à Marinha Grande. Há três exceções. Em 22 de janeiro aborda-se o «Natal dos Pobres» em que esteve em exposição “uma quantidade apreciável de roupas e outras utilidades”. Na edição de 27 de agosto o jornal titula: «A Marinha Grande também tem os seus Heróis».

O texto, assinado por Artur Maurício, refere-se ao falecimento de Jorge Manuel Cabeleira Filipe na guerra. O jornal refere que se tratou de uma “morte assassina”, que tirou a vida a “um daqueles rapazes cujas qualidades morais despertam instintivamente a nossa admiração”.

Finalmente, em 12 de novembro é dado destaque aos «Cursos de Formação Familiar na Marinha Grande».

Depois, pouco ou nada se publica sobre a vila operária, incluindo no primeiro mês do ano seguinte. A partir de 6 de maio de 1962 esta realidade é alterada com a criação da «Página da Marinha Grande». O correspondente é José Martins Pereira da Silva, que no ano seguinte fundará o *Jornal da Marinha Grande*. Vergílio de Lemos assina um dos artigos.

O futebol tem igualmente espaço na página dedicada à vila vidreira. Na apresentação revela-se que “há muito já que «A Voz do Domingo» desejava publicar uma página semanal dedicada ao importante centro de vida e de trabalho”.

A página vai manter-se nas semanas seguintes e é uma espécie de «tubo de ensaio» para a criação do JMG. Os temas são variados: da cultura ao desporto, da política aos casamentos. A política teve palco neste espaço dedicado à Marinha Grande. A morte de Vítor Galo foi recordada na edição de 3 de junho. Um desaparecimento que, segundo José Martins, “ficou gravada, a golpes de profunda e sentida dor, de forma indelével”.

Trata-se de um acontecimento com repercussão política dadas as circunstâncias em que ocorreu: um acidente aéreo.

A criação deste espaço informativo é uma inovação nos conteúdos do semanário católico uma vez que se diferenciam, e muito, do restante alinhamento informativo. O jornal melhora editorialmente com a inclusão desta página temática.

Liderada por José Martins, a página vai manter-se até julho, altura em que o *Jornal da Marinha Grande* dá os primeiros passos.

Termina assim a página dedicada à Marinha Grande no semanário católico. O jornal nunca mais consegue retomar a rubrica e as notícias da vila «desaparecem» do alinhamento, salvo uma ou outra referência breve.

No ano de 1964 mantém-se o alheamento do semanário às notícias da *capital do vidro*. Há apenas duas exceções. Em 12 de janeiro escreve-se sobre o «Contrato Colectivo de Trabalho para a Indústria Vidreira», assinado na presença do Ministro das Corporações. O documento oferece aos trabalhadores vidreiros algumas regalias, entre as quais subsídios de férias e aumentos salariais.

Na edição de 21 de junho o jornal fala de uma iniciativa religiosa no Externato da Marinha Grande. Sobre a vila, nada mais.

Em 1965, mais do mesmo. São raras as alusões à vila operária. Ainda assim, em 13 de junho, aborda-se a homenagem aos mortos e aos vivos na Marinha Grande. O semanário denota uma grande dificuldade em apresentar informação da localidade vizinha, numa altura em que o *Jornal da Marinha Grande* faz o seu percurso.

No ano de 1966 apenas duas referências. A primeira em 11 de setembro sobre o «40º aniversário da Revolução Nacional». A segunda em 4 de dezembro a propósito da inauguração do Pavilhão da Embra.

Em 1967 o panorama é semelhante aos anos mais recentes. Apenas em 23 de abril surge a primeira notícia: uma festa de homenagem ao pároco, Luís Perdigão. Na edição de 4 de junho é o «Encontro de jovens na Marinha Grande» a fazer notícia e em 25 de junho aborda-se a «Inauguração de uma piscina atlântica em S. Pedro de Moel».

No ano de 1968 é dado a conhecer, na edição de 21 de janeiro, o «Coadjutor da Marinha Grande», o padre Alcides Neves. Em 11 de fevereiro, na capa, alude-se à «Lição de O Couzeiro sobre a Marinha Grande». Já em 16 de junho são as comemorações do Dia de Portugal na Escola Industrial e Comercial a ter destaque.



Na semana seguinte dá-se conta das comemorações do *Dia da Mãe*, e da missa de homenagem a Vítor Galo na passagem do 7º aniversário de falecimento.

Na edição de 30 de junho de 1968 o semanário fala da oferta a Sua Santidade o Papa Paulo VI de “duas valiosas e artísticas jarras de cristal”, aquando da visita a Fátima.

Em 20 de outubro merece destaque a Festa do Sagrado Coração de Jesus e a inauguração de um infantário na fábrica de vidros *Ricardo dos Santos Gallo, Filhos, Lda*. Finalmente, em 27 de outubro, *A Voz do Domingo* informa que visitou a vila o Bispo de Tete.

Chegados a 1969 o semanário católico não traz nada de novo. Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, nada mesmo.

Sobre a Marinha Grande uma ou outra notícia, ainda que esporádica. Em 23 de fevereiro surge a questão: «Uma nova Igreja Matriz?». Este tema volta a ser notícia em 29 de junho, na capa, onde se publica a fachada da nova igreja marinhense.

Na edição de 27 de junho, numa pequena notícia, faz-se referência ao bicentenário da Fábrica Nacional de Vidros e, em 3 de agosto, pode ler-se: «Uma jovem da Marinha Grande vai ser operada por um Cirurgião Russo».

Já em 14 de setembro de 1969 anunciam-se obras na estrada que liga Leiria à vila da Marinha Grande. No dia 28 deste mesmo mês é a visita governamental de dois subsecretários de Estado a ser destacada, na sequência de “diversas inaugurações”.

Finalmente, em 26 de outubro, *A Voz do Domingo* fala dos «200 anos da Fábrica Nacional de Vidros».

Em 1970 a primeira notícia do ano sobre a Marinha Grande surge em 8 de fevereiro, a propósito da visita presidencial, “para tomar parte nas solenes cerimónias comemorativas do bi-centenário da Fábrica Escola Irmãos Stephens”.

Em 15 de março o destaque vai para o «Curso de Formação Juvenil na Marinha Grande» e, em 26 de abril, para a «Electrificação nas Trutas». Na edição de 17 de maio é a exoneração do vice-presidente da Câmara Municipal a ser noticiada.

Na semana seguinte anuncia-se a festa no lugar da Amieira e, em 7 de junho, numa breve, é noticiada a tomada de posse do novo vice da autarquia.

Na edição de 26 de julho é noticiado o sétimo aniversário do *Jornal da Marinha Grande*, semanário que “se esforça muito para pugnar «por esta terra que ainda não tem o que merece»”. Em 1 de novembro é o estado de saúde do presidente da Câmara, Adriano Roldão, a ser notícia.

No ano de 1971, *A Voz do Domingo* continua a sua missão de semanário católico. A vida paroquial é o seu foco principal, com informação, por norma, pouco desenvolvida. As referências à vila operária são escassas. Aliás, passam-se semanas sem que haja uma única alusão à terra onde os Stephens prosperaram. Uma exceção em 16 de maio de 1971 a propósito do 1º Salão de Fotografia do Concelho.

Na edição de 13 de junho a temática aflorada é a «Festa na Escola Técnica da Marinha Grande» e a «Homenagem a Vítor Galo».

Em 4 de julho é o «Festival de Ginástica» a ser notícia e a 18 deste mês fala-se do «I Salão de Fotografia».

Na edição de 26 de setembro o jornal dá conta de uma festa de homenagem a Manuel Pereira da Silva, a propósito dos 50 anos de serviço na empresa «Empresa Vidreira da Fontela, Lda.».

Em 7 de novembro de 1971 o destaque vai para a «Luz eléctrica na Amieira e noutros lugares». Já na edição de 5 de dezembro, com destaque de primeira página, pode ler-se: «Inauguração da Nova Igreja da Marinha Grande».

O jornal publica uma fotografia da obra e revela que a nova igreja paroquial foi construída “onde existia a antiga, que era pequena e necessitada de obras”.

No dia 12 o semanário católico noticia a «Festa da firma Aníbal H. Abrantes».

Já em 19 de dezembro é retratado um tema grato ao jornal: «A inauguração da nova Igreja da Marinha Grande».

No ano de 1972 a vila operária é notícia em 6 de fevereiro a propósito da «Confraternização dos trabalhadores da firma Manuel Pereira Roldão & Filhos, Limitada».

Em 5 de março noticia-se a «Homenagem ao Dr. Guarda Ribeiro» e, em 4 de junho, o «I Convívio dos Imigrantes». Na semana seguinte o periódico revela que vai decorrer na Marinha Grande um «Congresso Internacional do Vidro Manual». Este tema volta à liça em 25 de julho, revelando-se que vão participar representantes de 17 países. O objetivo da iniciativa é refletir sobre o futuro do vidro à mão. Finalmente, em 23 de julho, o semanário volta a abordar o «Convívio de Emigrantes» organizado pelo *Jornal da Marinha Grande*.

1973 é um ano *sui generis*, pois não há uma única referência à Marinha Grande.

O ano de 1974 é parco em informação marinhense. Contam-se pelos dedos as edições onde surge escrito o nome da vila. Destaque para a edição de 21 de julho onde é anunciado

“um comício jamais igualado no concelho”, com a presença de Mário Soares. Na edição de 20 de outubro é o «Novo bairro residencial» a merecer destaque.

Relativamente à «Revolução dos Cravos», *A Voz do Domingo* só em 5 de maio de 1974 aborda o tema, em manchete, com o título “Movimento das Forças Armadas”. Fala em “golpe de Estado”, explica o que se passou na madrugada e manhã de 25 de abril de 1974 e nas principais transformações que o país viverá, ao nível político e económico. Conclui “confiando nas virtudes cívicas dos católicos e de outros portugueses de boa vontade”, esperando que os acontecimentos “contribuam para o bem-estar da sociedade portuguesa, na justiça, na reconciliação e no respeito pela pessoa humana”. O semanário termina garantindo que “vamos orar fervorosamente pela nossa pátria e pelo povo português”.

O jornal não foge à transformação política vivida em Portugal, apenas dez dias depois de eclodir. Não mostra, contudo, qualquer entusiasmo pela mudança de regime, assumindo as suas convicções religiosas e anticomunistas.

Em 12 de maio de 1974 titula: “Um cristão não pode ser comunista”. O texto defende que “posso ser amigo pessoal de um homem com ideias comunistas mas ser católico e comunista, não. Se um católico se torna comunista é um apóstata, um renegado”.

Em 1975, *A Voz do Domingo* dá destaque ao «Ano Internacional da Mulher» e não esquece que devemos ser «Obreiros da Paz» e nos números seguintes este género de temáticas é uma constante.

Em janeiro nem uma única palavra sobre a Marinha Grande e muito menos sobre o *18 de Janeiro de 1934*. O jornal alude à vila em 23 de fevereiro a propósito de um rali automóvel. Aliás, ao longo do ano são escassas as referências à vila operária, o mesmo acontecendo em 1976. Na edição de 18 de janeiro nem sequer é referenciada a data história para a Marinha Grande. Nota-se que o jornal dirigido por Augusto Ascenso Pascoal, propriedade da Gráfica de Leiria, é muito focado nos assuntos da igreja, da família, nas questões da política nacional e pouco voltada para o dia-a-dia da região, onde aparentemente não tem correspondentes.

Trata-se de um jornal que vive com as dificuldades de tantos outros e que, também por essa razão, não apresenta uma qualidade editorial e gráfica tão apelativa como outros jornais. Até ao seu encerramento, esta realidade não se alterará.

Em janeiro de 1977, *A Voz do Domingo* não faz qualquer referência ao movimento insurrecional de 1934 e sobre a Marinha Grande não é publicada uma única notícia.

O jornal é muito virado para os temas cristãos, para as atividades de algumas paróquias da região, textos de opinião e pequenos artigos. Esta conduta manter-se-á ao longo de todo o ano.

Em 1978 não se verificam alterações neste caminho. Leiria é o foco central do jornal e no primeiro mês do ano nem uma única notícia da Marinha Grande. A vila surge na edição de 26 de fevereiro, na página 5, a propósito da visita pascal. Trata-se de uma breve, com dois parágrafos e oito linhas.

No mês de janeiro de 1979 o jornal volta a não publicar qualquer informação sobre a Marinha Grande.

Na edição de 28 de janeiro, no editorial, o jornal faz uma crítica ao regime político. Pela sua importância, recorda-se um excerto:

“Os Portugueses estão fartos de discursos, de comunicações ao país que nada dizem, para além de informações vagas - com números astronómicos que quase ninguém entende - sobre uma crise que parece fatal, já que não se identificam os seus responsáveis, e os caminhos apontados para sair dela não passam, na maior parte dos casos, de anseios platónicos, sonhos de governantes sem força e técnicos incompetentes. E quando a isto se acrescenta a demagogia, que há cinco anos nos assalta em todos os tons e com marcas de todos os quadrantes, ficamos suficientemente imunizados perante a tentação do entusiasmo que ainda poderia assaltar-nos, quando nos falam da comunicação ao país de um qualquer governante, mesmo que seja o Primeiro-Ministro (...)”.

Em 20 de janeiro de 1980 o semanário fala da «Visita Pastoral à M. Grande» que o Bispo de Leiria inicia precisamente neste dia. Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, o jornal da Gráfica de Leiria não publica uma única palavra.

Em 24 de fevereiro, a visita pastoral é notícia num texto assinado por Bandeiras, que faz eco do contacto com as pessoas que o líder da Igreja do distrito teve na capital do vidro.

No ano de 1981 o alheamento do jornal aos temas da Marinha Grande é notório. O semanário afunila cada vez mais para as questões da família, para a vertente espiritual, e isso retira-lhe espaço para as comunidades locais e regionais. Este é claramente um projeto de fé e pouco se afasta deste desígnio.

A publicidade é outra vertente que não se poderá dissociar do jornal, pois é a sua principal fonte de receita, além das vendas de jornais.

A pouca atenção dada à Marinha Grande só raramente é quebrada. Em 17 de janeiro de 1982, *A Voz do Domingo* fala d'«Estes inocentes comunistas», referindo-se à morte de um homem nas instalações do PCP.

Este incidente deixou o jornal “algo perplexo” e remata dizendo: “Ai, estes «inocentes» comunistas, o que eles andariam agora a dizer por aí, se tal coisa tivesse acontecido na sede doutro qualquer partido”.

Na edição de 24 de janeiro, finalmente, o jornal aborda a temática do *18 de Janeiro* na Marinha Grande e titula: «Pancadaria no cemitério entre socialistas e comunistas». Em baixo escreve: “Membros do Partido Socialista e do Partido Comunista envolveram-se, ontem á tarde, em cenas de pancadaria sobre os túmulos do cemitério da Marinha Grande”.

Os incidentes deram-se durante as comemorações do levantamento operário de 18 de Janeiro de 1934, quando, pelas 15 horas, terminava uma cerimónia evocativa na capela do cemitério, durante a qual falou um membro do Secretariado do PS da Marinha Grande. À porta concentrou-se cerca duma centena de pessoas, que gritavam «CGTP, unidade sindical», «Traidores» e «Vendidos».

A fonte desta notícia é *O Comércio do Porto* de 19 de janeiro de 1982.

Ainda nesta edição diz-se que a Marinha Grande e Vieira de Leiria vão ser palco de colóquios sobre saúde alimentar. A partir desta edição a vila volta a cair no esquecimento.

Em 1983, *A Voz do Domingo* fala da Marinha Grande na edição de 16 de janeiro, a propósito do I Congresso da Indústria de Moldes.

Na edição seguinte, breves sobre a vila de Vieira de Leiria. Por esta altura a freguesia do concelho começa a ser notícia em praticamente todas as edições, ainda que de forma breve. Relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, este ano não tem qualquer alusão.

Finalmente, em 1984, vejamos como o semanário leiriense tratou o movimento insurrecional no ano em que completou meio século.

Apenas em 5 de fevereiro o jornal fala no assunto, sob o título: «Na Marinha Grande - Monumento ao 18 de Janeiro»:

“Na ocorrência do cinquentenário do movimento do 18 de Janeiro de 1934, o Sindicato do Vidreiros, a Câmara e a GPTP-IN inauguraram um monumento que pretende lembrar no futuro o acontecimento. Ao descerrá-lo, disse o presidente da Câmara Municipal, Emílio Ferreira Rato. (...) Milhares de pessoas enchiam a praça do vidreiro, onde implantaram o monumento.”

E sobre o movimento insurrecional nem mais uma palavra.

Verificado o jornal *A Voz do Domingo*, é tempo de analisar o principal jornal de Leiria na atualidade, em termos de audiência, fundado pouco depois da eclosão do movimento. Daí a sua vital importância para este estudo.

### 1.3. O jornal da família Baptista dos Santos

O semanário *Região de Leiria* tem sido aquele que maior audiência apresenta no distrito, embora o *Jornal de Leiria* seja um desafiador a ter em conta. Longe vão os tempos em que o *RL* era dono e senhor da atividade editorial na capital de distrito, muito por culpa da família Baptista dos Santos, que durante décadas liderou o jornal, vindo mais tarde a vendê-lo ao Grupo Lena, contrariando assim um desejo do fundador. Mas a crise, por um lado, e a oportunidade de negócio, por outro, tornaram a operação inevitável.

O jornal apresentou durante largos anos uma secção semanal de propaganda e defesa dos interesses do concelho e do povo marinhense, denominada «Voz da Marinha Grande». Muitos foram os correspondentes que colaboraram com o semanário e alguns acabaram por fundar o JMG, em 1 de junho de 1963. José Martins é apenas um dos exemplos.

Muito antes, em 10 de outubro de 1935, dá à estampa o “semanário de propaganda comercial, industrial e turística, noticioso, literário e recreativo, de distribuição gratuita”.

O *Região de Leiria*, com direção de J. Baptista dos Santos, que é também o editor, dirige-se no nº 1 aos comerciantes e industriais, manifestando o desejo de “contribuir, através das nossas colunas, para avolumar consideravelmente as suas transacções”. O jornal é praticamente todo ele preenchido com publicidade.

Na edição nº 2 de 17 de outubro o jornal destaca a forma “carinhosa e gentil como fomos recebidos” e volta ser, todo ele, mais virado para os anúncios. Na semana seguinte começam a surgir as primeiras notícias. Há uma alusão às decisões da Câmara Municipal de Leiria e uma referência à reparação da ponte sobre o Lis.

O *Região de Leiria* não sofre grandes alterações gráficas nas semanas seguintes. Uma ou outra chamada de primeira página e publicidade. Por norma, as pequenas notícias dizem respeito a Leiria e o jornal apresenta 6 páginas.

Na edição de 2 de janeiro de 1936 a capa é toda ela preenchida com anúncios. Na semana seguinte fala-se de fotografia e em 23 de janeiro o jornal já começa a apresentar mais temas na capa.

Destaque para a Feira de Março e a constituição de um novo governo.

São anunciados ainda os vencimentos dos membros do executivo. O Presidente do Conselho, por exemplo, passa a ganhar 9 contos mais 1 para despesas de representação.

A Feira de Março terá nas edições seguintes grande destaque de primeira página, percebendo-se as razões que levaram o jornal a dar-lhe destaque: o interesse comercial.

Como seria de esperar, no primeiro mês de 1936 não há qualquer referência ao *18 de Janeiro* de 1934 e muito menos à Marinha Grande. O semanário está claramente voltado para o concelho de Leiria. Em alguns números dá eco a temas da atualidade internacional, como a guerra em Espanha. Seis meses após a fundação, o *Região de Leiria* mostra regozijo, dizendo que “tem conseguido plenamente os seus fins”.

Em 12 de novembro de 1936 o jornal faz um apelo aos «Portugueses» para participarem na “manifestação patriótica de caloroso e entusiástico aplauso e de homenagem ao Governo Português”, em Leiria. Estava visto qual era o alinhamento político do semanário de Baptista dos Santos. Ficava claro que não iriam existir quaisquer referências ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 1937 não há registo de qualquer alusão à ação insurrecional, nem em janeiro nem no final do ano.

Em 8 de maio há uma referência às comemorações do 1º de Maio em Leiria.

Por esta altura, o jornal apresenta em alguns números apenas 4 páginas. Na edição de 10 de julho o RL noticia o «Atentado contra o Chefe do Governo», ocorrido no dia 4. Salazar saiu incólume.

Em Leiria decorreu uma manifestação de apoio ao Presidente do Conselho. Como já o tinha feito com o *18 de Janeiro de 1934*, o regime permite a publicação deste tipo de informação para se vitimizar e colocar o povo contra os responsáveis por tais atos. Era uma forma de se legitimar.

Em 16 de dezembro é noticiado o nome do novo presidente da Câmara, João Sampaio Rio, e dada a informação sobre as razões que levaram ao não hastear da bandeira no castelo. O problema ficou a dever-se “ao mau estado da respectiva adriça”.

O ano de 1938 abre sem grandes novidades editoriais. O jornal mantém a sua linha comercial muito vincada mas em algumas edições surgem pequenas notícias, quase sempre breves. O jornal mantém o formato original. Em 14 de abril o semanário apresenta sete pequenas notícias na capa, uma situação excecional pois o normal são duas, no máximo três.

Na edição de 17 de novembro há uma referência num quarto de página a Lúcio Tomé Fêteira, que seria homenageado pelo governo, em Vieira de Leiria, três dias depois.

Em 1939, o jornal anuncia na sua edição de 5 de janeiro que Leiria vai ter uma Casa de Saúde, “ambição velha, julgada irrealizável”. Sobre o *18 de Janeiro de 1934* nem uma palavra. Em algumas edições surgem publicados alguns comunicados e posições da Comissão Concelhia da União Nacional de Leiria, afeta a Salazar.

Na edição de 25 de maio é noticiada a “publicação duma importante e desenvolvida secção referente à Marinha Grande, onde serão tratados, com a necessária competência, carinho e interesse todos os assuntos respeitantes ao progresso e engrandecimento daquela vila e concelho”.

Na edição seguinte é anunciado que a página da Marinha Grande será publicada na semana seguinte. E assim foi. Na edição de 8 de junho de 1939 nasce a secção «Notícias da Marinha Grande». Trata-se de uma “secção Regional, defensora dos interesses do concelho”, dirigida por J. Reis e R. Magalhães.

A secção apresenta temas tão diversificados como a indústria vidreira e as suas crises, a atividade dos bombeiros, o mercado municipal, as vias de comunicação, o comércio local, entre outros.

A secção dá voz ao poeta Afonso Lopes Vieira, a pedido deste, apresentando dois poemas da sua autoria, em 12 de outubro.

Por esta altura o jornal começa a publicar esboços de «Homens de Vulto», entre os quais Guilherme Stephens, a grande figura da Marinha Grande desde 1769, ano da fundação da Real Fábrica de Vidros, a partir da qual cresceu aquela que seria, mais tarde, uma das cidades industriais mais importantes do distrito de Leiria.

Na Marinha Grande é comum dizer-se que a cidade cresceu a partir de uma fábrica, sendo hoje um importante núcleo cultural, com um teatro, uma biblioteca, um Arquivo Municipal, o Museu do Vidro e uma escola profissional (EPAMG). Nas traseiras foi erigida uma zona de lazer: o *Parque da Cerca*.

O ano de 1940 inicia-se com o jornal a dar destaque a um texto de Vicente Nunes sobre a «Igualdade da Mulher».

Na edição de 25 de janeiro, o «Notícias da Marinha Grande» fala do novo teatro, que por esta altura está em obras, com projeto do Professor Alberto Nery Capucho, distinto professor da principal escola da vila.

O jornal apresenta entre três a quatro páginas da Marinha Grande, ou seja, metade é preenchido com assuntos do concelho vidreiro.

Em 1 de fevereiro o jornal continua a mostrar «Homens de Vulto», fala de desastres e apresenta um «Pedido de casamento»: “Para o nosso estimado amigo e assinante, Sr. Américo Catita, foi pedida a mão de uma prendada menina de Lisboa, devendo o casamento realizar-se talvez (não se sabe...) por todo êste ano.



A notícia deixou pesarosos todos os proprietários e frequentadores dos clubs da capital, onde o noivo era muito conhecido pela sua elegância na forma de dansar”. O desporto tem semanalmente destaque no jornal, sobretudo o futebol mas não só. Não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 6 de junho os responsáveis da página lembram que “faz agora um ano que viemos a público animados da melhor das ideias e com o coração a transbordar de elevados pensamentos”. Lembram que “na Marinha não havia jornal algum e todos afirmavam a sua necessidade”. Informam ainda que esta secção vai manter-se “mais o trimestre que está a correr, só para aguardarmos a inauguração do novo teatro, pondo, portanto, desde já ao dispor de quem quer que seja o respectivo título de propriedade.

É que precisamos de repouso, poesia, «slows» - numa palavra, queremos ser poetas...”. Este texto merecerá várias reações, algumas das quais serão publicadas nas edições seguintes, de incentivo para que não cesse a colaboração dos correspondentes.

Na edição de 5 de setembro, surge a questão: “Acabamos ou não acabamos é ainda a pergunta insistente e maçadora que atormenta o nosso espírito. Que fazer?”. Mais em baixo surge a resposta: “Mas basta”.

A página da Marinha Grande deixa de ser publicada até 10 de outubro, regressando com o redator-correspondente Júlio de Oliveira Baio. Apresenta quatro páginas, com informação muito diversificada. Surge com uma nova secção: «Coisas da Marinha». O corpo de letra cresce o que aumenta a leitura dos textos. O jornal apresenta igualmente a *Página de Alcobaça*. A mudança de correspondente leva a uma alteração do conteúdo e, claro, os temas passam a ser outros. Baio opta pela diversidade, optando por pequenos apontamentos, pela diversificação das temáticas a abordar.

Na primeira edição de 1941 não há um tema em destaque. O correspondente volta a apostar em pequenas notícias, muito diversificadas. Não há muitas referências à atividade política em geral e muito menos ao movimento insurrecional dos vidreiros. As notícias são de caráter social e cultural. O redator-correspondente muda em 3 de abril de 1941: passa a ser Arnaldo Couceiro de Abreu<sup>205</sup>. Logo no primeiro número com esta responsabilidade diz que um jornal é uma “necessidade imperiosa, para esta Vila”.

---

<sup>205</sup> Nasceu na Marinha Grande em 11 de dezembro de 1909, filho de Arnaldo Afonso d’Abreu e Amélia da Silva Couceiro Abreu. Após o casamento foi residir para Alcobaça e depois para Lisboa. Esteve ligado ao teatro na década de 1930, sobretudo na segunda metade. Fonte: Luís de Abreu e Sousa.

Apesar da alteração do correspondente, mantém-se a secção «Coisas da Marinha». Acabará por cair mais tarde.

Em 1 de maio, o «Correio da Marinha Grande» faz eco da manifestação de apoio na vila, iniciativa que decorreu em 28 de abril um pouco por todo o país. O jornal diz que marcaram presença todas as coletividades tendo sido exaltada “a obra grandiosa do Sr. Dr. Oliveira Salazar”. A homenagem a Guilherme Stephens, promovida pelos operários da Nacional Fábrica de Vidros, faz notícia em várias edições de setembro, com destaque para a carta escrita por Alfredo Gândara. O jornalista da terra diz que este grande homem «nunca deveria ter morrido». É inaugurado um busto em homenagem ao empreendedor inglês<sup>206</sup>.

Em 1 de janeiro de 1942, Edmundo de Oliveira Orfão<sup>207</sup> assume o «Correio da Marinha Grande». Na edição seguinte é noticiado o XIX aniversário do AC Marinhense mas são poucas as notícias sobre a vila. Talvez por isso, o redator-correspondente é substituído a partir da edição de 5 de março: assume Apênseler Ribeiro<sup>208</sup>.

O jornal diz que Edmundo Órfão se afasta devido aos seus “afazeres profissionais”. As edições seguintes mostram uma nova dinâmica, com um noticiário diversificado. O desporto continua a ter espaço cativo.

A primeira grande reportagem efetuada sob a responsabilidade do novo correspondente é a inauguração do novo mercado municipal, “velha aspiração de todos os Marinhenses”. Começam a surgir regularmente notícias de Vieira de Leiria. Referências ao *18 de Janeiro de 1934* não existem.

Analogamente são várias as informações sobre a vida cultural e social da vila. A política também entra no alinhamento informativo do jornal.

Na edição de 16 de julho de 1942, o semanário faz referência às «Palestras anti-comunistas na Marinha Grande» que se realizaram no dia 11 no Quartel do Núcleo nº 16 da Legião Portuguesa.

---

<sup>206</sup> Teve lugar em 24 de agosto de 1941.

<sup>207</sup> Natural da Marinha Grande, onde nasceu a 7 de julho de 1918, foi empregado de escritório da Fábrica Santos Barosa & Companhia Lda., tendo iniciado a sua atividade literária em 1938. Colaborou com os semanários *Jornal da Marinha Grande*, *Mensageiro* e «Voz da Marinha Grande» - *Região de Leiria*, do qual foi um dos primeiros correspondentes, especialmente com artigos desportivos, contos e outras histórias literárias. Em 1985 publicou o livro «O pó cheira a flores» e três anos depois editou «Cravos Matizados». Fontes: [www.mgrande.net](http://www.mgrande.net), consultado em 30 de outubro de 2015 e Luís de Abreu e Sousa.

<sup>208</sup> Mário Apênseler Ribeiro nasceu em 12 de fevereiro de 1919. Surge no teatro em 1943. Era irmão de António Vasconcelos Ribeiro, também ele ligado ao teatro e à imprensa. O pai, Virgílio Apênseler Ribeiro fundou jornais na Vila da Feira, onde nasceu, em 1881. Já o avô de Mário e António tinha estado ligado ao *Jornal da Feira*, do qual era fundador e proprietário. Estamos perante uma família ligada à imprensa. Fonte: Luís de Abreu e Sousa.

Em 20 de agosto, o periódico cita Calazans Duarte: “antes da Fundação da Fábrica dos Stephens, a Marinha Grande não tem história”.

Em 3 de setembro, o «Correio da Marinha Grande» publica: “Actualmente é a fábrica administrada pelo Estado e, devagar, através de mil dificuldades, procura renascer do caos em que a deixaram quasi um século de arrendamentos e uma tão nefasta como ridícula experiência socialista”.

Na edição de 24 de setembro mais uma passagem do pensamento de Calazans Duarte:

“Na Suíça sucedeu-me conversar com um jardineiro enquanto êle arranjava a areia do jardim. Perguntou-me de onde eu era, e como lhe dissesse que era português, desenhou com o sacho, na areia, o contorno geográfico de Portugal. Não pretendo que os portugueses, de um momento para o outro apareçam com a cultura dos suíços. O que desejava, era que se lhes criasse um ambiente em que eles não só não esquecessem o pouco que aprendem mas o valorizassem, que se lhes despertasse a curiosidade intelectual e se lhe proporcionasse meios de a satisfazerem. Para isso não bastam as escolas”.

Na edição de 5 de novembro o jornal questiona se «é o homem mais inteligente que a mulher?». Em baixo pode ler-se que “na realidade o que mudou na nossa época não foi o homem, mas sim a mulher”. Tal como nos anos anteriores, o início de 1943 não traz novidades relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, optando por noticiar a atividade da sociedade marinhense. Naturalmente que numa página apenas é difícil dar conta de tudo o que se passa, apesar do jornal se apresentar num formato maior, não só em comprimento como em largura. Cresce praticamente o dobro.

Na edição de 1 de abril, «A Voz da Marinha Grande» dá destaque ao discurso de Calazans Duarte na sessão solene de assinatura do Acordo Coletivo, realizada em 14 de março último, no Teatro Stephens.

No discurso, o diretor da Nacional Fábrica de Vidros afirma que “nos acordos entre os industriais e os vidreiros houve o firme, o manifesto propósito de beneficiar estes últimos, mostrando-lhes o presente, preparando-lhes o futuro”. Este tema tem prolongamento na edição da semana seguinte. Nas edições posteriores, a página dedicada ao concelho apresenta os mais variados temas, desde a vida associativa até à atividade desportiva, passando por pequenos anúncios.

O correspondente é Apênseler Ribeiro<sup>209</sup>.

---

<sup>209</sup> Mário Apênseler Ribeiro acabará por falecer em 1 de junho de 1947, com apenas 28 anos. Deixou uma filha com 4 anos. Está sepultado na campa 574 do cemitério da Marinha Grande.

Em 5 de julho de 1943, «A Voz da Marinha Grande» noticia que «foi há onze anos que Salazar tomou posse da Presidência do Conselho». Em baixo, num texto assinado pelo redator-correspondente, pode ler-se:

“Ao ser-lhe conferida a posse, sabiam de antemão todos os portugueses, que Salazar era o único estadista capaz de cabalmente corresponder às mais urgentes necessidades dum país, que, apesar de pequeno, qual gigante, ante os olhos admirados de todas as outras nações”.

Este pequeno excerto mostra a posição do jornal perante o regime. Ora com este posicionamento não seria de todo provável que o periódico pudesse publicar temas que pusessem em causa a liderança do Presidente do Conselho, além de que a censura, sempre muito atenta, não o permitiria.

Recorde-se que o *18 de Janeiro de 1934* foi despoletado pelo movimento operário, que nesta altura não tinha acesso aos *media* e muito menos à produção de um jornal com massiva distribuição nacional. Sendo um centro vidreiro, o semanário não deixa de apresentar o pulsar da indústria local: «A Nacional Fábrica de Vidros vai ter, dentro de breve tempo, uma Creche e um Posto Médico».

Em 30 de dezembro de 1943, «A Voz da Marinha Grande» escreve, na capa, uma breve que se intitula «De regresso», a qual se transcreve na íntegra, pela sua importância:

“No combóio correio das 12 horas chegaram a esta Vila, no dia de Natal, 9 pessoas ausentes desde Janeiro de 1934.

Tanto na Estação, como na estrada da mesma, encontravam-se inúmeras pessoas de família e amigas, à sua espera.

Foi grande o contentamento duns e doutros, por voltarem a reunir-se nos seus lares e aos seus conterrâneos”.

Ora estamos perante uma alusão sub-reptícia ao *18 de Janeiro de 1934*, feita de forma lacónica e que a censura deixou passar ou não se apercebeu dos contornos políticos deste retorno a casa praticamente uma década depois da ação insurrecional.

Na ótica de Neto (2013, p. 26), “o jornal contornou assim a questão, pois uma das proibições da Ditadura naquela altura era a de noticiar que havia presos políticos...”.

Todavia, o autor não afasta a possibilidade da notícia ter sido publicada para enaltecer a benevolência do regime.

Janeiro de 1944 abre sem grandes temas na «Voz da Marinha Grande», não existindo qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*.

Destaque para os discursos de Calazans Duarte que, na edição de 20 de janeiro, se dá a conhecer que vão ser publicados. O jornal apresenta alguns excertos, dos quais se destaca a seguinte passagem: “Antes dos Stephens, a Marinha Grande era um lugarejo habitado por agricultores e carreiros, vivendo pobremente na margem da mata. Os Stephens transformaram-na em poucos anos num centro vidreiro de importância internacional”.

O jornal volta ao assunto da creche para os filhos dos operários vidreiros na edição de 24 de fevereiro de 1944 mas não deixa de citar Salazar: «Enquanto houver um lar sem pão, a revolução continua».

Na edição de 2 de março é feito um balanço dos dois anos de trabalho de Apênseler Ribeiro. Vicente Nunes felicita o redator-correspondente, “encorajando-o a continuar”.

Na mesma edição são reveladas as “perseguições, que têm caído sobre nós”, mas é anunciado que o trabalho é para continuar, apesar do jornalismo na Marinha Grande ter tido sempre “vida mais ou menos curta e inglória”.

Em 15 de abril de 1944 o jornal revela que a Marinha Grande “deve ser, actualmente, o centro industrial do país de maior actividade” e a indústria do vidro “ocupa muitos milhares de operários e operárias, que desfrutam de bons salários, muito superiores a outras indústrias”.

Por esta altura, a página dedicada à Marinha Grande tem qualidade, não só nos textos que apresenta, mas também na diversidade dos temas. A vida associativa tem lugar cativo, tal como o desporto, mas também as cartas dos leitores.

Em 20 de maio, «A Voz da Marinha Grande» fala na ordem como “garantia da vida”. Em baixo, “dêmos ao Governo apoio firme e auxílio franco, para garantir a todos os portugueses os direitos que alguns energúmenos pretendiam roubar aos que honestamente trabalham e produzem, para de novo escravizar a Nação aos seus baixos instintos e criminosas ambições”.

Fica claro, neste parágrafo, um alinhamento claro com a política de Salazar. Na semana seguinte, “foram aumentados os salários dos operários vidreiros e estabelecido um subsídio de emergência”.

A colaboração de Apênseler Ribeiro termina em 30 de junho de 1944<sup>210</sup>. À guisa de despedida, o até então redator-correspondente diz que “somos forçados a deixá-la”. Fala das dificuldades por que passou, das inimizades e das críticas mas diz sair de cabeça erguida. O seu lugar é ocupado por Armando Santos, “filho da Terra”.

---

<sup>210</sup> Esteve no cargo 27 meses.

É por esta altura que José Martins, que mais tarde fundará o *Jornal da Marinha Grande*, e Diamantino André, que após a morte do fundador será o diretor, assinam alguns textos na «Voz da Marinha Grande». A página, que se divide em seis colunas ao alto, começa a ter mais informação mas os textos são mais curtos do que no tempo de Apênseler Ribeiro. Ao longo das semanas, nota-se que o jornal vai perdendo qualidade, o que não impede que nas edições de novembro seja anunciada a chegada da energia elétrica a dois lugares da Marinha Grande: Embra e Ordem.

Em 11 de janeiro de 1945, Armando Santos cede o lugar a José Martins Pereira da Silva. O jornal, num cantinho, revela apenas que passará a ter um “novo redactor-correspondente”. E nada mais diz. O novo responsável anuncia que é para ele uma “satisfação” e que “a união faz a fôrça”. Na edição de 18 de janeiro de 1945 é publicado um texto, assinado por D. A., sobre «A mulher operária». São feitas várias questões:

“Quem não sentirá compaixão dessa pobre gente que deixando de abandonado o aconchêgo do seu lar, tem de ir sujeitar-se aos maiores sacrifícios para ganhar o pão de cada dia?!

Ah! E os filhos? E o marido? Quem cuida dêles? Quem toma conta dos arranjos do lar? Quem poderá educar os filhos, sujeitos, nesta idade de crianças, aos maiores perigos de ordem moral e física?

E a sua dignidade e reputação? Quem não conhece o ambiente perigoso duma oficina? Quem desconhece a fraqueza da mulher antes certas passagens da sua vida?”

O autor(a) conclui que este é um dos “mais importantes” problemas sociais.

«A Voz da Marinha Grande» faz eco da simbólica homenagem que os operários da Nacional Fábrica de Vidros fizeram ao seu diretor, “por ocasião do seu 55º aniversário”. O presidente da Câmara lembrou que foi Calazans Duarte quem restabeleceu “o fio quebrado na tradição stephensiana. A Fábrica recompôs-se, os processos de trabalho progrediram, e ao seio dos lares operários regressou a paz, a confiança e o orgulho da profissão”.

Em 7 de maio de 1945, José Martins deixa de ser o redator-correspondente de «A Voz da Marinha Grande», saindo por iniciativa própria. O jornal diz que a sua atividade, ao longo de seis meses, “foi sempre orientada no alto sentido de ser útil à sua terra e aos marinhenses”. Em 1963 fundará o JMG mas a saúde não lhe dará muito tempo de vida<sup>211</sup>.

---

<sup>211</sup> José Martins Pereira da Silva nasceu em 2 de setembro de 1919. Filho de José Martins da Silva e Maria Josefina Pereira da Silva, foi um homem modesto, sincero e amigo do seu amigo. Trabalhou na fábrica de vidro IVIMA, já encerrada. Estava sempre pronto a lutar pelos mais pobres. Foi correspondente da «Voz da Marinha Grande», desde 1952, e mais tarde da *Voz do Domingo* e cumpriu o sonho de fundar um jornal na vilda da Marinha Grande, em 1 de junho de 1963. Faleceu poucos meses depois, em 17 de novembro de 1963.

Passa a redator-correspondente António Vasconcelos Ribeiro, irmão de Apênseler Ribeiro, que afirma “ter muita vontade e boas intenções”. A partir de junho, o jornal passa a apresentar artigos sobre habitação, desemprego, saúde, elites e, claro, a indústria.

Na edição de 30 de agosto de 1945, numa entrevista ao presidente do Sindicato dos Vidreiros, Joaquim da Silva Couceiro, não é feita qualquer referência à luta de 1934. Nem ao de leve. Apenas se diz que o sindicato trabalha para “garantir aos operários vidreiros a média de vida necessária ao nível do momento”.

Depois do verão de 45 continuam os artigos sobre temas importantes para a vila: a água, o turismo, o vidro, a cultura, o desporto. É por esta altura que Apênseler Ribeiro volta a assinar textos em «A Voz da Marinha Grande».

Começa com a mendicidade, passa pela urbanização, edifícios escolares e termina com a escola industrial. Regressa com o excesso de autoridade, em 3 de janeiro de 1946. No início deste ano não há qualquer referência ao movimento insurrecional de 1934.

Confirma-se o «apagão» da ação revolucionária perpetrada pelo operariado, a qual só será ressuscitada a partir de janeiro de 1975.

O jornal leiriense apresenta periodicamente uma secção feminina, com informação para elas. No rodapé surgem alguns anúncios e poemas. Semana após semana, a página é rica em informação da vila mas o espaço é pouco e os temas nem sempre têm o desenvolvimento esperado. As cartas dos leitores fazem também parte integrante da página. É notório nos meses de verão o recurso a conteúdos pouco habituais, como por exemplo «Há milhares de iões em cada centímetro cúbico do ar que respiramos”.

«A Voz da Marinha Grande» apresenta neste ano vários artigos assinados com pseudónimo, tais como Masoufra, Villempergne» e Cebofe.

Em dezembro de 1946, o jornal anuncia uma «Crise que se avizinha», a propósito da mais que provável “diminuição de vendas” uma vez que a cristalaria e as fábricas de ampolas “começarão a sentir os efeitos da organização das indústrias similares estrangeiras”.

Este tema, ainda que num contexto motivacional dos leitores, tem continuidade na edição de 2 de janeiro de 1947: «Ano Novo - Esperança que surge».

O jornal escreve que “as obras do futuro serão cimentadas pelo suor de rostos calcinados”. No número seguinte o autor do texto volta ao tema: “cultivando as virtudes com amor, cuidando do seu crescimento, essas plantas vivificam, espalham a confiança nos destinos das gentes, incutem um ardor novo na luta pela vida”.

A edição de 23 de janeiro de 1947 é toda ela dedicada ao 1º aniversário do falecimento de Afonso Lopes Vieira. Toda! «A Voz da Marinha Grande» publica um texto de Acácio Calazans Duarte no qual são tecidos os mais rasgados elogios ao poeta:

“Não era poeta apenas nos seus versos; era-o estruturalmente, vivendo em harmonia com o seu ideal, fazendo da sua vida, de toda a sua vida, um admirável poema. E o povo que também é poeta - veja-se o seu constante anseio para a perfeição - compreendia-o e amava-o”.

Em baixo o jornal publica o poema «Onde a terra se acaba e o mar começa» e diz que “jamais houve, na Região, morte que tão lamentada fosse”. Artur Lobo de Campos, o mais íntimo dos amigos do poeta, assina em dois números consecutivos a «Infância e Juventude» de Afonso Lopes Vieira.

Em 20 de março o semanário anuncia a possibilidade de fusão de três coletividade da vila: Sport Lisboa e Marinha, Sport Operário Marinhense e Sport Império Marinhense. O principal clube da terra, o Marinhense, terá “vida independente”.

Na edição de 3 de abril, «A Voz da Marinha Grande» faz eco da comemoração do 30º aniversário da restauração do concelho da Marinha Grande. No número seguinte, José Henrique Vareda, que em 1977 fundará *O Correio*, na Marinha Grande, passa a ser o redator-correspondente. Na saudação que faz aos leitores é dito que “não vimos para ofender. Ao peticionar ou ao aconselhar soluções, fazemo-lo a bem da grei”.

A substituição de António Vasconcelos Ribeiro só é explicada em 15 de maio de 1947. Depois de informar que a saída de Ribeiro se ficou a dever a “motivos de ordem particular”, «A Voz da Marinha Grande» saúda “o camarada que entra e o camarada que se retira”. A utilização do termo camarada indicia que ambos tinham convicções de esquerda. Relativamente a José Vareda, não há a menor dúvida, embora se admita que tal termo possa igualmente estar relacionado como expressão típica entre jornalistas.

Em 19 de junho de 1947, é chamada a atenção para o problema da habitação: “Na Marinha Grande há uma assustadora falta de casas”, escreve o jornal.

Em 17 de julho o jornal fala dos «Problemas da Indústria Vidreira» e das «Necessidades de S. Pedro de Moel».

Na semana seguinte é anunciada a visita do Ministro das Obras Públicas à vila da Marinha Grande, “e Sua Excelência, poderá ter uma certeza a respeito dos Marinhenses: o grau de simpatia deste povo está em franca relação com o bem que lhe é proporcionado”. Os operários agradecidos não deixaram de homenagear a memória de Afonso Lopes Vieira, em



cerimónia que decorreu a 25 de outubro de 1947, no Teatro Stephens. Este agradecimento muito se ficou a dever ao gesto do poeta de legar à Câmara Municipal a sua propriedade em São Pedro de Moel para aí ser instalada uma colónia balnear infantil para os filhos dos operários da Marinha Grande.

No final do ano de 1947 verifica-se uma menor atualidade informativa, substituída algumas vezes por poemas.

Daí que, no início de 1948, José Vareda deixe de ser o redator-correspondente, por razões profissionais, passando essa missão a ser desempenhada por Alfredo Bernardo Antunes.

O jornal perde alguma qualidade editorial em praticamente todas as vertentes, da cultura ao noticiário desportivo.

Em 26 de junho de 1948 o jornal titula: «Consagração dos Operários Vidreiros da Marinha Grande pelo Sr. Ministro da Guerra». Do texto, assinado por A. B. A., extrai-se a seguinte passagem:

“O povo marinhense, visado por uma persistente campanha de descrédito com ponto de partida numa aventura manobrada por elementos de fora, está a receber a justiça que merece. A grande imprensa tem-lhe proclamado os dons excepcionais e a acção que desenvolve para o progresso material e espiritual da Nação. (...)

Nas suas constantes viagens através do país, o Sr. Ministro da Guerra passa muitas vezes pelo distrito. Sempre que tem ensejo, visita a Marinha Grande, vê trabalhar os vidreiros e troca familiarmente impressões com eles. Pôde assim verificar quão calunioso era o labéu que lhes assacaram.

Gente de trabalho e de honrosas tradições culturais; homens disciplinados e cumpridores das suas obrigações; artífices habilíssimos, de mãos videntes, que denotam o calor da inteligência e a inspiração da arte; cidadãos exemplares, cujo brio até na correcção do traje se reflecte (...).”

Na edição de 16 de outubro de 1948, Silva Reis assina um texto intitulado «Marinha Grande a grande capital do vidro» no qual faz uma caracterização da então vila:

“Com 14.512 habitantes, Marinha Grande é o maior centro industrial de vidros, no nosso país. E, se bem que o seu comércio e agricultura sejam bastante florescentes, ela, na verdade, vive exclusivamente da sua extraordinária riqueza industrial.

Tem cerca de 20 fábricas de vidro, contando-se as que fabricam apenas ampolas.

Possui várias fábricas de tijolos refractários, quer na sede do concelho, pròpriamente dito, quer na freguesia de Vieira de Leiria, onde existe a maior e mais perfeita fabricação de limas, contando-se entre as muitas fábricas ali existentes, as de Tomé Fêteira, conhecidas em todo o mundo.

Existem diversas associações desportivas, recreativas e de Socorros Mútuos, cuja utilidade não é necessário encarecer.”

O autor conclui:

“Vila de trabalho, duma indústria ridente e próspera, Marinha Grande merece da parte dos estudiosos uma visita pormenorizada.

Ali, entre ricos e pobres, entre operários e patrões, há uma suprema religião que todos cumprem convictamente: o Trabalho.”

Nesta mesma edição é revelado que a população de Portugal continental e insular é de 7.722.152. Em sete anos, o número de portugueses cresceu em 590 mil indivíduos. Em 2016, a população portuguesa é superior a 10 milhões<sup>212</sup>.

Na década de 1940 nasciam por ano cerca de 200 mil bebés e morriam pouco mais de 100 mil. Ou seja, o país tinha um excedente de vidas anual na casa dos 90.000. Atualmente, o número de nascimentos é inferior a 100 mil, estando a provocar problemas demográficos e de sustentabilidade da Segurança Social<sup>213</sup>.

Nas primeiras edições de 1949 volta a não existir qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. Nem uma! «A Voz da Marinha Grande» mantém a sua conduta ora informativa ora opinativa, não refletindo aquilo que ocorria no concelho.

É evidente que o amadorismo não daria para mais.

Em 2 de abril o semanário leiriense dá conta das «Actividades comunistas», que levaram à detenção de Álvaro Cunhal, em 25 de março, no Luso.

O jornal diz que Cunhal “há perto de dez anos que vive clandestinamente como membro do Secretariado do Partido Comunista, subordinado às directivas emanadas da Rússia soviética”. Nesta altura, o jornal não tem correspondente na Marinha Grande e isso nota-se no conteúdo da página. Só em 30 de abril é que surge no cabeçalho o nome do novo redator-correspondente: Diamantino da Silva André. E nesta edição nota-se a mudança do conteúdo, tal como nas edições seguintes. Em 7 de maio de 1949, Diamantino André desabafa:

“Em má hora o nome da Marinha Grande se tornou conhecido em quase todos os recantos do nosso País”.

O seu povo foi apresentado como o mais cruel. E a mancha ficou tão vincada, que parece não querer desaparecer tão depressa.

O mais pequeno acontecimento ocorrido nesta terra dá lugar a que se levantem as maiores calúnias aos seus filhos. (...)

Há ocasiões em que se chega a afirmar que na Marinha Grande o sangue corre pelas ruas. E é assim que se mancha a dignidade de um povo”.

---

<sup>212</sup> Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal>, consultado em 27 de agosto de 2016.

<sup>213</sup> Fonte: <http://www.pordata.pt/Portugal>, consultado em 27 de agosto de 2016.

Fica claro que um dos acontecimentos que levou a esta convicção foi o *18 de Janeiro de 1934*, até porque teve repercussão nacional, ao contrário de outras lutas e greves que não saíram sequer das fronteiras do concelho.

Desde o início da sua colaboração que Diamantino André mostra o que vai ser o seu trabalho. São diversos os artigos assinados por si, aos quais se juntam outros de colaboradores e leitores.

Tal como sucederá mais tarde no *Jornal da Marinha Grande*, no qual foi diretor e editor, nota-se que o jornalista é de uma casta que veste a camisola e dedica-se de corpo e alma ao projeto.

Claro que essa dedicação e independência de pensamento conduzirá a algumas incompreensões, o que leva o redator a afirmar, em 16 de julho, que esta secção do jornal vai “conservar uma rigorosa independência política e religiosa”. Ao apreciar-se o trabalho do correspondente nas edições seguintes verifica-se que os textos convergem no sentido de uma grande equidistância política, embora seja oportuno lembrar que a censura não dava margem para excessos.

Semana após semana, Diamantino André apresenta os mais variados temas da vida marinhense, com assuntos muito diversificados.

E não há semana que não surja a opinião do correspondente no editorial, nem sempre bem recebida, tal como se depreende das suas palavras em 20 de outubro de 1949: “Os ataques são sempre bem-vindos. Eles são dirigidos contra alguma coisa que nós fizemos e isso dá-nos a certeza de que fazemos realmente alguma coisa”.

E acrescenta: “esta situação agrada-nos, pois sabemos que é da luta que saem os nossos heróis. É na luta que se revela a estratégia, a coragem, o espírito combativo. Do combate sai um vencedor. Neste caso vencerá o que luta pela verdade”.

O ano de 1950 não traz grandes novidades relativamente ao que vinha do final do ano. A página continua preenchida com textos de opinião diversos e um pouco do que se passa no dia-a-dia da vila.

Um ano depois do início da colaboração, Diamantino André apresenta regozijo e orgulho no dever cumprido. Contudo, nota-se ao longo do ano a perda de algum fulgor informativo, com os temas a não serem muito diversificados e os textos cada vez mais extensos.

O futebol tem sempre presença assegurada. Publicidade na página dedicada à vila da Marinha Grande é escassa. Nunca será muita, exceto num ou noutro número, como por exemplo nas edições anteriores ao natal.

Em 1951, Diamantino André não vaticina que o ano “venha a ser melhor que os passados”, uma vez que “se os homens não renunciarem às suas pretensões injustas, ao seu desejo de terem no mundo uma posição que não lhes pertence - o domínio sobre a Humanidade”.

Esta opinião é publicada na edição de 25 de janeiro. Dois meses depois, em 15 de março, Diamantino André lembra os leitores que «A Voz da Marinha Grande», “mesmo «folha de couve», é ainda o único órgão da Imprensa onde a Marinha Grande tem um lugar exclusivamente destinado para ser a sua tribuna”. Ao longo do ano os temas publicados são diversos, com o vidro e os seus problemas em lugar de destaque. A sociedade marinhense é igualmente uma das temáticas favoritas de Diamantino André. E, de vez em quando, lá vem mais um desabafo do correspondente:

“Eu sei que nunca «A Voz da Marinha» se lançou tão abertamente ao ataque contra os maus.

Eu sei que há artigos que desagradam àqueles a quem dizem respeito. Eu sei que não se mente naquilo que aqui se escreve. E isso tranquiliza-me. Isso é a minha força.”

Diamantino André tinha necessidade de lembrar com alguma frequência os valores que o norteavam e estava, aparentemente, convicto que a razão estava do seu lado. Nota-se que era um pouco sensível às críticas e, quando estas ocorriam, não hesitava em vir em sua defesa. O mesmo sucederá na liderança do JMG, como se verá mais à frente.

Em 13 de setembro de 1951 é referido que “a indústria de Cristalaria é uma das que se encontra em mais precárias circunstâncias”. O jornal explica que na origem do problema está o “enfraquecimento do poder de compra, o excesso de produção sobre o consumo, a indisciplina dos fabricos, o desvario da oferta por parte de alguns”.

O ano de 1952 abre com textos sobre o natal na Marinha Grande e com uma série de artigos sobre os interesses de Vieira de Leiria, assinados por Guerra Vicente.

Diamantino André mostra-se nesta altura pouco ativo. Reaparece em 13 de março com um texto sobre o aniversário da restauração do Concelho da Marinha Grande. A explicação para o súbito *desaparecimento* surge em 24 de abril: “que nos conste, nenhuma pessoa que escreva para os jornais tem sido tão enxovalhada pelas pessoas sem carácter como o Redactor

desta Secção. É espantoso!”. Nesta altura continua a discutir-se a crise na indústria vidreira, um tema que já vinha do ano passado. E em 26 de junho é anunciado que um “elevado número de operários sofre já da falta do salário”.

Nos meses de verão, Diamantino André volta a não assinar qualquer artigo e o jornal ressentente-se com isso. Em 23 de outubro é anunciado que deixou de ser o redator-correspondente, a seu pedido. «A Voz da Marinha Grande» passa por uma fase de transição até que surge José Martins Pereira da Silva como o novo correspondente. Trata-se de um regresso, afinal, a uma casa cujos fundos já conhecia.

O ano de 1953 começa com pequenas notícias da vila, as festas de natal, o desporto e a publicidade em rodapé. Esta lógica noticiosa terá seguimento nas edições seguintes e servirá de inspiração ao futuro *Jornal da Marinha Grande*, que surgirá em 1 de junho de 1963. Não há registo de qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*.

A página da Marinha Grande ganha muita qualidade. José Martins imprime uma dinâmica interessante, pois apresenta uma entrevista ou um artigo mais desenvolvido, pequenas notícias da vila, o desporto e os pequenos anúncios.

Em 30 de abril de 1953, «A Voz da Marinha Grande» faz rasgados elogios a Salazar:

“Para comemorar o 25º aniversário da feliz entrada de Salazar na gerência dos destinos da Nação, não deixou a Marinha Grande de manifestar o seu regozijo por tão memorável data.

E assim, constatámos com prazer a ornamentação de várias montras com o retrato do insigne estadista, emoldurado por bandeiras nacionais, iluminações no edifício da Câmara Municipal e nos Quartéis da Polícia e Guarda Nacional Republicana, bem como na sede do Núcleo nº 16 da Legião Portuguesa, que se encontrava vistosamente engalanada com verdura representando a Cruz de Avis, símbolo da Legião Portuguesa e a palavra «Salazar» numa profusão feérica de luzes.”

Na edição de 23 de julho é anunciada a criação do Grémio Nacional da Indústria Vidreira. O jornal diz que “depois de laboriosos trabalhos e de várias tentativas frustradas, temos finalmente a indústria vidreira integrada na organização corporativa da nação”.

O objetivo é o encontro de soluções para os problemas do setor uma vez que a organização congrega os industriais vidreiros.

Em 29 de setembro de 1953 é anunciada a criação da fábrica de moldes para plástico «Aníbal H. Abrantes», que terá uma enorme importância no futuro da indústria local, que deixa de se basear apenas no vidro, diversificando assim a sua atividade num concelho fustigado pelas crises no setor vidreiro.

José Martins vai manter a sua colaboração com «A Voz da Marinha Grande» em 1954.

É precisamente no início deste ano - 14 de janeiro - que o jornal inicia uma rubrica que se prolongará pelas semanas seguintes: «Memórias da Marinha Grande».

Mantém-se o «Noticiário» com breves sobre o dia-a-dia da vila.

Os nascimentos mantêm-se semanalmente no jornal. Este é um ano calmo do ponto de vista editorial, salvo um ou outro momento.

Em 12 de agosto o jornal apresenta uma fotografia - coisa rara - com a manifestação de desagravo do povo Marinhense, a propósito dos acontecimentos na Índia.

Já antes, em 29 de julho, o jornal, através de J. Martins, se tinha posicionado relativamente a este tema, em «Protesto»:

“A Marinha Grande, terra de nobres tradições, terra de operários ordeiros e respeitadores, cujo único anseio é o asseguramento, em paz, do seu “pão nosso de cada dia”, tal como Portugal inteiro, sente a maior indignação pelo ocorrido. Entretanto, a Bandeira sagrada verde-rubra das cinco quinas é o seu único símbolo. Para a defender nasceram em Portugal, e, se necessário for morrer por ela, não desejarão outra mortalha.”

1955 abre com as comemorações de mais um aniversário do Atlético Clube Marinhense. Aliás, a página de 6 de janeiro é totalmente dedicada ao desporto-rei.

No final do mês, por norma, surge a notícia do aniversário do Sport Operário Marinhense (SOM). Sobre o movimento insurrecional, nem uma palavra.

A vinda do Ministro do Interior à Marinha Grande inaugurar o abastecimento de água à Marinha Grande e a S. Pedro de Moel, ocupa praticamente toda a página da edição de 2 de junho.

Em 6 de outubro, «A Voz da Marinha Grande» publica o discurso do presidente do Grémio do Comércio, que faz alusão ao Estatuto do Trabalho Nacional, um dos motivos que originou o *18 de Janeiro de 1934*:

“Faz hoje 22 anos que o Governo da Nação publicou o Estatuto do Trabalho Nacional e por isso o país, através dos organismos corporativos, nascidos daquele importante diploma, comemora tão gloriosa data que fica a assinalar uma época brilhante na vida da Nação.

Com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, verificou-se, sem sombra de dúvida, o respeito e valorização do trabalho do homem, o amparo na doença e invalidez, férias, subsídios familiares e as inúmeras regalias que desde aquela data vêm beneficiando todos os trabalhadores - síntese de respeito pelo trabalho moral e material da família.”

O responsável do Grémio faz ainda rasgados elogios ao setor vidreiro:

“Quantas pequenas oficinas, nos últimos tempos, se têm criado nesta laboriosa vila, lançando no mercado as mais belas e delicadas peças de vidro, como sejam os lustres de brilhante cristal até às bijouterias encantadoras de gosto extraordinário.

Pergunta-se: Porque não se fazia o mesmo a alguns anos atrás porque é isto assim?

Responde-se: E’ a grandiosa máquina da indústria vidreira no seu infindável aperfeiçoamento progressivo, procurando criar uma vida melhor a todos que dela vivem.

Pela mesma razão, as instituições de previdência com os seus técnicos, superiormente orientados pelo governo da Nação, procuram dia a dia uma melhor adaptação e aperfeiçoamento do sistema e imprimir um melhor funcionamento à gigantesca e humana máquina, criada pelo Estatuto do Trabalho Nacional, de que hoje se comemora o vigésimo segundo aniversário.”

Finalmente, afirma:

“As pessoas que já há 30 anos ou mais, vivem na Marinha Grande, certamente se lembram das vicissitudes por que a indústria vidreira tem passado. E é penoso recordarnos das crises de trabalho que tão rudemente e durante anos passados, atingiram os operários vidreiros. Mais penoso e triste é recordar, que, um grande número desses hábeis artistas (cerca de um milhar), durante longos meses, procuraram mitigar a fome de suas famílias, recorrendo ao trabalho inadequado das enxadas e das pás, construindo estradas, no grandioso pinhal de Leiria, graças a verbas especiais, concedidas para aquele fim (...). Negro e triste quadro que durante muito tempo pairou na Marinha Grande!

Recordo-o para que se possa meditar e se avalie o contraste de duas épocas tão próximas - aquela em que não havia protecção de qualquer espécie ao operário vidreiro e esta, em que o Estatuto do Trabalho Nacional protege, com o seu nobre escudo, todos os trabalhadores de Portugal!”

Esta última afirmação é demonstrativa do elogio à obra corporativa do Estado Novo com o contraste entre o antes e o depois do Estatuto do Trabalho Nacional.

Em 1956, a secção «Noticiário» é uma realidade sempre presente, bem como o futebol. Em 12 de abril, “grande jornada desportiva, vivida em Castelo Branco. O futebol domina multidões! Reina entre todos os desportos! Tem virtudes, que se estendem infinitamente, abraçando Vilas, Cidades e Nações”. «A Voz da Marinha Grande» apresenta outras preocupações. Na edição de 14 de junho, o jornal diz que «A Marinha Grande precisa dum hospital». Até ao final do ano o noticiário da vila não traz novidades de relevo.

1957 começa com a atividade do costume: o «Noticiário», um tema de capa, a coluna do futebol, a publicidade. O ano inicia-se com o teatro, a poesia, o Natal dos mais desfavorecidos, as casas para operários, o clube da terra (ACM), a necessidade de obras na Santa Casa, a vida associativa, as instalações escolares, os lugares do concelho, a falta de médico ao domingo, etc.

Em 1 de agosto de 1957, Calazans Duarte afirma que “para fazer reviver a arte do vidro na sua plenitude é necessário que a mecanização não faça desaparecer os autênticos mestres vidreiros, cada vez mais raros”. No artigo é referido que a Marinha Grande “é aquela vila do País que nasceu há pouco mais de 200 anos, à beira do Pinhal d’El-Rei, por via dele e que desde então passou a ser denominada «Marinha dos Vidros», pelo nosso povo”.

Nem nas entrelinhas se verifica qualquer referência ao movimento insurrecional que eclodiu em 1934.

Até ao final do ano o jornal vai apresentando breves, textos de opinião e o futebol sempre presente.

Em 1958, José Martins continua a coordenar a página da Marinha Grande mas notam-se as suas ausências nas primeiras semanas do ano, com uma espécie de artigos para «encher». Em 20 de fevereiro o jornal explica que “a doença tem impedido o redactor-correspondente desta página de colaborar com a assiduidade e eficiência de que sempre deu excelentes demonstrações”. Porém, o «Noticiário» continua a ter lugar de destaque, com pequenas notícias sobre a vila. O desporto nunca falha no alinhamento do jornal, quer sejam os jogos do AC Marinhense ou do SL Marinha, entre outros. O basquetebol também tem lugar frequentemente. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra. Normalmente, o jornal apresenta em rodapé pequenos anúncios, comerciais e judiciais. Em algumas edições a publicidade é significativa, noutras nem tanto.

O teatro é uma atividade cultural que tem lugar com frequência em «A Voz da Marinha Grande», quiçá devido à existência de um grande número de associações que se dedicam a esta causa tão do agrado dos marinhenses. Recorde-se que os Stephens tinham mandado construir um teatro onde os atores eram precisamente os operários.

Ao longo dos meses nota-se no conteúdo editorial uma menor produção do correspondente, apesar do «Noticiário» se manter. O jornal apresenta uma espécie de serviços mínimos.

Progressivamente, a qualidade informativa vai melhorando com o passar dos meses. Destacam-se as reportagens das homenagens a Calazans Duarte e ao presidente da Câmara Municipal, Vítor Amaro Galo.

Em 22 de janeiro de 1959, a notícia é a homenagem a Calazans Duarte, “que voluntariamente se aposenta”, escreve Henriques Vareda. Esta informação acaba por ser politicamente correta, pois o empresário não gostou da ideia de se retirar.



Mas não tinha outra opção, pois recebeu um ofício para abandonar o palacete onde residia, junto à fábrica. Uma notificação que desagradou ao homem que recuperou a fábrica dos Stephens.

Em 5 de março a notícia é o redator-correspondente, que depois de 20 dias de ausência da vila regressou “ao seu lar”. A direção do jornal regozija-se com esse facto. Simultaneamente, convida os marinhenses a colaborar com «A Voz da Marinha Grande» enviando assuntos da sua terra. José Martins não assinará qualquer texto nos números seguintes mas, antes do verão, verifica-se que retoma a sua atividade mas já não é com a regularidade que lhe tínhamos visto em anos anteriores. É por esta altura que começam a surgir alguns textos assinados por Fernando Marrazes<sup>214</sup>, jornalista que mais tarde terá uma passagem pelo *Jornal da Marinha Grande* e *O Correio*. O ano termina com a homenagem prevista para meses antes a Calazans Duarte mas que ocorre apenas em dezembro. Como sempre modesto, o professor diz que não é merecedor de tal iniciativa à qual mostrou relutância. Do seu discurso, destaque para a seguinte passagem: “republicano desde a juventude, sempre contei bons amigos em todos os partidos”.

Na cerimónia falou ainda Henriques Vareda, em representação dos antigos alunos: “O Dr. Calazans Duarte ficará sempre para nós como um farol a orientar-nos no caminho da dignidade, do trabalho e da solidariedade”.

Estas últimas edições do ano são muito dedicadas aos discursos de homenagem ao homem que durante anos liderou a principal fábrica de vidro da vila e que se tornaria um professor admirado pelos seus alunos.

O ano de 1960 mostra «A Voz da Marinha Grande» orientada para a cultura e o desporto. O teatro tem lugar cativo no jornal mas o ensino é também notícia. Em 10 de março, o jornal dá conta que «Oito edifícios escolares foram inaugurados, pelo Subsecretário da Educação, no concelho da Marinha Grande».

No total, foram inauguradas 18 salas de aula e uma cantina.

---

<sup>214</sup> Nascido em 1938, na Marinha Grande, o antigo jornalista reside atualmente em Leiria. Esteve ligado profissionalmente a uma empresa vidreira, a partir dos 11 anos, trabalhou nos CTT, transferiu-se para um hotel em S. Pedro de Moel, por pouco tempo, e acabou por ser integrado no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira (STIV), precisamente o local que os vidreiros pretendiam reabrir após o seu encerramento pouco antes do 18 de Janeiro de 1934. É militante do PCP desde 1974. Marrazes foi um dos homens que mais escreveu na imprensa sobre a ação insurrecional e a sua principal fonte foi Manuel Baridó, um dos participantes no movimento. Garante que nunca foi incentivado pelo seu partido a escrever sobre o 18 de Janeiro mas recebeu elogios de vários setores da sociedade marinhense pelos textos que escreveu sobre o tema. Está aposentado, dedica o seu tempo à escrita na imprensa local e regional, e a um livro sobre os animais abandonados e as suas vivências com este flagelo. É casado, pai de dois filhos.

O político lembrou que “a educação é a empresa mais difícil, mais complexa e dispendiosa da sociedade, mas, ao mesmo tempo, a mais nobre, a mais fecunda, a mais reprodutiva”.

No início do ano o jornal lançou um concurso aos leitores: «Quem souber responda, se quiser!». O «Noticiário» continua a ter presença permanente no semanário. Naturalmente que as referências ao *18 de Janeiro de 1934* não existem. Resta saber se este «apagão» se fica a dever ao correspondente ou a limitações editoriais. José Martins lembra, na edição de 2 de junho de 1960, que o diretor do *Região de Leiria* “tem, como é lógico, o direito de publicar o que entender acerca de qualquer assunto”.

Na edição de 9 de junho, «A Voz da Marinha Grande» faz uma alusão à visita do Presidente da República ao Pinhal de Leiria. Mas o grande tema do ano é sem dúvida o concurso lançado no início de 1960 e que se prolonga até ao verão. A partir de então o noticiário é habitual mas sem a dinâmica de números anteriores. A página passa por uma fase de maior apagamento informativo.

1961 não traz nada de novo. É por esta altura que se junta ao corpo redatorial de «A Voz da Marinha Grande» um jovem colaborador, Vergílio de Lemos, que passa a assinar vários trabalhos. Será ele, com José Martins, que em 1963 fundarão o *Jornal da Marinha Grande*.

Na edição de 8 de junho, o jornal apresenta-se com uma facha negra no cabeçalho, em sinal de luto pela morte de Vítor Galo. O jornal diz que “a Marinha Grande perdeu um dos seus mais preclaros e prestimosos filhos”.

O antigo presidente da Câmara da Marinha Grande seria homenageado em 29 de julho, no Teatro Stephens. À medida que o final do ano vai chegando notam-se algumas melhorias no conteúdo do jornal, o que se se pode explicar pela quantidade e qualidade do corpo redatorial.

Em 1962, «A Voz da Marinha Grande» continua o seu percurso com José Martins a liderar o contingente de colaboradores e é a partir daqui que se começará a definir a estrutura do futuro *Jornal da Marinha Grande*. De Lemos e Gustavo Barosa são apenas dois dos futuros colaboradores do semanário marinhense, que se fundará no ano seguinte.

Neste início do ano, o redator-correspondente mostra-se muito ativo, assinando várias peças. Como seria de esperar não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. O jornal deixará de contar com a colaboração de José Martins em 20 de abril de 1962.

O jornalista explica em carta enviada ao diretor do *Região de Leiria* que “o meu dever é, pois, abandonar esta Página, para, como disse, não trair a verdade”. Esta posição está naturalmente relacionada com a criação do *Jornal da Marinha Grande*. O lugar será ocupado por Vergílio Oliveira de Lemos.

1963 é o ano da fundação do *Jornal da Marinha Grande* e, em janeiro, ainda Vergílio de Lemos ocupa o cargo de redator-correspondente. Admite-se que nesta altura já se estaria a desenvolver o projeto na Marinha Grande, liderado por José Martins. Mais tarde, Lemos juntar-se-á à equipa do semanário marinhense.

Em 12 de janeiro, «A Voz da Marinha Grande» publica uma «Carta dum soldado» na qual Joaquim Marques Nobre faz uma declaração de amor através de uma missiva impregnada de intenção, terminando assim: “adeus, meu amor, e que Deus te proteja e te faça feliz - tão feliz como eu desejaria ser, se pudesse. E lembra-te, de vez em quando, se acaso não é pedir muito, dum coração que muito te ama”. São as consequências da guerra colonial e as separações que provocaram ao longo de anos.

No primeiro mês do ano volta a não haver qualquer referência do *18 de Janeiro de 1934*. Menções - e muitas - existem ao Atlético Clube Marinhense e aos seus feitos no futebol, tal como o basquetebol e a participação do Sporting Clube Marinhense no Campeonato Nacional da 1ª Divisão.

O teatro tem igualmente destaque no jornal. Todavia, o diretor do *Região de Leiria* comunica aos leitores em 4 de maio de 1963 que tem recebido queixas da “absoluta ausência de notícias e assuntos locais e do concelho”. Assim, Vergílio de Lemos esclarece no número seguinte: “retiro-me de cabeça erguida”.

Em 18 de maio o jornal escreve sobre “o aumento de salários para os vidreiros”, tema a que voltará no número seguinte. Na edição do dia 25 de maio anuncia que José Órfão Franco será o novo redator-correspondente.

Em 1 de junho de 1963, precisamente o dia da fundação do *Jornal da Marinha Grande*, regressa o célebre «Noticiário» e verifica-se, a partir de então, alguma preocupação em trazer ao jornal assuntos de índole local. Era uma tentativa de combater o concorrente que acabara de dar à estampa, liderado por antigos redatores-correspondentes.

«A Voz da Marinha Grande» acabará por surgir com um novo cabeçalho em 24 de agosto de 1963 e com dois redatores-correspondentes: Américo Guerra Nobre e Emídio da Silva.

Surge a «Ronda pelos lugares do nosso Concelho», que pretende mostrar aquilo que se faz nos povoados em redor da vila. Os «Reparos na Nossa Terra» têm igualmente lugar de destaque, tal como o futebol.

Na edição de 14 de dezembro, o jornal lança uma farpa à concorrência, em artigo intitulado «Para bom entendedor»: “fazer uma transcrição procurando em outros jornais os artigos de melhor agrado, e que no ânimo do leitor caíam bem, isso então ainda mais fácil se torna”.

O ano de 1964 inicia-se com uma reportagem sobre a “Assinatura do Novo Contrato de Trabalho, uma aspiração há muito existente, mas agora satisfeita” aos operários vidreiros.

Ao longo do ano são uma constante os «Reparos na Nossa Terra», o desporto e as notícias dos lugares do concelho. Em 22 de agosto é anunciada a construção da piscina de S. Pedro de Moel.

A atividade cultural tem igualmente relevância no jornal.

Na edição de 17 de outubro, «A Voz da Marinha Grande» dá destaque à visita do Presidente da República ao concelho. Na edição seguinte o jornal diz que «Vinte e cinco de Outubro de 1964 - Uma página nova na história do nosso Concelho».

Em 31 de outubro, o semanário fala em «Apoteótica recepção do Venerando Chefe de Estado». Até ao final do ano não existem outros destaques de relevo.

No início de 1965 volta a não existir qualquer alusão ao movimento insurrecional de *18 de Janeiro de 1934*.

O redator-correspondente, Américo Guerra Nobre, opta por temas tão diversificados como o desporto, pequenos reparos, falecimentos e a poesia. Numa ou outra edição temas mais diversificados.

Em 20 de fevereiro, a «Hora da Saudade em Marinha Grande». Tratou-se da gravação das mensagens dirigidas aos soldados marinhenses em serviço no Ultramar, “acto que se revestiu dum ambiente de ternura e muita emoção”.

Em 27 de março é anunciada a construção de um pavilhão de desportos a construir na Embra - Marinha Grande.

Trata-se de um investimento que terá uma enorme importância para o desporto local, já que o Sporting Clube Marinhense terá ali momentos de glória, não só no basquetebol como mais tarde no hóquei em patins e na patinagem artística. Ao contrário dos jornais afetos à Igreja, o semanário leiriense dá destaque ao desporto.

Na edição de 8 de maio de 1965, «A Voz da Marinha Grande» faz eco da homenagem a uma das mais ilustres figuras da terra, apesar de não ser dali natural: Acácio Calazans Duarte. Todavia, o jornal lamenta não ter sido convidado e só ter tido conhecimento da iniciativa através da imprensa nacional.

O jornal leiriense cita a peça publicada no *Diário de Lisboa*, na qual é referido que Calazans Duarte foi nomeado cidadão honorário e dado o seu nome ao largo fronteiro à então Escola Industrial e Comercial, hoje Escola Secundária Eng. Acácio Calazans Duarte. Pode ainda ler-se: “Calazans Duarte tomou conta da fábrica ao cabo de uma serie de ruinosas administrações particulares, que prejudicaram o Estado e lançaram o nosso principal centro vidreiro em perigosas agitações sociais. Tudo se modificou desde então”. O semanário escreve ainda: “Tantas vezes - e foram tantas! - sentiu o travo da amargura e soube, como ninguém, evitar catástrofes que podiam fazer ruir o património que lhe fora confiado, baluarte que garantiu a fábrica-mãe, mestra e relicário que tantos artistas tem dado à indústria vidreira”.

Em 29 de maio, o jornal publica um convite ao povo do Concelho da Marinha Grande para a visita do Ministro do Interior, das Obras Públicas e das Corporações. A vinda do membro do governo à vila relaciona-se com a inauguração do Parque Heróis do Ultramar e o Busto de Victor Gallo. Ocorreu em 5 de junho. Na edição seguinte, «A Voz da Marinha Grande» dá um grande destaque à visita.

Em 4 de setembro, o semanário leiriense fala da justa homenagem ao Presidente da Câmara Municipal, Adriano Marques Roldão, prestada pelo povo marinhense.

A ronda pelos lugares e pelas coletividades tem quase sempre destaque no jornal.

Em 16 de outubro, «A Voz da Marinha Grande» faz eco da visita do Ministro das Obras Públicas ao concelho.

No arranque de 1966 o jornal não apresenta nada de novo. Os temas repetem-se número após número, situação à qual não será alheio o facto do correspondente se manter em funções. No mês de janeiro não há qualquer alusão ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 5 de fevereiro fala-se da noite de teatro em Casal Galego e do jantar de confraternização do Sport Operário Marinhense.

Em 19 de fevereiro, «Mais algumas considerações sobre Teatro». Na edição de 28 de maio, «Teatro - E voltamos ao mesmo». O redator-correspondente volta ao assunto do «Teatro» em 4 de junho, data em que é publicado um texto sobre a comemoração do 40º

aniversário da Revolução Nacional. Este acontecimento foi, aliás, assinalado com pompa na localidade da Marinha Grande, tal como aconteceu em todo o país.

Na vila vidreira assistiu-se à inauguração da Av. Vítor Gallo e de duas praças com a presença do Subsecretário de Estado das Obras Públicas e de todas as coletividades do concelho. O membro do governo afirmou na vinda que “muito se realizou mas muito há que realizar para satisfazer as crescentes necessidades do seu desenvolvimento económico e social”.

Na edição de 3 de dezembro é publicada a reportagem da inauguração do Pavilhão Gimnodesportivo do Sporting Clube Marinhense, que ocorreu em 28 de novembro.

O ano de 1967 abre com a visita do Ministro das Obras Públicas à Marinha Grande - edição de 21 de janeiro. Ocorreu em 14 de janeiro e teve como objetivo a inauguração do pavilhão de chá localizado no Parque Heróis do Ultramar. Nesta mesma edição, a habitual ronda pelas coletividades.

As comemorações de aniversário do Sport Operário Marinhense têm igualmente sempre algum destaque nas edições de janeiro e fevereiro de «A Voz da Marinha Grande». Trata-se de uma importante coletividade da terra, pela sua atividade cultural.

A inauguração da Piscina Oceânica em S. Pedro de Moel pelo Presidente da República, em 1 de junho, é um tema em destaque no semanário na edição do dia 3. Em 8 de julho de 1967 é notícia a inauguração do Campo Albano Tomé Fêreira, em Vieira de Leiria. «Pequenos Reparos» e «Pelas Colectividades» são as principais secções do jornal, às quais se junta pelo menos a crónica de um jogo de futebol por semana ou uma notícia de desporto.

O ano de 1968 não traz grandes novidades. Escusado será dizer que sobre a temática desta tese nem uma palavra.

Em 23 de março, Américo Nobre afirma que “tanto tenho falado sobre teatro que, com franqueza, afirmo estar saturado de o fazer”. Ao longo do ano, o correspondente publicará alguns textos de opinião sobre o tema e dará destaque às questões da saúde enquanto “um bem a defender”.

Em 29 de junho, «A Voz da Marinha Grande» noticia que o Ministro do Interior estará na vila para inaugurar o novo edifício dos Paços do Concelho e a Estação Depuradora de Esgotos. Até ao final do ano o jornal mantém a sua linha editorial sem grandes temas em destaque.

Em 1969, as primeiras edições do novo ano começam com muito desporto. E este mantém-se ao longo das semanas, na companhia de alguns artigos sobre as coletividades e os habituais reparos.

Publicidade, sempre pouca, salvo uma ou outra exceção. Os falecimentos têm igualmente lugar na página do semanário leiriense, tal como os poemas. O teatro, esse, nunca deixou de ser notícia, pelo contrário!

Em 17 de maio, «A Voz da Marinha Grande» apresenta «Notas sobre um momentoso assunto que aflige a Marinha Grande». O jornal confirma que há “despedimentos nas Fábricas”.

Já em 14 de junho, o periódico questiona: «Quem acode às ruas da nossa Terra?». O jornal refere-se ao aumento do número de veículos em circulação na vila. Os duzentos anos da FEIS não passaram despercebidos ao jornal, que faz uma referência ao almoço de confraternização que reuniu os 750 trabalhadores da empresa vidreira. Este tema terá sequência nas edições seguintes já que as comemorações continuaram até ao final de 1969.

Na edição de 15 de novembro, o jornal cita Calazans Duarte, que não esqueceu “os conflitos sem conta em que me vi envolvido, as angústias provocadas pela falta de dinheiro, que tantas vezes me assaltaram, algumas resolvidas por nelas ter empenhado a minha responsabilidade pessoal”.

O ano de 1970 abre com «Artigos de Vidros Portugueses no Mercado Britânico», em 3 de janeiro, e na edição seguinte é noticiado que «Foi pelos ares a bancada do Campo da Portela». Américo Guerra Nobre, que continua a ser o redator-correspondente, dá destaque à vida associativa e ao desporto.

Claro que a visita do Chefe de Estado à Marinha Grande, onde presidiu ao encerramento das comemorações do II Centenário da FEIS, não passa despercebida ao jornal.

Em 6 de junho, o semanário dá conta do falecimento de Calazans Duarte e, ao lado, aborda a homenagem a Nery Capucho. Ainda no topo da página, a posse de novo Vice-Presidente da Câmara Municipal da vila.

Ao longo do ano vão surgindo pequenos reparos mas o estado de saúde do correspondente leva a que este não tenha a regular colaboração. Na edição de 29 de agosto o jornal informa a melhoria de saúde de Américo Guerra Nobre.

Em 24 de outubro «A Voz da Marinha Grande» comunica o falecimento do redator-correspondente, Américo Guerra Nobre. Contava 57 anos e o coração não aguentou.

O jornal escreve:

“Apreciado autor teatral, de pelo menos 1 drama e 1 comédia ao que sabemos, e notável e dedicado encenador, andava ultimamente a ensaiar uma peça no Sport Império Marinhense, pelo que o seu desaparecimento tão repentino vai constituir uma perda, difícil de substituir, para o Teatro marinhense”.

Na edição de 14 de novembro surge a «Homenagem póstuma». Apesar do desaparecimento, António Soares Pinto, que assina o artigo, diz que “ele vive nas páginas deste Jornal, no Teatro, nos recintos desportivos, na sã moral”.

«A Voz da Marinha Grande» revela na edição de 21 de novembro que Américo Guerra Nobre passou a ser “Sócio Honorário, a título póstumo, da Sociedade Desportiva Recreativa Garcense”. Ainda nesta edição, Rui Nobre, que passará a ser o correspondente do jornal, publica as “derradeiras homenagens à memória de meu Pai”, publicando dois poemas. É nesta edição que o jornal anuncia a *sucessão* de pai para filho, passando este a figurar no cabeçalho como redator-correspondente. No essencial, nota-se que a página dedicada à Marinha Grande mantém a mesma linha editorial, as mesmas rubricas, o futebol sempre presente, tal como os falecimentos.

Na primeira edição de 1971, no dia 2 de janeiro, «A Voz da Marinha Grande» escreve sobre o «75º Aniversário da Fábrica Ricardo dos Santos Gallo, Filho, Limitada». Ao lado o desporto e no canto superior direito a “Festa de Natal da Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande”. Em baixo os falecimentos e publicidade.

A edição de 16 de janeiro é quase toda ela dedicada ao desporto e ao movimento associativo. Os falecimentos estão sempre presentes. Nestas primeiras edições de 1971 surge uma rubrica intitulada «Pequenos reparos», muito associada a problemas nos lugares do concelho. O desporto é uma constante. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra.

Em 13 de março, «A Voz da Marinha Grande» anuncia que “quatro mil operários beneficiados pelo novo contrato dos vidreiros”. E tal como nas edições anteriores, a página dedicada ao concelho é muito textual e nada fotográfica. Aliás, esta é uma particularidade gráfica de todo o jornal.

Na página dedicada à Marinha Grande nota-se alguma irreverência do correspondente, que por vezes surge com novas secções, tais como «Consta-nos que...», «Apontamento», «Observando» ou «Divagando».



Os «Pequenos reparos» surgem igualmente com alguma frequência. Agosto é um mês menos bom para a informação, devido às férias, e o jornal aproveita para publicar textos de desporto.

Em dezembro, «A Voz da Marinha Grande» faz uma pequena referência à inauguração da nova igreja da Marinha Grande e mantém a linha seguida ao longo do ano, com pequenos apontamentos da vida associativa e desportiva.

A componente política não tem grande destaque no jornal, ao contrário do que sucede no *Jornal da Marinha Grande* e *O Correio*, como se observará quando nos debruçarmos sobre estes jornais.

Em 1972 o jornal inicia o ano com um texto sobre “A criança e o Desporto”. Ao lado a vitória do AC Marinhense sobre o Sp. Covilhã.

O atletismo e automobilismo compõem a página dedicada à vila. Aliás, o desporto é uma constante ao longo do ano, quer seja futebol, quer seja basquetebol ou outra modalidade. A vida associativa faz igualmente parte integrante do espaço dedicado à Marinha Grande. As carências dos lugares fazem também parte do alinhamento informativo.

Sobre o *18 de Janeiro de 1934* é que nada... Já os falecimentos têm lugar cativo em «A Voz da Marinha Grande».

As primeiras edições de 1973 não são muito diferentes das de anos anteriores.

Rui Martins Nobre continua a apostar no futebol e na vida associativa. Neste caso, publica as datas dos jantares de aniversário de clubes e coletividades e a composição dos órgãos sociais de associações concelhias<sup>215</sup>. Por vezes faz apontamentos sobre o que vai menos bem na vila. Os falecimentos são um espaço sempre presente na página, dando assim a conhecer aos leitores quem partiu da vida terrena.

Ainda hoje este é um conteúdo com impacto local pois é através dos jornais que muitos têm conhecimento da necrologia. Para não variar, em 1973 o jornal não faz qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. Vejamos, agora, como «A Voz da Marinha Grande» se comporta na passagem da censura à liberdade. Os primeiros meses são ainda vividos sob a orientação política do antigo regime.

Na edição de 5 de janeiro de 1974, o redator-correspondente mantém a mesma linha que vinha seguindo: futebol, falecimentos, pequenos apontamentos... Nada de novo.

---

<sup>215</sup> Ainda hoje existem dezenas de coletividades no ativo no concelho da Marinha Grande. Os dados mais recentes apontam para cerca de uma centena.

Em 20 de abril de 1974 a página da Marinha Grande é ocupada com a vitória do ACM em Sesimbra, uma exposição de livros, teatro e um roubo de eletrodomésticos.

Em 27 de abril de novo o futebol, os falecimentos, um casamento e o aniversário da SIR 1º de Maio.

O *Região de Leiria* só em 6 de maio de 1974 aborda a nova era em que o país e a região tinham entrado. «A Voz da Marinha Grande» publica, nesta edição, dois textos do *Jornal de Notícias* de 28 de abril sobre a queda do fascismo, um dos quais fala da «Reunião do dia 27» na Praça Stephens da Marinha Grande, onde “uma enorme multidão calculada em cerca de 25 mil pessoas, empunhando cartazes, não só daquela vila mas também de Leiria e de outras localidades, para uma manifestação de apoio promovida por candidatos da C.D.E. de Leiria”. O periódico acrescenta que “ao ser conhecida a ideia da concentração, o comércio e os estabelecimentos fabris daquela vila, com exceção de uma fábrica, encerraram da parte da tarde”, que o 25 de Abril de 1974 “vai ficar como um marco importante na história política do nosso país” e que “o povo viveu emocionado este importante acto das Forças Armadas- essas mesmas Forças Armadas que ele acusava, com razão, de ter apoiado desde sempre o regime vigente”.

Ainda na edição de 4 de maio é curiosa a publicação de um texto assinado por António Martins no qual este “declara que não é nem nunca foi da PIDE”. Presume-se que com a queda do regime, na vila, abriu uma espécie de «caça às bruxas».

«A Voz da Marinha Grande» não sofre grandes alterações no conteúdo. Porém, são notórias notícias sobre a euforia que se gerou em torno do regresso à liberdade. Um desses exemplos foi o comício que o PCP promoveu na Marinha Grande.

Falaram Maria da Piedade, José Gomes, Afonso Gregório - irmão de José Gregório - e Manuel Baridó. Recorde-se que estes dois últimos participaram ativamente no *18 de Janeiro de 1934*. O correspondente do jornal não cita nenhum dos oradores mas é muito provável que neste comício a ação insurreccional tivesse sido referenciada.

O jornal anuncia em 20 de julho que Mário Soares, líder do PS, estará na Marinha Grande no dia 26, onde participará num comício. Manuel Alegre também marcará presença.

Antes do final do ano, as decisões da autarquia começam a figurar na página dedicada à vila marinhense.

O ano de 1975 abre com uma notícia sobre o programa das comemorações da «Insurreição de 18 de Janeiro de 1934».

Em 4 de janeiro (nº 1927), «A Voz da Marinha Grande» publica um texto assinado pela Comissão Concelhia da Marinha Grande do PCP:

“A exploração desenfreada das classes trabalhadoras, a mais violenta repressão, o desemprego e a recente fascização dos Sindicatos, tornavam insuportável a vida dos trabalhadores portugueses.

Contra tal situação, há algum tempo que os operários se vinham manifestando. A não resolução dos seus problemas mais prementes, a impossibilidade de os solucionar, de imediato, por outros meios, leva a que se vá arreigando a ideia de que só a revolução armada seria a solução.

Perante o conhecimento de que se iria processar um movimento insurreccional à escala nacional para o dia 18 de Janeiro, a organização local do Partido Comunista Português nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento.”

Depois explica o que ocorreu naquela madrugada e manhã:

“Na noite de 17 para 18 de Janeiro de 1934, brigadas de operários cortam as ligações telefónicas, obstruem as estradas e a via férrea, assaltam e tomam o Correio e o posto da G.N.R e reabrem o Sindicato, tomando assim conta da vila, e preparam a nomeação de um comité para defender e dirigir a insurreição.

Esta foi acolhida com manifestações de alegria por toda a gente trabalhadora, mas depressa foi abafada pelo terror das forças repressivas que, de manhã, chegaram de Leiria. Tentou-se a organização da resistência, mas as forças inimigas eram consideravelmente superiores, A insurreição abortou.”

O PCP explica ainda as razões para o fracasso:

“Independentemente do facto de não terem sido criadas as condições subjectivas à escala local e nacional, sem as quais seria impossível uma vitória, independentemente do erro de análise das condições necessárias para o triunfo do movimento, independentemente das condições putchistas de que enfermava então o movimento operário português e as próprias organizações do Partido, a insurreição constitui um marco inapagável da luta da classe operária contra o fascismo, à frente da qual se encontravam homens como José Gregório, António Guerra e Manuel Esteves de Carvalho (o Manecas), entre outros.”

O momento alto das comemorações é a presença de Álvaro Cunhal num comício no Pavilhão da Embra, na Marinha Grande.

Nas edições de 11 e 18 de janeiro não há qualquer alusão ao movimento. Só em 25 de janeiro 1975 é que o semanário volta ao assunto com uma peça intitulada «Aniversário do 18 de Janeiro».

O jornal revela que “não podendo o redactor-correspondente de «A Voz da Marinha Grande» ter estado presente nas comemorações do «18 de Janeiro», realizadas na Marinha Grande, transcreve-se com a devida vénia do «Diário de Lisboa», de 20 de janeiro de 75.

O discurso do líder comunista é muito virado para as questões nacionais, tais como a unidade sindical e as eleições para a Assembleia Constituinte, e não tanto para o movimento revolucionário. Na edição de 1 de fevereiro o jornal não aborda a temática da ação insurrecional mas fala nos cinco mil trabalhadores que estão em causa e que o “Governo tenta reorganizar a indústria da Cristalaria que atravessa grave crise”. Aliás, nas semanas seguintes, Rui Martins Nobre, o redator-correspondente, não volta a abordar o assunto.

Ao longo do ano, o semanário opta por publicar as súmulas das reuniões de câmara, os problemas da indústria vidreira, os jogos do AC Marinhense, a ronda pelas coletividades, os falecimentos, a cultura, a pesca desportiva, as eleições nacionais de 1975 em que o PS ganha com 6911 votos contra os 5009 do PCP, 1681 do PPD e os 270 do CDS<sup>216</sup>... e publicidade.

O jornal dá ainda destaque ao atentado à bomba que se verificou na Marinha Grande em 22 de Setembro, no centro da cidade: “em virtude da proximidade deste, atribui-se o atentado como sendo contra o referido Centro de Trabalho” do PCP<sup>217</sup>.

Em 1976 não há qualquer alusão ao movimento nas primeiras edições. Apenas em 24 de janeiro é que o jornal aborda o tema, ao publicar um texto da edição do dia 19 do jornal *A Capital* de 19.01.1976:

“Ao som de canções revolucionárias e do estalejar de foguetes, a Marinha Grande comemorou ontem o 42.º aniversário do «18 de Janeiro», levantamento armado dos operários da zona, contra a fascização dos sindicatos. (...) «Contra o aumento do custo de vida», «Liberdade de informação» e «Liberdades sindicais» eram algumas das inscrições das inúmeras faixas de pano que engalanavam as ruas juntamente com cartazes e bandeirinhas vermelhas e verdes.”

«A luta continua» foi a palavra de ordem mais gritada no decorrer do comício.

Nesta edição de 24 de janeiro de 1976, «A Voz da Marinha Grande» publica ainda excertos de dois jornais nacionais numa pequena coluna intitulada «Dos jornais»: “«O 18 de Janeiro foi obra da C.G.T., dos militantes anarco-sindicalistas e confederais que, vencidos, arrostaram anos e anos de sofrimentos, prisões e deportações»”, afirma a Federação Anarquista da Região Portuguesa (Secção da Federação Anarquista Ibérica) num comunicado emitido «para repor a boa verdade da história».

---

<sup>216</sup> É interessante observar que em eleições locais esta votação não anda muito longe da que se verifica três décadas depois. O PS e o PCP continuam a ser os partidos hegemónicos no concelho, representando mais de metade do eleitorado.

<sup>217</sup> Fala-se, à boca pequena, na Marinha Grande, que na origem do atentado esteve um militante do PCP. Todavia, a acção foi reivindicada pelo ELP - Exército de Libertação Português, através de um telefonema anónimo.

A F.A.R.P. declara: «Uma vez mais, o Partido Comunista e as suas correias de transmissão procuram agora reivindicar, em socorro do seu abalado prestígio, essa luta que, na altura, sabotaram e classificaram desprezivelmente de «anarquizada violenta», segundo as próprias palavras de Bento Gonçalves, então seu secretário-geral.» (De «A Capital», de 19/1/76)».

Nas edições que se seguirão o movimento insurrecional não voltará a ser notícia, optando o correspondente, Rui Martins Nobre, por manter a mesma linha informativa: súmula das deliberações camarárias, a vida associativa, o futebol, o teatro, os falecimentos e anúncios publicitários.

Pontualmente aborda temas da freguesia de Vieira de Leiria. No final do ano começa a ganhar destaque a rubrica «Ronda pelas colectividades». O jornal não esquece as eleições locais de dezembro nas quais o PS venceu no concelho, com 5828 votos, seguido da FEPU (5326) e do PPD/PSD (1442).

A rubrica «Ronda pelas Colectividades», assinada por Rui Nobre e Mário Jorge, mantém-se no início de 1977, ano em que o jornal não aborda o *18 de Janeiro de 1934*. Nem uma linha.

O futebol mantém-se entre os conteúdos de «A Voz da Marinha Grande», tal como a vida associativa, o desporto, os falecimentos e a publicidade. O futebol assume um destaque tal que, em algumas edições, ocupa boa parte da página dedicada à Marinha Grande. Também as deliberações camarárias têm lugar no semanário leiriense.

Em 1977, as comemorações do 25 de abril na Marinha Grande não passam despercebidas ao correspondente, nem o 1º de maio. Até ao final do ano o jornal limita-se a publicar pequenos apontamentos sobre a vila vidreira, sem grande relevo político. A exceção é mesmo a atividade camarária.

Em 1978, «A Voz da Marinha Grande» volta a não falar sobre a passagem de mais um aniversário do *18 de Janeiro de 1934*, mas aborda o tema na edição de 18 de março, aludindo à edificação do monumento aos combatentes da ação insurrecional. Esta iniciativa foi desencadeada por um grupo de anti-fascistas, que propôs à autarquia a cedência da praça da Av. do Vidreiro “para a construção do citado monumento”.

Para isso apela a todas as organizações populares de base “para que dêem o seu apoio financeiro e aderência pública, a esta comissão”. Nas semanas seguintes não há qualquer referência nem ao monumento nem ao movimento.

No ano de 1979, «A Voz da Marinha Grande» volta a não falar sobre o *18 de Janeiro de 1934*. É estranho que o jornal não escreva uma única linha sobre o assunto, sobretudo porque tinha um correspondente na Marinha Grande, o que não sucedia, por exemplo, com os jornais da igreja.

O jornal continua a publicar as crónicas dos jogos do AC Marinhense nos campeonatos nacionais, outras modalidades desportivas, a vida cultural e associativa, os falecimentos e pequenos anúncios.

As comemorações do 25 de Abril e do 1º de Maio, na Marinha Grande, não passam ao lado do redator, embora com pequenas peças. O resumo das reuniões camarárias faz igualmente parte do alinhamento do jornal. Apesar de ter um correspondente na vila, o atentado mortal ocorrido na Marinha Grande contra um ex-militante do PRP, José Manuel Plácido, é publicado com base num artigo do *Jornal de Notícias* de 16 de novembro. «A Voz da Marinha Grande» noticia o atentado na edição de 23 de novembro.

Em 4 de janeiro de 1980, o jornal leiriense continua a dar grande destaque ao desporto e às súmulas das reuniões da Câmara Municipal. Na edição de 18 de janeiro nem uma única palavra sobre o movimento. O destaque vai, mais uma vez, para o desporto. Quando não é o desporto, o jornal destaca a atividade camarária. Aliás, em 1980, semana após semana, «A Voz da Marinha Grande» vai dando cada vez mais enfoque às decisões da autarquia.

Em algumas semanas a página resume-se à súmula das reuniões de Câmara, ao desporto e pouco mais. Os pequenos anúncios também fazem parte integrante da página. Em várias edições o semanário destaca os méritos do árbitro marinhense António Garrido.

Em 31 de outubro, «A Voz da Marinha Grande» fala do «Museu do Vidro», uma velha aspiração dos marinhenses, que ainda demoraria uns anos a ser uma realidade.

Mas há décadas que se vinha reivindicando este equipamento, que perpetuasse a história do vidro e da própria Marinha Grande.

Na edição de 28 de novembro de 1980 pode ler-se que vai ser erigida uma «Estátua para a Avenida do Vidreiro». O jornal escreve:

“Atendendo à pobreza da nossa terra em monumentos e de motivos que simbolizam os nossos artistas vidreiros, a sua arte e destreza. E como também nenhum monumento se ergueu neste concelho, a mostrar aos visitantes a importância da actividade vidreira aqui desenvolvida ao longo de séculos pelos nossos conterrâneos, com arte que sempre ombreou com os melhores artistas de todo o mundo, a Câmara deliberou que se diligencie a recolha de propostas de artistas interessados na feitura de uma estátua que simbolize o artista vidreiro”.

O ano de 1981 volta a não trazer novidades sobre o *18 de Janeiro de 1934*. Nem uma referência. Nem nas edições anteriores nem nas posteriores à data histórica. As atividades camarária e o desporto continuam a ser os destaques principais. Em muitas edições o jornal publica as principais decisões tomadas nas reuniões de Câmara. É este o tema mais publicado no jornal neste ano. Também a publicidade cresce e muitas vezes ocupa cerca de meia página de «A Voz da Marinha Grande». O futebol tem igualmente presença constante. Nota-se alguma irregularidade nas contribuições do redator-correspondente, Rui Martins Nobre, já que em algumas semanas as colaborações são escassas.

Em 1982 o jornal continua na senda das edições passadas, o que é natural, pois o correspondente mantém-se. Em 1 de janeiro o destaque vai para o futebol e, ao lado, o excerto da reunião de Câmara de 15 de dezembro de 1981.

Na edição seguinte o mesmo destaque editorial, além de uma notícia de que um “disparo accidental mata jovem militante comunista”.

É na edição de 15 de janeiro de 1982 que «A Voz da Marinha Grande» volta ao tema do *18 de Janeiro de 1934*, aludindo às comemorações que ocorrerão na vila. O jornal identifica as “iniciativas das comemorações deste ano”.

Uma semana depois, o jornal dá um amplo destaque aos «Acontecimentos na Marinha Grande», com três peças, duas retiradas do *Jornal de Notícias* e *Diário de Lisboa* e uma outra assinada pela Secção do PS da Marinha Grande. No JN diz-se que “elementos do PCP agridem manifestantes socialistas”. No DL fala-se igualmente dos incidentes na Marinha Grande. O PS, por seu turno, questiona se “o PCP tenta impor lei marcial na Marinha Grande?”.

Na edição de 29 de janeiro de 1982 o jornal regressa aos temas habituais: a atividade camarária, o futebol, o hóquei em patins e, claro, os anúncios publicitários.

Em 5 de fevereiro mais do mesmo, além de uma notícia do JN na qual é feita referência a um «Saco com 5400 contos levado por grupo armado». O dinheiro destinava-se ao pagamento de salários de uma empresa local.

Destaque ainda, em 1982, para as eleições autárquicas de dezembro, que deram a vitória à APU com maioria absoluta (4 mandatos contra os 2 do PS e 1 do PSD). É eleito presidente o comunista João Barros Duarte. Em 1983, «A Voz da Marinha Grande» abre o ano com uma longa peça sobre o Natal dos Reformados da Marinha Grande e alude à tomada de posse dos novos órgãos autárquicos, temas que repete na edição seguinte.

A vida associativa e cultural da vila continua a merecer a atenção do redator-correspondente, bem como as decisões camarárias. O jornal, neste período, não faz qualquer referência ao movimento insurrecional.

Em 16 de dezembro de 1983 o jornal publica um texto muito interessante, denominado «Reminiscências», assinado por Edmundo Órfão, que aborda a Marinha Grande dos anos 30:

“A Marinha Grande, na longínqua década de 30, circunscrevia-se a um círculo habitacional prometedor.

A Fábrica Stephens era a sua maior e mais conceituada indústria. Do seu «ventre» fecundaram e proliferaram titubeantes, a Fábrica Nova, Santos Barosa, Ricardo Galo, Guilherme Roldão, Fábrica Marquês de Pombal, Fábrica do Armindo (mais tarde Emílio Galo) José Custódio, Joaquim Ferreira, José Morais Matias, colegas que foram e se formaram na sua cátedra.

Na Praça e nos anexos da Fábrica Velha, distinguia-se a Escola Industrial e o Teatro, glórias de uma época esquecida”.

Na última edição do ano - nº 2396 de 30 de dezembro - o *18 de Janeiro* é tema na página dedicada à vila: “A Câmara Municipal da Marinha Grande vai associar-se às comemorações do «18 de Janeiro» a levar a efeito nesta vila. Com o intuito de as comemorações que assinalam o 50º aniversário do célebre movimento operário, atingirem maior relevância, o executivo deliberou por unanimidade solicitar superiormente «para que em 1984 e excepcionalmente, o dia 18 de Janeiro seja considerado de feriado municipal, a par com o já existente»”.

Vejamos como «A Voz da Marinha Grande» tratou o *18 de Janeiro* nas edições de 1984, ano em que o movimento completou meio século.

Na edição de 6 de janeiro aborda-se a «Comemoração do 18 de Janeiro» com uma breve na qual se dá conta das ações que irão decorrer para comemorar a efeméride.

Em 13 de janeiro, «A Voz da Marinha Grande» faz nova referência ao «50.º Aniversário do 18 de Janeiro», publicando o programa do qual se destacam atividades desportivas e culturais. O momento alto é no dia 18, com um comício na Praça do Vidreiro.

Na edição de 20 de janeiro não há qualquer referência ao movimento. «A Voz da Marinha Grande» volta ao assunto na edição do dia 27, com a peça «A celebração do 18 de Janeiro», afirmando que “milhares de Pessoas estiveram presentes na cerimónia de Inauguração do Monumento ao 18 de Janeiro de 1934, no Largo do Vidreiro. No comício que teve lugar no Pavilhão da Embra, falou o dirigente do sindicato dos Vidreiros, José da Cruz Prudêncio que recordou os acontecimentos ocorridos á 50 anos, da sua importância, e da



situação que se vive na indústria vidreira. Condenou a política do actual governo por não tomar medidas no sector vidreiro, o que leva a agravar ainda mais os seus problemas”.

O jornal acrescenta que “interveio também o dirigente sindical Armando Teixeira da Silva, da CGTP, que apontou propostas dos trabalhadores para a reestruturação global da indústria vidreira, Homenageou os combatentes antifascistas que se levantaram contra a ditadura e a fascização dos sindicatos em 18 de Janeiro de 1934, assim como se insurgiu contra a corrupção, as situações irregulares e duvidosas dos abusos dos dinheiros públicos, as dividas do patronato á Previdência a distribuição de créditos para a constituição de bancos privados, afirmando que o movimento sindical lutará também pelas nacionalizações desses bancos”.

O semanário cita ainda a intervenção de Manuel Baridó no cemitério local onde este participante no movimento afirmou que “não só os sobreviventes do 18 de Janeiro mas também a actual geração de trabalhadores portugueses manter-se-ão fiéis ao juramento de levarem até às ultimas consequências os ideais do 18 de Janeiro”.

O jornal informa ainda que foi evocada “a luta, o heroísmo e a coragem dos que participaram no movimento revolucionário da data histórica e o significado do movimento, um testemunho da resistência dos vidreiros que deve constituir recordação para a necessidade histórica de reforçar a unidade de classe operária e de todos os trabalhadores”. Nas edições seguintes não há mais referências ao movimento, nem mesmo nas edições de dezembro.

Observadas as representações no jornal de maior tiragem no distrito de Leiria, atualmente, é tempo de verificar como o *Jornal da Marinha Grande* abordou o tema do *18 de Janeiro de 1934*.

#### **1.4. O sonho de José Martins tornado realidade**

Entre 1963, data da sua fundação, e 1984, são escassas as referências ao *18 de Janeiro de 1934* no único jornal que ainda se publica na Marinha Grande.

Por um lado, os mecanismos de repressão usados pelo regime de Salazar impediram que a imprensa regional e local fizesse eco do assunto até abril de 1974, devido à impiedosa censura.

Por outro, tal facto talvez esteja relacionado com algum esquecimento a que foi votado o movimento insurrecional durante o período do Estado Novo. Poder-se-á afirmar que se tratou de um autêntico «apagão».

Só mesmo depois de 1974 é que o semanário marinhense começa a abordar o assunto, sobretudo nas edições de janeiro, antes e depois do dia 18.

Contudo, é justo referir que as alusões ao *18 de Janeiro de 1934* são escassas e, nalguns casos, com algumas reservas editoriais, pois é de admitir que os autores dos textos tenham uma visão inquinada do acontecimento. Melhor dizendo, ressuscitada que foi a ação insurrecional depois da queda do regime fascista, não seria de esperar que, na Marinha Grande, o jornal local pudesse ir contra a retórica oficial, fundamentalmente a que os dirigentes do PCP começaram a usar, assumindo definitivamente a paternidade da efeméride como obra sua e dos seus mais destacados militantes.

O *Jornal da Marinha Grande* passa onze anos sem fazer qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934* e, em liberdade, limita-se a fazer referência às comemorações, e pouco mais. Claro que o JMG tinha recursos limitados e dificilmente teria possibilidade de fazer investigação mas anos há em que o jornal passa ao lado do assunto, não lhe dando grande relevo editorial.

Não deixa de ser interessante observar a evolução que o semanário passou, as suas dificuldades, a morte do fundador, os problemas financeiros, o amadorismo, a censura sempre atenta, enfim, um processo que os jornais tiveram que vencer para sobreviver.

Na edição nº 1 do jornal, no canto superior direito, um longo artigo intitulado «Gratidão»: “enfim, o sonho que há dezenas de anos se arquitectava, tomou foros de realidade”. O autor do texto destaca ainda José Ferreira Custódio Júnior, fundador do jornal *Autonomia*, e Francisco Correia Moita, fundador do *Jornal da Marinha Grande*.

O Museu do Vidro é outro dos temas chamados à primeira página e uma “Breve conversa com o Sr. Presidente da Câmara” que, “como já lhe é peculiar, nos recebeu com aquela sua simplicidade e amizade, que o têm caracterizado”.

No interior da primeira edição, a página desportiva, a crónica de Picassinos, notícias de Vieira de Leiria, notícias do Ultramar, um poema assinado por José Martins Saraiva e as tradicionais palavras cruzadas. Na última página uma referência a Vitor Gallo: “saúde eterna!”.

Na semana seguinte - 8 de junho de 1963 - o JMG abre com a morte de João XXIII e volta a aflorar a questão do Museu da Indústria Vidreira, com um texto de Carlos Manuel Barosa Santos. No canto superior direito uma alusão à festa no lugar das Trutas e, em baixo, referência ao Rallye «Verde Pino» em S. Pedro de Moel.

No interior, destaque para a vitória do Benfica na Marinha Grande, por 1-3, em jogo da Taça de Portugal.

Há ainda «Brisas do Ultramar», uma rubrica em que são publicados excertos de cartas de soldados do concelho destacados nas colónias portuguesas. Ainda nesta edição, há referências aos lugares de Picassinos e Embra, bem como à freguesia de Vieira de Leiria e ao escritor José Loureiro Botas. Vergílio de Lemos escreve sobre a história da «Vila da Marinha Grande».

O jornal, que apresenta alguma publicidade a estabelecimentos comerciais no seu interior, fecha com «Reparos e sugestões» e informações úteis: os filmes em exibição, as farmácias de serviço, etc. Não há qualquer referência, direta ou indireta, ao *18 de Janeiro de 1934*.

Na edição nº 3 de 15 de junho, nova referência ao Museu da Indústria Vidreira, um anseio dos marinhenses que tardava e que seria uma sala de visitas da Marinha Grande. O jornal homenageia «Marinhenses de vulto» e o destaque vai para o escultor Joaquim Correia. No canto inferior esquerdo «Portugal consagra os seus heróis: Um marinhense de vulto - o Alferes Helder Luciano de Jesus Roldão - condecorado a Título Póstumo, com a medalha de Valor Militar». Em baixo, uma entrevista ao Comandante dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande, Ivo Roldão Barros.

No interior regressa a «Crónica de Picassinos» e uma entrevista ao jogador de futebol do AC Marinhense, Esperança Reis. Na página de desporto há ainda referências ao basquetebol, hóquei em patins e pesca desportiva. Dois terços da página 4 são ocupados com passatempos e o jornal fecha com uma carta assinada por Miluca onde faz referência ao nascimento do JMG, apelidando-a de «Querido Bebé».

Na edição nº 4 de 22 de junho de 1963, o Museu da Indústria Vidreira volta a constar na primeira página. É ainda anunciado o falecimento do “talentoso escritor Viegense” José Loureiro Botas. No miolo notícias de Picassinos, secção desportiva, reparos e sugestões e uma coluna com informação de Vieira de Leiria. Publicidade escassa. Na última página, há «Memórias da Marinha Grande» com informação relevante sobre a vila. É apresentado um quadro com o número de batizados, casamentos e óbitos.

Na edição nº 5 de 29 de junho o jornal dá destaque à principal avenida da então vila cuja construção provocou uma grande “emoção” aos marinhenses, pois “era de premente necessidade”.

A artéria era conhecida por Avenida Nova mas o jornal veio a terriero defender que deveria ser tratada pelo nome, Avenida Vítor Galo, fazendo-se assim justiça ao “homem a quem a ficamos devendo”. Na capa, referência para o Museu do Vidro e para o Contrato Colectivo de Trabalho para a Indústria Vidreira. O jornal faz ainda referência à vinda da RTP à Marinha Grande.

No interior, destaque para o concurso de pesca de S. Pedro de Moel e para o 40º aniversário do Sport Império Marinhense. Esta edição dá um amplo destaque a Loureiro Botas e a Vieira de Leiria.

No nº 6, de 6 de julho, o Contrato Coletivo de Trabalho volta à primeira página, tal como o Museu do Vidro.

O jornal apresenta ainda um artigo sobre a cerâmica moderna e pintura de vidro bem como uma referência ao Grupo Cénico Marinhense.

A capa é completada com uma fotografia de S. Pedro de Moel na rubrica «Imagens da Nossa Terra».

No interior são publicadas «Cartas à Redacção» e prossegue a saga «Memórias da Marinha Grande», da autoria de Joaquim Barosa. No desporto, referência para a pesca desportiva, o hóquei em patins e, claro, o futebol. Na rubrica «Brisas do Ultramar» é publicada uma carta de Viriato, na qual diz que “a não ser Deus, nada nos roubará Angola. Ou então que matar todos, todos os soldados de Portugal porque enquanto um só existir, Angola será Portugal”.

A edição fecha com um artigo sobre as reformas dos vidreiros e um outro a incentivar o apoio aos Bombeiros locais: “vamos mostrar o nosso bairrismo”.

A edição nº 7 de 13 de julho é uma espécie de continuação da edição anterior já que os temas que compõem a primeira página são muito idênticos.

No canto superior direito, o Museu da Indústria Vidreira da Marinha Grande. Em baixo a cerâmica moderna e a pintura de vidro, ao lado a reforma dos operários vidreiros. Em “Imagens da nossa terra”, de novo, S. Pedro de Moel e uma “vista parcial da atraente praia”. Na página 2, Joaquim Barosa assina «Memórias da Marinha Grande», uma peça sobre o lugar da Garcia e a «Carta Encíclica de Sua Santidade João XXIII».

Na página seguinte o desporto, a crónica de Picassinos e um poema. Depois os habituais passatempos, as notícias pessoais, os «Ecos da Embra» e «Marinhenses ilustres», na qual é destacada a figura de José Ferreira Custódio Júnior, falecido em 18.4.1919.

Este número fecha com as «Brisas do Ultramar» e as «Obrigações dos Contribuintes». Nesta edição a publicidade é escassa e volta a não existir qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. Aqui chegados, tornar-se-ia fastidioso descrever todas as edições do jornal, semana após semana, até por que o seu conteúdo versa as mesmas matérias. O semanário era muito sensível à questão do Museu do Vidro, à temática da indústria vidreira, à história da vila, à atividade das associações e dos lugares, às notícias da guerra do Ultramar em que os militares davam os seus testemunhos, assim, partilhavam as suas experiências com a comunidade marinhense. Relativamente ao Museu do Vidro, na edição de 31 de agosto (nº 14), em rodapé, o jornal opta por escrever «Um sonho que deve ser realidade». Este slogan sairá nas edições seguintes com grande destaque.

Na edição nº 21 de 19 de outubro, o *Jornal da Marinha Grande* propõe à Câmara local a criação do *Dia do Soldado Marinhense*, “promovendo uma recepção nos Paços do Concelho a todos os rapazes marinhenses que regressaram do Ultramar e ali lhes manifestar o agradecimento que lhes é devido, envolvendo nele as suas famílias”. O jornal termina dizendo que “a Pátria tem que consagrar e homenagear os seus heróis e a Marinha Grande também é a Pátria”. Sobre os «heróis» do *18 de Janeiro de 1934* nem uma palavra. Aliás, tivesse o movimento revolucionário alguma simpatia entre os responsáveis do jornal e as homenagens poderiam ir mais além do que aos militares.

Na edição de 16 de novembro, o jornal faz referência à “escassês de médicos na Marinha Grande”, um tema que continua atual não só na cidade vidreira como na generalidade do país. No interior, grande destaque para a ida de Raul Solnado à vila com a peça «Vamos contar mentiras».

Em 30 de novembro, o jornal anuncia a morte de José Martins P. da Silva, fundador e um dos dois redatores principais. Para mostrar a dor que se sentia no corpo redatorial, o cabeçalho e os títulos da primeira e da última página passam de verde a preto. Uma decisão que se mantém nos números seguintes, regressando ao habitual poucas semanas depois. Paralelamente ao anúncio do seu falecimento, a direção do jornal decide colocar no cabeçalho o nome de José Martins como fundador. Em artigo assinado por E. Dias Ferreira pode ler-se:

“Não era somente o amigo que desaparecia; era, também, o defensor dos interesses dos marinhenses, daqueles que, por demais pequenos... não tinham possibilidades de chegar onde estava a solução dos seus problemas... quer através do «Região de Leiria», primeiro, de «A Voz do Domingo», depois, e, por último, do «Jornal da Marinha Grande», magnífico porta-voz marinhense de que José Martins foi um dos principais fundadores.”

Na última página, J. Ricardo escreve:

“Morreu José Martins Pereira da Silva, competentíssimo escriturário da IVIMA (Empreza Industrial do Vidro da Marinha) e digno chefe de redacção do Jornal da Marinha Grande. A notícia em toda a sua crueza, vai trazer reflexões desconsoladoras e tristes a todos os que o conheceram e que o administraram. É que o «Jornal da Marinha Grande» perde, com a morte do humilde servo, um dos seus mais preciosos elementos. Pode-se dizer afoitamente que desapareceu um ilustre funcionário e grande Marinhense, dotado da maior nobreza espiritual, cumpridor rigoroso dos seus deveres, lídimo character e profunda inteligência postas completamente ao serviço da sua profissão, deste jornal e da Marinha Grande”.

O lado humano de José Martins é igualmente evocado:

“Pobre, trabalhando todos os dias para ganhar de manhã o pão que havia de comer à noite, ainda repartia largamente com os pobres. Fomos muitas vezes testemunha directa da sua caridade.

Envolto na sua mortalha, o seu despojo querido continua a lembrar uma vida de abnegação, firmeza de character e convicções, de dedicação ao serviço deste jornal, que ele, com o seu estoicismo fundou e tanto amou”.

Num outro texto de opinião, muito sentido, Vergílio Oliveira de Lemos mostra-se muito combalido com a morte do colega de redacção:

“No jornalismo da nossa terra era veterano, era aquele homem incansável, trabalhador, mais dedicado à causa que ninguém e sofrendo os problemas do nosso jornal, do seu jornal, como ninguém. Para ele o «Jornal da Marinha Grande» era um filho muito querido, era o ente por quem ele estaria disposto a dar a vida, assim como deu.

Toda a sua vida, tão precária já nos últimos anos, foi totalmente dedicada ao jornalismo marinhense. Nunca ninguém trabalhou, nem trabalhará pela Marinha Grande como o inesquecível José Martins.

Homem cem por cento cristão, patriota, defensor das causas justas, paladino do Bem e da Verdade”.

Vergílio de Lemos termina dizendo: “descansa em paz, caro «Zé»”. «Repousa lá no céu eternamente. E viva eu cá na terra sempre triste».

Na edição de 14 de dezembro, apenas com 4 páginas, David Martins Soares da Costa escreve um texto de opinião à memória de José Martins Pereira da Silva, do qual se destaca a seguinte passagem: “Morreu a trabalhar, o homem que tanto precisava ser poupado. Tombou à «foiçada», o homem que tanto respeito tinha à «ceifeira». Lá no Céu, junto do Senhor, pede-Lhe que encoraje, agora mais que nunca, os desolados obreiros para que não desfaleçam e a tua obra - que é a deles - perdure pelos anos fora - «Opus artificem probat»<sup>218</sup>”.

---

<sup>218</sup> “A obra revela o seu autor. Pela obra se conhece o obreiro. As obras mostram o que cada um é”, in [http://www.hkocher.info/minha\\_pagina/dicionario/o06.htm](http://www.hkocher.info/minha_pagina/dicionario/o06.htm), consultado em 13 de janeiro de 2015.

Chegados à edição de 18 de janeiro de 1964 (nº 34), nem uma referência ao movimento, que nesta data assinalava o 30º aniversário.

O jornal fala do belo na arquitetura, no direito à emigração e um longo texto sobre «A Carestia da Vida».

Na página 2 um conto, «A bofetada», a «Crónica de Picassinos» e um poema «Em volta do forno», sem qualquer alusão à ação insurrecional de *18 de Janeiro de 1934*.

Na edição de 15 de fevereiro de 1964 (nº 38), o jornal volta a insistir com a Câmara da Marinha Grande para instituir «O dia do soldado Marinhense».

Escreve o JMG: “Nós temos que promover uma festa de homenagem aos soldados marinhenses. Os Paços do Concelho deverão abrir as suas portas para, em sessão pública, se fazer o agradecimento aos «heróis ignorados» que continuaram Portugal”.

Na página 2, o jornal recua no tempo e cita *O Marinhense* de 3 de setembro de 1921, onde existiam problemas graves na Marinha Grande:

“Devido à crise actual, encontram-se encerradas, neste concelho, dez fábricas de vidros! Significa este gravíssimo caso, nada menos do que, centenas de operários reduzidos à inactividade, o que nos deixa antever, um quadro doloroso de miséria. Dez fábricas paralisadas, no momento aflitivo que atravessamos, quando o custo de vida é um horror, é um problema que deve merecer às instâncias superiores a máxima atenção, procurando-se remediar o tremendo mal que se vai agravando dia a dia. Das terríveis crises por que a Marinha Grande tem passado, a actual é a mais dolorosa. Temos ouvido os industriais e os operários. Os primeiros queixam-se de que nada vendem; os segundos não se conformam com tais razões. O Governo que lance os olhos sobre o gravíssimo facto, socorrendo e promovendo a forma mais viável de dar solução à crise, evitando, assim, tremenda calamidade.”

Na edição de 22 de fevereiro de 1964, salta à vista uma carta publicada por Alberto Valente Duarte, destacado na Guiné, na qual escreve: “Nós aqui a lutar nesta longínqua África que é Portugal, e sabendo as notícias que se passam nessa nossa querida terra, até parece que sentimos mais forças para lutar, porque pelo que tenho lido os soldados portugueses não são esquecidos, e isso para nós que andamos aqui com a arma na mão temos que corresponder ao que têm feito por nós aí na metrópole”. Este depoimento demonstra a importância que o *Jornal da Marinha Grande* teve para os soldados espalhados pelas antigas colónias nacionais. Aliás, o jornal, em diversas edições, apresenta as despedidas públicas de militares - e não só - que fazem questão de informar a população em geral sobre a sua partida e cumprimentar os seus amigos e conhecidos. Compreende-se que numa vila de pequena/média dimensão, esta seria uma conduta perfeitamente natural há meio século atrás.

Em 29 de fevereiro (nº 40), o diretor do JMG assina um artigo onde se pode subentender a sua posição sobre as lutas dos trabalhadores. Diamantino André diz que “um trabalhador que apresenta espontaneamente as suas reivindicações e recorre aos organismos responsáveis para ver acautelados os seus interesses ou defendidos os seus direitos, não pode, só por si, ser considerado demagogo. Porém, aqueles que têm a obrigação de o amparar, de o conduzir, de o aconselhar, mas que se envolvem em manobras pouco claras, esses é que subvertem”.

O responsável editorial do JMG conclui: “os inimigos dum regime político causam-lhe menos dano com as suas críticas (só com as suas críticas) do que os amigos traidores e deturpadores da sua doutrina - a História confirma esta teoria”.

Na edição seguinte - 7 de março de 1964 - Diamantino André volta ao assunto, de forma ainda mais dura: “não podemos deixar de apanhar um cacho de uvas só porque ele tem uns bagos podres. Arrancam-se os bagos e faz-se o vinho (ainda que em menos quantidade) com os bagos sãos”.

E termina dizendo, em jeito de afronta: “feito assim, ao correr da pena, mais um artigo, fica à consideração dos bem intencionados”. Ainda neste número, no canto superior direito, o jornal defende que “a Marinha Grande necessita que alguém tenha a coragem de, correndo riscos, se bata pela justa solução dos seus problemas, particularmente os relacionados com a sua indústria principal”.

Em 21 de março, o jornal volta ao ataque com o texto «Ai dos Pequenos». Diamantino André escreve: “com o que não esperávamos, sinceramente o confessamos, era com a traição, com a deslealdade, com a punhalada nas costas”.

E esclarece que o *Jornal da Marinha Grande* “nem é exclusivamente nem principalmente noticioso. Neste aspecto tem até poucas possibilidades que são comuns aos semanários. Ele tem que se ocupar de problemas de interesse geral”.

Na semana seguinte, o diretor não volta ao assunto. Opta, na última página, por felicitar o jornal *A Voz do Domingo*, dirigido e editado pelo Padre José Galamba de Oliveira, “a quem por este meio cumprimos efusivamente”.

O JMG mostra alguma cordialidade e afinidade pelo «vizinho» de Leiria, “augurando para o nosso estimado colega, longa vida e que Deus o abençoe”. Nesta mensagem, pelo menos a quem a escreveu, presumindo-se que seja da responsabilidade do diretor, nota-se alguma simpatia pela Igreja, embora o jornal não apresente nas suas páginas muita



informação religiosa, orientando-se mais para a política, economia, cultura, desporto e assuntos de interesse geral.

Em 30 de maio de 1964, o *Jornal da Marinha Grande* apresenta-se com 16 páginas. É a edição do 1º aniversário, na qual a direção do jornal lamenta que “a indústria e o comércio local não saibam compreendê-lo bem e, com os seus anúncios e demais possibilidades, ajude a viver quem veio ao «Mundo» só para bem dos outros. Pois todo o pequenino vai longe quando os grandes o auxiliam. Todo o fraco é forte se deixarmos pôr as mãos nos ombros para ele subir. Eis o dever de todos”.

No mesmo artigo, prevê-se que a tarefa será “árdua, a ladeira é íngreme, mas, com a ajuda e boa vontade de todos, a escalada tornar-se-ia mais fácil e a obra que empreendemos será mais airosa e boa. A Marinha Grande precisa de seu jornal, este veio à luz da publicidade - sabe Deus com que sacrifícios - é portanto, um dever ampará-lo, para que ele viva desafogadamente, a expensas suas e independentemente”.

Nas semanas seguintes o jornal regressa ao número de páginas habitual - entre quatro e seis - e em 27 de junho de 1964 é dado a conhecer que “o nosso jornal está a passar por uma breve crise. As razões poderão ser tornadas públicas quando isso nos parecer oportuno e conveniente. Não há desinteresse, mas «outros poderes mais altos... existem»”.

Na edição de 15 de agosto (nº 65), o jornal mostra desilusão por os seus apelos terem “sido atendidos uma única vez, não obstante pugnarmos pelo bem da nossa terra”.

O jornal noticia ainda o nome do novo presidente da Câmara, depois de algumas semanas de silêncio governamental sobre o assunto. Adriano Marques Roldão foi nomeado líder da autarquia. Em rodapé, com destaque: “o hospital não é uma fantasia de alguns... é uma necessidade de todos”.

Em 22 de agosto, o *Jornal da Marinha Grande* dá as boas-vindas a Adriano Roldão: “viva o nosso novo Presidente”. O jornal garante que o autarca “está ao serviço da Nação há mais de 30 anos, nos mais diversos postos”. Foi ainda líder concelhio da União Nacional. Tomou posse em 28 de agosto de 1964.

Na semana seguinte, Vasco Lima assina um artigo intitulado: “É imperioso levantarmos a nossa voz”, no qual pede a “construção dum hospital”.

No interior - página 5 - o diretor da publicação, visivelmente irritado, denuncia “as manobras dos que pretendem o desaparecimento deste semanário, que não convém a uns tantos, pela razão simples de que não serve as suas conveniências políticas”.

Em 26 de setembro, o jornal anuncia que “já é possível o diálogo”, numa alusão ao bom relacionamento institucional entre o Jornal da Marinha Grande e a Câmara Municipal, graças ao novo líder da autarquia, “que até neste aspecto se está revelando um homem do seu tempo”.

Na edição de 3 de outubro, o JMG anuncia a visita ao distrito do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomás. E considera que o político terá “triumfal acolhimento”.

Em 17 de outubro escreve que “os marinhenses vão mostrar mais uma vez que sabem receber com dignidade os seus visitantes”.

O jornal diz ainda que “felizmente, começa a olhar-se para a Marinha Grande com mais compreensão e já se faz justiça às virtudes do seu povo (...) - um povo trabalhador, honesto, íntegro, cioso dos seus deveres e dos seus direitos, capaz como nenhum outro de ser fidalgo e hospitaleiro”.

Garante-se ainda que o Chefe de Estado “irá sentir o calor dos aplausos e o carinho com que será recebido na capital dos vidros”. E escreve ainda:

“Nós temos a certeza de que, como sempre, o nosso povo vai receber condignamente o ilustre visitante.

Unidos à Câmara Municipal, formando um todo, mostremos a Portugal que a Marinha Grande, tão injustamente acusada por quem não a conhece, é capaz de ter consigo o Presidente da República e que vê nele o símbolo da Pátria imortal.

Ficará gravado nos anais da história do nosso concelho a visita do Sr. Almirante Américo Tomaz à nossa vila”.

Em 24 de outubro, com fotografia destacada, o título: «A Marinha Grande está preparada para receber o Chefe de Estado».

Em baixo, o jornal garante que a receção será “digna” e que o presidente da Câmara “tem sido incansável, não descurando o mínimo pormenor”. O jornal alvitra que Américo Tomaz “vai sair daqui satisfeito e constatará que o povo da capital dos vidros sabe ser fidalgo e gentil para quantos o visitam”. O conteúdo das palavras escritas pelos responsáveis do jornal mostra, para além do natural respeito pelas instituições, alguma subserviência para com o líder da Nação e o poder instituído. Senão vejamos:

“O Senhor Almirante Américo Tomaz tem prestado grandes serviços à Nação, contribuído imenso para a unidade nacional através das suas visitas ao território nacional metropolitano e ultramarino.

Esta jornada ao Distrito de Leiria e - perdoe-se-nos a insistência - especialmente à Marinha Grande, tem o sabor de dupla vitória para o Chefe do Estado e para a nossa terra. Obrigado, Senhor Presidente, por vir até nós!”.

O presidente da República passeou pela mata nacional na manhã de 25 de outubro de 1964, almoçou em S. Pedro de Moel, a convite da Câmara Municipal da Marinha Grande, e passa depois pela Marinha Grande e Vieira de Leiria.

Ainda na edição de 24 de outubro, o diretor dirige-se aos leitores mostrando-se “profundamente sensibilizado com as inúmeras provas de amizade que me foram dirigidas antes e depois da intervenção cirúrgica a que fui submetido”. Percebe-se nesta edição a razão do seu afastamento nos números anteriores, pois chegou a temer-se que a doença era mais grave do que realmente foi. Sossega os leitores dizendo: “estou quase curado e que a minha doença não tem a gravidade que em princípio levava a supor”.

Na edição nº 76, de 31 de outubro, a capa vai toda para a visita do Chefe de Estado. Toda mesmo. No editorial, “obrigado, Sr. Presidente da República! Bravo Marinhenses”. Diamantino André explica que a “extraordinária recepção” dispensada a Américo Tomaz “ficará como demonstração inequívoca da fidalguia, do civismo, da bondade, desta gente por vezes tão mal julgada”.

Presume-se que esta última referência possa estar relacionada com os desacetos de *18 de Janeiro de 1934*. Porém, tal não é taxativo no texto.

Mas o diretor do jornal não poupou nas palavras e muito menos nos elogios: “ao beijar os filhos dos operários da Marinha Grande, conquistou-os e deu-lhes o melhor presente que eles poderiam desejar; a simpatia irradiante de V. Ex.<sup>a</sup> ficará como recordação indelével. Obrigado, Senhor Presidente da República! Obrigado por ter vindo até nós e por ter querido misturar-se com a multidão anónima, por ter apertado as mãos calejadas pelo trabalho de alguns operários; por ter beijado e abraçado crianças humildes; por ter querido ser apenas um português entre tantos portugueses!”.

Os marinhenses também não são esquecidos: “Bravo, Marinhenses! Sentimo-nos orgulhosos, porque vós soubestes estar à altura do acontecimento e honrastes as tradições daqueles que através dos anos sempre souberam dignificar esta terra do trabalho”.

Ainda na primeira página do JMG de 31 de outubro, no canto superior direito, pode ler-se em título: «Ecos duma grande jornada - 10 minutos para a história da Marinha Grande». O texto inicia-se na capa mas continua na página 2:

“A chegada à Praça Stephens, foi um delírio. Todos os lugares da freguesia estavam representados com dísticos. Também a liga dos Antigos Combatentes e o Sindicato Nacional dos Operários Vidreiros levaram as suas bandeiras.”

Mais à frente o semanário acrescenta: “Depois foi impossível conter o entusiasmo popular. Todos quiseram cumprimentar Sua Excelência que entre sorrisos de simpatia se dirigiu à entrada da nossa Câmara onde cumprimentou os Vereadores”.

O jornal aproveitou a oportunidade para ouvir o Governador Civil sobre a visita do Presidente da República: “formidável a presença da Marinha Grande. É só o que lhe posso dizer”. O presidente da Câmara utilizou o periódico para fazer um “agradecimento” aos marinhenses, que suscitaram “momentos de verdadeira apoteose espontânea, sincera e amiga. Ouvimos expressões e recebemos felicitações que muito nos honraram. São para vós todos que as possibilitaram; são para os Marinhenses; são para o Concelho”. É nesta edição de 31 de outubro que é publicado o edital de criação da Promuel - Empreendimentos Turísticos de S. Pedro de Moel, SARL, que mais tarde construirá uma “piscina de interesse turístico”.

Na última página, Vergílio Lemos volta ao Museu do Vidro, frisando que desde o primeiro número, o jornal procurou contribuir “para a realização de uma obra que a todos deveria interessar” e que “o que nos era possível fazer já o fizemos: Apelámos para quem de direito através dos nossos escritos, durante uma vintena de vezes. O resultado foi nulo”.

Na edição seguinte o jornal abre com o tema do «Alcoolismo e a degenerescência humana», informa que os Bombeiros Marinhenses vão ter Árvore de Natal e lamenta a existência de pobres, “a pior condição do homem - pobre é sinónimo de sem valor, sem prestígio, sem direito a consideração. Ser pobre é ser desprezível aos olhos do mundo materialista”. O jornal dá ainda um grande destaque ao “65º Aniversário dos Bombeiros da Marinha Grande”, com três fotografias na capa.

Na página 2 um artigo polémico onde se afirma, em título, que «os jornalistas da província não são considerados pelo Sindicato de Lisboa». E justifica a afirmação: “o Sindicato Nacional dos Jornalistas não considera com direito a carteira profissional os servidores da Imprensa Regional, porque não lhes reconhece categoria para serem considerados jornalistas”. Estando perante um pequeno jornal local, é natural que existisse algum distanciamento, ao contrário com outros periódicos afetos à Igreja ou a famílias, já consolidados, com leitores, assumindo-se como instrumentos de ação, seja ela regional, comercial ou cultural.

O *Jornal da Marinha Grande*, pelo contrário, era um jornal de jornalistas, que se lançaram na aventura da informação, ao serviço da comunidade, com as dificuldades de não ter uma estrutura financeira e humana capaz de garantir a sua subsistência.

Em 14 de novembro de 1964, o jornal volta a apresentar-se de negro, pois foi em 17 de novembro do ano anterior que falecera José Martins Pereira da Silva, “esse amante da sua terra e das coisas puras, esse amigo de todos”.

De Lemos recorda um desejo do fundador: “«quando eu morrer, não deixem que o nosso jornal morra também» - foi sempre o apelo que nos fazia”. O redator conclui o texto afirmando que “o Jornal da Marinha Grande continuará a existir, como lho prometemos na vida e na morte. Esta é a única homenagem que posso fazer ao nosso «Zé»”. O jornal anuncia ainda que o problema do Museu do Vidro “está a ser resolvido. Por esta razão vamos deixar de falar neste assunto nas nossas colunas pois as circunstâncias assim o obrigam”.

Na edição de 21 de novembro o jornal volta a falar da “saudade que para sempre perdurará”, numa alusão ao fundador, e ao lado destaca “Jean-Paul Sartre e a tentação do socialismo”, considerando-a “uma voz importante”. Em cima, uma referência ao Mestre Joaquim Correia que “ascendeu à categoria de professor da Escola Superior de Belas Artes”.

Em 28 de novembro uma alusão à indústria vidreira que “tem o seu futuro comprometido” por “falta de mão de obra”. O jornal afirma que o problema pode estar na emigração, uma questão importantíssima nesta época. Na edição seguinte, o JMG diz que “está provado que os portugueses que emigram conseguem, num curto espaço de tempo, amealhar dinheiro que lhes permite pagar dívidas que cá deixaram e ainda fazer um pecúlio com o qual constroem casas, compram propriedades e emprestam a juro. E tudo isto à custa do seu trabalho, trabalho honesto”.

Em 19 de dezembro é divulgado o saldo da campanha a favor dos “pobres envergonhados”: 1 280 escudos. Em 9 de janeiro de 1965 (nº 86) o jornal anuncia uma visita ao presidente da Câmara. O diretor garante, à saída da entrevista que efetuou ao autarca, que “a chefia do concelho continua em boas mãos”.

Ao lado, «A grande homenagem aos heróis do Ultramar», anunciando-se a construção e colocação de um obelisco no Parque dos Heróis do Ultramar, “que simbolizará e perpetuará o esforço heróico dos soldados do nosso Concelho que caíram em defesa do solo sagrado da Pátria”. O jornal informa ainda que Vergílio Lemos vai partir para a província de Angola, onde cumprirá serviço militar. O jornal perde assim um dos seus mais dedicados colaboradores. Aliás, o semanário apresenta em muitos números a despedida de marinhenses que partem para satisfazer compromissos militares, despedindo-se desta forma das pessoas da sua relação e amizade.

Em 16 de janeiro de 1965 volta a não existir qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. O jornal opta por abordar “coisas da actualidade”, a vida associativa, a campanha de natal do JMG, as contribuições e impostos e a “solidariedade e bairrismo”. Na capa é ainda publicado um poema e uma fotografia de S. Pedro de Moel. No interior, o desporto e um edital sobre recenseamento eleitoral. A fechar, as notícias pessoais e a agenda do Teatro Stephens.

Na edição de 13 de fevereiro (nº 91), a questão dos soldados no Ultramar volta a ser notícia: “haveremos de vencer e consolidar de uma vez para sempre a integridade da Pátria”. As palavras são do Presidente da Câmara, “na sua mensagem aos soldados marinhenses em serviço no Ultramar”. O autarca, na presença de familiares, dirigiu “uma palavra amiga de admiração e respeito. Admiração pelo vosso heroísmo, pela vossa dedicação, pelo vosso esforço e até pelo sacrifício que fazeis na defesa do solo sagrado da nossa querida Pátria”.

No topo da página um exasperante “Quem nos acode”, numa alusão aos serviços médicos e à Federação das Caixas de Previdência, colocando-se a questão se esta estava à altura de “cumprirem a missão para que foram criados”.

Ainda sobre esta temática da saúde, o JMG de 27 de fevereiro (nº 92) retoma o título “Quem nos acode” e afirma: “Dentro de pouco tempo não haverá médicos que queiram trabalhar nos «serviços médico-sociais»”.

Em 6 de março, mais uma edição do “Quem no acode’?”, desta vez com mais uma informação: “apesar da presença duma inspecção no posto dos serviços médico-sociais, as coisas continuam a piorar”. No mesmo número, o jornal revela uma parte da sua orientação num artigo intitulado “A palavra de ordem é - continuar: Na primeira hora dissemos que respeitamos e observamos a Constituição Política; somos fiéis aos poderes legalmente constituídos”. Fica clara a orientação do jornal, fiel ao poder instituído e ao regime de Salazar. Curiosamente, até aqui, são raras as referências ao presidente do Conselho.

Neste texto, o jornal diz que “não precisamos que nos digam qual o regime político que mais convém. Mãos limpas, consciência tranquila, fronte erguida, indiferentes às manobras escuras de inimigos (esquerdos e direitos), se Deus quiser, continuaremos nesta trincheira a pugnar pela Justiça e pela dignificação do homem integral”.

O JMG garante que “nunca os poderes públicos nos ordenarem que nos calássemos. Faça-se-lhe essa justiça. Têm-nos dado liberdade, evidentemente condicionada à responsabilidade, pelas afirmações produzidas publicamente”.

A temática dos serviços de saúde é recorrente em várias edições e, por esta altura, é alvitrada a possibilidade de integrar várias freguesias do concelho de Alcobaça na Marinha Grande, entre as quais a Moita, Martingança e Burinhosa. A primeira acabaria por ser «anexada» pelo concelho marinhense, apenas, em 2001<sup>219</sup>. As restantes permanecem em Alcobaça.

Na edição de 3 de abril de 1965 é anunciada “uma série de grandes melhoramentos” pelo presidente da Câmara: “abastecimento de água a todos os lugares do concelho; alcatroamento e construção de estradas; construção de casas para pobres”. Em baixo, nova referência ao alargamento do Concelho da Marinha Grande.

Em 24 de abril completam-se 100 edições. Numa pequena caixa verde no canto inferior direito, o jornal garante que foram “cem semanas de trabalhos e canseiras em prol do Concelho da Marinha Grande. Por vezes os dissabores e incompreensões quase nos tiram a vontade de prosseguir. Mas o nosso ânimo é forte. E prosseguimos, prosseguimos sempre nesta cruzada por uma Marinha Grande cada vez maior!”.

Em 1 de maio, além de anunciar a doença do diretor, o jornal fala dos «Trinta e sete anos ao serviço do país» de Oliveira Salazar: “são 37 anos de sábia governação em prol do bem comum, em prol de Portugal multirracial cada vez mais prestigiado”.

Pode ler-se ainda:

“Salazar, intérprete fiel da Grei, conseguiu a par do progresso do País, a tranquilidade e a ordem que fazem de Portugal um oásis de Paz tão admirado pelos estrangeiros, o que torna o Chefe do Governo credor das homenagens de todos os portugueses”.

Em 8 de maio, em manchete, «A Câmara Municipal prestou justíssima homenagem ao Engenheiro Acácio Calazans Duarte nomeando-o cidadão honorário da Marinha Grande e dando o seu nome a uma Praça da Vila».

O jornal cita o presidente da Câmara no momento em que este se dirigiu à Fábrica Escola Irmãos Stephens (antiga Nacional Fábrica de Vidros): “por determinação de consciência e da mais alta justiça premeia e louva o homem que há 40 anos a ela se devotou e a serve com o espírito, com a inteligência, com a devoção e a amizade que dimana da craveira moral de V. Exa.”. Recorde-se que Calazans Duarte era, por altura do *18 de Janeiro de 1934*, o responsável pela principal vidreira da cidade.

---

<sup>219</sup> Cf. [http://www.freguesias.pt/portal/apresentacao\\_freguesia.php?cod=101003](http://www.freguesias.pt/portal/apresentacao_freguesia.php?cod=101003), consultado em 17.01.2015.

Em 1 de junho de 1965, o JMG faz uma edição especial alusiva ao seu 2º aniversário: “perdoe-se-nos a imodéstia mas ocasiões há em que o orgulho deixa de ser defeito, para ser expressão da consciência de dever cumprido”.

José Ricardo diz que “foram 2 anos de labuta constante, quantas vezes mal compreendida por uns e enaltecida por outros. A vida é assim!”. Termina dizendo que “o Jornal não morrerá!”. Apesar de bastante modesto, “procura honrar a nossa terra, a Capital do Vidro”.

Em 5 de junho, o semanário dá conta da visita ministerial à Marinha Grande para a inauguração de “importantes melhoramentos na sede do concelho”, destacando-se o Ministro do Interior, das Obras Públicas e das Corporações, Subsecretário da Presidência do Conselho, Prelado da Diocese, Governador Civil do distrito e muitas outras altas individualidades.

A cerimónia tinha como intenção inaugurar o parque infantil, monumento aos heróis do Ultramar e o busto a Victor Gallo. No interior um artigo onde se revela que «As famílias numerosas também são felizes».

Nota-se ainda uma presença importante de publicidade paga da Câmara Municipal no jornal. Nesta edição contam-se quatro anúncios.

Na edição de 12 de junho a reportagem da visita: “Visita Ministerial à Marinha Grande - Foi sóbria e sincera a recepção oferecida aos membros do governo”. O jornal diz que a multidão “acolhia em grande número”. No obelisco lê-se: “O concelho da Marinha Grande honra os seus heróis” do Ultramar. Ainda na primeira página, “o descerramento do busto de Victor Gallo, um dos pontos culminantes da visita ministerial”.

Na semana seguinte, a notícia de um marinhense - Carlos Manuel Barbosa - “condecorado a título póstumo com a Cruz de Guerra”.

O jornal, mais uma vez, mostra sensibilidade para os militares colocados nas províncias africanas. Relativamente aos participantes no *18 de Janeiro de 1934*, nem uma palavra. No canto inferior esquerdo, a verde, a informação de que “o Pilado vai ter luz eléctrica”<sup>220</sup>.

Em 3 de julho de 1965 o JMG fala da “Candidatura do Sr. Almirante Américo Tomaz à Presidência da República” e não esconde o seu apoio à reeleição: “Portugal manterá os esforços empreendidos para salvar o seu património e para reconquistar o prestígio que outros lhe roubaram ou lhe recusam”.

---

<sup>220</sup> O Pilado é um dos muitos lugares do concelho da Marinha Grande. Situa-se na periferia do concelho, encostado à freguesia de Monte Real, perto da Base Aérea nº 5, no concelho de Leiria. O Pilado dista cerca de 7 quilómetros do centro da Marinha Grande.



E conclui: “sob a égide do Chefe do Estado, Portugal continuará a registar progressos em todos os sectores”.

O jornal cola-se, assim, ao poder político, não lhe sendo indiferente. Pelo contrário. O *Jornal da Marinha Grande* assume claramente simpatia pelo regime.

Em 10 de julho, o diretor do JMG, em jeito de desabafo, diz que lê com “assiduidade” semanários que se publicam em Lisboa “e admiro a sua coragem, o seu desassombro. E lamento que os congéneres da província não gozem da mesma vantagem”. Por outro lado, Diamantino André defende que não se devem atirar pedras “quando o problema se pode resolver com o aconselhar cautela”. Mas, conclui, “cada um dá o que tem”.

Em 7 de agosto, o JMG chama a atenção para “a criação e instalação duma esquadra de polícia na vila da Marinha Grande” uma vez que “o posto há anos criado não pode, dada a exiguidade do seu efectivo, corresponder às necessidades, mesmo à custa do sacrifício dos homens que o constituem”.

Em 14 de agosto, o jornal volta a manifestar apoio ao regime: «Portugal continuará». Em baixo, os elogios à bondade e patriotismo do Chefe de Estado, além da garantia que o nosso país “não perecerá e que se não dermos «novos mundos ao mundo» havemos de dar ao novo mundo o exemplo do nosso passado. Pequenos e dignos, seremos neste recanto do mundo a presença real da Europa civilizada”.

Na semana seguinte (nº 117), num comentário do Diretor intitulado «Presunção e agua benta...» o JMG garante que este “não está ao serviço de qualquer organização política ou religiosa. É um jornal destinado a defender os interesses da Marinha Grande, em particular e do País duma maneira geral”. Número após número, o jornal começa a ter cada vez mais publicidade, o que significa que a sua aceitação começa a ser cada vez maior no concelho.

Em 28 de agosto pode ler-se uma entrevista de fundo ao presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande, “ao fim de um ano de actividade”. Adriano Roldão afirma que “pode orgulhar-se da obra já realizada”. Diamantino André mostra “apreço e admiração” pela obra do autarca, “cuja actividade em prol do engrandecimento do concelho tem sido a todos os títulos notável”. Na edição de 2 de outubro nova referência à Câmara Municipal e ao seu plano de actividades para 1966, o qual é transcrito, na íntegra, pelo jornal.

O grosso do investimento vai para o abastecimento de água, o saneamento da vila e da freguesia de Vieira de Leiria, os arruamentos e as estradas e caminhos municipais. Ainda na primeira página, um artigo sobre «esta força chamada imprensa».

O diretor garante aos leitores que “o jornalismo é uma vocação. É: sobretudo uma paixão”. Em 9 de outubro é anunciada a visita ao concelho do Ministro das Obras Públicas, precisamente neste dia. Arantes de Oliveira vai ao Parque Heróis do Ultramar, visita as obras da depuradora, passa por S. Pedro de Moel - onde serão construídos um hotel, um casino e uma piscina - e termina a passagem pelo concelho na Praia da Vieira onde serão construídas casas para pobres.

Na semana seguinte o jornal faz eco da visita ministerial, não poupando nas palavras para elogiar o governante: “há muito que nos habituámos à acção do Ministro Arantes de Oliveira. Em baixo, Diamantino André deixa claro que a Marinha Grande começa a ser vista com outros olhos pelo poder político:

“Esta aproximação entre os governantes e o povo marinhense tem para nós um valor incalculável. Finalmente, já começámos a ser olhados como um povo digno, como portugueses afinal.

Num curto espaço de tempo, teve a Marinha Grande a honra de receber o Chefe do Estado, o Ministro do Interior, Subsecretário da Presidência do Conselho e agora o Ministro das Obras Públicas. Tudo isto se deve ao Presidente da Câmara e não seremos nós quem negará os maiores aplausos e ignorará as vantagens que daqui advém”.

Em 30 de outubro a direção do jornal toma «Uma posição» acerca das eleições para a Assembleia Nacional, assumindo “neutralidade” face aos credos políticos. Diz ainda que a Censura “terá de nós um conceito que possivelmente não merecemos, mas nunca nos disse que viu demagogia nos nossos modestos escritos”. Revela ainda que a Censura “nunca nos apodou de subversivos quando, serena e conscientemente, apontamos defeitos a este ou aquele sector da administração pública”. Diamantino André diz que o jornal “tem sofrido dissabores e perseguições feitas na sombra e comandadas por covardes”.

Mais à frente uma revelação curiosa: “para nós não há no Governo homens mal intencionados ou traidores da Pátria”. Para o diretor, os piores inimigos do regime são aqueles que “fumam cigarros e conversam sobre os últimos modelos de automóveis ou sobre o aspecto físico da mulher do seu semelhante”. Se por um lado clama neutralidade, por outro Diamantino André defende que com o fim da campanha eleitoral terminam “os clamores públicos de protesto contra as infelizes afirmações de alguns cidadãos adversários do regime. O país vai continuar a disfrutar desta paz que lhe tem permitido progredir em quase todos os campos da actividade humana”.

Em 18 de dezembro o jornal destaca «Uma data a comemorar - 26 de março». Em baixo pode ler-se que foi em 26 de março de 1917 que “José Ferreira Custódio viu realizado um dos

seus sonhos - a restauração do Concelho da Marinha Grande”. Sobre o *18 de Janeiro de 1934*, nada! Na edição de 15 de janeiro de 1966 a primeira página é ocupada pelo início da construção da piscina de S. Pedro de Moel, com duas fotografias da terraplanagem, e a Vieira de Leiria, «notável centro industrial». No canto inferior direito, em «Apontamento», lamenta-se o amadorismo do jornalismo praticado no *Jornal da Marinha Grande* e exorta-se a população a colaborar, “para ajudar a colmatar essas limitações para as quais nós não podemos chegar”. Referências ao *18 de Janeiro*, nem uma.

Em 22 de janeiro volta a não existir qualquer referência ao movimento revolucionário. Apenas a informação de que “depois de demoradas e difíceis negociações entre os Sindicatos e as entidades patronais representantes das indústrias transformadoras de vidro [...] foram finalmente assinados os Acordos Colectivos de Trabalho, que virão legalizar a situação de centenas de trabalhadores até agora não abrangidos por qualquer convenção colectiva ou legislação especial”. O jornal informa que os acordos “serão homologados pelo Sr. Ministro das Corporações e Previdência Social dentro em breve”.

Nas semanas seguintes o jornal fala sobre a restauração do concelho, dos militares no Ultramar, da Batalha de «La Lys», de turismo, da piscina de S. Pedro de Moel, de desporto e da atividade cultural, bem como da atividade camarária.

Mas em 26 de fevereiro o corpo redatorial do JMG anuncia a intenção do diretor de se demitir, por alegadas “inconveniências e incompreensões”. Em 12 de março de 1966 a decisão de Diamantino André: “amigos, continuarei nesta tribuna a defender a minha terra e os seus conterrâneos, desinteressadamente, lealmente”.

Na edição de 23 de abril de 1966, o JMG lança a ideia de construir “um monumento que se impõe na Capital do Vidro: uma estátua ao vidreiro”. O jornal defende que esta obra seja uma homenagem aos operários vidreiros, ao “operário incógnito que vive do vidro, que trabalha também para o progresso da nossa vila”. Esta ideia acabaria, mais tarde, por se concretizar em homenagem ao “movimento operário do 18 de janeiro de 1934”, pode ler-se ainda hoje na Praça do Vidreiro, no centro da cidade.

A edição de 1 de junho de 1966 surge com logótipo e títulos na primeira página a vermelho. F. Neto diz que, ao fim de três anos de atividade, o JMG “está um tanto isolado, contra o que seria de esperar e desejar”.

José Ricardo fala em “três anos de luta, três anos de extenuante trabalho, quantas vezes com prejuízo da nossa vida particular, do nosso descanso e até da nossa saúde”.

No verão, o JMG aborda temas relativos ao turismo em geral e a um eventual parque de campismo em S. Pedro de Moel.

Há ainda referências, por esta altura, à descida de divisão do AC Marinhense mas um recurso acaba por recolocar o clube na II Divisão, por troca com o FC Famalicão. Uma decisão que acabaria por ser revertida pelo Conselho Jurisdicional da Federação Portuguesa de Futebol, o que levou o clube a recorrer e apelar à intervenção do Ministro da Educação pela “incongruente” decisão.

O clube acabaria mesmo por disputar a III Divisão Nacional.

Em 30 de julho referência para a inauguração na fábrica Manuel Pereira Roldão & Filhos, Lda. de “duas importantes obras de carácter social”: um refeitório e os balneários.

Em 20 de agosto de 1966 o jornal dá grande destaque às comemorações do 40º aniversário da Revolução Nacional. O jornal publica o programa oficial, o qual será presidido pelo Secretário de Estado das Obras Públicas. Basicamente, o programa baseia-se em inauguração de arruamentos.

Nesta edição, o presidente da Câmara assina um convite “ao povo do concelho” a participar nas iniciativas previstas e a receber, de braços abertos, o membro do governo. O JMG anuncia que em 1 de setembro terá “um número especial” para, desta forma, “nos associarmos às comemorações do 40º aniversário da Revolução Nacional”. O jornal assume, assim, alguma simpatia pelo regime e ao fazê-lo distancia-se dos valores republicanos.

O JMG de 10 de setembro volta ao assunto do aniversário da Revolução Nacional para dar conta aos leitores do conteúdo da cerimónia, com grande destaque. O jornal cita o Subsecretário das Obras Públicas: “a forte vontade dos homens, que está na origem da valorização deste concelho, e a obra já realizada pelas autoridades e populações locais são bastante penhor do prosseguimento da sua actuação no sentido de enriquecer o concelho e de fortalecer a nação”. O presidente da Câmara, na mesma cerimónia, afirma: “aqui à luz forte dos fornos, onde se tem forjado a alma dos trabalhadores do vidro, também se agradece ao governo a paz, a ordem e a tranquilidade que possibilitam o progresso do país”. Esta edição é praticamente toda para a transcrição dos discursos do líder da autarquia e do membro do governo. O jornal volta, mais uma vez, a manifestar total simpatia pelo regime ou, pelo menos, não demonstra qualquer animosidade para com o poder.

Na edição de 15 de outubro, Diamantino André, no editorial, fala sobre o posicionamento do jornal, garantindo que este “não está enfeudado” e procura “ser

imparcial”. E depois desabafa: “se louvamos, acusam-nos de bajuladores e engraxadores: se fazemos reparos, acusam-nos de que o jornal só diz mal e que não tem interesse”.

O diretor lembra que os que governam “têm uma missão ingrata, porque por mais que façam e procurem acertar, não se livram de críticas destrutivas que procuram minimizar a sua obra”.

Já em novembro o jornal anuncia a inauguração do pavilhão desportivo do Sporting Clube Marinhense no dia 28, com a presença do Ministro da Educação.

Em 3 de dezembro dá-se conta da homenagem da Câmara Municipal “a um soldado marinhense morto no Ultramar”.

Em 7 de janeiro de 1967 (nº 191), o *Jornal da Marinha Grande* dá grande destaque ao Ministro das Obras Públicas que “vem à Marinha Grande receber o mais alto galardão do concelho - a Medalha de Ouro”. Note-se que a autarquia homenageia um membro de um governo liderado por um homem que, anos antes, mandou deter muitos marinhenses que participaram no *18 de Janeiro de 1934*.

Na edição de 14 de janeiro de 1967 o jornal destaca as “Misérias de uma grande Nação” [América do Norte], onde “há deserdados, famintos, ignorantes, racismo, suicidas e problemas de juventude”.

Pode ler-se ainda um texto religioso sobre as «Irmãzinhas de Jesus» e a crónica de “um português que chegou ontem”.

É ainda referido, mais uma vez, a vinda à Marinha Grande do Ministro das Obras Públicas. No interior o desporto, com o futebol e o basquetebol a ocupar uma página, e uma referência aos marinhenses na Alemanha.

Na edição de 28 de janeiro, o jornal cita o presidente da Câmara da Marinha Grande que considera Arantes e Oliveira, agraciado com a Medalha de Ouro do Concelho, um “Ilustre Estadista”, o qual “muito tem feito a favor do seu progresso”.

Em 4 de fevereiro de 1967 (nº 195), o jornal faz eco da visita ministerial à vila da Marinha Grande, informando os leitores do “expressivo cartão de agradecimento” que Arantes e Oliveira fez chegar ao presidente da Câmara Municipal.

Diz o JMG que “a Marinha Grande soube, uma vez mais, colocar-se à altura das suas tradições. O povo e as suas autoridades receberam como receberam aquele ilustre membro do Governo, reafirmaram o civismo que caracteriza as gentes desta laboriosa terra”. Ainda na primeira página desta edição, a questão: “Terra madraستا?”.

O jornal diz que é frequente dizer-se «que a Marinha Grande é madrasta para os de cá e mãe para os de fora». O diretor do jornal considera que existem “razões fortes para afinar pelo mesmo diapasão”. Por outro lado, Diamantino André garante que “santos da terra não fazem milagres”.

Em 11 de março, o diretor do jornal escreve um artigo intitulado «Deixem-nos trabalhar!», no qual pede: “por amor de Deus, não criem mais obstáculos e deixem-nos ser «carolas» ao serviço da nossa terra”.

Diamantino André mostra-se agastado e frisa que “o jornal não pretende bolir nos interesses de ninguém. Pode cada um governar-se como puder e souber desde que não atente contra os sagrados interesses da comunidade que a Imprensa não será obstáculo”.

O ano de 1967 mostra uma atividade editorial pouco ativa no semanário marinhense. O conteúdo é pobre e sem grande interesse informativo. Nota-se que o jornal é feito para «cumprir calendário» e só em 1 de junho é que ganha alguma dimensão com a edição do 4º aniversário. É anunciada a vinda a S. Pedro de Moel do Presidente da República para inaugurar “o conjunto turístico de S. Pedro de Moel”. Em baixo anuncia-se uma entrevista ao presidente da Câmara Municipal, Adriano Roldão, que afirma ter “o apoio incondicional de todos os meus conterrâneos”.

O jornal não esquece o fundador, José Martins Pereira da Silva, manifestando saudade pela sua partida.

Na edição de 3 de junho (nº 211), o JMG fala em “dia inesquecível para a Marinha Grande” a propósito da inauguração da Piscina Oceânica de S. Pedro de Moel pelo Chefe da Nação.

Em 10 de junho de 1967, o jornal apresenta na primeira página uma fotografia da piscina de S. Pedro onde o Presidente da República “observa interessadamente o empreendimento turístico”.

Mais tarde, em 4 de janeiro de 1968 (nº 240), o JMG dá um amplo destaque à tomada de posse de Garcia Júnior como administrador da Fábrica-Escola Irmãos Stephens, que no uso da palavra afirmou que procuraria “corresponder a esta prova de confiança”.

O responsável dirigiu-se ainda aos operários, salientando que “o óptimo é susceptível de se aperfeiçoar e só assim pode enfrentar o futuro”.

Após a tomada de posse, seguiu-se um almoço em S. Pedro de Moel oferecido pelos 700 trabalhadores ao novo administrador.

Na ocasião, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, José Manuel Faria Ferreira, afirmou que “acaba V. Ex.<sup>a</sup> há pouco, de herdar nas suas mãos quase 200 anos de trabalho - apetece-me repetir 200 anos de trabalho - 200 anos onde gerações sucessivas de homens deram à nossa Fábrica, tudo o que tinham; o seu sacrifício, o seu trabalho, a sua mocidade, o seu amor, a vida, e mais, o que de mais caro um homem tem: os seus filhos. 200 anos que são título de honra de todos nós e nos incitam a fim de atingirmos os objectivos sonhados por ele, e que, nós, sob a superior orientação de V. Ex.<sup>a</sup> havemos de atingir”.

O sindicalista prosseguiu dizendo que “a Nossa Fábrica, sentimos todos nós, tem algo que nos transcende; tem uma História bela; tem um património espiritual, moral e intelectual; tem o cunho das coisas intocáveis; ela é mãe duma indústria que é toda uma arte que tem preciosidade das coisas belas e raras; é mãe de artistas que têm dado nome e riqueza ao País; foi a principal razão do desenvolvimento duma terra e que ela tem dado um escol de homens que a têm honrado nos mais variados aspectos da sua vida social”.

Em 15 de janeiro de 1968 (edição nº 241), a três dias de se completar mais um aniversário do *18 de Janeiro de 1934*, nem uma referência ao movimento. O jornal opta por dar destaque à saúde: «A Marinha Grande precisa de um hospital”.

Um tema a que volta na edição de 1 de fevereiro. Por esta altura o jornal começa a publicar, na primeira página, alguma informação sobre os investimentos do Estado nas colónias, o que durará poucas semanas, pois por esta altura o jornal apresenta alguma irregularidade nas publicações.

No primeiro semestre o jornal sai com grande irregularidade.

Diamantino André explica que o jornal “atravessou, neste último ano, uma crise para a qual nada contribuíram os elementos do Corpo Redactorial. Cremos, sinceramente, que a crise passou e que, a partir do presente número, o nosso jornal vai passar a ser publicado e distribuído com regularidade”.

Mas o problema vai manter-se nas semanas seguintes, o que não impede o jornal de noticiar a vinda à Marinha Grande do Ministro do Interior inaugurar as obras de ampliação e remodelação do edifício dos Paços do Concelho, bem como da depuradora de esgotos. A visita ocorre em 6 de julho.

Em 30 de setembro de 1968, o JMG noticia a ascensão de Marcello Caetano à presidência do Conselho, publicando os nomes que integram o governo.

O semanário volta ao assunto em 30 de outubro com o título «Tenhamos confiança». O texto, assinado por Diamantino André, refere que recusar o apoio ao novo chefe do governo “não é digno nem próprio dos que desejam a felicidade dos portugueses”. Ao lado, o diretor deixa um grito de alerta: “não podemos deixar morrer um jornal que há cinco anos apareceu para defender e servir a nossa terra”.

Na edição de 16 de janeiro de 1969 (nº 263), o periódico faz referência apenas à morte do Mário Gallo e à escola que “não pode viver separada da realidade”. Em baixo “as convenções de Paris” e o Código da Estrada em que o tema é a «prioridade à direita». Não há qualquer alusão ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 13 de junho de 1969, a administração faz um apelo: “ajude-nos, leitor!”. O jornal, já na posse de um novo proprietário, o Património dos Pobres, revela que “é intenção da administração dar a conhecer, periodicamente, a situação financeira do jornal”. Em baixo dá conta do número de exemplares impressos, dos custos de impressão e distribuição e o prejuízo por cada exemplar: 55 tostões. Acrescem os custos com a renda da casa, água e luz, telefone e um funcionário. Ou seja, “a nossa situação não é muito famosa”.

Em 16 de outubro a alusão aos duzentos anos da Nacional Fábrica de Vidros. Aliás, a edição é quase toda ela dedicada à efeméride: «Real Fábrica de Vidros: ad multos anos». O jornal apresenta o historial da unidade industrial e entrevista o administrador, Garcia Júnior. Ao lado, Alfredo Gândara assina um texto com o historial da «Mãe da Marinha Grande e da Moderna Vidraria Portuguesa»:

“Os duzentos anos da Nacional Fábrica de Vidros, agora em celebração, são o espaço de tempos mais progressivo e revolucionário da nossa história económica, social e mesmo política. Nasceram uma grande vila, cidade amanhã, e uma grande indústria, como filhas legítimas e directas dessa importantíssima Manufatura, como se chamava no século XVIII.”

Na edição seguinte - 24 de outubro - o jornal volta a abordar a temática do segundo centenário da FEIS, designadamente a homenagem que foi feita na praça do município àqueles que há 200 anos começaram “uma obra que seria a razão de ser da própria existência da Marinha Grande”<sup>221</sup>. O JMG diz ainda que “na hora da verdade foi feita justiça ao Eng. Dr. Calazans Duarte”, cidadão honorário da Marinha Grande que ao longo de 42 anos liderou a fábrica e que “honrou sempre a sua terra adoptiva”.

---

<sup>221</sup> Embora possa parecer estranha, a citação corresponde ao que o jornal escreveu efetivamente nesta edição. Notam-se, aqui e acolá, algumas gralhas a que não será alheio o facto de o jornal ser feito por amadores, após o horário de trabalho.



O jornal afirma que “foi com comoção que os operários se associaram a esse acto de justiça”. Mais, diz ainda que “não pode ter dedicado dúvidas a ninguém quanto à estima e à gratidão das centenas de operários que trabalharam sob as ordens desse homem bom, justo, compreensivo, culto, inteligente, a quem a Fábrica-Escola deve o seu ressurgimento e a posição a que se guindou depois da ruína”. Frise-se que Calazans Duarte liderou a fábrica desde 1924 e que era o seu administrador aquando do *18 de Janeiro de 1934*. No discurso que fez aos operários, recordam-se algumas passagens do texto publicado, na íntegra, no JMG:

“Em 1924, a Nacional Fábrica de Vidros era um dos grandes escândalos nacionais. (...) Depois de cerca de um século de arrendamentos fora entregue a uma Comissão Administrativa. (...) Não vou contar a penosa caminhada ao longo dos anos. Os conflitos sem conta em que me vi envolvido, as angústias provocadas pela falta de dinheiro, que tantas vezes me assaltaram, algumas resolvidas por nelas ter empenhado a minha responsabilidade pessoal.”

O antigo administrador da fábrica deu ainda conta das suas convicções políticas:

“Não vou recordar a delicadeza da minha posição perante a intolerância política existente no nosso país. Opositor da primeira hora, afirmei-o publicamente sempre que julgava necessário e a ocasião se proporcionava. Ninguém, creio, de todas as pessoas que me conheciam o ignorava. Isso não impediu que tratasse e mantivesse relações de sincera amizade com vultos eminentes da situação, alguns deles a exercerem durante anos cargos ministeriais. Havia e há felizmente entre nós respeito mútuo e a compreensão de que não podemos pensar todos da mesma maneira. Muito lhes devo pelo precioso auxílio que prestaram à Fábrica na defesa dos seus interesses”.

Calazans Duarte foi ainda mais claro no seu posicionamento político:

“Republicano desde os primeiros anos de Liceu, ainda no tempo da Monarquia, tinha assistido com intenso entusiasmo à proclamação da República. Enchia-me de alegria a ideia de ir conhecer a mais velha República do Mundo e aí viver alguns anos”.<sup>222</sup>

Conclui dizendo: “Pode morrer-se de fome ou ser miserável em cima de um monte de ouro, uma toalha de petróleo ou qualquer outra riqueza inexplorada mas também se pode, sem minas de ferro ou carvão construir máquinas de primeira ordem que países industriais evoluídos comprem para copiar; não ter cacau e produzir os melhores chocolates, transformar ouro e aço nos melhores relógios do Mundo; ter uma modelar indústria de turismo e fabricar em larga escala remédios em que toda a gente confia. É este o milagre da Suíça, o milagre das suas eficientes e sempre actualizadas escolas”. As palavras de Calazans Duarte, mais de quatro décadas depois de terem sido proferidas, continuam atuais.

---

<sup>222</sup> Calazans Duarte referia-se à Suíça, onde estudou.

O antigo administrador da fábrica, que dá nome à principal escola da cidade, questiona no final da sua intervenção se valeu a pena. Diz que não, por um lado, mas afirma que sim “se me lembrar do rapaz que veio duas vezes propositadamente de Lisboa à Marinha Grande para me dizer que a mãe, ao morrer o obrigara a jurar que viria agradecer-me o que eu tinha feito por ela e pela família”. Terminou dizendo: “Sim. Valeu a pena”<sup>223</sup>.

Na edição de 7 de novembro de 1969 o *Jornal da Marinha Grande* publica a intervenção que proferiu o administrador da FEIS, Garcia Júnior, nas comemorações do segundo centenário da fábrica, da qual se destacam as seguintes palavras:

“Após a morte de João Diogo Stephens, já trabalhavam na fábrica cerca de 500 operários, com renumerações excepcionalmente elevadas.  
A Marinha Grande conheceu uma época de prosperidade, cultura e bem-estar social.  
E os Stephens, a confirmarem a sua generosidade e a sua grandeza, legaram a fábrica à Nação Portuguesa”.

A fábrica acabaria por ser arrendada e quase a levaram à ruína. Quem mais sofreu com este cenário foram os operários e as suas famílias. O jornal escreve que “em 1907 eles recebiam por esmola o rancho dos soldados do quartel de Leiria”.

---

<sup>223</sup> Foi nomeado administrador em 1924. Na perspetiva de Nunes (1998, p. 178), “desenvolveu notável actividade ao serviço da comunidade e na recuperação da fábrica, que conheceu momentos de prosperidade durante a sua administração”. Natural de Aljezur, no Algarve, onde nasceu em 15 de fevereiro de 1889, Acácio Calazans Duarte estudou na Suíça, em Lausanne e Genebra, onde permaneceu nove anos. A sua juventude foi pautada por uma profunda inspiração iluminista. Licenciou-se em engenharia química e doutorou-se em ciências físico-químicas. Regressou a Portugal para casar com Alice Vaz Sintra, filha de um latifundiário de Aljezur. Mais tarde vai dar aulas em Lisboa e ingressa como funcionário no Ministério da Economia. É colocado em Moçambique, onde permanece dois anos. Incompatibilizou-se com o Governador Brito Caminho e teve que regressar a Portugal. Por esta altura a Fábrica Nacional de Vidros estava em dificuldades e o Estado questiona o que fazer ao legado dos Stephens. Calazans Duarte vem então à Marinha Grande, com a esposa, fazer o ponto de situação. Permaneceu na vila cerca de seis meses. Fez um relatório e entregou-o ao Estado. Calazans Duarte apaixonou-se pela fábrica e é colocado na Marinha Grande para dinamizar a unidade fabril. Apanhou a fábrica num caos, não havia dinheiro para matéria-prima nem para ferramentas. Recuperou a fábrica, que considerava como sua. Em 1931 e 1932, segundo Nunes (1998, p. 178), “defendeu ardosamente a Fábrica Nacional contra a tentativa de encerramento da mesma, por parte do Chefe da Circunscrição Florestal, Engº António Arala Pinto”. Mentalizou-se que acabaria por morrer ao serviço da empresa vidreira mas acabou por ser afastado de forma pouco digna, através de carta. Passou de administrador da fábrica a eventual consultor do Direção-Geral da Indústria. Deram-lhe 30 dias para abandonar o palacete onde residia, onde funciona atualmente o Museu do Vidro. Para além de líder da fábrica, foi professor da Escola Industrial Guilherme Stephens. Deu aulas até aos 70 anos. Faleceu com 81 anos, em 31 de maio de 1970, muitos anos antes do encerramento da «sua» fábrica. Deixou um filho, ainda vivo. No 18 de Janeiro de 1934 foi preso no sábado seguinte, em Leiria, mas acabaria por ser solto poucos dias depois, por se ter constatado que não tinha participado no movimento revolucionário. Era um republicano confesso mas isso nunca o impediu de trabalhar para o Estado Novo, que respeitava. Para além das qualidades técnicas, Calazans Duarte era um homem muito inteligente e com uma dimensão humana relevante. Daí ter adquirido a admiração dos operários, chegando ao ponto do seu caixão ser levado em ombros pelos vidreiros desde sua casa, junto à principal escola da cidade, que tem o seu nome, até ao cemitério local, onde se encontra sepultado. É, assim, uma figura incontornável da história da Marinha Grande, um seguidor do legado dos Stephens por quem dedicou grande parte da sua vida.

Até que, no ano de 1924, “o Estado viu-se na necessidade de enviar para a sua fábrica um seu representante”, Acácio Calazans Duarte. Foi este homem que “restabeleceu a ordem e a disciplina” e começou a realizar uma obra de grande valor:

“Começou por reconstruir os edifícios que caíam em pedaços. Para combater o analfabetismo entre os operários criou uma Escola Primária dentro da Fábrica. Assegurou assistência médica e subsídios na doença e estabeleceu pensões de reforma. Os trabalhadores, até aí divididos, incrédulos, desconfiados e cheios de angústia, começaram a sentir-se protegidos e unidos e nasceram entre eles o entusiasmo criador e os laços que unem as grandes famílias. Reconstruiu e ampliou o Teatro que os Stephens mandaram construir, já condenado pela Inspeção dos Teatros por ameaçar ruína e conseguiu instalar na Marinha Grande, em salas da Fábrica, a primeira Escola Industrial. Sob a sua orientação formaram-se artistas, que podem ser considerados sem favor dos melhores da Europa”.

1970 inicia-se com um “Balanço do ano velho” na edição de 2 de janeiro mas os números seguintes não apresentam grande noticiário informativo. Publicidade, bastante. Páginas, seis, por vezes oito.

Numas edições mais que noutras mas o jornal, desse ponto de vista, não se podia queixar, embora os custos de impressão e distribuição fossem avultados, como aliás ainda hoje o são. A não remuneração do diretor e restante corpo redatorial já era uma ajuda para a sobrevivência do título.

Em 30 de janeiro de 1970, o JMG anuncia a visita à Marinha Grande, em 14 de fevereiro, do Chefe de Estado, Almirante Américo Tomaz.

O político deslocou-se à vila para encerrar as comemorações do bicentenário da Fábrica-Escola<sup>224</sup>. Acompanhou o Presidente da República, nesta visita, o Ministro da Economia e Finanças, entre outras altas individualidades.

Na edição de 14 de fevereiro, o *Jornal da Marinha Grande* questiona se “os padres virão a ser casados?”. Uma questão atual e que continua a fazer todo o sentido.

Nos números seguintes, o periódico aborda os problemas dos lugares da vila, a história da Marinha Grande está muito presente, a atividade camarária, as notícias pessoais, as cartas dos leitores, o desporto e, claro, publicidade.

Em 12 de junho é dada a notícia do falecimento de Acácio Calazans Duarte, ocorrida em 31 de maio, e por esta altura o jornal escreve vários artigos sobre a homenagem ao professor Alberto Nery Capucho.

---

<sup>224</sup> A fábrica foi fundada em 1769.

Em 26 de junho de 1970 o jornal surge a vermelho na capa e, no canto inferior direito, é publicada uma caixa com “títulos de notícias que não publicámos por não nos ter apetecido”. Esta deverá ter sido a forma que a direção do jornal encontrou para protestar contra a comissão de censura, sempre muito atenta.

Na edição de 31 de julho, o jornal surge todo a negro com o título: “OBRIGADO SALAZAR”. Luciano Guerra escreve que “treme-nos as mãos e a alma ao escrevermos duas palavras sobre a morte de Salazar”.

O homem que em 1934 tinha mandado para a prisão muitos marinhenses, era agora elogiado pelo único jornal da terra:

“O Homem que agora se finou foi grande demais para que o condenemos depois de morto. Grande em tudo. Grande no pensamento, grande na palavra, grande na solidão, grande na persistência, grande na governação, grande no desprendimento, grande no trabalho, grande na honestidade - grande, o primeiro mesmo, no amor a Portugal”.

Para o padre Luciano Guerra, “nós cremos firmemente que Salazar foi um dom de Deus a Portugal. Deus dê ao grande Chefe a recompensa pelo bem que nos fez”.

Em 23 de outubro de 1970 é anunciada a visita de Marcelo Caetano à Marinha Grande. Motivos da visita? O pinhal do Rei e o vidro.

Na edição de 18 de dezembro de 1870, Diamantino André escreve o último editorial mas continua a figurar no cabeçalho como diretor e editor.

Em 1971, o jornal continua na mesma linha do ano anterior. Nenhuma referência ao *18 de Janeiro de 1934* e os velhos temas de sempre: os problemas dos lugares, a atividade da Câmara, as estradas, o desporto, as notícias pessoais, as notícias da Vieira... e as questões da igreja. É precisamente com a mudança de diretor que o jornal altera ligeiramente o seu conteúdo. Joaquim João Pereira assume a direção, oficialmente, na edição nº 373 de 23 de abril de 1971. No primeiro editorial, o novo líder diz que o render da guarda “é já um acto tão natural, que se converteu numa simples rotina da vida dos nossos dias”.

Sendo um jornal do «Património dos Pobres», a inauguração da nova igreja teve um amplo destaque no semanário. O acontecimento ocorreu em 8 de dezembro de 1971 e, segundo o JMG do dia 10, “imensa multidão - talvez a maior na história da Marinha Grande - assistiu às cerimónias”.

O início de 1972 não traz muita agitação editorial ao *Jornal da Marinha Grande*. O jornal, além de publicidade, é muito opinativo e traz pouca informação de agenda. Percebe-se que assim seja, pois o corpo redatorial era totalmente amador.

Talvez por isso a sua qualidade não fosse a melhor, o que dá aso a críticas. A este propósito, o semanário diz que “há ainda na Marinha Grande pessoas para quem o jornal não tem interesse a pontos de, em vez de o amparar e o ajudar a singrar, em conversas «de café», o olham de mau grado e arranjam sempre pretexto para dele dizer mal”.

Apesar das críticas, o conteúdo editorial do jornal não melhora grandemente nos meses seguintes, embora o número de páginas cresça de seis para oito em algumas edições.

Em 12 de janeiro de 1973, aborda-se o aniversário do Atlético Clube Marinhense e o problema do trânsito na vila. Na edição de 19 de janeiro nem uma referência ao movimento. O jornal fala do recenseamento eleitoral, dos bancos e “quem lucra com as elevações de capital”, os problemas do trânsito na vila e a campanha pró-Igreja. No interior notícias pessoais, desporto, publicidade e, a fechar, a página quinzenal da mulher.

Uma semana depois, o jornal volta a não fazer qualquer referência à ação insurrecional. Aliás, as edições do início do ano são pobres do ponto de vista editorial. Uma exceção ocorre em 13 de abril de 1973, já que o jornal se apresenta com mais páginas - oito - e anuncia a criação da Comarca da Marinha Grande. Até ao final do ano, as notícias do costume, sem grande profundidade. O conteúdo informativo quase que se circunscreve à primeira página pois o miolo destina-se à publicidade, necrologia, gente nova, novos lares, agradecimentos e o desporto. Raramente surge um artigo mais elaborado. Uma exceção é a morte do Prof. Alberto Nery Capucho, aos 72 anos, antigo diretor da Escola Industrial e Comercial da Marinha Grande. O ano de 1974 não abre com grandes novidades do ponto de vista editorial. O jornal apresenta-se com seis páginas e, em 1 de fevereiro, surge a questão: “como encarar o futuro do Jornal da Marinha Grande?”. Um tema a que volta na edição de 15 de fevereiro: “o grave momento porque passa a Imprensa”, devido ao aumento do custo do papel. O diretor apela ao “amparo” e “compreensão”.

Vejamos agora como o JMG tratou o *25 de Abril de 1974*. Na edição de 26 de abril nem uma linha, o que se compreende pois a edição terá fechado antes da revolução. Mas em 3 de maio surge o título: “a Liberdade para o Povo Português”. O jornal elogia as forças armadas por terem decidido “pôr cobro a um estado de coisas que se tornara insuportável, a ditadura”. Em baixo: “todos ansiávamos este dia (...). Todos precisávamos ser libertados”.

Na edição de 10 de maio, o JMG cita a Câmara Municipal que manifestou à Junta de Salvação Nacional todo o apoio “à construção dum Portugal maior aonde todos os Portugueses tenham seu lugar”.

Em 17 de maio de 1974, o JMG cumprimenta o General António Spínola, o novo Presidente da República Portuguesa. Apesar da chegada da liberdade também aos jornais, a linha editorial do JMG não sofre qualquer alteração.

Vão surgindo alguns artigos sobre a democracia, o comunismo e o fascismo. Joaquim João Pereira, o diretor, deixa de figurar como líder do jornal em 25 de outubro de 1974. Aliás, a edição anterior é de 11 de outubro, ou seja, o jornal não saiu no dia 18 de outubro devido “à alteração da direcção, corpo redactorial e linhas de rumo”.

O novo diretor, Adriano Ferreira Paiva, anuncia em 25 de outubro que “voltámos porque entendemos que não nos podíamos negar, como também não nos negámos na ocasião em que este semanário atravessou uma crise, se não tão grave como a que actualmente atravessa”. Em 3 de janeiro de 1975, finalmente, o JMG aborda a temática do *18 de Janeiro de 1934*, da seguinte forma:

“A exploração desenfreada das classes trabalhadoras, a mais violenta repressão, o desemprego e a recente fascização dos Sindicatos, tornavam insuportável a vida dos trabalhadores portugueses.

Contra tal situação, há algum tempo que os operários se vinham manifestando. A não resolução dos problemas mais prementes, a impossibilidade de os solucionar, de imediato, por outros meios, leva a que se vá arreigando a ideia de que só a revolução armada seria a solução.

Perante o conhecimento de que se iria processar um movimento insurreccional à escala nacional para o dia 18 de Janeiro, a organização local do Partido Comunista Português nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento”.

A edição do *Jornal da Marinha Grande* de 24 de janeiro de 1975 é das que dá maior destaque ao *18 de Janeiro de 1934*, designadamente às comemorações do primeiro aniversário em democracia, o que se compreende, pois esteve na Marinha Grande o líder do PCP, Álvaro Cunhal.

Marrazes (1975, p. 7)<sup>225</sup> escreve:

“Promovidas pelo Sindicato dos Operários Vidreiros do Distrito de Leiria e pela delegação local do Partido Comunista Português, e a que aderiram outros agrupamentos políticos democráticos locais como o MDP/CDE, MDMP, a UEC, o MIT, etc., decorreram durante o último fim de semana na Marinha Grande, as comemorações da passagem de mais um aniversário da insurreição armada dos operários vidreiros do «18 de Janeiro de 1943»<sup>226</sup>.

---

<sup>225</sup> Cf. Marrazes, F. (1975, janeiro 7). As comemorações da revolução de 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande. *Jornal da Marinha Grande*, p. 7

<sup>226</sup> Trata-se, naturalmente, de uma gralha do jornal pois onde se lê 1943 deveria constar 1934.

O jornal informa que a Praça Stephens encheu para ouvir os discursos dos políticos e dirigentes sindicais, além da intervenção de um sobrevivente, o Alfaiate Amarante:

“Proferiu algumas breves palavras sobretudo para frisar que a revolução foi não só um ato contra a fascização dos sindicatos imposta pela constituição salazarista de 1933, como foi igualmente uma revolta contra as miseráveis condições de vida, de exploração e de falta de trabalho que caracterizavam os tempos de então.

Terminou preferindo: «Viva o Comunismo Internacional» «Viva o PCP».”

O *Jornal da Marinha Grande* alude ainda ao comício que se realizou no Pavilhão da Embra e que contou com a presença de Álvaro Cunhal:

“As comemorações da «Revolução de Janeiro de 1934» terminaram com um comício do PCP nas instalações desportivas do Sporting Clube Marinhense, que uma hora antes da prevista para o seu início, registavam já uma enchente e viriam a deitar por fora, com trabalhadores vindos de vários pontos do país, que quiseram estar com os trabalhadores da Marinha Grande no final do dia 18 de Janeiro de 1975.”

Neste comício, segundo o JMG, as palavras de ordem eram «morte à CIA», «a banca é do povo», «o Chile vencerá», «viemos de novo e de vontade», «fascista, escuta: o Povo está em Luta» e «o Povo leal só quer o Cunhal». Vieram delegações de vários pontos do país. O jornal escreve:

“Foi durante a alocução de Artur Manuel Marques, que o Dr. Álvaro Cunhal, acompanhado de Joaquim Carreira apareceu. Não foi possível nem necessário anunciar a sua chegada para que um frémito de verdadeiro entusiasmo e emoção fizesse levantar quantos nas bancadas se encontravam sentados e que todos os participantes no comício gritassem vivas ao PCP e «o povo só quer o Cunhal».”

Neste comício falou também Manuel Baridó, um dos sobreviventes do *18 de Janeiro de 1934*, “em nome dos sobreviventes da «Revolução de 18 de Janeiro de 1934». Manuel Baridó aludiu à campanha que ao tempo foi feita pelos meios de informação, tendente a levar ao agravamento das penas a aplicar aos revoltados. Situou também o movimento revolucionário de «18 de Janeiro» no contexto político, sindical e económico-social de há 41 anos. Ao terminar a sua alocução, foi efusivamente abraçado pelo Dr. Álvaro Cunhal.”

Joaquim Carreira usou também da palavra: “A «Revolução de 18 de janeiro de 1934» não triunfou devido à falta de estruturas e de um partido devidamente organizado. A revolução só se fez com as massas populares. O entusiasmo revolucionário não chegou. Faltava-lhe a marca do «Marxismo-Leninismo»”.

Álvaro Cunhal encerrou a sessão fazendo um discurso de cariz mais nacional. A cerimónia terminou com a assistência entoando o Hino Nacional”.

Na edição de 7 de fevereiro de 1975 (nº 570), Fernando Marrazes, que mais tarde se «transferirá» para o jornal *O Correio*, assina um artigo de opinião sobre o setor vidreiro no qual ataca ferozmente os patrões. Aliás, a tónica dos escritos deste jornalista é muito próximo da visão comunista do *18 de Janeiro de 1934* e isso ver-se-á com maior nitidez, mais tarde, no semanário fundado pelo advogado José Henriques Vareda:

“Os operários vidreiros da Marinha Grande devem ter a intenção que antes de qualquer opção ou actuação política por que desejem decidir-se, é no palco sindical, no plano da organização da acção e da luta dentro das empresas, que devem defender os seus direitos, em oposição aos interesses injustos da classe capitalista. E não deverão esquecer também, que é deste objectivo, que todos os seus inimigos de várias matrizes políticas que vão do fascismo ao social-reformismo, os pretendem afastar, com adjectivações da Democracia do Socialismo. É urgente que os operários compreendam que o Socialismo é só um. As adjectivações apenas servirão os interesses de quem não podendo impedi-lo só lhe resta retardá-lo.

Na edição de 3 de outubro de 1975, o JMG anuncia que foi “empossado o novo Juiz de Direito da Comarca da Marinha Grande”, o Dr. Celso Fernando Dengucho<sup>227</sup>. Nesta edição o jornal informa os leitores que está a atravessar uma crise motivada pelo aumento dos custos de produção aos quais se junta a redução do número de assinantes.

Em 19 de dezembro de 1975 o jornal entra numa nova era, que vai durar mais de vinte anos: Fernando Augusto de Sousa Lopes assume a direção do jornal, ainda que interinamente. Deixa logo uma “breve explicação: só a necessidade de não deixarmos morrer um jornal que muito legitimamente é chamado da Marinha Grande, nos levou a chamar a nós a responsabilidade de vermos se conseguimos um grupo de colaboradores assíduos que possam dar à nossa vila o semanário que merece e achamos possível ser feito”. A propriedade continua a ser do Património dos Pobres.

O novo responsável pelo jornal volta ao assunto das dificuldades do semanário na edição de 9 de janeiro de 1976, no editorial. Fernando Lopes afirma que há que reunir “um

---

<sup>227</sup> Celso Dengucho tomou posse em 30 de setembro de 1975. Foi suspenso das suas funções na localidade em 1977. O jornal *O Correio* de 16 de dezembro de 1977 diz que foi alvo de saneamento e que este poderá ter tido origem em “motivos ideológicos”. O semanário acrescenta que o juiz poderá ter sido vítima de “uma verdadeira cabala”, até porque “é considerado na Marinha Grande de, um juiz justo”. Acabaria por se afastar por tempo ilimitado da magistratura, sem contudo se desvincular do Estado. Teve uma carreira longa na advocacia, com escritório na Marinha Grande, regressando às funções de juiz pouco antes de se aposentar. Mantém o escritório de advogado na Marinha Grande, em parceria com uma das duas filhas, Alexandra Dengucho, também ela advogada.



grupo de boas vontades, marinhenses como nós, que não quisessem deixar finar-se o único jornal existente na vila”. O jornal passa a publicar-se todas as semanas, com 6 páginas, mas o seu conteúdo editorial continua a ser pobre, sem grande atividade jornalística. Para além dos artigos de opinião, o JMG apresenta textos históricos (a história da Marinha Grande, por exemplo), nascimentos e falecimentos, a secção desportiva e publicidade.

Em 16 de janeiro de 1976, o JMG refere-se ao movimento insurrecional mas limita-se a referir-se ao programa comemorativo da efeméride, “embora não tenhamos sido informados pelas entidades promotoras das cerimónias comemorativas”.

A 23 de janeiro, no JMG, Veríssimo (1976, pp.1-2) escreve<sup>228</sup>:

“É necessário, é urgente mesmo, que todos os trabalhadores se unam à volta dos seus Sindicatos, para que as conquistas alcançadas desde o 25 de Abril de 1974, não se façam em castelos de areia; só se conseguirá a vitória contra a reação, contra os exploradores, com a UNIDADE de todos os trabalhadores. Já no 18 de Janeiro de 1934, o fascismo esmagou pela repressão as justas lutas dos trabalhadores.

Foi na Marinha Grande, que essas lutas se transformaram em luta armada. Seguiu-se-lhe uma repressão, à boa maneira fascista, dolorosamente sentida pelos trabalhadores da época: a morte, prisões, famílias em dificuldades inenarráveis”.

Em 8 de abril de 1976, o JMG publica textos “para a história da Marinha Grande - coisas desconhecidas relativas ao 18 de Janeiro de 1934”. Escreve o jornal que D. José Alves Correia da Silva nunca foi alheio aos problemas da Marinha Grande, “muito pelo contrário, sempre por eles nutriu um carinho especial”.

O periódico publica a carta que o Bispo escreveu ao Presidente da República e a resposta que recebeu deste. Nada de novo.

Na edição nº 632 de 22 de abril de 1976, o *Jornal da Marinha Grande* mostra qual a sua linha editorial: “nós acreditamos que também a Igreja há-de encontrar o verdadeiro caminho rumo a uma sociedade humana e socialista. Sem anarquia, sem ostentação e com a firmeza que Cristo sempre demonstrou, acreditamos que é uma vivência fraterna, baseada numa verdadeira igualdade social que o homem há-de encontrar-se consigo próprio, tomando consciência da força do seu trabalho e do valor das suas ideias”.

Fernando Lopes assume uma clara opção socialista, “rejeitando agora e sempre o sectarismo ou o ataque fácil contra quem não perfilhe ideologia semelhante”. Em nota de rodapé, o diretor do JMG esclarece ainda: “independentemente da ideologia política e cristã

---

<sup>228</sup> Veríssimo, F. (1976, janeiro 23). As comemorações do 18 de Janeiro de 1934. *Jornal da Marinha Grande*, pp. 1-2

claramente expressa pelo Director do jornal no Editorial acima transcrito, os demais componentes da Redacção solidarizam-se com os princípios defendidos quanto ao futuro deste semanário”.

Em 8 de julho de 1976, o *Jornal da Marinha Grande* revela a votação das Eleições Presidenciais na qual os candidatos mais à esquerda têm votações expressivas. Enquanto Ramalho Eanes tem 6.552 votos, Otelo Saraiva de Carvalho obtém 3.946 e Octávio Pato 3.154. Pinheiro de Azevedo não vai além dos 902 votos na Marinha Grande.

Na edição de 23 de setembro de 1976, no editorial, o diretor do JMG diz que “Agora já é demais...”, referindo-se a atos de vandalismo nas paredes do edifício do jornal.

Fernando Lopes chama-lhe “campanha de receios, insegurança e intimidação”, perpetrada por “valentões” que “preferem agir no anonimato”.

O Diretor garante que o jornal vai “mover-lhes um processo judicial”.

Em 7 de outubro de 1976 o jornal dá conta da visita de Mário Soares à Marinha Grande, na qualidade de Primeiro-Ministro de Portugal, e assinala as discretas comemorações do 5 de outubro na vila, com salva de morteiros e hastear da bandeira nacional no edifício dos Paços do Concelho.

Na edição de 16 de dezembro de 1976 o jornal apresenta os resultados das primeiras eleições autárquicas no concelho.

O PS ganha a Câmara com 5828 votos e Artur Neto de Barros torna-se presidente, derrotando o candidato da Frente Eleitoral Povo Unido (FEPU), José Henriques Vareda, que não foi além dos 5326 votos. O PSD de Artur Pereira de Oliveira ficou-se pelos 1442 votos.

Em 30 de dezembro de 1976 (nº 668), o diretor do semanário lembra que estava a fazer um ano desde que “aceitámos a responsabilidade de continuarmos o Jornal da Marinha Grande, furtando-o à desorganização interna e às lutas pessoais e ideológicas em que vinha vivendo”.

Na edição de 13 de janeiro de 1977, o JMG apresenta na primeira página um pequeno texto sobre o «18 de Janeiro»: “Uma vez mais vai celebrar-se o 18 de Janeiro, data que cala fundo em todos quantos resistiram a um regime que cilindrava quantos se lhe opunham. Embora já sejam passados 43 anos sobre essa gloriosa jornada de luta, uma vez mais as comemorações vão-se revestir de tradicional significado e singeleza”. Em 20 de janeiro, «18 de Janeiro, presente!».

O jornal, na primeira página, começa por lamentar que “até nós não tenham chegado notícias sobre quaisquer comemorações”, mas frisa que “não queremos deixar passar esta data tão querida dos marinhenses”.

No texto, assinado por F. S. P.<sup>229</sup>, é referido que o levantamento operário que fez tremer Salazar “só não pôs ponto-final ao fascismo em Portugal, porque não se conseguiu a união capaz de remover os obstáculos surgidos à última hora”.

*O Jornal da Marinha Grande* escreve ainda:

“Seria na Marinha Grande que o movimento teria maior expressão, devendo-se tal facto à maior coesão da massa trabalhadora que, tradicionalmente, se opunha ao regime opressor. (...)

Em Julho de 1932, Salazar que fora, até então, ministro das Finanças, toma conta da chefia do Governo, chefia que viria a manter, como sabemos, durante décadas. (...)

Suprimem-se as mais elementares liberdades individuais e aumenta-se a já forte repressão e exploração sobre os trabalhadores.

É, neste contexto, que surge o 18 de Janeiro. (...)

Infelizmente à data da insurreição não existia uma completa identificação de pontos de vista entre todos os trabalhadores nacionais o que, em grande parte, foi a causa principal do fracasso do golpe. Foi uma lição que ainda hoje (e principalmente *hoje*) não devemos esquecer”.

Ainda na edição de 20 de janeiro de 1977, na última página, o JMG escreve: «18 de Janeiro - Dia de Luta». Dia de luta em dois sentidos. O jornal evoca a luta travada muitos anos antes e a que se desenvolveu por esta altura, envolvendo fações políticas antagónicas, e não deixa de usar a ironia para se referir a confrontos junto ao cemitério:

“No sábado, junto a uma das entradas do mercado, dois grupos antagónicos procediam às «comemorações» insultando-se mutuamente, ante os comentários mordazes de algumas vendedeiras. A polícia ainda passou por lá, mas seguiu em frente, uma vez que não havia cabeças partidas.

O mesmo já não aconteceu no domingo, quando recomeçaram as «comemorações»; só que desta vez houve feridos e cremos que meteu, então, polícia. O local escolhido foi próximo do cemitério, mas nem os mortos protestaram, nem as campas aumentaram, uma vez que os feridos não deram para tanto.

Não sabemos as motivações partidárias destes recontros, mas lá que se justificou plenamente a tradição de luta do 18 de Janeiro isso é um facto, embora com dois dias de adiantamento...”.

Na edição de 27 de janeiro de 1977 o JMG titula: «Efemérides - 25 de Janeiro de 1934». Foi nesta data que “um violento incêndio destruiu o velho edifício da Câmara Municipal. As causas do sinistro, segundo os cronistas da época, foram ocasionadas por um curto-circuito.

---

<sup>229</sup> Iniciais de Fernando Santos Pedro, empresário do setor de moldes para plástico, fundador da Rádio Clube Marinhense e membro do Rotary Club da Marinha Grande, já falecido.

Muito se quis especular, mas a razão, verdadeira, foi a motivada pela deteriorada instalação eléctrica”. Recorde-se que este incêndio ocorreu uma semana depois do *18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande. O jornal mantém a sua linha editorial ao longo de 1977 com referências ao Museu do Vidro, o futuro da imprensa regional, os resumos das deliberações camarárias, o desporto, as comemorações do 25 de Abril, o 1º de Maio, a vida associativa e industrial, o feriado municipal, as notícias de Vieira de Leiria, o aniversário do JMG, o 7º aniversário do falecimento de Acácio Calazans Duarte e, claro, publicidade.

O conteúdo do jornal é pouco apelativo e apresenta-se com apenas 6 páginas, com textos muito densos e poucas fotografias. Em 1 de dezembro, o jornal volta a posicionar-se como “um semanário de vocação SOCIALISTA, embora abertos a quantos connosco queiram colaborar, independentemente da sua ideologia política ou religiões perfilhadas”.

Na edição de 5 de janeiro de 1978 não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*.

Em 12 de janeiro de 1978 - nº 722 -, o *Jornal da Marinha Grande* aflora a ação insurrecional na primeira página, utilizando o título «18 de Janeiro»:

“O 18 de Janeiro é, para os operários da Marinha Grande, o símbolo da indómita vontade de ser livre; é expressão da impossibilidade dos títeres e dos déspotas abafarem um constante grito de revolta contra a opressão; é manifestação inequívoca da maioria cívica de cidadãos que conhecem bem os direitos que lhes assistem e dos deveres que lhes cabem.

O 18 de Janeiro será lembrado, para todo o sempre, pelos marinhenses de boa-vontade, seja qual for o ideal político que perfilhem, desde que esse ideal se fundamente nos princípios humanos de liberdade, fraternidade e igualdade.”

Na edição de 19 de janeiro de 1978, o jornal apresenta um misto de opinião e uma componente informativa escassa, com alusões ao centenário do nascimento do poeta Afonso Lopes Vieira, a substituição de José Vareda no executivo camarário por Francisco Veríssimo Duarte e o “Natal e a Criança”, uma exposição de trabalhos patentes na Biblioteca Gulbenkian. Ainda na primeira página a alusão ao *18 de Janeiro de 1934*, com o título “Presente”. O texto, que continua na página 4 e que se reproduz abaixo na íntegra, não está assinado, presumindo-se que a sua autoria é do diretor do jornal, Fernando Lopes:

“É verdade que a imprensa fascista da época, subvalorizou o feliz momento de união entre todos os trabalhadores revoltados, perseguindo e prendendo muito deles. O exército acabou por esmagar a revolução, mas os seus efeitos foram germinando e não seremos pretensiosos se dissermos que ainda hoje são visíveis. Acontece apenas que os tempos são outros e as circunstâncias são diversas, muito embora os problemas se mantenham. Foram afinal os problemas existentes no seio da sociedade portuguesa que estiveram na base da revolta de 18 de Janeiro de 1934”.

A leitura atenta do texto conduz-nos a várias reflexões. O autor ignora a espuma do acontecimento e chama a atenção para o essencial: “uma data de reflexão”. Já em 1978 se faz alusão ao “aproveitamento partidário”, numa clara alusão ao PCP. Por outro lado, o jornal toma partido ao falar numa “página decisiva no movimento sindical”, destacando ainda o “feliz momento de união entre todos os trabalhadores revoltados”. Ora o que o *18 de Janeiro* nos mostra é que aquele não foi um «feliz momento», pelo contrário. Aliás, o jornal revela as razões de o não ter sido: “perseguido e prendendo muitos deles”.

O autor do texto defende que o *18 de Janeiro de 1934* teve na sua origem “os problemas existentes no seio da sociedade portuguesa”. A investigação mostra-nos, pelo contrário, que a motivação dos revoltosos foi outra, ou melhor, outras. A abolição do sindicalismo livre, por um lado, e a queda do regime político, por outro, essas sim, foram as principais motivações dos revoltosos. Claro que as insuficiências individuais e coletivas também tiveram algum peso na decisão de avançar para a luta, mas é bem certo que, no início da década de 1930, Portugal era um país que tinha acabado de sair de uma ditadura militar motivada por dezasseis anos de I República que delapidou os cofres do Estado. Ou seja, as dificuldades eram generalizadas e sentidas pelo menos desde o início da década de 1920.

Nesta mesma edição, o autor do texto fala dos “problemas de extrema gravidade” por que passavam muitos milhares de trabalhadores, a braços com “profundas injustiças sociais, com miseráveis condições de vida”. É um facto que 1978 foi um ano difícil para os portugueses. Foi, aliás, o ano em que o FMI teve que intervir no país devido às dificuldades do Estado em honrar os compromissos internos e externos<sup>230</sup>.

O jornal não perde a oportunidade para identificar os problemas do país: a ambição pelo poder, a indefinição e a incompetência dos políticos. Estes conduziram o país para o incremento das dificuldades de sobrevivência “de quantos vegetam em vez de viverem”.

Não será abusivo afirmar que quer em 1934 quer em 2014 há portugueses a viver no limiar da pobreza e o pior é que as perspetivas não são animadoras, desde logo devido à monstruosa dívida pública<sup>231</sup>, à insustentabilidade da Segurança Social, à altíssima taxa de desemprego, já para não falar das injustiças sociais e no desinvestimento em setores como a educação e a saúde.

---

<sup>230</sup> O Fundo Monetário Internacional (FMI) acabaria por intervir em Portugal em 1983 e, mais recentemente, em 2011. Desta última vez, o Fundo associou-se ao Banco Central Europeu (BCE) e à Comissão Europeia (CE), triunvirato vulgarmente conhecido por troika.

<sup>231</sup> Cerca de 130% do Produto Interno Bruto (PIB).

Voltando ao texto, o autor não resiste a introduzir a componente político/ideológica, defendendo a criação de uma “sociedade nova, com rosto mais humano, de onde possa ser banida a exploração do homem pelo homem”.

Todavia, o jornal critica o sectarismo e a intolerância sindical e apela para que se evitem os fanatismos. Desta forma a necessária “coesão do movimento sindical” contra a “subserviência e a exploração”.

Na edição de 26 de janeiro de 1978 não há qualquer referência ao movimento.

No nº 730 do JMG de 9 de março de 1978, o jornal publica, na última página, um texto importante sobre o “Monumento aos Combatentes do 18 de Janeiro de 1934” no qual se anuncia que “um grupo de resistentes anti-fascistas, de que fazem parte alguns elementos desta Assembleia, com a participação e apoio do secretariado das Comissões de Moradores deste Concelho, propõe-se promover por subscrição pública, a construção de monumento aos combatentes do 18 de Janeiro de 1934”.

Ainda nesta edição, com destaque de primeira página, o jornal assume uma posição crítica “do que se conhece e do que não se conhece” sobre o Monumento ao *18 de Janeiro*. O jornal revela que teve a ideia de edificar “um monumento, que simbolizasse o operário em que a Marinha Grande mergulha as suas raízes - o vidreiro”.

O objetivo seria que “o monumento a construir pudesse ser o símbolo vivo do querer das gentes da Marinha Grande”.

Neste sentido, acrescenta, foram estabelecidos “contactos com o Sindicato Vidreiro e com o conhecido escultor marinhense, como primeiras diligências para esta valiosa iniciativa. Porque não tencionávamos guardar segredo, fomos dando conhecimento verbal, nas conversas que íamos tendo, da intenção que nos animava”. Fernando Lopes lamenta que a sua ideia tenha sido «usurpada» por outras e aprovada pela Assembleia Municipal mas “nunca perseguimos títulos de glória, mas não gostamos mesmo nada de fazer figura de parvos! Fazemos votos para o êxito deste iniciativa, mas não nos associamos a ela, pelos motivos que acabámos de expor e por outros que preferimos não expor, pelo menos por agora!”.

As edições a seguir a março de 1978 mantêm-se com seis páginas, por vezes oito, sem grande conteúdo informativo, mas a publicidade é uma presença notória, sobretudo do comércio local e regional.

Em 20 de abril, o jornal felicita *O Correio* pela passagem do seu primeiro aniversário. E tal como no ano anterior, o 25 de abril e o Dia do Trabalhador não passam indiferentes.

Até ao final do ano não há qualquer referência ao movimento insurrecional. Em 18 de janeiro de 1979 (nº 775), o JMG não faz qualquer referência ao movimento insurrecional mas destaca a comunicação social e “a censura com rosto democrático”.

A direção do jornal recorda do passado fascista mas não vê com bons olhos o presente:

“Muitos dos que nos lêem não conhecem os efeitos anabolizantes da pidesca censura de que toda a imprensa portuguesa foi vítima nos anos negros do fascismo. Quem governa não desconhece o papel que a imprensa falada, televisiva e escrita desempenha na mentalização daqueles que são governados. Para que a «ordem» e a «harmonia» sejam uma constante torna-se necessário calar as vozes dos discordantes, não vão os leitores acreditar que a governação não está a ser conduzida da melhor forma!”

1979 é um ano em que o conteúdo editorial do *Jornal da Marinha Grande* é muito pobre. O semanário apresenta-se com 4 páginas, no máximo 6, e apenas na capa vão surgindo algumas notícias. A opinião é igualmente uma constante, com textos que se presumem serem do diretor, Fernando Lopes. A última página é sempre dedicada à freguesia de Vieira de Leiria. A rubrica chama-se «Ecos da Vieira» e é coordenada por João de Matos Silva. As páginas interiores são, por norma, ocupadas por publicidades e informações úteis, além das notícias pessoais. Na edição de 17 de janeiro de 1980, o jornal faz uma pequena referência ao acontecimento na primeira página:

“Como é sabido, trata-se da primeira grande tentativa político-sindical para derrubar a ditadura que se vinha implantando em Portugal desde o 28 de Maio de 1926. Uma evidente falta de coordenação do movimento insurrecional e as divisões já então manifestas no movimento sindical acabaram por abordar a insurreição, tendo a mesma servido de pretexto para uma feroz perseguição àqueles que nela estavam envolvidos. Felizmente nem todos desapareceram ainda do mundo dos vivos e é em homenagem a esses e em memória dos que já partiram (a maioria sob tortura) que hoje aqui fazemos esta breve evocação de uma data que deve servir de reflexão, tão necessária nos dias em que correm.”

É precisamente na edição de 17 de janeiro de 1980 que o jornal passa a apresentar-se aos leitores num formato “mais pequeno”. O diretor explica a decisão: “aparecemos hoje com um formato um tanto mais pequeno que o habitual. Será para continuar já que é-nos cada vez mais difícil obter papel no formato com que o jornal vem sendo feito há 16 anos a esta parte”. O JMG passa a publicar-se com 8 páginas. Não colocando em causa a dificuldade de obter o papel habitual, é natural que esteja presente a vertente economicista na decisão de alterar o formato. O jornal melhora graficamente e nota-se um esforço de enriquecimento do conteúdo.

Na edição seguinte (24 de janeiro), o JMG não faz qualquer alusão ao *18 de Janeiro de 1934* e em 14 de fevereiro de 1980 o diretor do jornal garante que “enquanto a actual Direcção se mantiver, o *Jornal da Marinha Grande* não pertencerá a nenhuma força política, nem bajulará quem quer que seja”. É nesta data que o JMG informa os leitores que foi “adiado o julgamento em que é arguido o *Jornal da Marinha Grande*”, no qual está em causa um crime de abuso de liberdade de imprensa. Ao longo do ano de 1980 o semanário não aborda as temáticas da política, habitação social, o ensino, o desemprego, a saúde, a cultura, a segurança, os bombeiros, o desporto, as notícias da Vieira e de Maceira, etc. Ao contrário do seu concorrente direto, a atividade sindical tem pouco ou nenhum espaço do JMG.

Em 1981, na edição de 15 de janeiro nova referência ao assunto, no canto inferior direito da primeira página: “18 de Janeiro - 47 anos de revolução”. O jornal fala em “tentativa heroica de quebrar as amarras desse Estado Novo que ainda há pouco começara a lançar os seus tentáculos. Ao relembrar esta data não podemos deixar de endereçar as nossas saudações à população vidreira, em especial aos que participaram nesta revolução e muito particularmente àqueles a quem a vida ainda bafeja.”

Em 22 de janeiro de 1981 (nº 880) e edição seguinte não há qualquer referência ao movimento insurrecional.

Na edição de 23 de abril de 1981 o JMG dá um amplo destaque ao setor de moldes em geral e a Aníbal H. Abrantes em especial, o «pai» desta importante indústria. Nas restantes edições não há qualquer referência ao movimento.

As primeiras edições de 1982 não fazem qualquer referência ao acontecimento. Apenas em 21 de Janeiro, o jornal volta a fazer uma referência ao movimento na edição de 21 de janeiro:

“No passado dia 18 mais um aniversário passou sobre o movimento que em 1934 abalou as estruturas do Estado Novo e teve o seu berço na Marinha Grande. Sob o espectro de uma difícil situação económica, política e social, a data foi uma vez mais comemorada, cabendo ao Sindicato Vidreiro a respectiva organização. Aos sobreviventes daquela data histórica a nossa homenagem.”

Em 28 de janeiro de 1982: «1934-1982 (18 de Janeiro): os mesmos problemas»:

“Tal como aconteceu há anos atrás, os incidentes ensombraram as comemorações do 18 de Janeiro na Marinha Grande. O enxovalho, a ameaça e a agressão física deram assim as mãos para enxovalhar uma data que deveria ser comemorada por todos e não apenas por militantes e simpatizantes de uma organização política, no caso o Partido Comunista”.



Nas restantes edições de 1982 não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*. O jornal, graficamente pouco apelativo, com várias caixas e corpo de letra muito reduzido, apresenta vários textos de opinião e o seu conteúdo é muito a imagem do seu diretor, que assina diversos artigos. Num ou outro número surge uma entrevista de fundo, por vezes longa e que nalguns casos se prolonga por vários números. Nas duas primeiras edições de 1983 não há qualquer referência ao movimento. O JMG, em 20 de janeiro de 1983 recupera o tema na primeira página, com uma breve: «18 de Janeiro de 1934 - 49 anos depois»: “Como vem acontecendo, a Marinha Grande comemorou este ano, uma vez mais, o 18 de Janeiro de 1934. As comemorações iniciaram-se na 6ª feira, dia 14, prolongando-se até à noite do dia 18, compreendendo actividades culturais, recreativas, desportivas e sindicais. Aos sobreviventes do 18 de Janeiro em particular e em geral ao movimento sindical as nossas saudações, em momento particularmente difícil da nossa vida política/sindical”.

Ou seja, em 1983, o jornal limita-se a fazer uma breve sobre o tema e nada mais. Repare-se a importância que o semanário dá ao assunto.

Só em 25 de agosto de 1983 - edição nº 1015 - o JMG faz referência a uma obra que ainda hoje continua patente a quem circula na cidade: o monumento de homenagem aos vidreiros marinhenses. O jornal titula que o “Monumento alusivo ao Operário Vidreiro custará 1.800 contos e ficará na Praceta Vitor Gallo”. O JMG complementa a informação com uma fotografia do esboço da obra, da autoria do escultor Joaquim Correia, e cuja inauguração foi apazada para 18 de janeiro de 1984, precisamente cinquenta anos após a ação insurrecional. O Jornal informa ainda que será uma “merecida homenagem a uma profissão, onde o operário e o artista era, muitas vezes, uma e a mesma coisa”.

Em 26 de janeiro de 1984 o jornal titula: «18 de janeiro de 1934: Meio século depois, a homenagem merecida». Em baixo uma fotografia da inauguração do monumento ao *18 de Janeiro de 1934* e o seguinte texto: “Como estava previsto e havia sido anunciado, teve lugar no passado dia 18, a inauguração do monumento ao 18 de Janeiro, da autoria do escultor marinhense Joaquim Correia”.

### **1.5. A voz da esquerda em formato de papel**

O semanário *O Correio* surgiu como uma espécie de desafiador do *Jornal da Marinha Grande*. Separados à nascença por catorze anos, o projeto do Dr. José Henriques Vareda tinha

«espaço» num concelho culturalmente à esquerda. Aliás, foi esse o posicionamento que o jornal tentou ocupar, em oposição ao concorrente direto.

*O Correio* pretendia, assim, dar voz aos muitos marinhenses que se reviam numa ideologia mais à esquerda.

Tudo fez para captar este tipo de leitor mas o jornal teve grandes dificuldades para se impor, não só editorialmente como do ponto de vista económico.

Nem mesmo quando Osvaldo de Castro assume a direção do jornal - numa altura em que já se tinha desvinculado do PCP e aproximado do PS - e depois Telmo Neto<sup>232</sup> - também ele socialista -, aqui já sob a alçada do Grupo Lena de Leiria, consegue rentabilidade financeira, o que o levaria, aliás, ao encerramento alguns anos depois, deixando o JMG temporariamente sem concorrência direta. Mas por pouco tempo uma vez que surgiria *A Tribuna*, liderada por Fernando Lopes, e mais tarde por Horácio Moita Francisco, militante do CDS-PP, e posteriormente apareceria uma revista denominada *Expressões*, que se tornaria em jornal gratuito mas que teve vida efémera, encerrando em 2009.

*O Correio* foi, assim, o grande concorrente do *Jornal da Marinha Grande* e aquele que «mais luta» deu ao longo de anos.

Aliás, em muitos momentos, apresentava uma qualidade razoável para um jornal local, mas do ponto de vista comercial nunca foi muito agressivo.

Na primeira edição, datada de 22 de abril de 1977, o jornal explicava ao que vinha:

“Sente-se, de há muito, a carência de um Jornal que reflecta a vida do Povo do nosso Concelho, com as suas aspirações, os seus protestos, as suas fraquezas e os seus heroísmos. Um Jornal que aponte as deficiências, indique soluções e registre as modificações que se vão operando nesta região e até no país”.

Para tanto era e é preciso um Jornal que o Povo sinta ser seu, com ela se identificando em cada notícia, em cada reportagem, em cada artigo. Um jornal que seja, ele próprio, o nosso Povo em letra de imprensa, plasmando toda a riqueza dos seus sentimentos, emoções e pensamentos”.

Ficava claro que *O Correio* se queria diferenciar do seu concorrente direto e a própria manchete revela o que seria, a partir dali, o conteúdo do semanário.

Em manchete, na edição de estreia, uma fotografia a ocupa uma boa parte da capa e o título «25 de Abril Dia de Portugal».

---

<sup>232</sup> Telmo Neto foi um destacado empresário do setor de moldes na Marinha Grande e, paralelamente, teve uma carreira política, sobretudo a nível local, e associativa. Foi deputado e presidente da Assembleia Municipal da Marinha Grande. Pertenceu aos órgãos locais do Partido Socialista e a outras associações da cidade. Presidiu à Assembleia-Geral da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Marinha Grande e à direção da cooperativa RCMG e da sociedade MG, Lda., que detinha a Rádio Clube Marinhense (RCM).

No interior o jornal explica que a propriedade é de José Vareda “apenas por razões burocráticas e enquanto se não formaliza a cooperativa Editorial Esperança, s.c.r.l., com sede em Marinha Grande”.

Eram conhecidas as ligações políticas de Vareda ao PCP e ficava claro que este - o jornal - seria um instrumento para estar ao serviço das convicções que defendia.

O jornal nunca o escondeu e era claro o seu posicionamento. Aliás, na capital do vidro, fazia todo o sentido o seu posicionamento em contraponto com um JMG muito frágil editorialmente mas com o peso de muitos anos de edições e fortemente enraizado na então vila. Ainda hoje o *Jornal da Marinha Grande* é uma das marcas mais conhecidas no concelho.

*O Correio*, na primeira edição, apresenta 8 páginas e o seu conteúdo é rico em informação da Marinha Grande, com especial destaque - de uma página - para as comemorações do 25 de Abril na então vila. O diretor interino é João de Almeida Fernandes<sup>233</sup>, caindo mais tarde essa interinidade. Neste primeiro número não há qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934*.

Na edição seguinte - 29 de abril - o jornal volta a fazer manchete com as comemorações do 25 de Abril e, em baixo, aborda o 1º de Maio: “que no 1.º de Maio os trabalhadores da Marinha Grande demonstrem unidos que não querem que o ‘25 de Abril’ volte atrás”. Esta é uma afirmação de Kalidás Barreto, membro do Secretariado da CGTP - Intersindical Nacional.

No interior o jornal volta a apresentar-se bastante arrumado, com leitura fácil e há na página 4 uma referência ao *18 de Janeiro de 1934*, ainda que ao de leve, a propósito das comemorações do 25 de Abril no Concelho.

Num artigo com o título «O povo veio para a rua», pode ler-se: “Todos, e são milhares, estão ligados pelo mesmo desejo, pela mesma alegria, pela mesma determinação: ‘O fascismo não passará’. E quando, já noite alta, se regressa a casa, o cansaço é prazer. Um prazer de confiança feito. Confiança dos e nos trabalhadores de que as conquistas da Revolução do 25 de Abril serão defendidas. Pelo mesmo Povo que fez o 18 de Janeiro!”.

---

<sup>233</sup> Amigo de José Vareda, dirigente sindical reconhecido no distrito em geral e particularmente na Marinha Grande, onde residia. Estava ligado ao Sindicato dos Trabalhadores de Comércio e Escritórios. Apesar de figurar como Diretor do semanário, era Fernando Marrazes que, na prática, exercia essas funções, como facilmente se depreende pela leitura do conteúdo editorial do jornal.

Na edição de 6 de maio de 1977 (nº 3) o destaque vai para as comemorações do 1º de Maio, que merece um grande destaque no interior. Ainda na capa, em baixo, «Os trabalhadores da Tomé Feteira concentraram-se em Leiria» e “C.C.T. dos vidreiros para quando a homologação do Ministro?”.

Em 13 de maio de 1977, *O Correio* faz «O apelo da unidade»:

“Retenhamos a lição, Marinhenses e Vieirenses. Demo-nos as mãos, na defesa da tradição por que se sacrificaram tantos dos nossos conterrâneos, para que se viva a Democracia entre nós e se desenvolvam e reforcem os laços de solidariedade entre todos os munícipes e, em particular, entre todos os elementos das massas trabalhadoras, que são a maioria do nosso concelho”. Em manchete a situação dos reformados e a cooperativa de consumo do povo que é “um empreendimento necessário ao serviço do povo trabalhador”.

Na edição seguinte - 20 de maio - o jornal volta a dar destaque de primeira página aos reformados, às barracas à beira-mar e ao concurso de pesca desportiva de S. Pedro de Moel.

Em 27 de maio, *O Correio* dá amplo destaque ao *Dia da Espiga*, o feriado municipal do concelho, e apresenta um trabalho sobre a empresa Tomé Feteira que, segundo os trabalhadores, terá sido o “braço do regime fascista”.

No número sete de 3 de junho o semanário marinhense revela que a Câmara Municipal olha para o problema da habitação como sendo de “resolução prioritária”.

Na semana seguinte, *O Correio* apresenta uma fotografia das barracas junto às praias do concelho, apelidando-as de “aldeamentos à beira-mar”. O jornal defende que “há que mantê-los e melhorá-los. Nunca demoli-los”. Uma pretensão que não seria atendida uma vez que acabariam por ser demolidos.

Em 24 de junho, o jornal fala das comissões de moradores, com eleições agendadas para breve, considerando que estas organizações “são absolutamente indispensáveis”. A manchete vai para o desporto, considerado um “direito do povo”.

Chegados ao nº 10, de 1 de julho, mais do mesmo: «A manifestação da intersindical na Marinha Grande”. Anuncia-se ainda para 3 de julho as eleições para as comissões de moradores.

Não existe, nestes primeiros números, qualquer peça jornalística relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*. Há, contudo, diversos anúncios dos sindicatos e da autarquia, o que pressupõe uma aproximação entre a direção do jornal e estas entidades.

*O Correio*, a partir das edições de verão, perde alguma qualidade editorial, apresentando muitos artigos de opinião, e pouco trabalho de agenda.

Antes do final do ano, o jornal melhora o seu noticiário desportivo mas mantém a linha ideológica, sempre muito próximo da atividade sindical, dos direitos dos reformados, das posições próximas do PCP. Álvaro Cunhal e as suas posições surgem no jornal amiúde, bem como a visão da corrente sindical.

Assim, no primeiro número de *O Correio* no mês de janeiro, precisamente 44 anos após a eclosão do movimento insurrecional, o semanário dá destaque ao movimento, como seria de esperar. Vejamos de que forma o jornal aborda o tema.

*O Correio* de 6 de Janeiro de 1978, na capa, escreve em título: «A revolta do ‘18 de Janeiro de 1934’ na Marinha Grande».

Em baixo, sem identificação do autor do escrito, pode ler-se:

“Os acontecimentos ocorridos no dia 18 de Janeiro de 1934, na Marinha Grande, devem ser conhecidos e reflectidos ainda hoje, pelas gerações mais jovens; e muito mais, na complexa situação política, económica e social que vivemos hoje, e que tem bastantes pontos de contacto com a de há 44 anos.

Porque assim pensamos, o nosso jornal referir-se-á ao acto de luta antifascista de que a Marinha Grande foi palco e que ainda não deixou de ser controverso.

Se quer conhecer algo mais sobre o «18 de Janeiro», amigo leitor, leia a nossa edição do próximo dia 13.”

Na edição de 13 de janeiro, Marrazes (1978, p. 4), que anos antes tinha passado pelo *Jornal da Marinha Grande*, assina um longo texto sobre a problemática do qual destacamos o seguinte fragmento<sup>234</sup>:

“A data de 18 de Janeiro de 1934 é algo que o povo da Marinha Grande, ao longo de quase meio século, nunca esqueceu nem esquecerá pelo tempo fora. Os acontecimentos aqui ocorridos naquela data, se bem que tragicamente marcados viriam a ser até aos nossos dias um permanente incentivo na luta anti-fascista travada durante o último meio século em Portugal. Hoje os trabalhadores da Marinha Grande têm plena consciência que o inimigo de há 44 anos ainda não deixou de todo de existir, porque existe o capitalismo, embora já sem a iniciativa nas grandes lutas da humanidade”.

No texto, o jornalista garante que “no fim da década de 1920, vivia-se uma crise social, económica e política a nível planetário. Então, na Marinha Grande, a classe operária e o resto do povo debatiam-se com o desemprego, a fome, a miséria. Não havia trabalho para todos. Os capitalistas vidreiros, tendo à sua disposição um exército de desempregados, aproveitavam esta situação para levarem a exploração dos que trabalhavam, às suas consequências mais desumanas”.

---

<sup>234</sup> Marrazes, F. (1978, janeiro 13). O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande continua a ser um marco de luta anti-fascista em Portugal. *O Correio*, p. 4

Neste tempo, acrescenta, “na Marinha Grande, apenas ao nível da indústria vidreira, existiam três sindicatos: um CGT, anarquista, um em que dominavam os socialistas-revolucionários e outro de que se não conhecem as tendências políticas”. Um sindicalizava apenas os trabalhadores garrafeiros, o outro os trabalhadores da vidraça e o último os trabalhadores de algumas profissões da indústria de cristalaria.

Fernando Marrazes garante que foi neste quadro que os operários “iniciaram uma incessante actividade para unir todos os trabalhadores, começando por criar mais um sindicato. E por volta do fim do ano 1931, acabam por ver coroados os seus esforços na luta pela unidade dos trabalhadores, ao conseguirem congregá-los num sindicato vertical, na Marinha Grande, o qual viria depois a ter âmbito nacional”. Este sindicato desenvolveu “um intenso trabalho de natureza política, cultural e educativa dos trabalhadores, aumentando o seu grau de consciencialização e criou um sistema de assistência médica e social que abrangia as próprias famílias daqueles”, escreve Marrazes.

O jornalista explica que a Constituição de 1933 “investiu contra os sindicatos independentes”, como eram designados, propondo substituí-los por “sindicatos nacionais”. É então criada a nível nacional “a Comissão Inter-Sindical, congregando vários sindicatos de todo o país. Persiste no entanto um bloco de sindicatos CGT, de tendência e influência anarquistas”. Serão estas duas frentes as protagonistas do *18 de Janeiro de 1934*. No mesmo texto, Marrazes (1978, p. 4) questiona a razão da ação armada ter atingido uma enorme intensidade na Marinha Grande e apresenta a seguinte justificação:

“Das trocas de impressões que tivemos com alguns dos sobreviventes e participantes do «18 de Janeiro», fica-nos a ideia de que o recurso à força por parte dos operários vidreiros e do povo da Marinha Grande, preconizado pelos anarquistas, terá derivado da influência destes, em alguns sectores mais aguerridos do operariado. Mas para alguns desses mesmos sobreviventes e participantes do «18 de Janeiro», não é apenas isto que explica que os trabalhadores da Marinha Grande e o povo tenham vindo para a rua e tenham lutado de armas na mão, como se sabe, paralisando comboios, cortando estradas e tomando o posto da GNR e os Correios. Os trabalhadores e as suas famílias sabiam o que tinham conquistado em dois ou três anos e não se resignavam a perder uma só dessas conquistas nem a estrutura sindical que as possibilitara”.

Após a leitura do texto fica-se com a noção exata das convicções políticas do autor, que seria durante muitos anos funcionário do STIV. Este texto encaixa que nem uma luva na linha editorial que se tinha delineado para o jornal.

Ainda na edição de 13 de Janeiro de 1978, o jornal *O Correio* apresenta um outro texto sobre o tema: «Como lição, um acto positivo».

“O que se passou na Marinha Grande na década anterior à data de 18 de Janeiro de 1934 e as consequências deste dia de luta para o movimento operário e sindical, localmente, demonstram, pelo seu antagonismo, o que se ganhou antes e o que se perdeu depois; demonstram também o quando podem custar as vacilações, a ausência de uma direcção revolucionária firme, o provocar com as forças de classe do capitalismo uma luta violenta sem os meios necessários; o estabelecimento de processos de luta inadequados a uma situação concreta; a existência de várias formações políticas que batendo-se por um mesmo objectivo, a ele querem chegar por caminhos tortos, incorrectos, etc.”.

*O Correio* assume ainda a derrota categórica dos operários:

“Foi um pouco de tudo isto com algo de muito mais grave, ou seja, a não mobilização e o não apoio nas massas trabalhadoras que levou ao insucesso do «18 de Janeiro». Nem podia ser de outra maneira, tal foi a envergadura da aventura armada – mal e pobremente armada, diga-se.”

Apesar de assumir a derrota, questiona: “terá sido benéfico para o movimento sindical e operário?”.

“O «18 de Janeiro» não foi obra exclusiva, nem sobretudo, dos comunistas. Foi acima de tudo, um sincero acto de luta de homens revolucionários de diferentes tendências sindicais e políticas, que honesta mas erradamente, enveredaram por uma forma de luta que julgaram ser a melhor na situação concreta que se lhes apresentava, e não o foi. O «18 de Janeiro», foi um acto de luta de trabalhadores, em defesa dos trabalhadores, que pecou acima de tudo, porque foi levado a cabo sem que estes estivessem suficientemente esclarecidos e mobilizados”.

Esta é uma posição de alguma humildade de alguém que, desta forma, vem refutar o grande feito de 18 de janeiro de 1934, a ocupação da Câmara Municipal, a concentração na Praça Stephens e a criação do soviete. Estamos perante uma evidente contradição com outras vozes próximas do PCP.

A edição de 13 de janeiro de 1978 é, aliás, muito rica em informação sobre a acção insurreccional. Na página 4 pode ler-se um outro texto de Fernando Marrazes sobre o acontecimento no qual se aborda «a organização e o desencadeamento da acção na marinha grande». Pode ler-se que na naquela altura o sindicato dos vidreiros se encontrava encerrado e selado e que “um dos objectivos dos participantes na acção do «18 de Janeiro», na Marinha Grande, era recuperar o Sindicato e reabri-lo”.

Fernando Marrazes garante que “o centro de direcção das operações estava todo em casa do operário Manuel Esteves de Carvalho, o «Manecas», que residia na casa onde actualmente está instalada a sede do núcleo do PS, na Marinha Grande. Cada brigada tinha mensageiros através dos quais enviaria informações ao centro de direcção que pelos mesmos mensageiros dividia instruções”.

A terminar, a constatação do desaire:

“Nas horas que se seguiram foi imposto o estado de sítio; e ao romper do dia centenas, se não milhares de trabalhadores, não sabedores do que estava a passar-se, foram presos quando se dirigiam ao trabalho. Muitos foram depois libertados. Mas outros seguiram o duro caminho do Tarrafal, do Aljube, do Limoeiro”.

Ainda na edição de 13 de janeiro de 1978, o jornal apresenta o programa provisório das comemorações do movimento insurrecional na então vila da Marinha Grande:

Em 27 de janeiro de 1978, *O Correio* escreve: «Na Marinha Grande - Comemorações do 18 de Janeiro demonstraram o pendor anti-fascista da sua população». No interior, o jornal cita um dos sobreviventes do movimento, Manuel Baridó, que destacou a influência que o 18 de Janeiro teve “nas lutas posteriores dos trabalhadores portugueses que aproveitaram o melhor que souberam a experiência de alguns erros então cometidos”.

Ainda nesta edição, na página 8, *O Correio* faz referência à intervenção do deputado do PCP Joaquim Gomes na Assembleia da República sobre a efeméride, lembrando que *o 18 de Janeiro* “começou por ser um movimento de protesto e acabou, por influência do aventureirismo anarquista, num arremedo de «putch» armado”. Na sequência desta intervenção, o presidente Vasco da Gama Fernandes referiu-se ao povo da Marinha Grande como “gente de uma coragem, lealdade e fraternidade como melhor nunca encontrei”. Uma afirmação que colheu bem nas bancadas do PCP e PS.

Ao longo do ano de 1978, o semanário *O Correio* mantém a sua linha editorial em defesa dos trabalhadores, dá voz permanentemente aos sindicatos e apresenta-se contra o regime que se havia finado em 1974. No editorial de 24 de fevereiro, surge o título «“Fascismo nunca mais”». A atividade sindical tem uma presença significativa e isso refletiu-se depois na publicação de anúncios.

Na edição de 10 de março é anunciado que “Na Marinha Grande vai ser erguido um monumento aos resistentes anti-fascistas do «18 de Janeiro»”. Um projeto aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal da Marinha Grande de 27 de fevereiro. As edições de abril e de maio apresentam textos relativos à restituição da liberdade e ao Dia do Trabalhador, o que se percebe tendo em conta a linha editorial do semanário marinhense. A publicidade no jornal é escassa, salvo uma ou outra edição, o que pressupõe que é deficitário do ponto de vista económico, pois a circulação é inferior ao seu concorrente direto. Nem mesmo os anúncios quase semanais dos sindicatos do concelho e os editais da Câmara seriam suficientes para equilibrar as contas do semanário.



Na edição de 22 de setembro de 1978 o jornal diz: «militante antifascista lembrado na Marinha Grande: António Guerra vai ser nome de rua no Salgueiro». Em baixo o semanário defende que vai ser feita justiça “a este militante que lutou contra a ditadura que durou quase cinquenta anos e que na Marinha Grande, muitos filhos de trabalhadores fez chorar lágrimas de dor e de desespero”.

*O Correio* de 5 de Janeiro de 1979, na capa e interior, escreve: «A Marinha Grande vai comemorar o 18 de Janeiro», que “continua a ser uma data marcante da luta de todo proletariado português e do povo em busca da sua libertação da opressão fascista”.

Na edição seguinte - 12 de Janeiro de 1979 -, nas páginas 1 e 2, o jornal escreve “como se desenrolaram os acontecimentos do 18 de Janeiro na Marinha Grande”, na perspectiva de José Gregório, já relatada anteriormente. O jornal de 19 de janeiro de 1979 não faz qualquer referência ao movimento. Só na edição seguinte - 26 de janeiro - regressa ao tema ao citar Raul Ferreira, presidente da direção do Sindicato dos Vidreiros: “não podemos perder a confiança no futuro”.

Estas palavras foram proferidas nas comemorações do *18 de Janeiro de 1934*:

“É sempre com satisfação e orgulho que recordamos o exemplo que o «18 de Janeiro de 34» representa na resistência ao fascismo e à exploração.

Todo o movimento operário tem orgulho desta gloriosa jornada.

Mas se esta data encerra, para o Povo trabalhador, tão grande significado, para a classe operária vidreira e para o Povo da Marinha Grande, pela sua participação directa na luta, teve necessariamente que traduzir-se num compromisso de honra:

- Um desafio às gerações que se lhe seguiram.

A classe operária vidreira pelo seu exemplo passou a partir daí a ter mais responsabilidades no seio do Movimento Operário.

A bandeira que o 18 de Janeiro ergueu contra o fascismo e pela Democracia calou profundamente nesta generosa classe operária da Marinha Grande, que tantos filhos haveria de dar a partir de então à luta contra o odioso regime de opressão e miséria que submeteu o nosso Povo.”

Também presente nas comemorações de 1979 esteve Armando Teixeira da Silva, da CGTP, que afirmou: “será o povo português quem defenderá o regime democrático”.

Ainda na edição de 26 de Janeiro de 1979 - página 3 - o jornal escreve:

“Uma forte e elevada confiança no futuro foi, sem dúvida, uma das tónicas marcantes das celebrações do 45.º aniversário da «Revolução de 18 de Janeiro de 1934», que tiveram lugar na Marinha Grande”.

Nas semanas seguintes não há qualquer alusão ao movimento mas o jornal mantém a sua postura de afronta ao governo de Mota Pinto, bem como à divulgação de temas relativos à

ação sindical. Em 20 de abril de 1979, em editorial, o jornal escreve que “o povo defenderá Abril”.

Ao lado, “o governo Mota Pinto / PSD prossegue o massacre social do povo”. O 1º de Maio volta a não passar despercebido ao jornal. A cor chega a *O Correio* em 8 de junho de 1979, num suplemento sobre o *Rali Rota do Sol*. O cabeçalho e os títulos são escritos a vermelho, o que dá outro aspeto gráfico ao jornal.

Antes do final do ano, em editorial, o jornal anuncia que “a luta vai continuar. E através dela as forças democráticas e progressistas defenderão o Portugal de Abril, o Portugal Democrático, o único a partir do qual será possível rumar definitivamente à sociedade melhor para que a Constituição aponta”.

Na edição de 21 de dezembro de 1979, em manchete, o jornal titula: “com a vitória da APU os trabalhadores assumem ainda mais o poder local na Marinha Grande”. Este título é revelador do posicionamento do jornal, próximo do PCP.

Em 11 de janeiro de 1980 (edição nº 142), *O Correio* diz que «o 18 de Janeiro vai comemorar-se na Marinha Grande».

Em baixo o jornal escreve que os trabalhadores “irão assim recordar de forma especial uma data em que os seus camaradas de há 46 anos se ergueram contra o regime fascista para reabrir o seu Sindicato, que fora encerrado, e que tanto custara a formar, para defesa dos interesses dos respectivos associados”.

Ainda nesta edição, o semanário lembra que “o levantamento era não apenas contra o regime fascista mas também contra o patronato vidreiro que pagava salários de miséria - o que só era possível, porque mantinha um elevado índice de desemprego”.

O jornal escreve ainda:

“Não tendo embora permitido alcançar os fins tão acalentadamente sonhados, o «18 de Janeiro» ficou contudo a constituir um acontecimento inapagável da História do nosso movimento operário e da luta do povo português contra o regime fascista.

O insucesso de há 46 anos nunca conseguiu quebrar o ânimo dos trabalhadores, particularmente dos vidreiros, e do povo da Marinha Grande, e por isso a luta continuou sempre, até ao derrube do fascismo, com o 25 de Abril e, vai continuar, tendo por rumo, ajudar a construir em Portugal uma sociedade mais justa e mais livre.

Os herdeiros do regime fascista agora no Poder, ou quando fora dele, não conseguirão impedir a luta por esse objectivo, porque ele hoje e amanhã, mais do que nunca, é o destino certo de todos os povos que ainda o não conseguiram”.

*O Correio* de 18 de janeiro de 1980, no editorial<sup>235</sup>, volta a dar grande destaque ao movimento, mantendo uma coerência que agradava fundamentalmente ao PCP e aos seus militantes e simpatizantes: “perfazem-se, precisamos hoje, 46 anos decorridos sobre os acontecimentos que em 18 de Janeiro de 1934 se desenrolaram na Marinha Grande e foram sem dúvida o ponto culminante e um dos períodos mais ricos e mais duros da história do operariado vidreiro português”.

O jornal esclarece que o movimento “constitui um precioso repositório de ensinamentos, nos erros e nas virtudes que emergem dos acontecimentos; e se, por outro lado, hoje, de Abril, é necessário pôr os olhos nos exemplos dados por operários como António Guerra, José Gregório, Júlio Marques, Augusto Costa, Manuel Esteves de Carvalho e tantos outros, quer também já mortos, quer felizmente ainda pertencentes ao número dos vivos não menos necessário oportuno é recordar algo que precedeu o «18 de Janeiro e que nos nossos dias é importante que seja realçado, já que o paralelismo e o divisionismo sindical andam por aí à espreita”.

*O Correio*, nesta mesma edição, defende:

“A defesa da unidade dos trabalhadores vidreiros e da sua estrutura sindical actual, é não só a melhor forma de defenderem os seus interesses, mas também a melhor forma ainda de homenagearem camaradas seus, como José Gregório, António Guerra, Augusto Costa, Manuel Esteves de Carvalho, Júlio Marques e tantos outros, que no Tarrafal, em Angra do Heroísmo ou em outros locais, sofreram e morreram em defesa de um ideal: o da defesa da unidade e dos interesses dos trabalhadores. Um exemplo que é uma herança riquíssima que nos deixaram, apesar de o «18 de Janeiro de 1934» não ter sido, nem ter trazido, aquilo que tanto desejaram e por que lutaram até ao último alento das suas vidas.”

Ainda na edição de 18 de janeiro de 1980, na página 4, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira publica um terço de página ao alto onde promove as comemorações do movimento e faz um comunicado à população.

No texto, o STIV lembra as virtualidades das lutas travadas desde 1910 pela criação do seu sindicato, “contra o patronato de então, que, tal como os seus herdeiros hoje, só queria fazer fortuna à custa da miséria dos trabalhadores”, e contra o Estado Novo e o regime fascista, a partir de 1926.

---

<sup>235</sup> Espaço onde o Diretor, Editor, Chefe de Redação ou um jornalista de uma publicação expõe os pontos de vista do jornal relativamente a uma ou mais matérias.

No comunicado o STIV afirma:

“Mesmo nos tempos mais duros do criminoso regime que entre nós vigorou quase 50 anos, o «18 de Janeiro» nunca foi esquecido, sobretudo pela geração que o viveu, e viveu o tempo que se lhe seguiu. Mas, só depois do 25 de Abril, para o qual também contribuiu, o «18 de Janeiro» pôde passar a comemorar-se em completa liberdade como data memorável que é, não só dos trabalhadores vidreiros e do povo da Marinha Grande, mas também dos restantes trabalhadores desta terra e do Povo Português. E, presentemente, quando estão no Poder os herdeiros materiais e ideológicos do fascismo e do colonial-fascismo, o «18 de Janeiro» deve ser comemorado como a data de importância histórica que, na verdade é, sobretudo para a Marinha Grande.”

Na edição seguinte, *O Correio* dá amplo destaque na capa às comemorações do movimento insurrecional. Marrazes (1980, p. 1 e 8)<sup>236</sup> sublinha que “o momento histórico que vivemos tem algo de comum com o tempo histórico que se vivia em 1934. Hoje, como ontem, as forças reaccionárias e fascistas estão de novo apostadas em organizar e reestruturar o regime da exploração, o regime capitalista-fascista. Por isso teremos de cerrar fileiras junto dos nossos sindicatos, organizar a defesa contra a investida do grande patronato latifundista e monopolista, do imperialismo internacional”.

Nas edições de 1980, *O Correio* mantém a sua linha de sempre. Em 22 de fevereiro, por exemplo, faz manchete com a manifestação de Leiria contra a política do Governo Sá Carneiro / PPD / CDS. A atividade sindical tem igualmente um amplo destaque em todas as edições. O jornal apresenta mesmo uma página semanal que se intitula «Trabalhadores & Sindicatos». Em 7 de março, “A luta continua, Abril vencerá”. Em 25 de Abril do mesmo ano, “O 25 de Abril triunfará dos seus inimigos” e “A demissão do Governo é uma exigência dos trabalhadores”. Em 2 de maio, “O 25 de Abril trouxe o povo para a rua”. Em 13 de junho, “Os trabalhadores da Manuel Pereira iniciaram formas de luta”. Ainda sobre a vidreira Manuel Pereira Roldão, o jornal escreve em 20 de junho que “a gerência recorre à demagogia e à mentira”.

Na edição de 27 de junho, “o povo do distrito de Leiria exigiu na maior manifestação até hoje efectuada na capital do distrito a demissão do governo Sá Carneiro / Freitas do Amaral”. Em 15 de agosto volta a ficar claro o rumo editorial d’*Correio*: “Os trabalhadores de todo o mundo querem a paz, trabalho, pão, liberdade e democracia”.

No editorial de 12 de setembro, “Como os Ministros do Governo AD derretem o dinheiro do povo”.

---

<sup>236</sup> Marrazes, F. (1980, janeiro 25). «Temos de cerrar fileiras junto dos nossos Sindicatos - afirmou Júlio de Oliveira da Silva, nas comemorações do 18 de Janeiro». *O Correio*, p. 1 e 8

Em 10 de outubro, em manchete, “A APU ganhou de novo as eleições na Marinha Grande - A representação do distrito de Leiria na Assembleia da República mantém-se”. Na Marinha Grande, os comunistas obtiveram 7.153 votos, os socialistas 5.105 e a AD 4.875.

Na edição de 5 de dezembro, o título: “Os trabalhadores vidreiros da cristalaria decidiram agudizar a sua luta”.

Na primeira edição de janeiro de 1981, dia 2, *O Correio* faz manchete com a religião, algo pouco comum - aliás, raríssimo - ao citar o Papa João Paulo II na sua mensagem de Natal: “desejo estar perto de todos vós que sofreis”.

Na semana seguinte o regresso à normalidade: “americanos ameaçam destruir centenas de postos de trabalho em Caldas da Rainha”.

No canto inferior esquerdo desta edição de 9 de janeiro de 1981, “Sindicato dos Vidreiros prepara as Celebrações do 18 de Janeiro, data em que os trabalhadores vidreiros da Marinha Grande levaram até às últimas e mais dramáticas consequências, o seu desejo legítimo e compreensível, de impedirem o encerramento do seu Sindicato pela ditadura fascista de Salazar”.

Em 16 de Janeiro de 1981, publicam-se dois artigos sobre o movimento, com destaque de primeira página. No editorial, «O 18 de Janeiro de 1934 não está esquecido na Marinha Grande». Em baixo pode ler-se:

“Os acontecimentos do «18 de Janeiro» culminavam um dos períodos mais ricos e mais duros da história do país e do operariado português, onde os operários vidreiros eram sem dúvida um dos seus sectores mais avançados, tradição que ainda hoje não só se mantém como se tem ampliado e reforçado, ao longo de dezenas de anos de árduas e difíceis lutas”.

Ainda na primeira página desta edição o jornal opta por apresentar o programa que prevê “manifestações de carácter político-sindical, recreativo e desportivo, para assinalar a efeméride”. Claro que o conteúdo político não é ignorado e, mais uma vez, o texto é assinado por Marrazes (1981, p. 1 e 8)<sup>237</sup>: “apesar de tudo, dessa dura jornada, ficaram preciosos ensinamentos, que ainda hoje se mantêm válidos; e é sobretudo por estes, que o sacrifício dos revolucionários do «18 de Janeiro de 1934» não foi em vão. Então como hoje as forças de exploração e da opressão, todos quantos material e politicamente se nutriam fartamente do fascismo, tudo fizeram até conseguirem destruir o poderoso movimento sindical que então se esboçava fortemente, depois de vários anos em que o pluralismo, o elitismo e o anarco-

---

<sup>237</sup> Marrazes (1981, janeiro 16). 18 de Janeiro de 1934 vai ser recordado na Marinha Grande. *O Correio*, p. 1 e 8

sindicalismo, criaram graves problemas ao movimento operário português, os quais estiveram na base de muitas e muitas derrotas infligidas aos trabalhadores pelos seus inimigos de classe”.

Em 23 de janeiro de 1981, *O Correio* apresenta a reportagem das comemorações do *18 de Janeiro de 1934* e titula: “os movimentos operário e democrático têm de passar à ofensiva”. As palavras foram proferidas por José Luís Judas, da CGTP-IN, nas comemorações da efeméride na Marinha Grande. Este dirigente afirmou ainda no pavilhão da Embra, onde decorreu um comício sindical, que os revolucionários participantes no movimento deram “uma pronta resposta de vivo protesto e repúdio, pela fascização dos Sindicatos decretada pela camarilha reaccionária de Salazar”.

Judas lembrou que apesar de terem passado 47 anos, “mantém-se a plena actualidade da comemoração e da reflexão consciente e profunda dos acontecimentos que lhe estiveram na origem. Comemoramos para recordar aqueles que humildemente ofereceram o seu sangue e a sua liberdade, lutando contra o fascismo, a repressão, a exploração e a miséria da classe trabalhadora”.

O jornal cita ainda Raul Ferreira, presidente do STIV, para quem “o governo AD / Balsemão segue rigorosamente a política do governo anterior”.

Na edição de 30 de Janeiro de 1981, *O Correio* titula: “Aumentar os preços de tudo, permitir a especulação e impedir o aumento dos ordenados - eis o que o Governo AD vai fazer”.

Em 20 de Fevereiro, “continuam a faltar casas na Marinha Grande”.

A 27 de Março, “o governo AD quer tirar mais de 1,5 milhões de contos às Autarquias do Distrito de Leiria - É uma roubalheira e uma desvergonha indecente”.

Em 24 de abril referência às comemorações do 25 de abril na Marinha Grande e, ao lado, “o Papa João Paulo II exaltou os que sofrem por amor a Cristo”. É mais uma rara referência religiosa que o jornal apresenta nas suas páginas<sup>238</sup>.

No 1º Maio o editorial é simplesmente um poema de V. Maiakovsky<sup>239</sup> e, ao lado, “o povo defende Abril porque o 25 de Abril valeu a Pena”. Na semana seguinte, “os trabalhadores mobilizam-se e lutam porque os seus problemas se agravam”.

---

<sup>238</sup> O jornal volta ao tema em 22 de maio de 1981 a propósito do atentado ao Papa João Paulo II. O semanário diz que o líder da igreja “está livre de perigo”.

<sup>239</sup> Considerado como um dos maiores poetas do século XX, Vladimir Mayakovsky (1893-1930) era também apelidado de «o poeta da Revolução». Além de poeta, foi dramaturgo e teórico russo.

A afirmação é de Manuel Lopes, membro do Secretariado da CGTP-IN, na grandiosa manifestação do 1º de Maio, em Leiria. Em junho, *O Correio* escreve que “os reformados não podem (nem devem) consentir na sua marginalização” mas o verão é marcado pelos fogos florestais. Não cessam, todavia, as notícias sobre a atividade sindical e as críticas ao governo. Em 23 de outubro, na capa, “O Sindicato dos Vidreiros alerta os trabalhadores para as manobras do governo AD”. Em 20 de novembro, “Os trabalhadores vão contra-atacar a política do governo AD”.

Em 1982, *O Correio* inicia a abordagem ao *18 de Janeiro* e publica um caderno especial sobre o movimento, em 15 de janeiro. Segundo Marrazes (1982, p. 1)<sup>240</sup>, “então, como hoje, as forças da opressão e da exploração económica, política, social e cultural, todos quantos materialmente se nutriam da criminoso pilhagem com que o fascismo vitimava o Povo, tudo fizeram para destruir o poderoso movimento sindical que se vinha esboçando e ao qual também o pluralismo e o anarco-sindicalismo vinham causando graves dificuldades e problemas”.

O caderno especial, a cores, apresenta vários textos sobre o *18 de Janeiro de 1934*, uma longa entrevista com o presidente da Câmara da Marinha Grande, João Barros Duarte, e publicidade, da qual se destaca meia página do STIV com o programa das comemorações.

Num dos textos, pode ler-se: «para o insucesso do “18 de janeiro” contribuíram também os Republicanos, os Democratas e os socialistas da I República Burguesa».

“E é sobretudo necessário, hoje aqui, recordar que, ao contrário do que muitos possam pensar ou afirmar, não se deve apenas à eficácia do aparelho repressivo do regime fascista nem ao desequilíbrio quantitativo e qualitativo de forças, o insucesso da insurreição popular armada que em 18 de Janeiro de 1934 teve lugar na Marinha Grande, e foi o acto mais significativo que restou daquilo que se pretendeu fosse um movimento revolucionário e popular capaz de convulsionar todo o país.

O insucesso do «18 de Janeiro» começara muitos anos antes e, também ele, foi motivado por todo um conjunto de condições que já antes haviam conduzido ao «28 de Maio»”.

O jornal conclui:

“Hoje, tal como em 1934, também há quem queira forçosamente que os sindicatos renunciem à luta de classes, que os trabalhadores fiquem de joelhos, aos pés dos governos, do patronato, do capitalismo e do imperialismo e não lutem pela realização do seu destino histórico, que é, pôr termo à opressão e à exploração do homem pelo homem.”

---

<sup>240</sup> Marrazes, F. (1982, janeiro 15). O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande. *O Correio*, p. 1 e 8

Ainda na edição de 15 de janeiro de 1982, o jornal *O Correio* apresenta, no mesmo caderno especial, o testemunho de José Gregório relativamente ao movimento. Na edição seguinte - 22 de janeiro de 1982 - publica a reportagem das comemorações do movimento e titula: «O 18 de Janeiro foi recordado na Marinha Grande».

Em baixo, pode ler-se:

“Uma projectada romagem ao cemitério da Marinha Grande, junto às campas de alguns trabalhadores, marcada pela UGT para evocar o «18 de Janeiro», degenerou em incidentes lamentáveis, entre cerca de meia centena de pessoas que se prestava para participar na referida romagem e algumas centenas de pessoas que consideraram a atitude da UGT uma «provocação» e uma «intromissão», por ela, UGT, e quem a promove, nada terem a ver com o «18 de Janeiro» nem com o que ele simboliza”.

Na edição de 29 de janeiro de 1982, *O Correio* volta ao assunto com um texto na página 3 intitulado «Ainda os acontecimentos do 18 de Janeiro na Marinha Grande»:

“A propósito dos incidentes ocorridos no cemitério da Marinha Grande, no passado dia 18, originados pela «romagem da UGT», a Comissão Concelhia do PCP, da Marinha Grande, tornou público um esclarecimento onde acusa «o grupo divisionista UGT, com o apoio da Secção Local do PS» de ter realizado naquele dia «uma romagem com nítido carácter de provocação aos sobreviventes do «18 de Janeiro», que não foram previamente contactados, como seria legítimo esperar.”

O PS local tomou igualmente posição sobre os incidentes: “Depois da surpresa inicial, os Socialistas da Marinha Grande puderam identificar várias dezenas de conhecidos militantes do Partido Comunista, alguns com altas responsabilidades Autárquicas e Sindicais, que insultaram e agrediram os participantes na romagem, tendo alguns destes recebido tratamento de urgência, havendo mesmo lesões de certa gravidade!”.

O jornal, após as edições de janeiro, não faz referências ao movimento, mas mantém a sua linha editorial crítica relativamente ao governo.

Em 12 de fevereiro de 1982, em manchete, «Só aceleram os preços, o desemprego e a dívida externa, no mais é tudo a andar para trás».

Mantém-se semanalmente a página «Trabalhadores & Sindicatos» com informação fundamentalmente sobre a atividade sindical e a luta dos operários.

Em 19 de fevereiro, a manchete vai para a greve geral da CGTP-IN que foi “uma grande jornada de luta”.



No editorial, “que não se iluda o Governo”. Em 5 de março, “Manifestação amanhã, na Marinha Grande contra a política do governo”. Este tipo de títulos é uma constante ao longo do ano. Observe-se a edição de 30 de abril: «O 25 Abril resiste, a liberdade é um facto e a esperança continua». Em 25 de junho, «Na Marinha Grande os reformados exigiram condições de vida mais dignas».

Na edição de 9 de julho, Fernando Marrazes diz que «a adesão à CEE será o golpe de misericórdia na indústria vidreira portuguesa».

Em 17 de dezembro, o jornal faz manchete com a vitória da APU nas Autárquicas frisando que “reforçou posições na Marinha Grande e distanciou-se ainda mais do PS”.

Na última edição de 1982 - 31 de dezembro -, *O Correio* diz que os «Vidreiros preparam “18 de Janeiro” - Paco Bandeira actuará na Marinha Grande». Em baixo, o jornal revela algumas das iniciativas que serão levadas à prática para assinalar a data.

Em 1983, *O Correio* revela na sua edição de 7 de janeiro, que na cristalaria, “Ministério da Indústria entrava negociações”. Não há qualquer alusão ao movimento insurrecional.

Na edição de 14 de janeiro o jornal surge com os títulos a vermelho e faz uma referência no canto inferior direito sobre as «comemorações do 18 de Janeiro». No interior é publicado um caderno especial sobre a efeméride, tal como tinha sucedido no ano anterior.

Se em 1982 o jornal apresenta uma entrevista ao presidente da Câmara, neste suplemento há menções ao desemprego, ao plano de atividades da autarquia e ao povo da Marinha Grande. Sobre a ação insurrecional são publicados vários textos.

A manchete do suplemento é ocupada por um longo título: «Com o 25 de Abril o povo da Marinha Grande vem materializando anseios que já eram do 18 de Janeiro de 1934».

Em baixo, *O Correio* titula que «o 18 de Janeiro de 1934 não está esquecido na Marinha Grande». A este propósito o jornal escreve:

“Os acontecimentos do «18 de Janeiro de 1934» e tudo o que deles emergiu, na Marinha Grande, não estão esquecidos, porque fazem parte não apenas da luta dos trabalhadores vidreiros ao longo de muitos anos, mas também porque pertencem à história da luta do povo português contra a tirania fascista, implantada em Portugal em 28 de Maio de 1926 e derrubada pelos Capitães de Abril, pelos democratas, pelas massas populares e, sobretudo, pelos trabalhadores, em 25 de Abril de 1974.”

Fernando Marrazes explica que “os revolucionários do «18 de Janeiro de 1934», foram os predecessores de outros lutadores que, quer na Marinha Grande, quer fora dela, em muitos outros pontos do país, lutaram de dentes cerrados, arrostando todos os sacrifícios (quantas

vezes com os olhos postos em exemplos como os de Manuel Esteves de Carvalho, António Guerra, José Gregório, Augusto Costa, e tantos, tantos outros), construindo prisão após prisão, greve após greve, jornadas clandestinas de esforços e que assim preparam a Madrugada de Abril, a mais bela de todas as auroras para várias gerações de portugueses, porque ela foi a aurora da sua libertação e a da derrota das forças e da brutalidade fascistas”.

O jornalista esclarece que “há 49 anos, um punhado de operários e camponeses, dispersos em pequenas brigadas, armados como e com o que puderam, lutaram generosamente, tendo chegado a assenhorear-se da Vila da Marinha Grande, durante algumas horas, ao fim das quais se seguiu a repressão implacável que a História regista. Aquele foi sem dúvida o facto mais significativo dos acontecimentos do «18 de Janeiro de 1934», os quais continuam a constituir uma lição a reter para sempre e de que se devem retirar ensinamentos que sirvam a luta de libertação e os interesses dos trabalhadores em todas as circunstâncias, frente às forças da opressão e da exploração”.

Na página 3 desta mesma edição pode ler-se em título: «O 18 de Janeiro contado por José Gregório».

O jornal dá conta da versão de um dos participantes, a qual já se aludiu anteriormente: “Os vivas repetiam-se e os seus ecos atroavam como em dias de grande festa popular. Deram-se vivas à classe operária, ao povo, à Marinha Grande, aos trabalhadores que por todo o País estavam lutando e cumprindo também a sua honrosa missão!».”

Na página 5 surge um outro texto, assinado pela Comissão Sindical da Covina: «18 de Janeiro de 1934, 18 de Janeiro de 1983».

O semanário fundado por José Vareda mostra claramente a sua linha política, não escondendo uma enorme simpatia pelo movimento: “Em 18 de Janeiro de 1934, através da agudização da luta contra a fascização dos Sindicatos, os operários vidreiros foram entre outros dos primeiros a pegar em armas em defesa dos seus direitos, contra a repressão fascista. A classe operária vidreira sempre deu mostras da sua elevada consciência de classe, não só durante o regime fascista como presentemente continua a lutar intransigentemente pela defesa da Democracia.”

Ainda na página 5, o jornal publica o programa das comemorações em meia página. A União dos Sindicatos do Distrito de Leiria anuncia igualmente um pequeno texto em que “saúda duma forma calorosa, todos os sobreviventes dessa tão gloriosa data, pela sua coragem e dedicação à causa justa dos trabalhadores.

Saúda também todos os trabalhadores pela participação massiva nas lutas já realizadas, na certeza de que a mesma firmeza e unidade irá continuar, até à completa derrota das forças da «AD» ainda no Poder”.

Na edição de 21 de janeiro de 1983, *O Correio* apresenta um anúncio pago da Assembleia de Freguesia da Marinha Grande na qual foi aprovada uma moção de apoio ao movimento insurrecional, aos seus participantes e familiares.

Na moção pode ler-se que este órgão autárquico não pode esquecer a luta dos trabalhadores pela liberdade e libertação das estruturas sindicais e contra a “Besta opressora e fascizante”. Em 28 de Janeiro de 1983, o semanário marinhense volta ao tema com a reportagem das comemorações, nas quais participaram dirigentes sindicais, políticos, sobreviventes e população em geral.

Do texto, destaca-se uma passagem em que o jornal cita Carlos Carvalho, da CGTP-IN, e os sobreviventes Adriano Neto Nobre<sup>241</sup> e Manuel Baridó<sup>242</sup>:

“No início da sua intervenção, o representante da CGTP-IN nas comemorações do «18 de Janeiro», depois de homenagear em nome daquela Central Sindical, os revolucionários do «18 de Janeiro de 1934» e de saudar os trabalhadores e o Povo da Marinha Grande, consideraria que «para a CGTP-IN, herdeira e continuadora das gloriosas tradições e da luta do Movimento Sindical Português, esta data, vista à distância de quase meio século, assume-se cada vez mais como um dos marcos importantes não só da História do Movimento Operário e mesmo na História do País e como acção e símbolo da resistência popular à implantação do fascismo”.

Manuel Baridó afirmou que, “nós, os sobreviventes do «18 de Janeiro de 1934», jovens há 49 anos, velhos e alquebrados hoje, baseados na experiência de luta, na repressão sofrida, na eminência do perigo que se avizinha, exortamos daqui, agora e sempre, todas as pessoas honestas, todos os democratas, todos os anti-fascistas, todos os que desejam uma vida melhor para si e para os seus, a cerrarem fileiras numa unidade indestrutível no sentido de barrar o passo aos desígnios da reacção”.

Adriano Neto Nobre, por seu turno, deu conta que “durante os 48 anos de ditadura fascista, os operários vidreiros da Marinha Grande cumpriram cerca de 200 anos de prisão,

---

<sup>241</sup> Segundo os arquivos da PIDE, Adriano Neto Nobre nasceu na Marinha Grande em 21.12.1908. Era conhecido por “O Sarapião”. Residia no lugar de Trutas. Foi preso em 27 de janeiro de 1934 na sequência do movimento revolucionário. A mesma fonte garante que foi um dos assaltantes do posto da Guarda Nacional Republicana. Foi condenado a 5 anos de desterro, multa de 10.000\$00 e perda de direitos políticos por 12 anos. (Cf. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4280479>, consultado em 23 de fevereiro de 2015).

<sup>242</sup> Nasceu em 18.09.1912, na Marinha Grande, pertencia ao Comité Comunista da Marinha Grande. Chefiou os homens que estavam distribuídos pelas ruas. Foi condenado a 10 anos de degredo e 20.000\$00 de multa. Cf. <http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=4280609>, consultado em 23 de fevereiro de 2015.

sofreram na carne as torturas dos assassinos profissionais da PIDE e os ignóbeis vexames dos carcereiros”.

No dia 28 de janeiro de 1983, *O Correio* apresenta um caderno especial sobre o *I Congresso da Indústria de Moldes*, que decorreu na Marinha Grande de 28 a 30 de janeiro.

Na edição de 11 de março, a visita de Álvaro Cunhal à Marinha Grande é noticiada na primeira página e tem um amplo destaque no interior. Naturalmente que o jornal dá destaque à visita na edição seguinte, numa peça assinada por Fernando Marrazes.

Em 8 de abril o jornal insurge-se contra a recusa do governo da AD em aumentar os salários dos trabalhadores da FEIS. Na edição nº 310 de 22 de abril de 1983, o semanário apresenta, no editorial, o título “Votar útil na Marinha Grande”.

Fica desde logo claro que o jornal faz um apelo aos marinhenses para “não darmos o nosso voto aos que presentemente no Governo, continuam completamente desinteressados, não querem mesmo, contribuir para solucionar os graves problemas que se estão a passar na indústria vidreira”. Ainda nesta edição, *O Correio* publica uma comunicação da Câmara Municipal que “saúda todos os democratas e antifascistas que tomaram na caminhada libertadora empregaram toda a sua vida na procura de uma vida melhor para o seu povo e na defesa dos ideais de Abril”.

Na edição de 29 de abril, *O Correio* diz que «A APU voltou a vencer as eleições na Marinha Grande e elegeu Joaquim Gomes por Leiria». Neste número é referido, ainda na primeira página, que «O 1º de Maio na Marinha Grande será importante jornada de luta».

Em 17 de junho, o periódico informa que Manuel Baridó e António Garrido, duas personalidades da Marinha Grande, foram «Agraciadas pelo presidente da república no dia de Portugal»<sup>243</sup>. Baridó, recorde-se, foi um dos revoltosos *do 18 de Janeiro de 1934* tendo sido galardoado com a Classe de Mérito Industrial.

A Assembleia Municipal da Marinha Grande, reunida em 1 de junho, “associa-se à homenagem que tal condecoração visa justamente prestar ao operário, velho militante antifascista do «18 de Janeiro» e de sempre e insigne marinhense, Manuel Baridó”.

A 9 de setembro de 1983 é notícia a ocupação da repartição de Finanças da Marinha Grande por vidreiros da CIVE<sup>244</sup>. Em 16 de setembro, «Marinha Grande sitiada - 130 Polícias de choque ocuparam a vila». Neste período verifica-se que o jornal tem pouquíssima

---

<sup>243</sup> O Presidente da República nesta data era Ramalho Eanes.

<sup>244</sup> Hoje Barbosa & Almeida, uma das três principais garrafeiras a laborar na cidade.

publicidade do comércio local, sendo apoiado pelos anúncios dos sindicatos, da autarquia e da Assembleia Municipal.

Na edição nº 340 de 18 de novembro a manchete vai para os vidreiros que “cortaram todos os acessos à Marinha Grande e evitaram confrontos com a polícia de choque”. Em causa esteve a “situação laboral e económica insuportável que os trabalhadores e as suas famílias estão desde há longo tempo a sofrer, devido a não lhes serem pagos salários ou lhes ser paga apenas uma parte destes”. Em 2 de dezembro, o jornal questiona se no dia *18 de Janeiro de 1984* será feriado na Marinha Grande, a propósito do 50º aniversário do movimento revolucionário. O executivo deliberou que o dia fosse considerado feriado municipal, a partir do já existente, o Dia da Espiga.

1984 é um ano importante para o *18 de Janeiro de 1934* pois assinala-se o meio século do movimento insurrecional e *O Correio* não é indiferente a tal facto. Na edição de 6 de janeiro de 1984 (nº 347), o periódico fala das comemorações, no canto inferior direito. Revela que na edição seguinte vai publicar um «Caderno Especial» sobre a efeméride que assinala o cinquentenário, mas não só. O suplemento focará ainda “problemas do concelho, através de entrevistas e artigos diversos”.

Nesta edição ainda, na página 3, ainda a propósito do *18 de Janeiro de 1934*, é feito um apelo para que o levantamento operário seja comemorado “com a máxima dignidade”. Assinado por quinze sindicatos, é pedido para que seja “concedida a todos os trabalhadores tolerância de ponto para aquele dia”, permitindo assim que seja “garantida a participação de todos nas comemorações”.

Na edição de 13 de janeiro de 1984 o jornal apresenta uma edição especial de oito páginas sobre o movimento, com diversas peças, tal como se tinha anunciado no número anterior. No editorial, assinando por Fernando Marrazes, *O Correio* marca mais uma vez uma posição sobre o tema: «18 de Janeiro de 1934, 18 de Janeiro de 1984: Que diferença? Que semelhança?». O jornalista cita um dirigente da CGTP-IN, Armando Teixeira da Silva, que no essencial afirma que “se bem que a situação seja profundamente diferente, há na verdade alguns pontos de contacto”. Não se percebe bem como é que uma situação «profundamente diferente» possa ter pontos de contacto, ainda que ténues. Aliás, Marrazes (1984, p. 1)<sup>245</sup>, no mesmo editorial, afirma que entre janeiro de 1934 e 1984 “não há semelhanças possíveis”.

---

<sup>245</sup> Marrazes, F. (1984, janeiro 13). 18 de Janeiro de 1934, 18 de Janeiro de 1984: Que diferença? Que semelhança? *O Correio*, p. 1

E tal só foi possível, acrescenta, devido “à longa luta de resistência que durante quase 50 anos os trabalhadores portugueses e a única política organizada que se manteve ao seu lado, ofereceram ao regime fascista”. Todavia, o articulista defende que no plano laboral, social e económico, “entre os tempos de Janeiro de 1934 e os de este Janeiro de 1984, há acentuadas semelhanças”. Desde logo, “o Poder, tal como há 50 anos, funciona, está nas mãos da classe social minoritária herdeira da de há meio século”. Fernando Marrazes assegura que as condições de trabalho hoje são melhores que há meio século, “mas são muito más”.

Relativamente ao «caderno especial», no canto superior esquerdo, Fernando Marrazes assina uma espécie de editorial em forma de texto de opinião no qual diz que “em «18 de Janeiro de 1934» os operários vidreiros da marinha grande fizeram tremer o regime fascista”.

Em baixo escreve que o movimento “não poderia ter outro fim nem outras consequências diferentes das que na verdade teve. Contudo, e apesar disto, não foi de todo um acto inconsequente contra a ditadura fascista. (...) Assim, o «18 de Janeiro de 1934», pode dizer-se, foi o arranque para uma dura, longa e muito desigual luta, de que em 25 de Abril de 1974 os trabalhadores, o povo e os militares anti-fascistas saíram vencedores”.

Em manchete, à direita, ainda no suplemento da edição de 13 de janeiro de 1984, o jornal marinhense apresenta uma fotografia de Armando Teixeira da Silva da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN, e titula: “«A jornada do «18 de Janeiro», com o objectivo imediato de impedir a fascização dos sindicatos, constitui um momento de grande importância na história do movimento operário português» - afirmou-nos Armando Teixeira da Silva, da Comissão Executiva do Conselho Nacional da CGTP-IN”. Em baixo pode ler-se:

“A CGTP-IN ao consagrar as comemorações de 18 de Janeiro de 1984, como uma jornada em defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores, pretende atribuir-lhe dignidade e o significado real que a luta dos trabalhadores em 1934, assumiu por todo o País». (...)

A jornada do “18 de Janeiro” com o objectivo imediato de impedir a fascização dos sindicatos constitui um momento de grande importância na História do Movimento Operário Português, demonstrando que os trabalhadores são os mais firmes defensores das liberdades e da democracia.”

Ainda nesta edição, *O Correio* publica um texto sobre as mulheres do *18 de Janeiro de 1934*, acompanhado de uma fotografia de algumas dessas «pobres» mulheres: “Das mulheres marinhenses, porém, das que há 50 anos eram mães, companheiras, namoradas ou filhas dos operários participantes no «18 de Janeiro», pouco ou nada se tem dito ou escrito. E, no entanto, logo nas horas imediatas ao «18 de Janeiro», ainda com a Marinha Grande ocupada

pelo exército e toda a força repressiva do regime fascista, foram elas as pioneiras do que haveria de ser durante duas gerações, a odisséia de milhares de mulheres portuguesas.”

Fernando Marrazes aproveita a ocasião para homenagear as mulheres que, apesar de não terem participado ativamente na efeméride, “sofreram-lhes tanto (e em certos aspectos mais), as consequências quanto as sofreram os seus familiares presos e agrilhoados anos e anos, nas masmorras da Trafaria, de Angra do Heroísmo, do Tarrafal, no campo de concentração do Sul de Angola, etc.”. Assim, acrescenta, “foi também da coragem, do sofrimento, da abnegação e da luta destas mulheres, que se fez a força do anti-fascismo resistente, pois, muitas delas, em não poucos casos e em certa medida ocuparam na luta desenrolada na clandestinidade os lugares dos companheiros, dos filhos, dos irmãos, dos pais, dos namorados”.

Neste suplemento surgem ainda diversos anúncios que saúdam o levantamento operário, entre os quais da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, União dos Sindicatos do Distrito de Leiria, Federação dos Sindicatos das Indústrias de Cerâmica, Cimento e Vidro de Portugal e Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Escritório do Distrito de Leiria. Há ainda anúncios do STIV, com o programa oficial (uma página), da Junta de Freguesia da Marinha Grande, Iberomoldes e Câmara Municipal da Marinha Grande. Na edição de 20 de janeiro de 1984 é publicado um poema do empresário marinhense Arnaldo Matos<sup>246</sup> e nada mais.

Só na edição seguinte *O Correio* volta ao assunto com três peças, uma curta sobre a exposição organizada pela Câmara Municipal da Marinha Grande, outras duas longas.

Num dos textos, com uma fotografia da Praça do Vidreiro repleta de pessoas, o jornal titula: “Os Marinhenses de hoje orgulham-se dos lutadores do 18 de Janeiro” - disse Emílio Ferreira Rato na inauguração do monumento na Praceta do Vidreiro”. O texto é, invariavelmente, de Fernando Marrazes:

“Um dos pontos mais altos das comemorações do 50º aniversário do «18 de Janeiro», foi sem dúvida a inauguração do monumento alusivo na Praceta do Vidreiro - cerimónia a que assistiram milhares de pessoas.

Na ocasião, e após a inauguração pelo Presidente da Câmara, por meio do descerramento das bandeiras de Portugal e do concelho, seguiram-se intervenções por Adriano Neto Nobre, participante e sobrevivente do «18 de Janeiro», Raul de Jesus Ferreira, Presidente da Direção do Sindicato dos Vidreiros, Joaquim Gomes, do PCP e Emílio Ferreira Rato”.

Na ocasião, o presidente Emílio Rato agradeceu aos “lutadores de então”, endereçando-lhes palavras elogiosas: “o nosso obrigado pelo exemplo dado na luta pela Liberdade, por

---

<sup>246</sup> Não confundir com Arnaldo Matos do PCTP/MRPP.

melhores dias para o Povo da Marinha Grande. Cabe aqui uma palavra de louvor para as mulheres e os familiares de muitos deles, que souberam, continuando a luta, serem dignas dos seus companheiros”.

No mesmo texto, é referido:

“Durante a romagem, foi colocado um ramo de cravos vermelhos na campa de cada operário. O último operário assim homenageado, foi Manuel Esteves de Carvalho, «o Manecas», que há 50 anos, gravemente doente e retido no leito, dirigiu em grande parte toda a revolta da Marinha Grande. Ali mesmo, junto da campa daquele que foi um dos revolucionários mais activos na luta pela reconquista das liberdades sindicais amordaçadas pelo regime fascista, Manuel Baridó pronunciou uma breve alocução, na qual a dado passo, diria que não só os sobreviventes do «18 de Janeiro» mas também a actual geração de trabalhadores portugueses, manter-se-ão fiéis ao juramento de levarem até às últimas conseqüências os ideais do «18 de Janeiro», ou seja, «a libertação e emancipação total dos trabalhadores»”.

Ainda na edição de 27 de Janeiro de 1984, o jornal marinhense faz manchete com a inauguração do monumento ao «18 de Janeiro», com fotografia, e escreve: “Estamos perante o Governo mais agressivo contra os Trabalhadores e o 25 de Abril, de que há memória nos últimos anos - afirma Armando Teixeira da Silva, da CGTP-IN, durante as Comemorações do 18 de Janeiro, na M. Grande”. Em baixo pode ler-se um texto com uma carga política expressiva, onde não faltam referências à luta por direitos sociais e tentativas de cercear as liberdades adquiridas em abril de 74:

“Um dos pontos mais altos das comemorações do «18 de Janeiro», que há vários dias se vinha desenrolando na Marinha Grande sob o lema da «luta pelas liberdades e os direitos sindicais», registou-se com a realização de um comício sindical que teve lugar no Pavilhão da Embra.

Perante milhares de trabalhadores e de numerosas delegações sindicais de vários pontos do País, Armando Teixeira da Silva, membro da Comissão Executiva da CGTP-IN, pronunciou uma importante intervenção político-sindical, em que começou por saudar e homenagear os homens do «18 de Janeiro», significando, com isso, «também o reafirmar a luta dos trabalhadores portugueses, hoje, embora em condições distintas, contra a repressão e contra todas as tentativas de cerceamento das liberdades sindicais e direitos dos trabalhadores, que vários governos, de 1976 até ao actual, têm vindo a ensaiar, de forma crescente e cada vez mais agressiva.»”

Nas edições seguintes não há qualquer referência ao levantamento operário mas as lutas dos trabalhadores têm uma presença constante nas páginas do periódico marinhense, com uma página semanal para a atividade sindical.

Em 10 de fevereiro, por exemplo, o jornal afirma que os 1200 trabalhadores da IVIMA «Estão sem os salários de Janeiro».



Em 23 de março, “O Governo e o patronato vidreiro continuam a deixar a fome e a miséria alastrar na marinha grande martirizando crianças, mulheres e homens”. Uma semana depois, «A repressão policial selvagem fez de novo correr o sangue de trabalhadores vidreiros em Leiria».

Na edição de 20 de abril, *O Correio* apresenta um caderno especial sobre o 25 de Abril. Duas semanas mais tarde - 4 de maio -, «Dez anos depois de Abril a esperança não morreu». Na edição de 10 de agosto de 1984, o jornal publica um excerto de um texto de Maria Filomena Mónica, escrito na revista «Análise Social»<sup>247</sup>, que aborda a temática do «Poder e saber - Os vidreiros da Marinha Grande». Do texto destaca-se o seguinte fragmento onde é referido “o 18 de Janeiro de 1934 é uma data mítica. Segundo a versão corrente, naquele dia ergueram-se, de punhos fechados e metralha no bolso, algumas dezenas de trabalhadores, lutando, gloriosamente sós, contra a exploração e a opressão. Derrotados, os operários sublevados permanecem heróis, aureolados de uma poderosa carga lendária. O soviete da Marinha Grande passou à história como um episódio de afirmação proletária, como uma tentativa de tomada de poder pelo operariado, tanto mais bela e corajosa quanto esmagada.”

A autora acrescenta que “a revolução de 1974 permitiu trazer ao conhecimento do público este acontecimento, até então relativamente clandestino. Não admira, assim, que sobre o que realmente ali aconteceu pouco se sabia, passados que foram mais de quarenta anos. A historiografia académica não se tem ocupado muito do 18 de Janeiro, em parte devido aos obstáculos aos estudos portugueses contemporâneos, para todos os efeitos em vigor durante o regime salazarista. (...) Não sobre o que efectivamente aconteceu.”

Em 17 de agosto de 1984, o jornal dá continuidade à publicação do texto, no qual assume que “a resistência foi praticamente nula. Às 9 horas da manhã, a Marinha Grande está totalmente cercada e é bombardeada pela artilharia. Surge o primeiro ferido. A luta era impossível. É o fim.”

## 1.6. Dos bancos de escola para as bancas

O semanário *Jornal de Leiria* foi fundado em 1984 por um grupo de jovens que trazia já alguma experiência dos bancos de escola.

---

<sup>247</sup> Segundo o sítio eletrónico <http://analisesocial.ics.ul.pt/>, “Análise Social é a principal revista portuguesa em ciências sociais e na área dos estudos sobre Portugal. Durante mais de meio século, a revista manteve o seu cariz inovador devido à capacidade para atrair trabalhos que resultam de investigação de topo, tanto teórica como empiricamente, e à originalidade e importância dos temas abordados” - Consultado em 27 de abril de 2016.

Seria este grupo que, alguns anos mais tarde, teria - e num caso tem - um grande protagonismo na imprensa regional, designadamente António José Laranjeira, Francisco Santos e Fernando Mendes. O primeiro foi diretor do jornal *Notícias de Leiria* (desde 1999), periódico que durou poucos anos - encerrou em 2005 -, assumindo-se como um desafiador do *Região de Leiria* e *Jornal de Leiria*, ambos detidos por grupos económicos com peso na cidade e na região.

O segundo é diretor do *Região de Leiria*, cargo que ocupa desde outubro de 1998, e teve colaborações com outros jornais nacionais, regionais e locais. O terceiro pertenceu, depois de passar pelo JL, aos quadros do *Região de Leiria*, assumindo na década de 1990 a liderança de «O Correio da Marinha Grande».

A estes três nomes juntaram-se ainda Vítor Faria, sociólogo, entre outros colaboradores. O jornal diz que “connosco estão muitas centenas de leirienses”. Ficava escrita a linha editorial do semanário, muito focado nos assuntos da capital de distrito e não tanto nos demais concelhos, entre os quais a Marinha Grande.

Na edição nº 0, publicada em 22 de março, o *Jornal de Leiria* escreve que “tomámos a consciência que algo tinha que mudar” no panorama da imprensa regional, estando implícita uma crítica ao trabalho desenvolvido pela concorrência. Na capa há uma referência à Marinha Grande: «Confrontos entre polícia e vidreiros». Este número apresenta 8 páginas. Os seguintes terão entre 12 e 16 páginas.

No nº 1, publicado em 5 de abril, é Fernando Mendes que surge no cabeçalho como diretor interino da publicação. Lê-se no editorial, intitulado «Humilde ousadia», que lançar um semanário de cariz independente é “uma ousadia, que poucos, por certo, queriam assumir”.

Na página 7 diz-se: «Vidreiros de bicicleta até São Bento».

No nº 2 de 12 de abril a manchete vai para uma entrevista com o Bispo de Leiria, que afirma: «Papa reconhece fé portuguesa».

O título é acompanhado por uma fotografia de João Paulo II com o líder da igreja leiriense, D. Alberto Cosme do Amaral.

No nº 3, publicado em 19 de abril, é dado destaque a uma entrevista com o Governador Civil: «Não quero ser o coveiro do distrito». No interior o periódico mostra alguma organização, com diversas secções, entre as quais a «Oficina Cultural», a «Opinião», a «Actualidade», o «Desporto», etc.

A Marinha Grande raramente tem destaque de capa nas primeiras edições do *Jornal de Leiria*. Há uma exceção em 3 de maio: «Na M<sup>a</sup> Grande teatro ensina língua inglesa». No interior um suplemento sobre o Rallye Internacional *Rota do Sol*, prova organizada pelo Clube Automóvel da Marinha Grande.

A morte de Joaquim Agostinho não é ignorada pelo jornal, que publica uma fotografia do ciclista na edição nº 6 de 10 de maio. Ainda nesta edição, na página 7, «Câmara da Marinha Grande Sente-se Discriminada», a propósito da redução da receita relativamente ao ano anterior. Nesta mesma peça anuncia-se a instalação do Museu do Vidro, uma *velha* aspiração dos marinhenses.

Na edição de 12 de julho pode ler-se no interior do jornal que o «Ensino primário em festa na Marinha Grande».

Na edição seguinte, na capa, «Praias de Vieira e S. Pedro têm programa de animação».

Em 27 de setembro, o JL faz manchete com o falecimento de Galamba de Oliveira, vítima de doença incurável. Foi o fundador do jornal *A Voz do Domingo*.

A direção interina do jornal cessa em 18 de outubro quando é anunciado o novo diretor: Mapril Bernardes, natural do concelho de Leiria, licenciado em direito. Uma semana depois, António José Laranjeira diz que o lema do semanário “é a independência total e clara face a todos os poderes constituídos, credos políticos e religiosos”. Até ao final do ano o jornal aparenta atravessar uma fase de mudança, que alguns meses mais tarde se perceberá.

Chegados a janeiro de 1985 importa verificar que destaque deu o jornal ao *18 de Janeiro de 1934*. Nas edições de 3 e 10 de janeiro não há qualquer referência ao movimento insurrecional e são escassas as alusões à Marinha Grande.

Em 17 de janeiro, o JL apresenta uma entrevista com José Ribeiro Vieira, que alguns anos mais tarde se tornará o proprietário do jornal. Nesta entrevista, o empresário diz que se em Portugal forem marcadas eleições legislativas antecipadas, o partido «eanista» concorrerá em todos os círculos. Mais tarde nascerá o PRD, que terá um resultado extraordinário, elegendo vários deputados na sua primeira aventura em eleições para a Assembleia da República. Sobre o *18 de Janeiro*, nem uma palavra.

Em 24 de janeiro volta a não ser publicada qualquer notícia sobre o movimento, o mesmo acontecendo nas edições seguintes. Aliás, as referências ao concelho marinhenses são esporádicas. Destaque para a edição de 19 de setembro na qual os trabalhadores do *Jornal de Leiria* escrevem que o semanário, no dia 13, tinha sido invadido por um grupo de indivíduos,

“entre os quais se contavam quatro que estiveram ligados a este periódico”. Na semana seguinte, o diretor deixa de ser Mapril Bernardes e, interinamente, assume a direção F. Mendes, que anteriormente já tinha desempenhado estas funções. O jornal seguiu o seu caminho, semana após semana, com altos e baixos, acabando nas mãos de José Ribeiro Vieira, um *eanista* que criou um poderoso grupo económico na cidade na área das máquinas para a construção civil e agricultura, produção e distribuição de vidro, setor automóvel e imprensa. O JL, que ainda se publica, era uma espécie de «menina dos seus olhos».

Verificadas as representações inscritas nos jornais regionais e locais do distrito de Leiria, é tempo para a terceira e última fase do processo de análise de conteúdo: “o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação” (Bardin, 2009, p. 121).

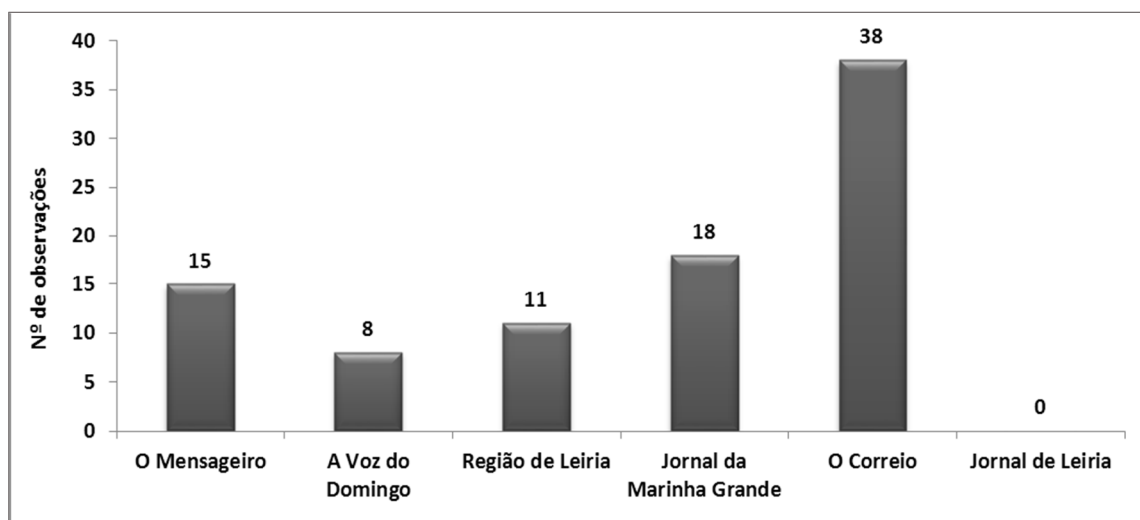
## 2. Análise e tratamento de dados

Após a leitura de milhares de edições de jornais, agentes formadores e noticiadores dos seus leitores, impõe-se a análise e tratamento dos dados obtidos e o cruzamento de toda a informação publicada pelos principais semanários que se publicaram no distrito de Leiria até 1984. Neste estudo, foram definidas à partida seis publicações. Desde logo, propõe-se identificar o número de notícias publicadas por cada periódico, ano após ano. Trata-se, portanto, de um estudo exploratório. Por outro lado, olhar para os momentos em que essas publicações foram feitas e verificar as diferenças no conteúdo entre publicações. Esta verificação é essencial para sustentar as deduções que poderão comprovar - ou não - a hipótese de trabalho desta investigação. Estamos perante um trabalho de alguma complexidade. Por um lado, um dos jornais foi fundado em 1914 e só é possível fazer o «contraditório» com outro periódico a partir de 1933. E o *Região de Leiria* surge em 1935, ao passo que o *Jornal da Marinha Grande* só dá à estampa em 1963. O *Correio* surge em 1977 e o *Jornal de Leiria* apenas no derradeiro ano deste estudo. Logo, torna-se uma missão impossível cruzar os dados de todos os jornais uma vez que surgiram em momentos desfasados no tempo. A amostra, recorde-se, é constituída por notícias publicadas até 1984. Tentar-se-á fazer a comparação entre jornais sempre que possível e que isso contribua para acrescentar algo ao conhecimento científico. É este o objetivo central desta investigação.

Sendo possíveis diversas combinações, optou-se primeiramente por uma análise ao número de peças jornalísticas publicadas por cada jornal e as características de cada uma.

Depois verificar as diferenças de conteúdo dos diferentes jornais em idênticos períodos, ou seja, uma análise comparativa e qualitativa.

Apesar de a amostra ser diminuta não deixou de ser um processo complexo o cruzamento dos dados, sobretudo devido à possibilidade de comparar as mais diversas categorias. Identifica-se o número de textos publicados.



**Gráfico 1 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 na imprensa regional de Leiria**

Foram quantificadas, como se observa no gráfico 1, noventa unidades de análise nos jornais estudados, das quais praticamente metade identificadas no semanário *O Correio*.

Esta é uma primeira limitação da investigação, pois estamos perante um número muito reduzido de observações.

Porém, a realidade é esta e é sobre ela que se irá debruçar o estudo. Aliás, o número de textos é por si só um elemento a ter em conta, pois é revelador da importância - ou a falta dela - que os jornais lhe deram.

À exceção das peças apresentadas nas edições de janeiro e nalguns casos em fevereiro, são escassas as referências ao tema no segundo, terceiro e quarto trimestres do ano. Ou seja, a esmagadora maioria das notícias é publicada na semana anterior ou na posterior a 18 de janeiro, não sendo tema nos meses seguintes, sobretudo entre março e dezembro. Para a imprensa, não foi uma temática que tivesse grande importância, com uma exceção: o semanário fundado por José Vareda.

## 2.1. Número de notícias publicadas por ano

Entre 1914 e 1984, *O Mensageiro* publicou apenas quinze notícias sobre o *18 de Janeiro de 1934*, a última das quais em 1939.

Ou seja, em liberdade - de 1974 a 1984 - o semanário fundado pelo padre Lacerda ignorou o movimento do operariado, o que não é propriamente uma surpresa tendo em conta a sua conduta editorial.

O semanário sempre combateu o comunismo e nunca o escondeu. Logo, não daria «palco» a um tema conotado com o PCP.

O primeiro texto sobre o tema é publicado em 20 de janeiro de 1934. Trata-se de uma longa narrativa - 2.236 palavras - que teve como inspiração a imprensa nacional.

Sublinhe-se que para um jornal feito por amadores era complexo o acesso à informação, apesar de Leiria e Marinha Grande estarem separadas por pouco mais de uma dezena de quilómetros.

Amadores no ofício de informar mas profissionais da religião, da arte de catequizar. E faziam-no por diversas vias.

Um dos instrumentos da religião era - e continua a ser - a imprensa escrita. Não pretendiam, sobretudo, informar. Queriam formar uma opinião pública em Leiria mais católica, não uma opinião pública mais informada, mais atualizada. Não queriam viver dos jornais mas da religião.

Em 27 de janeiro de 1934, o jornal volta ao tema, com três peças, uma das quais longa, com 846 palavras.

A temática volta a ser notícia em 3, 10, 17 e 24 de fevereiro.

Em 3 de março mais um texto com milhares de caracteres sobre as prisões, uma temática que interessava ao regime, pois mostrava o seu poder e desencorajava quem pretendesse uma rebelião do género.

No dia 28 de abril uma breve referência ao tema de 1934, aliás, a última do ano. *O Mensageiro* regressa ao movimento em 1935, com o pedido de clemência do Bispo (9 e 23 de fevereiro e 23 de maio), questão que voltará a ser notícia em 8 e 15 de abril de 1939. Fica claro que o jornal era um instrumento ao serviço da Igreja.

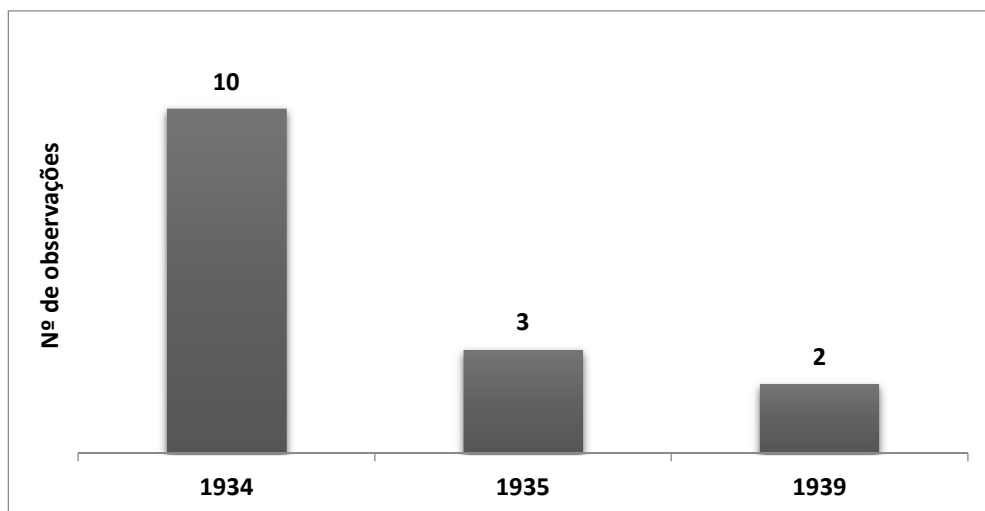


Gráfico 2 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro*

O gráfico mostra-nos que o jornal fundado pelo padre Lacerda dá apenas destaque ao movimento em 1934, em que eclode, no ano seguinte e em 1939, a propósito da intervenção do Bispo de Leiria em 1935 junto das entidades oficiais: Governo e Presidência da República.

Em liberdade não mostra qualquer interesse editorial no tema, o que se compreende, como afirmado anteriormente, tendo em conta os objetivos que perseguia, nada comuns com os intuítos comunistas e do movimento operário, por um lado, e a dificuldade de estar no terreno a acompanhar as atividades comemorativas do movimento, sempre liderada pelo Sindicato Vidreiro, sem afinidades à Igreja.

*A Voz do Domingo*, por seu turno, entre 1934 e 1984 publica apenas oito notícias. Destas, seis são apresentadas durante o Estado Novo e apenas duas pós 25 de Abril de 74, e que não estão relacionadas com as comemorações do movimento.

Repare-se na liberdade que o jornal tinha para escrever durante o Estado Novo, talvez pelo facto de ser detido pela Igreja.

Os dois primeiros textos têm um conteúdo muito interessante. Um faz um duro ataque aos revoltosos, o outro apela ao bom senso, à serenidade.

Há uma espécie de complementaridade: primeiro condenam e depois não clamam pelo esmagamento dos que condenam.

Naturalmente que sendo um jornal católico este tipo de conduta é perfeitamente natural, o mesmo já não sucedendo com *O Mensageiro*, que nunca teve qualquer «complexo» - pelo contrário» - em atacar o seu principal alvo: o comunismo.

Em 1935 o jornal ainda volta ao assunto mas apenas para dar voz ao Bispo de Leiria, o mesmo sucedendo com um texto publicado em 9 de abril de 1939.

Já em liberdade *A Voz do Domingo* publica um texto de um jornal nacional e um outro sobre o monumento de homenagem ao vidreiro erigido numa das principais praças da Marinha Grande.

Notam-se algumas dificuldades no acesso à informação, já para não falar do jornalismo de investigação, que é nulo. Não só neste como nos demais jornais analisados.

Depois do *Jornal de Leiria*, este é o semanário que menos destaque deu à efeméride: duas peças publicadas em *A Voz do Domingo* estão relacionadas com os factos ocorridos e cinco com os pedidos de clemência para com os operários da Marinha Grande.

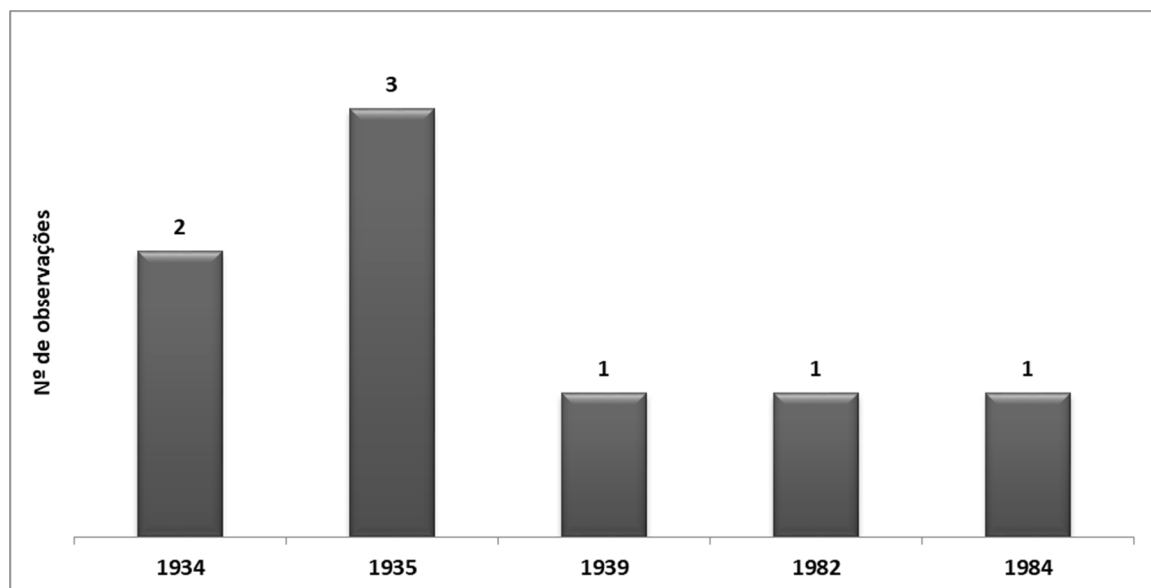


Gráfico 3 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *A Voz do Domingo*

Tal como o seu concorrente *O Mensageiro*, *A Voz do Domingo* publica a maioria das peças durante o Estado Novo, reservando apenas duas unidades para o pós 25 de Abril. Quer num caso quer no outro, estamos perante dois semanários com dificuldades de ter correspondentes fora de Leiria e isso reflete-se no seu conteúdo, mais virado para as atividades diocesanas.

Já o *Região de Leiria*, entre 1935 e 1984 publica apenas onze notícias e apenas uma no período do regime liderado por Salazar, ainda que não faça uma referência implícita ao movimento.



As restantes são publicadas já depois de 1974, em liberdade. A primeira notícia verdadeiramente sobre o assunto é apresentada em 4 de janeiro de 1975, ou seja, praticamente 40 anos após a fundação do jornal.

Em 1975 e 1976 são publicados textos de outros jornais e entre 1977 e 1981 nem uma referência ao assunto. Só em 1982 é que o periódico regressa ao tema. Tal como os seus «concorrentes» da capital de distrito, o *Região de Leiria* em geral e a secção «A Voz da Marinha Grande» em particular não foram entusiastas da revolta operária.

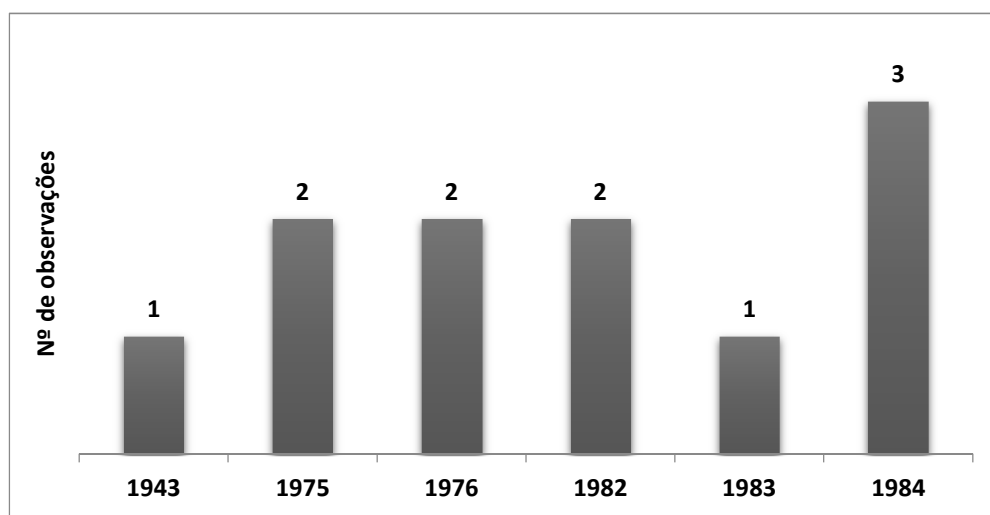


Gráfico 4 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *Região de Leiria*

O gráfico mostra-nos que o RL não foi um grande entusiasta do tema, mesmo tendo correspondente na Marinha Grande. Não é possível um termo de comparação com os jornais da Igreja uma vez que a sua fundação é não só posterior a 1934 como inicialmente era um jornal de anúncios, sem notícias.

Porém, após a restituição da liberdade ao país, é factual que o *Região de Leiria* publica dez das onze notícias sobre o tema neste período, ao contrário dos jornais da Igreja. Este foi claramente um semanário mais próximo das populações, generalista, sem qualquer complexo relativamente a todos os temas da atualidade, embora fosse evidente o seu distanciamento das questões religiosas. Resta saber se por opção ou por falta de fontes junto do clero. E esta conduta era bem recebida na Marinha Grande, território de operários com pouca vocação cristã.

O *Jornal da Marinha Grande*, entre 1963 e 1984, faz dezoito referências ao 18 de Janeiro de 1934, a primeira das quais é publicada em 3 de janeiro de 1975.

Ou seja, desde que foi para as bancas até ao fim do antigo regime não teve o arrojo de publicar uma única referência à ação operária.

Em 1979 o jornal não publica sequer uma única linha sobre o assunto, o que revela o pouco entusiasmo quanto às questões do operariado marinhense em geral e no caso em concreto.

Daí que *O Correio* tenha vindo a preencher esta lacuna sentida na imprensa local.

Por norma, o JMG publicou algo sobre o assunto em edições de janeiro, ou antes ou depois das comemorações.

Há duas exceções: em abril de 1976 e em março de 1978.

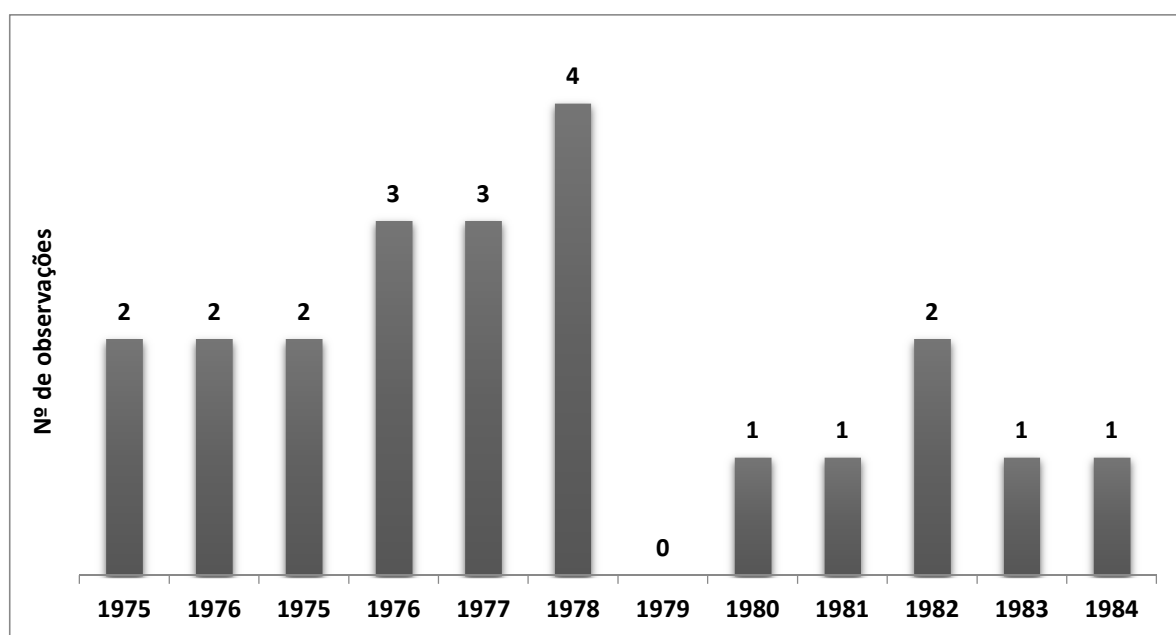


Gráfico 5 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no *Jornal da Marinha Grande*

O gráfico mostra-nos que nos primeiros anos pós 25 de abril ainda há algum entusiasmo em redor do movimento mas a partir de 1979 vai esmorecendo, incluindo o ano em que o movimento assinalou o meio século, pois publica apenas uma peça.

Definitivamente, o semanário que mais escreve sobre o *18 de Janeiro de 1934* é *O Correio*, como aliás seria de esperar dada a sua vocação editorial, próxima do movimento sindical e do PCP.

Há pelo menos 38 referências, sem contar anúncios sindicais e moções aprovadas relativamente ao assunto.

As alusões começam logo em janeiro de 1978 e prolongam-se ano após ano, praticamente sempre em janeiro, salvo duas edições de agosto de 1984 em que são publicados dois textos de Maria Filomena Mónica.

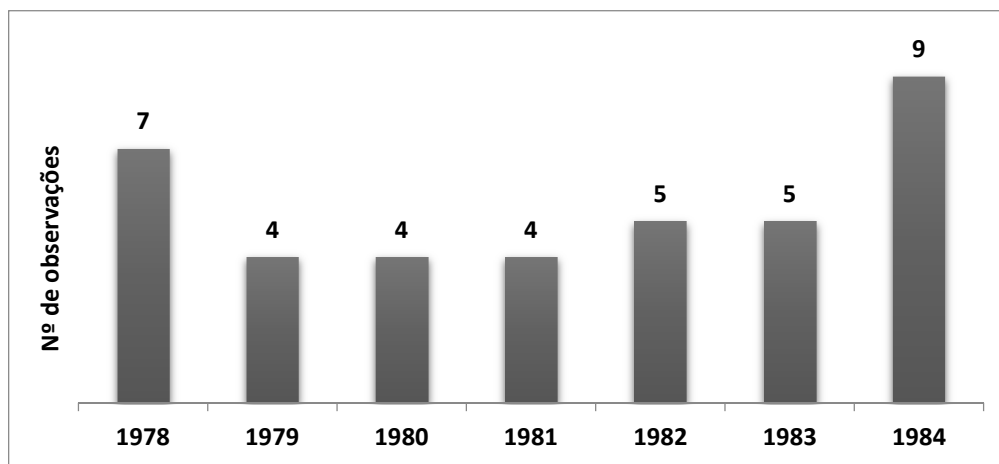


Gráfico 6 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Correio*

Os dados mostram que o jornal de José Vareda arranca em força em 1978, com sete peças, estabiliza a partir de então entre as quatro e as cinco notícias e atinge o apogeu em 1984, ano em que se assinalou o meio século do movimento.

O *Jornal de Leiria*, no período analisado, não faz qualquer referência ao movimento, o que é aceitável uma vez que saiu para as bancas precisamente em 1984, último ano deste estudo.

Feita a análise ao número de notícias publicadas pelos jornais regionais e locais de Leiria, é tempo de olhar para o seu conteúdo nos mesmos períodos temporais, sublinhando que se recorrerá à análise de conteúdo enquanto técnica de investigação.

## 2.2 O 18 de Janeiro nos jornais: análise de conteúdo

A análise ao conteúdo dos jornais tem que começar necessariamente por 1934, pois até esta data apenas se publicou um dos jornais analisados, e verificar como os periódicos que nesta altura se publicavam observaram o acontecimento.

Uma vez que à data da ação revolucionária apenas *O Mensageiro* e a *Voz do Domingo* tinham atividade editorial, entre os jornais analisados neste estudo, é por aqui que se iniciará esta análise.

O primeiro periódico a abordar o tema é o jornal do padre Lacerda, em 20 de janeiro de 1934. *A Voz do Domingo* apenas o fará na semana seguinte. Quer um quer o outro jornal mostram-se próximos daquilo que a imprensa nacional escreve e tomam partido claramente pelo poder, ou melhor, assumem uma posição crítica relativamente à ação do operariado.

Na edição de 20 de janeiro de 1934 *O Mensageiro* escreve um longo texto sobre o assunto, não só na Marinha Grande como “noutras terras”. O jornal garante que o governo “só esperava o momento para actuar, tendo todos os elementos de defeza da população pacífica e laboriosa de Portugal a postos”. Sobre a Marinha Grande, “não foi furtada aos tristes acontecimentos”.

O semanário assegura que dos quatro ou cinco mil operários a responsabilidade foi de apenas “algumas dezenas”. Nesta edição são ainda contadas ao pormenor as ações desencadeadas na Marinha Grande. No texto é afirmado que as autoridades sufocaram “por completo o movimento às 8 horas da manhã”.

Na semana seguinte - 27 de janeiro - o enfoque volta a ser a vila vidreira, que regressa ao tema, garantindo que as “rápidas e enérgicas providências tomadas pelo Governo sufocaram dentro dumas escassas duas horas o movimento extremista”.

*A Voz do Domingo*, nesta mesma semana, aborda pela primeira vez a temática e usa o título «Sangue e fogo», onde faz um resumo das ações levadas a cabo. O semanário condena-as e assume uma colagem ao regime de Salazar.

No texto «Palavras serenas», é dada uma espécie de «lição de moral» aos autores do movimento pois é defendida que uma das razões que esteve na sua origem foi “a falta de educação religiosa da maior parte dêsses rapazes”.

Quem lesse apenas estas duas edições do *Mensageiro* e *A Voz do Domingo* teria uma noção relativamente ao posicionamento distinto entre os dois títulos: o primeiro mais pragmático, limitando-se aos factos, o segundo mais religioso e reativo pois publica o primeiro texto dez dias depois de terem ocorrido e só voltará ao assunto em 10 de fevereiro de 1935.

*O Mensageiro*, ao contrário do seu concorrente, mantém os leitores informados nas edições seguintes. Entre janeiro e abril de 1934 publica nove notícias ao passo que *A Voz do Domingo* apenas duas<sup>248</sup>.

---

<sup>248</sup> Em 27 de janeiro, *O Mensageiro* divulga a lista de operários presos.

Em 10 de fevereiro, o semanário do padre Lacerda publica um longo texto sobre a prestação de contas dos participantes no movimento à justiça. O jornal diz que foram “atirados para a fogueira aqueles que se deixaram ludibriar, confiados nas suas falsas promessas”.

Por outro lado, questiona-se “onde estão os chefes que os aliciaram?”. Nas semanas seguintes, *O Mensageiro* publicará várias notícias sobre o assunto, todas elas contra a ação. São ainda identificados os operários detidos e nomes dos que serão julgados no Tribunal Militar Especial (TME).

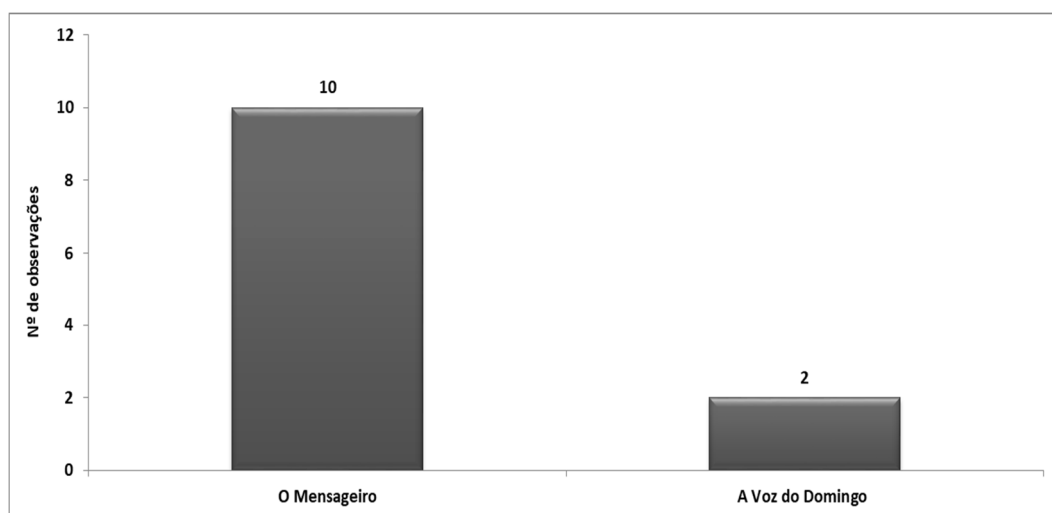


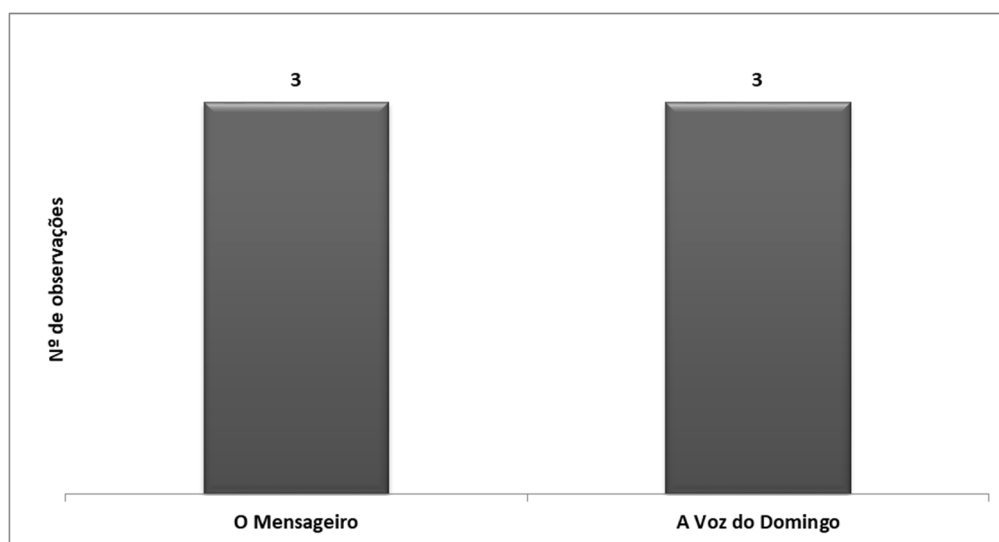
Gráfico 7 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 nos jornais analisados no estudo

Com se observa pelo gráfico, *O Mensageiro* dá um maior destaque à ação insurrecional em 1934, o que pode ser explicado pelo seu caráter mais generalista, ao contrário de *A Voz do Domingo*, este de cariz claramente religioso. É inegável a maior qualidade de conteúdo do jornal liderado pelo padre Lacerda, muito mais virado para as questões sociais e culturais. O seu «concorrente» era mais sensível aos temas religiosos e, por isso, a Igreja era o seu foco central, noticiava as iniciativas religiosas, as iniciativas do Bispo. Era isso que divulgava, que noticiava. *O Mensageiro* começou alguns anos antes, tinha um maior enraizamento local e o objeto das notícias era mais vasto, menos conotado à religião, com o bispo, embora estes temas também fizessem parte do seu alinhamento editorial.

Os dois jornais voltam a «cruzar» em fevereiro de 1935. Na edição do dia 9, *O Mensageiro* fala dos acontecimentos da Marinha Grande aludindo ao pedido de clemência do Bispo de Leiria.

*A Voz do Domingo*, no dia 10, aborda precisamente o mesmo assunto e é precisamente nesta altura que o semanário do padre Galamba de Oliveira é mais ativo, pois publica igualmente a resposta dada ao líder da igreja do distrito pelo Presidente da República e pelo Ministro do Interior. É uma espécie de órgão oficioso do Bispo, da sua agenda, das suas preocupações, dos seus interlocutores.

*O Mensageiro* volta igualmente ao assunto em 23 de fevereiro e 23 de maio. Neste número chama-lhe «movimento comunista» e lamenta que se encontrem “à solta” os que arrastaram os operários para o *18 de Janeiro de 1934*.



**Gráfico 8 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1935**

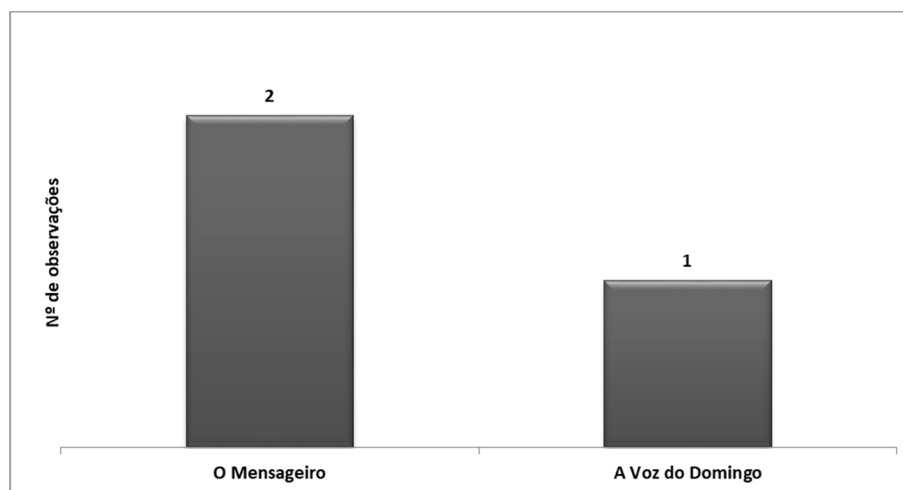
O mesmo número de peças jornalísticas em 1935 tem uma explicação: o conteúdo dos textos relaciona-se com o pedido de clemência do Bispo de Leiria. Sendo os dois jornais próximos da Igreja, é natural que ambos quisessem destacar a intervenção bispal no movimento revolucionário.

Só alguns anos depois é que os dois jornais retomam o tema: *O Mensageiro* em 8 de abril de 1939, com o título «Exilados da Marinha Grande»; *A Voz do Domingo* em 9 de abril do mesmo ano.

Em ambos os casos o assunto é mais um pedido de amnistia para com os implicados “no gorado movimento comunista de 1934”. O jornal do padre Lacerda ainda voltará ao tema na semana seguinte.

*A Voz do Domingo* não. Estas serão, aliás, as derradeiras alusões dos dois jornais ao *18 de Janeiro de 1934*, pois nem mesmo em liberdade esta é uma matéria que os dois semanários darão destaque.

Aliás, *O Mensageiro* nunca escondeu que o comunismo era um dos seus alvos, considerando-o na edição de 21 de janeiro de 1937 “um monstro nauseabundo e repelente”.



**Gráfico 9 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1939**

Tal como acontecera em 1935, também agora é dada importância à intervenção do Bispo de Leiria, o que é perfeitamente aceitável em dois jornais liderados por padres da mesma congregação.

De 1935 a 1943 não foi identificada qualquer referência ao tema. Em 30 de dezembro de 1943 o *Região de Leiria* apresenta a primeira notícia, ainda que indireta, referindo-se ao regresso à Marinha Grande de “9 pessoas ausentes desde Janeiro de 1934”, o que provocou um natural “contentamento” na vila.

Desde então e até 1975, os jornais analisados neste estudo nada publicarão sobre o assunto.

Note-se que este jornal não deu qualquer relevo às cartas do Bispo, assim como os dois semanários religiosos não deram relevo aos regressos da prisão.

*O Jornal da Marinha Grande*, fundado em 1963, não apresenta uma única notícia sobre o movimento durante o Estado Novo. É verdade que a censura era implacável, feroz, mas aquilo que se estranha é como é que um movimento que até apresenta um monumento que o evoca esteve silenciado ao longo de várias décadas, ressuscitando das cinzas após o 25 de

Abril de 1974. Vergílio de Lemos, um dos fundadores do semanário, recorda que uma das razões que levou a não ser publicado qualquer texto sobre o movimento foi “a possibilidade do Jornal ser encerrado”.

Por outro lado, acrescenta, “a Censura nunca perdoou a volta que demos para a criação do Jornal”<sup>249</sup>.

Relativamente a eventuais pressões para a publicação de textos alusivos ao *18 de Janeiro de 1934*, o jornalista garante que nunca as sofreu, “embora a vontade fosse muita”. Lemos recusa ainda que o JMG fosse um instrumento ao serviço do regime mas reconhece que tinha uma postura “zigzagueante”.

Por outro lado, reconhece que não existia aquando do arranque do JMG “informação fidedigna” sobre o movimento.

Notícias sobre o *18 de Janeiro de 1934* só em 1975. Em 3 de janeiro, o *Jornal da Marinha Grande* apresenta o programa das comemorações ao passo que «A Voz da Marinha Grande» publica, em 4 de janeiro, um comunicado do PCP sobre a efeméride no qual é afirmado que foi a organização local do partido que “nomeou um comité para preparar e dirigir o movimento”.

No comunicado é ainda anunciado o programa das comemorações. *O Mensageiro* e *A Voz do Domingo* não fazem qualquer referência ao movimento. *O Correio* só surgirá em 1977.

O JMG regressa ao tema em 24 de janeiro de 1975, com uma longa peça sobre as comemorações, nas quais esteve presente na Marinha Grande o líder do PCP, Álvaro Cunhal. Também «A Voz da Marinha Grande» segue a mesma linha editorial, em 25 de janeiro, ao divulgar um longo texto publicado dias antes no *Diário de Lisboa*.

Este jornal dá destaque apenas à intervenção de Cunhal referindo que encerrou as cerimónias de aniversário do «18 de Janeiro» e citando-o em várias passagens do seu discurso.

O JMG retoma o assunto em 7 de fevereiro com um texto assinado por Fernando Marrazes, o mesmo que não muito tempo mais tarde terá algum protagonismo no semanário fundado pelo advogado José Varela.

---

<sup>249</sup> Estas afirmações foram proferidas em entrevista concedida em 5 de fevereiro de 2015, por e-mail.



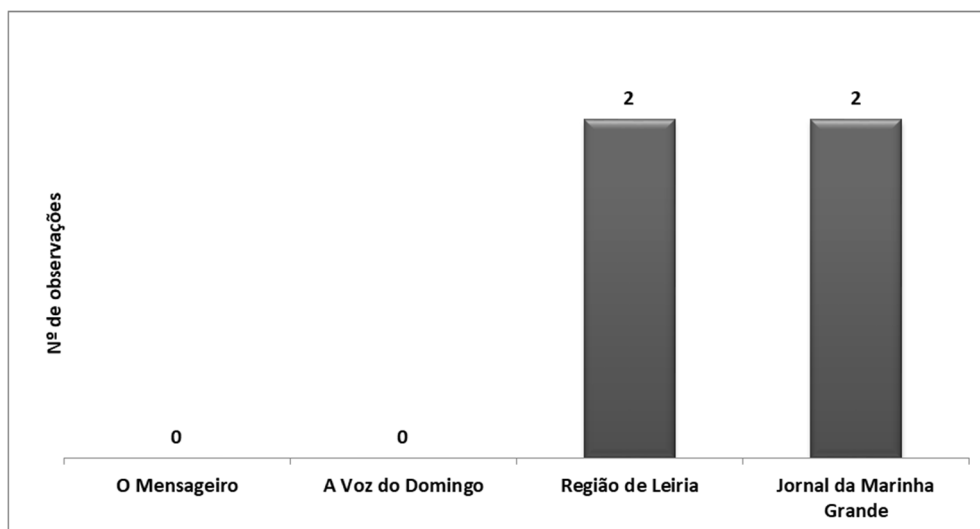


Gráfico 10 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1975

O gráfico mostra que os jornais da Igreja não dão qualquer destaque às comemorações do movimento, ao contrário do principal jornal de Leiria e do único que, nesta data, existia na Marinha Grande (JMG).

Era natural que assim fosse uma vez que se por um lado a vinda de Álvaro Cunhal à capital do vidro não poderia passar despercebida aos jornais generalistas, para os semanários da Igreja esse era um tema desinteressante, a evitar, dado o seu cariz religioso.

Por outro lado, os jornais mais pequenos têm normalmente dificuldade em fazer deslocar colaboradores a um evento fora das suas zonas de influência e em 1975 as deslocações entre as suas localidades não eram tão acessíveis como atualmente. Aliás, ao longo do estudo são perceptíveis as dificuldades dos jornais de Leiria em acompanhar no terreno o que ia acontecendo na Marinha Grande.

Tal como no ano anterior, em 1976 só dois jornais abordam o tema. Primeiro o *Jornal da Marinha Grande*, em 16 de janeiro, com o programa das comemorações. O *Região de Leiria* só o fará na semana seguinte - 24 de janeiro -, com duas peças extraídas dos jornais *Capital* e *Diário de Lisboa*.

No primeiro alude-se ao programa das comemorações e sublinha-se que a palavra de ordem mais gritada foi «a luta continua». Nesta mesma semana, o JMG publica a reportagem das comemorações da efeméride.

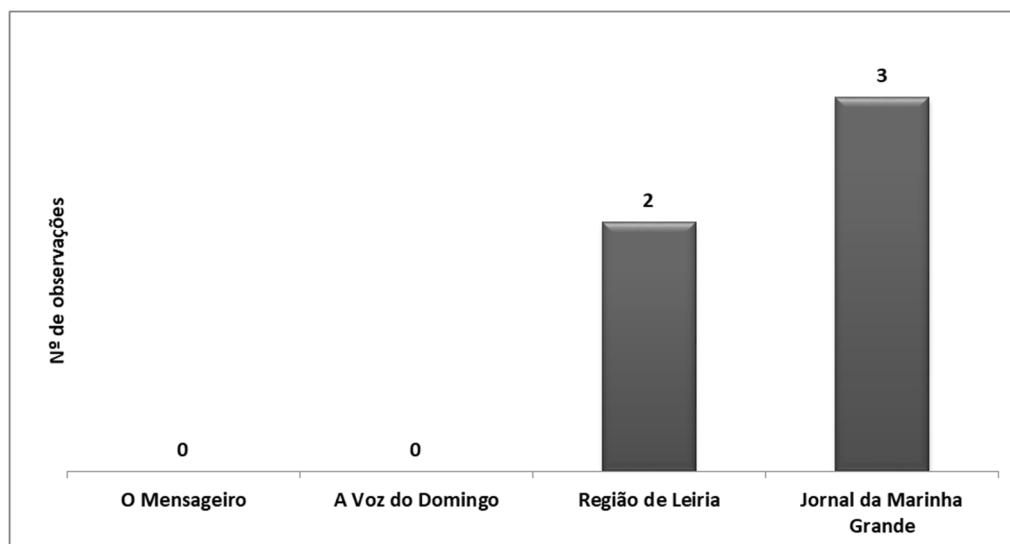


Gráfico 11 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1976

É natural que sendo o acontecimento marcante para a Marinha Grande, o único jornal local lhe evidencie algum destaque informativo.

Da mesma forma, os jornais de Leiria vão-se desinteressando do tema e a partir de 1977 isso é notório. Neste ano, o *Jornal da Marinha Grande* é o único semanário a noticiar o movimento, com três artigos.

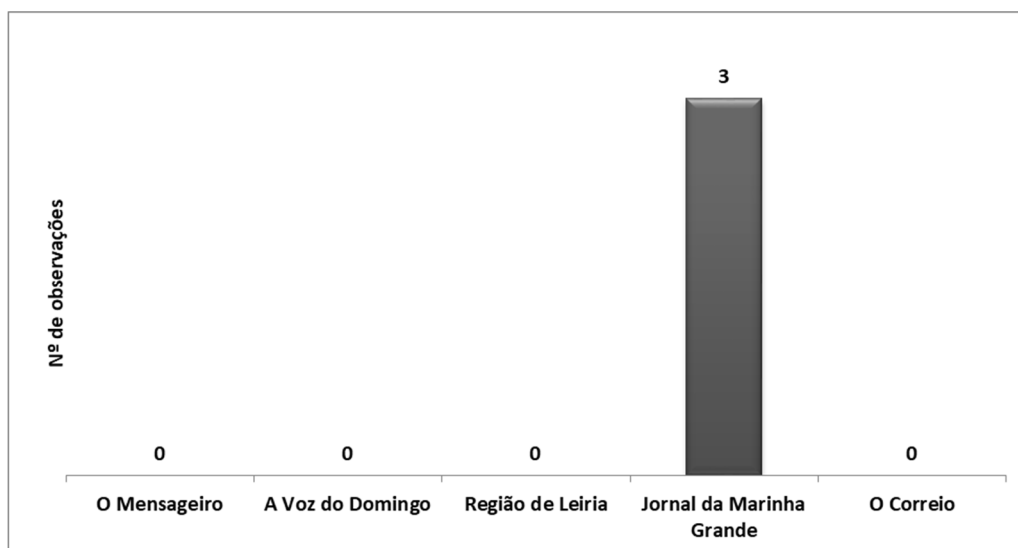


Gráfico 12 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1977

Como se observa no gráfico, os semanários da capital de distrito não fazem uma única referência ao 18 de Janeiro de 1934.

O *Região de Leiria*, aliás, não publicará nada sobre o *18 de Janeiro de 1934* entre 1977 e 1981, ao contrário do JMG, que apenas não o fará em 1979. *O Mensageiro* e a *Voz do Domingo* seguirão o mesmo caminho que o RL na omissão aos factos ocorridos na vida vizinha.

É interessante verificar então como os dois jornais da Marinha Grande trataram a iniciativa operária, se bem que essa comparação só é possível fazer a partir de 1978, ano em que o semanário de José Vareda arranca com as referências ao movimento. E sendo o semanário um instrumento claramente político, seria de esperar que o *18 de Janeiro* fosse um dos que mereceria uma ampla divulgação, pois passaria a ser uma bandeira do PCP e *O Correio* assumiu-se como um veículo de propaganda, não só política como sindical.

O jornal noticia o acontecimento logo no dia 6 de janeiro, com uma breve. O JMG «responde», em 12 de janeiro, igualmente com uma breve. No dia 13, *O Correio* publica quatro peças sobre a temática, entre as quais textos de opinião de Fernando Marrazes e, claro, o programa das comemorações.

O *Jornal da Marinha Grande* só em 19 de janeiro regressa ao assunto com um texto de opinião do diretor, Fernando Lopes.

O semanário *verde*, como é conhecido na Marinha Grande, volta ao *18 de Janeiro* nas edições de 9 de março de 1978 com um texto sobre o monumento ao vidreiro e um artigo assinado por Fernando Lopes.

*O Correio*, em 10 de março, publica uma breve.

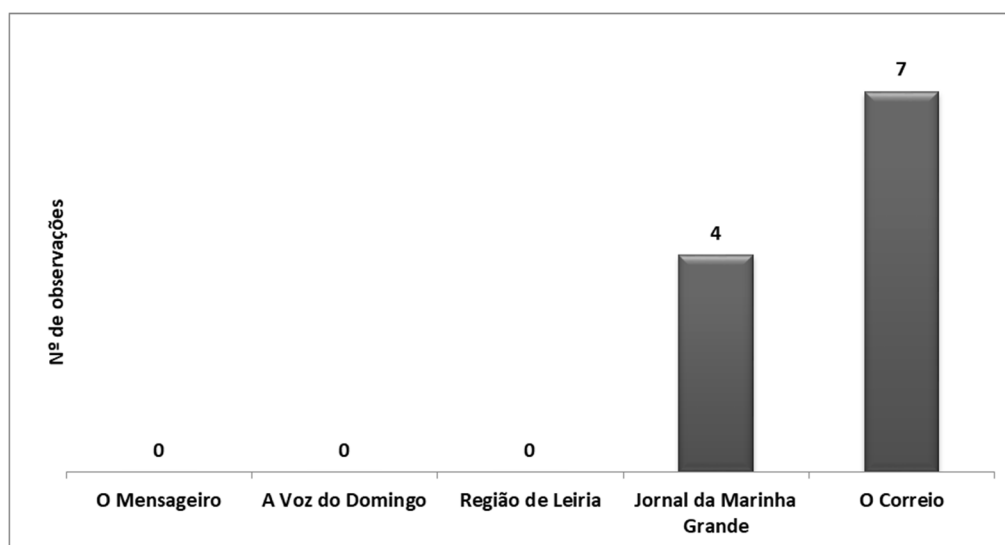


Gráfico 13 - Notícias publicadas sobre o *18 de Janeiro de 1934* em 1978

Note-se que logo nas primeiras comemorações do *18 de Janeiro* em que se publica, *O Correio* dá maior destaque que o seu concorrente ao assunto. Esta realidade será uma constante, ano após ano. E compreende-se que assim seja uma vez que tinha um propósito político muito claro, sendo o movimento insurrecional um tema «caro» aos responsáveis do jornal, muito próximos da direção local do PCP.

O semanário fundado por José Vareda é o único que aborda o tema em 1979, em três edições: 5, 12 e 26 de janeiro. Na primeira edição do ano diz-se que se vai comemorar, na segunda semana um longo texto sobre o que se passou na madrugada de 18 de janeiro de 1974 e no último mês duas peças sobre a revolta, com destaque para a posição da CGTP, que está sempre presente na Marinha Grande com um dos seus mais altos dirigentes.

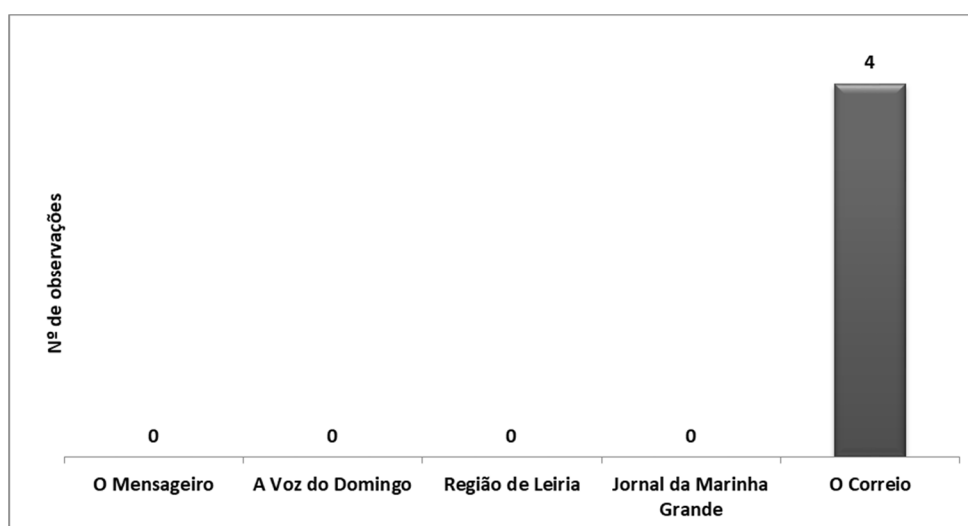


Gráfico 14 - Notícias publicadas sobre o *18 de Janeiro de 1934* em 1979

Verifique-se a importância que o JMG dá ao *18 de Janeiro de 1934*. Nem uma linha sobre o assunto no ano de 1979. Este «esquecimento» talvez não seja inocente, embora se admita que a informação não tenha chegado formalmente à redação do jornal liderado por Fernando Lopes. O antigo diretor rejeita qualquer tipo de censura ao tema e admite que o jornal poderá ter optado por outros assuntos que fossem mais ao encontro da linha editorial então definida para o semanário. Fica no ar a possibilidade de ter existido um «amuo» do diretor por a informação não lhe ter sido transmitida em tempo útil.

Em 1980, o *Jornal da Marinha Grande* escreve apenas uma breve, em 17 de janeiro. *O Correio* responde com cinco peças em 11, 18 e 25 de janeiro.

Na primeira edição faz-se alusão ao movimento, com uma pequena notícia mas na edição do dia 18 é publicado um texto longo sobre o assunto e um outro do STIV. O jornal encerra o mês com a reportagem das comemorações.

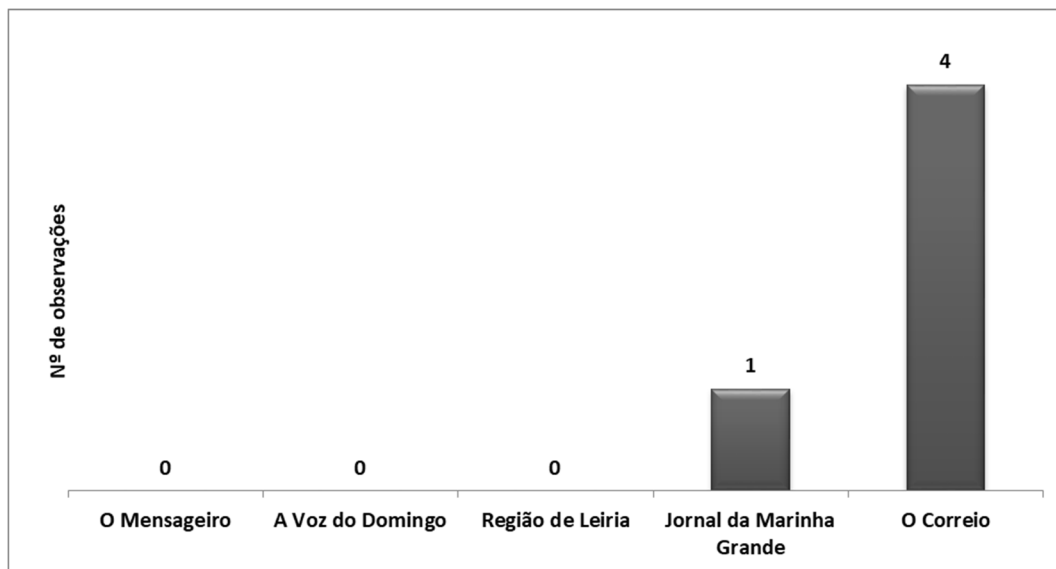


Gráfico 15 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1980

Admite-se que a explicação dada anteriormente possa ser aplicada ao que sucedeu em 1980: os dados revelam que o *Jornal da Marinha Grande* não vê no 18 de Janeiro de 1934 um assunto com especial relevância informativa.

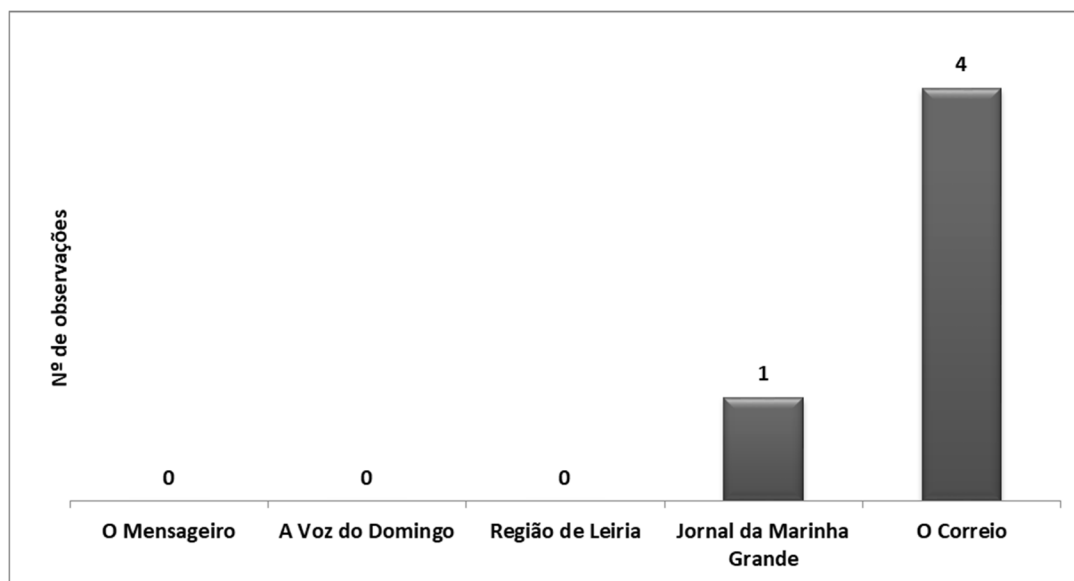
Pelo contrário, *O Correio* tem aqui uma oportunidade ímpar para se diferenciar do seu concorrente direto e efetivamente consegue-o com relativa facilidade.

É natural que em 1980 o acesso às fontes fosse mais complexo, devido à pouca simpatia entre o jornal e o Sindicato, mas não deixa de ser factual que alguns dos sobreviventes do movimento ainda eram vivos e poderiam testemunhar o que realmente se passou.

Mas jornalismo de investigação era coisa pouco vista por essa altura na imprensa local e regional. Neste particular, *O Correio* fez um bom trabalho face aos poucos meios de que dispunha.

No ano de 1981 o cenário é semelhante. O JMG publica apenas uma breve em 15 de janeiro ao passo que *O Correio* aborda a temática em 16 e 23 de janeiro.

Na primeira edição com dois textos assinados por Fernando Marrazes. Na semana seguinte com a reportagem do evento.



**Gráfico 16 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1981**

Mais uma vez, o jornal fundado em 1977 «vence» e com grande vantagem: 4-1. Nada que não acontecesse em anos anteriores.

1982 é o ano em que quatro jornais contêm informação sobre o *18 de Janeiro de 1934*, dois de Leiria e os dois da Marinha Grande. O *Região* publica uma breve com o programa das comemorações em 15 de janeiro.

O JMG só no dia 21 faz uma referência ao movimento e *A Voz do Domingo* em 24 de janeiro, a propósito das cenas de «pancadaria».

O texto é extraído do jornal *Comércio do Porto*. O *Região de Leiria*, em 22 de janeiro, publica três textos, um extraído do *Jornal de Notícias*, outro do *Diário de Lisboa* e um comunicado do PS sobre a violência ocorrida dias antes na Marinha Grande, que levou cinco pessoas a receberem tratamento.

Em causa estiveram os incidentes entre os sobreviventes e familiares dos mortos do *18 de Janeiro* que se opuseram à romagem promovida pela UGT.

Finalmente, *O Correio* volta a destacar-se ao publicar o editorial sobre o assunto em 15 de janeiro bem como um longo texto de Fernando Marrazes e o «testemunho» de José Gregório.

Na semana seguinte fala-se das comemorações levadas a cabo e, em 29 de janeiro, o assunto é a pancadaria.

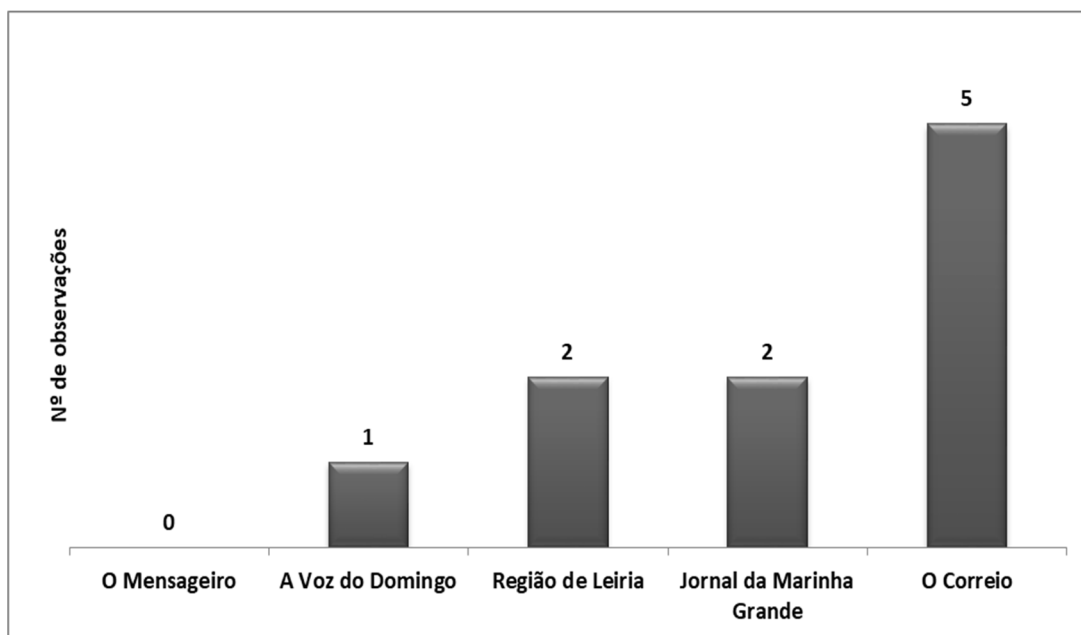


Gráfico 17 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1982

Estes dados são factualmente distintos dos que se verificaram nos anos anteriores, designadamente o súbito interesse dos jornais de Leiria.

Este está mesmo relacionado com a pancadaria no cemitério, que teve impacto nacional e os semanários locais aproveitam a «boleia» e publicaram os seus textos na íntegra. Os semanários da Marinha Grande mantêm a mesma dinâmica noticiosa.

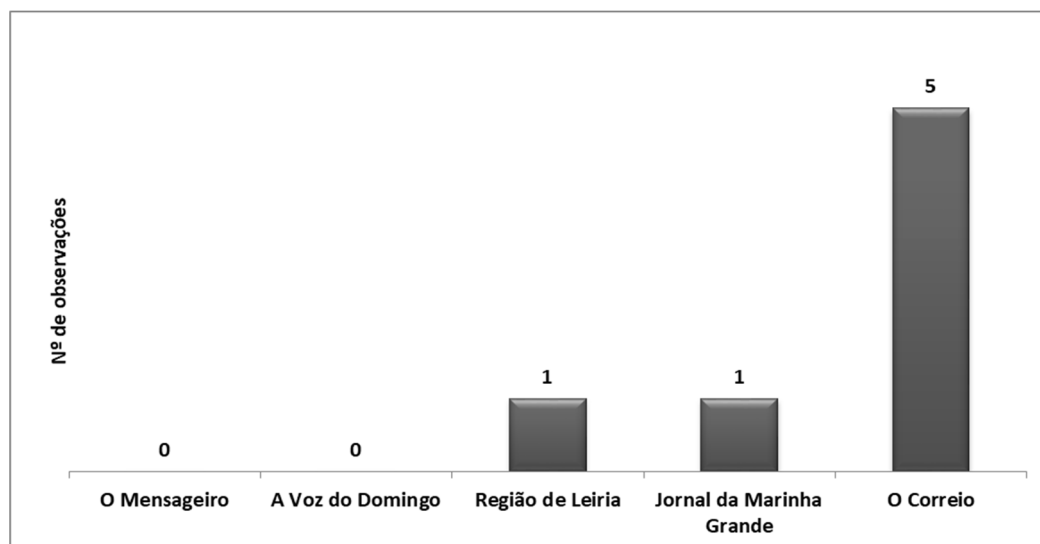
O ano de 1983 chega com *O Correio* a publicar cinco peças ao passo que o JMG limita-se a fazer uma breve na capa.

O seu concorrente começa a falar do *18 de Janeiro* no dia 14: uma sobre o programa das comemorações, outro com um texto de Fernando Marrazes, o movimento contado por José Gregório e um texto assinado pelos trabalhadores da Covina - Companhia Vidreira Nacional, SARL, fundada em 1936, fruto da fusão de sete fábricas que se dedicavam à produção de vidro.

Um dos fundadores foi Lúcio Tomé Fêiteira.

No dia 21 de janeiro é publicada uma moção aprovada na Assembleia de Freguesia e na derradeira edição do ano a reportagem das comemorações.

Neste ano, também o *Região de Leiria* publica uma breve notícia assinada pelo correspondente Rui Martins Nobre.



**Gráfico 18 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1983**

Finalmente, no ano em que o *18 de Janeiro de 1934* assinala meio século, seria de prever que todos os jornais lhe façam referência.

*O Mensageiro* nem uma palavra. *A Voz do Domingo* fá-lo apenas em 5 de fevereiro a propósito do monumento ao vidreiro.

Um mês precisamente antes já o *Região de Leiria* publica o programa provisório, no dia 13 o programa oficial e em 20 de janeiro dá conta das celebrações do movimento, que envolveram “milhares de pessoas” na inauguração do monumento ao *18 de Janeiro*.

Na cerimónia, um dos sobreviventes, Manuel Baridó, afirmou que não só os sobreviventes “mas também a actual geração de trabalhadores portugueses manter-se-ão fiéis ao juramento de levarem até às últimas consequências os ideais do 18 de Janeiro”.

Os semanários da terra dão-lhe mais relevo, embora o *Jornal da Marinha Grande* apenas publique um longo texto em 26 de janeiro de 1984.

Já *O Correio* publica mais de uma dezena de textos, sobretudo nas edições de 6, 13, 20 e 27 de janeiro.

No dia 13 é editado um especial com o programa, um apelo para a participação popular, entrevista a um dirigente da CGTP, um longo texto de opinião de Fernando Marrazes e uma homenagem às mulheres do *18 de Janeiro de 1934*.

Em agosto de 1984, são publicados dois textos repescados com assinatura de Maria Filomena Mónica.

Os demais jornais não fazem qualquer referência ao movimento nesta altura do ano.



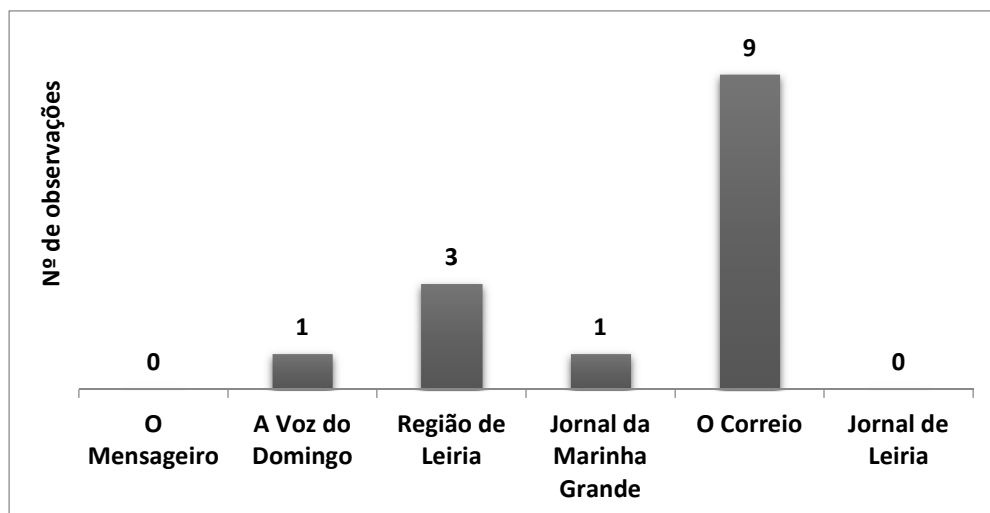


Gráfico 19 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 em 1984

Este gráfico mostra que o meio século do *18 de Janeiro de 1934* tem uma importância especial para a imprensa uma vez que são publicadas catorze peças, ou seja, 15,5% do total de notícias publicadas em meio século.

### 3. Categorização dos Dados

Na sequência da recolha dos dados foram registadas noventa unidades, na totalidade dos seis jornais observados. As peças jornalísticas foram verificadas «à lupa» através da técnica de análise de conteúdo, que incidiu em quatro categorias: «Identificação», «Forma e localização da peça no jornal», «Representações do movimento e das suas comemorações» e «Palavras-chave».

Na «Identificação» foi observado o número da peça, o título, o jornal em que é publicada e a data que dá à estampa. Relativamente à «Forma e localização da peça no jornal», identificam-se o número da página em que é publicada, a secção, o género, o autor, o número de palavras e se é acompanhada de fotografia ou não.

Em «Representações do movimento e das suas comemorações» procurou-se verificar o «Local da ação», os «Autores da Ação», «Nomes dos Autores», «Líder», «Assalto aos Correios», «Ocupação da GNR», «Ocupação da Câmara», «Soviete», «Fim da Resistência», «Prisões», «Hesitação dos Revoltosos», «Explicação para o Fracasso», «Condenação do Movimento», «Apoio ao movimento», «Apoio à Ditadura», «Derrota Operária», «Vitória Operária» e «Comemoração».

Finalmente, as «Palavras-Chave» evidenciam os termos mais utilizados nas unidades de análise em estudo. *O Mensageiro* apresenta quinze peças sobre o 18 de Janeiro de 1934, das quais sete se localizam na capa, seis na página dois e duas na página quatro.

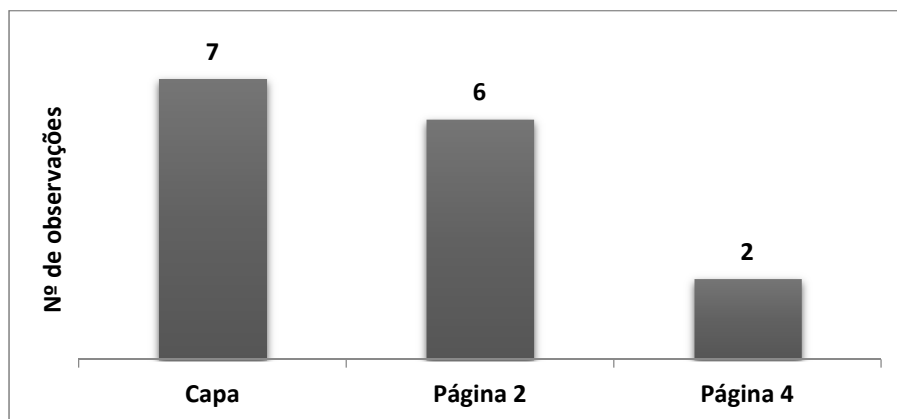


Gráfico 20 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro*

Doze peças são publicadas em formato de notícia e três através de artigos de opinião. Destes, dois são assinados pelo Bispo de Leiria e um por Jayme Athias.

Os restantes não estão identificados, desconhecendo-se os autores, presumindo-se que, nestas circunstâncias, possam ser da responsabilidade do diretor da publicação. O artigo com mais caracteres é publicado em 20 de janeiro de 1934: 2236 palavras.

Um texto enorme e que ocupa um espaço importante na edição (cerca de uma página). O mais curto tem apenas 47 palavras, publicado em 8 de abril de 1939. Trata-se de uma breve. Nenhum dos textos é acompanhado de fotografia. Presume-se que quanto maior a quantidade de palavra maior será o impacto que se pretende do ponto de vista editorial.

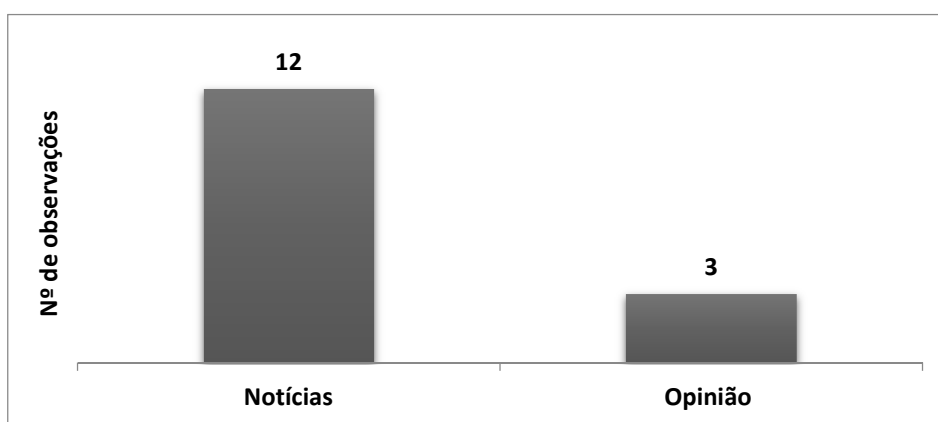


Gráfico 21 - Notícias/opinião publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro*

*O Mensageiro* aborda a temática fundamentalmente nos acontecimentos verificados na Marinha Grande. Em seis ocasiões o palco é a vila vidreira e outras localidades e apenas numa edição fala da Marinha Grande e Leiria, em paralelo.

Relativamente aos autores da ação, o jornal chama-lhes extremistas em cinco ocasiões e comunistas em quatro. Usa ainda as seguintes designações: operários, exilados, presos e indivíduos. O nome de alguns dos autores é referenciado oito vezes ao passo que em sete peças não é feita qualquer alusão. Já relativamente à liderança, em doze textos não é feita qualquer referência, em dois é identificado António Guerra e há ainda menção a dois nomes: Amarante e Castanheira.

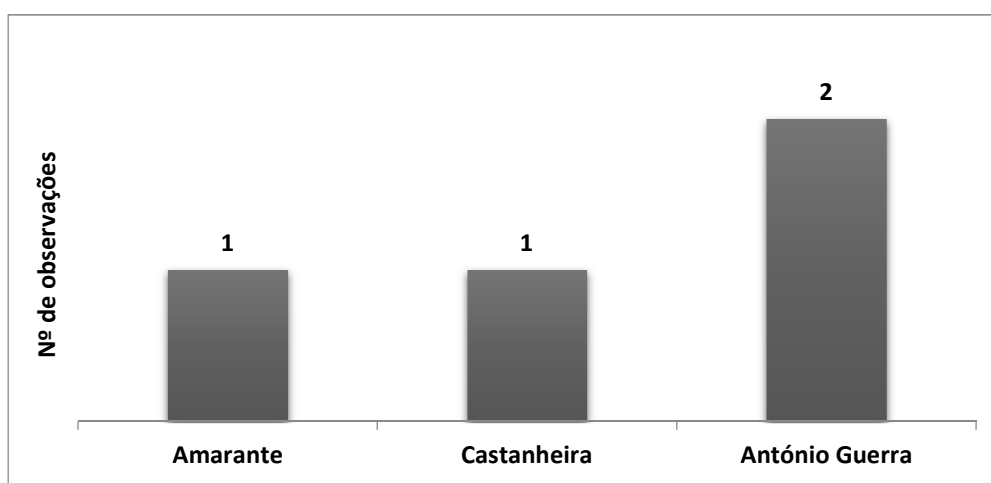


Gráfico 22 - Notícias publicadas sobre a liderança do 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro*

O assalto ao Correio é notícia em oito das quinze peças. Já a ocupação da GNR é noticiada em nove peças, o mesmo não sucedendo na ocupação da Câmara que não é referida em nenhuma das unidades analisadas, tal como sucede com a constituição do soviete.

Sobre o fim da resistência do operariado, *O Mensageiro* não faz qualquer referência em doze notícias. Nas restantes, em duas ocasiões, noticia que durou duas horas, na outra revela que ocorreu às 8 horas da manhã. Ora estamos perante uma questão em que os operários pretendiam que o tempo de ocupação fosse o maior possível e as autoridades o tentassem encurtar, reduzindo a ação a alguma insignificância.

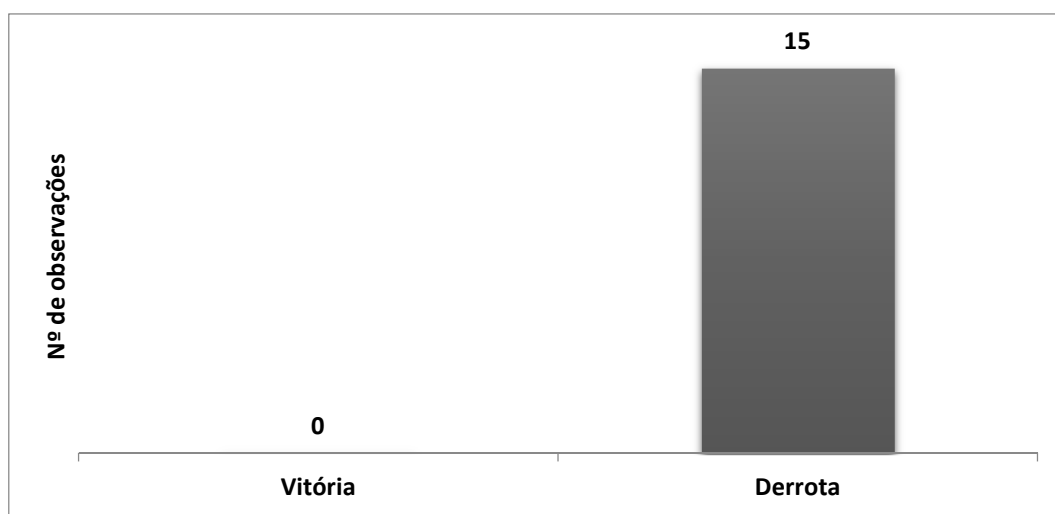
O número de prisões é outra categoria em que o jornal não é unânime, eventualmente por não existirem números oficiais. Em seis notícias fala em “várias”, em quatro revela que existiram e só quantifica o número nas edições de 20 e 27 de janeiro de 1934. Fala em 56, depois em mais 7 e finalmente em 15.

As hesitações dos revoltosos durante a ação insurrecional são referidas em duas ocasiões, nas peças nº 1 e nº 15, a primeira e a última. Nas restantes nada é dito em relação ao assunto.

A explicação para o fracasso é dada em sete notícias, em oito não é sequer justificado. Fala-se em precipitação de “um pequeno número de operários”, na edição de 20 de janeiro de 1934, e na semana seguinte garante-se que o segredo esteve nas “rápidas e enérgicas providências pelo Governo”.

Relativamente à condenação do movimento, *O Mensageiro* assume-o em dez ocasiões e não há uma única notícia de apoio à iniciativa do operariado. O apoio à Ditadura está plasmado em nove artigos, nos restantes não existe qualquer referência depreciativa sobre o regime.

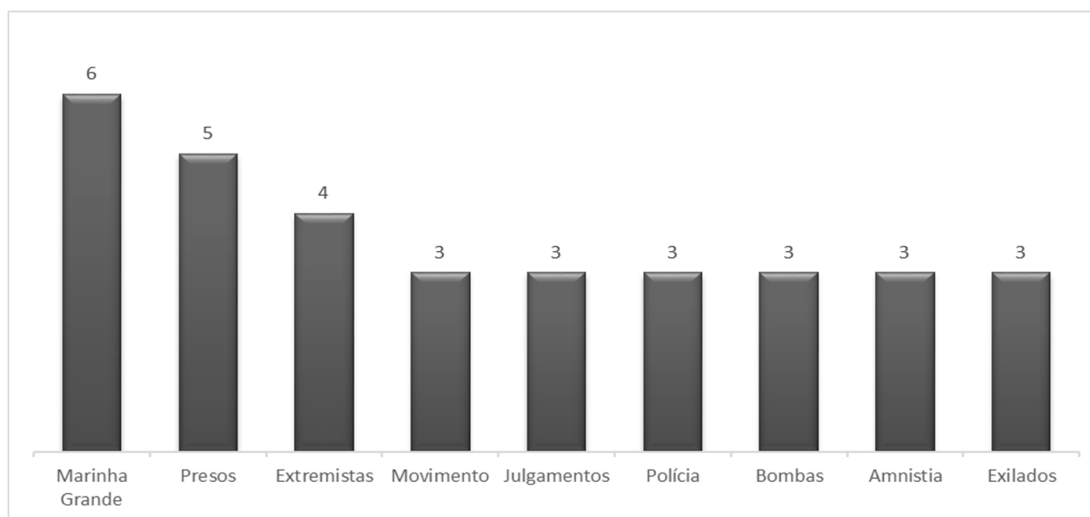
O semanário é unânime em considerar que se tratou de uma derrota operária e na totalidade dos textos nunca fala em vitória dos revoltosos e muito menos em comemorações, uma vez que a temática não é abordada em liberdade.



**Gráfico 23 - Notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro***

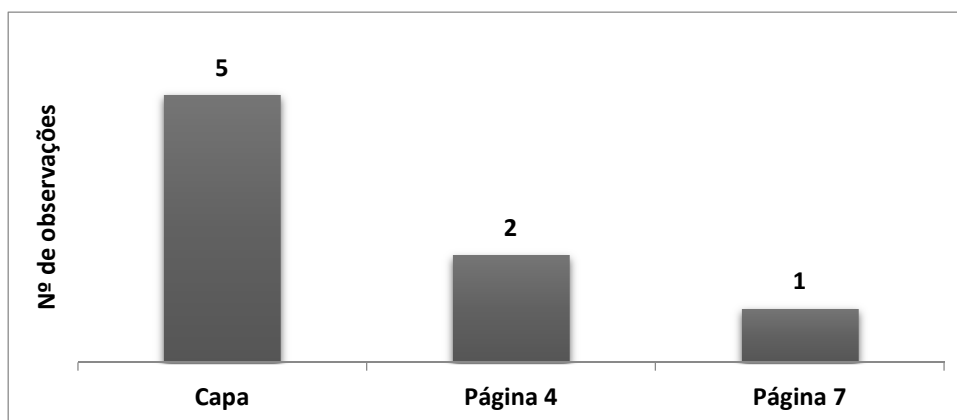
Finalmente, a palavra-chave mais inscrita nos textos do jornal *O Mensageiro* é Marinha Grande, em seis ocasiões.

Outras palavras em destaque nos textos são Presos (em 5 das 15 peças), Extremistas (4), Movimento (3), Julgamentos (3), Polícia (3), Bombas (3), Amnistia (3) e Exilados (3). É natural que estas sejam as palavras mais escritas uma vez que o teor dos artigos é claramente de oposição à ação do operariado.



**Gráfico 24 - Palavras-chave nos textos do 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Mensageiro***

O gráfico mostra-nos que as palavras-chaves mais usadas no jornal *O Mensageiro* estão associadas à condenação perentória do movimento e aos pedidos de amnistia do Bispo de Leiria, além de que os textos foram escritos antes do 25 de Abril de 1974. Verificado o jornal fundado pelo padre Lacerda é tempo de observar *A Voz do Domingo*. O jornal leiriense, afeto à Igreja, só em oito ocasiões se refere ao 18 de Janeiro de 1934 e, em cinco, fá-lo na primeira página. Nas restantes, utiliza a página 4 em duas ocasiões e a 7 numa outra.



**Gráfico 25 - Localização dos textos do 18 de Janeiro de 1934 no jornal *A Voz do Domingo***

Metade das peças é em formato notícia sem identificação do autor, a outra metade opinião devidamente assinada e não vai além das 523 palavras. Tal como *O Mensageiro*, não é publicada qualquer fotografia. Aliás, na esmagadora maioria das notícias deste jornal não há recurso a imagens, sendo um suporte de comunicação pouco valorizado e esta é uma realidade

transversal a todos os periódicos analisados nesta investigação. Só a partir da década de 1980 é que a imagem começa a ganhar espaço e o aspeto gráfico a sofrer alterações, pois até então o que se verifica é uma espécie de «amontoado de palavras».

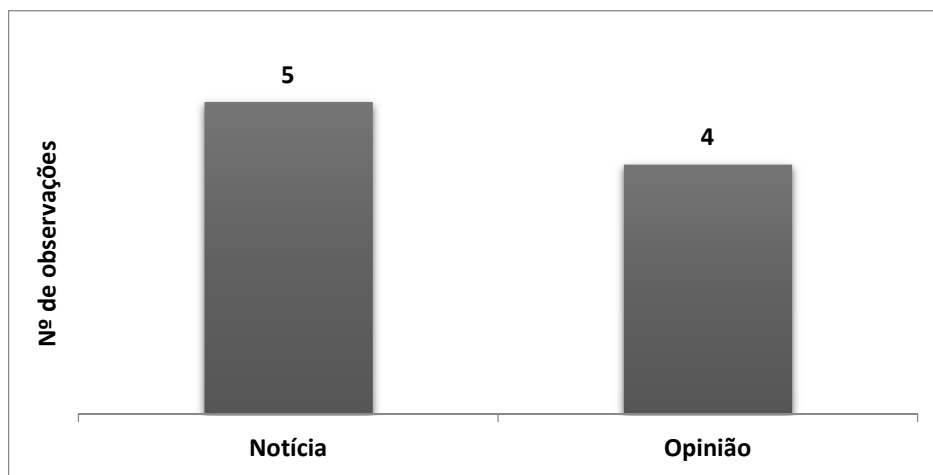


Gráfico 26 - Tipo de textos publicados sobre o 18 de Janeiro de 1934 na *Voz do Domingo*

O local da ação é maioritariamente a Marinha Grande. Numa peça é referida a vila vidreira “e outras localidades”, noutra não há qualquer referência ao local. Sobre os autores não existe unanimidade, longe disso.

Em três notícias são denunciadas os “comunistas”, nas restantes fala-se “desvairados” e “implicados”. O nome dos autores da ação só em duas peças é referido, em 1982 e em 1984. Sobre liderança do movimento nem uma palavra.

O assalto ao Correio e a ocupação da GNR são ações assumidas apenas na edição de 28 de janeiro de 1934. Nas restantes não há qualquer referência ao assunto. Sobre a ocupação da Câmara, a constituição do Soviete e o fim da resistência não se verifica qualquer alusão.

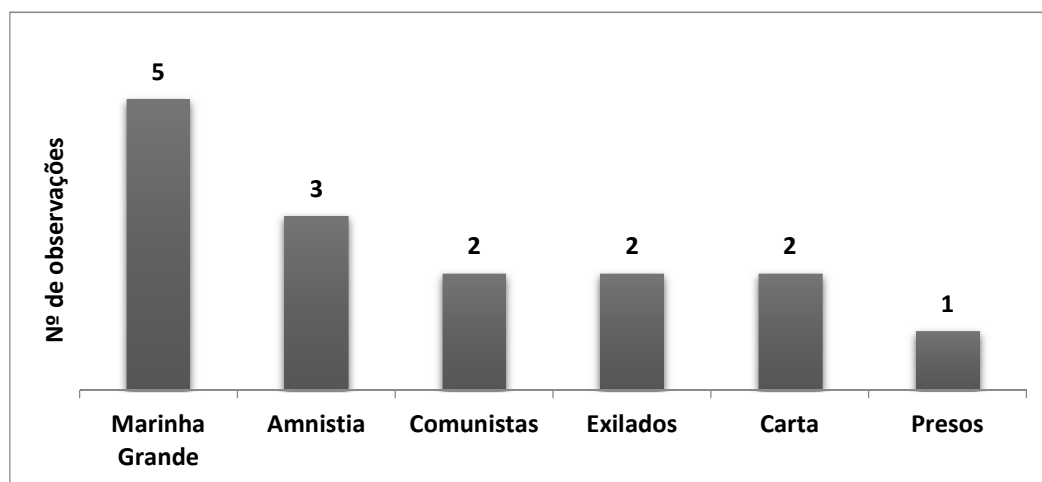
As prisões efetuadas pelo regime são referidas em cinco das oito peças. Não existe qualquer referência ao assunto nas duas notícias publicadas em liberdade. Relativamente à hesitação dos revoltosos, *A Voz do Domingo* apenas na edição de 9 de abril de 1939 aborda o tema, nas restantes ignora-o.

A explicação para o fracasso é dada em apenas duas ocasiões, em 1934 e 1939, tal como a condenação do movimento, que ocorre no ano da sua eclosão. O apoio ao movimento é dado em 1984, embora não seja explícito, uma vez que se aborda a questão da inauguração do monumento em memória dos revoltosos.

*A Voz do Domingo* só em duas ocasiões apoia a Ditadura, nas restantes não o faz. Sobre a derrota operária assume em cinco edições. Em qualquer das oito peças o jornal fala em vitória operária.

Sobre as comemorações, o jornal só aborda o tema após a restauração da liberdade, o mesmo acontecendo com todos os outros jornais analisados neste estudo, incluindo obviamente *O Mensageiro*.

A palavra-chave mais utilizada nos textos do jornal religioso é Marinha Grande. É o termo em evidência em cinco das oito peças publicadas. Depois surge o termo amnistia (3), devido ao envolvimento do Bispo, que pediu clemência ao Estado. Outras palavras com destaque são comunistas, exilados, presos e carta. Estas últimas palavras estão em destaque em duas peças.



**Gráfico 27 - Palavras-chave mais utilizadas nas peças sobre o 18 de Janeiro de 1934 na *Voz do Domingo***

O semanário Região de Leiria publica apenas onze notícias sobre esta temática. Fundado já depois da eclosão do movimento, começa por ser um jornal assumidamente comercial, de anúncios. A primeira referência é feita apenas em 1943, ainda que de forma indireta, uma vez que alude ao regresso à vila de nove pessoas que se encontravam presas. As restantes peças são publicadas já depois do 25 de Abril de 1974 e o jornal nunca lhe dá destaque de primeira página, o que é elucidativo da importância que o semanário dá ao acontecimento. As notícias são sempre publicadas no interior, na secção «A Voz da Marinha Grande», sem chamada de capa, e por norma em formato de notícia, num ou outro caso como artigo publicado num jornal nacional. Apenas dois textos apresentam mais de mil palavras. Cinco têm a assinatura de Rui Martins Nobre e nenhum apresenta fotografia.

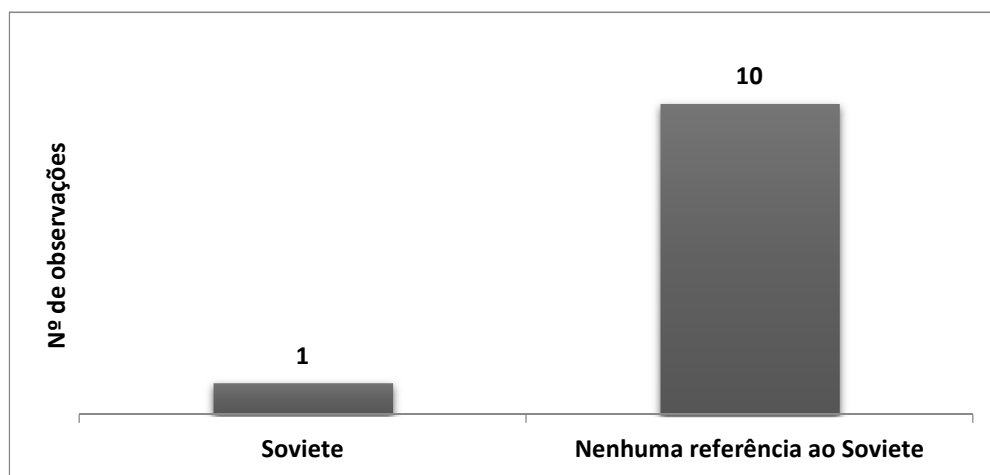
Todas as peças publicadas no RL dizem respeito aos acontecimentos verificados na Marinha Grande e em cinco ocasiões o jornal não identifica os autores da ação. Nas restantes chama-lhes operários, antifascistas, heróis.

Relativamente aos nomes dos autores apenas em três ocasiões os notícia e sobre a liderança são identificados os revoltosos Guerra, Gregório e Manecas, na edição de 4 de janeiro de 1975.

O assalto ao Correio e a tomada do posto da GNR apenas numa edição são referidos, em 4 de janeiro de 1975.

Nas restantes nem uma palavra sobre o assunto.

A ocupação da Câmara é assunto que «A Voz da Marinha Grande» não aborda e a questão do Soviete apenas é referida numa peça publicada em 4 de janeiro de 1975.



**Gráfico 28 - O Soviete nas peças sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Voz do Domingo**

É precisamente nesta edição de 4 de janeiro de 1975 que o jornal leiriense fala do fim da resistência do operariado. Diz que foi “pela manhã”. Em nenhum dos artigos se aborda a questão das prisões e apenas num se alude à hesitação dos revoltosos, na edição de 24 de janeiro de 1976.

A explicação para o fracasso é dada em duas edições e não há uma única peça que condene o movimento, ou seja, todas são de apoio à ação do operariado, logo contra a Ditadura de Salazar.

Relativamente aos êxitos ou derrotas do movimento, a esmagadora maioria fala em derrota e apenas uma em vitória da iniciativa revolucionária. De igual forma, dez das onze peças abordam a questão das comemorações.



A palavra-chave mais usada é Marinha Grande, em dez das onze peças. Segue-se comemorações, em sete notícias, comício (3) e monumento (3), heróis (2) e espetáculo (2).

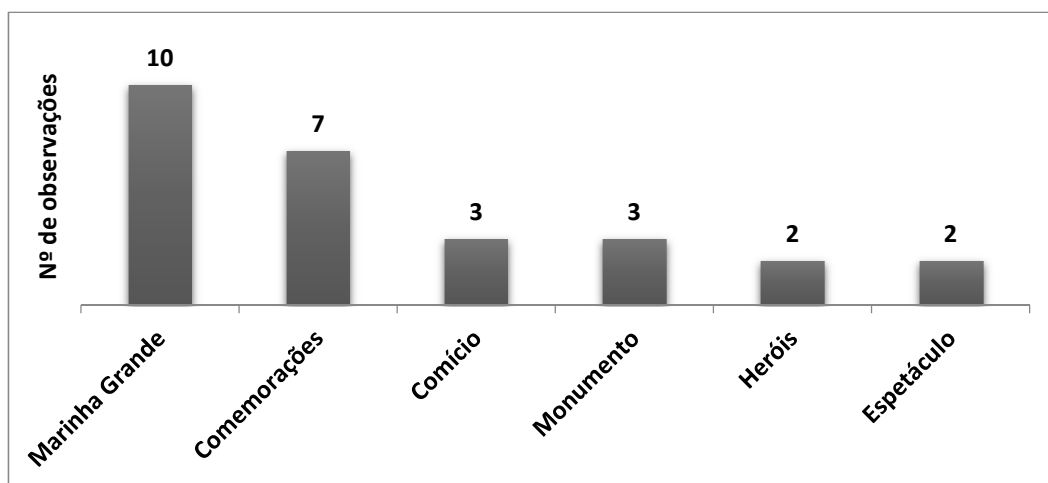


Gráfico 29 - Palavras-chave nas peças sobre o 18 de Janeiro de 1934 na *Voz do Domingo*

O *Jornal da Marinha Grande* faz dezoito referências ao 18 de Janeiro de 1934, no período em análise neste estudo (1934-1984), e todas elas após o 25 de Abril de 1974 e em catorze ocasiões fá-lo com destaque de primeira página, oito das quais tem continuidade em páginas interiores.

Em quinze ocasiões o semanário publica notícias e em apenas três o faz em texto de opinião. Por norma, não identifica os atores da ação e quando o faz chama-lhe operários, revolucionários, combatentes e vidreiros.

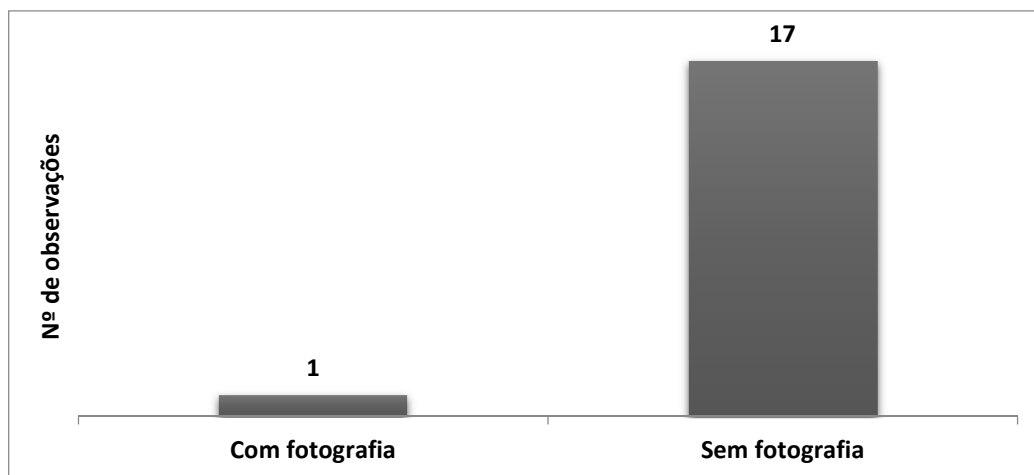
Por norma, os textos não são assinados. Mas há exceções. Fernando Marrazes assina a peça mais longa, com 2495 palavras, em 24 de janeiro de 1975. Também F. Veríssimo e F.S.P. assinam duas notícias no semanário marinhense.

A peça mais curta tem apenas 54 palavras. Aliás, a grande maioria dos textos não são extensos.

O jornal, em alguns anos, passa um pouco ao lado da efeméride. Só numa ocasião, em 1975, publica uma fotografia relacionada com o acontecimento.

Mais uma vez se assiste a uma realidade generalizada na imprensa, sobretudo local, devido à não valorização do suporte fotográfico bem como à complexidade técnica do processo de inserção de imagens.

Presume-se que os custos de integração de imagens fossem incomportáveis para os editores.

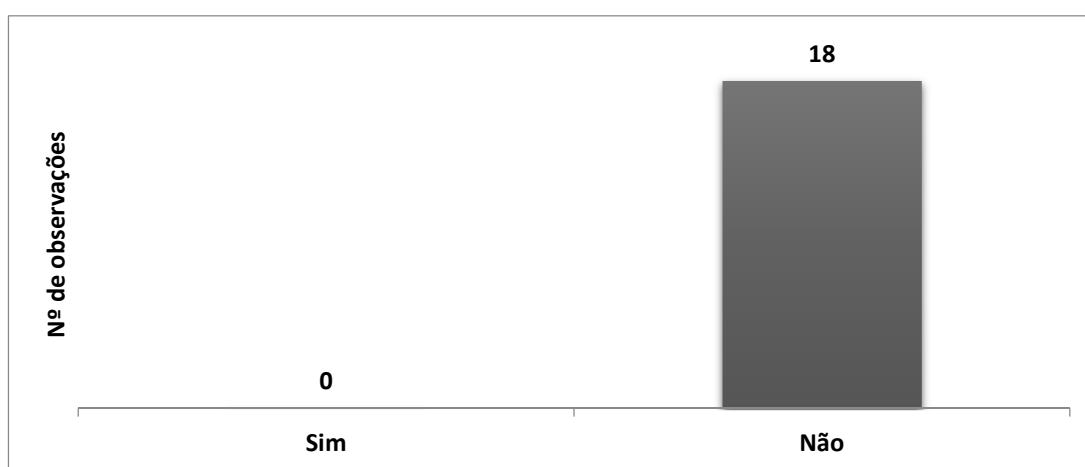


**Gráfico 30 - Fotografia nas notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934 no JMG**

O local da ação é, em todas as peças, a localidade da Marinha Grande e em apenas uma se aborda os acontecimentos no país.

Relativamente aos autores que estiveram na origem do movimento, em oito notícias não são identificados. Nas restantes fala-se de operários (4), revolucionários (1) e vidreiros (1), não existindo assim homogeneidade não só neste como nos demais jornais que abordaram o tema.

Os nomes dos homens que intentaram a ação são referidos em três peças e só numa, em 3 de janeiro de 1975, se aborda a questão da liderança, atribuída a Guerra, Gregório e Manecas. O assalto aos Correios e a ocupação da GNR são noticiadas em apenas duas peças ao passo que a tomada da Câmara e a constituição do Soviete não são identificadas em qualquer das unidades em análise.



**Gráfico 31 - Constituição do Soviete da Marinha Grande em 18 de Janeiro de 1934 na MG**

O fim da resistência dos revoltosos é referido apenas na edição de 3 de janeiro de 1975. Pode ler-se que ocorreu “de manhã”.

Nas restantes nem uma palavra sobre o assunto<sup>250</sup>. Relativamente a eventuais hesitações dos autores nada é escrito.

Já sobre as prisões, em duas edições fala-se do assunto. Sobre a explicação para o fracasso, o *Jornal da Marinha Grande* usa quatro edições para o fazer e em nenhuma se condena a ação.

Aliás, em três notícias não é claro o apoio ao movimento, optando o jornal por uma conduta neutra.

Depois de nunca ter afrontado a Ditadura entre 1963 e 1974 e em muitas ocasiões até a exultou, o semanário, em liberdade, não faz qualquer elogio ao antigo regime mas em seis edições não esconde que o *18 de Janeiro de 1934* se tratou de uma derrota do movimento operário e em momento algum fala de vitória dos revoltosos.

Relativamente às comemorações anuais da efeméride após o 25 de Abril de 1974, em apenas dois anos não é feita qualquer referência ao assunto.

As palavras-chave mais utilizadas nas peças publicitadas pelo JMG são Marinha Grande, em todas as edições, Comemorações, em sete, Operários (4), Insurreição (3) e Revolução (3).

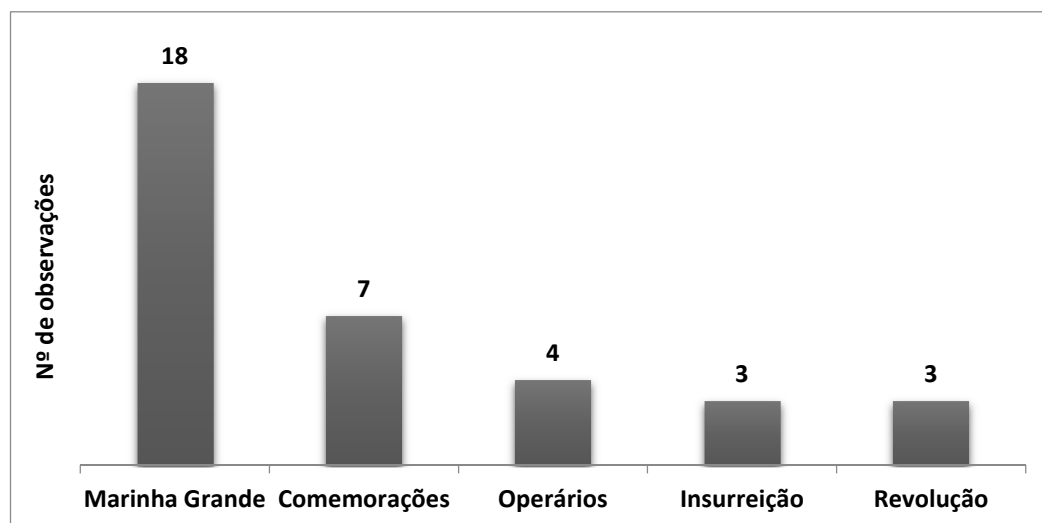


Gráfico 32 - Palavras-chave sobre o 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no JMG

<sup>250</sup> Baptista Bastos, jornalista do jornal *O Ponto*, garante que “o poder operário naquela localidade durara «dezoito horas» (Vasconcelos, 2002, p. 259).

É natural que a palavra-chave utilizada em todas as peças seja Marinha Grande uma vez que o JMG centra os artigos precisamente na então vila. De igual forma, «comemorações» é um termo muito utilizado dado que, por norma, as notícias estão relacionadas com as ações que ocorrem anualmente para recordar a efeméride. *O Correio*, fundado pelo Dr. José Vareda, publica 38 artigos sobre a efeméride entre 1977 e 1984, um dos quais um poema da autoria de Arnaldo Matos e, em 24 ocasiões, dá-lhe destaque de primeira página.

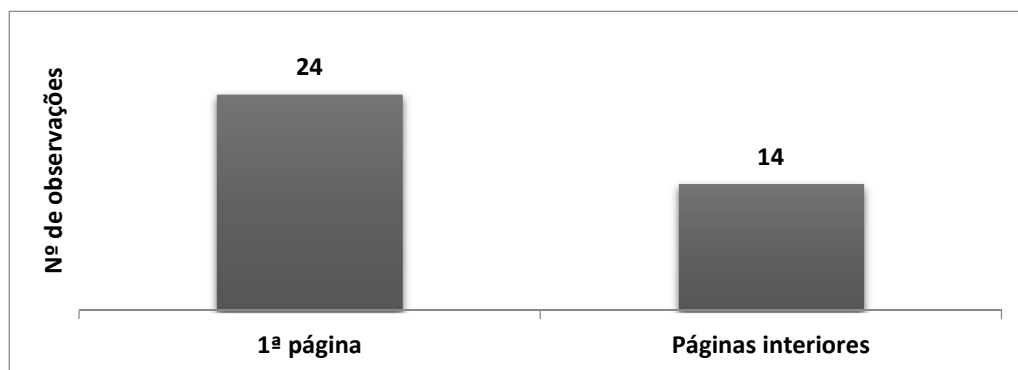


Gráfico 33 - Destaque dado ao 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no jornal *O Correio*

Contabilizam-se treze peças que se iniciam na capa e têm continuidade no interior. O jornal apresenta vários textos em formato de notícia mas muita opinião sobre o assunto. Fernando Marrazes é quem mais escreve sobre o 18 de Janeiro de 1934 mas alguns textos não estão identificados. Onze publicações apresentam mais de mil palavras e duas as duas mil. Em onze ocasiões as peças apresentam fotografia, o que já é um avanço relativamente aos seus concorrentes uma vez que apenas o JMG publica um texto com foto.

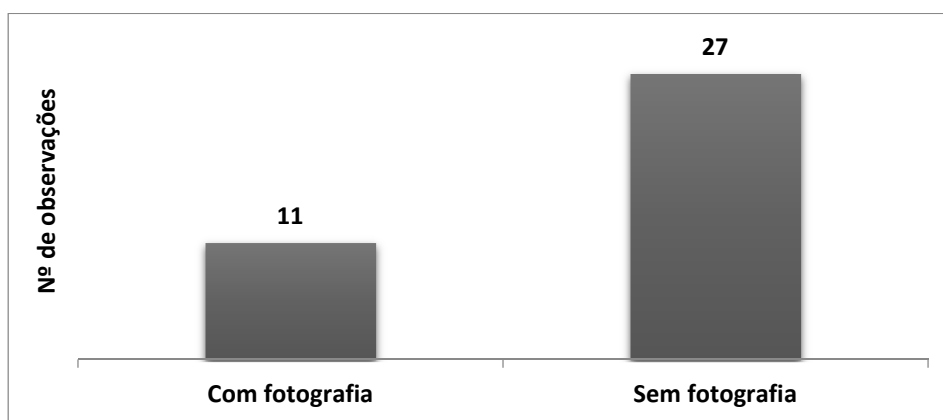


Gráfico 34 - Publicação de fotografia nas peças do 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Correio*

O local da ação inserido nos textos é a Marinha Grande e, em cinco ocasiões, fala-se na capital do vidro “e país”. Num caso, para além da Marinha Grande, é revelado que o *18 de Janeiro de 1934* decorreu em “centros operários” e foi da autoria de “revolucionários”. Noutras peças são apelidados de operários, vidreiros ou meros trabalhadores.

Em onze ocasiões é revelado o nome de alguns autores da ação mas sobre a liderança é abordada em cinco peças, não existindo unanimidade. Em três artigos fala-se do Manecas, num em José Gregório e num outro em António Guerra.

O assalto aos Correios é referido em seis peças. Já o assalto à GNR é relatado em oito ocasiões. Relativamente à ocupação da Câmara há uma referência em 13 de janeiro de 1978, sobre o Soviete fala-se do assunto em três artigos, dois dos quais com a assinatura de Maria Filomena Mónica, que fez um estudo sobre o tema e recolheu alguma da informação na Marinha Grande.

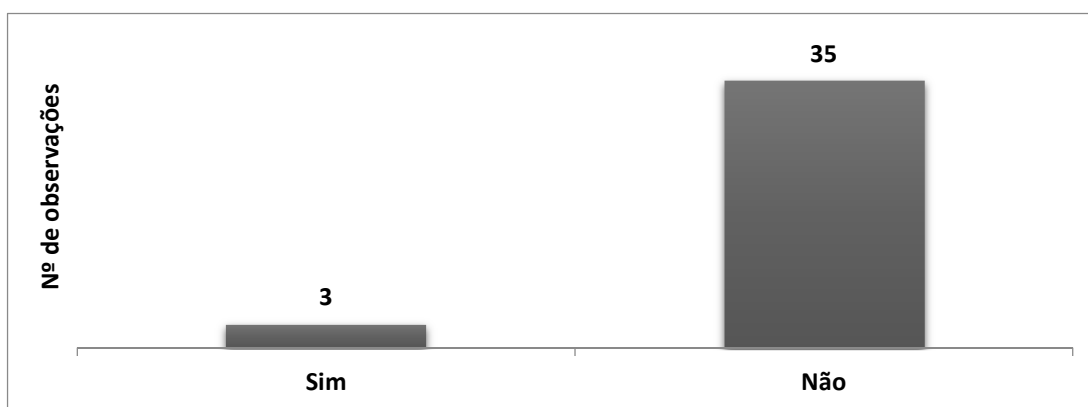


Gráfico 35 - Constituição do Soviete em 18 de Janeiro de 1934 na MG no jornal *O Correio*

O fim da resistência é outro assunto que mostra pouco rigor. Na esmagadora maioria dos textos nada é dito sobre o assunto, noutros casos diz-se que foi ao romper do dia, depois das 7h, que durou “curtas horas” e num caso revela-se que ocorreu às 11h da manhã.

As prisões de revoltosos são publicadas em 15 das 38 peças jornalísticas, ou seja, em mais de duas dezenas, não é sequer feita qualquer referência ao assunto. Já sobre a hesitação dos revoltosos, há duas referências ao tema em 13 de janeiro de 1978 e 17 de agosto de 1984.

Relativamente às explicações para o fracasso *O Correio* apresenta-as em seis ocasiões e em nenhuma condena o movimento revolucionário, pelo contrário, apoia-o em todas as edições, exceto nos dois artigos de opinião assinados por Maria Filomena Mónica, no verão de 84, estes de cariz mais sociológico e menos político.

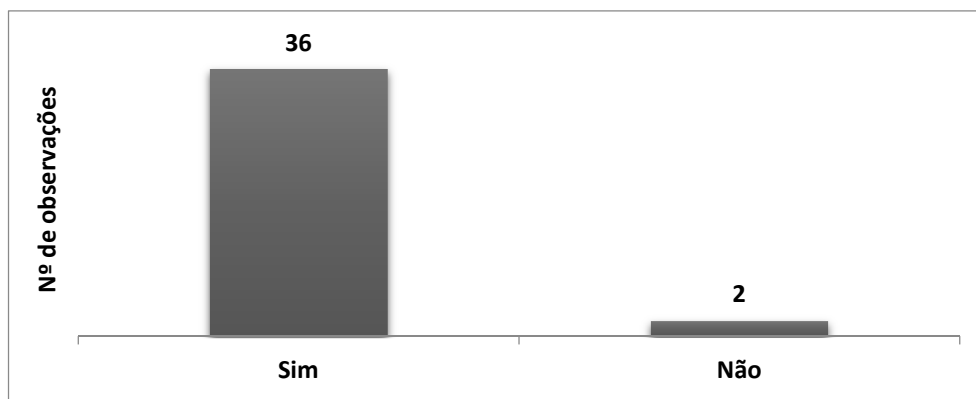


Gráfico 36 - Apoio dado ao 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande no jornal *O Correio*

Em nenhuma edição há qualquer tipo de apoio à Ditadura, como seria de esperar, pois nasce em 1977, e há um misto de opiniões relativamente a uma hipotética vitória ou derrota do movimento operário. As comemorações do *18 de Janeiro de 1934* são elencadas em 28 artigos. A palavra-chave mais publicada pelo semanário do Dr. José Vareda é Marinha Grande, em 37 unidades analisadas. A longa distância fica a palavra Comemorações (14) e Luta (12), seguindo-se Trabalhadores (6) e Cemitério (6). Em 5 artigos, as palavras mais destacadas são Acontecimentos, Insurreição e Vidreiros.

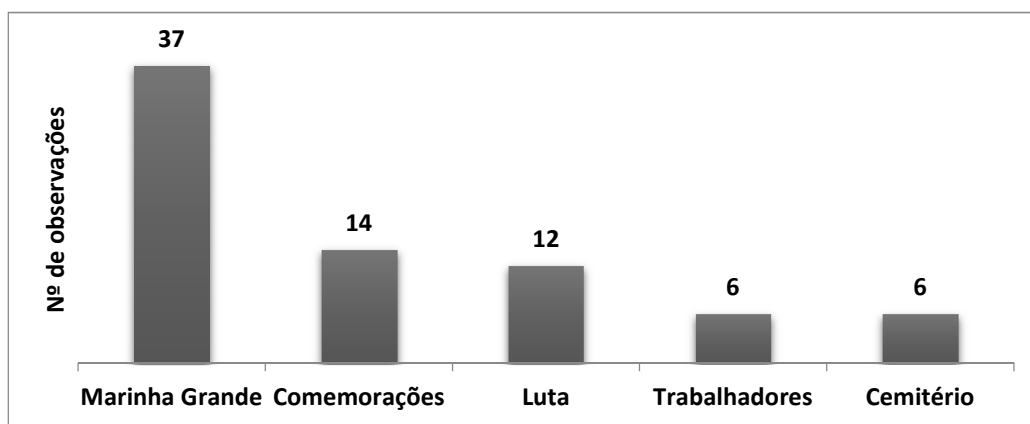


Gráfico 37 - Palavras-chave nas notícias sobre o 18 de Janeiro de 1934 no jornal *O Correio*

Tal como acontece com o seu concorrente direto, a palavra «Marinha Grande» é, de longe, a mais utilizada, o mesmo acontecendo com o termo «Comemorações». Como seria de esperar num jornal próximo do PCP, as palavras «Luta» e «Trabalhadores» assume um significado especial.

O *Jornal de Leiria* não faz qualquer referência ao movimento em 1984, data da sua fundação e último ano em análise neste estudo.

#### 4. Comparação entre Jornais

Verificadas que estão as 90 unidades em estudo, uma por uma, jornal a jornal, é tempo de filtrar a informação, tentando assim perceber as principais ocorrências, as diferenças de conteúdo entre os semanários, as categorias com maiores ocorrências e as contradições que possam ter vindo a apresentar ao longo dos anos. Só assim será possível fazer deduções lógicas e comprovar - ou não - a hipótese de trabalho identificada na introdução deste trabalho académico. Refira-se que das nove dezenas de textos publicados, 50 tiveram destaque de primeira página.

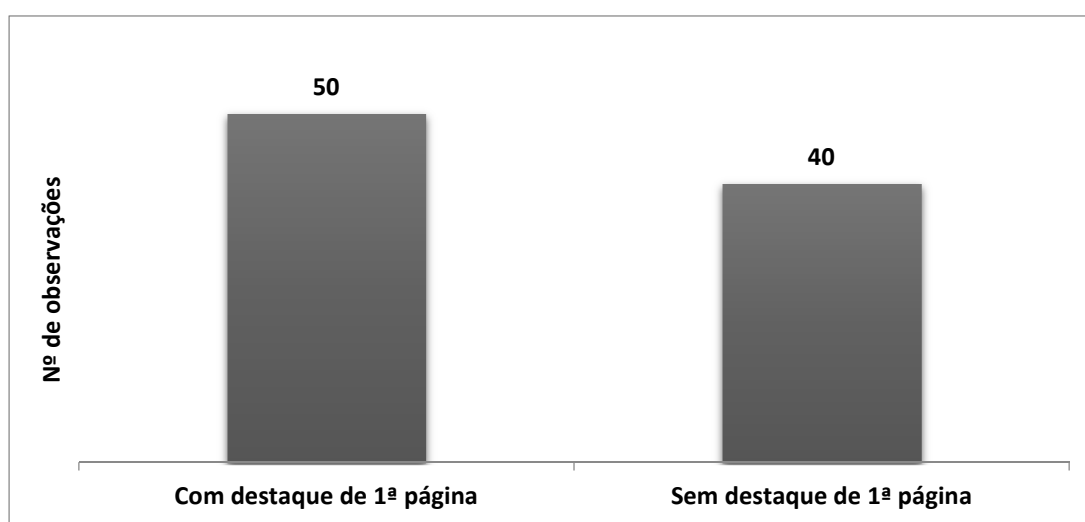


Gráfico 38 - Destaque dado nas notícias publicadas sobre o 18 de Janeiro de 1934

Destaque para *O Correio*, que publicou 24 notícias na capa. A notícia é, aliás, o género mais utilizado pelos jornais e nalguns casos há misto de notícia/opinião, sendo certo que a fronteira entre o que é notícia e a opinião nem sempre é perceptível uma vez que existe sempre um denominador comum: o apoio ao movimento e aos revoltosos.

Não foi fácil para o investigador perceber, em alguns textos, de que género se tratava. Fernando Marrazes, primeiro no JMG e depois no rival *O Correio*, assina doze peças. E são precisamente doze os textos que são acompanhados por fotografia, onze dos quais no semanário fundado por José Vareda.

*O Jornal da Marinha Grande* apenas publica um texto com foto. Na categoria “Local da ação”, a Marinha Grande surge em 88 das 90 notícias (97,78%), o que é demonstrativo da relevância que a vila operária mereceu por parte dos jornais.

Porém, apenas em 71 ocasiões se fala apenas da Marinha Grande, nas restantes o *18 de Janeiro de 1934* é abordado não só na «capital do vidro» como em “outras localidades”, embora este estudo se foque apenas na cidade vidreira.

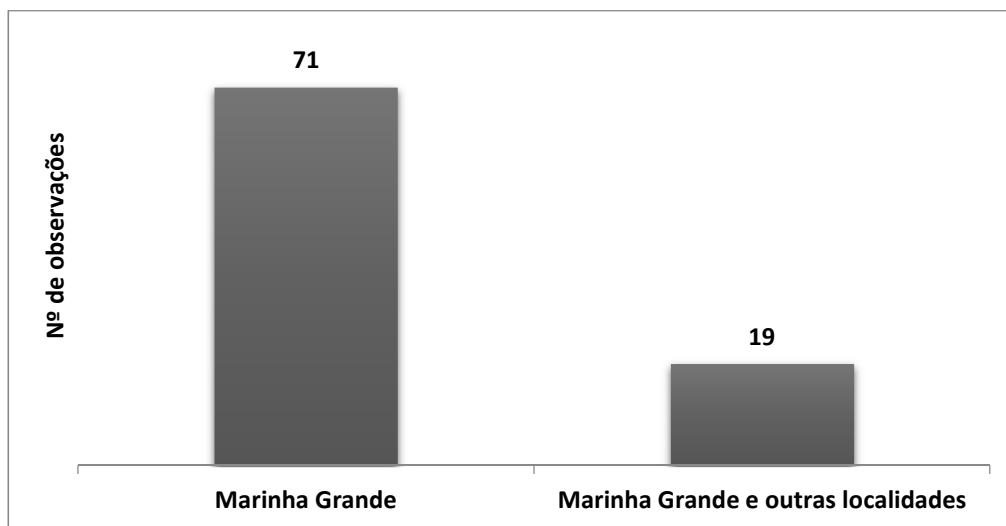


Gráfico 39 - Local da ação em todos os jornais analisados no estudo

Relativamente aos autores da ação, há enormes discrepâncias. Em oito textos revela-se que foram os comunistas e em apenas um, o *Região de Leiria* de 24 de janeiro de 1976, se garante que foram anarco-sindicalistas.

O *Mensageiro* chama-lhes “extremistas” em cinco ocasiões, em três apelida-os de “vidreiros” mas em vinte e duas peças não há sequer referência aos autores. Como se vê, há logo aqui uma disparidade de intervenientes.

Aliás, na própria Marinha Grande assiste-se ainda hoje a uma discussão relativamente aos autores do movimento, estando longe de existir unanimidade.

Há quem aponte para os comunistas, outros para os anarco-sindicalistas, outros para ambos e há quem vá mais longe, integrando apartidários e simples operários sem motivação política. A questão da liderança é um tema que, nos últimos anos, não se tem colocado na Marinha Grande mas que esta tese tentou identificar.

Em 80 unidades não existe qualquer referência e nas demais identificam-se os nomes de Amarante, Guerra, Manecas e Gregório. Mas, tal como nos autores da ação, também aqui não existe unanimidade.



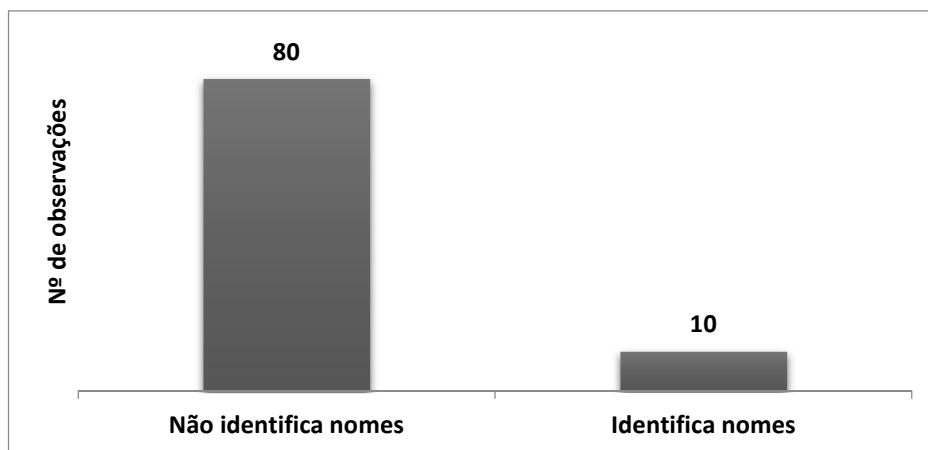


Gráfico 40 - Liderança do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande

A ocupação da Câmara é outro mito que tem perdurado no tempo. Em 90 peças publicadas não é feita qualquer referência ao assunto.

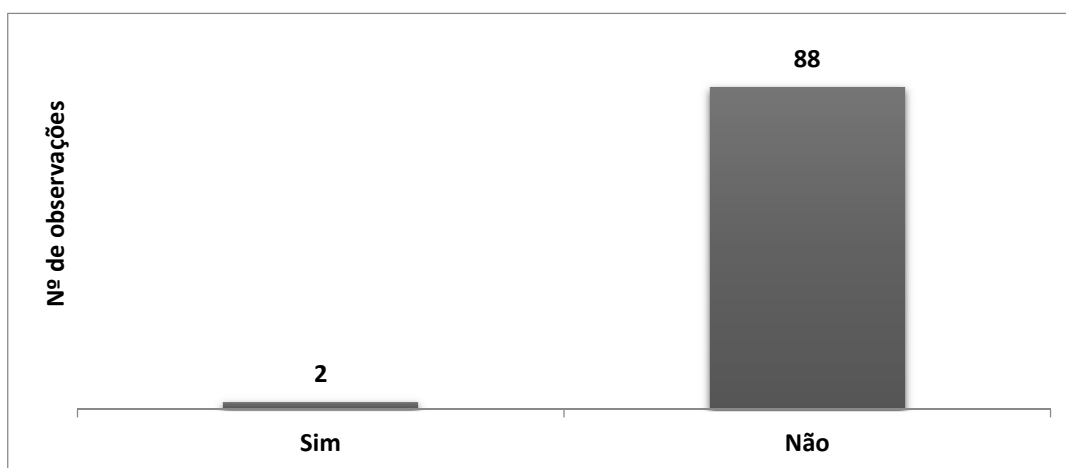


Gráfico 41 - Ocupação da Câmara em 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande

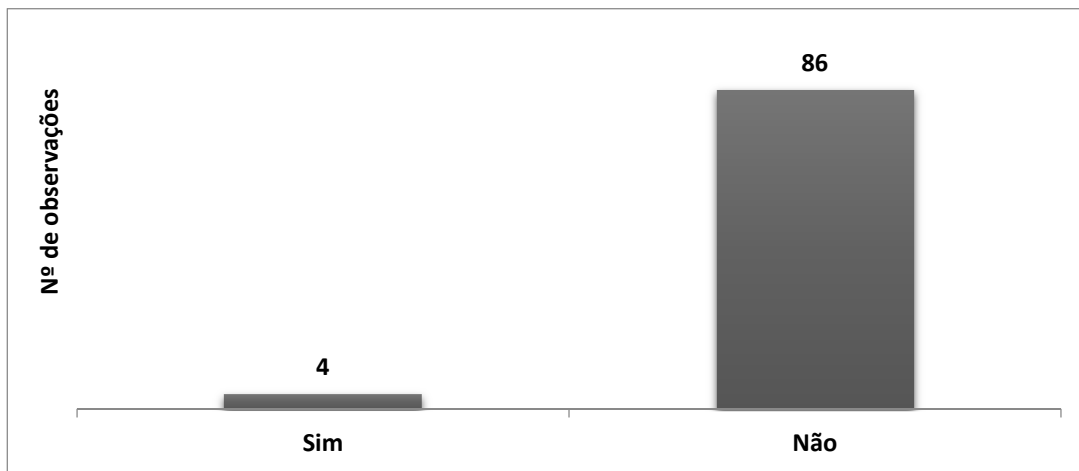
Fica claro com a observação dos dados que não se terá verificado a ocupação do edifício camarário, embora tal não se possa afirmar com total certeza.

Ocupar a câmara seria controlar a localidade, porque é o mais importante local do poder.

É natural que a censura nunca consentisse notícias dos revoltosos a deter o local central do poder, isso significaria ter estado a «ganhar», embora tivesse permitido a divulgação da tomada do posto da GNR e dos Correios.

O soviete é outra das questões centrais desta investigação.

E tal como na temática anterior, também aqui há praticamente unanimidade: 86 peças analisadas ignoram o assunto. Apenas quatro textos falam do tema, três dos quais publicados no jornal *O Correio*.



**Gráfico 42 - Constituição do Soviete em 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande**

O fim da resistência do operariado está longe de ser pacífica. Em 81 peças não é revelada qualquer hora.

Nas restantes afirma-se que durou “duas horas”, “curtas horas”, “depois das 7h”, “de manhã” e “ao romper do dia”.

Relativamente à hesitação dos revoltosos, em 84 textos não é feita qualquer referência ao assunto.

Nos restantes seis sim: duas n’ *O Mensageiro*, em 1934 e 1939, uma na *Voz do Domingo*, em 1939, uma no *Região de Leiria*, em 1936, e duas em *O Correio*, em 1978 e 1984.

A explicação do fracasso não é explicada em 69 unidades analisadas. Nas restantes avançam-se justificações, sete em *O Mensageiro* e seis n’ *O Correio*.

A condenação do movimento está explícita em 12 peças, 11 das quais publicadas em 1934. Nas restantes não se censura a ação, nalguns casos até se apoia calorosamente a luta do operariado.

Porém, registre-se que a maioria das peças de apoio aos revolucionários é publicada após abril de 74.

*O Correio*, por exemplo, em 100% das peças publicadas não condena o *18 de Janeiro de 1934*, pelo contrário, apoia-o em pelo menos 36 das notícias que publicou já que nos dois

textos de opinião assinados por Filomena Mónica, em 1984, não se considerou que o intuito fosse de apoio aos revoltosos.

O apoio ao movimento é dado, assim, só depois de o país derrubar a Ditadura. Ou seja, durante o regime de Salazar, os jornais ou não abordavam o assunto ou criticaram-no, agradando assim ao poder.

28 peças publicadas não anuem à ação do operariado e neste particular destacam-se os jornais da igreja, que à sua conta são responsáveis por 22 textos, existindo coerências nos dois semanários, não só na publicação dos pedidos de amnistia do Bispo, bem como no repúdio à ação operária.

11 das 90 peças apoiam claramente a Ditadura e voltam a ser *O Mensageiro* (9) e *A Voz do Domingo* (2) em destaque neste particular.

Os restantes jornais não fazem uma única referência elogiosa ao regime nos textos analisados, embora o *Região de Leiria* e o *Jornal da Marinha Grande* o façam nas suas edições, assumindo uma postura próxima ou pelo menos não ofensiva.

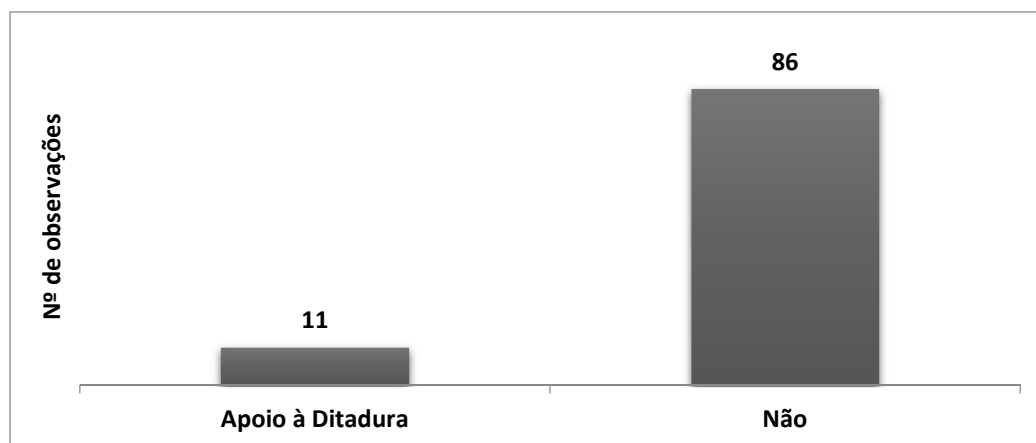


Gráfico 43 - Posição dos jornais relativamente à ditadura entre 1934 e 1984

Se se tratou de uma derrota ou vitória operária, os jornais voltam a ter respostas díspares. 35 peças dizem claramente que se tratou de uma derrota. Esta convicção está implícita em todos os semanários estudados, incluindo *O Correio*.

Nos textos analisados apenas 10 garantem que se tratou de uma vitória do operariado. Destes, 9 são publicados no semanário fundado por José Vareda e apenas um é publicado no *Região de Leiria*, em 25 de janeiro de 1975. Nos restantes jornais não há um único texto em que se identifique que o 18 de Janeiro de 1934 foi uma vitória.

Relativamente às comemorações da efeméride, 55 textos servem para a anunciar e todos com data pós 1974. *O Correio* é responsável por 28 peças, o *JMG* por 16, o *Região de Leiria* por 9 e *A Voz do Domingo* por 2.

Finalmente, as palavras-chave. «Marinha Grande» surge destacada, com 76 referências: 5 em *A Voz de Domingo* (6,58%), 6 no jornal *O Mensageiro* (7,9%), 10 no *Região de Leiria* (13,16), 18 no *Jornal da Marinha Grande* (23,68) e 37 em *O Correio* (48,68).

«Comemorações» é a segunda palavra mais utilizada nos textos publicados sobre o 18 de Janeiro de 1934. Foram identificadas 28 ocorrências, das quais 14 no jornal *O Correio* (48,27%), oito no *Jornal da Marinha Grande* (27,59%), 6 no *Região de Leiria* (20,69%) e 1 em *A Voz do Domingo* (3,45%).

Outra das palavras mais usadas nos textos é «Luta». É utilizada em 16 unidades das 90 analisadas. *O Correio* é responsável por 13, ou seja, 81,25%.

O *JMG* publica apenas 2 (13,33%) e o *Região de Leiria* apresenta apenas 1 (6,66%). Nos restantes jornais esta não é uma das palavras-chave.

O termo «Bombas» é palavra-chave em apenas quatro peças, três das quais no *Mensageiro*, precisamente em 27 de janeiro e 28 de abril de 1934. A outra publicação é feita n' *O Correio*, em 13 de janeiro de 1978.

«Soviete» é uma das palavras-chave num texto, publicado em 12 de janeiro de 1979 no semanário fundado por José Henriques Vareda, da autoria de Maria Filomena Mónica.

## 5. Inferência e Interpretação dos Resultados

O cruzamento dos dados apresenta um universo de possibilidades vastíssimo. Facilmente se identifica uma diversidade enorme de variáveis, desde qual a palavra-chave mais utilizada nos textos publicados em 1934, em 1975 ou noutro ano. Também seria possível verificar se o termo comemoração ou comemorações surge antes de abril de 74 ou só após a restituição da liberdade ao povo português.

Estamos perante os mais variados cenários.

Esta fase da investigação vai focar-se fundamentalmente na tentativa de, através dos textos e da sua análise aprofundada, validar a hipótese de trabalho identificada no início deste trabalho, ou seja, deduzir através do cruzamento de alguns dados as contradições e os mitos que se criaram ao longo dos anos e que estão plasmados na imprensa local e regional e que se tornaram verdades quase absolutas para a generalidade da população.

Embora já abordada anteriormente e de forma isolada, jornal a jornal e de forma comparativa, comecemos pelos autores do *18 de Janeiro de 1934*. As contradições são evidentes.

Os textos mostram uma diversidade de autores do movimento, desde comunistas a operários. É escrito que foram operários, revolucionários, anarco-sindicalistas, lutadores, cristaleiros, entre outras designações.

Apesar do PCP se ter «apropriado» do movimento como sendo obra sua, os textos revelam que não foi assim, foi muito mais que uma ação puramente comunista. É factual que alguns apoiantes desta ideologia política participaram na insurreição mas as ações tiveram outros participantes. Monteiro (2012, p. 239) fala numa “revolta dos operários anarco-sindicalistas e comunistas como reacção à publicação do Estatuto do Trabalho Nacional”.

Ora a leitura dos textos contraria esta posição, pois raramente se fala de anarco-sindicalistas, embora seja claro que as ações, designadamente a tomada do posto da GNR, é claramente uma iniciativa radical, bem distinta do que o PCP de Bento Gonçalves pretendia: apenas uma greve geral.

Verifica-se nos textos que a ação anarco-sindicalista é desvalorizada, optando-se por rotular os atores de revolucionários, operários, vidreiros e participantes. Esta investigação confirmou uma importante participação anarquista.

A questão da liderança é igualmente importante. Caso tivesse sido um movimento comunista, seria de admitir que tivesse um líder... comunista. Mas os textos revelam o contrário.

Há, aliás, muitas contradições nesta matéria, pois atribui-se a liderança a várias figuras, desde o Alfaiate Amarante a António Guerra, de Manuel Esteves de Carvalho a José Gregório, que dá nome a uma das principais avenidas da Marinha Grande. Os textos inscritos na imprensa não desvendam a questão da liderança, não podendo afirmar-se que tenha existido um líder, no limite pode falar-se de lideranças.

O soviete nunca foi constituído, embora Maria Filomena Mónica - e não só - falem dele. Até pode ter existido mas a leitura dos textos na imprensa local mostram-nos o contrário, a não ser que a tomada do quartel da GNR seja suficiente para constituir um governo operário local, o que nunca sucedeu.

Se nesta matéria continuam a subsistir dúvidas, não sendo o nosso caso, na eventual ocupação da Câmara não há qualquer tipo de reservas.

Os revolucionários poderiam ter o objetivo de o fazer. Não se refuta esta eventual intenção. Mas, na prática, não o fizeram, embora este cenário tenha sido alvitado na Marinha Grande e em algumas discussões entre investigadores deste movimento insurrecional.

Que fique claro: a Câmara não foi ocupada. É verdade que dias depois terá sido dizimada por um curto-circuito, ou por outra razão qualquer que ninguém consegue hoje garantir com algum tipo de certeza. Ocorreu em 25 de janeiro de 1934.

Monteiro (2012, p. 240) escreve que o violento incêndio, “ao que consta,” foi provocado “por curto circuito”. Depreende-se que a origem poderá ter sido outra bem diferente e o facto do levantamento operário ter ocorrido por mais de uma semana antes pode encontrar aí uma explicação para o sucedido. A utilização pelo autor do termo «ao que consta» não é certamente inocente.

A hora do fim da resistência operária não é igualmente pacífica. São raros os artigos que arriscam certezas para a reconquista do poder na vila por parte do Estado. “De manhã” e “ao romper do dia” são formas de resolver a questão da falta de exatidão. *O Correio* chega a dizer que foi depois das 7h da manhã mas também garante que foram curtas horas.

A esmagadora maioria das peças não fala da hora em que terminou o sonho dos operários. Há ainda duas constatações que saltam à vista: entre 1934 e 1974 os artigos condenam o movimento.

Em liberdade, os jornais elogiam a ação operária. Naturalmente que até 1974 há um notório apoio ao regime - ou pelo menos não o afrontam - e em liberdade exulta-se o novo regime e as suas virtudes. Sinais dos tempos e da forma como a imprensa atuou em duas fases distintas.

Nos textos publicados, 78 não condenam o movimento. Ou seja, apenas 13,3% condenam a ação dos operários, todos publicados entre 1934 e 1974. Por outro lado, 62 peças manifestam o seu apoio ao *18 de Janeiro de 1934*, muito contribuindo *O Correio*, autor de 36 artigos, seguindo do *Jornal da Marinha Grande* com 15. Neste caso, os textos são publicados já o país vivia em liberdade.

Apenas 11 textos (12,2%) manifestam o seu apoio à Ditadura. 9 são da autoria do jornal *O Mensageiro*, os restantes da *Voz do Domingo*. A totalidade dos textos é publicada entre 1934 e 1935. Apenas 5 têm destaque de primeira página.

Importa ainda observar se o *18 de Janeiro de 1934* foi uma vitória ou uma derrota do movimento operário.

A maioria dos textos assume que não se tratou de uma vitória (89%), mas com o passar do tempo as análises começam a aproximar-se de uma conquista, ou melhor, foi o arranque de uma luta que acabaria por ter o seu epílogo em 25 de abril de 1974.

Voltando à questão da vitória ou derrota operária, não há margem para dúvidas: o movimento falhou em toda a linha, não atingiu os seus objetivos.

Daí que este seja o tempo para afirmar que os textos analisados, ainda que escassos, nos mostram que os mitos devem dar lugar a um tempo novo, o tempo de olhar para o *18 de Janeiro de 1934* como um ato de oposição ao regime de homens norteados por ideais utópicos, alguns assentes na revolução russa de 1917.

Na generalidade das peças publicadas (76,6%) não há uma explicação para o fracasso. Este dado mostra a falta de conhecimento de quem escreveu sobre o movimento.

Até mesmo José Gregório, no seu Relatório, redigido vários anos depois, pouco se alonga, limitando-se a confirmar uma evidência: que não estavam reunidas as condições para aquela luta desigual.

## **6. O 18 de Janeiro pós-1984 na imprensa regional e local de Leiria**

A leitura da imprensa local depois de 1984, limite superior deste estudo, não apresenta nada de novo.

*O Mensageiro*, por exemplo, não faz qualquer referência ao *18 de Janeiro de 1934* anos de 1985 a 1990. E são raríssimas as alusões ao concelho da Marinha Grande.

*A Voz do Domingo* tem uma conduta editorial muito semelhante. Entre 85 e 90 nem um artigo sobre o movimento e informação da «capital do vidro» é escassa.

Vejamos agora como o *Região de Leiria* trata o tema neste mesmo período. Recorde-se que o semanário tem uma página semanal dedicada à Marinha Grande. Em 1985 nem uma palavra sobre o movimento. Em 1986, nada de novo.

Em 9 de janeiro de 1987, uma notícia, retirada do jornal *O Diário* de 23.12.86: “Registo: até quando esta vergonha?”.

Em baixo escreve-se que está em atraso o pagamento de uma pensão especial “por méritos excepcionais na luta pela liberdade e a democracia”. É referido que “por uma estranha aberração”, há heróis do 18 de Janeiro que “não receberam até hoje a pensão especial” e que, sendo pobres, “vão morrendo sem pensão”.

É necessário viajar até 15 de janeiro de 1988 para encontrar uma breve sobre as comemorações do 18 de Janeiro de 1934. A autarquia, a pedido do Sindicato, “deliberou oferecer uma taça até ao valor de 5.000\$00”.

Em 1989 não há qualquer referência ao assunto e no ano seguinte, na edição de 19 de janeiro, refere-se que o «Sindicato dos Vidreiros comemora 18 de Janeiro». Fala-se dos “acontecimentos revolucionários” que tiveram lugar na vila vidreira há 56 anos.

«A Voz da Marinha Grande», assim se denomina a secção, volta ao assunto em 26 de janeiro, com uma fotografia das mulheres do 18 de Janeiro e um resumo do que se passou durante as comemorações da efeméride.

O *Jornal de Leiria*, fundado em 1984, não publica qualquer notícia sobre o 18 de Janeiro em 1985 a 1987, mas dá destaque aos salários em atraso nas empresas vidreiras e aos dramas que daí advêm.

Apenas em 19 de janeiro de 1990 é que o JL fala do movimento, numa breve. O semanário escreve que os acontecimentos foram lembrados, identificando as iniciativas levadas a cabo para assinalar a efeméride.

### **6.1. Os jornais da Marinha Grande**

Em 17 de janeiro de 1985, o *Jornal da Marinha Grande*, num artigo assinado por Fernando Lopes, apresenta «Algumas preocupantes semelhanças entre duas datas afastadas no tempo, mas próximas nos problemas...». O jornalista defende que a guerrilha político/ideológica, “que assenta alicerces na tão falada luta de classes, passa ao lado da grande maioria dos marinhenses”.

Conclui dizendo que “oxalá que a lição de 1934 não tenha sido, de todo, esquecida”. Por um lado diz que o povo desvaloriza as apropriações mas não deixa de apelar a que se aprenda com os erros cometidos no passado.

Em 1986, o JMG não dedicará uma única linha ao movimento, o que não é inédito no semanário de Fernando Lopes. No ano seguinte, o semanário da Marinha Grande volta a ignorar a efeméride, o mesmo acontecendo em 1987.

Em 1988 o jornal liderado por Fernando Lopes volta ao tema na edição de 14 de janeiro, na página 3. Diz que o Sindicato Vidreiro “comemora o 18 de Janeiro de 1934”. Nas edições seguintes nem uma linha.



No ano seguinte, o JMG informa, na edição de 12 de janeiro, na capa e com desenvolvimento no interior, que os “sobreviventes do 18 de Janeiro de 1934 enviam abaixo-assinado ao Presidente da Assembleia da República, para que seja acelerada a discussão de um Decreto-Lei que atribuirá uma pensão vitalícia por relevantes serviços prestados à causa da Democracia”. Ainda neste número, na página 2, é identificado o programa das comemorações.

Na edição de 19 de janeiro, o JMG publica meia página com uma saudação à data histórica e “a todos os sobreviventes”.

Em 1990, na edição de 18 de janeiro, nem uma palavra sobre o movimento. E nas semanas seguintes o cenário é o mesmo: nada sobre o movimento.

*O Correio* de 1985, por seu turno, inclui na edição de 4 de janeiro o “notável texto da Dra. Maria Filomena Mónica, transcrito da “Análise Social”. O jornal chama-lhe “lúcido trabalho de investigação”, o qual terá sequência na edição seguinte com a publicação de anexos onde constam dados sobre o número de fábricas na Marinha Grande, o número de trabalhadores e a indústria do vidro por regiões. Neste contexto a vila marinhense apresentava, em 1917, 10 fábricas e empregava 1712 pessoas.

É na edição de 18 de janeiro de 1985 que *O Correio* faz manchete com o *18 de Janeiro de 1934*. Chama-lhe “um marco histórico na história da Marinha Grande” e fala ainda do cerco-militar e policial contra o movimento.

O tema ocupa mais de dois terços da capa. No interior é publicada uma peça assinada por Tomás F. Rato, recorda-se José Gregório e publica-se mais informação oriunda da investigação de Filomena Mónica.

Em 25 de janeiro volta-se ao tema com o título “A luta de massas ajudará a determinar a queda do governo”, palavras de Manuel Lopes, da CGTP-IN, nas comemorações do 18 de Janeiro.

No ano seguinte, mais do mesmo. Em 17 de janeiro, “18 de Janeiro de 1934 marco histórico na luta do povo”. Nesta edição é publicada uma fotografia das comemorações do ano anterior e feita uma “Análise histórica pelos sobreviventes”. No texto, os sobreviventes garantem que o movimento “não foi obra (...) de ½ dúzia de tresloucados ou arruaceiros”, foi por outro lado “a resposta certa do sentido da responsabilidade da classe operária, em face da arremetida fascista”.

Terminam dando “honra e glória a todos quantos lutam pela liberdade”.

Como é habitual, o jornal, na edição seguinte, dá ênfase às declarações do dirigente da CGTP-IN, neste caso Álvaro Rana, que afirma: “a luta dos Trabalhadores não abranda, intensifica-se e em 1986, estamos certos intensificar-se-á ainda mais”.

*O Correio* não falha um único ano nas referências à efeméride e em 16 de janeiro de 1987 o título escolhido é “18 de Janeiro e 25 de Abril”. Ora trata-se de uma colagem clara entre os dois acontecimentos, afirmando-se que os revoltosos de 1934 “rolaram pelas prisões mais diversas, sofreram as consequências de terem perdido a primeira batalha”. O editorial, nesta edição, é dedicado precisamente ao movimento e às suas comemorações.

Na edição de 23 de janeiro é publicada uma fotografia com os sobreviventes, que “não esquecem as causas determinantes da sua ação e conscientes da justeza da sua luta, não abdicaram dos seus princípios mantendo a mesma linha de conduta que os norteou nessa época distante”.

Em 1988, *O Correio* dá grande destaque à ação do operariado na edição de 15 de janeiro, em manchete e no editorial. José Vareda assina o texto e diz que era uma criança de 7 anos. “De noite ouvi tiros”, afirma.

E no dia seguinte “a minha terra era um campo militar”. O advogado faz um relato do que viu e do medo que sentiu. Ainda assim, passados muitos anos, “só depois compreendi a grandeza daqueles heróis”.

Vareda escreve: “Fiquei a admirá-los. A venerá-los. Por um ideal deram a sua liberdade, alguns a sua vida. Não lutavam por si. Lutavam por todo um povo, por todos os Povos oprimidos do mundo”.

Nesta edição, *O Correio* apresenta, na página 5, um “Relato do 18 de Janeiro de 1934” da autoria de José Gregório (Alberto). Ao lado são publicadas fotografias de António Guerra e Augusto Costa, que morreriam no Tarrafal. Neste número, Adriano Neto Nobre escreve sobre o tema considerando a efeméride “a página mais brilhante da História das lutas dos trabalhadores vidreiros e simboliza à escala Nacional a luta política Revolucionária do Proletariado Português”.

Ainda nesta edição, Manuel Baridó dá o seu testemunho, reconhecendo que “houve deficiências, houve erros, houve muito sonho. Não se teve a correlação de forças, tudo isso é certo”. Apesar de tudo isso, acrescenta, “valeu a pena, sim, valeu”.

Em 22 de janeiro de 1988 mais uma manchete para o tema: «Os Trabalhadores Vidreiros da Marinha Grande comemoraram o 18 de Janeiro».

Ao lado, a «Alocução de Sérgio Moiteiro dirigente do Sindicato Vidreiro», que faz um analogia ao panorama político e social que se vivia na altura, com as dificuldades sentidas pelo operariado. Esta edição é rica em texto sobre o movimento, incluindo um poema de Luís Filipe Cardona.

Destaque para um texto de Tomás Ferreira Rato que afirma: “A vitória na Marinha Grande no *18 de Janeiro de 1934* não teve a coesão do país para o triunfo final, mas marcou uma grande etapa no seio do movimento operário português que viria só 40 anos mais tarde, com o 25 de Abril, a mostrar a sua verdadeira definição”.

Em 1989, *O Correio* volta a dar grande destaque à efeméride. Na edição de 13 de janeiro, em manchete, o semanário publica as fotografias dos sobreviventes: André Santos Oliveira, Adriano Neto Nobre, António Domingues Jubiléu, Jacinto Rosa, João de Sousa, José Domingues, José Soares e Manuel de Sousa Baridó. Em baixo, no canto inferior direito, um poema de José Martins Saraiva. No interior o pedido ao Presidente da Assembleia da República para que aprove uma lei para indemnizar os sobreviventes do 18 de Janeiro “por relevantes serviços prestados à causa da Democracia”.

Em 27 de janeiro é feita a retrospectiva das comemorações: a romagem ao cemitério e os discursos no cemitério.

Em 1990, *O Correio* inicia as referências ao movimento em 12 de janeiro, com a publicação do programa e prossegue no número seguinte com a manchete a ser dominada pelo tema: «O 18 de Janeiro - A insurreição armada marinhense».

É apresentada uma grande foto, remetendo-se os leitores para as páginas 7 a 9. O editorial é dedicado ao 18 de Janeiro. No interior, o relato de José Gregório, uma capa do *Diário de Notícias* de 19 de janeiro de 1934 e o relato dos acontecimentos feito pelo enviado especial de *O Século*.

Finalmente, na edição de 26 de janeiro de 1990, volta a ser manchete as «Comemorações do 18 de Janeiro», com destaque para as intervenções sindicais, entre as quais a do líder do Sindicato Vidreiro, Sérgio Moiteiro. Na ocasião, o sobrevivente Manuel Baridó garantiu que a revolta é uma “réstea de Sol da razão humana, que brilhará sempre nos sítios onde os trabalhadores lutem pelo direito à vida”.

Concluída a análise dos jornais regionais que se debruçaram sobre o 18 de Janeiro de 1934, e a sua análise de conteúdo, é tempo de verificar se há evidências para desconstruir o(s) mito(s) em redor do movimento operário.

## 7. O Fim de um Mito?

Segundo Mónica (1986, p. 99), o movimento insurrecional foi “uma data mítica”, afirmação que poderá ter várias interpretações.

Desde logo, trata-se de uma data lendária para o operariado português, pela positiva mas também pela negativa, mas pode revelar, igualmente, uma forte carga mitológica que importa desfazer. No entanto, Pacheco Pereira defende que é pouco importante saber o que realmente se passou na madrugada e manhã de 18 de janeiro de 1934 e Patriarca (2000, p. 142) considera que “perguntas do tipo quem e porquê, ou ainda quanto teria durado o soviete na Marinha Grande, eram questões irrelevantes e estéreis”.

Ou seja, o importante não é tanto saber o que se passou mas o modo como o movimento insurrecional se tornou na memória operária e da esquerda aquilo que simbolicamente é e o modo como esse símbolo se liga com o que aconteceu<sup>251</sup>.

Pacheco Pereira defende que o *18 de Janeiro* não é mais do que uma representação que a esquerda construiu de si mesma com o objetivo de colmatar o que nunca possuía, mas que aspirava.

Por outro lado, acrescenta Patriarca (2000, p. 143), tentou “encobrir ou dissimular o que em si, e na sua tradição, de forma mais veemente detestara”.

Esta linha de pensamento de Pacheco Pereira faz algum sentido, pois uma leitura atenta das diferentes visões que foram sendo anunciadas sugerem que o PCP tentou construir, a partir do *18 de Janeiro*, uma imagem que efetivamente ainda não tinha em Portugal, negando a participação em atos aparentemente anarco-sindicalistas, mas nos quais teve um papel determinante, a começar pelo descarrilamento de Santa Iria.

O *18 de Janeiro de 1934* veio a público, fundamentalmente, através de comunicados oficiais e da imprensa. Segundo Santana (1978, p. 97), “a verdade dos acontecimentos, dos seus objectivos e da sua organização e preparação ficou oculta”.

Mais tarde, conclui o autor, “o partido comunista foi insinuando as suas versões [...], apropriando-as com a sua técnica stalinista de história controlada e pré-fabricada ao modo conveniente”. O PCP deu cobertura, assim, à criação de um mito associado ao *18 de Janeiro*, melhor dizendo, de um conjunto de mitos que o tempo não só não tem esclarecido como o tem feito perdurar.

---

<sup>251</sup> Cf. Patriarca, 2000, p. 143.

Aliás, o tempo fomentou-os. Sertório (1984, p. 11) fala em “contradições desconcertantes”<sup>252</sup> e Patriarca (2000, p. 475) olha para a revolta como “um intrigante mistério”, repleto de “pistas falsas”.

Estas posições têm, para Santana (1978, p. 53), uma explicação: “muita documentação se perdeu com as prisões, buscas e fugas ou esconderijos”. Por outro lado, acrescenta o autor, “sem dispor no seu activo de qualquer iniciativa revolucionária, o partido comunista apropriou-se do 18 de Janeiro para alardeá-lo como acção sua, e para lhe dar côr e sentido acrescentou-lhe o «soviet» da Marinha Grande”. Contudo, como escreve Vasconcelos (2002, p. 31), “é com a Revolução de Abril, mais precisamente a partir das comemorações de 1975, que o 18 de Janeiro entra para o terreno da mitificação”.

Segundo Levi-Strauss (1978, p. 10), “a ciência contemporânea está no caminho para superar este fosso [entre a ciência e a mitologia] e os dados dos sentidos estão sendo cada vez mais reintegrados na explicação científica como uma coisa que tem um significado, que tem uma verdade e que pode ser explicada”<sup>253</sup>.

No entanto, a História, tal como escreve Vasconcelos (2002, p. 23), “não raras vezes tem sido omitida e, ou falsificada, de acordo com interesses ou conveniências”, isto porque segundo Sertório (1984, p. 12) “a verdade é que nem sequer quanto à Marinha Grande sabemos tudo o que se passou e a forma como se passou”, nem mesmo se a senha “Celeste, espero-te dia 18”, publicada num pequeno anúncio do *Diário de Notícias*, teria sido a escolhida pelos revoltosos. Esta investigação não confirma este código como o considera pouco provável.

Como Fernando Pessoa perpetuará para todos o sempre, “o mito é o nada que é tudo”<sup>254</sup>. Sempre à espreita, “o Mito aproveita-se e sobrepõe-se à própria história” (Vasconcelos, 2002, p. 258). Apesar da derrota, inequívoca, o mito mantém-se na agora cidade vidreira sob a pala dos valores dos homens do *18 de Janeiro de 1934*, da sua consciência e do seu pensamento, que terá o seu epílogo em 25 de Abril de 1974.

Esta daria seguramente uma interessante investigação: encontrar pontos de convergência entre as duas datas, uma que tentou derrubar o regime, outra que o liquidou.

---

<sup>252</sup> Sertório (1984, p. 11) dá vários exemplos, nomeadamente a Central Eléctrica de Coimbra que “ora surge, na visão geral, como objecto de ataque à bomba ora aparece tomada pelos revolucionários”.

<sup>253</sup> Cf. Levi-Strauss, C. (1978). *Mito e significado* In [http://proferlao.pbworks.com/f/Claude\\_Levi-Strauss\\_-\\_Mito\\_e\\_S.pdf](http://proferlao.pbworks.com/f/Claude_Levi-Strauss_-_Mito_e_S.pdf), consultado em 23 de maio de 2014.

<sup>254</sup> <https://ateoriadetudooresto.wordpress.com/2009/09/13/ulisses-mensagem/>, consultado em 5 de janeiro de 2015.

## Conclusão

A conclusão de um trabalho académico, apesar de todas as limitações que um estudo desta natureza acarreta, deve acrescentar algo de novo ao conhecimento e confirmar - ou não - a hipótese de trabalho identificada no início desta longa «aventura».

Este é o momento em que o investigador deve «falar», ou melhor, partilhar as conclusões a que chegou, embora não seja desajustado pautar as leituras com autores que já dissertaram sobre a temática das ciências da comunicação em geral e do *18 de Janeiro de 1934* em particular.

Desde logo, em nome do rigor, há que ter em conta que “as ciências da comunicação ou da informação, ainda andam à procura de si mesmas. Esta incerteza constitui a dificuldade de toda a tentativa de abordar esse papel, e talvez de uma abordagem ética mais do que qualquer outra” (Cornu, 1994, p. 20).

Este estudo partiu precisamente do princípio da incerteza, à procura de respostas às muitas dúvidas iniciais e às que se foram identificando ao longo da investigação, não se sabendo bem o que pertence ao real e ao fictício.

Sfez (1990, p. 111) lembra, a propósito, que “o real e o fictício tornam-se similares”, daí a complexidade de teorizar sobre o *18 de Janeiro de 1934*, pois as visões são tão variadas que não é possível determinar a fronteira entre a verdade e o mito. Esta indeterminação fica prejudicada pelo fator tempo, que neste caso faz toda a diferença. Se por um lado a notícia “é efémera, transitória, altamente deteriorável”, afirma Sousa (2000, p. 51), ao mesmo tempo os seus efeitos dependem do recetor, que a assimila, muitas vezes, de forma distinta, além de que há que ter em conta que o contexto político em que a comunicação jornalística ocorre determina, em muitos casos, o tipo de jornalismo praticado.

Cornu (1994, p. 393) sustenta que “a objectividade não existe! Só a honestidade”. No fundo, explica Inglis (1993, p. 10), o caminho passa por “juntar todos os bocadinhos da experiência e dos acontecimentos” e perceber “a sequência das suas causas”, ou seja, “perceber as razões pelas quais as pessoas agiram como agiram”. Até porque, como nos diz Volkoff (2000, p. 22), “a informação é, por natureza, uma mercadoria adulterada. Não faltarão tentações para a adulterar ainda mais” e este tipo de prática é uma evidência não só antes mas sobretudo a partir de 1933, numa altura em que o Estado Novo, alicerçado numa nova Constituição, dá os primeiros passos.

É factual que numa primeira fase do regime salazarista, os jornais foram “utilizados como instrumentos propagandísticos por excelência” (Veríssimo, 2003, p. 101).

Na visão de Crato (1992, pp. 160-162), compete ao jornalismo “representar a realidade tal e qual ela é, sem fazer intervir julgamentos pessoais” mas há que reconhecer que “a objectividade aparece-nos como um mito”.

Todavia, “a impossibilidade de atingir a objectividade absoluta não significa a necessidade de prosseguir a absoluta subjetividade”.

Por outro lado, observa Veríssimo (2003, p. 101), “os jornalistas, aderiram à plataforma política do Estado Novo”, logo é de admitir que o que escreveram corporiza um regime que tudo fez para transmitir uma mensagem que nem sempre teve correspondência com a realidade.

Sousa (2000, p. 20) dá nota que os conteúdos veiculados pela comunicação social “produzem determinado tipo de efeitos pessoais, sociais, ideológicos e culturais”.

*O Mensageiro*, *A Voz do Domingo*, *o Região de Leiria* e mais tarde o *Jornal da Marinha Grande* não se atrevem a fazer frente a Salazar e ao seu regime. Pelo contrário, pois corriam o risco de sofrer retaliações e um eventual encerramento dos jornais. A censura prévia também não permitiria publicações impopulares para o regime, pois cortava tudo o que não servisse os interesses da ditadura.

Este foi, de facto, um período em que o jornalismo era uma profissão muito afetada pelo censor e, claro, pelo medo de encerramento dos jornais.

Jornalismo de investigação é coisa que não existe praticamente nos jornais de província. Há, contudo, um lado interessante na investigação.

Sobretudo *O Mensageiro* teve alguma liberdade para escrever sobre o *18 de Janeiro de 1934*, não só relativamente ao que aconteceu naquela madrugada e manhã, mas sobretudo sobre os pedidos de clemência que o Bispo de Leiria endereçou ao Governo e ao Presidente da República. Mas não só.

O jornal relata os acontecimentos ocorridos na vila marinhense, com base no que foi escrito pela imprensa nacional diária. Depreende-se que havia uma certa condescendência para os jornais conservadores por parte do poder político. As relações entre a Igreja e o Estado Novo eram aparentemente boas.

Se excetuarmos o que se noticiou nas edições logo após a ação insurrecional e uma ou outra peça sobre as cartas de D. José Alves Correia da Silva, o movimento dos operários da

Marinha Grande de 1934 sofreu um «apagão» ao longo de quarenta anos<sup>255</sup>, recordado raramente pelo *Avante*, na clandestinidade, nas edições de janeiro, renascendo apenas em janeiro de 1975, em grande, com o comício de Álvaro Cunhal na Marinha Grande.

De então para cá o *18 de Janeiro de 1934* ressuscita das cinzas, com paternidade comunista, e começa a ser comemorado anualmente na «capital do vidro», com o jornal *O Correio* a dar grande destaque à efeméride.

O semanário fundado pelo advogado José Henriques Vareda idolatra o movimento, dá-lhe páginas e páginas e contribui decisivamente para que entre na história da Marinha Grande, do operariado, do sindicalismo e, claro, do PCP. O jornal é claramente o principal «mitificador» da efeméride, tal como o é o *Avante*.

Têm um papel determinante na amplificação do(s) mito(s) em redor da ação insurrecional, talhando as notícias à medida dos interesses que servia. Recorde-se que o movimento tinha como objetivo a tomada do poder pela classe operária, seguindo o exemplo da Revolução Russa, colocando fim à sociedade considerada exploratória pelos comunistas.

O *Jornal da Marinha Grande* pouco destaque dá ao acontecimento, aludindo ao movimento de forma quase sempre sucinta, ao contrário do seu concorrente direto. Fica a dúvida se o JMG opta por não dar destaque ao movimento por convicção ou por falta de tempo - ou vontade - do responsável do jornal, Fernando Lopes, que tomou conta do título da Igreja depois de uma fase conturbada pós 25 de Abril de 1974. Pensamos que as duas razões poderão ter contribuído para que o jornal fizesse esporádicas alusões ao movimento, pois tinha que as fazer para satisfazer os seus leitores, muitos deles afetos a uma corrente de esquerda muito enraizada ainda hoje na localidade.

Também os jornais da igreja e o próprio *Região de Leiria* não fizeram grandes referências ao acontecimento após o 25 de Abril de 1974. Se os primeiros podem ter omitido a ação por questões de natureza ideológica - os católicos não apreciam o comunismo e o inverso também é uma realidade, salvo exceções, que as há - já o jornal com maior audiência no

---

<sup>255</sup> Sublinhe-se que este «apagão», ou seja, ausência de notícias na imprensa analisada nesta investigação entre 1934 e 1974 se relaciona com a existência de um regime autoritário que controlava o conteúdo editorial da imprensa nacional e regional. Apenas os jornais clandestinos, como o *Avante*, tinham a possibilidade de escrever contra o poder vigente em geral e sobre a ação do operariado em particular. Esta é uma explicação para a inexistência de representações durante quarenta anos. A análise dos dados disponíveis mostra-nos que, mesmo após o 25 de Abril de 1974, são escassas as notícias publicadas pelos jornais com sede fora do concelho da Marinha Grande, o que significa que o *18 de Janeiro de 1934* é uma «marca» local à qual a imprensa regional não deu grande relevo, pelo menos, até 1984, ao contrário dos dois jornais locais, sobretudo *O Correio*. Os silêncios podem ser entendidos como premeditados, designadamente pela imprensa conservadora, ou simplesmente um conteúdo sem importância para o público-alvo de alguns jornais da capital de distrito.



distrito pode ter passado ao lado da efeméride devido à dificuldade de ter gente no terreno capaz de fazer chegar a informação à redação.

Nunca é demais lembrar que Leiria e Marinha Grande estavam separadas por *longos quilómetros* há quarenta anos atrás, pois a mobilidade e as acessibilidades eram bem diferentes do que as que existem atualmente, já para não falar da dimensão tecnológica que, atualmente, faz com que não existam fronteiras entre os dois municípios.

Voltando ao movimento, Vasconcelos (2002, p. 12) sustenta que “o ponto alto, o clímax, em que o 18 de Janeiro se transformou em mito e foi mitificado, ocorre já depois do 25 de Abril, nas comemorações de Janeiro de 1975”.

A investigação confirma que é a partir desta altura, sobretudo com a vinda do líder comunista à Marinha Grande, que o movimento passa a bandeira do PCP, mas não só deste. Tem-se observado que também o PS, ainda que mais timidamente, nunca deixou de participar em todas as ações, na Marinha Grande, relacionadas com o movimento. Mas reconheça-se que nunca foi um fervoroso apoiante.

O Bloco de Esquerda, de igual forma, olha para o *18 de Janeiro de 1934* como um «ato heróico», também um pouco seu.

Os partidos de direita, na capital do vidro, não o exultam mas também não o refutam. Optam por *encolher os ombros*, aceitar que algo aconteceu e não mais que isso.

Pessoa tem um olhar poético sobre o mito, considerando-o como «o nada que é tudo», estando subjacente a este pensamento a construção de factos suscetíveis de não serem sustentáveis cientificamente mas que o tempo acaba por os colocar no campo do real. São disso exemplo o tiroteio na ocupação da GNR, a constituição do soviete, a ocupação da Câmara Municipal, o hastear da bandeira do PCP e a aclamação massiva da população. Nenhum destes factos se comprovam, pelo contrário. Entraram no campo da mitificação e a imprensa muito contribuiu para isso, não só a analisada neste estudo, sobretudo *O Correio*, mas também o *Avante*.

É de notar que ambos os jornais têm um denominador comum: o PCP.

Como nos revela Eliade (1989, p. 12), o mito é “uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada em perspectivas múltiplas e complementares”. O *18 de Janeiro de 1934* é, definitivamente, um acontecimento que se enquadra nesta lógica de pensamento, logo conclui-se que a efeméride entrou no campo da mitificação.

Ora, ganhando o movimento insurrecional contornos de mito, em várias dimensões e contado de forma diferente em função dos interesses e conveniências políticas, importa refletir sobre a sua relevância histórica.

Marrou (1976, pp. 28-29), a este respeito, lembra que o conhecimento deve ser “válido, verdadeiro”, contrastando com o “ao que seria, ao que é representação falsa ou falsificada, [...], ao mito, às tradições populares ou às lendas pedagógicas”. Já Cornu (1994, p. 76) sustenta que “a exigência de verdade é definida pela exclusão de mentira”.

Aqui as opiniões dividem-se certamente entre aqueles que olham para o movimento como um ato heroico e os que dão pouco crédito à ação do operariado, pelas evidentes apropriações. Esta investigação aproxima-se mais do pensamento destes últimos, pois as contradições são de tal ordem que acabam por desacreditar o real, o que realmente ocorreu naquela madrugada e manhã de 1934. Chegamos ao ponto de não saber, ao certo, o que é factual e o que pertence ao mundo do mito, do imaginário.

De certa forma há pelo menos dois *18 de Janeiro de 1934*. Há um que, como qualquer movimento insurrecional, não é inteiramente claro. Não havia cronistas, nem repórteres em direto e muito menos televisões.

Só indiretamente, com base em memórias, inquirições policiais, é que se chega ao acontecimento. As tentativas de reconstituição dos factos esbarram quase sempre em contradições. E há outro *18 de Janeiro*, reinventado em 1974/1975 pelo PCP, ou melhor, pelos seus dirigentes e militantes. São reconstruções mais ou menos épicas, do passado, obedecendo a interesses, sobretudo partidários.

Para além dos políticos e dos próprios participantes no movimento, os jornais contribuíram decisivamente para a (re)construção do mito, veiculando aquilo que ia sendo dito em comícios, em entrevistas, em comemorações da ação insurrecional. Mas, reconheça-se, não foram apenas os jornais a mitificar a ação do operariado mas tiveram uma importância capital enquanto formadores de opinião.

Pedro (2014, p. 11), numa alusão às motivações político-ideológicas dos que estiveram na origem do movimento revolucionário, diz estarmos diante de uma utopia “que tem tanto de belo e empolgante na sua formulação teórica como de irrealizável na prática”. E lamenta, numa perspetiva mais global e não tanto local, que “na esteira dessa luta ciclópica ficaram pelo caminho milhares, talvez milhões de vidas!”. Nesta perspetiva, os operários não terão passado de cobaias em nome de desígnios sociais e políticos eventualmente utópicos.

E Edmundo Pedro sabe bem do que fala pois foi um dos muitos participantes na ação, no caso em Lisboa, e as suas palavras vão ao encontro do pensamento utópico que estava no pensamento dos mentores desta intentona.

Assim, que papel se pode reservar para o *18 de Janeiro de 1934*? Uma efeméride? Um fenómeno? Um acontecimento? Apenas uma ação insurreccional derrotada pelo regime?

Estas são pistas que deixamos em aberto para futuras investigações, ainda mais pormenorizadas que o presente trabalho. Santos (1992, p. 128) defende que a comunicação “situa-se na área do fenómeno [...], no campo da percepção, dominado pela subjetividade”.

A este propósito, Cornu (1994, pp. 390-39) lembra que “a responsabilidade do jornalista põe em jogo a sua liberdade pessoal e profissional. Põe em jogo as suas convicções. Refere-se fundamentalmente à questão da verdade na sua dimensão ética e não só política. A informação, como se viu, está exposta simultaneamente à ilusão objectivista”.

No caso em concreto, pela leitura dos diversos jornais, verifica-se que há pouca objetividade nos textos publicados e a ausência de informação relativa à ação mostra a sua fraqueza enquanto elemento com grande importância histórica, tanto mais que há enormes contradições: a senha a anunciar a data da greve é controversa, desde logo se foi publicada no jornal *O Seculo* ou no *Diário de Notícias*.

Esta investigação não confirma a publicação de qualquer código publicado em nenhum destes jornais, que por acaso até estavam alinhados com o regime e não pactuariam com tal prática, ainda que em formato de pequeno anúncio.

Porém, “não há dúvidas que o PCP domina a ação na Marinha Grande, embora outras vozes garantam equilíbrio com a linha anarco-sindicalista<sup>256</sup>, a liderança não é clara, apesar de José Gregório garantir que o movimento foi “dirigido pelo nosso camarada Manecas”, o arranque da ação é dada por um tiro de morteiro e não de pistola, o soviete só raramente aparece escrito nos textos publicados, a ocupação dos Paços do Concelho e o hastear da bandeira são invenções sem qualquer fundamento, bem como uma eventual «caça» aos patrões das empresas locais.

São dúvidas a mais a descredibilizar a ação na Marinha Grande.

O envolvimento popular é outro aspeto que fica por comprovar, havendo fortes indícios de que o *18 de Janeiro de 1934* não passou de um ato levado a cabo por um punhado de

---

<sup>256</sup> Manuel Sertório garante que “foi a ideologia anarquista e o projecto insurreccional da CGT que orientaram a acção revolucionária unitária da Marinha Grande” (Vasconcelos, 2002, p. 279).

algumas dezenas de revolucionários sem qualquer apoio do povo. Uma *anarquizada*, como escreveu Bento Gonçalves, com evidentes falhas de comunicação.

Não se nega a possibilidade do movimento ser um baluarte da luta antifascista - há que enaltecer a coragem e o arrojo dos operários, fustigados pela fome -, mas estamos perante um acontecimento que eclodiu de forma desorganizada.

Salazar escreveu no seu diário pessoal relativamente ao *18 de Janeiro de 1934*, apenas o seguinte: “deu-se ontem uma revolta com alguma gravidade. Na Marinha Grande chegou a estar cercada pela Guarda Republicana e foi necessário enviar forças militares de Leiria para a libertar. Passei a noite no Regimento de Caçadores 5. Esta manhã, já estava tudo calmo” (Trabulo, 2004, p. 100).

Um mito “narra sempre que qualquer coisa se passou realmente, que um acontecimento teve lugar no sentido estrito da palavra” (Eliade, 1990, p. 6).

Ora, no caso em concreto, não é possível afirmar taxativamente o que aconteceu há mais de 80 anos atrás. Desde logo porque os participantes no movimento da Marinha Grande já faleceram e os testemunhos que deixaram vão ao encontro da linha oficial gizada pelo PCP. Mas mesmo que fosse possível ouvir os seus testemunhos, seria razoável olhar para o seu conteúdo com alguma improbabilidade, desde logo comunicacional. Nem sempre se diz aquilo que se pensa e muitas vezes se afirma aquilo que é conveniente em cada momento. Olhe-se para as entrevistas dadas pelos participantes e verificar-se-á que existem contradições, em função das conveniências pessoais e políticas de cada um.

Esta tese abre caminho para outras investigações, mas há uma em especial, tal como nos sugere Cazeneuve (1999, p. 73): “a principal qualidade do homem de amanhã será sem dúvida a sua capacidade de operar uma selecção, de se expor apenas às mensagens úteis e de se proteger das outras”.

Nunca foi tão atual esta reflexão do autor, numa altura em que somos bombardeados com informação, a que Castells chama «sociedade em rede». Luhmann (2000, p. 32) acredita que “los medios de masas expanden la información tan ampliamente, que ya en el momento siguiente se supone que es conocida por todos”.

Para Lenine, “a única verdade é que a verdade não existe”<sup>257</sup>. Cornu (1994, p. 326), a este propósito, lembra que “a discussão sobre a verdade no domínio jornalístico parece concentrar-se por inteiro na questão da objetividade, que lhe é subsidiária.

---

<sup>257</sup> Volkoff (2000, p. 80).

A objectividade é muitas vezes tomada num sentido extensivo, qualificando a qualidade essencial exigida ao conjunto das práticas jornalísticas”.

Para Luhmann (2000, p. 26), “evidentemente, la información de que algo ha sido catalogado como «no información», es también ella misma una operación informativa”.

Santos (2015, p. 160) sublinha que “tudo se passa no campo da percepção, dominado pela subjetividade”. Já Freixo (2011, p. 132) sustenta que “estamos a assistir a um tempo em que a comunicação triunfa em toda a linha, mas as ambiguidades que a acompanham são tão fortes como os progressos”. Daí que “talvez a comunicação se resuma à questão da percepção, e não da realidade” (Santos, 1992, p. 128).

O *18 de Janeiro de 1934* pode ser visto precisamente nesta perspetiva, não tanto numa lógica de realidade, do que realmente se passou, mas sobretudo da percepção que cada um de nós tem do acontecimento. E a percepção hoje é factualmente muito diferente daquela que existia em 1934.

Por outro lado, acrescenta Cornu (1994, p. 324), “existem verdades que ninguém quer ouvir”, tais como a que defende José Pacheco Pereira para quem o *18 de Janeiro de 1934* é “uma acção de radicalismo político operário no sentido tradicional e não um acto de revolucionarismo (...) no sentido marxista-leninista de acção consciente” (Vasconcelos, 2002, p. 277).

Confirma-se, assim, a hipótese de trabalho identificada no início desta investigação: o *18 de Janeiro de 1934* na Marinha Grande sofreu contornos contraditórios e mitológicos que estão patentes na imprensa regional e local de Leiria, ainda que nalguns casos pouco perceptíveis por falta ou ausência de representações.

Segundo Sousa (2000, p. 43), “se as notícias são dissonantes da realidade, isso acontece menos ou tanto devido às pessoas que processam as notícias e mais ou tanto devido a factores que, de certa forma, escapam ao controle dessas pessoas, como as organizações, o meio social e comunitário e as culturas ideológicas em que os jornalistas trabalham”.

O PCP nunca foi um fervoroso defensor da ação insurrecional, defendendo apenas uma greve nacional. Acabou por alinhar no movimento, contra a vontade do seu líder à época, Bento Gonçalves, que muito fez para a travar. Perdeu esse confronto e pagaria cara a decisão de avançar para o terreno.

É natural que alguns dos mais fervorosos militantes e simpatizantes comunistas não alinhassem nesta perspetiva grevista, optando por uma conduta mais dura.

Entre estes podem identificar-se os principais autores da intentona na Marinha Grande, mais radicalizados, cujo sonho era o derrube do regime, a tomada do poder pela classe operária e a instauração da ditadura do proletariado.

Os libertários não mais perdoarão a Bento Gonçalves a utilização do termo «anarquizada» em *Duas Palavras*, acusando o PCP de “ensaiar as suas versões de um 18 de Janeiro para sua conveniência e a dar vulto a uma imagem fechada, de uso próprio, de um ‘soviete’ da Marinha Grande” (Vasconcelos, 2002, pp. 274-275). Contudo, Manuel Sertório, em *Estudos sobre o Comunismo*, garante que a visão de Gonçalves foi “correcta, embora cruel”<sup>258</sup>.

Curiosamente, onde correu melhor - na Marinha Grande - as ações são claramente insurrecionais. Nas semanas que se seguiram à eclosão do movimento, assistiu-se a trocas de acusações entre comunistas e anarco-sindicalistas. Ambos reclamam a paternidade das ações que correram bem e acusaram «o outro» pelo que correu mal. Mas todos concordam que o movimento foi um fracasso, pois não atingiu os objetivos. A Marinha Grande acabou por ser uma exceção à regra, devido fundamentalmente à tomada do quartel da GNR.

Ao longo de dezenas de anos não se ouviu falar nem escrever sobre o movimento, salvo num ou outro artigo do jornal o *Avante*. Renasce em democracia, à medida dos intentos do PCP, como um ato heróico que contribuiu para a queda do regime, anos mais tarde. Na realidade, nem o beliscou. Esta investigação mostra que, pelo contrário, a ação insurrecional contribuiu para o reforço do Estado Novo e para a aceleração de duros mecanismos de repressão. A questão do *soviete* é outra das dúvidas associadas ao *18 de Janeiro de 1934*. Há quem se atreva a afirmar que este foi constituído, como Maria Filomena Mónica, que o admite, mas a imaginação de outros aficionados do movimento não vai tão longe. Das contradições ao mito foi um ápice e para isso contribuíram de alguma forma os jornais locais e regionais, amplificando aquilo que mais interessava e colocando de parte o que era incómodo ou menos confortável para o operariado.

*O Correio* é um bom exemplo, pois Fernando Marrazes encarregou-se de transformar um ato descoordenado e falhado, num feito notável, que não o foi de todo. Fê-lo certamente com convicção mas é notório que a emoção se sobrepõe à razão, embora esta possa estar do lado dos revoltosos que simplesmente foram para a rua mostrar o seu descontentamento com o rumo que o país estava a seguir.

---

<sup>258</sup> Cf. Vasconcelos (2002, p. 279).

Sousa (2000, p. 48) faz notar que “as notícias possuem sempre a marca da acção pessoal de quem as produz, embora temperada por outras forças conformadoras”.

O *Jornal da Marinha Grande*, pelo contrário, deu algum «palco» ao movimento, ao contrário da imprensa com sede em Leiria. Mas do pouco que escreveram, sobretudo em 1934, contribuíram para a construção do mito enquanto fenómeno que cada um conta à sua maneira.

O *Jornal de Leiria* não abordou o tema em 1984, data da sua fundação, o que seria de prever. A ausência de representações neste semanário é, por si só, um sinal de algum alheamento relativamente aos assuntos da Marinha Grande. Daí que se tenha optado por manter este periódico na investigação.

Este alheamento de alguma imprensa mostra igualmente a fragilidade do movimento que se tornou mito na memória de muitos. Todos já ouviram falar dele na região mas poucos sabem o que realmente se passou há mais de oitenta anos. Santos (2015, p. 160) diz-nos que, apesar de o estímulo ser o mesmo, neste caso em concreto o *18 de Janeiro de 1934*, as “percepções desse estímulo não só eram diferentes como entravam em conflito”, aludindo a um jogo de futebol americano em que os adeptos das duas equipas viram o mesmo jogo mas manifestaram opiniões distintas.

Ou seja, acrescenta o autor, “talvez a comunicação se resuma à questão da percepção, e não da realidade”, situando-se “na área do fenómeno”.

Este estudo foi o resultado de sete longos anos de investigação, com as privações que daí advêm. Ainda assim valeu a pena pois revela como seis jornais do distrito de Leiria olharam para um acontecimento ímpar na história do concelho da Marinha Grande.

Um trabalho científico nunca é um projeto acabado. Abrem-se sempre portas para outras linhas de investigação e a que ressalta desde logo à vista é prosseguir este trabalho e seguir o percurso concluído em 1984, ano em que o movimento assinalou meio século.

No início da investigação existia a firme convicção de que o número de textos sobre a efeméride na imprensa era substancialmente superior. Por si só, este dado é revelador da importância que os jornais deram ao tema, que continua a ser festejado como uma «obrigação», sem grande entusiasmo. Curiosamente, ou talvez não, apesar de ter tido outros «teatros de operações», o *18 de Janeiro de 1934* continua a ser assinalado anualmente apenas na Marinha Grande. E não é certo que assim seja no futuro, pois o tempo nem sempre sabe perpetuar a história de um povo em que dois terços da sua população é adotada.

E daí, talvez, algum afastamento relativamente a causas comuns em que as novas gerações não parecem muito interessadas em manter vivas.

Apesar das limitações anteriormente identificadas, este trabalho foi desenvolvido com um enorme entusiasmo, sem que essa conduta se afastasse do rigor que uma tese de doutoramento deve apresentar.

O *18 de Janeiro de 1934*, para além de ser um marco histórico para os marinhenses, sofreu vários enviesamentos ao longo dos anos. Estamos perante um mito - ou melhor, um conjunto de mitos - em que cada um o descreve de forma diferente e a imprensa regional teve influência nesse processo. É impossível quantificar qual o peso dos jornais locais e regionais nessa mitificação. Mas é inequívoca a sua contribuição para a (re)construção do mito, que vem de lá longe, tantas as contradições.

Há, evidentemente, outros atores e instituições que também tiveram uma evidente influência nesse processo de mitificação e o PCP não se pode dissociar da narração à medida dos seus intentos políticos. O partido de Cunhal «necessitava» desta ação para afirmar publicamente a sua importância na luta contra o regime.

Esta investigação, para além de expor o que se passou naquela madrugada e manhã - e nos dias subsequentes -, acaba por ser um testemunho para as gerações vindouras, que certamente não deixarão de ter um olhar crítico para esta investigação, abrindo novos caminhos para um acontecimento que tem tanto de controverso como de apaixonante.

Saramago, em jeito de conclusão, lembra-nos que “fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal [...], mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidivo como o próprio tempo”<sup>259</sup>.

---

<sup>259</sup> Cf. <http://caderno.josesaramago.org/137907.html>, consultado em 10 de setembro de 2014.



## Referências bibliográficas

### Arquivos

Arquivos Nacionais da Torre do Tombo [ANTT]. *Fundo do Ministério do Interior, Gabinete do Ministro*, «Correspondência recebida», maços 458 a 487.

### Publicações Periódicas

*Avante* de 1942-1984

*Batalha (A)*, edição de 17 de julho de 1921, e de 1975-1984.

*Correio (O)* de 1977-1984.

*Diário de Leiria* de 27 de outubro de 2015.

*Diário de Notícias*, edições de 19, 20 e 21 de janeiro de 1934.

*Jornal da Marinha Grande* de 1963-1984.

*Jornal de Leiria* de 1984-1985.

*Linha Geral*, edição de 8 de fevereiro de 1975, nº 24, Ano 1º.

*Mensageiro (O)* de 1914-1984;

*Pensamento Social*, nº 32, 1872.

*Proletário*, Edição de abril de 1934, Ano IV, Série Ilegal, nº 2, pp. 3-4.

*Região de Leiria* de 1935-1984.

*Século*, edições de 18 a 26 de janeiro de 1934.

*Voz do Domingo (A)* de 1933-1984.

**Bibliografia**

Almeida, C. (2008). *O Região de Leiria, uma história de afectos*. Leiria: Imagens&Letras.

Araújo, A. (2003). Dúvidas e incertezas sobre as origens da Constituição política de 1933 in *Anuário Português de Direito Constitucional*. Coimbra: Coimbra Editora.

Araújo, A. (2004). *O conselho político nacional nas origens da constituição de 1933*. Lisboa: Coimbra Editores.

Areal, M. F. (1992). *El público como sufeto activo en la producción de mensajes informativos*. Madrid: Universidade de La Laguna.

Aristóteles (2010). *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Azambuja, J. (1998). *Cidade da Marinha Grande – Subsídios para a sua história*. Marinha Grande: Câmara Municipal da Marinha Grande.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Beaudichon, J. (2001). *A comunicação: processos, formas e aplicações*. Porto: Porto Editora.

Bobbio, N. (1987). *Estado, governo, sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Boudon, R. (1995). *Movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Breton, P. e Proulx, P. (1997). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Cádima, F. (1995). *Salazar, o regime e a televisão in Comunicação e política*. Lisboa: Edições Cosmos.

Cádima, F. (1996). *História e crítica da comunicação*. Lisboa: Edição Século XXI.

- Caetano, M. (1981). *História breve das Constituições Portuguesas*. Lisboa: Verbo.
- Caldeira, A. (1986). O partido de Salazar: antecedentes, organização e funções da União Nacional (1926-34) in *Análise Social*, 94, p. 943-977.
- Camponez, C. (2002). *Jornalismo de proximidade*. Coimbra: Minerva.
- Canotilho, G. (2003). *Direito constitucional e teoria da Constituição*. Coimbra: Almedina.
- Carmelo, L. (2001). *Revista de comunicação e linguagens*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Carvalho, A. (2013). *Que importa a fúria do mar*. Alfragide: Teorema.
- Carvalho, R. (1957). *As campanhas ultramarinas de Gomes da Costa*. Lisboa: Cosmos.
- Castells, M. (2000). *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- Castells, M. (2007). *A galáxia internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cazeneuve, J. (1999). *Guia alfabético das comunicações de massas*. Lisboa: Edições 70.
- Cornu, D. (1994). *Jornalismo e verdade. Para uma ética da informação*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Costa, R. (1979). *Elementos para a história do movimento operário em Portugal 1820-1975*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Crato, N. (1992). *Comunicação social. A imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cruz, M. B. (1978). *As origens da democracia cristã e o salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença.

Cruz, M. B. (1986). *Monárquicos e republicanos no Estado Novo*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Cruz, M. B. (1988). *O partido e o Estado no Salazarismo*. Lisboa: Presença.

Cruz, M. B. (1998). *O Estado Novo e a Igreja Católica*. Lisboa: Bizâncio.

Damásio, M.J. (2007). *Tecnologia e educação*. Lisboa: Veja.

Damásio, M. J. (2011). *Media e tecnologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Duarte, F. (2005). *Informação de proximidade*. Lisboa: Âncora Editora.

Eliade, M. (1989). *Aspectos do mito*. Lisboa: Edições 70.

Eliade, M. (1990). *Mitos, sonhos e mistérios*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Faustino, P.; & Martinho, R. (2012). *Manual de estudo das ciências da comunicação*. Lisboa: MediaXXI.

Ferin, I. (2002). *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera.

Fernandes, A. J. (1995). *Introdução à Ciência Política*. Porto: Porto Editora.

Ferro, A. (1982). *Salazar. O Homem e a Sua Obra*. Lisboa: Fernando Pereira Edições.

Fiske, J. (1993). *Introdução ao estudo da comunicação*. Porto: Asa.

Fleur, M. (1971). *Teorias de comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Fonseca, C. (1976). *História do movimento operário e das ideias socialistas em Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América.

Fontcuberta, M. (2002). *A notícia*. Lisboa: Editorial Notícias.

Freixo, M. (2011). *Teorias e modelos de comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Georgel, J. (1985). *O Salazarismo*. Lisboa: D. Quixote.

Gil, J. (1995). *Salazar: a retórica da invisibilidade*. Lisboa: Relógio d'Água.

Gohn, M. G. (1995). *Movimentos e lutas sociais na História do Brasil*. São Paulo: Loyola.

Gohn, M. G. (2010). *Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo*. Petrópolis: Editora Vozes.

Gomes, J. (2006). *Os militares e a censura. A censura à imprensa na Ditadura Militar e Estado Novo (1926-1945)*. Lisboa: Livros Horizonte.

Gonçalves, B. (1971). *Duas palavras*. Lisboa: Edições Cinquentenário.

Gregório, J. (1975). *Sobre a associação e o movimento do operariado vidreiro*. Lisboa: Seara Vermelha.

Grossman, E. & Saurugger, S. (2006). *Les groupes d'intéret. Action collective et stratégies de représentation*. Paris: Armand Colin.

Katz, E. & Lazarsfeld, P. (1955). *Personal influence: the part played by people in the flow of mass communications*. Nova Iorque: Free Press.

Hadjinicolaou, N. (1978). *História da arte e movimentos sociais*. Lisboa: Edições 70.

Hall, E. (1994). *A Linguagem Silenciosa*. Lisboa: Relógio D'Água.

Inglis, F. (1993). *A teoria dos media*. Lisboa: Veja.

Jeanneney, J. (1996). *Uma história da comunicação social*. Lisboa: Terramar.

Lancelot, A. (1974). *As atitudes políticas*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Leal, C. (1930). *A obra intangível do Dr. Oliveira Salazar*. Lisboa: Edição de autor.

Lenine, V. (1978). *O Estado e a revolução*. Lisboa: Edições Avante.

Lopes, A. e Serrano, E. (2010). *A imprensa local e regional em Portugal*. Lisboa: ERC.

Losurdo, D. (2004). *Democracia ou bonapartismo: triunfo e decadência do sufrágio universal*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

Luhmann, N. (2000). *La Realidade de los Médios de Massa*, Barcelona: Antrophopos.

Luhmann, N. (2006). *A improbabilidade da comunicação*. Lisboa: Edições Veja.

Madeira, J. (1996). *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*. Lisboa: Editorial Estampa

Manta, A. (1975). *O 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Marcos, M. (2007). *Ciências da comunicação - Princípio da relação e paradigma comunicacional*. Lisboa: Edições Colibri.

Marrou, H. (1976). *Do conhecimento histórico*. Lisboa: Editorial Aster.

Marx, K. (1979). *O capital*. S. Paulo: Difel.

Mata, E. & Valério, N. (2003). *História económica de Portugal. Uma perspectiva global*. Lisboa: Editorial Presença.

Mattelard, A. (1994). *A invenção da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Mattelard, A. (2002). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

Mateus, A. (1977). *A política e as palavras*. Lisboa: Editorial Caminho.

Mendes, J. (1983). *História da Marinha Grande: introdução e perspectivas*. Marinha Grande: Divisão de Acção Social e Cultural.

Mercadé, J. (1997). *La fuerza de periodismo local en la era de la globalization electrónica*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra.

Mesquita, A. P. (2007). *Salazar na história política do seu tempo*. Lisboa: Caminho.

Mesquita, M. (1995). *Comunicação e política*. Lisboa: Edições Cosmos.

Mesquita, M. (2003). *O quarto equívoco*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Minter, R. L. (2010). Organizational communication audits: Assessing core communication competencies within the organization. *International Journal of Management and Information Systems*, pp.107-118.

Mónica, M. F. (1981). Poder e saber: os vidreiros da Marinha Grande. *Análise Social*, Vol. XVII (67-68) - 3º-4º, 505-571.

Mónica, M. F. (1982). *A formação da classe operária portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mónica, M. F. (1986). *Artesãos e operários*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais.

Monteiro, A. (2012). *Cronologia geral da Marinha Grande e suas terras*. Leiria: Folheto.

Monteiro, L. (2010). *Os últimos 200 anos da nossa economia e os próximos 30*. Lisboa: Deplano Network.

Moreira, A. (2001). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.

Moreira, A. (2005). *Notas do tempo perdido*. Coimbra: ISCSP.

Neto, H. (2014). *Um olhar sobre a indústria de moldes*. Lisboa: Gradiva.

Neto, L. (2013). *História da imprensa periódica local*. Vila Real: Edição de autor.

Nogueira, F. (1977). *Salazar: os tempos áureos (1928-1936)*. Coimbra: Atlântida Editora.

Nunes, H. (1997). *18 de Janeiro de 1934... Rostos*. Marinha Grande: Edição de autor.

Nunes, H. (1998). *Augusto Costa: um vidreiro no Tarrafal*. Marinha Grande: Edição de autor.

Nunes, H. (1999). *Alvorada de esperança*. Marinha Grande: Edição de autor.

Nunes, H. (2006). *Antecedentes sociais do 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande*. Marinha Grande: Edição de autor.

Oliveira, C. (1988). *A Ascensão de Salazar. Memórias de Ivens Ferraz*. Lisboa: O Jornal.

Parreira, A., Caldeira, A., Maurício, C., Cabral, J. & Pisco, J. (1982). O I Congresso da União Nacional. In *O fascismo em Portugal* (pp. 207-228). Colóquio na Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo.

Pasquino, G. (1992). *Dicionário de Política*. Brasília: Edição UnB.

Pasquino, G. (1994). *Movimentos sociais*. Brasília: Edição UnB.



Patriarca, F. (1997). O 18 de Janeiro de 1934 na Marinha Grande in *Estudos e Documento*, nº 6. Edição Santos Barosa - Vidros, SA.

Patriarca, F. (2000). *Sindicatos contra Salazar. A revolta do 18 de Janeiro de 1934*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Pedro, E. (2014). *Pavel, um homem não se apaga*. Lisboa: Parsifal.

Pereira, P. (1971). *Questões sobre o movimento operário português e a revolução russa de 1917*. Porto: Portucalense Editora.

Pereira, P. (1981). Contribuição para a História do Partido Comunista Português na I República (1921-26). *Análise Social*, Vol. XVII, nºs 67-68, pp. 696-699.

Pereira, P. (1982). Problemas da História do PCP. In *O fascismo em Portugal* (pp. 269-285). Colóquio na Faculdade de Letras. Lisboa: A Regra do Jogo.

Pereira, P. (1984). *Estudos sobre o comunismo*. Porto: s.n.

Pereira, P. (1999). *Álvaro Cunhal. Uma biografia política*. Lisboa: Temas e Debates.

Pimentel, I. (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores

Pina, F. (2017). *Acácio de Calazans Duarte - O Mestre*. Edição de autor.

Pinto, A. C. (1994). *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.

Pinto, A. C. (2008). *O Corporativismo em Portugal*. Lisboa: ICS.

Pinto, A. C. (2012). *Governar em Ditadura*. Lisboa: ICS.

Pinto, A. C. (2016). *Os Camisas Azuis. Rolão Preto e o Fascismo em Portugal*. Porto Alegre: Edipucrs.

Pinto, J. F. (2005). *Do império colonial à comunidade dos países de língua portuguesa: continuidades e descontinuidades*. Lisboa: Instituto Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Pinto, J. F. (2009). *Estratégias da ou para a lusofonia? O futuro da língua portuguesa*. Lisboa: Prefácio.

Pinto, J. F. (2010). *O Ultramar secreto e confidencial*. Lisboa: Almedina.

Pinto, J. F. (2011). *Segredos do império da ilusitânia: a censura na metrópole e em Angola*. Lisboa: Almedina.

Preto, R. (1933). *Salazar e a sua época*. Lisboa: Imprensa Moderna.

Quivy, R. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Raposo, H. S. (1993). *Pública e local - Radio municipal en Galicia*. Santiago de Compostela: LEA.

Rebelo, J. (2000). *O discurso do jornal*. Lisboa: Editorial Notícias.

Ricouer, P. (2003). *Memória, história e esquecimento*. Budapeste: s.n.

Roberts, D. (1972). *The nature of communications effects*. Chicago: University of Illinois Press.

Rodrigues, E. (1981). *A resistência anarco sindicalista à ditadura*. Lisboa: Editora Sementeira.

Rosas, F. (1994). *História de Portugal – Volume 7*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Salazar, A. (1937). *Discursos e notas políticas*. Coimbra: Coimbra Editora.

Santaella, L. (2001). *Revista de Comunicação e Linguagens*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.

Santana, E., Aquino, A., Martins, A, Costa, C., Francisco, J. & Mesquita, M. (1978). *O 18 de Janeiro de 1934 e alguns antecedentes*. Lisboa: A Regra do Jogo.

Santana, E. (1985). *Memórias de um militante anarco-sindicalista*. Lisboa: Perspectivas e Realidades.

Santos, J. R. (1992). *O que é comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.

Santos, J. (2014). *O jornalismo leiriense e a Grande Guerra*. Leiria: Tempos & Vidas.

Santos, J. R. (2015). *Comunicação*. Lisboa: Gradiva.

Saperas, E. (1993). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas*. Porto: Edições Asa.

Serra, J. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros Labcom 2007.

Sertório, M. (1984). Em torno do 18 de Janeiro. In *Estudos Sobre o Comunismo, nº 2, Janeiro a Abril*, pp. 5-10.

Sfez, L. (1990). *Crítica da comunicação*. Lisboa: Instituto Piaget.

Sousa, J. P. (2000). *As notícias e os seus efeitos*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Tarrow, S., McAdam, D. & Tilly, C. (1996). Para Mapear o Confronto Político. *Revista Lua Nova*, p. 76.

Tengarrinha, J. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.

Tengarrinha, J. (2006). *Imprensa e opinião pública em Portugal*. Coimbra: MinervaCoimbra.

Tilly, C. & Wood, L. (2009). *Social Movements, 1768-2008*. Boulder: Paradigm Publishers.

Touraine, A. (1984). *O retorno do actor. Ensaio sobre Sociologia*. Lisboa: Edições Piaget.

Touraine, A. (1995). *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.

Touraine, A. (2007). *Um novo paradigma para compreender o mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes.

Trabulo, A. (2004). *O diário de Salazar*. Lisboa: Parceria A. M. Pereira.

Tuchman, G. (1977). *The exception proves the rule: the study of routine news practice in Strategies for communication*. Beverly Hills: Sage (pp.43-62).

Vasconcelos, J. (2002). *O 18 de Janeiro de 1934 - História e mitificação*. Dissertação apresentada à Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa para obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, orientada pelo Prof. Doutor António Ventura.

Veríssimo, H. (2003). *Os jornalistas nos anos 30/40 - Elite do Estado Novo*. Coimbra: Minerva.

Volkoff, V. (2000). *Pequena história da desinformação*. Lisboa: Editorial Notícias.

Vieira, J. (1999). *Portugal século XX*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Wolf, M. (1992). *Teorias da comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.

Wolton, D. (2006). *É preciso salvar a comunicação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

Woodrow, A. (1996). *Informação, manipulação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

### **Páginas web**

<http://planeta.ip.pt>

[www.18janeiro1934.blogspot.com](http://www.18janeiro1934.blogspot.com)

[www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999946F4nQG1v17Ag84WY2.pdf](http://www.analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223999946F4nQG1v17Ag84WY2.pdf)

[www.caminhosdamemoria.wordpress.com](http://www.caminhosdamemoria.wordpress.com)

[www.digitarq.dgarq.gov.pt](http://www.digitarq.dgarq.gov.pt)

[www.forum-global.de](http://www.forum-global.de)

[www.jornaldeleiria.pt/](http://www.jornaldeleiria.pt/)

[www.leiria-fatima.pt](http://www.leiria-fatima.pt)

[www.marxists.org](http://www.marxists.org)

[www.naoapaguemamemoria2.blogspot.com](http://www.naoapaguemamemoria2.blogspot.com)

[www.parlamento.pt](http://www.parlamento.pt)

[www.pcp.pt](http://www.pcp.pt)

[www.presidencia.pt](http://www.presidencia.pt)

[www.sindicatovidreiro.com](http://www.sindicatovidreiro.com)

[www.uc.pt](http://www.uc.pt)

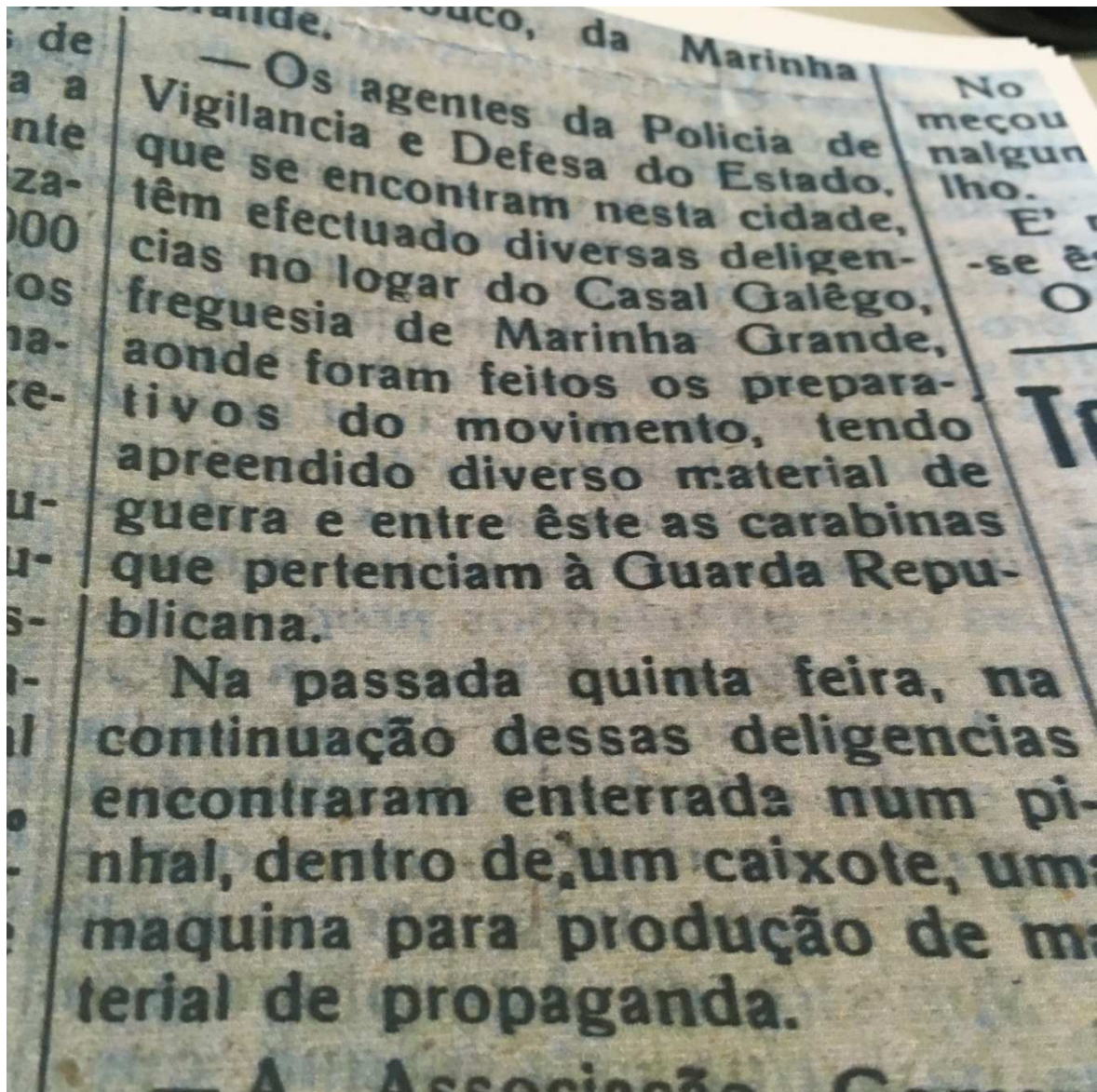
[www.jornaldamarinha.pt](http://www.jornaldamarinha.pt)

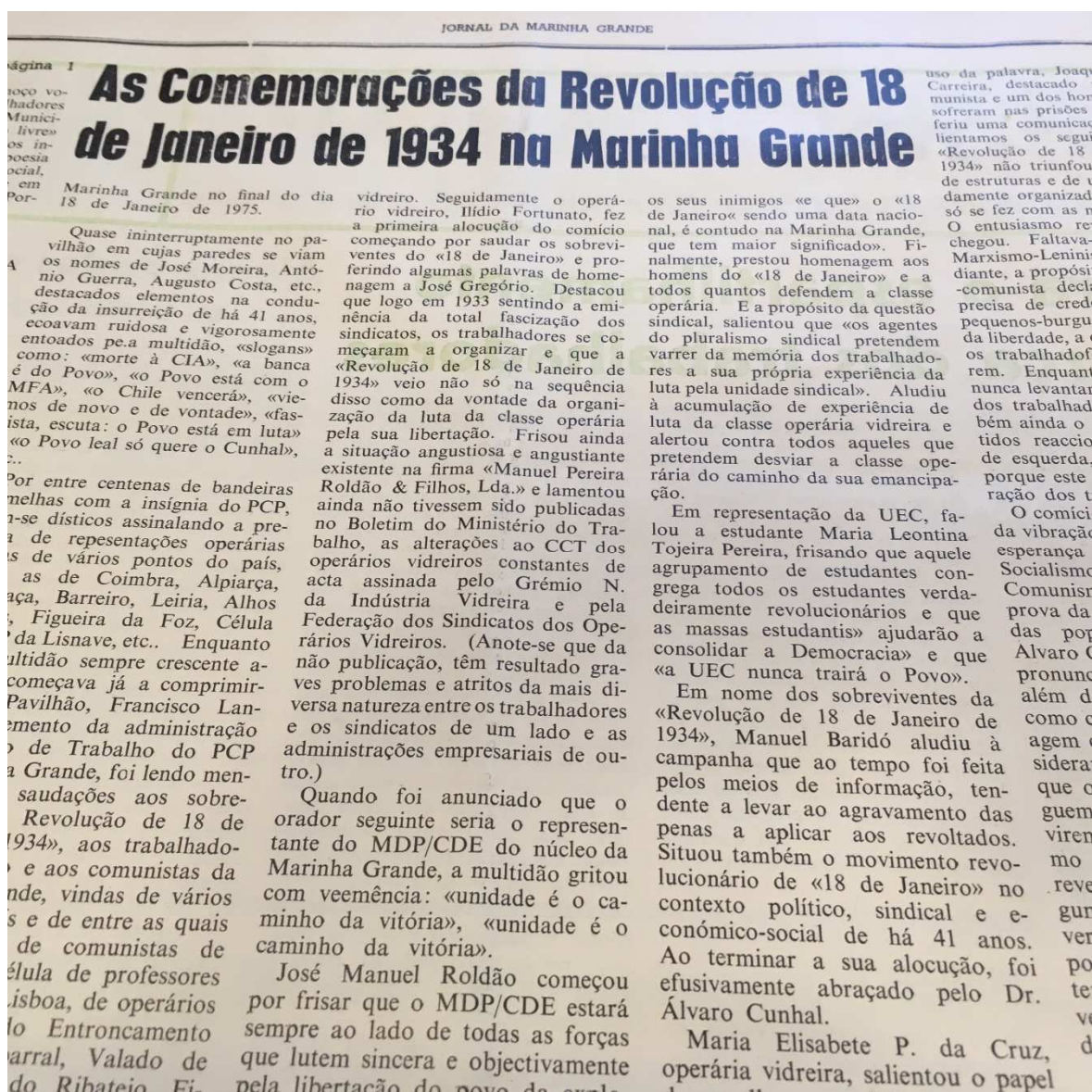
<http://www.regiaodeleiria.pt/>

<https://jornalomensageiro.wordpress.com/>

<https://jornalpresente.wordpress.com/2013/08/>

## Apêndice documental

Anexo I - *O Mensageiro* de 3 de fevereiro de 1934

Anexo II - *Jornal da Marinha Grande* de 24 de janeiro de 1975

## Anexo III - Avante de 20 de janeiro de 1976



## Vidreiros da Marinha Grande comemoraram o 18 de Janeiro

# Um feito operário com valor actual

As comemorações do 63.º aniversário do Movimento de 18 de Janeiro, promovidas no passado fim-de-semana, na Marinha Grande, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira, mereceram ampla adesão, na antevéspera, por já estar esgotada a lotação da colectividade da Ordem. Ao prestarem homenagem aos participantes na revolta de 1934, os dirigentes sindicais salientaram a importância que o 18 de Janeiro teve na luta contra a fascização dos sindicatos e pela melhoria de condições de vida dos trabalhadores, mas chamaram também a atenção para aspectos que mantêm particular actualidade no presente.

As comemorações iniciaram-se no cemitério de Casal Galego, sábado de manhã, com a deposição de flores na campa de Manuel Barido, recentemente falecido. Aqui interveio Miguel Patrício, o mais jovem elemento da direcção do Sindicato Vidreiro, para quem «os ensinamentos que nos deixaram esses lutadores de 1934 foram sendo transmitidos através de várias gerações sucessivas, mantendo-se hoje vivos entre nós. Nonante a defesa dos grandes e nobres valores do sindicalismo, engrandecendo as fileiras daqueles que se empenham na construção de uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais solidária», lembrou que a «época diferente» que hoje se vive «deve-se, sem dúvida, à luta desenvolvida por todos aqueles que, como os que hoje homenageamos, não deram tréguas ao regime tirano de Salazar e Caetano, que teve o seu fim na madrugada gloriosa do 25 de Abril de 1974».

O jovem dirigente do STIV salientou que «os homens do 18 de Janeiro de 1934 não lutaram apenas contra a fascização dos sindicatos», como também «para que o povo deste País tivesse uma vida digna, em função da riqueza produzida por quem trabalha». Contudo, «à medida que nos aproximamos do século XXI, vemos os ricos cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres, vemos o número de despedidos aumentando assustadoramente», o agravamento da precariedade de emprego, a aprovação de legislação que pretende «retirar direitos, regalias e conquistas há muito adquiridas pelos trabalhadores».

se operária, que foi por ela participado e constitui o mais importante facto da história laboral sindical dos trabalhadores e do povo marinhense», afirmou o coordenador da zona localidade foi e continua a ser, 63 anos após aqueles acontecimentos, muito difícil de digerir por alguns estratos da nossa comunidade local e até nacional que, pela sua postura, tentam por vezes denegrir a nobreza de tão grandioso feito». Acusando aqueles de tomarem tal atitude, «não por ignorância ou desconhecimento das leis da dialéctica, mas sim porque sempre se recusaram a aceitar o papel insubstituível que a classe operária teve no passado, tem no presente e terá no futuro no desenvolvimento das sociedades».

Tais estratos, «aliados daqueles que desde sempre tiveram um conceito redutor da liberdade e da democracia», «cometeram uma enorme injustiça, que ofende a memória dos operários do 18 de Janeiro e a própria história da Marinha Grande, dos seus trabalhadores e do seu povo, ao retirarem da artiléria mais nobre da nossa cidade o nome de Avenida do Vidreiro para lhe atribuírem o nome de uma pessoa que desde sempre esteve ligada ao regime salazarista, o mesmo regime que prendeu, torturou e até assassinou homens e mulheres que aqui estamos a homenagear».

Depois de recordar os objectivos fundamentais por que se bateram os participantes na revolta operária de 1934, Durval Gaspar constatou que «os trabalhadores continuam sem

Nestas condições, «os trabalhadores têm que continuar a sua luta e na Marinha Grande «sem dadas provas da sua firmeza», «seguida pelos valerosos obreiros do 18 de Janeiro».

### Difícil de digerir...

«Estamos a comemorar um facto que emergiu da classe operária e constitui o mais importante facto da história laboral sindical dos trabalhadores e do povo marinhense», afirmou o coordenador da zona localidade foi e continua a ser, 63 anos após aqueles acontecimentos, muito difícil de digerir por alguns estratos da nossa comunidade local e até nacional que, pela sua postura, tentam por vezes denegrir a nobreza de tão grandioso feito». Acusando aqueles de tomarem tal atitude, «não por ignorância ou desconhecimento das leis da dialéctica, mas sim porque sempre se recusaram a aceitar o papel insubstituível que a classe operária teve no passado, tem no presente e terá no futuro no desenvolvimento das sociedades».

Tais estratos, «aliados daqueles que desde sempre tiveram um conceito redutor da liberdade e da democracia», «cometeram uma enorme injustiça, que ofende a memória dos operários do 18 de Janeiro e a própria história da Marinha Grande, dos seus trabalhadores e do seu povo, ao retirarem da artiléria mais nobre da nossa cidade o nome de Avenida do Vidreiro para lhe atribuírem o nome de uma pessoa que desde sempre esteve ligada ao regime salazarista, o mesmo regime que prendeu, torturou e até assassinou homens e mulheres que aqui estamos a homenagear».

Depois de recordar os objectivos fundamentais por que se bateram os participantes na revolta operária de 1934, Durval Gaspar constatou que «os trabalhadores continuam sem

ver satisfeitas muitas das suas reivindicações, que são legítimas, que são justas e pelas quais continuam a lutar», referindo hoje «uma das maiores sérias do grande capital na tentativa de desregulamentação das leis laborais e para manter ainda mais a submissão do poder político ao dictar do poder económico selvagem». Apontou como exemplos o «acordo de curto prazo» e o acordo estratégico, saldos da Concertação Social.

Referiu o processo de reestruturação da cristalaria, para defender que «a forma sempre solicita e afável com que o poder político responde aos interesses do grande poder económico também tem expressão a nível local». Decretada desde 1994, «em termos de reestruturação global do sector nada se fez e não se faz por falta de vontade ou de coragem política, quer do Governo do PSD, quer do actual Governo do PS». «Enquanto vivemos nesta indefinição, a situação da cristalaria continua a degradar-se em benefício do grande patronato, que com a sua postura vem demonstrando não estar interessado numa reestruturação global do sector, bloqueando por todos os meios a acção da Vitrocrystal, organismo criado para coordenar todo o processo da reestruturação», denunciou Durval Gaspar, citando a recente intervenção de tomada de posse do presidente da Associação dos Industriais de Cristalaria.

O dirigente do Sindicato dos Vidreiros chamou a atenção para o facto de estarmos «perante mais uma pseudo-reestruturação, que apenas irá servir, e já serviu, para meter milhares e milhares de contos à disposição do grande patronato, em detrimento das pequenas e médias empresas que, no seu conjunto, são a grande massa do subsector da cristalaria». Durval Gaspar denunciou ainda o incumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo e pelo cessionário da Manuel Pereira Roldão. Os trabalhadores encaram o futuro com inquietação, realçando o dirigente sindical que os vidreiros da Manuel Pereira Roldão «não morrerão de fome e lutarão até ao fim».

Saudando os «valerosos obreiros» do 18 de Janeiro, Durval Gaspar valorizou o seu exemplo e reafirmou que «o testemunho que nos entregaram percorrerá a via certa até atingir o justo objectivo já por vós delineado».



Anexo IV - O Correio de 15 de janeiro de 1982

**CADERNO ESPECIAL**  
15 de Janeiro de 1982  
**O CORREIO**

## O «18 de Janeiro de 1934» na Marinha Grande

---

### PARA O INSUCESSO DO «18 DE JANEIRO» CONTRIBUÍRAM TAMBÉM OS REPUBLICANOS, OS DEMOCRATAS E OS SOCIALISTAS DA I REPÚBLICA BURGUESA

A Marinha Grande vai recordar, mais uma vez, os acontecimentos do «18 de Janeiro» e homenagear os trabalhadores vidreiros que corajosamente há 48 anos não hesitaram em se lançar de armas na mão contra a besta fascista, para recuperarem o seu Sindicato, encerrado há meses. Desde então, «a capital do Vidro», tomou-se um bastião da luta do povo português pelo triunfo dos ideais da Liberdade, da Democracia e da Justiça.

Volvidos 48 anos sobre os acontecimentos do «18 de Janeiro», é importante recordar esta data, não só porque o mesmo combate de

então, entre o trabalho e o capital, prossegue hoje ainda como há aspectos da vida nacional com muitos pontos de contacto com a situação e a luta dos trabalhadores.

E é sobretudo necessário, hoje aqui, recordar que, ao contrário do que muitos possam pensar ou afirmar, não se deve apenas à eficácia do aparelho repressivo do regime fascista nem ao desequilíbrio quantitativo e qualitativo de forças, o insucesso da insurreição popular armada que em 18 de Janeiro de 1934 teve lugar na Marinha Grande, e foi o acto mais significativo que restou daquilo que se pretendeu fosse um

movimento revolucionário e popular capaz de convulsionar todo o país.

O insucesso do «18 de Janeiro» começou muitos anos antes e, também ele, foi motivado por todo um conjunto de condições que já antes haviam conduzido ao «28 de Maio».

O insucesso do «18 de Janeiro» tem muito a ver com a hostilidade e a repressão exercida contra o movimento sindical dominado pelos anarquistas e contra a classe operária, a que recorreram sucessivos governos de 1910 a 1926 e pelos partidos Republicano, Democrático e Socialista, os quais, degladiando-se no Parlamento, estavam todavia empenhados e unidos em tudo fazerem para dividir o movimento operário.

Hoje, as forças cisionistas e divisionistas, algumas das quais mergulham as raízes das suas ideologias e a sua estratégia face aos trabalhadores, em procedimentos que outros prodigalizaram durante a I República burguesa, querem levar as massas trabalhadoras e as classes populares ao mesmo desalento, à mesma desconfiança, se não mesmo à indiferença, que

### O Centro de Saúde-Hospital da Marinha Grande é uma conquista do Povo e dos Autarcas

O Povo e o concelho da Marinha Grande, desde há muitas décadas que sofrem os efeitos nefastos das enormes carências permanentes em matéria de estruturas de apoio a cuidados sanitários — uma das muitas faces hediondas que o regime fascista deixou não só na nossa

so concelho e têm feito de um dos mais democráticos do nosso país.

Fazendo uso da liberdade conquistada com Abril, o povo português não tem sado de exigir a melhoria das suas condições gerais de vida, a que tem direito, e a contrapartida do seu tra

**Em directo com...**

### JOÃO BARROS DUARTE

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MARINHA GRANDE

O CORREIO — O Plano de actividades e o Orçamento am aprovados sem votos tra na Assembleia Municipal e o Conselho Municipal têm lhe deu por unanimidade o seu voto favorável.

- Implementar e reforçar a actividade que vem sendo desenvolvida na área do Ensino, Cultura, Recreio e Desporto;
- Grande preocupação em toda a política autárqui-



continua na página 7

### Alcancar o máximo de benefícios pos



O CENTRO DE SAÚDE NUMA FASE RECENTE DA

Vila mas em todo o Portugal. E sendo a nitária um não mesm tem exigido do soluç medida r te, que respons decider

de gerir os destinos do nos-

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias  
Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

441

## Anexo V - A Voz do Domingo de 24 de janeiro de 1982

